



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 966

Segunda-feira - 09 de Abril de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	2
Arroio Trinta.....	5
Atalanta.....	6
Biguaçu.....	24
Braço do Trombudo.....	25
Caçador.....	27
Campo Alegre.....	46
Campos Novos.....	96
Canoinhas.....	99
Capinzal.....	101
Catanduvas.....	157
Chapadão do Lageado.....	161
Concórdia.....	165
Cordilheira Alta.....	166
Coronel Martins.....	171
Corupá.....	171
Curitibanos.....	179
Ermo.....	180
Eral Velho.....	180
Forquilha.....	181
Fraiburgo.....	182
Garopaba.....	216
Gaspar.....	219
Guaramirim.....	229
Herval do Oeste.....	229
Imbituba.....	231
Itapoá.....	232
Joaçaba.....	233
José Boiteux.....	235
Lages.....	235
Leoberto Leal.....	236
Lindóia do Sul.....	237
Luzerna.....	241
Maracajá.....	243
Massaranduba.....	243
Meleiro.....	245
Navegantes.....	248
Novo Horizonte.....	252
Palhoça.....	252
Passo de Torres.....	253
Pinheiro Preto.....	253
Rio do Sul.....	255
São Bento do Sul.....	256
São Lourenço do Oeste.....	266
Schroeder.....	270
Timbó.....	279
Tunápolis.....	298
Videira.....	349

Vitor Meireles.....	368
---------------------	-----

Associações

FECAM.....	368
------------	-----

Consórcios

ARIS.....	368
CIGA.....	368
CINCO.....	369
CIS/AMUNESC.....	372

Água Doce

PREFEITURA

Lei Nº 2.072/2012

LEI Nº 2.072/2012 - DE 03 DE ABRIL DE 2012

"DENOMINA DE BAIRRO BOM JESUS O CONJUNTO HABITACIONAL SITUADO NA RUA FREI ALMIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominado de Bairro Bom Jesus o Conjunto Habitacional situado na Rua Frei Almir.

Art. 2º. O Poder Público Municipal, providenciará todos os atos necessários para que o nome do bairro passe a constar do cadastro municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de abril de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei Nº 2.073/2012

LEI Nº 2.073/2012 - DE 03 DE ABRIL DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO

20.304.0022.2.018 MANUTENÇÃO DO CONTROLE SANITÁRIO (SIM)

3.3.90.00.0.1.0000.0/40 Aplicações Diretas R\$ 28.814,00

TOTAL R\$ 28.814,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

4.4.90.0.1.0000.0/96 Aplicações Diretas R\$ 28.814,00

TOTAL R\$ 28.814,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de abril de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.074/2012

LEI Nº 2.074/2012 - DE 03 DE ABRIL DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de recursos de Convênios repassados pelo Estado.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 4.4.90.0.1.0024/164, 3.3.90.00.0.1.0024/165 e 4.4.90.01.0024/166 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

4.4.90.00.0.1.0024/166 Aplicações Diretas R\$ 88.000,00

07 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

4.4.90.0.1.0024/164 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.0.1.0024/165 Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

TOTAL R\$ 408.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica de Transferência de Convênio do Estado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de abril de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 036/2012

DECRETO Nº 036/2012 - DE 26 DE MARÇO DE 2012

"PRORROGA CONCURSO PÚBLICO, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE-SC, CORRESPONDENTE AO EDITAL Nº 14/2009".

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 37, III, da Constituição da República, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Água Doce, correspondente ao Edital 014/2009, homologado em 26 de abril de 2010.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Água Doce-SC, 26 de março de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Alto Bela Vista**PREFEITURA****Decreto Nº 1.496, de 26 de Março de 2012.**

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 571 de 23 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para utilizar recursos do excesso de arrecadações na seguinte ação orçamentária:

05.00 GERENCIA DE TRANSPORTES

05.01 Transporte

26 TRANSPORTE

26.782 Transporte Rodoviário

26.782.0019 Rodovias Municipais Adequadas

26.782.0019.2.034 Atividades Gerais de Transportes

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0000:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 26 de março de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.501, de 05 de Abril de 2012.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. DALIR ANTONIO SCHIOCHET do cargo de GERENTE DE SAÚDE matricula nº 238 ; Cargo de Provimento em Comissão do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 05 de Abril de 2012, a pedido do servidor através do requerimento protocolado sob nº 030/2012.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 05 de Abril de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.502, de 05 de Abril de 2012.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. IVANDRO SCHONELL, do cargo de GERENTE DE AGRICULTURA ; Cargo de Provimento em Comissão do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 05 de Abril de 2012, a pedido do servidor através do requerimento protocolado sob nº 029/2012.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 05 de Abril de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1497 de 03 de Abril de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Considerando a Convocação e Justificativa da Gerente de Educação, da necessidade de Professor II Educação Especial-20 horas em virtude de ter aluno que apresenta dificuldade de Aprendizagem , transtorno de déficit de atenção , hiperatividade, bem como transtorno opositor, oportunizando assim um melhor aprendizado;
DECRETA;

Artigo 1º - Fica nomeada a Senhora CARLINE FÜNCKLER, para exercer o Cargo de PROFESSOR II - 20 HORAS; EDUCAÇÃO ESPECIAL, classificada em primeiro lugar no Processo Seletivo 01/2011, homologado através do Decreto 1465 de 02 de Fevereiro de 2012.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se até perdurar a necessidade ou até 31 de dezembro de 2012 .

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1486 de 05 de março de 2012; e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 03 de Abril de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1498 de 03 de Abril de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Considerando a necessidade de atendimento à turma de Educação Infantil-20 horas, na Escola Básica Municipal Julio da Costa Neves, devido o afastamento da professora efetiva responsável decorrente de problemas de saúde;

Considerando a ausência de disponibilidade de professores no teste Seletivo nº 01/2011, devido a contratação de todos os aprovados no referido certame;

Considerando ainda, a Justificativa da Gerente de Municipal de Educação, quanto a inexistência de outros profissionais da área para o atendimento à referida turma, e a impossibilidade de novo teste seletivo à fim de que se possa realizar a referida contratação à tempo e modo;

DECRETA;

Artigo 1º - Fica nomeada a Senhora ANGELA FABIANA PEREIRA, para exercer o Cargo de PROFESSOR I- 20 HORAS; Ensino Fundamental, em substituição á servidora efetiva no cargo CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT, em licença para tratamento de saúde; com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á até que perdure o afastamento da servidora citada no artigo anterior.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 03 de Abril de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1499, de 03 de Abril de 2012.

DECRETA HORÁRIO ESPECIAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal do município de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Será concedido Horário Especial no dia 05 de Abril de 2012 (quinta-feira), sendo turno único das 07h00min às 13h00min, nas repartições Públicas Municipais, com exceção dos serviços de travessia da balsa na Comunidade de Linha Volta Grande.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 03 de Abril de 2012.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1500 de 04 de Abril de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Considerando a necessidade de atendimento na Unidade Central de Saúde e também nas Unidades de Linha Araraquara e Volta Grande;

Considerando a ausência de profissionais inscritos no ultimo Concurso Público realizado:

Considerando ainda, a Justificativa do Gerente de Municipal de Saúde; quanto a existencia de um só profissional na area, e a grande demanda de atendimento, e a impossibilidade de teste seletivo à fim de que se possa realizar a referida contratação à tempo e modo;

DECRETA;

Artigo 1º - Fica nomeado o Senhor MAURO RICARDO GRIZZA ROSSI, para exercer o Cargo de MÉDICO CLINICO GERAL- 20 HORAS; com vencimento salarial previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á até 31 de dezembro de 2012, ou até a realização e homologação de Concurso público ou Processo seletivo, para o cargo.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 04 de Abril de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Processo de Licitação Nº 012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2012
Modalidade: PREGÃO nº 003/2012

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o

Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra, de forma parcelada, segundo as necessidades, de serviços de recapagem, recauchutagem e conserto de pneus de automóveis, utilitários, caminhões e máquinas agrícolas e rodoviárias, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 14h, do dia 19 de abril de 2012. Na mesma data, às 14h15min, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal, em cada um dos itens da licitação. Íntegra do Edital encontra-se na página na no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: compras@altobelavista.sc.gov.br. Alto Bela Vista (SC), em 19 de abril de 2012. Sérgio Luiz Schmitz - Prefeito Municipal.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1461, de 29 de março de 2012.

DECRETO Nº 1461, de 29 de março de 2012.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.555 de 24/10/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 385.742,28 (Trezentos e oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.06	SERVIÇOS URBANOS		
02.06.15	URBANISMO		
02.06.15.452	SERVIÇOS URBANOS		
02.06.15.452.1503	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
02.06.15.452.1503.1041	MANUT. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
33900000-0300-000	Aplicações DiretasR\$	40.000,00	
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	40.000,00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.10	SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS		
02.10.26	TRANSPORTE		
02.10.26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
02.10.26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS		
02.10.26.782.2601.1054	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS		
33900000-0300-000	Aplicações DiretasR\$	58.642,28	
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	58.642,28	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.05	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES		
02.05.27	DESPORTO E LAZER		
02.05.27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO		
02.05.27.812.2701	ESPORTE E VIDA		
02.05.27.812.2701.1062	AMPLIAÇÃO DA ÁREA ESPORTIVA		
44900000-0324-055	Aplicações DiretasR\$	150.000,00	

44900000-0300-000	Aplicações DiretasR\$	18.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	168.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.04.12	EDUCAÇÃO		
02.04.12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
02.04.12.361.1201	ENSINO PARA TODOS		
02.04.12.361.1201.2036	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		
33500000-0300-000	Aplicações DiretasR\$	50.000,00	
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	50.000,00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.05	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES		
02.05.13	CULTURA		
02.05.13.392	DIVISÃO CULTURAL		
02.05.13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		
02.05.13.392.1301.2039	MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS		
33900000-0300-000	Aplicações DiretasR\$	56.000,00	
44900000-0100-000	Aplicações DiretasR\$	6.800,00	
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	62.800,00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.02	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
02.02.04	ADMINISTRAÇÃO		
02.02.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.02.04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.02.04.122.0402.2003	MANUT. SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
31710000-0100-000	Aplicações DiretasR\$	4.100,00	
33710000-0100-000	Aplicações DiretasR\$	2.200,00	
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	6.300,00	

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 222.642,28 (Duzentos e vinte e dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2011, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00000- Recursos Ordinários, Destinação de Recursos 000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

§2º. R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2011, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00024 - Transferências de Recursos Outros, Destinação dos Recursos 055 - Transferência de Convênios do Estado, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

§3º. R\$ 13.100,00 (Treze mil e cem reais) por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.02	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
02.02.04	ADMINISTRAÇÃO		
02.02.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.02.04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.02.04.122.0402.2003	MANUT. SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
44900000-0100-000	Aplicações DiretasR\$	6.300,00	
TOTAL ANULADO	R\$	6.300,00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.05	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES		
02.05.13	CULTURA		
02.05.13.392	DIVISÃO CULTURAL		

02.05.13.392.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
02.05.13.392.1301.2039 MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
33900000-0100-000 Aplicações DiretasR\$ 6.800,00
TOTAL ANULADO R\$ 6.800,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 29 de março de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 29 de março de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1462, de 29 de março de 2012

DECRETO Nº 1462, de 29 de março de 2012

Cancela Procedimento Licitatório.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Procedimento Licitatório de Tomada de Preços nº 001/2012, para contratação de empresa para pavimentação asfáltica em CBUQ, ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, AREA TOTAL DE 8.534,79M³;

CONSIDERANDO que o objeto da Licitação consiste está atrelado a financiamento junto ao BADESC;

CONSIDERANDO o parecer preliminar dos técnicos do BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. onde relata que o Processo Licitatório não atende os procedimentos operacionais da agência;

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Procedimento Licitatório de Tomada de Preços nº 0001/2012 cujo objeto é pavimentação asfáltica em ruas do Perímetro urbano.

Art. 2º Fica determinada a abertura de novo procedimento licitatório com a mesma finalidade, dentro das normas e exigências estabelecidas pelo BADESC e em conformidade com a Legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/03/2012.

Arroio Trinta - SC, 29 de março de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 0007/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2012

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0007/2012.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E PREGOS PARA REFORMA DE PONTE NA COMUNIDADE DA LINHA SANTO ANTÔNIO, INTERIOR, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 20/04/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 20/04/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 04 de abril de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Lei Nº 1256/2012

LEI Nº 1256

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ALIENAR VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar veículo de propriedade da Prefeitura Municipal de Atalanta, no estado em que se encontra e na forma da Lei, conforme descrição que segue:

- Um veículo PAS/MICRO ONIBUS, Marca e Modelo M. BENS/LO 608D, ano e modelo de 1980, a Diesel, Categoria Oficial, Cor Branca, Chassi nº 30830411524036, Placa nº MDY - 2940

- Um veículo PAS/ONIBUS, Marca e Modelo VOLVO/B58, ano e modelo de 1990, a Diesel, Categoria Oficial, Cor Amarela, Chassi nº 9BV58GB10LE304932, Placa nº MAG - 2718 .

- Um veículo PAS/ONIBUS, Marca e Modelo FORD/B 1618, ano e modelo de 1995, a Diesel, Categoria Oficial, Cor branca, Chassi nº 9BFYTARB2SDB77111, Placa nº LZM - 4380 .

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 4 de abril de 2012.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 008/2012**LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2012**

"REESTRUTURA E ALTERA A TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS (ANEXO II) DA LEI Nº 1.118/2009 DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, ESPECIFICAMENTE, EM RELAÇÃO A REMUNERAÇÃO DO PISO DE AGENTE COMUNITÁRIO E OUTROS, BEM COMO, PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DESTA LEI".

BRAZ BILCK, O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Reestrutura a tabela única de vencimentos dos empregos público, modificando especialmente, o anexo II, da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, condicionado a aprovação do piso municipal no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), em tramite no Poder Legislativo, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. - Fica alterado o quadro geral dos empregos públicos, especificamente, em relação a eliminação do nível estipulado ao Agente Comunitário da Saúde, que passa a receber remuneração de acordo com piso salarial próprio e através de lei específica, vigorando o atual piso nacional à categoria.

ANEXO I

Da Lei nº 1118, de 16 de setembro de 2009.

QUADRO GERAL DOS EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO	CARGOS	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
	Enfermeiro	40	V	02
	Farmacêutico	40	V	01
	Fisioterapeuta	40	IV	01
I	Fonoaudiólogo	40	IV	01
	Médico	40	VII	01
	Nutricionista	40	IV	01
	Odontólogo	40	VI	02
	Psicólogo	40	IV	02

GRUPO	CARGOS	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
II	Técnico em Enfermagem	40	III	03

GRUPO	CARGOS	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
III	Agente Co- munitário de Saúde	40	Remuneração Através da Lei específica (piso)	09
	Agente de Combate às Endemias	40	II	02

GRUPO	CARGOS	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
	Auxiliar Admi- nistrativo	40	II	02
IV	Auxiliar Odon- tológico	40	II	02
	Motorista	40	III	04

	Agente de ser- viços gerais	40	I	06
--	--------------------------------	----	---	----

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos

do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 04 de abril de 2012

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

ANEXO II
Da Lei nº 1118, de 16 de setembro de 2009

TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

REFER. NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
I	650,00	656,76	663,59	670,49	677,46	684,51	691,63	698,82	706,09	713,43	720,85	728,35	735,92	743,58	751,31	759,13	767,02	775,00
II	930,00	939,67	949,44	959,32	969,30	979,38	989,56	999,85	1.010,25	1.020,76	1.031,37	1.042,10	1.052,94	1.063,89	1.074,95	1.086,13	1.097,43	1.108,84
III	1.130,00	1.141,75	1.153,63	1.165,62	1.177,75	1.189,99	1.202,37	1.214,88	1.227,51	1.240,28	1.253,18	1.266,21	1.279,38	1.292,68	1.306,13	1.319,71	1.333,43	1.347,30
IV	1.770,00	1.788,41	1.807,01	1.825,80	1.844,79	1.863,97	1.883,36	1.902,95	1.922,74	1.942,73	1.962,94	1.983,35	2.003,98	2.024,82	2.045,88	2.067,16	2.088,65	2.110,38
V	2.484,00	2.509,83	2.535,94	2.562,31	2.588,96	2.615,88	2.643,09	2.670,58	2.698,35	2.726,41	2.754,77	2.783,42	2.812,36	2.841,61	2.871,17	2.901,03	2.931,20	2.961,68
VI	3.675,00	3.713,22	3.751,84	3.790,86	3.830,28	3.870,12	3.910,37	3.951,03	3.992,12	4.033,64	4.075,59	4.117,98	4.160,81	4.204,08	4.247,80	4.291,98	4.336,61	4.381,71
VII	9.000,00	9.093,60	9.188,17	9.283,73	9.380,28	9.477,84	9.576,41	9.676,00	9.776,63	9.878,31	9.981,04	10.084,84	10.189,73	10.295,70	10.402,78	10.510,96	10.620,28	10.730,73
REFER. NÍVEIS	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	
I	783,06	791,20	799,43	807,75	816,15	824,63	833,21	841,88	850,63	859,48	868,42	877,45	886,57	895,79	905,11	914,52	924,04	
II	1.120,37	1.132,02	1.143,79	1.155,69	1.167,71	1.179,85	1.192,12	1.204,52	1.217,05	1.229,71	1.242,50	1.255,42	1.268,47	1.281,67	1.295,00	1.308,46	1.322,07	
III	1.361,31	1.375,47	1.389,77	1.404,23	1.418,83	1.433,59	1.448,50	1.463,56	1.478,78	1.494,16	1.509,70	1.525,40	1.541,26	1.557,29	1.573,49	1.589,85	1.606,39	
IV	2.132,33	2.154,51	2.176,91	2.199,55	2.222,43	2.245,54	2.268,90	2.292,49	2.316,33	2.340,42	2.364,76	2.389,36	2.414,21	2.439,31	2.464,68	2.490,32	2.516,22	
V	2.992,48	3.023,60	3.055,05	3.086,82	3.118,92	3.151,36	3.184,13	3.217,25	3.250,71	3.284,52	3.318,67	3.353,19	3.388,06	3.423,30	3.458,90	3.494,87	3.531,22	
VI	4.427,28	4.473,32	4.519,85	4.566,85	4.614,35	4.662,34	4.710,83	4.759,82	4.809,32	4.859,34	4.909,87	4.960,94	5.012,53	5.064,66	5.117,33	5.170,55	5.224,33	
VII	10.842,33	10.955,09	11.069,02	11.184,14	11.300,46	11.417,98	11.536,73	11.656,71	11.777,94	11.900,43	12.024,19	12.149,25	12.275,60	12.403,26	12.532,26	12.662,59	12.794,29	

Lei Complementar Nº007/2012**LEI COMPLEMENTAR Nº007/2012**

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, VENCIMENTOS E REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ATALANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ATALANTA Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Fica instituído nos termos desta Lei Complementar, o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração do Poder Executivo Municipal, com vistas a organizar os cargos de provimento efetivo e os em comissão, visando assegurar a eficiência da ação administrativa e a qualidade do serviço público.

Art. 2º - Os servidores vinculados a área do Magistério da Rede Pública Municipal, bem como, os servidores contratados pelo sistema do emprego público, serão regidos por Plano de Carreira e Vencimentos estabelecido em lei específica e, através da Lei No. 1.118/2009, respectivamente.

Art. 3º - O regime jurídico aplicado aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo de que trata esta Lei Complementar, é o disposto na LC No. 005/2011, que trata sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Atalanta.

**CAPITULO II
DOS CONCEITOS**

Art. 4º - Para efeitos de aplicação e implantação da presente Lei, é adotada a seguinte conceituação:

PLANO DE CARREIRA: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos dos cargos, remuneração e desenvolvimento na carreira dos servidores efetivos;

CARREIRA: perspectiva de crescimento profissional do servidor na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação e atribuições correspondentes ao cargo;

CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO: é aquele que depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e validade, consistindo em um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades com denominação própria de acordo com a área de atuação e formação profissional;

CARGO EM COMISSÃO: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VENCIMENTO: retribuição pecuniária paga ao servidor pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;

REMUNERAÇÃO: retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas em lei;

GRUPO OCUPACIONAL: conjunto de cargos reunidos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de complexidade e responsabilidade;

REFERÊNCIA: graduação horizontal ascendente, existente em cada nível;

PROGRESSÃO FUNCIONAL: é a passagem para a referência imediatamente superior dentro de um mesmo nível de vencimento;

QUADRO DE PESSOAL: conjunto de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão;

AValiação DE DESEMPENHO: apuração do desempenho do servidor no efetivo exercício das atribuições inerentes ao cargo que ocupa, aferindo os aspectos referentes à área de atuação e as obrigações funcionais com vistas à progressão funcional;

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: constitui-se no processo permanente de aquisição de informações pelo servidor, de todo e qualquer conhecimento, seja através de capacitação continuada, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele;

INTERSTÍCIO: o lapso de tempo fixado para as progressões funcionais;

QUADRO DE LOTAÇÃO: Agrupamento de cargos de provimento efetivo e comissionado, integrantes de cada órgão da Administração Direta e Indireta.

NÍVEL DE VENCIMENTO: o valor do vencimento dos cargos de provimento efetivo, é identificado através do Anexo I, desta Lei Complementar.

**CAPITULO III
QUADRO DE SERVIDORES****SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES**

Art. 5º - O quadro de servidores públicos da Administração do Município de Atalanta, referente aos cargos de Provimento Efetivo e cargos em Comissão, são distribuídos nos seguintes grupos ocupacionais:

§ 1º - Integram o Grupo Ocupacional de Cargos de Provimento Efetivo:

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (GS): abrange os cargos cujas tarefas requerem grau elevado de atividade intelectual, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão do curso superior e registro no órgão competente;

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO (GT): abrange os cargos cujas tarefas e conhecimentos se caracterizam por certa complexidade e pouco esforço físico, para o qual se exige certificado de conclusão do ensino médio com grade curricular de área técnica ou técnica pós-médio, além de registro no respectivo órgão de classe, quando houver;

GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO (GA): abrange os cargos cujas tarefas se caracterizam pelo trabalho burocrático e organizacional com média e baixa complexidade e esforço intelectual, para o qual se exige formação em ensino médio completo;

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL (GO): abrange os cargos cujas tarefas requerem conhecimento prático do trabalho, limitadas a uma rotina com predominância de esforço físico, para qual se exige formação em ensino fundamental ou médio, completo ou incompleto.

§ 2º - Integram o Grupo Ocupacional de Cargos em Comissão:

GRUPO OCUPACIONAL EM COMISSÃO (GC): elenca os cargos de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

§ 3º - Para o ingresso nos quadros de pessoal, deverá ser respeitado os requisitos previstos na Lei que trata sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Atalanta.

Art. 6º. Fica extinto o cargo de auxiliar de enfermagem, não existindo ocupação das duas (02) vagas até a presente data, consequentemente, possível a referida extinção imediata.

SEÇÃO II DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 7º - Os atuais cargos de provimento efetivo que compõem a estrutura da Administração do Poder Executivo, nas quantidades, com níveis de vencimento, grupos e jornada de trabalho, estão demonstrados em destaque no Anexo I, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal emitirá por decreto, no mesmo dia da publicação da presente Lei, manual de ocupações contendo as atribuições e habilitações dos cargos de provimento efetivo da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

SEÇÃO III DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 9º - Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, com valor de vencimento e jornada de trabalho constante nos Anexos IV da presente Lei Complementar.

Art. 10º - Quando um servidor efetivo for nomeado para desempenhar as atribuições de cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pela remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa, acrescido do percentual de gratificação sobre valor do respectivo cargo, identificando-se pela sigla (FEC), conforme limites e regras do anexo IV.

§ 1º - A diferença remuneratória prevista no caput será devida durante o período da nomeação para desempenhar as atribuições do cargo comissionado, devendo a parcela ser destacada em seu comprovante salarial, sem prejuízo das demais vantagens e não será incorporada ao vencimento do servidor.

§ 2º - Sobre as opções de remuneração prevista no caput, o valor da pensão ou benefício de aposentadoria será proporcional ao período exercido junto ao quadro comissionado do Município e do cargo público efetivo ou estável, observada a regra do § 3º deste artigo.

§ 3º - Na hipótese do § 2º deste artigo, e desde que tenha havido contribuição ao Regime Próprio de Previdência, obter-se-á uma média geral que corresponda ao período contributivo entre a condição de servidor efetivo e a nomeação em cargo comissionado.

SEÇÃO IV DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 11º - A jornada de trabalho dos servidores da Administração, observado o limite semanal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e as peculiaridades de alguns cargos, terá remuneração integral ou proporcional a sua jornada em conformidade com o estabelecido nos Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º Os casos de flexibilização do controle do horário estão demonstrados na Lei que trata sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais ou por decreto municipal.

§ 2º Observado o interesse público e as peculiaridades das Unidades Administrativas da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, poderá o Chefe do Poder Executivo estabelecer mediante Decreto, turno único para a jornada de trabalho dos servidores sem prejuízo da respectiva remuneração.

SEÇÃO V DA LOTAÇÃO DO SERVIDOR

Art. 12º - Lotação é o local onde o servidor exerce as atribuições e responsabilidades do cargo público para o qual foi nomeado.

Parágrafo único - Excetuam-se das disposições contidas neste artigo, os profissionais da área do magistério que deverão observar os critérios estabelecidos em lei própria da categoria.

SEÇÃO VI DO ENQUADRAMENTO

Art. 13º - Os titulares de cargo de provimento efetivo, pertencentes à administração municipal, serão enquadrados nos níveis definidos no Anexo I da presente Lei Complementar e os efeitos financeiros serão decorrentes a partir do primeiro dia do mês subsequente da publicação da presente Lei Complementar.

§ 1º No processo de enquadramento do servidor serão considerados os seguintes fatores:

I - a igualdade de denominação, atribuição do cargo e nível de escolaridade previsto no respectivo concurso público que o servidor se habilitou;

II - as transformações de cargos;

III - os vencimentos do cargo ocupado e o vencimento do cargo no qual se dará o enquadramento;

§ 2º Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos.

CAPÍTULO IV DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA

SEÇÃO I DO PISO MÍNIMO MUNICIPAL E DA TABELA DE VENCIMENTOS

Art. 14º - Fica instituído o Piso Mínimo dos Servidores Públicos do Município de Atalanta, com o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, o qual deverá ser reajustado na mesma data e pelo mesmo índice fixado para revisão geral anual dos servidores previsto na Lei Complementar No.005/2011.

§ 1º - O Piso Mínimo Municipal não poderá ser inferior ao valor do Salário Mínimo Federal Vigente, em conformidade com os artigos 7º, inciso IV e 39 § 3º, da Constituição Federal.

§ 2º - Sendo o Piso Mínimo Municipal inferior ao Salário Mínimo Federal Vigente, deverá ser adotado o valor deste como referência, para a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, cuja diferença será paga ao servidor público com expresso destaque em folha de pagamento.

Art. 15º - O valor do vencimento base correspondente aos níveis de carreira do Servidor Público Municipal será obtido pela aplicação dos coeficientes ao Piso Mínimo Municipal, nos termos do

Anexo I desta Lei Complementar e na forma a seguir identificada:

I - Nível A: coeficiente 1,000

II - Nível B: coeficiente 1,7385

III - Nível C: coeficiente 1,9231

IV - Nível D: coeficiente 2,0000

V - Nível E: coeficiente 2,6000

VI - Nível F: coeficiente 2,7231

VII - Nível G: coeficiente 4,1539

VIII - Nível H: coeficiente 4,2662

IX - Nível I: coeficiente 6,9231

SEÇÃO II

DA REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO

Art. 16º - Define, como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a ser utilizado no cálculo da Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município.

§ 1º Para a definição do percentual do INPC previsto no caput, será utilizado o valor do indexador acumulado nos últimos 12 (doze) meses, usando-se como referência final do período, o mês de dezembro do ano que antecede a data base.

§ 2º Fica estabelecido o mês de janeiro como data base para a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Administração Direta e Indireta do Município, bem como, a concessão dos efeitos financeiros respectivos.

Art. 17º - Os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos e fixados nos termos do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2.003.

Art. 18º - Havendo disponibilidade financeira poderá ser concedido, além da revisão geral anual referida no artigo 19 desta Lei Complementar, aumento real através de lei específica.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO DE POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

Art. 19º - Fica instituída a Comissão de Política e Remuneração de Pessoal com objetivo de colher subsídios e formular sugestões que orientem as políticas municipais de pessoal e de remuneração.

§ 1º A comissão mencionada no caput será composta por:

I - Secretário Municipal de Administração;

II - Assessor Jurídico ou servidor advogado indicado pelo Executivo;

III - Um (01) servidor indicado pelo Prefeito Municipal pertencente ao quadro geral dos servidores, devendo estar lotado no Departamento de Recursos Humanos;

IV - Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal;

V - Um (um) servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipal;

§ 2º Além das competências previstas no caput, deverá a comissão instituída, participar de todos os estudos e reformas eventualmente produzidas na área de Política de Pessoal e de Remuneração.

§ 3º A designação dos membros da comissão será anual, formalizada por Decreto, podendo os mesmos serem reconduzidos.

CAPÍTULO V

DA CARREIRA

Art. 20º - Carreira é a perspectiva de crescimento profissional do servidor efetivo na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação e atribuições correspondentes ao cargo.

Art. 21º - O ingresso na carreira dar-se-á no nível e referências inicial do cargo para o qual o servidor prestou concurso público.

Art. 22º - O avanço na carreira do servidor estável a partir da presente Lei Complementar poderá ser efetivado mediante Progressão por Desempenho Profissional.

§ 1º Fica vedado o avanço na carreira para o servidor estável, durante o período que estiver nomeado para os cargos de Secretário Municipal.

§ 2º Além da Progressão por Desempenho Profissional e do Adicional por Tempo de Serviço previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o servidor poderá agregar ao seu vencimento o Adicional por Capacitação Profissional e o Adicional por Formação Profissional, desde que atendidos os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

SEÇÃO I

DA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL

Art. 23º - A Progressão por Desempenho Profissional do servidor efetivo estável dar-se-á de forma horizontal, a cada 03 (três) anos, e corresponde a um acréscimo de 3% (três por cento) do vencimento base do cargo efetivo que ocupa, de acordo com o Anexo III da presente Lei Complementar.

§ 1º O período de avaliação de desempenho se inicia a partir do término do estágio probatório e será realizada anualmente, no mês de aniversário de estabilidade do servidor.

§ 2º A Avaliação por Desempenho Profissional será realizada anualmente, sendo que a cada triênio far-se-á uma média aritmética dos resultados das avaliações do período, cujo indicativo representará o resultado final para fins da Progressão de que trata o artigo 23 desta Lei Complementar.

§ 3º - O instrumento da avaliação de desempenho será efetuado através do preenchimento de 04 (quatro) fichas, compreendendo:

I - auto avaliação;

II - avaliação efetuada pela chefia imediata;

III - avaliações de 02 (dois) servidores efetivos estáveis lotados no mesmo Departamento ou Divisão do servidor avaliado.

§ 4º As fichas de avaliação conterão os seguintes critérios:

I - domínio sobre as atribuições do cargo;

II - pontualidade;

III - assiduidade;

IV - iniciativa;

V - flexibilidade;

VI - produtividade e qualidade do trabalho;

VII - disciplina;

VIII - ética pública;

IX - cuidados com materiais, equipamentos e ambiente;

X - relacionamento interpessoal.

§ 5º A auto avaliação, as avaliações da Chefia imediata e dos servidores avaliadores terão os seguintes pesos:

I - servidor: 01

II - servidores avaliadores: 04; considerando peso 02 para cada avaliação

III - chefia imediata: 05

§ 6º A fim de obter o resultado de cada avaliação por desempenho profissional, será considerada a média aritmética dos fatores avaliatórios.

§ 7º O resultado final da avaliação será composto da soma entre a média aritmética de cada avaliação multiplicada pelo seu respectivo peso.

§ 8º Os servidores efetivos estáveis indicados a fazer a avaliação do servidor serão escolhidos mediante prévio sorteio, cujo procedimento será efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos.

Art. 24º - Ocorrendo insuficiência de servidores estáveis no Departamento, Divisão ou Unidade a qual o servidor avaliado pertence, a indicação por sorteio deverá recair em servidores de outros setores que possuam similitude de atividade profissional, exigindo-se dos indicados a mesma habilitação profissional do avaliado.

Art. 25º - O avaliador pode declarar-se impedido ou suspeito, devendo manifestar-se através de requerimento endereçado ao Departamento de Recursos Humanos, devidamente fundamentado, no prazo de até 05 (cinco) dias anteriores a avaliação, podendo ser substituído.

§ 1º Considera-se impedido para efeitos de avaliação o servidor que esteja avaliando cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha ou colateral até o segundo grau.

§ 2º Reputa-se suspeito quando o servidor for amigo íntimo ou inimigo capital do servidor avaliado; quando for credor ou devedor seu ou de seu cônjuge ou parentes; receber dádivas; ter interesse na avaliação em seu favor ou por qualquer motivo declarado íntimo, desde que, devidamente fundamentado.

Art. 26º - Os critérios especificados no Artigo. 23, § 4º incisos I a X desta Lei Complementar, a serem utilizados pelos avaliadores indicados para efetuar a análise da Avaliação de Desempenho com vistas a Progressão funcional, serão aferidos através de formulário próprio, adotando-se os indicadores e a tabela de pontuação a seguir identificados:

I - INDICADORES

a) Ótimo: (09 a 10 pontos);

b) Bom: (07 a 08 pontos);

c) Regular: (05 a 06 pontos);

d) Insuficiente: (01 a 04 pontos).

II - TABELA DE PONTUAÇÃO - RESULTADO FINAL

a) Supera o desempenho esperado de 90 a 100 pontos;

b) Atinge o desempenho esperado de 70 a 89 pontos;

c) Atinge parcialmente o desempenho esperado de 50 a 69 pontos;

d) Não atinge o desempenho esperado de 01 a 49 pontos.

§ 1º É de competência do Departamento de Recursos Humanos orientar os avaliadores e o servidor avaliado, bem como, dar acesso aos formulários de avaliação e auto avaliação, os quais deverão ser preenchidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento.

§ 2º O não cumprimento dos prazos estabelecidos acarretará a apuração em procedimento administrativo, a fim de verificar as responsabilidades.

§ 3º O modelo do formulário de Avaliação para Progressão por Desempenho Profissional e a forma de apuração dos critérios estabelecidos nos incisos I a X, § 4º, do artigo 23 desta Lei Complementar, serão regulamentados por Decreto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei Complementar.

Art. 27º - Após o recebimento dos formulários devidamente preenchidos o Departamento de Recursos Humanos elaborará relatório de Avaliação com base nas informações recebidas.

Art. 28º - O relatório mencionado no artigo anterior deverá ser encaminhado a chefia imediata do servidor avaliado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Compete a Chefia imediata, após o recebimento do Relatório de Avaliação, num prazo máximo de três (03) dias úteis:

I - comunicar ao avaliado o resultado final da sua avaliação;

II - discutir conjuntamente com a equipe envolvida no respectivo processo, as informações prestadas nas fichas das avaliações;

III - oportunizar a defesa oral do avaliado sobre eventuais conflitos existentes no resultado dos itens avaliados;

IV - colher assinatura do avaliado no respectivo relatório, e informando-o caso persista conflito no resultado final da avaliação, sobre a possibilidade de impetrar recurso ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência do fato.

Art. 29º - O relatório de avaliação de desempenho profissional consignará os indicadores de pontuação, implicando nos seguintes procedimentos quanto ao resultado final:

I - Ótimo: supera o desempenho esperado, quando atinge a pontuação do resultado final de 90 a 100 pontos;

II - Bom: atinge o desempenho esperado, quando alcança a pontuação do resultado final de 70 a 89 pontos;

III - Regular: atinge parcialmente o desempenho esperado, quando alcança a pontuação do resultado final de 50 a 69 pontos;

IV - Insuficiente: não atinge o desempenho esperado, quando alcança a pontuação do resultado final de 01 a 49 pontos.

§ 1º Quando o resultado da avaliação for enquadrada nos incisos I e II deste artigo, deverá a Chefia imediata do avaliado, encaminhar

o Relatório de Avaliação, após a apresentação e discussão do resultado, para registro do resultado final e arquivamento na pasta funcional do servidor.

§ 2º - Quando o resultado da avaliação for enquadrada nos incisos do III e IV deste artigo, deverá a Chefia imediata do avaliado, elaborar relatório circunstanciado enfatizando as ocorrências que determinaram o resultado, indicando os procedimentos necessários para reduzir as dificuldades apontadas e encaminhá-las ao Departamento de Recursos Humanos.

§ 3º O Departamento de Recursos Humanos após análise e verificação das providências indicadas pela chefia deverá adotar as seguintes medidas:

I - encaminhar o servidor para capacitação;

II - promover uma análise sobre a adaptação do servidor relativa ao local de trabalho;

III - identificar se há de possíveis problemas pessoais do servidor;

IV - remanejar o servidor, respeitada as atribuições e vencimento do cargo;

V - outras medidas pertinentes.

§ 4º Apenas fará jus a Progressão por Desempenho Profissional, no triênio, o servidor que obtiver na média aritmética dos resultados das avaliações anuais, a pontuação igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

§ 5º Caso o servidor se sinta lesado quanto ao resultado final da sua avaliação no período, poderá requerer reavaliação do processo junto ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, cujo pedido deverá ser instruído com o resultado de todas as avaliações do triênio.

§ 6º Após a reavaliação, compete ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, adotar pelos seguintes procedimentos:

I - solicitar nova avaliação caso existam elementos ou fatos que justifiquem tal procedimento;

II - retificar o ato avaliador caso exista erro no cálculo dos resultados apontados;

III - ratificar o ato, quando não restar comprovado nenhum conflito ou erro a ser sanado.

§ 7º Da decisão final do resultado da reavaliação promovida pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira, e subsistindo ainda dúvida pelo servidor quanto ao direito de progredir na carreira por Avaliação de Desempenho Profissional, face aos resultados apresentados, poderá em último grau de Recurso Administrativo, requerer ao Prefeito Municipal reavaliação do resultado apresentado pelo Comitê, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência do fato.

§ 8º O Prefeito Municipal após análise, caso o pedido seja tempestivo decidirá mediante parecer conclusivo em 10 (dez) dias úteis e encaminhará ao Departamento de Recursos Humanos para as providências pertinentes, e se intempestivo, o pedido será indeferido de plano, sem resolução de mérito.

Art. 30º - Perderá o direito à Progressão por Desempenho Profissional o servidor que no triênio que serve como data base à avaliação estiver enquadrado em uma das situações abaixo:

I - tenha sofrido punição disciplinar com ampla defesa em processo administrativo disciplinar;

II - possua mais de 03 (três) faltas injustificadas no período;

III - estiver aposentado pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipal;

IV - estiver em Estágio Probatório.

Art. 31º - A avaliação do servidor com vistas a Progressão por Desempenho Profissional será interrompida nos seguintes casos:

I - licença para cumprimento de mandato eletivo;

II - licença para serviço militar;

III - licença para dirigir associação sindical;

IV - licença para tratar de assuntos particulares;

V - licença para ocupar cargo de confiança ou comissão em outros órgãos públicos;

VI - licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

VII - afastamento para tratamento de saúde superior a 30 (trinta) dias no ano;

VIII - Licença para acompanhar tratamento por motivo de doença em pessoa da família superior a 30 (trinta) dias;

IX - afastamento do cargo decorrente de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente enquanto perdurar a prisão;

X - afastamento do cargo em virtude de condenação por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo.

§ 1º Não será interrompida a Progressão por Desempenho Profissional, de servidor em efetivo exercício, que seja readaptado de função em caráter temporário ou definitivo por determinação médica, devidamente comprovado através de laudo médico expedido pela Perícia Médica do Município.

§ 2º Para o servidor efetivo que na época da Avaliação por Desempenho Profissional estiver exercendo cargo comissionado na área afim de seu cargo de origem, adotar-se-á todo o procedimento de avaliação por desempenho profissional previsto para os demais servidores.

§ 3º Cessada a interrupção, reinicia-se a contagem do prazo com vistas a completar o triênio da avaliação, computando-se neste caso, o período existente a partir da última avaliação até a data de início da interrupção.

§ 4º A Avaliação Subsidiária objetiva acompanhar o desempenho do servidor e será aplicada, nas seguintes hipóteses:

I - quando houver movimentação do servidor para outro local de trabalho;

II - quando houver afastamento para tratamento de saúde, mediante motivo justificado por período igual ou superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

III - em caso de interrupção decorrente das situações elencadas nos incisos I a VI deste artigo.

§ 5º Sempre que houver Avaliação Subsidiária, o resultado final da Avaliação de Desempenho no respectivo período será apurado através de média aritmética ponderada de todas as avaliações efetivadas dentro do mesmo lapso temporal.

§ 6º Do resultado da avaliação de desempenho de cada período o servidor pode interpor recurso ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento da comunicação por escrito, encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos, acompanhada da ficha de avaliação.

§ 7º Não poderá obter Adicional por Capacitação Profissional o servidor que no triênio da avaliação, embora tenha atingido a meta de cursos, não atingir concomitantemente no mesmo período, a pontuação mínima necessária para a Progressão por Desempenho Profissional.

Art. 32º - Fica assegurado aos atuais servidores estáveis em exercício, aos inativos e pensionistas, direitos provenientes da Progressão na carreira, mediante avaliação de desempenho efetivada na Lei anterior.

Art. 33º - A contagem de tempo para a Progressão por Desempenho Profissional instituída nos termos da presente Lei Complementar, aos servidores estáveis em exercício, ocorrerá a partir da realização da última Progressão por Avaliação de Desempenho, instituída pela Lei nº 0944/2007.

Art. 34º - O reflexo financeiro da Progressão por Desempenho Profissional, quando conquistado pelo servidor mediante as regras dispostas nesta Lei Complementar, será devido a partir do mês subsequente da aprovação do respectivo triênio de avaliação.

Parágrafo Único - Aplica-se a regra relativa ao prazo para o reflexo financeiro disposta no artigo anterior, aos servidores estáveis que já obtiveram progressões anteriores na carreira mediante a Avaliação de Desempenho com base na Lei nº 0944/2007.

Art. 35º - Ficam limitadas em 10 (dez) Progressões por Desempenho Profissional a ser concedida ao servidor de carreira vinculado a Administração do Município.

SEÇÃO II

DO ADICIONAL POR CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 36º - Fica instituído o Adicional por Capacitação Profissional, com o objetivo de valorizar e aperfeiçoar o desempenho das atividades laborativas afetas ao cargo que o servidor ocupa na Administração Direta e Indireta do Município.

§ 1º - O Adicional por Capacitação Profissional poderá ser conquistado pelo servidor a cada 03 (três) anos, e uma vez deferido, corresponderá a um acréscimo de 2% (dois por cento) incidente sobre o seu vencimento base, em conformidade com o Anexo III da presente Lei Complementar.

§ 2º - A análise dos cursos efetuados pelo servidor com vistas ao Adicional por Capacitação será efetuada juntamente com a Progressão por Desempenho Profissional.

Art. 37º - O Adicional por Capacitação Profissional é decorrente da capacitação continuada do servidor através do aperfeiçoamento e a atualização na área de atuação.

Art. 38º - Para fazer jus ao Adicional por Capacitação Profissional o servidor público deverá participar de cursos com a seguinte carga horária:

I - 80 (oitenta) horas de capacitação para os servidores integrantes do Grupo Ocupacional Superior;

II - 60 (sessenta) horas de capacitação para os servidores integrantes do Grupo Ocupacional Técnico;

III - 60 (sessenta) horas de capacitação para os servidores integrantes do Grupo Ocupacional Administrativo;

IV - 40 (quarenta) horas de capacitação para os servidores integrantes do Grupo Ocupacional Operacional.

§ 1º Somente serão computadas as horas de capacitação previstas no caput, desde que estejam vinculadas a área de atuação e/ou de exercício do cargo do servidor, devendo ser previamente homologadas e registradas no Departamento de Recursos Humanos do Município.

§ 2º Os cursos de formação de ensino fundamental, médio, técnico, superior em nível de graduação, pós-graduação e outros, exigidos como pré-requisito para o exercício profissional em cada grupo ocupacional, previsto no respectivo Edital de Concurso Público para o qual o servidor se habilitou, não poderão ser considerados para fins de Adicional por Capacitação.

Art. 39º - A partir da publicação da presente Lei Complementar, o servidor que encontrar-se em estágio probatório e realizar durante este período, cursos de capacitação/treinamentos com carga horária prevista para seu grupo ocupacional, e relacionados com sua área de atuação e cargo que ocupa, poderá requerer o primeiro Adicional por Capacitação, após o cumprimento do prazo e aprovação para a aquisição da estabilidade no cargo público.

Art. 40º - A partir da publicação da presente Lei Complementar, os atuais servidores que já adquiriram a estabilidade poderão requerer o primeiro Adicional por Capacitação Profissional, considerando para tanto, os cursos/ treinamentos concluídos nos últimos 03 (três) anos, relacionados com seu cargo e área de atuação.

Art. 41º - A partir da próxima avaliação dos cursos com vistas ao Adicional por Capacitação Profissional, que ocorrerá a cada 03 (três) anos juntamente com a Avaliação por Desempenho Profissional, somente serão validados os cursos e treinamentos concluídos dentro do respectivo triênio de avaliação.

Parágrafo Único - Não serão computados cumulativamente certificados de cursos para efeitos de Adicional por Capacitação Profissional e para o Adicional por Formação Profissional.

Art. 42º - O Adicional por Capacitação Profissional deverá ser requerido ao Departamento de Recursos Humanos, devendo o interessado apresentar no mês de aniversário de sua estabilidade, fotocópia autenticada dos respectivos certificados, realizados no período considerado para o respectivo benefício.

Art. 43º - O efeito financeiro do Adicional por Capacitação Profissional, condicionado a pontuação mínima prevista para a Progressão por Avaliação de Desempenho, será devido a partir do mês subsequente da homologação dos cursos efetuada pelo Comitê Permanente de Progressão de Carreira.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, mediante justificativa, quando os documentos (certificados dos cursos) forem apresentados fora do prazo previsto nesta lei complementar, e após análise, forem reconhecidos, o efeito financeiro decorrente, será devido somente a partir do mês subsequente da homologação efetuada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira.

Art. 44º - Ficam limitados em 10 (dez) Adicionais por Capacitação

Profissional a ser concedida ao servidor.

SEÇÃO III DO ADICIONAL POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 45º - Fica instituído o Adicional por Formação Profissional como estímulo ao aperfeiçoamento, com o acréscimo de 10% (dez por cento) por nível de formação concluída, incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, em conformidade com o Anexo III desta Lei Complementar, a ser deferido ao servidor estável mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

I - servidor cuja habilitação exigida para ingresso no serviço público é equivalente ao ensino fundamental completo ou incompleto; ou ensino médio incompleto, fica assegurado até 03 (três) Adicionais por Formação Profissional, sendo que para primeiro nível de formação, deverá Apresentar diploma/certificado de curso de ensino nível médio, para o segundo a apresentação do diploma do curso de graduação e, respectivamente, para o terceiro, diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de especialização;

II - servidor cuja habilitação exigida para ingresso no serviço público é equivalente ao ensino médio completo; ou curso de nível técnico, fica assegurada até 03 (três) Adicionais por Formação Profissional, sendo que para o primeiro nível de formação, deverá apresentar diploma/certificado do curso de graduação, para o segundo diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de especialização e, respectivamente, para a terceira diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de mestrado;

III - servidor cuja habilitação exigida para ingresso no serviço público é equivalente ao curso de graduação; ou graduação com especialização, fica assegurado até (03) três Adicionais por Formação Profissional, sendo que para o primeiro nível de formação, deverá apresentar diploma/certificado do curso de pós-graduação em nível de especialização, para o segundo, diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de mestrado e, respectivamente, para a terceiro diploma/certificado do curso de pós-graduação em nível de doutorado.

§ 1º Ao servidor estável em exercício é assegurado o recebimento do primeiro Adicional por Formação Profissional correspondente a 10% (dez por cento) a partir da vigência desta Lei Complementar, observados os requisitos descritos no caput mediante requerimento realizado pelo servidor e endereçado ao Departamento de Recursos Humanos.

§ 2º O requerimento deve ser instruído com fotocópia autenticada dos respectivos diplomas ou certificados.

§ 3º - Para o recebimento do segundo e terceiro adicionais de que trata este artigo, deverá ser observado o interstício de 5 (cinco) anos entre cada apresentação do respectivo diploma/certificado.

§ 4º - O diploma/certificado apresentado, visando à concessão do Adicional por Formação Profissional, não poderá ser utilizado para nenhum outro efeito de benefício na carreira do servidor.

Art. 46º - O efeito financeiro do Adicional por Formação Profissional será devido a partir do mês subsequente da homologação do respectivo diploma/certificado efetuada pelo Comitê Permanente de Progressão de Carreira.

SEÇÃO IV DO COMITÊ PERMANENTE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA

Art. 47º - Fica instituído o Comitê Permanente de Progressão na Carreira que tem como objetivo:

I - avaliar, julgar e emitir parecer conclusivo sobre os recursos decorrentes das avaliações com vistas a Progressão por Desempenho;

II - homologar o resultado de cada etapa das Avaliações com vistas à Progressão por Desempenho Profissional e emitir o respectivo conceito sobre o qual o servidor deverá obrigatoriamente ser cientificado;

III - Analisar e homologar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento dos títulos apresentados pelo servidor com vistas ao Adicional por Capacitação Profissional e por Formação Profissional.

Art. 48º - O Comitê Permanente de Progressão na Carreira será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três suplentes), ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis, observando-se na indicação da composição:

I - 01 (um) servidor indicado pelo Secretário Municipal de Administração pertencente ao Departamento de Recursos Humanos;

II - 01 (um) servidor indicado pelo Secretário Municipal de Administração pertencente ao quadro geral dos servidores;

III - 01 (um) servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipal.

Parágrafo Único - A designação dos membros será realizada anualmente, formalizada por Portaria, podendo os mesmos serem reconduzidos.

CAPITULO VI DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 49º - Para os servidores estáveis que completarem novo triênio, com vistas a Progressão por Desempenho Profissional nos exercícios de 2.012 e 2.013 será realizada em caráter excepcional uma única avaliação, observando-se os critérios estabelecidos na presente Lei Complementar, para esta modalidade de Progressão.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50º - Fica incorporado ao vencimento dos servidores efetivos ou estáveis, os direitos adquiridos por tempo de serviço, decorrentes de triênios e anuidades.

Art. 51º - Compete a Secretaria Municipal de Administração expedir os atos administrativos complementares necessários à plena execução de presente Lei Complementar.

Art. 52º - Aplicam-se aos inativos e pensionistas, naquilo que couber, os benefícios previstos nesta Lei Complementar.

Art. 53º - O ocupante de cargo em Comissão de livre nomeação e exoneração, quando não integrante do quadro permanente dos servidores públicos municipais, é contribuinte obrigatório do Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo Único - O servidor enquadrado na situação prevista no caput não faz jus as progressões na carreira nem ao adicional por tempo de serviço, ficando-lhe assegurado apenas o direito a férias anual com o respectivo adicional de 1/3 e a gratificação natalina.

Art. 54º - Ficam mantidas nos diversos órgãos da Administração Autárquica do Poder Executivo as Funções Executivas de Confiança – FEC, constantes do Anexo IV, desta Lei.

Parágrafo único: As Funções Executivas de Confiança, a critério do Chefe do Poder Executivo, serão concedidas a servidores do quadro permanente e/ou a servidores cedidos ou colocados à disposição por outros órgãos públicos, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de execução e controle, ou ainda como retribuição financeira por desempenho de funções extra-cargo, de acordo com o anexo IV, parte integrante desta Lei, e serão sempre incidentes sobre o vencimento básico do cargo

Art. 55º - Os Secretários e Superintendentes Municipais na qualidade de agentes políticos recebem subsídios fixados por lei específica e são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, ficando-lhes assegurado os benefícios previstos no Parágrafo único do Art. 53 desta Lei Complementar.

Art. 56º - A contratação pelo Município de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, será feita mediante lei específica e deve pautar-se na temporariedade, ligada ao interesse público da contratação nos termos do Art. 37, IX, da Constituição Federal.

Art. 57º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão a conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal em vigor.

Art. 58º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente da sua vigência.

Art. 59º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial, a Lei No.944/2007, Lei No. 1092/2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 04 de abril de 2012.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

ANEXO I
Lei complementar nº 007/2012
QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento
GO	Agente de Serviços Gerais Servente	40	A	25	650,00
		40		20	

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GO	Agente Profissional Operador de Equipamento	40	B	07	1.130,03
		40		08	

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GA	Agente Administrativo	35	C	10	1.250,02
	Fiscal de Tributos	35		02	
	Fiscal Sanitário	35		02	
	Fiscal de Obras e Postura	35		02	
	Oficial Administrativo	35		13	
	Secretário de Escola	35		02	

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GT	Técnico em Enfermagem Técnico agrícola	35	D	02	1.300,00
		35		04	

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GT	Oficial de Nível Médio	35	E	02	1.690,00

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GS	Assistente Social	30	F	02	1.770,02
	Engenheiro Agrônomo	35		02	
	Fonoaudiólogo	35		01	
	Médico Veterinário	35		02	
	Nutricionista	35		01	
	Psicólogo	35		02	

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GS	Oficial de Nível Superior	35	G	02	2.700,04
	Odontólogo	35		02	

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GS	Contador	35	H	01	2.773,03

GRUPO	CARGOS	CH	NÍVEIS	Nº DE VAGAS	Vencimento R\$
GS	Médico	20	I	03	4.500,02

CH: Carga Horária

ANEXO II
Lei complementar nº 007/2012
QUADRO DE TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO FUTURA	
CARGOS	NÍVEL	CARGOS	NÍVEL
Agente Administrativo	II	Agente Administrativo	C
Agente Comunitário de Saúde	I	Lei específica nº1118/2009	
Agente de Serviços Gerais	I	Agente de Serviços Gerais	A
Agente Profissional	II	Agente Profissional	B
Assistente Social	IV	Assistente Social	F
Auxiliar de Enfermagem	II	Extinto	
Contador	VII	Contador	H
Engenheiro Agrônomo	V	Engenheiro Agrônomo	F
Fiscal de Tributos	III	Fiscal de Tributos	C
Fiscal Sanitário	III	Fiscal Sanitário	C
Fiscal de Obras e Postura	III	Fiscal de Obras e Postura	C
Fonoaudiólogo	IV	Fonoaudiólogo	F
Médico	VII	Médico	I
Médico Veterinário	V	Médico Veterinário	F

Nutricionista	IV	Nutricionista	F
Odontólogo	IV	Odontólogo	G
Oficial Administrativo	III	Oficial Administrativo	C
Oficial de Nível Médio	IV	Oficial de Nível Médio	E
Oficial de Nível Superior	VII	Oficial de Nível Superior	G
Operador de Equipamento	II	Operador de Equipamento	B
Psicólogo	IV	Psicólogo	F
Secretário de Escola	II	Secretário de Escola	C
Servente	I	Servente	A
Técnico Agrícola	III	Técnico Agrícola	D
Técnico em Enfermagem	III	Técnico em Enfermagem	D

Anexo III
Tabela de Progressão

Interstício		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano	13º ano	14º ano	15º ano
Adicional por Tempo de Serviço		1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Progressão Por Desempenho				3%			3%			3%			3%			3%
Adicional por Qualificação				2%			2%			2%			2%			2%

Nível	Valor	Coef.	Escolaridade	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
A	650,00	1,0000	Exigido Concurso	0%	656,50	663,00	669,59	676,28	682,98	689,74	696,64	703,71	710,93	718,31	725,84	733,51	741,31
			1ª Adicional Formação	10%			754,59	761,28	767,98	774,74	781,64	788,71	795,93	803,31	810,84	818,51	826,31
			2ª Adicional Formação	10%								901,53	909,31	917,31	925,51	933,91	942,41
			3ª Adicional Formação	10%											1.075,25	1.082,56	1.128,51
B	1.130,03	1,7385	Exigido Concurso	0%	1.141,33	1.152,63	1.163,93	1.175,23	1.186,53	1.197,83	1.209,13	1.220,43	1.231,73	1.243,03	1.254,33	1.265,63	1.276,93
			1ª Adicional Formação	10%			1.300,55	1.312,19	1.323,83	1.335,47	1.347,11	1.358,75	1.370,39	1.382,03	1.393,67	1.405,31	1.416,95
			2ª Adicional Formação	10%								1.567,32	1.579,19	1.591,06	1.602,93	1.614,80	1.626,67
			3ª Adicional Formação	10%											1.889,32	1.899,32	1.909,32
C	1.250,02	1,9231	Exigido Concurso	0%	1.262,52	1.275,02	1.287,52	1.300,02	1.312,52	1.325,02	1.337,52	1.350,02	1.362,52	1.375,02	1.387,52	1.400,02	1.412,52
			1ª Adicional Formação	10%			1.451,15	1.464,02	1.476,90	1.489,77	1.502,64	1.515,52	1.528,39	1.541,27	1.554,14	1.566,99	1.579,84
			2ª Adicional Formação	10%								1.733,74	1.746,74	1.759,74	1.772,74	1.785,74	1.798,74
			3ª Adicional Formação	10%											2.067,81	2.081,88	2.170,24
D	1.300,00	2,0000	Exigido Concurso	0%	1.313,00	1.326,00	1.339,00	1.352,00	1.365,00	1.378,00	1.391,00	1.404,00	1.417,00	1.430,00	1.443,00	1.456,00	1.469,00
			1ª Adicional Formação	10%			1.496,17	1.509,56	1.522,95	1.536,34	1.549,73	1.563,12	1.576,51	1.589,90	1.603,29	1.616,68	1.630,07
			2ª Adicional Formação	10%								1.803,06	1.816,73	1.830,40	1.844,07	1.857,74	1.871,41
			3ª Adicional Formação	10%											2.150,49	2.165,12	2.257,01
E	1.690,00	2,6000	Exigido Concurso	0%	1.706,90	1.723,80	1.740,70	1.757,60	1.774,50	1.791,40	1.808,30	1.825,20	1.842,10	1.859,00	1.875,90	1.892,80	1.909,70
			1ª Adicional Formação	10%			1.945,02	1.962,43	1.979,84	1.997,25	2.014,66	2.032,07	2.049,48	2.066,89	2.084,30	2.101,71	2.119,12
			2ª Adicional Formação	10%								2.343,98	2.362,15	2.380,32	2.398,49	2.416,66	2.434,83
			3ª Adicional Formação	10%											2.795,64	2.814,66	2.934,12
F	1.770,02	2,7231	Exigido Concurso	0%	1.787,72	1.805,42	1.823,12	1.840,82	1.858,52	1.876,22	1.893,92	1.911,62	1.929,32	1.947,02	1.964,72	1.982,42	2.000,12
			1ª Adicional Formação	10%			2.037,12	2.055,35	2.073,58	2.091,81	2.109,99	2.128,17	2.146,35	2.164,53	2.182,71	2.200,89	2.219,07
			2ª Adicional Formação	10%								2.454,97	2.473,61	2.492,25	2.510,89	2.529,53	2.548,17
			3ª Adicional Formação	10%											2.928,01	2.947,93	3.073,05
G	2.700,04	4,1539	Exigido Concurso	0%	2.727,04	2.754,04	2.837,47	2.865,28	2.893,09	2.920,90	2.948,71	2.976,52	3.004,33	3.032,14	3.060,00	3.087,81	3.115,62
			1ª Adicional Formação	10%			3.107,48	3.135,29	3.163,10	3.190,91	3.218,72	3.246,53	3.274,34	3.302,15	3.330,00	3.357,81	3.385,62
			2ª Adicional Formação	10%								3.744,88	3.773,11	3.801,34	3.829,57	3.857,80	3.886,03
			3ª Adicional Formação	10%											4.466,47	4.496,06	4.687,72
H	2.773,03	4,2662	Exigido Concurso	0%	2.800,76	2.828,49	2.914,18	2.942,74	2.971,30	3.032,67	3.062,09	3.091,51	3.120,93	3.150,35	3.179,77	3.209,19	3.238,61
			1ª Adicional Formação	10%			3.191,48	3.220,04	3.248,60	3.277,16	3.305,72	3.334,28	3.362,84	3.391,40	3.419,96	3.448,52	3.477,08
			2ª Adicional Formação	10%								3.846,11	3.875,11	3.904,11	3.933,11	3.962,11	3.991,11
			3ª Adicional Formação	10%											4.587,22	4.618,43	4.814,44
I	4.500,02	6,9231	Exigido Concurso	0%	4.545,02	4.590,02	4.729,07	4.775,42	4.821,77	5.245,92	5.293,66	5.341,40	5.637,95	5.687,12	5.736,30	6.094,04	6.144,69
			1ª Adicional Formação	10%			5.179,07	5.225,42	5.271,77	5.695,92	5.743,66	5.791,40	6.087,95	6.137,13	6.186,30	6.493,39	6.544,04
			2ª Adicional Formação	10%								6.241,40	6.537,95	6.587,13	6.636,30	6.994,04	7.044,69
			3ª Adicional Formação	10%											7.444,05	7.494,69	7.812,78

Anexo III
Tabela de Progressão

16º ano	17º ano	18º ano	19º ano	20º ano	21º ano	22º ano	23º ano	24º ano	25º ano	26º ano	27º ano	28º ano	29º ano	30º ano	31º ano	32º ano	33º ano	34º ano	35º ano
1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
		3%			3%			3%			3%			3%			3%		
		2%			2%			2%			2%			2%			2%		
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
941,04	948,58	996,18	1.003,94	1.011,70	1.061,03	1.069,02	1.077,01	1.141,53	1.149,76	1.157,99	1.197,60	1.206,08	1.214,56	1.269,51	1.278,24	1.286,98	1.343,96	1.352,96	1.361,96
1.006,04	1.013,58	1.061,18	1.068,94	1.076,70	1.126,03	1.134,02	1.142,01	1.206,53	1.214,76	1.222,99	1.262,60	1.271,08	1.279,56	1.334,51	1.343,24	1.351,98	1.408,96	1.417,96	1.426,96
1.071,04	1.078,58	1.126,18	1.133,94	1.141,70	1.191,03	1.199,02	1.207,01	1.271,53	1.279,76	1.287,99	1.327,60	1.336,08	1.344,56	1.399,51	1.408,24	1.416,98	1.473,96	1.482,96	1.491,96
1.136,04	1.143,58	1.191,18	1.198,94	1.206,70	1.256,03	1.264,02	1.272,01	1.336,53	1.344,76	1.352,99	1.392,60	1.401,08	1.409,56	1.464,51	1.473,24	1.481,98	1.538,96	1.547,96	1.556,96
1.636,01	1.649,11	1.731,86	1.745,36	1.758,85	1.844,60	1.858,50	1.872,40	1.984,55	1.998,87	2.013,18	2.082,04	2.096,78	2.111,53	2.207,05	2.222,24	2.237,43	2.336,49	2.352,13	2.367,77
1.749,01	1.762,11	1.844,87	1.858,36	1.871,85	1.957,60	1.971,50	1.985,40	2.097,56	2.111,87	2.126,19	2.195,04	2.209,78	2.224,53	2.320,05	2.335,24	2.350,43	2.449,49	2.465,13	2.480,77
1.862,02	1.875,12	1.957,87	1.971,36	1.984,86	2.070,61	2.084,51	2.098,40	2.210,56	2.224,87	2.239,19	2.308,04	2.322,79	2.337,53	2.433,06	2.448,24	2.463,43	2.562,49	2.578,13	2.593,78
1.975,02	1.988,12	2.070,87	2.084,37	2.097,86	2.183,61	2.197,51	2.211,41	2.323,56	2.337,88	2.352,19	2.421,05	2.435,79	2.450,53	2.546,06	2.561,25	2.576,43	2.675,49	2.691,14	2.706,78
1.809,73	1.824,22	1.915,76	1.930,68	1.945,61	2.040,47	2.055,84	2.071,21	2.195,28	2.211,11	2.226,95	2.303,11	2.319,42	2.335,73	2.441,40	2.458,20	2.475,00	2.584,58	2.601,88	2.619,19
1.934,73	1.949,22	2.040,76	2.055,69	2.070,61	2.165,47	2.180,84	2.196,22	2.320,28	2.336,12	2.351,95	2.428,12	2.444,43	2.460,74	2.566,41	2.583,20	2.600,00	2.709,58	2.726,89	2.744,19
2.059,73	2.074,22	2.165,76	2.180,69	2.195,61	2.290,47	2.305,84	2.321,22	2.445,28	2.461,12	2.476,95	2.553,12	2.569,43	2.585,74	2.691,41	2.708,21	2.725,01	2.834,58	2.851,89	2.869,19
2.184,73	2.199,22	2.290,76	2.305,69	2.320,62	2.415,47	2.430,85	2.446,22	2.570,28	2.586,12	2.601,95	2.678,12	2.694,43	2.710,74	2.816,41	2.833,21	2.850,01	2.959,59	2.976,89	2.994,19
1.882,09	1.897,16	1.992,36	2.007,88	2.023,40	2.122,05	2.138,04	2.154,03	2.283,05	2.299,52	2.315,99	2.395,20	2.412,16	2.429,12	2.539,02	2.556,49	2.573,96	2.687,92	2.705,92	2.723,91
2.012,09	2.027,16	2.122,36	2.137,88	2.153,40	2.252,05	2.268,04	2.284,03	2.413,05	2.429,52	2.445,99	2.525,20	2.542,16	2.559,12	2.669,02	2.686,49	2.703,96	2.817,92	2.835,92	2.853,91
2.142,09	2.157,16	2.252,36	2.267,88	2.283,40	2.382,05	2.398,04	2.414,03	2.543,05	2.559,52	2.575,99	2.655,20	2.672,16	2.689,12	2.799,02	2.816,49	2.833,96	2.947,92	2.965,92	2.983,91
2.272,09	2.287,16	2.382,36	2.397,88	2.413,40	2.512,05	2.528,04	2.544,03	2.673,05	2.689,52	2.705,99	2.785,20	2.802,16	2.819,12	2.929,02	2.946,49	2.963,96	3.077,92	3.095,92	3.113,91
2.446,71	2.466,30	2.590,06	2.610,24	2.630,42	2.758,67	2.779,45	2.800,24	2.967,97	2.989,38	3.010,79	3.113,76	3.135,81	3.157,86	3.300,72	3.323,44	3.346,15	3.494,30	3.517,69	3.541,08
2.615,71	2.635,30	2.759,06	2.779,24	2.799,42	2.927,67	2.948,45	2.969,24	3.136,97	3.158,38	3.179,79	3.282,76	3.304,81	3.326,86	3.469,72	3.492,44	3.515,15	3.663,30	3.686,69	3.710,08
2.784,71	2.804,30	2.928,06	2.948,24	2.968,42	3.096,67	3.117,45	3.138,24	3.305,97	3.327,38	3.348,79	3.451,76	3.473,81	3.495,86	3.638,72	3.661,44	3.684,15	3.832,30	3.855,69	3.879,08
2.953,71	2.973,30	3.097,06	3.117,24	3.137,42	3.265,67	3.286,45	3.307,24	3.474,97	3.496,38	3.517,79	3.620,76	3.642,81	3.664,86	3.807,72	3.830,44	3.853,15	4.001,30	4.024,69	4.048,08
2.562,56	2.583,08	2.712,70	2.733,84	2.754,97	2.889,29	2.911,06	2.932,83	3.108,50	3.130,92	3.153,34	3.261,19	3.284,29	3.307,38	3.457,01	3.480,80	3.504,59	3.659,75	3.684,25	3.708,75
2.739,56	2.760,08	2.889,70	2.910,84	2.931,97	3.066,29	3.088,06	3.109,83	3.285,50	3.307,92	3.330,35	3.438,20	3.461,29	3.484,39	3.634,01	3.657,80	3.681,59	3.836,75	3.861,25	3.885,75
2.916,56	2.937,08	3.066,70	3.087,84	3.108,97	3.243,29	3.265,06	3.286,83	3.462,50	3.484,93	3.507,35	3.615,20	3.638,29	3.661,39	3.811,01	3.834,80	3.858,59	4.013,75	4.038,25	4.062,75
3.093,57	3.114,09	3.243,71	3.264,84	3.285,98	3.420,29	3.442,06	3.463,83	3.639,51	3.661,93	3.684,35	3.792,20	3.815,30	3.838,39	3.988,02	4.011,80	4.035,59	4.190,75	4.215,26	4.239,76
3.909,00	3.940,31	4.138,03	4.170,27	4.202,51	4.407,40	4.440,61	4.473,82	4.741,80	4.776,00	4.810,20	4.974,72	5.009,95	5.045,18	5.273,42	5.309,71	5.346,00	5.582,69	5.620,06	5.657,44
4.179,01	4.210,31	4.408,04	4.440,28	4.472,52	4.677,41	4.710,61	4.743,82	5.011,80	5.046,00	5.080,21	5.244,72	5.279,95	5.315,18	5.543,43	5.579,71	5.616,00	5.852,69	5.890,07	5.927,44
4.449,01	4.480,31	4.678,04	4.710,28	4.742,52	4.947,41	4.980,62	5.013,83	5.281,80	5.316,01	5.350,21	5.514,73	5.549,96	5.585,19	5.813,43	5.849,72	5.886,01	6.122,69	6.160,07	6.197,44
4.719,02	4.750,32	4.948,04	4.980,28	5.012,52	5.217,42	5.250,62	5.283,83	5.551,81	5.586,01	5.620,22	5.784,73	5.819,96	5.855,19	6.083,44	6.119,72	6.156,01	6.392,70	6.430,07	6.467,45
4.014,68	4.046,82	4.249,90	4.283,01	4.316,12	4.526,55	4.560,65	4.594,76	4.869,98	4.905,11	4.940,24	5.109,20	5.145,38	5.181,57	5.415,98	5.453,25	5.490,52	5.733,60	5.771,99	5.810,37
4.291,98	4.324,13	4.527,20	4.560,31	4.593,42	4.803,85	4.837,96	4.872,06	5.147,28	5.182,41	5.217,54	5.386,51	5.422,69	5.458,87	5.693,28	5.730,55	5.767,82	6.010,91	6.049,29	6.087,68
4.569,28	4.601,43	4.804,50	4.837,61	4.870,72	5.081,15	5.115,26	5.149,36	5.424,59	5.459,72	5.494,84	5.663,81	5.699,99	5.736,17	5.970,59	6.007,85	6.045,12	6.288,21	6.326,59	6.364,98
4.846,59	4.878,73	5.081,80	5.114,92	5.148,03	5.358,46	5.392,56	5.426,67	5.701,89	5.737,02	5.772,15	5.941,11	5.977,29	6.013,47	6.247,89	6.285,16	6.322,42	6.565,51	6.603,90	6.642,28
6.514,94	6.567,11	6.896,65	6.950,38	7.004,11	7.345,60	7.400,94	7.456,28	7.902,91	7.959,92	8.016,92	8.291,12	8.349,83	8.408,55	8.788,95	8.849,43	8.909,90	9.304,38	9.366,67	9.428,96
6.964,94	7.017,11	7.346,65	7.400,38	7.454,12	7.795,60	7.850,94	7.906,29	8.352,91	8.409,92	8.466,92	8.741,12	8.799,83	8.858,55	9.238,95	9.299,43	9.359,90	9.754,38	9.816,67	9.878,96
7.414,94	7.467,11	7.796,65	7.850,38	7.904,12	8.245,60	8.300,94	8.356,29	8.802,92	8.859,92	8.916,93	9.191,12	9.249,83	9.308,55	9.688,95	9.749,43	9.809,91	10.204,39	10.266,68	10.328,97
7.864,95	7.917,11	8.246,65	8.300,39	8.354,12	8.695,60	8.750,95	8.806,29	9.252,92	9.309,92	9.366,93	9.641,12	9.699,84	9.758,55	10.138,96	10.199,43	10.259,91	10.654,39	10.716,68	10.778,97

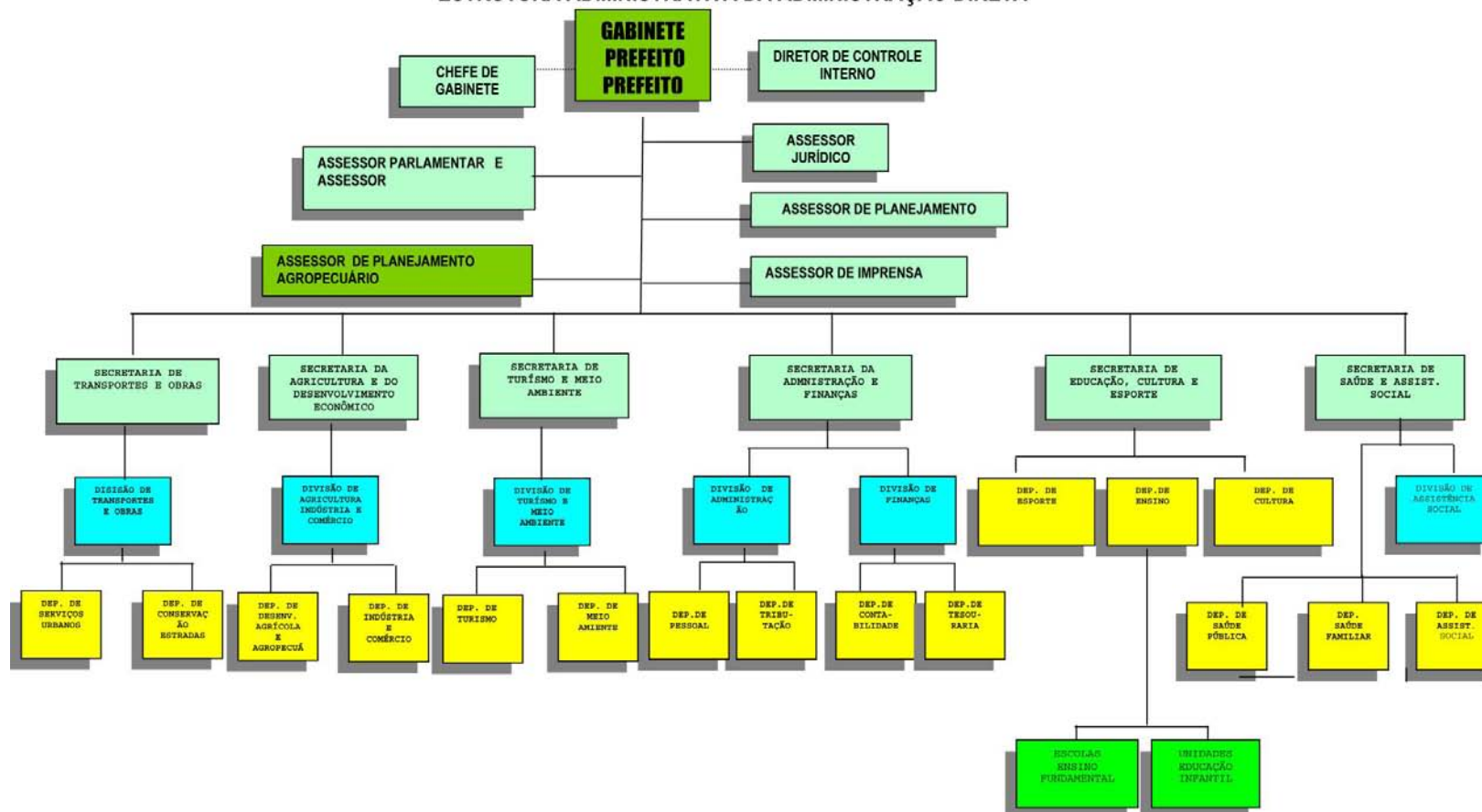
ANEXO IV
Lei complementar nº 007/2012

QUADRO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	SUBSÍDIO/REMUNERAÇÃO	Nº DE VAGAS
Secretário	2.597,15	06
Assessor Jurídico	2.286,00	01
Assessor de Planejamento	2.073,00	01
Assessor de Planejamento Agropecuário	2.073,00	01
Chefe de Divisão	1.865,00	06
Diretor de Controle Interno	1.865,00	01
Chefe de Gabinete	1.865,00	01
Diretor de Departamento	1.130,00	16
Assessor de Imprensa	1.130,00	01
Assessor	650,00	02
Assessor Parlamentar	650,00	01

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	PERCENTUAL DE VENCIMENTO	Nº DE VAGAS
FEC-5	50%	03
FEC-4	40%	03
FEC-3	30%	08
FEC-2	20%	05
FEC-1	10%	10

ANEXO V
Lei complementar nº/2012

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA



Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 891/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 891/2012 DE 29/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, LECIAN GERMER E OLIVEIRA, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 037.807.619-12, para exercer o cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Aviso de Pregão (Presencial) 67/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 67/2012- PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DAS QUADRAS DE ESPORTES CONTIDAS NAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 23 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 23 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 4 de abril de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 73/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 73/2012- PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFALTICO (CAUQ).

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 20 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 20 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010,

8020 e 8048.

Biguaçu, 4 de abril de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 74/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 74/2012- PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL E TAMBÉM PARA OS MOTORISTAS E MONITORES DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 20 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 20 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 4 de abril de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 77/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 77/2012- PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 23 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 23 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 4 de abril de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Republicação do Edital Pregão Presencial 68/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 68/2012 PMB

Comunicamos as empresas interessadas em participar do Pregão Presencial nº 68/2012 PMB, que o referido processo passa ter uma nova data recebimento de documentos e de abertura da proposta, que passam para:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

ATÉ ÀS 15:30 HORAS, DO DIA 19 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: ÀS 16:00 HORAS, DO DIA 19 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA

Ficando assim inalteradas as demais cláusulas do edital.

Biguaçu, 03 DE ABRIL DE 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Retificação do Edital Pregão Presencial 66/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 66/2012 PMB

Comunicamos as empresas interessadas em participar do Pregão Presencial nº 66/2012 PMB, que fica ALTERADO O ANEXO I E TAMBÉM QUALQUER PARTE QUE SE REFERE A ENTREGA, OU SEJA, ONDE LE-SE: A ENTREGA SERÁ EM LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA; LEIA-SE QUE SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA FICA ENCARGADA PELA RETIRADA DO MATERIAL, do referido processo. Assim, transfere-se a data do recebimento de documentos e de abertura da proposta para:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

ATÉ ÀS 13:30 HORAS, DO DIA 19 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: ÀS 14:00 HORAS, DO DIA 19 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA

Ficando assim inalteradas as demais cláusulas do edital.

Biguaçu, 03 DE ABRIL DE 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Retificação II do Edital Pregão Presencial 55/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO II DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 55/2012 PMB

Comunicamos as empresas interessadas em participar do Pregão Presencial nº 55/2012 PMB, que o referido processo em seu objeto passa ter a seguinte redação CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA LEGALMENTE HABILITADA NO CREF OU EMPRESA ESPECIALIZADA NO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS ESPORTIVOS NA ÁREA DE NATAÇÃO PARA DESENVOLVER O PROJETO "ESCOLA DE NATAÇÃO DE BIGUAÇU.

Assim, transfere-se a data do recebimento de documentos e de abertura da proposta para:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS ATÉ ÀS 17:00 HORAS, DO DIA 20 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: ÀS 17:30 HORAS, DO DIA 20 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA

Ficando assim inalteradas as demais cláusulas do edital.

Biguaçu, 04 de abril de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei 0711/2012

LEI Nº 0711/2012.

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, tem como diretrizes respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 2º Para o estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- I - a universalização, a integralidade e a disponibilidade;
- II - preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;
- III - a adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- IV - a articulação com outras políticas públicas;
- V - a eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;
- VI - a utilização de tecnologias apropriadas;
- VII - a transparência das ações;
- VIII - controle social;
- IX - a segurança, qualidade e regularidade; e
- X - a integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 3º Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Braço do Trombudo

Parágrafo único. Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do presente Plano:

- I - garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;
- II - implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;
- III - criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
- IV - estimular a conscientização ambiental da população; e
- V - atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, consideram-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

- I - abastecimento de água;
- II - esgotamento sanitário;
- III - drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e
- IV - limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Art. 5º Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo deverá respeitar o que determina a Lei Municipal nº XXXX que estabelece a Política Municipal de Saneamento, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial o estudo que integra o Anexo I desta lei.

§ 1º A revisão de que trata o caput, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Braço do Trombudo.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

- I - das Políticas Municipais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente; e
- II - dos Planos Municipais e Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 4º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município de Braço do Trombudo estiver inserido, se houver.

Art. 6º A gestão dos serviços de saneamento básico terão como instrumentos básicos os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 7º A prestação dos serviços públicos de saneamento é de responsabilidade do Executivo Municipal, independente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais dessas atividades.

§ 1º Os executores das atividades mencionadas no caput deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º A administração municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

Art. 8º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, às infrações ao disposto nessa Lei e seus instrumentos acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

- I - advertência, com prazo para a regularização da situação;
- II - multa simples ou diária; ou
- III - interdição.

Parágrafo único. Em caso de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária.

Art. 9º Na aplicação da penalidade da multa, a autoridade levará

em conta sua intensidade e extensão.

§ 1º No caso de dano ambiental, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a autoridade levará em consideração a degradação ambiental, efetiva ou potencial, assim como a existência comprovada de dolo.

§ 2º A multa pecuniária será graduada entre R\$ 150,00 e R\$ 150.000,00.

§ 3º O valor da multa será recolhido em nome e benefício do Fundo Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei nº 0586/2008 de 21.05.2008 e suas alterações.

Art. 10 A penalidade de interdição será aplicada:

- I - em caso de reincidência;
- II - quando da infração resultar:
 - a) contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;
 - b) degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou às suas custas;
 - c) risco iminente à saúde pública.

Art. 11 Os Programas, Projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, inclusive especificando as dotações orçamentárias a serem aplicadas.

Parágrafo Único. Os Regulamentos comporão anexos do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo e deverão ser identificados por número romano, na ordem de sua disposição.

Art. 12 Constitui órgão executivo do Presente Plano a Secretaria Municipal de Administração/Financeira, na forma da Lei Municipal nº 0586/2008 de 21.05.2008.

Art. 13 Constitui órgão superior do presente Plano, de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Saneamento Básico, constituído com base no artigo 20 da Lei Municipal nº 0586/2008 de 21.05.2008.

Art. 14 Constitui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Braço do Trombudo o documento anexo a esta Lei.

Art.15 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 16 Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 04 de abril de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Decreto 022/2012

DECRETO 022/2012 30.03.2012

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei, 0700/2011 de 21.12.2011.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de

R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0100.2.015 - Manutenção Coord. Reequip. Atividades da Saúde.
 4490.00.00.00.00.0.3000.0 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 - Total R\$ 30.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de Março de 2012.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Decreto 023/2012

DECRETO 023/2012 30.03.2012
 SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$88.000,00 (oitenta e oito mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0100.2.015 - Manutenção Coord.Reequip. Atividades da Saúde
 4490.00.00.00.00.0.1.0023.0 - Aplicações Diretas
 R\$ 88.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o excesso de arrecadação da Receita Pública 4247201.00.00.00.00.0023, através da secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Termo de Convênio nº3.006/2012-6

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de Março de 2011.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Decreto 024/2012

DECRETO Nº 024/2012
 Ponto Facultativo

Vilberto Muller Schovinder, prefeito do município de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 05 de abril do corrente, no período vespertino, ressalvadas a necessidades de serviços de cada órgão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 04 de abril de 2012.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Pregão 18/2012 Registro de Preço

PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2012
 EDITAL DE LIC. PREGÃO 18/2012 - REGISTRO DE PREÇO.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 08:30 horas do dia 26.04.2012, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição peças e serviços de mão de obra (homem) para manutenção dos tratores agrícolas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 05 de abril de 2012.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 239

LEI COMPLEMENTAR Nº 239, de 22 de março de 2012.
 Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 151, de 23 de julho de 2009, institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I COMPLEMENTAR:

Art. 1º Os dispositivos, abaixo elencados na Lei Complementar nº 151, de 23 de julho de 2009, que institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º

c) Diretor de Meio Ambiente;

d) Diretor Operacional de Serviços Urbanos; (NR)

.....

IV - Divisão de Serviços de Saneamento Básico:

a) equipe de execução e manutenção de redes: água, esgoto e recomposição de pavimentação; (NR)

.....

VI -
 a) equipe de limpeza de terrenos. (NR)

.....

IX - Divisão de Manutenção de Cemitérios e Serviços Funerários;

a) equipe de limpeza e manutenção dos cemitérios municipais;

b) equipe de coordenação e fiscalização dos serviços funerários. (NR)

X - Divisão de Manutenção e Limpezas; (NR)

XI - Divisão do Parque Central José Rossi Adami; (NR)

a) equipe de coordenação e manutenção do Parque Central José Rossi Adami;

XII - Divisão de Manutenção Predial;

a) equipe de manutenção dos prédios públicos municipais; (NR)

Art. 7º A Diretoria constituir-se-á de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor de Meio Ambiente e um Diretor Operacional de Serviços Urbanos, todos nomeados pelo Prefeito Municipal. (NR)

Art. 11

I - equipe de execução e manutenção de rede: água, esgoto e recomposição de pavimentação; (NR)

II - (revogado);

Seção VI
Da Divisão de Serviços de Limpeza

Art. 13. A Divisão de Serviços de Limpeza compreende as seguintes equipes, diretamente subordinadas ao respectivo Coordenador:

I - divisão de praças;

II - divisão de varrição;

III - divisão de serviços da rodoviária municipal;

IV - divisão de limpeza de bocas-de-lobo. (NR)

Seção VI - A
Da Divisão de Manutenção de Espaços Públicos

Art. 13 - A. A Divisão de Manutenção de Espaços Públicos compreende as seguintes Equipes, diretamente subordinadas ao respectivo Coordenador:

I - equipe de manutenção de jardins, canteiros, trevos e demais espaços públicos;

II - equipe de roçadas de terrenos. (NR)

Seção VI - B
Da Divisão de Serviços Administrativos do Parque Central

Art. 13 - B. A Divisão de Serviços de Serviços Administrativos do Parque Central compreende a Equipe de Manutenção e Conservação, diretamente subordinadas ao respectivo Coordenador, possuindo as seguintes atribuições:

I - conservação das obras do Parque Central José Rossi Adami;

II - manutenção da infraestrutura do parque e suas adjacências;

III - fiscalização no uso dos bens e utensílios do parque;

IV - programar a execução dos serviços de conservação e pavimentação de vias públicas, e respectivas galerias e obras de arte, com apoio da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

V - planejar e programar serviços a serem realizados;

VII - organizar as equipes de trabalho e determinar suas tarefas e locais de trabalho;

VIII - zelar pela manutenção e bom uso do equipamento e de todo o material colocado à disposição. (NR)

Seção VI - C
Da Divisão de Serviços de Manutenção Predial

Art. 13 - C. A Divisão de Serviços de Manutenção Predial compreende a equipe de manutenção e conservação de todos os prédios públicos municipais, diretamente subordinadas ao respectivo Coordenador. (NR)

Seção VI - D
Da Divisão de Serviços Administrativos dos Cemitérios

Art. 13 - D. A Divisão de Serviços Administrativos dos Cemitérios compreende as seguintes equipes, diretamente subordinadas ao respectivo Coordenador:

I - equipe de limpeza e manutenção dos cemitérios municipais;

II - equipe de coordenação e fiscalização dos serviços funerários. (NR)

Art. 16

§ 1º Os cargos de Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Meio Ambiente e Diretor Operacional de Serviços Urbanos serão comissionados, sendo os demais de provimento efetivo, com cargos e níveis de remuneração especificados no Anexo Único, que integra a presente Lei. (NR)

§ 4º Os cargos de Diretor de Meio Ambiente e de Diretor Operacional de Serviços Urbanos, de provimento em comissão, são de livre escolha do Chefe do Poder Executivo, devendo serem ocupados por profissionais de nível superior na área de ciências agrárias ou ciências ambientais, como: Biologia, Agronomia, Biotecnologia, Engenharia Florestal, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitarista, Zootecnia e Medicina Veterinária. (NR)

Art. 17 - A. Os servidores municipais colocados à disposição da Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema pelo Poder Público Municipal, poderão optar pelo reenquadramento definitivo no quadro de pessoal efetivo da Fundação, nos cargos correspondentes, previstos no Anexo Único desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data que entra em vigor a presente Lei.

Parágrafo único. Em caso de extinção da Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, todos os servidores municipais, que fizerem a opção pela transferência definitiva prevista no caput deste artigo, serão reenquadrados no Quadro Geral de Servidores Públicos Municipais. (NR)

Art. 19 - C. Ficam criados os cargos de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, Jardineiro, Carpinteiro, Pedreiro, Encanador, Eletricista, Operador de Fábrica de Tubos e Artefatos de Cimento, no quadro de servidores da Fundação Municipal do Meio Ambiente, de provimento efetivo, constante no Anexo Único da presente Lei. (NR)

Art. 19 - D. Ficam extintos os cargos de Operador do Sistema de Tratamento de Água, Químico, Técnico em Saneamento e Técnico Laboratorista. (NR)

Art. 42 - A. Os ocupantes de cargos em extinção de Engenheiro Florestal, Jardineiro, Carpinteiro, conforme a Lei Complementar nº 203, de 2011, poderão optar pelo reequadramento nos cargos correspondentes, previstos no Anexo Único, desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data que entra em vigor a presente Lei, desde que submetam-se a carga horária e vencimentos, constantes desta Lei, sem relação com os vencimentos e carga horária dos cargos que anteriormente ocupavam. (NR)

Art. 2º Ficam extintas 20 (vinte) vagas do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 25 (vinte e cinco) vagas do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, 02 (duas) vagas do cargo de Eletricista, 06 (seis) vagas de Motorista, 15 (quinze) vagas de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, 04 (quatro) vagas de Pedreiro, 05 (cinco) vagas de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, previstas no Anexo I, do Grupo Ocupacional – Operacional e do Grupo Ocupacional - Serviços Gerais, todos da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Ficam extintos os cargos de Operador de Fábrica de Tubos e Artefatos de Cimento e Encanador, previstos na Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011.

Art. 4º Fica alterado o Anexo Único, da Lei Complementar nº 151, de 23 de julho de 2009, que institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema e dá outras providências, passando a vigorar com a redação do Anexo Único que fica fazendo parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário Da Administração E Fazenda.

DENISE CHIARELLO HARTMANN
Presidente Da Fundação Municipal Do Meio Ambiente.

ANEXO ÚNICO – FUNDEMA					
CARGOS EM COMISSÃO					
CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
PRESIDENTE	6.004,90	CC-1	35	1	Curso Superior

DIRETOR DE MEIO AMBIENTE	3.907,07	CC-2	35	1	Curso Superior na área de Ciências Agrárias ou Ciências Ambientais
DIRETOR OPERACIONAL DE SERVIÇOS URBANOS	3.907,07	CC-2	35	1	Curso Superior na área de Ciências Agrárias ou Ciências Ambientais
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2.881,52	CC-3	35	1	Curso Superior
CARGOS DE CONFIANÇA					
COORDENADORES DE DIVISÃO	VENC. + ATÉ 50%	FCC-3	35	6	Ensino Médio (2º Grau) Completo - Experiência na área de atuação
COORDENADOR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL	VENC. + ATÉ 50% Não inferior a R\$ 2.650,00	FCC-3	35	1	Ensino Médio (2º Grau) Completo - Experiência na área de atuação
COORDENADOR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	VENC. + ATÉ 50% Não inferior a R\$ 2.650,00	FCC-3	35	1	Ensino Médio (2º Grau) Completo - Experiência na área de atuação
COORDENADOR DE SERVIÇOS DO HORTO FLORESTAL	VENC. + ATÉ 50% Não inferior a R\$ 2.650,00	FCC-3	35	1	Ensino Médio (2º Grau) Completo - Experiência na área de atuação
FUNÇÕES GRATIFICADAS					
VENCIMENTO + (.....%)	50%	30%	TOTAL		
	4	4	8		
CARGOS EFETIVOS					
CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO

ASSIS- TENTE ADMINIS- TRATIVO	1.287,94	14	35	2	Ensino Médio + Curso de Informática Básica
AUXI- LIAR DE SERVIÇOS GERAIS	674,16	1	44	20	Alfabetizado
AUXI- LIAR DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS - 127	674,16	1	44	20	Alfabetizado
AUXI- LIAR DE SERVIÇOS E OBRAS ESPECIAIS	1.004,39	8	44	25	Alfabetizado
AUXI- LIAR DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS E FLORES- TAIS	674,16	1	44	15	Alfabetizado
					Curso Su- perior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
BIÓLOGO	3.951,74	38	35	1	
					Curso Su- perior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
ENGENHEI- RO AGRÔ- NOMO	3.951,74	38	35	1	
					Curso Su- perior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
ENGE- NHEIRO AMBIENTAL	3.951,74	38	35	1	
					Curso Su- perior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
ENGENHEI- RO CIVIL	3.951,74	38	35	1	

ENGE- NHEIRO FLORESTAL	3.951,74	38	35	1	Curso Su- perior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
					Curso Su- perior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
ENGENHEI- RO SANITA- RISTA	3.951,74	38	35	1	
FISCAL AM- BIENTAL	3.042,87	37	35	2	Curso Superior
					Curso Su- perior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
MÉDICO VETERINÁ- RIO	3.951,74	38	35	1	
					Ensino Fun- damental Completo e carteira de Habilitação tipo "C", "D" ou "E"
MOTORISTA	1.046,20	10	44	4	
OPERADOR DE FÁ- BRICA DE TUBOS E ARTEFATOS DE CIMEN- TO - 309	1.046,20	10	44	2	Alfabetizado
PEDREIRO	802,84	5	44	2	Alfabetizado
ENCANA- DOR	847,68	6	44	2	Alfabetizado
					Ensino Médio Profissiona- lizante ou Ensino Mé- dio + Curso profissiona- lizante
ELETRICIS- TA	1.304,89	15	44	2	
JARDINEI- RO	674,16	1	44	2	Alfabetizado
CARPINTEI- RO	802,84	5	44	2	Alfabetizado
TELEFO- NISTA	1.287,94	14	35	1	Ensino Médio Com- pleto

Decreto Nº 5.183

DECRETO Nº 5.183, de 03 de abril de 2012.

Dispõe sobre a Unidade Gestora Municipal para ações de Defesa Civil.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada como gestora financeira do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, responsável pela gestão de recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional, a Servidora Pública Municipal Justina Inês Zambonin Castilho.

Art. 2º Ficam designados como portadores dos Cartões de Pagamento de Defesa Civil, os Servidores Públicos Municipais Emerson Schmidt e Sérgio Eloy Bisoto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de abril de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.184

DECRETO nº 5.184, de 03 de abril de 2012.

Estabelece horário especial de expediente para a Fundação Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para a Fundação Municipal do Meio Ambiente, sendo das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, a contar de 02 de abril de 2012.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Fundação, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seus respectivos cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.165, de 08 de março de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de abril de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.185

DECRETO nº 5.185, de 03 de abril de 2012.

Designa Comissão de Estudos e Avaliação do Transporte Escolar Rural.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Estudos e Avaliação do Transporte Escolar Rural para Licitação/2012:

- I - Rosalba Endrigo Correa de Almeida;
- II - Edite Salete Ventz;
- III - Fábio Deniz Casagrande;
- IV - Luciana Maria da Costa;
- V - Ângela Maria Staviss.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de abril de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretaria De Educação.

Decreto Nº 5.187

DECRETO nº 5.187, de 04 de abril de 2012.

Nomeia Comissão de Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 04/2012 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de análise e julgamento do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para a Fundação Municipal de Esportes - FME, objeto do Edital nº 04, de 04/04/2012, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência da primeira:

Diala Marchi Gonçalves Bridi
Anemari Socreppa Buscarons
Ivonete Ruppel Mello
Vera Lúcia Lipka Neves
Juliana Graciano Vaz

Parágrafo único. A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de abril de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Celso Luiz Thomé - SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

Resolução Nº 02 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 2/2012, de 03 de abril de 2012.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas

atribuições RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 69.300,00 sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio. E da contrapartida da Prefeitura Municipal de Caçador no valor de R\$ 17.325,00. Totalizando R\$ 86.625,00.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/entidades: Casa Lar do Idoso São Jose e Casa de Passagem São Francisco.

Casa Lar São José R\$ 51.975,00
R\$ 20.790,00 = 40% investimento
R\$ 31.185,00 = 60% custeio

Casa de Passagem R\$ 34.650,00
R\$ 13.860,00 = 40% investimento
R\$ 20.790,00 = 60% custeio

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 03 de abril de 2012.

TERESINHA AP. WAMES COELHO DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 03 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 3/2012, de 03 de abril de 2012.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social no valor de 63.360,00 sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio;

Para os municípios que executam os serviços apenas no CREAS utilizar a seguinte redação para o artigo 2º:

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS: PAEFI, LA/PSC, Idosos e Deficientes.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 03 de abril de 2012.

TERESINHA AP. WAMES COELHO DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 04 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 03 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre os valores de participação do FEAS/SC para cofinanciamento de Benefícios Eventuais

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao co-financiamento de Benefício Eventuais, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 9.041,28, destinado as despesas de custeio.

Art. 2º. Os recursos serão destinados ao co-financiamento de Benefício Eventuais no município de Caçador conforme a resolução

nº 10/11 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 03 de abril de 2012.

TERESINHA AP. WAMES COELHO DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Portaria Nº 21.512

PORTARIA nº 21.512, de 26 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador e mais o que prevê o art. 31 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código do servidor, nome, período de aquisição, nível ascendido, conforme segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Nível Ascendido	A contar de
2027	Edézio Recalcatti	23/02/10 a 23/02/12	Do Nível V para o Nível VI	23/02/12
1279	João José do Prado	24/03/10 a 24/03/12	Do Nível V para o Nível VII	24/03/12
916	José Odelir Teles de Oliveira	01/01/10 a 01/01/12	Do Nível VIII para o Nível X	01/01/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.513

PORTARIA Nº 21.513, de 26 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal DALILA BATISTA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Servente da Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 4.934 (quatro mil novecentos e trinta e quatro) dias, ou, 13 (treze) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00016/12-0, fornecida pelo Instituto Nacional do

Seguro Social - INSS, datada de 26/03/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.520

PORTARIA Nº 21.520, de 02 de abril de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
6949	Antônia Saú Maciel	Servente Educação	005	01/08/06 a 01/08/11 - 3 meses	1º/04/12 a 1º/07/12
1230	Cleide Fátima Dariz	Secretária Escolar	005	12/02/03 a 12/02/08 - 1 mês	25/04/12 a 25/05/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de abril de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.521

PORTARIA Nº 21.521, de 02 de abril de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 204, de 23/02/11, que dispõe sobre a Fundação Municipal de Esportes - FME, e dá outras providências

RESOLVE:

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal VERA LÚCIA LIPKA NEVES, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, para exercer o cargo em Comissão de Presidente da Fundação Municipal de Esportes - FME, Ref. CC-2, com 35h semanais, pertencente ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, a contar de 1º de abril de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de abril de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Aviso Altera e Prorroga CV 02-2012 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO ALTERAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Convite nº 02/2012 - FMS

OBJETO: ALTERA-SE DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONSTANTES NO ITEM 01 DO EDITAL E ALTERA-SE ALÍNEA □'d" DO ITEM 2.2 DO EDITAL E INCLUI-SE ALÍNEA □'c" NO ITEM 3.1 DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 16/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 16/04/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 03 de abril de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Aviso de Licitação PR 01-2012 FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC

Fundo Municipal de Infância e Adolescência

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO DESTINADO AO PROGRAMA DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 25/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 25/04/2012.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ainda por e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 04 de Abril de 2012.

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR

Gestora do Fia

Aviso de Licitação PR 34-2012 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2012

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL, ADESIVOS, BANNER, PLACAS, FAIXAS E OUTROS DESTINADOS AO IPPUC, A FUNDEMA E A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA SENDO O MUNICIPIO COMO ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 24/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 24/04/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 04 de abril de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Cancelamento Contrato 20-2012 SAÚDE

Cancelamento Contrato 20/2012 FMS - Contrata: Eliara Silva de Campos. Motivo: contratada recusou-se assinar solicitando descredenciamento por motivo de mudança.

Contrato 03-2012 ESPORTE

Contrato nº 03/2012 - FME - Contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para transporte de atletas, técnicos e dirigentes da Fundação. Referente ao processo licitatório nº 02/2012 PR nº 01/2012. Contratado: REUNIDAS TURISMO SA/ CNPJ sob nº 04.176.082/0001-80. Valor: R\$ 100.000,00. Prazo: 31/12/2012.

ITEM	QUANT. ESTIMADA DE KM	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	20.000	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com capacidade para no mínimo 42 (quarenta e dois) passageiros. Obs.: A Fundação Municipal de Esportes pagará uma diária para o veículo a cada 24 (vinte e quatro) horas, quando o mesmo permanecer a disposição da Fundação no local de destino, aguardando o encerramento da competição ou evento esportivo, até o momento de iniciar a viagem de retorno, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).	3,50	70.000,00
02	10.000	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com capacidade para no mínimo 24 (vinte e quatro) passageiros. Obs.: A Fundação Municipal de Esportes pagará uma diária para o veículo a cada 24 (vinte e quatro) horas, quando o mesmo permanecer a disposição da Fundação no local de destino, aguardando o encerramento da competição ou evento esportivo, até o momento de iniciar a viagem de retorno, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)	3,00	30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 100.000,00

Contrato 04-2012 ESPORTE

Contrato nº 04/2012 - FME - Contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para transporte de atletas, técnicos e dirigentes da Fundação. Referente ao processo licitatório nº 02/2012 PR nº 01/2012. Contratado: TRANSMITZ TRANSPORTES LTDA ME/CNPJ sob nº 03.743.969/0001-40. Valor: R\$ 74.000,00. Prazo: 31/12/2012.

ITEM	QUANT. ESTIMADA DE KM	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
03	10.000	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com capacidade para no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros. Obs.: A Fundação Municipal de Esportes pagará uma diária para o veículo a cada 24 (vinte e quatro) horas, quando o mesmo permanecer a disposição da Fundação no local de destino, aguardando o encerramento da competição ou evento esportivo, até o momento de iniciar a viagem de retorno, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais)	1,85	18.500,00
04	30.000	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com capacidade para no mínimo 15 (quinze) passageiros. Obs.: A Fundação Municipal de Esportes pagará uma diária para o veículo a cada 24 (vinte e quatro) horas, quando o mesmo permanecer a disposição da Fundação no local de destino, aguardando o encerramento da competição ou evento esportivo, até o momento de iniciar a viagem de retorno, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais)	1,85	55.500,00

TOTAL GERAL R\$ 774.000,00

Editais Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1379/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX7674	55478842C	5010/0	07/03/2012	162 * I
AAX7674	55478843C	6599/2	07/03/2012	230 * V
ABH3960	55480079C	6920/0	01/02/2012	233
ACF2710	55951272B	6599/2	03/03/2012	230 * V
ACO5771	55106548C	5010/0	10/03/2012	162 * I
AKK6814	55476646C	5169/1	09/03/2012	165
AOJ1506	55480075C	6920/0	30/01/2012	233
BGD6496	55480088C	6920/0	07/02/2012	233
CET5313	55481822C	5169/1	04/03/2012	165
LWW4242	55482447C	6670/0	09/02/2012	230 * XIII
LXG7801	55478876C	6610/2	05/02/2012	230 * VII
LXR9981	55479497C	5010/0	05/02/2012	162 * I
LXS1126	55479240C	6599/2	04/03/2012	230 * V
LXS1126	55479241C	6637/1	04/03/2012	230 * IX
LXS1126	55479242C	6769/3	04/03/2012	230 * XXII
MAU0780	55480802C	6599/2	18/02/2012	230 * V
MAU0780	55480803C	6556/5	18/02/2012	230 * I
MBJ3685	55476919C	5010/0	03/02/2012	162 * I
MBO9269	55480073C	6920/0	27/01/2012	233
MCH7778	55476450C	5010/0	09/03/2012	162 * I
MCI9933	55106543C	5010/0	07/03/2012	162 * I
MDA0987	55476640C	6599/2	05/03/2012	230 * V
MDK7646	55480085C	6920/0	03/02/2012	233
MEJ8349	55476273C	6599/2	04/03/2012	230 * V
MEM3370	54145646D	6599/2	03/03/2012	230 * V
MEN7906	55476442C	5010/0	10/02/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEN7906	55479500C	6599/2	10/02/2012	230 * V
MFL4137	55480108C	6920/0	27/02/2012	233
MIF6133	55106550C	5010/0	10/03/2012	162 * I
MJE1591	55476650C	5169/1	11/03/2012	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 3 DE ABRIL DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1380/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALS7370	55477386C	5380/0	28/02/2012	181 * I
CIZ2568	55476468C	5525/0	05/02/2012	181 * XV
CPF4184	55477102C	5967/0	25/02/2012	203 * V
LWW4242	55482448C	5185/1	09/02/2012	167
LXC9206	54147038D	5410/0	28/02/2012	181 * IV
MBN4875	54146740D	5541/5	22/02/2012	181 * XVII
MBY6163	54145649D	5541/5	05/03/2012	181 * XVII
MDC8395	54145637D	5541/2	17/02/2012	181 * XVII
MEK6618	54147156D	7366/2	08/03/2012	252 * VI
MEN8319	54144987D	5878/0	07/03/2012	199
MEP9427	55477103C	6050/1	04/03/2012	208
MHY0711	55482442C	6050/1	01/02/2012	208
MIZ1558	54147056D	5541/5	12/03/2012	181 * XVII
MJE9031	54147057D	6327/0	14/03/2012	220 * VII
MJE9031	54147058D	5215/2	14/03/2012	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 3 DE ABRIL DE 2012

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1381/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABG7334	55482342C	5045/0	30/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
ACE6460	55477795C	6920/0	29/11/2011	R\$ 127,69	233
AFC0208	55477048C	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
AKG7993	55108538C	6912/0	14/01/2012	R\$ 53,20	232
AMM8446	55477968C	6599/2	24/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
AQV4961	55482463C	6920/0	28/12/2011	R\$ 127,69	233
BNP9767	55476427C	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
CXI3140	55477476C	6610/2	14/12/2011	R\$ 127,69	230 * VII
DHK1758	55482125C	5045/0	17/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
DMC2003	55482470C	6920/0	29/12/2011	R\$ 127,69	233
GTD6936	55477765C	6920/0	07/11/2011	R\$ 127,69	233
GWR1380	55480643C	6610/2	06/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
HQP7614	55482461C	6920/0	27/12/2011	R\$ 127,69	233
IFJ2019	55476987C	6599/2	23/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
IFJ2019	55476988C	5010/0	23/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
JPG5256	55482479C	6920/0	04/01/2012	R\$ 127,69	233
LNM1644	55482467C	6920/0	29/12/2011	R\$ 127,69	233
LWV3647	55480153C	5010/0	24/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWX2892	55482454C	6920/0	23/12/2011	R\$ 127,69	233
LXL9116	55477536C	6599/2	25/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXL9116	55477537C	5010/0	25/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXL9116	55477540C	5169/1	25/12/2011	R\$ 957,69	165
LXO3894	55477031C	6920/0	24/12/2011	R\$ 127,69	233
LYB1396	55476401C	5010/0	03/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYB1396	55476402C	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYH0069	55475714C	6599/2	17/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYS1856	55476623C	6726/1	17/12/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYV2381	55476554C	6726/1	06/01/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYV2381	55476555C	6637/1	06/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LYZ7311	55477498C	5169/1	07/01/2012	R\$ 957,69	165
LZH3757	55482459C	6920/0	27/12/2011	R\$ 127,69	233
LZI5709	55482480C	6920/0	04/01/2012	R\$ 127,69	233
MAG3237	55482030C	5045/0	22/11/2011	R\$ 191,53	162 * V
MAX0956	55477482C	6599/2	17/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAX0956	55477483C	5010/0	17/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAY3014	55476451C	5045/0	04/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAZ0867	55482126C	6670/0	18/12/2011	R\$ 127,69	230 * XIII
MBM3011	55477007C	6920/0	07/12/2011	R\$ 127,69	233
MBO5922	55477970C	5037/1	31/12/2011	R\$ 574,61	162 * III
MBO5922	55477971C	6726/1	31/12/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBT2668	55476992C	5045/0	27/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
MBT2668	55476993C	6599/2	27/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MET8967	55476403C	5010/0	04/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFF8608	55476705C	6599/2	20/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFN7913	55477044C	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
MGE8637	55476301C	5010/0	03/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGP3459	55477496C	5169/1	29/12/2011	R\$ 957,69	165
MGP3459	55477497C	6599/2	29/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGU1087	55477486C	5010/0	22/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGU1087	55477488C	6599/2	22/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHB4306	55476466C	6769/1	08/01/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MHB4306	55482127C	6610/2	18/12/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MHK8476	55477967C	6556/4	22/12/2011	R\$ 191,53	230 * I
MHN6523	55478990C	5010/0	10/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHN6523	55478991C	6599/2	10/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIL0392	55478992C	5010/0	11/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIL0392	55478993C	6610/2	11/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MIS1911	55476501C	5010/0	04/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIZ8945	55481480C	5010/0	02/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJH2919	55482453C	6920/0	23/12/2011	R\$ 127,69	233
MKE0080	55482452C	6920/0	23/12/2011	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 3 DE ABRIL DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1382/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADT6896	54146598D	5509/0	24/12/2011	R\$ 85,12	181 * XIII
DJD7961	54145278D	5541/2	02/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IFX3047	54145269D	5541/2	28/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LXL9116	55477541C	6068/1	25/12/2011	R\$ 127,69	209
LYI5034	54147018D	6050/1	28/12/2011	R\$ 191,53	208
MAT5057	55476387C	5185/1	27/11/2011	R\$ 127,69	167
MBE4081	55482406C	5452/1	23/12/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MBT2668	55482411C	6050/1	27/12/2011	R\$ 191,53	208
MDQ5325	54146341D	6050/1	31/10/2011	R\$ 191,53	208
MDY9398	54145282D	5568/0	03/01/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEH7900	54146682D	6068/1	20/12/2011	R\$ 127,69	209
MEY4415	54145281D	5568/0	03/01/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEY9744	54146899D	7366/2	01/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MFF9359	55108709C	5185/1	23/01/2012	R\$ 127,69	167
MGF1447	54146866D	5185/1	14/11/2011	R\$ 127,69	167
MGI6585	54145994D	5460/0	23/12/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MGP4945	54145550D	5185/1	31/10/2011	R\$ 127,69	167
MHH4670	54145295D	5541/2	10/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ1645	55476970C	6050/1	25/11/2011	R\$ 191,53	208
MHX7649	55477543C	5207/0	26/12/2011	R\$ 53,20	169
MHX7649	55477544C	5614/3	26/12/2011	R\$ 127,69	182 * V
MID3976	54145950D	5541/1	24/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE5291	54147019D	7366/2	28/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MIJ5044	55477501C	5428/4	03/11/2011	R\$ 191,53	181 * V
MIW4195	55108707C	5185/1	23/01/2012	R\$ 127,69	167
MMI1210	54147017D	5568/0	27/12/2011	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 3 DE ABRIL DE 2012

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Editais de Convocação Nº 006 - Processo Seletivo CREAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006, de 29 de março de 2012.

Convoca aprovadas em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS no Município de Caçador - Edital nº 001/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

As cidadãs a seguir relacionadas, classificadas no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 001/2011, de 09/06/2011, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 4.909, de 08/06/2011 que homologou o resultado final do Processo, conforme sequência de classificação:

PROFESSOR MONITOR

Sirlene Ribeiro Tuchlinowicz

Viviane de Andrade Ribeiro

Adriana Aparecida Veingantner

a) As candidatas deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidas de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Editais de Convocação Nº 010 - Processo Seletivo Prefeitura

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010, de 29 de março de 2012.

Convoca aprovado em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto as Secretarias Municipais da Prefeitura de Caçador - Edital nº 003/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos a seguir relacionados, classificados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 003/2011, de 08/08/11, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.011, de 27/09/11 que homologou o resultado final do Processo, conforme sequência de classificação:

OPERADOR DE MÁQUINAS

José de Lourdes Moraes

Izaías Izac Zarur

Rudinei Gregório

Fábio José Cordeiro

Adair José dos Santos

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Editais de Processo Seletivo Fundação Municipal de Esportes Nº 04/2012

PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

EDITAL Nº 04/2012

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR

O Prefeito Municipal de Caçador/SC e a Presidente da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de contratar pessoal, TORNAM PÚBLICO por meio do presente Edital, o regulamento do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, motivada pela falta de servidores no quadro permanente da Fundação Municipal de Esportes, a suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, até realização de concurso público.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A coordenação e execução do Processo de Seleção Simplificado a que se refere o presente Edital é de competência da Comissão Especial nomeada pelo Decreto nº 5.187, de 04 de Abril de 2012.

1.2. Cabe ao Município de Caçador e a Fundação Municipal de Esportes definirem os locais em que há necessidade de profissionais para atuar nas áreas de educação física e fisioterapia.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Processo Seletivo tem por finalidade a contratação de pessoal em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, conforme necessidade do Município de Caçador e presente o interesse público, para atuar junto a Fundação Municipal de Esportes de Caçador - FMEC.

3. DO REGIME JURÍDICO

3.1. As contratações temporárias para as quais se faz o presente processo estão respaldadas pela Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010.

4. DOS CARGOS

4.1. Os cargos a serem preenchidos através deste Edital, com as respectivas vagas, escolaridade, carga horária e vencimentos, são os constantes do Anexo I deste Edital.

5. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

5.1. Para inscrever-se, o candidato deverá:

5.1.1. ser brasileiro nato ou naturalizado;



5.1.2. cumprir os requisitos de habilitação mínima para o cargo;

5.2. No ato da inscrição deverão ser entregues os seguintes documentos, sob pena de seu indeferimento:

5.2.1. cópia do documento de identidade;

5.2.2. cópia do CPF;

5.2.3. cópia do título de eleitor;

5.2.4. cópia do comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral;

5.2.5. cópia do certificado de reservista, se do sexo masculino;

5.2.6. cópia da certidão de casamento, se for casado;

5.2.7. cópia da certidão de nascimento dos filhos menores, se possuir;

5.2.8. cópia do certificado de conclusão ou diploma do curso de graduação, emitida pela Instituição de Ensino Superior, registrado no órgão competente;

5.2.9. cópia da carteira do órgão regulador da profissão;

5.2.10. Curriculum vitae acompanhado de cópias dos comprovantes de participação em cursos com apresentação expressa da carga horária, eventual certificado de conclusão de cursos de especialização/pós-graduação na área pretendida, comprovação de títulos municipais, estaduais e federais conquistados e ainda, comprovantes de experiência profissional (carteira de trabalho ou atestado de tempo de serviço).

5.3. As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de 16 a 17 de Abril de 2012, das 13h30 às 18h30, no prédio da Prefeitura Municipal de Caçador, situado na Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, MEDIANTE entrega do Formulário de Inscrição, constante do presente Edital (Anexo III), devidamente preenchido e assinado pelo candidato, juntamente com os documentos enumerados nos itens 5.1 e 5.2 do presente Edital.

5.4. Preenchido o formulário de inscrição, o candidato deverá revisá-lo, ficando após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações nele contidas bem como, pelos documentos anexados.

5.5. O candidato, na entrega do formulário de inscrição receberá um protocolo onde constará a lista de documentação entregue.

5.6. Será permitida somente uma inscrição por candidato, vedada mais de uma inscrição ainda que para cargos distintos.

6. DA RESERVA DE VAGAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

6.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais são assegurados 10% (dez por cento) das vagas existentes (art. 17, VIII, da Lei Orgânica do Município, art. 8º, do Estatuto do Servidor Público Municipal e Decreto nº 3.594/06), no montante de vagas que couber, mediante declaração expressa no Formulário de Inscrição e desde que esses candidatos alcancem pontuação que os habilite à classificação no processo seletivo.

6.2. Na aplicação do percentual a que se refere o item anterior, será desprezada a fração, se inferior 0,5 (meio), ou equivalente ao inteiro, se igual ou superior 0,5 (meio).

6.3. Serão consideradas necessidades especiais aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

6.4. O candidato portador de necessidades especiais classificado no presente processo seletivo será submetido, antes da admissão, à perícia por Junta Médica Oficial do Município, que terá decisão definitiva sobre a sua qualificação e grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo pretendido.

6.5. Após perícia, se favorável, serão os candidatos nomeados, observando-se a ordem de classificação. Em caso de não ratificação declarada pela Junta Médica Oficial do Município, o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

6.6. Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo e à avaliação.

6.7. A inexistência de candidatos enquadrados nos critérios definidos nos subitens anteriores ou no caso de reprovação desses candidatos, ou a incompatibilidade da deficiência com o exercício do cargo para o qual concorreu, acarretará a desclassificação do candidato e as vagas a eles reservadas serão revertidas para os demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

6.8. Os candidatos portadores de necessidades especiais que no ato da inscrição não declararem essa condição não poderão, posteriormente, interpor recurso em favor de sua situação.

6.9. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

7. DA SELEÇÃO

7.1. A seleção será realizada pela Comissão a que se refere o item 1.1 deste Edital.

7.2. O exame de seleção será feito através da análise dos documentos e comprovantes apresentados pelo candidato no ato da inscrição.

7.3. As fotocópias dos documentos apresentados no ato da inscrição deverão ser autenticadas ou acompanhadas dos respectivos originais, para autenticação no ato da inscrição.

7.4. A pontuação será atribuída aos candidatos conforme descrito no Anexo II deste Edital.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, por pontos.

8.2. Os candidatos habilitados neste Processo Seletivo serão chamados, de acordo com a classificação obtida e a disponibilidade de vagas existentes.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em caso de empate, terá preferência o candidato que:

- a) comprovar maior experiência profissional na função exigida;
- b) comprovar maior encargo de família, mediante cópia de Certidão de Nascimento dos filhos;
- c) for o mais idoso.

10. DO RESULTADO

10.1. O resultado do processo seletivo simplificado será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Município, na página eletrônica www.cacador.sc.gov.br e no Mural Público Municipal, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro.

11. DOS RECURSOS

11.1. O candidato que se sentir prejudicado poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

- a) seja dirigido ao Presidente da Comissão do Processo de Seleção Simplificado, na forma do Anexo IV deste Edital;
- b) seja entregue no Protocolo da Prefeitura, situada à Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do ato que motivou a reclamação;
- c) os motivos apresentados sejam especificados com clareza

e amplamente fundamentados;

d) será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do prazo estabelecido na letra "b", do item 13.1;

11.2. A homologação do resultado final será divulgada através de publicação no diário oficial do Município, na página eletrônica www.cacador.sc.gov.br e no Mural Público Municipal, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A convocação dos candidatos para a contratação será publicada no diário oficial do Município, na página eletrônica www.cacador.sc.gov.br e no Mural Público Municipal, localizado na Av. Santa Catarina, nº 195, Centro.

12.2. O candidato que não atender à convocação de que trata este item no prazo de 72 (setenta e duas) horas será automaticamente desclassificado, sendo convocado o próximo candidato classificado.

12.3. Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços e telefones para contato.

13. REMUNERAÇÃO

13.1. O salário do contratado é mensal.

13.2. O regime de previdência será o Regime Geral de Previdência Social (art. 201, da CF).

13.3. O contrato é de natureza administrativa.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A aprovação no Processo Seletivo a que se refere este Edital não gera o direito a admissão, mas esta se houver, de acordo com a necessidade do Município, obedecerá a ordem de classificação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições contidas neste Edital.

14.2. Não se efetivará a contratação se esta implicar em acúmulo ilegal de cargos, nos termos da Constituição Federal.

14.3. As informações contidas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

14.4. Por ocasião da convocação, será desclassificado o candidato que não atender qualquer das condições exigidas. Da desclassificação não cabe recurso.

14.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Processo Seletivo Simplificado.

14.6. Não serão juntados documentos posteriores ao ato de inscrição.

14.7. Este Processo Seletivo será válido por 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do seu resultado, podendo ser prorrogado, por igual período, por decisão do Senhor Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Abril de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

VERA LÚCIA LIPKA NEVES
Presidente Da Fundação Municipal De Esportes.

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO MÍNIMA, VAGAS E VENCIMENTOS

CÓD.	CARGO	CH	HABILITAÇÃO	VAGAS	VENCIMENTO
FMEC - 01	Professor de Educação Física - Habilitação em Handebol	40	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 1.877,78
FMEC - 02	Professor de Educação Física - Habilitação em Natação	40	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 1.877,78
FMEC - 03	Professor de Educação Física - Habilitação em Voleibol	40	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 1.877,78
FMEC - 04	Professor de Educação Física - Habilitação em Atletismo	40	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 1.877,78
FMEC - 05	Professor de Educação Física - Habilitação em Futsal	40	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 1.877,78
FMEC - 06	Professor de Educação Física - Habilitação em Basquetebol	20	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 938,36
FMEC - 07	Professor de Educação Física - Habilitação em Xadrez	20	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 938,36
FMEC - 08	Professor de Educação Física - Habilitação em Tênis de Mesa	20	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 938,36
FMEC - 09	Professor de Educação Física - Habilitação em Tênis de Campo	20	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 938,36
FMEC - 10	Professor de Educação Física - Habilitação em Taekwondo	20	Curso Superior em Educação Física e Registro no Órgão Competente	01	R\$ 938,36
FMEC - 11	Fisioterapeuta	20	Curso Superior em Fisioterapia e Registro no Órgão Competente	02	R\$ 1.738,21

ANEXO II

QUADROS DE PONTUAÇÃO POR TITULAÇÃO

Cargo: Professor de Educação Física



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Titulação	Pontos
Certificado de Conclusão de Especialização e/ou Pós-Graduação na área específica da Habilitação desejada (para cada uma);	1,0
Títulos Esportivos Municipais conquistados na área específica da Habilitação desejada - para cada um;	1,0
Títulos Esportivos Estaduais / Regionais conquistados na área específica da Habilitação desejada - para cada um;	1,5
Títulos Esportivos Federais conquistados na área específica da Habilitação desejada - para cada um;	2,0
Certificado de participação em cursos, seminários, congressos e conferências na área específica da Habilitação desejada - para cada 20 (vinte) horas, até no máximo de 05 (cinco) pontos	0,5
Comprovação de experiência profissional no Serviço Público, na função do cargo pretendido (para cada semestre completo).	1,5
Comprovação de experiência profissional no Serviço Privado, na função do cargo pretendido, com registro na Carteira de Trabalho Profissional - CTPS (para cada semestre completo).	1,0

Cargo: Fisioterapeuta

Titulação	Pontos
Certificado de Conclusão de Especialização e/ou Pós-Graduação na Área de Esporte (para cada uma);	3,0
Certificado de participação em cursos, seminários, congressos e conferências na área específica da Habilitação desejada - para cada 10 (dez) horas, até no máximo de 10 (dez) pontos	0,5
Comprovação de experiência profissional no Serviço Público, na função do cargo pretendido (para cada semestre completo).	5,0
Comprovação de experiência profissional no Serviço Privado, na função do cargo pretendido, com registro na Carteira de Trabalho Profissional - CTPS (para cada semestre completo).	4,5

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO - FMEC

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____ (a ser preenchida pelo protocolo)

CARGO PRETENDIDO: _____

CÓDIGO: _____

Nome completo: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

CEP: _____ - _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefones de contato: (____) _____ Cel.: (____) _____

E-mail: _____

Portador de Deficiência:

() Não () Sim: Qual? _____

Declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, bem como estou de acordo com as normas do Processo Seletivo e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 04/2012 - FMEC.

Caçador, _____, de Abril de 2012.

Assinatura _____

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

AO PRESIDENTE DE COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO - PARA ATUAÇÃO JUNTO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR - FMEC.

NOME DO CANDIDATO: _____

DATA: ____/____/____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

CARGO: _____

FUNDAMENTAÇÃO: _____

Caçador, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do Recorrente _____

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei N.º 3.825 de 04 de Abril de 2012

LEI N.º 3.825 DE 04 DE ABRIL DE 2012

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, NO ÂMBITO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Art. 1º A Educação Básica, oferecida pelas Instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Campo Alegre, obedece ao disposto na Lei Nacional nº 9.394/96 e na Lei Complementar Estadual nº 170/98/SC, nesta Lei e demais atos normativos pertinentes.

Art. 2º O Sistema Municipal de Ensino é organizado nos termos da legislação específica e nesta lei, observados os princípios e normas da Constituição Federal, Constituição do Estado e da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

Art. 3º Para os fins desta LEI:

I - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas;

II - a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

TÍTULO II DO DEVER DO MUNICÍPIO

Art. 4º O dever do município com a educação e o ensino é extensivo a totalidade da população, principalmente àquela em idade escolar e será efetivado com os seguintes pressupostos e garantias:

- I - o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito na Rede Pública Municipal de Campo Alegre para toda população em idade escolar;
- II - o atendimento com o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- III - atendimento técnico e educacional especializado e gratuito aos educandos portadores de necessidades educacionais especiais, com professores especializados e com a equipe de apoio técnico pedagógico da Secretaria Municipal de Educação;
- IV - acesso aos níveis mais elevados da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- V - oferta de Educação Infantil e gratuita a crianças de zero a cinco (0-5) anos de idade;
- VI - condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;
- VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com ensino que ofereça características e modalidades adequadas às suas condições, necessidades e disponibilidades, garantindo-lhes, em suas condições de trabalho, o acesso e a permanência na escola;
- VIII - atendimento ao educando no Ensino Fundamental em estabelecimentos oficiais do Município, por meio de programas suplementares de material didático pedagógico, transporte, alimentação escolar, assistência e programas de saúde;
- X - padrões mínimos de qualidade de ensino definidos pelo Conselho Municipal de Educação, como a variedade e quantidade mínima por educando, com equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;
- XI - corpo docente, adequadamente formado e em número suficiente para atender a demanda escolar;
- XII - ampliação progressiva, no Ensino Fundamental, do período de permanência na escola, além das quatro horas de efetivo trabalho escolar em sala de aula, prevista na LDB (Lei nº. 9.394/96) e nesta Lei.

Parágrafo único. A ampliação do período de permanência dos educandos nas escolas da rede pública do Ensino Fundamental dar-se-á de forma progressiva a partir da vigência desta Lei e atenderá as escolas públicas, deste nível, visando alcançar o regime de tempo integral nas escolas situadas nas áreas em que as condições econômicas, sociais e pedagógicas o recomendarem.

Art. 5º O acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical ou outra entidade de classe legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete ao Município em regime de colaboração e com assistência do Estado e da União:

- I - recensear, anualmente, a população em idade escolar para o Ensino Fundamental e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso, na idade própria;
- II - fazer-lhes a chamada pública;
- III - fazer a matrícula dos que estão em idade escolar do Ensino Fundamental, nos termos desta Lei;
- IV - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência a escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegura, em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando, em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada como crime de responsabilidade.

§ 4º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o poder público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior, na forma estabelecida pelo Conselho Municipal de Educação.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 6º O Sistema Municipal de Ensino compreende:

- I - Conselho Municipal de Educação;
- II - Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- III - Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Trabalhadores da Educação-FUNDEB;
- IV - Instituições de Ensino Fundamental e/ou de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal;
- V - Instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- VI - Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 7º O Conselho Municipal de Educação é o órgão consultivo, normativo e deliberativo, que interpreta, delibera, segundo sua competência e atribuição, a aplicação da legislação educacional e propõe sugestões de aperfeiçoamento da educação no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 8º O Conselho Municipal de Educação é órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação, sendo constituído por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, conforme a seguir:

- I - dois representantes do poder Executivo Municipal, sendo um indicado da Secretaria Municipal de Educação;
- II - três representantes do Magistério Público Municipal, um indicado da Educação Infantil, um do Ensino Fundamental (anos iniciais) e um do Ensino Fundamental (anos finais);
- III - um representante dos diretores das instituições de ensino da rede pública municipal;
- IV - um representante do Conselho Tutelar;
- V - um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- VI - um representante da Secretaria Municipal da Ação Social;
- VII - dois representantes de Pais da rede municipal, sendo um dos Centros Municipais de Educação Infantil e um das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

§ 1º As funções de Conselheiro são consideradas de relevante interesse público municipal, e o seu exercício terá prioridade sobre quaisquer cargos públicos de que sejam titulares os conselheiros.

§ 2º O mandato do Conselheiro será de 02 (dois) anos sendo permitida a recondução.

§ 3º Os representantes serão escolhidos pelos respectivos pares ou instituições, através de seus fóruns ou assembleias e nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria.

§ 4º Os Conselheiros não serão remunerados pelo exercício das atribuições.

§ 5º O Presidente, o Vice - Presidente, serão eleitos dentre os Conselheiros.

§ 6º Perderá automaticamente o mandato, o membro que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 06 (seis) alternadas, salvo justificativa por escrito, a ser aprovado na reunião imediatamente subsequente, em votação pelos demais membros.

Art. 9º As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10. O mandato de Conselheiro será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

- I - morte;
- II - renúncia;
- III - doença que exija seu afastamento por mais de um (01) ano;
- IV - procedimento incompatível com a dignidade da função;
- V - condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- VI - mudança de domicílio para outro município;
- VII - afastamento da função na entidade a qual representa.

Art. 11. O Conselho Municipal de Educação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - elaborar e/ou alterar o seu regimento interno, de acordo com as necessidades, devendo ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
- II - aprovar os regulamentos e orientações ao ensino público e privado, vinculados ao Sistema Municipal de Ensino, de acordo com a legislação vigente;
- III - aprovar a organização das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino;
- IV - fixar normas e requisitos complementares para autorização de funcionamento, reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos de educação básica, vinculados ao Sistema Municipal de Ensino;
- V - aprovar a distribuição das disciplinas obrigatórias e da parte diversificada, fixada para o Ensino Fundamental quando propostas pela Secretaria Municipal de Educação;
- VI - aprovar a organização curricular para a instalação de cursos de Ensino Fundamental para jovens e adultos na Rede Pública Municipal;
- VII - autorizar o funcionamento de Instituições de Ensino com forma distinta de organização;
- VIII - aprovar o funcionamento de instituições da Educação Infantil e de Ensino Fundamental da rede pública municipal;
- IX - aprovar o funcionamento das Instituições de Educação Infantil da rede privada no município de Campo Alegre;
- X - aprovar critérios complementares à efetivação das transferências de alunos de um estabelecimento de ensino para outro, bem como de país estrangeiro, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;
- XI - normatizar a transferência de alunos quando envolver estabelecimento de ensino do município;
- XII - supervisionar o recenseamento, a matrícula, a chamada, o acesso, a permanência e a evasão escolar no município;
- XIII - avaliar as estatísticas e relatórios das atividades da educação do município;
- XIV - autorizar, acompanhar e avaliar experiências pedagógicas;
- XV - acompanhar, participar e assessorar as Conferências Municipais de Educação;
- XVI - emitir pareceres sobre questões educacionais no âmbito do Sistema Municipal, com base nas competências das legislações educacionais;
- XVII - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária da educação;
- XVIII - acompanhar a aplicação dos recursos financeiros de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal de 1988;
- XIX - opinar nos casos em que haja divergência nos pareceres dos órgãos técnicos ou administrativos ou naquele em que o Secretário julgue aconselhável um amplo debate.
- XX - analisar o Estatuto do Magistério e Plano de Cargos e Salário,

bem como dar sugestões para a valorização dos profissionais do magistério Público Municipal.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Art. 12. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é um órgão colegiado, fiscalizador, representativo do município, destinado ao acompanhamento e ao controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007.

Art. 13. O Conselho do FUNDEB é constituído de membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

- I - dois representantes do poder Executivo Municipal, sendo um indicado da Secretaria Municipal de Educação;
- II - um representante dos professores das escolas públicas municipais;
- III - um representante dos diretores das escolas públicas municipais;
- IV - um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas;
- V - dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;
- VI - dois representantes dos estudantes da educação básica pública, (01) um dos quais indicado por uma entidade secundarista;
- VII - um representante do Conselho Municipal de Educação sem vínculo com a Administração Pública Municipal;
- VIII - um representante do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre;
- IX - dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sem vínculo com a Administração Pública Municipal.

§ 1º Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, ou pelos respectivos pares.

§ 2º A indicação referida neste artigo, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para a posterior nomeação.

§ 3º Os conselheiros de que trata este artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 2º.

§ 4º São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

- I - cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;
- II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
- III - estudantes que não sejam emancipados;
- IV - pais de alunos que:
 - a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
 - b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 14. O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I - desligamento por motivos particulares;

II - rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 13; e

III - situação de impedimento previsto no § 4º, do art. 13, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

Art. 15. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente.

Art. 16. São competências do Conselho do FUNDEB:

I - acompanhar e controlar, em todos os níveis a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB;

II - acompanhar e controlar junto aos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados a conta do FUNDEB;

III - supervisionar a realização do Censo Escolar;

IV - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, especialmente no que se refere a adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V - acompanhar, mediante verificação de demonstrativo gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo Municipal, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB conforme disposto no Artigo 25 da Lei nº 11.494/2007;

VI - exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do conselho no prazo regulamentar;

VII - manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta (30) dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 27 da Lei nº 11.494/2007;

VIII - observar a correta aplicação do mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos do Fundo da remuneração dos Profissionais do Magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo o pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX - exigir o fiel cumprimento do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;

X - zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidas para o exercício da função de conselheiro, especialmente no que se refere aos impedimentos para integrar o conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, previstos nos § 5º e 6º do Artigo 24 da Lei nº 11.494/2007;

XI - requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infra-estrutura e as condições materiais e necessárias à execução plena das competências do Conselho com base no disposto no § 10 do Artigo 24 da Lei nº 11.494/2007;

XII - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal;

XIII - acompanhar e controlar a execução dos Recursos Federais transferidos a conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativo aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento, e análise da prestação de contas desse programa, encaminhando ao FNDE o demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira, acompanhado de parecer conclusivo, e notificar o órgão executor do programa e o FNDE, quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos;

XIV - exercer outras atribuições previstas na legislação Federal e Municipal.

Parágrafo único. O parecer de que trata o inciso VII deste artigo

deverá ser apresentado ao Chefe do Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas.

Art. 17. O Conselho do FUNDEB terá um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos dentre os conselheiros.

Parágrafo único. Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 13, inciso I desta Lei.

Art. 18. Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 14, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 19. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 20. As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 21. O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 22. A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do membro;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 23. O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir: infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Art. 24. O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se

em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 25. Durante o prazo previsto no § 2º do art. 13, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 26. O Conselho de Alimentação Escolar - CAE tem como finalidade assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto as instituições educacionais de educação básica mantidas pelo município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I - fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;

II - fiscalizar a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos in natura;

III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;

IV - sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivos e Legislativo do Município, nas fases de elaboração tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal, visando:

a) as metas à serem alcançadas;

b) a aplicação dos recursos previstos na Legislação Nacional;

c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar.

V - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuídas nas escolas municipais;

VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VII - articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do município, motivando-se na criação de hortas, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX - realizar estudos a respeito dos hábitos locais, levando-se em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

X - exercer fiscalização sobre o armazenamento e conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que diz respeito aos seus efeitos sobre a alimentação;

XII - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, higiene e manipulação de alimentos, junto aos funcionários das escolas municipais envolvidos com a alimentação escolar;

XIII - levar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçar e avaliar o Programa no Município.

Parágrafo único. A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - 01(um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II - 02(dois) representantes dentre as entidades docentes,

discentes ou trabalhadores na área da educação, indicados pelos respectivos órgãos de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, sendo devidamente registrada em ata;

III - 02(dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos conselhos escolares, associação de pais e mestres ou entidades similares, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim;

IV - 02(dois) representantes de outro segmento da sociedade civil, a ser escolhido por meio de assembléia específica para tal fim, sendo devidamente registrada em ata.

§ 1º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, deverão os professores realizar reunião, convocada especificamente para esse fim, sendo devidamente registrada em ata.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 01(um) suplente da mesma categoria.

§ 3º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

§ 4º O mandato do CAE será de 04(quatro) anos, podendo os membros ser reconduzidos por uma única vez, de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 5º O CAE terá 01(um) presidente e 01(um) vice-presidente, eleitos entre os membros titulares, por no mínimo, 8532; (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente convocada para tal fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez.

§ 6º O presidente e o vice-presidente do CAE serão escolhidos dentre os membros titulares.

§ 7º A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por ato legal do Poder Executivo.

§ 8º As substituições, após o ato de nomeação dos membros do CAE dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida em regimento próprio;

IV - pelo descumprimento das disposições estabelecidas no seu regimento.

Parágrafo único: O Conselho de Alimentação Escolar é um órgão autônomo de deliberação coletiva permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

TÍTULO IV

DA INTEGRAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 28. Para que haja a efetiva integração dos estabelecimentos no Sistema Municipal de Ensino, é indispensável a existência dos seguintes atos:

I - ato de Criação;

II - ato de Autorização de Funcionamento.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se:

a) por ato de criação, o documento expresso e específico pelo qual o interessado cria o estabelecimento de ensino e manifesta a intenção de mantê-lo, sujeitando o seu funcionamento às disposições legais e normativas do Sistema Municipal de Ensino;

b) por ato de autorização de funcionamento efetuado pelo

Conselho Municipal de Educação, o documento da autorização municipal competente, pelo qual o interessado é autorizado a pôr em funcionamento, por tempo determinado ou indeterminado o respectivo estabelecimento de ensino, independentemente de sua natureza, se de ensino ou de educação formal ou informal.

Art. 29. A normatização relativa à criação, autorização de funcionamento é competência do Sistema de Ensino, reservado ao Conselho Municipal de Educação e o Poder Legislativo a cooperação supletiva, para os casos omissos nesta matéria.

TITULO V DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO SISTEMA MUNICIPAL

CAPITULO I DA CRIAÇÃO

Art. 30. A criação de estabelecimento de ensino obedece aos seguintes preceitos:

I - os mantidos e administrados pelo Poder Público Municipal, são criados por ato do Poder Executivo Municipal;

II - os mantidos por pessoas físicas ou jurídicas são criados na obediência de legislação específica no âmbito do direito civil e comercial.

CAPITULO II DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 31. A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental, pertencentes à Rede Municipal serão atribuições do Conselho Municipal de Educação, mediante avaliação de comissão instituída para esse fim.

§ 1º Os pedidos de autorização para funcionamento de estabelecimentos de Educação Infantil, mantidos pela iniciativa privada, deverão ser instruídos como pré-requisito com a documentação de sua criação.

§ 2º A criação de estabelecimento de Educação Infantil, mantido pela iniciativa privada, deverá atender as determinações específicas pela Secretaria Municipal de Educação e aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 3º A comissão de avaliação para proceder ao ato de autorização de funcionamento dos estabelecimentos de Educação Básica, será indicada por ato do chefe do poder executivo, respeitando as determinações de representatividade orientada pelo Conselho Municipal de Educação.

TITULO VI DO CONTROLE E AVALIAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

CAPITULO I DO CONTROLE

Art. 32. Os estabelecimentos de ensino, ao nível da educação básica, manterão atividades permanentes de controle sob Coordenação e Supervisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade precípua de:

I - elaborar as diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação, na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;

II - participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação, na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;

III - fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho

pedagógico em nível de educação municipal pré-determinada pelo Sistema Municipal de Ensino;

IV - subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, em nível de suporte pedagógico, tais como:

a) calendário Escolar;

b) conselho de Classe;

c) dias de Estudos;

d) estratégias e motivação nas atividades de sala de aula;

e) horário de Aulas;

f) manuseio do Livro Didático;

g) organização e uso da Biblioteca;

h) planejamento da Escola;

i) planejamento dos Professores;

j) projeto político pedagógico;

k) recuperação de estudos;

l) regimento escolar;

m) registro de Informações;

n) replanejamento.

V - garantir e promover Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como dias de estudo para os profissionais do magistério;

VI - auxiliar e subsidiar o trabalho pedagógico das Instituições de Ensino;

VII - participar de encontros em níveis de microrregião, estadual ou nacional no que se refere ao trabalho pedagógico;

VIII - garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas no nível da Secretaria Municipal de Educação;

IX - promover processos de ensino-aprendizagem entre os professores;

X - responsabilizar-se pelo constante aprimoramento dos profissionais do magistério e educandos, promovendo a contínua melhoria da qualidade de ensino.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação manterá atividades permanentes de supervisão pedagógica, realizará a avaliação institucional visando o cumprimento da legislação em vigor, bem como a verificação periódica das atividades escolares, em vista da qualidade do ensino e da administração dos estabelecimentos de Ensino pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre.

§ 2º A avaliação institucional será regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente, federal e/ou estadual.

CAPITULO II DO ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 33. O encerramento de atividades escolares de estabelecimento de ensino, no seu todo ou em parte pode ocorrer:

I - por decisão expressa da entidade mantenedora;

II - por cassação da autorização de funcionamento, em ato expresso da autoridade competente, em qualquer tempo, ainda que de estabelecimento já credenciado e mesmo reconhecido.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos:

a) deverão ser resguardados, rigorosamente, os direitos adquiridos dos educandos que em hipótese alguma, poderão ser prejudicados em seus estudos;

b) amplo direito de defesa deverá ser oportunizado à (s) entidade (s) mantenedora (s);

c) o procedimento de cassação, ouvido o Conselho Municipal de Educação, será atribuição da Secretaria Municipal de Educação;

d) os recursos de que terão direito a (s) entidade (s) mantenedora (s) deverão ser encaminhados, em primeira instância, ao Conselho Municipal de Educação; e.

e) poderá haver recurso em segunda instância, ao Ministério Público, superado o primeiro recurso de parecer prévio denegatório.

CAPITULO III**DA DENOMINAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

Art. 34. As unidades educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino denominar-se-ão:

I - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL que atende ambos os níveis: Creches e Pré Escolas;

II - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - para os estabelecimentos de Ensino Fundamental, podendo incluir os níveis estabelecidos no item anterior ou parte deles;

III - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - que atende do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental.

TÍTULO VII**DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 35. A Educação Básica atenderá aos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço a tolerância;

V - coexistência das instituições públicas e privadas;

VI - gratuidade do ensino em estabelecimentos da rede pública municipal;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e regulamentos;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização e aproveitamento da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e culturais;

XII - promoção da integração escola-comunidade.

Art. 36. A organização escolar da Educação Básica, em todos os seus níveis, além do previsto nesta Lei terá regulamentação por normas editadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 37. As organizações administrativas, didáticas e disciplinares de cada estabelecimento de ensino, em nível interno escolar, será regulada no seu respectivo regimento, observando a legislação do Sistema Municipal de Ensino e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, aprovado pela comunidade escolar.

TÍTULO VIII**DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO****CAPÍTULO I****DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 38. A educação infantil poderá ser oferecida em:

I - Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI's para crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade;

II - em Escolas Municipais de Educação Básica, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.

III - em instituições privadas, desde que autorizadas e reconhecidas pelo Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A educação infantil, ministrada em qualquer uma das formas de oferta, terá 15 (quinze) minutos de recreio monitorado.

Art. 39. A Educação Infantil, no Sistema Municipal de Ensino de Campo Alegre, terá por objetivos:

I - o desenvolvimento integral da criança até 05 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e

cultural;

II - proporcionar à criança o desenvolvimento de sua auto - imagem e o convívio no seu processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais.

Art. 40. Os conteúdos curriculares que deverão ser socializados na Educação Infantil deverão ser organizados com base no desenvolvimento da criança, na diversidade do seu contexto cultural e deverão estar expressos no Projeto Pedagógico das Instituições de Educação Infantil, de acordo com as Diretrizes Curriculares Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 41. Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro bimestral do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Parágrafo único. Todos os estabelecimentos de Ensino da Educação Infantil oportunizarão aos pais ou responsáveis o acompanhamento e o desenvolvimento da criança, mediante emissão de boletins ou formulários de acompanhamento definidos pela instituição em seu projeto pedagógico.

Art. 42. Na Educação Infantil a disciplina de Educação Física é componente curricular obrigatório em todas as etapas, com no mínimo duas aulas semanais de 45 minutos.

Art. 43. O Sistema Municipal de Ensino permitirá a definição de critérios para o acesso à Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, por meio de Editais de Matrícula expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, a cada final de ano letivo para as matrículas do ano subsequente.

CAPÍTULO II**DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Art. 44. O Ensino Fundamental regular, organizado em nove anos, será ministrado em Língua Portuguesa e em processos próprios de aprendizagem definidos a partir das Diretrizes Curriculares Pedagógicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação e do Projeto Pedagógico Escolar.

Art. 45. O controle de frequência do educando fica a cargo do estabelecimento escolar, conforme disposições do regimento escolar, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas de efetivo trabalho escolar.

Art. 46. O total de horas de efetivo trabalho escolar, nos termos desta Lei, compreenderá o tempo de atividades escolares desenvolvidas pelo educando, sob a orientação direta do professor e avaliação na escola.

Art. 47. A escola estimulará a frequência do educando, e analisará de imediato, os casos de ausência persistentes, juntamente com os pais ou responsáveis, programando alternativas de solução.

Art. 48. Em caso de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, a escola junto com o Conselho Tutelar, procurará resolver a questão.

Art. 49. O Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, terá 15 (quinze) minutos de recreio monitorado incluído nas 04 (quatro) horas de trabalho escolar efetivo.

Art. 50. A matrícula no Ensino Fundamental é obrigatória a partir dos 06 (seis) anos de idade completos até o dia trinta e um de março do ano letivo ou por outra data determinada pelo Ministério da Educação e/ou Conselho Nacional de Educação - CNE.

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 51. Poderão receber apoio técnico e financeiro por meio de convênio do Poder Público Municipal, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, especializadas e com atuação exclusiva em Educação Especial, atendendo a educandos sem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - garantam à destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público no caso de encerramento de suas atividades;

IV - assegurem qualidade dos serviços prestados, em consonância com a política do município para o atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais;

V - prestem contas ao Poder Público Municipal dos recursos recebidos.

Art. 52. O Sistema Municipal de Ensino assegurará aos educandos portadores de deficiência:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de sua deficiência e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados/altas habilidades;

III - temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de educandos com deficiência mental ou graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para o ano/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/ano/série;

IV - professores com formação adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

V - articulação com os órgãos oficiais afins, para oferta da educação especial para o trabalho;

VI - conhecer a demanda real de atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses educandos;

VII - assessorar a educação especial, por meio de recursos humanos - professor especializado e equipe de apoio técnico pedagógico (fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo e nutricionista), materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção de educação inclusiva;

VIII - Oferecer no contraturno Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 53. Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LBD nº. 9.394/96 e as resoluções emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 54. A organização de escolas, cursos ou classes experimentais com currículos, métodos didático-pedagógicos e períodos escolares próprios, serão permitidos, dependendo o seu funcionamento, para fins de validade legal, de ato autorizatório expedido pela Secretaria Municipal de Educação, após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Art. 55. O número de educandos por classe deverá obedecer aos critérios pedagógicos que visam compatibilizar a otimização do rendimento e da aprendizagem com a demanda escolar.

Parágrafo único. Instrumento normativo do Conselho Municipal de Educação regulamentará o disposto neste artigo e será definido na Campanha de Matrícula para as escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre/SC.

Art. 56. A classificação do educando matriculado no Ensino Fundamental será feita:

I - em caso de transferência, para candidatos de outras escolas, no ciclo ou ano/série que compreenda o nível indicado pelo estabelecimento de procedência ou em nível mais avançado de adiantamento, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada à progressão da aprendizagem;

II - independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada à progressão da aprendizagem.

Parágrafo único. Os critérios para efetuar a classificação dos educandos serão estabelecidos em resolução do Conselho Municipal de Educação.

Art. 57. Cabe ao estabelecimento de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de anos/séries, conforme classificação realizada por notas bimestrais, exceto no primeiro ano do Ensino Fundamental, para efeito de transferência com as especificações necessárias, na forma regulamentar curricular.

TÍTULO IX DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DOS CURRÍCULOS DE ENSINO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58. Os estabelecimentos de ensino, na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico - PPP e demais ordenamentos de atividades escolares, deverão propor, para conhecimento da administração oficial do Sistema Municipal de Ensino, o seu projeto político pedagógico, o qual, como um todo orgânico, deverá obedecer as diretrizes gerais para a elaboração e implementação do projeto pedagógico registrado abaixo:

I - organizar a equipe de estudos para subsidiar filosoficamente o trabalho de elaboração e implementação do projeto pedagógico;

II - reunir professores e associação de pais e professores para integrar a equipe, promovendo estudos e estabelecendo diretrizes de trabalho a partir da realidade da comunidade escolar;

III - organizar conselhos escolares com todos os envolvidos no processo para iniciar o trabalho.

IV - buscar junto à equipe estabelecida acima, os encaminhamentos coerentes com a comunidade escolar, para a efetiva implementação do projeto.

§ 1º Os Projetos Políticos Pedagógicos deverão respeitar as Diretrizes Curriculares Pedagógicas do Município e ter aprovação da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação.

§ 2º O Projeto Político Pedagógico - PPP deve ser elaborado, executado e periodicamente avaliado pelos segmentos que compõem a comunidade escolar:

- Alunos;
- Pais;
- Corpo técnico-administrativo;
- Professores;

- e) Especialistas em assuntos educacionais;
- f) Corpo diretivo.

Art. 59. O Estabelecimento de Ensino deverá, antes de definir sua concepção filosófica e organizacional, considerar o contexto social do indivíduo, devendo realizar amplo diagnóstico da comunidade, nos seguintes aspectos:

- I - características da comunidade e suas influências sobre a clientela escolar;
- II - expectativas da comunidade em relação ao trabalho da escola.
- III - aspectos históricos, culturais e geográficos;
- IV - recursos econômicos;
- V - serviços da comunidade;
- VI - concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem que a fundamenta;
- VII - sistema de acompanhamento bio-psicossocial das crianças e os instrumentos utilizados (formas de registro).

Art. 60. Na constituição e tratamento metodológico do projeto político pedagógico, como um todo orgânico, os estabelecimentos de ensino deverão assegurar os princípios da qualidade do ensino, do relacionamento entre as diversas atividades educacionais, em vista da formação integral dos educandos e da formação profissional técnica.

Art. 61. O Projeto Político Pedagógico estabelecerá os mecanismos e procedimentos didáticos e pedagógicos para promover o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais, sociais, culturais, políticas e religiosas, bem como, toda a variedade de conhecimentos e habilidades profissionais, respeitando o processo natural de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente.

CAPITULO II

CONCEPÇÃO FILOSÓFICA, PEDAGÓGICA DE HOMEM E SOCIEDADE.

Art. 62. O PPP deverá explicitar de forma clara a concepção de homem e de sociedade, levando-se em consideração a realidade e os direitos legais e humanos, tendo presente os princípios e os fins educacionais.

Art. 63. A concepção filosófica assumida pela escola deve estar vinculada à prática social, à inclusão, à diversidade cultural e religiosa e estar comprometida com a solução dos problemas relacionados ao ensino e à educação.

Art. 64. Na definição de sua concepção filosófica, o estabelecimento de ensino deverá garantir os direitos e os deveres preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil nos artigos 5º, 6º e 14º, bem como os estabelecidos nos Estatutos da Criança e Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação vigente.

Art. 65. Para construir a concepção filosófica, como norteadora do processo de ensino e de aprendizagem, a escola deverá:

- I - definir em ordem, as prioridades apuradas, levando-se em consideração a caracterização da comunidade, escola e aluno;
- II - estabelecer as metas e cronogramas para concretização das ações;
- III - definir a função social e pública da escola;
- IV - estabelecer as relações sociais dentro e fora da escola;
- V - assegurar a participação da escola nos diversos segmentos sociais e comunitários como agente de desenvolvimento sustentável;
- VI - assegurar a Educação Inclusiva e diversidade cultural e religiosa;
- VII - assegurar a especificidade da Educação Infantil.

CAPITULO III DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS NA ESCOLA

SEÇÃO I DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 66. O Conselho Deliberativo Escolar, colegiado de natureza consultiva e deliberativa, vinculado ao núcleo de direção, é formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em importante canal de participação para a construção de gestão democrática da escola e terá as atribuições e composição variáveis de acordo com o porte da instituição, fixadas pelas diretrizes da Secretaria de Educação, aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 67. O conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza deliberativa em assuntos didáticos pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação direção-professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Parágrafo único. A última instância de decisão avaliativa na Escola é o Conselho de Classe.

Art. 68. O Conselho de Classe é órgão que possibilita:

- I - a avaliação global do aluno e o levantamento das suas dificuldades;
- II - a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e no estabelecimento de ações para a superação das dificuldades;
- III - a avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvido pela escola, na implantação das ações propostas e verificação dos resultados;
- IV - a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;
- V - a avaliação da prática docente, enquanto motivação e produção de condições de apropriação de conhecimento, no que se refere: à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades realizadas;
- VI - a avaliação levando em conta a inclusão e a diversidade cultural e religiosa;
- VII - acompanhar e aperfeiçoar o processo ensino aprendizagem, bem como diagnosticar seus resultados registrando-os;

VIII - avaliar os resultados da aprendizagem do aluno, na perspectiva do processo de apropriação do conhecimento, da organização dos conteúdos e dos encaminhamentos metodológicos da prática pedagógica.

Art. 69. O conselho de classe será realizado ordinariamente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do aproveitamento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento e será proponente das ações que visem à melhoria da aprendizagem e o definidor da aprovação ou não aprovação do aluno.

Art. 70. O conselho de classe poderá ser composto:

- I - pela Direção, Coordenação Pedagógica e Especialistas em Assuntos Educacionais;
- II - pelos professores da turma;
- III - por alunos da turma;
- IV - por pais e/ou responsáveis.

Parágrafo único: Fica a critério do Estabelecimento Escolar definir, no Projeto Político-Pedagógico, a participação de outros membros da comunidade escolar e a forma de organização do conselho de classe.

Art. 71. São atribuições do conselho de classe:

I - emitir parecer descritivo sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, decidindo pela recuperação, revisão dos conteúdos e metodologia aplicados, anulação e repetição de provas ou trabalhos destinados à avaliação do rendimento escolar em que ocorram irregularidades ou dúvidas por parte dos alunos, pais e responsáveis, quanto aos resultados obtidos;

II - analisar o pedido de reconsideração dos pareceres emitidos pelo Conselho de Classe nos casos relacionados no inciso anterior e, esgotadas todas as possibilidades de solução para o problema, consultar a instância superior imediata para a decisão final;

III - avaliar as atividades docentes e discentes, possibilitando o replanejamento dos objetivos e das estratégias de execução da programação, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;

IV - responsabilizar o professor de cada área de estudo, ou disciplina, ao término do Conselho de Classe, pelo preenchimento da documentação de avaliação e frequência adotadas pela escola;

V - propor medidas para a melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na turma e na escola;

VI - estabelecer planos viáveis de recuperação contínua e paralela dos alunos, em consonância com as Diretrizes Curriculares Pedagógicas do município e o Plano Pedagógico da escola;

VII - assegurar a elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário, atendendo a legislação específica;

VIII - decidir entre os presentes a aprovação e a reprovação dos alunos.

Parágrafo único: A reprovação de alunos, só poderá ocorrer quando o mesmo não apresentar rendimento em mais de uma disciplina e tenha sido oferecido a oportunidade de realizar recuperação e revisão de conteúdos e/ou por infrequência escolar.

SEÇÃO III DOS COLEGIADOS E ASSOCIAÇÕES

Art. 72. Além dos conselhos previstos neste Capítulo, as escolas contarão com suas respectivas Associações de Pais e Professores - APP.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Art. 73. A organização da escola terá como objetivo proporcionar condições para efetivação da prática pedagógica.

Art. 74. Na organização escolar deverá estar explícito:

I - regime de funcionamento;

II - espaço físico, instalações e equipamentos (eliminação de barreiras arquitetônicas);

III - adaptação curricular sempre que necessário;

IV - calendário escolar;

V - matriz curricular;

VI - relação dos recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitação e nível de escolaridade;

VII - organização do cotidiano do trabalho escolar (matrícula, frequência);

VIII - processo de planejamento;

IX - processo de Avaliação:

a) do estabelecimento de ensino;

b) do processo ensino-aprendizagem;

c) da comunidade escolar;

d) das pessoas com necessidades educativas especiais.

X - processo de articulação entre os níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

XI - proposta de articulação com as organizações da sociedade civil, associação de pais e professores, grêmios estudantis, sindicatos, partidos políticos, igrejas, associações comunitárias, organizações

empresariais, bancárias e outras.

Art. 75. No Sistema Municipal de Ensino, os estabelecimentos de ensino também seguirão as normas do Conselho Municipal de Educação, com observância das seguintes especificações:

I - observância dos mínimos curriculares estabelecidos pelas diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação;

II - das competências e habilidades utilizadas no processo de construção do conhecimento (descritores português e matemática - MEC).

III - de estudo de língua estrangeira moderna, sendo obrigatória no Ensino Fundamental do estabelecimento de ensino;

IV - especificação da vinculação da formação escolar às atividades do trabalho;

V - temas transversais (ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, pluralidade cultural).

VI - Cumprimento da Lei nº 11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Ensino da Música na Educação Básica;

VII - Cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Ensino da Cultura-africana e afro-brasileira na Educação Básica.

Art. 76. A Educação Física, a formação artística e outras atividades de capacitação e formação cultural, humana e social, e as que são voltadas para o trabalho, estarão incluídas no Projeto Político Pedagógico e poderão ser realizadas em convênio ou parceria com outras instituições civis e sociais.

Art. 77. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Alegre, sendo oferecido de acordo com as preferências manifestadas pelos educandos ou por seus responsáveis.

Art. 78. A disciplina de Ensino Religioso, fundamentada na lei nº. 9475 de 22 de julho de 1997 que dá nova redação ao artigo 33 da lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 394/96 de 20 de dezembro de 1996, contemplará o pleno desenvolvimento das atividades que oportunizem ao educando, o conhecimento dos seus direitos e garantias fundamentais, assegurado no título II da Constituição Federal, associado à formação de valores e ao resgate da cultura como propõe o artigo 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu inciso I, que destaca: "a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos de respeito ao bem comum e à ordem democrática".

Art. 79. Os currículos escolares terão a base comum de conteúdos fixados pelas Diretrizes Curriculares Pedagógicas do Município de Campo Alegre, organizados por progressão regular por série/ano, serão complementados com a especificação de conteúdos do projeto pedagógico de cada escola e no planejamento didático de cada turma, considerando o estágio de desenvolvimento dos educandos.

Art. 80. Para o atendimento das disposições constantes desse artigo, os currículos e projetos pedagógicos deverão atender também os interesses da comunidade escolar.

CAPÍTULO V DO ANO, DO SEMESTRE E DOS PERÍODOS LETIVOS.

Art. 81. O ano, o semestre e os períodos letivos independem do ano civil.

Art. 82. Os Estabelecimentos de Ensino, observados e cumpridos os mínimos estabelecidos na Legislação Superior do Ensino e da Educação e regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação, deverão ainda, proporcionar estudos de recuperação aos seus educandos, que demonstrem aproveitamento insuficiente, no

decorrer do ano escolar e letivo, mediante programas e atividades e respeitando os critérios de implantação da Recuperação Paralela determinada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 83. Os Estabelecimentos de Ensino, independentemente do seu nível escolar, poderão funcionar entre os períodos letivos e de férias escolares, proporcionando:

- I - cursos especiais da natureza suplementar aos ministrados durante o ano letivo;
- II - atividades de recuperação para educandos que não tenham apreendido os conteúdos de aprendizagem, durante o ano letivo, ou para jovens e adultos em considerável atraso, proporcionando-lhes avanços úteis e até necessários;
- III - suplementação de atividades escolares para acompanhamento de crianças, adolescentes, jovens e adultos com dificuldades psico-sociais e ou de deficiências múltiplas;
- IV - atendimento aos educandos de Ensino Fundamental, proporcionando-lhes aceleração, especialmente, para correção do avanço etário;
- V - cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da educação;
- VI - atendimento nos CMEIs em regime de plantão para crianças de 4(quatro) meses à 3(três) anos.

Parágrafo único. Os Estabelecimentos de Ensino que oferecerem atividades escolares nos períodos de férias deverão atender a viabilidade do cumprimento do regime de trabalho dos seus professores e funcionários, em vista dos preceitos trabalhistas e legais correspondentes.

Art. 84. Os Estabelecimentos de Ensino, independentemente do nível, ou da modalidade, para encerrar o ano letivo e todas as atividades didático-pedagógicas deverão comprovar como efeito de regra comum:

- I - o cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e correspondente ao número de horas determinadas por lei ou pelo Ministério da Educação;
- II - o cumprimento integral dos conteúdos de aprendizagem mínimos previstos na respectiva Diretriz Curricular Pedagógica Municipal e do Projeto Político Pedagógico Escolar.

§ 1º O calendário escolar determinado pela Secretaria Municipal de Educação garantirá a adequação às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerando os fatores climáticos e econômicos que envolvam o modo de vida das comunidades rurais ou urbanas, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previstos em Lei.

§ 2º Nos afastamentos legais do profissional do magistério, em exercício na escola, o cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar é de responsabilidade do respectivo Estabelecimento de Ensino.

§ 3º Deverá ser obedecido as seguintes orientações:

- I - ano letivo são todos os dias de funcionamento da escola.
- II - dia de efetivo trabalho escolar é aquele de atividades pedagógicas, isto é, de trabalho efetivo em sala de aula ou ambientes equivalentes e que envolva a participação de educandos e professores com planejamento formalmente estabelecido no projeto pedagógico da unidade escolar e no plano anual de ensino do professor.
- III - recesso escolar é o período em que o corpo técnico-pedagógico-administrativo participa de atividades relacionadas com as suas funções, embora sem a presença obrigatória dos educandos na escola.

§ 4º O não cumprimento do disposto neste artigo, submete a

direção do Estabelecimento de Ensino, juntamente com os professores a atividades complementares até a satisfação plena do presente artigo.

CAPITULO VI PROCESSO DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Art. 85. Na estruturação do processo de ensino e da aprendizagem deverá estar explícito:

- I - a função social e pública de cada integrante da comunidade escolar, quais sejam: alunos, pais, professores e especialistas em assuntos educacionais direção da escola, secretaria da escola, pessoal de apoio, APP, grêmio estudantil e outros;
- II - o processo de capacitação de recursos humanos intra e extra-escolar;
- III - as funções dos Conselhos de Classe e Deliberativo, enquanto instâncias de decisões coletivas, sociais e públicas;
- IV - o calendário escolar para a materialização do planejamento anual;
- V - a função social e pública da biblioteca escolar e dos materiais didático-pedagógicos;
- VI - as referências bibliográficas que fundamentam a proposta filosófica e aquelas que dão suporte na materialização do processo de ensino-aprendizagem;
- VII - as datas e semanas comemorativas como atividades suplementares e convergentes com a proposta formulada;
- VIII - o programa de formação de cidadania através dos Temas Transversais nas diversas áreas do conhecimento (Art.32 LDB 9.394/96);
- IX - o currículo, seus objetivos, metas, referências bibliográficas e, principalmente, como ocorrerá a materialização do mesmo;
- X - o processo de avaliação como forma de constatar a apropriação real de conhecimento nas suas formas cotidianas e em decorrência destas, o processo de recuperação;
- XI - a inclusão e a diversidade cultural e religiosa;
- XII - o cumprimento das: Lei nº 11.769/2008, Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 9.475/1997.

SEÇÃO I DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 86. A verificação do rendimento escolar é da responsabilidade dos Estabelecimentos de Ensino, na forma do seu regimento e do Projeto Político Pedagógico, compreendendo a avaliação do aproveitamento e da apuração da assiduidade, a partir das determinações da Secretaria Municipal de Educação, conforme aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 87. Admite-se a adoção de critérios que permitam avanços sucessivos dos educandos pela conjugação dos elementos de idade e rendimento escolar, de acordo com normas que a Secretaria Municipal de Educação estabelecer e o Conselho Municipal de Educação aprovar.

Art. 88. A avaliação do educando será contínua, de forma global, por meio da verificação da aprendizagem, em atividades realizadas dentro ou fora da sala e por meio da apuração da frequência.

§ 1º Na avaliação dos educandos será dada maior ênfase aos resultados obtidos no decorrer do ano escolar que contará com a recuperação paralela, aplicada a partir dos critérios estabelecidos nesta lei.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino, ao fixarem em seus regimentos e projetos pedagógicos, os critérios para verificação do rendimento escolar, deverão atender aos pressupostos básicos de avaliação, previsto na legislação superior e o disposto na lei, com atenção especial para as condições do crescimento humano e das situações sociais dos educandos.

Art. 89. A avaliação do rendimento escolar será expressa numa escala de valores de 0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se fracionamento de 0,5 (zero vírgula cinco) pontos.

Parágrafo único. A escala de valores expressa acima, somente valerá para avaliação realizada pelo educando, ou seja, se o mesmo não apresentar a avaliação, ele poderá obter a nota mínima - 0,0 (zero);

Art. 90. A forma de expressar o resultado do rendimento escolar deverá ser previsto no Projeto Pedagógico e respectivo regimento escolar, observando:

I - o período letivo terá 04 (quatro) bimestres onde estarão registrados em boletins, expedidos pela unidade escolar aos educandos, as médias das verificações de rendimento do educando nas disciplinas em que a matriz curricular determinar para o trabalho junto a cada série/ano do Ensino Fundamental;

II - os educandos devidamente matriculados, em qualquer um dos anos do Ensino Fundamental, terão direito a prestar Prova Final em todas as disciplinas que não alcançarem a soma anual de 28 (vinte e oito) pontos, ou seja, média 7,0 (sete) por disciplina.

III - após o Prova Final a média para aprovação deverá ser igual ou superior a 5,0 (cinco), a partir da fórmula abaixo:

Onde: MA = Média anual da disciplina e PF = Prova Final.

IV - a parte decimal da média final (MF) deverá ser arredondada para inteiro ou meio ponto, respeitando o seguinte critério: até 0,3 (três décimos) arredondar para o inteiro inferior; acima de 0,3 até 0,7 (sete décimos) arredondar para 0,5 (cinco décimos) e acima de 0,7 (sete décimos) arredondar para o inteiro superior.

V - considerar-se-ão não aprovados, quanto ao aproveitamento de estudos os educandos que não alcançarem os mínimos estabelecidos por este artigo, apoiados na legislação em vigor e explicitados no projeto pedagógico,

VI - aos educandos que não atingirem a frequência mínima determinada para a aprovação e consequente promoção, não será dada o direito de prestar prova final para efeitos de compensação de presença do total de horas da respectiva série/ano em curso.

VII - o registro de assinatura da presença dos educandos em formulário timbrado da unidade escolar, com nome do professor titular da disciplina correspondente, bem como o dia de aplicação da Prova Final, deve ser providenciado pela unidade escolar por meio da secretaria da escola;

VIII - as provas finais devem ficar arquivados na unidade escolar para efeitos de revisão, durante o prazo mínimo de 05 (cinco) anos;

IX - Se o educando faltar no dia da Prova Final, só poderá fazê-la em outra oportunidade, se apresentar atestado médico desde que o mesmo seja apresentado em até 48 (quarenta e oito) horas após a data marcada para a prova final.

Art. 91. O processo de promoção dos educandos, ao final de cada ano e na conclusão dos respectivos níveis de ensino, ficará na dependência de critérios estabelecidos por este Sistema Municipal de Ensino e será em todos os casos, um processo decorrente da competente avaliação do rendimento escolar, previsto também na Diretriz Curricular Pedagógica do município, no projeto pedagógico e no respectivo regimento escolar.

Art. 92. Para que o educando obtenha aprovação e consequente promoção, é necessário que tenha frequentado, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%) do total de horas do respectivo ano e curso.

Art. 93. Na educação infantil, o processo de avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino

Fundamental.

Art. 94. Nos casos em que um educando se vir impedido, por razões comprovadas, de cumprir o mínimo de frequência previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) poderá haver recurso ao Conselho Municipal de Educação.

SEÇÃO II DA MATRÍCULA E DA PROMOÇÃO

Art. 95. Cabe a Secretaria Municipal de Educação fixar as normas específicas para a regulamentação da matrícula, promoção e de transferências, e encaminhá-las ao Conselho Municipal de Educação, asseguradas as peculiaridades do Sistema Municipal de Ensino e das unidades escolares.

Art. 96. Ficam instituídos provas classificatórias ou de equivalência para aqueles educandos que não podendo comprovar escolaridade anterior, pretendam matricular-se em ano, além do primeiro ano do Ensino Fundamental.

§ 1º As provas classificatórias de que trata o presente artigo, não poderão habilitar a matrícula além do sexto (6º) ano do Ensino Fundamental.

§ 2º É competência do Conselho Municipal de Educação regulamentar a forma e a extensão das provas classificatórias, no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 97. Comprovada a promoção do estudante, é competência dos estabelecimentos de ensino, estes, uma vez credenciados ou reconhecidos, expedir a competente titulação, mediante certificados ou diplomas.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino poderão expedir certificados de conclusão de anos, lavrando o respectivo registro, garantida sua guarda e condição de arquivo.

§ 2º A autenticidade da documentação escolar expedida, é de restrita responsabilidade da direção dos estabelecimentos de ensino.

SEÇÃO III DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Art. 98. A recuperação de estudos é um processo obrigatório de atendimento especial ao educando cuja aprendizagem não se realizou de maneira satisfatória, conforme determinações da Lei de Diretrizes e Bases.

Art. 99. A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto especial integrado ao processo ensino-aprendizagem, além de se adequar às dificuldades do educando ao longo do período letivo.

Art. 100. O estabelecimento de ensino proporcionará recuperação paralela, durante o período letivo de maneira contínua.

Art. 101. A recuperação de estudos no decorrer do período de efetivo trabalho escolar, destina-se a corrigir as deficiências que persistam após a aplicação de verificação do conhecimento.

Art. 102. A recuperação de estudos estará prevista em lei, com fundamentação legal na LBD nº. 9.394/96, Art. 24, Inciso V alínea e, a recuperação será paralela atendendo aos seguintes princípios:

I - a recuperação paralela deve ser uma prática aplicada por todos os professores de Ensino Fundamental;

II - a recuperação paralela terá os mesmos critérios adotados para todos os docentes de Ensino Fundamental;

III - a recuperação deverá ser de conteúdos, tendo como

consequência a melhoria expressa em notas, ou seja, o professor não poderá recuperar somente a nota dos educandos sem antes fazer a exposição de conteúdos de forma diferente da aplicada anteriormente uma vez que, se não se apresentaram boas notas na avaliação referente a determinado conteúdo, é porque a metodologia aplicada para explicar, não foi bem entendida pelos educandos;

IV - a recuperação paralela acontecerá no espaço máximo entre duas e cinco aulas, após a avaliação;

V - as notas deverão ser registradas no diário de classe ou documento equivalente enfatizando no próprio diário:

- a) que é atividade de recuperação;
- b) a que conteúdo se refere;
- c) a data de aplicação da atividade;
- d) registro de lembrete enviado aos pais destacando os itens acima.

VI - quando acontecer a recuperação e depois de registrada em diário, valerá a nota maior, desconsiderando a nota mais baixa entre as duas;

VII - os pais serão avisados sobre a temática da recuperação;

VIII - não se recupera média bimestral.

Art. 103. A recuperação paralela se processará por meio de: aulas, avaliações escritas e orais, trabalhos individuais e em grupos, reservando um tempo de 20 % da carga horária prevista no planejamento.

Art. 104. Cabe à direção, coordenadores pedagógicos e aos especialistas em assuntos educacionais garantir e assegurar o desenvolvimento do processo de avaliação e recuperação de estudos.

SEÇÃO IV DO AVANÇO NOS ANOS

Art. 105. O avanço nos anos dar-se-á:

- I - por aceleração (LDB art. 24, V, "b");
- II - por possibilidade de avanços nos cursos e séries/anos (LDB, art. 24 V, "c");
- III - por aproveitamento de estudos concluídos com êxito (LDB, art. 24, V "d").

§ 1º O avanço nos anos poderá ocorrer sempre que se constatar apropriação pessoal de conhecimento, por parte do aluno, desde que ultrapasse a média geral da sua turma.

§ 2º O avanço de que trata este artigo não se aplica ao primeiro ano do Ensino Fundamental.

Art. 106. A banca de avaliação, neste caso, designada pela Secretaria Municipal de educação, será constituída por, no mínimo, 3 (três) membros do corpo docente, coordenadores pedagógicos e pelos especialistas em assuntos educacionais.

Art. 107. A iniciativa de propor o avanço nos anos caberá aos pais e responsáveis e/ou ao estabelecimento de ensino, após parecer do conselho de classe.

Art. 108. Para o primeiro ano e segundo ano do Ensino Fundamental de 9 anos, não haverá repetência.

Parágrafo único: Toda criança deverá ser alfabetizada até 8 (oito) anos de idade.

SEÇÃO V DA TERMINALIDADE ESPECÍFICA

Art. 109. É facultado aos estabelecimentos de ensino, esgotadas as possibilidades pontuadas nos artigos 24 e 26 da LDB 9.394/96, viabilizar ao aluno com grave deficiência mental ou múltipla, que

não apresentar resultados de escolarização previstos nos inciso I do artigo 32 da mesma lei, terminalidade específica do Ensino Fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o encaminhamento devido para a Educação de Jovens e Adulto.

TÍTULO X DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I DOS SERVIÇOS DE GESTÃO, DOCÊNCIA E APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO.

Art. 110. Os serviços de gestão, docência e apoio técnico-pedagógico para o acompanhamento, organização e funcionamento da ação educativa e didático-pedagógica dos Estabelecimentos de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação, integrantes desse sistema serão feitos harmonicamente, mediante a seguinte estrutura:

I - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Secretário da Educação;
- b) Chefe do Serviço do Ensino Fundamental;
- c) Chefe do Serviço da Educação Infantil;
- d) Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Educação;
- e) Chefe do Serviço de Controle do Transporte Escolar, da Merenda e da Manutenção das Unidades Escolares;
- f) Motorista;
- g) Agente Operacional I;
- h) Nutricionista;
- i) Fonoaudióloga.

II - Estabelecimentos de Ensino:

- a) Direção de Escola;
- b) Agente Administrativo III;
- c) Agente Administrativo II;
- d) Atendente de sala;
- e) Especialista em Assuntos Educacionais;
- f) Professores;
- g) Coordenador Pedagógico;
- h) Agente Operacional I.

CAPÍTULO V DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 111. A formação continuada, entendida como aperfeiçoamento e atualização profissional, faz parte da valorização dos profissionais da educação e deverá ser assegurada nos termos dos estatutos e planos de carreira do magistério público.

TÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 112. A expedição de autorização de funcionamento de estabelecimento de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, integrante do Sistema Municipal de Ensino, será atribuição do Conselho Municipal de Educação e homologado pelo chefe do poder Executivo.

Art. 113. Cabe ao Conselho Municipal de Educação autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar os estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino, sem prejuízo da avaliação promovida pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os atos de que trata o caput serão homologados pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 114. As deliberações do Conselho Municipal de Educação que

não dependam de homologação, terão vigência imediata após a publicação e registro na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 115. Os filhos de pais/responsáveis profissionais cuja atividade seja itinerante, terão assegurado a transferência da matrícula de seus filhos e a conseqüentemente vaga nas escolas mantidas pelo Poder Público Municipal, independentemente, do nível ou modalidade conforme sua idade e progresso escolar.

Art. 116. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 117. Fica revogada a Lei Municipal nº 3.390 de 18 de junho de 2008 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.824 de 04 de Abril de 2012

LEI Nº 3.824 DE 04 DE ABRIL DE 2012
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO Nº 16832/2011-3 - ESED11298111 CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, objetivando a Parceria Estado/Município para o atendimento do Ensino Fundamental.

Art.2º) Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.826 de 04 de Abril de 2012

LEI Nº 3.826 DE 04 DE ABRIL DE 2012
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA PROJETO/ATIVIDADE POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar Especial e Criar Projeto/Atividade no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.02 - Coordenadoria de Turismo

1.005 - Implantação de Sinalização Turística e Lixeiras

400000.00.183 - Despesas de Capital

440000.00.183 - Investimentos

449000.00.183 - Aplicações Diretas

449051.00.183 - Obras e Instalações R\$ 40.000,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior no valor de R\$ 7.163,30 (sete mil, cento e sessenta e três reais e trinta centavos) dos Recursos Ordinários Municipais (cód 136); e no valor de R\$ 32.836,70 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta centavos) dos Recursos da União transferidos pelo Ministério do Turismo através do Contrato de Repasse nº 326.895-72/2010/Caixa.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.827 de 04 de Abril de 2012

LEI Nº 3.827 DE 04 DE ABRIL DE 2012
"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º Caberá a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação (CME), o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação, devendo proceder às avaliações periódicas, a cada dois anos, no que se refere a implementação deste.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação e as demais instituições

educacionais do Município, participantes da elaboração deste Plano, empenhar-se-ão na divulgação deste e da progressiva realização das suas diretrizes e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CAMPO ALEGRE/SC.

DEZEMBRO/2011

Vilmar Grosskopf
Prefeito Municipal

Alice Bayerl Grosskopf
Vice-prefeita

Ângela Aparecida Reckziegel Hübner
Secretária Municipal de Educação

Maria Maurene Ottvagen May
Chefe do Serviço do Ensino Fundamental

Sirley Dranka de Souza Freitas
Chefe de Serviço de Ensino Infantil

GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDUCAÇÃO INFANTIL
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
EDUCAÇÃO SUPERIOR
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EDUCAÇÃO ESPECIAL
FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E
VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
FINANCIAMENTO E GESTÃO

Profissionais participantes:

ALINE CRISTIANE FRIEDRICH
ANA LUIZA DA CRUZ KMIETIK
ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN
ANTONIO MAURI CHRISTOFF
BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA
BERTINA BAHR
BIANCA KESTERING GREIPEL
BRIGITTE S. VAN DEN AKKER STUERNAGEL
CECÍLIA MARLENE SCHWARZ
CÉLIA REGINA DRANKA Coelho QUEIROZ

CIRILA TELMA DRANKA
CLÁUDIA INÊS CARDOSO
CLÁUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA
CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER
DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS
EDILAYNE WEISS DE MIRANDA
ELIANE BAUM
ELIANE REGINA NENEVE SLOMINSKI
ELIDIANE FRANCIELI FERREIRA
ELISABET SCHINDLER
ERNA LUIZA PACHECO IENSEN
GLADIS CONCEIÇÃO BENKENDORF
JAIR AFONSO BELLE
JANETE DRANKA
JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT
JEANE IENSEN CLEMENTE
JOICE LINZMEYER
JULIANE FERNANDES
LEILA DE CÁSSIA MUNHOZ LARGURA
LILIAN DA CRUZ KUHNEM
LINDAMIR DA LUZ SANTOS DREFHAL
LUCEMAR SCHMANSKI PASDA
LUCIANA DE FÁTIMA ALVES FERREIRA
LUIZ ROGÉRIO VARGAS VALÉRIO
LUZIA KOBUS LEAL
MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA
MARCIA DOLORES RUNSCHKA
MARCIA FRANZ SCHIESSL
MARCIO MARCELO MUNHOZ
MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS
MARIA NOGUEIRA DE LIMA
MARILDA SCHADECK
MARINÊS W. UHLIG
MARISTELA PIANA
MARLI TEREZINHA DE SOUZA
MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER
NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ
OLIVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ
ORIANE LINZMEYER STELZNER
PATRÍCIA PADILHA DOS SANTOS
PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF
RENATO CAMPOS QUIRINO FILHO
RODOLFO HENRIQUE WORNIS
ROSANE VIEIRA DOS SANTOS
ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS
SANDRA A. ANDRADE LIMA
SANDRA ADRIANE P.S. INGLÊZ
SANDRA PAULA SCHWEDLER
SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI
SCHEILA SUSY SILVEIRA
SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS
SILVANIRA TELMA
SILVIA PASDA UHLIG
SILVIA SCHMANSKI
SIMONE IRENE FUCKNER WALTMANN
SIRLEI MARIA KUJASKI MALCHOVSKI
SOLANGE REGINA PASSOS
SUELI DO ROCIO WOLLNER DA CRUZ
SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA
TACIANA AMORIM CUNHA
TATIANE CHELLIKA CARLINI
VANDERLEIA BUTHEVITZ
VERÔNICA WOJCIECHOSKY

REPRESENTANTE SOCIEDADE CIVIL – SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
SOELI MARIA ZACALUZNE

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC

Secretaria Municipal de Educação

Plano Municipal de Educação

2011/2020

SUMÁRIO

I -	INTRODUÇÃO.....	09
II -	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	11
1	ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	11
2	ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS.....	11
2.1	O início.....	11
2.2	Símbolos Municipais	13
2.3	Aspectos Populacio- nais.....	15
2.4	Aspectos Econômicos.....	18
2.5	Características Físicas.....	18
2.5.1	Clima.....	18
2.5.2	Hidrografia.....	18
2.6	Turismo.....	19
2.6.1	Atrações Turísticas.....	19
2.7	Aspectos Educacio- nais.....	20
III	NÍVEIS DE ENSINO.....	22
3	ETAPA: EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
3.1.	Histórico.....	22
3.2	Atendimento.....	24
3.3	Síntese do Diagnóstico.....	25
3.4	Diretrizes.....	26
3.6	Objetivos e Metas.....	32
4	ETAPA: ENSINO FUNDAMENTAL.....	37
4.1	Finalidade e Objetivos do Ensino Fundamen- tal.....	39
4.2	Gestão das Instituições do Ensino Fundamen- tal.....	47
4.3	Objetivos e Metas.....	74
5	ENSINO MÉDIO.....	78
5.1	Diagnóstico.....	78
5.2	Diretrizes.....	78
5.3	Objetivos e Metas.....	87
6	EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	89
6.1	Diagnóstico.....	89
6.2	Diretrizes.....	90
6.3	Dados da Educação Especial no Bra- sil.....	92
6.3.1	População Matriculada.....	92
7	EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	95

7.1	Diagnóstico.....	95
7.2	Objetivos e Metas.....	96
8	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	97
8.1	Diagnóstico.....	97
8.2	Objetivos e Metas.....	99
9	FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E VALO- RIZAÇÃO.....	101
9.1	Caracterização e Diagnósti- co.....	106
9.2	Objetivos e Metas.....	107
10	FINANCIAMENTO E GESTÃO.....	110
10.1	Objetivos e Metas.....	114
11	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	119
IV	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121

SIGLAS E ABREVIATURAS

PNE.....	Plano Nacional de Educação
PME.....	Plano Municipal de Educação
PEE.....	Plano Estadual de Educação
MEC.....	Ministério de Educação e Cultura
CMEI.....	Centros Municipais de Educação Infantil
LDB.....	Lei de Diretrizes e Bases da Educa- ção Nacional
EEF.....	Escola de Ensino Fundamental (Estadual)
EMEB.....	Escola Municipal de Educação Básica
APP.....	Associação de Pais e Professores
IES.....	Instituições de Educação Superior
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EJA.....	Educação de Jovens e Adultos
SESI.....	Serviço Social da Indústria

I - INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Campo Alegre – PME é resultado de uma construção coletiva envolvendo todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo, diagnosticando a realidade educacional e propondo diretrizes e metas para a educação do Município nos próximos dez (10) anos, a partir do contexto nacional, da legislação vigente e das necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

O PME originou-se do Plano Nacional de Educação – PNE, a qual determina que a partir dos pressupostos, diretrizes e metas do PNE, cada Município construa o seu plano de educação. Essa elaboração cumpriu a legislação e permitiu pensar e repensar a educação de Campo Alegre e projetá-la para um futuro próximo, atendendo os anseios do Município e sendo coerente com toda conjuntura social, política e cultural do Município e do país.

Este PME é a proposta de ação da educação no Município de Campo Alegre para a década de 2011 a 2021 e caracteriza-se pela elaboração coletiva da sociedade Campo-alegrense e como o projeto de educação do Município.

Com a versão preliminar elaborada em outubro/2011 realizou-se o Fórum Municipal para a apreciação do PME com representantes de todos os segmentos educacionais e sociais do Município.

Lei municí-
pal.....

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O Município de Campo Alegre localiza-se no Planalto Norte Catarinense e limita-se ao Norte com os Municípios de Agudos do Sul-PR e Tijucas do Sul-R, ao Sul com os Municípios de Jaraguá do Sul, ao Leste com os Municípios de Joinville e Garuva e ao Oeste com os Municípios de Piên e São Bento do Sul. Está à 219 km da capital. De acordo com a estimativa oficial do IBGE, de 2010, a população do Município é de 11.748 habitantes.

O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), conforme o SEBRAE-2007 é de 0,772. A área da unidade territorial (km²) é de 496,149 e a densidade demográfica (hb/km²) de 23,68.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS CULTURAIS E POLÍTICOS

2.1 O início

A colonização da cidade formada na sua grande maioria por espanhóis, alemães, poloneses e portugueses começou com a construção da Estrada Dona Francisca. No Final do século XIX e início do século XX, a cidade viveu uma época áurea devido a fartura da erva mate e a sua localização privilegiada, entre Santa Catarina e Paraná.

Natureza: A natureza exuberante é o grande presente para os visitantes de Campo Alegre, aliada a clima temperado com temperatura média de 19°C, com altitude de 870 metros do nível do mar. A região é pontilhada por cachoeiras, saltos e trilhas ecológicas.

Cultura: São muitas as manifestações culturais, herança deixada pelos colonizadores, com destaque para a Festa Estadual da Ovelha, com exposições e leilões, além de shows, bailes, artesanato e comida típica.

Contos: Contam os cronistas que o primeiro homem branco que passou pelo Município foi Alvar Nunes, chamado também de "cabeça de vaca", explorador espanhol que acompanhou a expedição de Harveas à Flórida (EUA) em 1527 e naufragou na costa do atual Estado do Texas, foi nomeado administrador da Colônia Rio da Prata (Uruguai e Argentina) que se estendia também ao Paraguai. No início do século XIX, em 1807, não passava de um pequeno povoado. Seu comércio era representado por um pequeno estabelecimento comercial de propriedade de Francisco Bueno Franco. No dia 23 de agosto de 1827, o governo imperial começou a medição dos lotes coloniais e construiu o primeiro rancho de Campo Alegre na localidade de São Miguel. A cidade foi nomeada de Froeliches Feld, que traduzido significa! Campo Alegre", nome recebido devido as belas paisagens naturais. Em 1851 e 1952 as divisas das Províncias do Paraná e Santa Catarina, ainda eram desconhecidas, o que causava muitas brigas e confusões. O Paraná considerava a divisa no divisor das águas em cima da Serra do Mar e não pelo Rio Negro, com sua nascente localizada no Quiriri, as mesmas divisas doadas a Princesa Dona Francisca, por seu irmão Dom Pedro II, quando ela se casou com o príncipe de Joinville. Com a fundação da Colônia Dona Francisca criou-se a Cia Colonizadora de 1849, pelas mãos do então Senador Alemão, Senhor Schroeder, a qual contratou com o governo imperial a colonização das terras da princesa por europeus.

No período de 1853 a 1857, os Engenheiros Karl Papst, Wunderwald e Aubé, cada um por sua vez, fizeram diversas explorações tentando fugir da única subida da serra então existente, a denominada Estrada Três Barras, que ligava São Francisco do Sul a Curitiba no Paraná, subindo pelo rio seco, esses engenheiros

encontraram alguns moradores residindo perto do Salto Branco do Rio Turvo.

Fundada a colônia Dona Francisca, onde hoje é Joinville, a Cia colonizadora contratou, junto com o Governo imperial, a construção de uma estrada para além da serra do mar, a fim de viabilizar novas colonizações. Em 1879, a Estrada Dona Francisca já era transitável e o problema de divisa entre as terras das províncias do Paraná e Santa Catarina, já estava resolvido. A ocupação do espaço em que se instalou Campo Alegre, deu-se sobre um entreposto de parada de viajantes que faziam o trajeto entre o Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. Em 1888, Campo Alegre torna-se Distrito de São Bento do Sul.

Campo Alegre tem sua economia baseada na agropecuária, principalmente com rebanhos bovinos, ovinos e eqüinos; na agricultura com o cultivo da batata-salsa, milho fumo e feijão, e tendo como extrativismo erva-mate, o carvão e o caulim; na área industrial predomina indústrias moveleiras que corresponde a 25% da economia campo-alegrense.

Campo Alegre conta com vários atrativos turísticos destacando-se cascatas, saltos, cachoeiras, campos, artesanatos e arquiteturas típicas. O turismo rural é referência no Planalto Norte, tendo como objetivo agregar esse potencial à agricultura familiar, valorizando o homem do campo, evitando o êxodo rural.

O Município de Campo Alegre foi criado pela Lei n.º 244 de 17 de outubro de 1896 e emancipado em 18 de março de 1897.

2.2 Os Símbolos Municipais:

Figura 1- A Bandeira

Segundo consta no capítulo I, Art. 3º, a Lei nº 498 "a bandeira do Município de Campo Alegre é a que foi idealizada e executada pelo (...) Professor Arthur Luponi". De acordo com o Art. 5º deste mesmo capítulo adotaram-se apenas duas cores para a Bandeira do Município de Campo Alegre: o branco-níveo e o verde-esmeralda. O branco por ser símbolo da paz, amizade, lealdade, franqueza, integridade, verdade, virtudes estas dominantes nos corações de todos os campo-alegrenses; e o verde por ser a cor simbólica de esperança, civilidade, cortesia, campo, abundância, posse. A estrela de cinco pontas em azul-cobalto, simboliza o Município de Campo Alegre. Escolheu-se o azul por ser a cor simbólica da perseverança, perfeição, zelo, dignidade... Os dois ramos de loureiro na Bandeira Municipal são os símbolos do triunfo, de glória. O laço de fita na cor vermelha representa o valor, domínio, valentia, vitória, honra etc.

Figura 2 - O Brasão

Conforme Art. 10º do capítulo I da Lei nº 498, o Brasão de Armas Municipal de Campo Alegre possui um escudo de formato ibérico na cor esmalte sinopla (verde). A abreviatura cronológica "17-10-1896" indica a data de criação do Município, e a abreviatura "18-03-1897" representa a data de sua solene instalação.

O Hino

A Lei Municipal nº 498/79 – DISPÕE SOBRE A FORMA E A APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE. Segundo consta no Capítulo II, Artigo 11 "O Hino de Campo Alegre que se compõe do Poema, Letra e Música de autoria de José Sluminski".

ESTRIBILHO

Salve, salve Campo Alegre
És saudosa a cada amanhecer.
Salve, salve Campo Alegre
Meu coração vibra ao te ver.
Engastada entre a serra e mata
Campo Alegre empunha seu brasão.

Mostrando as belezas a "Cascata",
A obra prima da criação.
As ruas cruzam tua terra,
Trazendo o progresso e a glória.
Terra fértil teu íntimo encerra.
És avanço agrícola na história.
ESTRIBILHO

Campo Alegre cidade jardim,
Turística bela admirada.
Pelas indústrias o mate e o caulim,
No país és consagrada.
Em teus filhos a grande esperança
De vitórias e lutas constantes.
E este povo que caminha a avança
Para um futuro de glórias marcantes.
ESTRIBILHO

2.3 Aspectos Popacionais

População residente	11.748	peçoas
População residente urbana	7.237	peçoas
População residente rural	4.511	peçoas
Homens	5.970	homens
Homens na área urbana	3.609	homens
Homens na área rural	2.361	homens
Mulheres	5.778	mulheres
Mulheres na área urbana	3.628	mulheres
Mulheres na área rural	2.150	mulheres
Homens de menos de 1 ano de idade	69	homens
Homens de 1 a 4 anos de idade	336	homens
Homens de 5 a 9 anos de idade	496	homens
Homens de 10 a 14 anos de idade	553	homens
Homens de 15 a 19 anos de idade	489	homens
Homens de 20 a 24 anos de idade	435	homens
Homens de 25 a 29 anos de idade	495	homens
Homens de 30 a 34 anos de idade	532	homens
Homens de 35 a 39 anos de idade	468	homens
Homens de 40 a 44 anos de idade	414	homens
Homens de 45 a 49 anos de idade	367	homens
Homens de 50 a 54 anos de idade	361	homens
Homens de 55 a 59 anos de idade	291	homens
Homens de 60 a 64 anos de idade	240	homens
Homens de 65 a 69 anos de idade	153	homens
Homens de 70 a 74 anos de idade	129	homens
Homens de 75 a 79 anos de idade	82	homens
Homens de 80 a 84 anos de idade	39	homens

Homens de 85 a 89 anos de idade	13	homens
Homens de 90 a 94 anos de idade	8	homens
Homens de 95 a 99 anos de idade	-	homens
Homens de 100 anos ou mais de idade	-	homens
Mulheres de menos de 1 ano de idade	69	mulheres
Mulheres de 1 a 4 anos de idade	358	mulheres
Mulheres de 5 a 9 anos de idade	439	mulheres
Mulheres de 10 a 14 anos de idade	533	mulheres
Mulheres de 15 a 19 anos de idade	460	mulheres
Mulheres de 20 a 24 anos de idade	452	mulheres
Mulheres de 25 a 29 anos de idade	478	mulheres
Mulheres de 30 a 34 anos de idade	446	mulheres
Mulheres de 35 a 39 anos de idade	413	mulheres
Mulheres de 40 a 44 anos de idade	379	mulheres
Mulheres de 45 a 49 anos de idade	359	mulheres
Mulheres de 50 a 54 anos de idade	359	mulheres
Mulheres de 55 a 59 anos de idade	280	mulheres
Mulheres de 60 a 64 anos de idade	214	mulheres
Mulheres de 65 a 69 anos de idade	177	mulheres
Mulheres de 70 a 74 anos de idade	151	mulheres
Mulheres de 75 a 79 anos de idade	88	mulheres
Mulheres de 80 a 84 anos de idade	60	mulheres
Mulheres de 85 a 89 anos de idade	45	mulheres
Mulheres de 90 a 94 anos de idade	15	mulheres
Mulheres de 95 a 99 anos de idade	3	mulheres
Mulheres de 100 anos ou mais de idade	-	mulheres
Domicílios recenseados	4.675	domicílios
Domicílios particulares ocupados	3.650	domicílios
Domicílios particulares ocupados com entrevista realizada	3.650	domicílios
Domicílios particulares ocupados sem entrevista realizada	-	domicílios
Domicílios particulares não ocupados	1.012	domicílios
Domicílios particulares não ocupados de uso ocasional	644	domicílios

Domicílios particulares não ocupados vagos	368	domicílios
Domicílios coletivos	13	domicílios
Domicílios coletivos com morador	4	domicílios
Domicílios coletivos sem morador	9	domicílios
Média de moradores em domicílios particulares ocupados	3,20	moradores
Fonte: Censo IBGE/2010		

2.4 Aspectos Econômicos

Campo Alegre tem sua economia baseada na agropecuária, principalmente com rebanhos bovinos, ovinos e equinos; na agricultura com o cultivo da batata salsa, milho, fumo e feijão, e tendo como extrativismo erva-mate, o carvão e o caulim; na área industrial predominam as indústrias moveleiras, que correspondem a 25% da economia campo-alegrense.

A maioria das pessoas trabalham em Empresas Prestadoras de Serviços, ficando em segundo lugar as Empresas Comerciais e por último as industriais.

Empresas Prestadoras de Serviços	352	Proder COMCENSO
Empresas Comerciais:	145	Proder COMCENSO
Empresas Industriais	124	Proder COMCENSO

2.5 Características Físicas

2.5.1 Clima

Subtropical temperado, sem estação seca; ao leste, verões quentes e a oeste, verões frescos; com temperatura média anual de 19°C, com máxima de 34°C nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, e mínima de -8°C nos meses de Maio, Junho e Julho. Tem uma umidade relativa do ar que vai de 80% a 85%. Verifica-se uma precipitação que varia de 1400mm a 1500mm anuais. A insolação no verão varia das 6h às 19h30min e no inverno das 6h às 18h.

Estas condições climáticas levam o Município a ser classificado como detentor de um dos melhores climas de Santa Catarina e o 3º melhor clima do Brasil.

2.5.2 Hidrografia

É constituída pela rede de drenagem natural (rios) e por outras superfícies d'água também naturais como lagos, lagoas, lagunas e quedas d'água. Os rios que drenam o território do Município de Campo Alegre desembocam na vertente do interior, onde a rede de drenagem é representada pelas bacias hidrográficas dos rios Uruguai e Iguazu, cujas águas contribuem para a Bacia do Rio Prata. Os principais rios, lagos e sangas: Rio Negro e seus afluentes, Rio Turvo, Lageadinho, São Miguel, Bateias, Rio Bonito e Cubatão. Ocorrem também outros elementos hidrográficos naturais que são a Cascata Paraíso, o Salto do Engenho, o Salto do Imigrante, o Salto Branco, a Cachoeira Duque/Avenquinha, o Salto dos Farias, a Cachoeira da fazenda Schneider, a Cascata-cor-de-rosa, a Cascatinha Barbaquá, a Cachoeira do Renato Bahr e os lagos naturais de águas cristalinas da Serra do Quiriri.

2.6 Turismo

Campo Alegre é uma cidade acolhedora, com clima ideal de serra, próximo a Joinville e São Bento do Sul, no caminho da Estrada

Dona Francisca há uma Serra uma das mais bonitas do Estado de Santa Catarina.

As densas matas, as verdes montanhas, a exuberância das araucárias, o som das cascatas, a beleza das hortênsias junto às ovelhas e o clima saudável da serra maravilham a cada dia mais os visitantes e cidadãos campoalegrenses.

2.6.1 Atrações turísticas

Antiga Estrada Dona Francisca: Trecho com traçado original desta Estrada com início na Rodovia Estadual SC-430 sua localização inicia na entrada do Parque Dona Francisca, sentido Centro – Sede do Município até a Rodovia Estadual SC-430 próximo a entrada do Frigorífico Ahrens.

Campos do Quiriri: Situado no alto da Serra do Mar, em altitudes que variam de 1.300 a 1.600m. No Mirante é possível avistar o Oceano Atlântico e as cidades litorâneas do Norte catarinense: Garuva; Joinville; São Francisco do Sul além da Baía da Babitonga. Localização: Na divisa entre o Município de Campo Alegre e os Municípios de Garuva e Joinville, Os Campos do Quiriri encontram-se em área privada, o acesso depende de autorização.

Cascata Paraíso: Com mais de 60m de altura é a cachoeira símbolo do Município, está situada em um Parque Municipal no final da Rua da Cascata, próximo à sede da Prefeitura Municipal. No alto da cachoeira existe um mirante natural.

Museu Sto Lat (Museu do Centenário): Museu situado no Distrito de Bateias de Baixo, a cerca de 15 km da Sede do Município de Campo Alegre. Foi fundado em 19 de novembro de 2005 pela iniciativa da Professora Eulália Dziedzickc e do historiador amador Márcio Augustin. Seu nome é uma homenagem ao centenário da colonização polonesa no Brasil, comemorada em novembro de 1994. Seu acervo possui aproximadamente 500 peças, é composto por artefatos indígenas e principalmente por material ligado à história dos imigrantes poloneses no Distrito de Bateias de Baixo. Telefone para contato: (47) 3632-7053.

Salto Branco: Localizado a 5 km da Sede do Município, em propriedade particular, o acesso somente com autorização do proprietário.

Salto do Engenho: Bela cachoeira situada no Rio Turvo, com bom volume de água, na localidade do Salto, a 15 km da Sede do Município, localizado na área central da localidade do Salto.

Salto do Imigrante: Situado na Fazenda Monte Olimpo depende de autorização para acesso, Cachoeira grande, com bom volume de água propícia para prática de rafting.

2.7 Aspectos Educacionais

Na comparação dos dados de 2003 a 2007 há 2.763 alunos matriculados.

Com relação a oferta destas matrículas, a Rede de Ensino Municipal e Estadual juntas respondem por 98,8 % do número de matriculados no Município.

Municipal – 1431

Estadual – 1332

Distribuição dos alunos por modalidade de Ensino no Município de Campo Alegre:

Creche – 144 crianças – 5,2% das matrículas

Pré-escola – 292 crianças – 10,6 % das matrículas

Ensino fundamental – 1913 crianças – 69,2 % das matrículas

Ensino médio – 351 alunos – 12,7% das matrículas

Educação Especial – 63 alunos – 2,3% das matrículas

Número de estabelecimentos de Ensino no Município de Campo Alegre:

Creche – 3 estabelecimentos

Pré-escola – 7 estabelecimentos

Ensino Fundamental – 8 estabelecimentos

Ensino Médio – 2 estabelecimentos

Educação Especial – 1

INDICADORES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E NÍVEL EDUCACIONAL DA CRIANÇA E DA POPULAÇÃO ADULTA (indicador 2000).

% de crianças de 5 a 6 anos na escola – 58,9
 % de crianças de 7 a 14 anos na escola – 93,9
 % de crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental – 93,2
 % de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar – 14,6
 % de crianças de 7 a 14 anos analfabetas – 4,0
 % de crianças de 10 a 14 anos na escola – 92,1
 % de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar – 22,5
 % de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo – 29,3
 % de crianças de 10 a 14 anos analfabetas – 1,4

NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (2000)

Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idades – 4,7 anos

Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas – 8,6%
 Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo – 29,4%
 Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo – 79,7%
 Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com doze anos ou mais de estudo – 2,5%
 Percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior – 0,9%

IDEB – ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2007 A 2021)

MUNICÍPIO	REDE	IDEB			PROJEÇÕES							
		2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CAMPOLONGRE	ES-TADUAL	4,2	4,5	4,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3
CAMPOLONGRE	MUNICIPAL	4,3	5,3	4,5	4,4	4,7	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
CAMPOLONGRE	PÚBLICA	4,3	5,0	4,8	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4

III - NÍVEIS DE ENSINO

3 EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 Histórico

Verifica-se que, até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento.

Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.

De acordo com Bittar (2003, p. 30), o esforço coletivo dos diversos segmentos visava assegurar na Constituição, “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças”. Assim, foi possível sensibilizar a maioria dos parlamentares e assegurar na Constituição na brasileira o direito da criança à educação. A pressão desses movimentos na Assembléia Constituinte possibilitou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educativo inseridos na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

A partir dessa Lei, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

A Constituição representa uma valiosa contribuição na garantia de nossos direitos, visto que, por ser fruto de um grande movimento de discussão e participação da população civil e poder público, “[...] foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil” (LEITE FILHO, 2001, p. 31). Na realidade, foi somente com a Constituição que a criança de zero a seis anos foi concebida como sujeito de direitos.

Dois anos após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994).

Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, porque: Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA Estatuto da Criança e Adolescente estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para as Crianças e Adolescentes, com o intuito de impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças e adolescentes. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Nos anos seguintes à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre os anos de 1994 a 1996, foi publicado pelo Ministério da Educação uma série de documentos importantes intitulados: “Política Nacional de Educação Infantil”, que estabeleceram as diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino: “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, que discute a organização e o funcionamento interno dessas instituições; “Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil”, que reafirma a necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar nas instituições de Educação Infantil; “Educação Infantil: bibliografia anotada” e “Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil”. Esses documentos foram importantes no sentido de garantir melhores possibilidades de organização do trabalho dos professores no interior dessas instituições.

Além da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, ao tratar da composição dos níveis escolares, inseriu a Educação Infantil como primeira etapa

da Educação Básica. Essa Lei define que a finalidade da Educação Infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). De acordo com o Ministério da Educação, o tratamento dos vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não áreas separadas foi fundamental, já que “[...] evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública” (BRASIL, 2006, p. 10).

Desse modo, verifica-se um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a Educação Infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências serem respeitadas pelos outros (DIDONET, 2001).

Em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 1998), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL, 1998), com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil.

3.2 Atendimento

O Município de Campo Alegre conta com 3 Centros Municipais de Educação Infantil, e 5 Escolas de Educação Básica que atendem alunos da Pré-escola.

Com relação à seleção de profissionais para o trabalho pedagógico nessas instituições, o mesmo dava-se sem exigência de formação mínima, utilizando como critério gostar de crianças.

A partir da LDB/96 passou-se a exigir a formação mínima nível médio magistério. Nos concursos posteriores exigiu-se formação em nível superior. Atualmente contamos com os cargos de Professor Regente e Professor Auxiliar, Professor de Educação Física e Arte. As instituições educacionais que atendem a Educação Infantil no Município de Campo Alegre são:

CMEI Alegre Infância – 0 a 3 anos – Centro

CMEI Chapeuzinho Vermelho – 0 a 5 anos – Distrito de Bateias de Baixo

CMEI Maria da Glória Pereira Kroll – 0 a 5 anos – Distrito de Frágosos

EMEB Antonio Domingos Corrêa – Pré-escolar – Bairro Belo Horizonte

EMEB Bela Vista – Pré-escolar – Bairro Cascatas

EMEB Carlos Frederico Adolfo Schneider – Pré-escolar – Cascatas

EMEB Maria José Duarte Silva Bernardes – Pré-escolar – Centro

EMEB Paulo Fuckner – Pré-escolar – Localidade de Bateias de Cima

3.3 Síntese do diagnóstico

Os avanços com relação à Educação Infantil, no Município de Campo Alegre, dizem respeito:

À vinculação da Educação Infantil à Secretaria Municipal de Educação conforme a Lei nº 9394/96;

Ao ingresso na função de professor, através de concurso público com exigência da formação mínima para as funções, conforme a Lei nº 9394/96;

À oferta de formação continuada, através da Secretaria Municipal de Educação;

Aos avanços, quanto à questão educativa, integrando o cuidar e o educar, principalmente, no trabalho efetivo dos Centros Municipais de Educação Infantil;

Ao aumento no número de atendimentos nas instituições que

ofertam a Educação Infantil;

À ampliação dos materiais pedagógicos nas instituições de Educação Infantil;

À implantação da hora-atividade nos Centros Municipais de Educação Infantil;

À elaboração da Proposta Pedagógica e da Diretriz Curricular para as instituições de Educação Infantil;

À permanente articulação e comunicação entre família e instituições de atendimento à Educação Infantil;

À participação dos pais em palestras e estudos, realizados nos Centros Municipais de Educação Infantil.

No entanto, ainda existem alguns problemas no atendimento à Educação Infantil do Município, tais como:

Falta de espaços físicos adequados e áreas arborizadas nos Centros Municipais de Educação Infantil;

Falta de mobiliário adequado, nos Centros Municipais e Escolas que atendem a pré-escola;

Espaço físico inadequado para o atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais.

3.4 Diretrizes

A Educação Infantil, ofertada no Município, pauta-se na Constituição Federal, artigo 205, onde é vista como um direito de todos, conforme reforça o artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”.

Conforme a Lei Orgânica Municipal, no Art. 156 IV - atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade; A Educação Infantil, na LDB, é considerada, a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no Art. 29, onde se lê que ela “(...) tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 3.069/90, enfatiza a Educação Infantil como dever do Estado. Para garantir a Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre União, Estado e Município. O Plano Nacional de Educação dispõe que a União e o Estado devem exercer a ação supletiva junto aos Municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras. Contudo, a responsabilidade maior é da esfera municipal.

A Câmara de Educação Básica conforme Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (*).

Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 09 de dezembro de 2009; Resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um

conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

(*) Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sócio-político e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à

brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V - o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

§ 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

§ 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da

ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço-temporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Art. 12. Cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

Art. 13. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 1/99.

CESAR CALLEGARI

Nessa perspectiva, a prática de Educação Infantil, de acordo com Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, de 1998, p.63, deve-se organizar de modo que as crianças desenvolvam

competências e habilidades, que facilitem o desenvolvimento de uma imagem positiva de si mesmo, conhecendo suas potencialidades e limitações valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem estar.

3.5 Objetivos e Metas

- Ampliar, a partir da aprovação deste Plano, gradativamente, a oferta de atendimento à Educação Infantil, de forma a atender, em cinco anos, 80% das crianças que procuram vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil.

- Garantir, a partir da aprovação deste Plano, nos próximos cinco anos a oferta de atendimento à Educação Infantil, de forma a atender, 100% das crianças da pré-escola, na faixa etária dos quatro cinco anos;

- Promover de forma permanente o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais, nas instituições municipais de Educação Infantil, prevendo infra-estrutura necessária e atendimento às especificidades com profissionais especializados, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos, conforme legislação específica.

- Estabelecer, após a aprovação deste Plano, que todas as instituições de atendimento à Educação Infantil, através da Secretaria Municipal de Educação, busquem adequar-se à legislação educacional, no que trata da organização dos grupos de atendimento (número de crianças por turmas e faixa etária).

- Construir, a partir da aprovação deste Plano, em quatro anos, novas instituições públicas municipais de Educação Infantil, bem como ampliar e manter as já existentes, para atender a demanda.

- Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, que os padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil contemplem:

a) espaço para recepção;

b) sala de professores, de serviços administrativos, pedagógicos e de apoio;

c) salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados, respeitando área mínima de 1,5 metros quadrados por criança atendida;

d) refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, que atendam as exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;

e) instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para o uso das crianças;

f) instalações sanitárias para o uso exclusivo dos adultos;

g) berçário, com área livre para movimentação das crianças;

h) locais para amamentação e higienização, com balcão e pia;

i) solário, respeitada a indicação da vigilância sanitária de 2,20 metros quadrados por criança;

j) área coberta para atividades externas, compatível com a capacidade de atendimento, por turno;

k) área verde;

l) parque infantil;

m) brinquedoteca;

n) biblioteca;

- Autorizar, a partir da aprovação deste Plano, somente construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil que atendam aos padrões mínimos de infra-estrutura definidos nacionalmente e na meta anterior.

Adequar, a partir da aprovação deste Plano, em até quatro anos, as instituições de Educação Infantil da rede municipal de ensino contemplem os padrões mínimos de infra-estrutura definidos na meta 5.

A partir da vigência deste plano, somente admitir novos profissionais na Educação Infantil que sejam graduados em curso específico de nível superior.

- Garantir, a partir da vigência deste Plano, nos Centros Municipais

de Educação Infantil, um profissional efetivo para atuar na coordenação pedagógica.

- Promover, a partir da vigência deste Plano, o processo de eleição dos dirigentes dos Centros Municipais de Educação Infantil, oportunizando a todos os Profissionais da Educação, regulamentado através de ato legal próprio, envolvendo toda a comunidade escolar.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, a elaboração e a oferta de programas de capacitação continuada a todos os profissionais da Educação Infantil, de forma que os mesmos atendam as necessidades reais e as peculiaridades desta etapa de ensino.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, que as instituições de Educação Infantil, reformulem seus projetos pedagógicos, contando sempre com a participação efetiva dos profissionais da educação e outros órgãos para execução desta competência.

- Estabelecer até o final da década, com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, saúde, assistência social, conselho tutelar e de organizações não governamentais, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 e 5 anos, oferecendo, inclusive, assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar comunicando sempre a instituição sobre o acompanhamento feito à família.

- Garantir, durante a vigência deste Plano, alimentação escolar de qualidade para as crianças atendidas na Educação Infantil da rede municipal, através de recursos próprios, somados aos do Estado e União.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, o fornecimento de material pedagógico no início do ano letivo e sempre que houver necessidade (brinquedos, jogos, biblioteca infantil e para os educadores) adequado às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, desenvolvido nas instituições municipais de Educação Infantil.

- Promover, durante a vigência deste Plano, formas de participação da comunidade escolar local, para apoiar a melhoria do funcionamento das instituições municipais de Educação Infantil, ampliando a gestão democrática, proposta pela Secretaria Municipal de Educação.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, a oferta periódica de palestras aos pais dos alunos, atendidos nas instituições municipais de Educação Infantil, como forma de integrá-los ao processo educacional.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento em tempo integral, em todos os Centros Municipais de Educação Infantil às crianças de quatro meses a cinco anos de idade, conforme as necessidades apresentadas pela família.

- Promover, durante a vigência deste Plano, discussões com as empresas sobre o direito dos trabalhadores à assistência gratuita a seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas, conforme estabelecido na Constituição Federal e na CLT, art. 389, §1º e §2º.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, que sejam aplicados todos os recursos financeiros, previstos em lei, para esta etapa de ensino.

- Disponibilizar uma equipe interdisciplinar composta de nutricionista, psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, entre outros na Secretaria Municipal de Educação para assessorar as instituições de Educação Infantil.

- Valorização dos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil, remunerando-os adequadamente, garantindo-lhes plano de carreira e condições favoráveis de trabalho.

- Estabelecer parâmetros de qualidade do atendimento, como referência para supervisão, acompanhamento, controle e avaliação como instrumento de medida de qualidade.

4 ENSINO FUNDAMENTAL

O ingresso no Ensino Fundamental e, principalmente, os desafios da alfabetização, fazem da escola uma conquista valorizada.

Por outro lado o contínuo contato com diferentes atividades

escolares, em uma dinâmica de trabalho quer seja pela natureza, quer seja pela diretividade com que é conduzida, difere das práticas de Educação Infantil. Aos poucos a criança descobre que os períodos de recreação diminuiriam, assim como a flexibilidade em sala de aula. Percebe que a busca do conhecimento impõe formas de trabalho nem sempre lúdicas e prazerosas.

Para as crianças de 9 a 10 anos, a escola consagra-se como aspecto central da vida, em uma crescente tomada de consciência de si em face das atividades, dos conteúdos e dos companheiros. Nesse período, o aluno já é capaz de perceber os desafios da aprendizagem, a partir de suas facilidades e dificuldades. O comportamento de outros colegas e professores funciona como o reconhecimento do "status" da criança na escola, que situa o sujeito no contexto escolar, determinando suas possibilidades de aprendizagem, sucesso e realização.

A faixa etária ideal, para alunos do 6º ao 9º ano, seria a de 11 a 14 anos, caracterizada como pré-adolescência e adolescência. No entanto, em função da defasagem entre série e idade, essas séries podem ser frequentadas também por alunos mais velhos.

Nesta fase, os alunos vivenciam um momento importante do ponto de vista da construção de suas identidades e de elaboração de projetos de inserção na sociedade. Desta forma, a escola não pode ignorar suas singularidades, sob risco de perder sua função de mediar o processo de construção de cidadania de seus alunos e de sua inserção no mundo. Daí, a importância de cada escola desenvolver uma caracterização e análise das experiências dos seus alunos, e organizar-se em todas as suas dimensões, de forma a contribuir para o processo de construção de identidade e projetos de seus alunos.

Não há definições rígidas sobre a adolescência, quanto a seu começo e finais, apesar de todas as transformações físicas que a acompanham, pois dependem do momento histórico, do contexto social e da própria trajetória familiar e individual de cada jovem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma conquista que marca um significativo avanço social e jurídico, na medida, que garante legalmente os direitos da criança e do adolescente. Para efeitos legais, todos os indivíduos de 0 a 18 anos de idade, são considerados pessoas em condição peculiar, visto que ainda estão em desenvolvimento. Por esse estatuto, considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Reconhece juridicamente, que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos: direito à vida e à saúde, à educação, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, direito de brincar, praticar esportes, divertir-se, à informação, à cultura, ao lazer, a buscar refúgio, auxílio e orientação, da mesma forma que o direito a expressar suas opiniões e participar da vida política, na forma da lei. Garantindo-lhe a inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral, preservando-os de qualquer tratamento desumano, violento, vexatório ou constrangedor.

No que tange à educação, esta deve assegurar-lhe a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o direito de ser respeitado por seus educadores; o direito de contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instâncias escolares superiores; o direito de organização e participação em entidades estudantis; o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Compreender as diversas dimensões da vivência juvenil implica estar atento às experiências escolares do aluno, para que as propostas de trabalho apresentadas sejam enriquecedoras e viáveis de serem executadas pelos alunos. E também, que sejam integrados ao projeto pedagógico da escola, ao trabalho da sala de aula e acompanhado pelo coordenador pedagógico ou por um professor indicado pelo coletivo dos professores.

Além da integração do aluno na escola, há a necessidade da inserção do sujeito no mundo. Assim sem desconsiderar o apoio ao processo de ensino-aprendizagem inerente à vida escolar, a interferência educativa reforça seu compromisso social, tendo em vista a preparação de jovens para o exercício da cidadania, para a autonomia e responsabilidade de atitudes (PCN: Introdução, 5ª a

8ª séries, 1998, p.103 – 106).

A Constituição Federal Brasileira define que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito e direito público subjetivo: o não oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular, implica responsabilidade de autoridade competente. O artigo 208 da Constituição Federal Brasileira preconiza ainda, a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É o básico da formação do cidadão de acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96, artigo 32) e, portanto, é prioridade oferecê-la a toda a população.

4.1 Finalidades e Objetivos do Ensino Fundamental

De acordo com a LDB nº 9394/96, o ensino fundamental no Brasil tem por finalidade a formação básica do cidadão mediante:

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social. O objetivo geral do Ensino Fundamental é utilizar diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica, corporal – como meio para expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir as produções da cultura.

Para tanto, o Currículo do Ensino Fundamental será composto por uma base nacional comum, a ser complementada por uma parte diversificada, atendendo às exigências e características da cultura, da economia e da clientela do Município.

Nesse sentido, deverá abranger o estudo da Língua Portuguesa, a Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e também da realidade social e política, especialmente do Brasil e da região. O ensino da História do Brasil deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. Da mesma forma, o ensino de Geografia deverá contemplar o desenvolvimento sócio-político da região e do país.

Além do ensino da Arte, da Educação Física, da Educação Religiosa e da Língua Estrangeira, também serão abordadas questões que interferem na vida dos alunos e com os quais os mesmos confrontam-se no dia a dia: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo, Educação para o Trânsito e Educação para o Turismo e Lazer.

Os respectivos temas não constituirão novas áreas do currículo, mas serão tratados sob a forma de Temas Transversais.

Portanto, a educação escolar é intencional, sistemática, planejada e continuada, o que difere de outros processos educativos que ocorrem na família, no trabalho e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para o convívio social.

Conforme os PCN: Introdução, 5ª a 8ª séries, 1998, p. 55, o ensino fundamental tem como objetivos que os alunos sejam capazes de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio das injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;

- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural

brasileiro, bem como aspectos sócio culturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;

- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

- conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

- utilizar as diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio de produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Diante disso, é evidente a influência da escola sobre o aluno e, esta intervenção deve ocorrer de forma dialética, inserindo o homem na escola, favorecendo a sua integração na sociedade, valorizando todo o processo de escolaridade.

O Município de Campo Alegre possui 5 Escolas Municipais que oferecem o Ensino Fundamental e 3 Escolas Estaduais:

Municipais:

EMEB Antonio Domingos Corrêa – Bairro Belo Horizonte

EMEB Bela Vista – Bairro Cascatas

EMEB Carlos Frederico Adolfo Schneider – Bairro Cascatas

EMEB Maria José Duarte Silva Bernardes – Centro

EMEB Paulo Fuckner – Localidade de Bateias de Cima

Estaduais:

EEB Lebon Régis – Centro

EEB Professor Argemiro Gonçalves – Distrito de Bateias de Baixo

EEF Professor Jerônimo Francisco Coelho Pacheco – Distrito de Fragosos

As Escolas Lebon Régis e Argemiro Gonçalves oferecem também o Ensino Médio.

Os dados da tabela abaixo mostram o número de alunos matriculados por ano/série com índice de aprovação, reprovação e evasão na rede municipal e estadual;

REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PRÉ A 8ª SÉRIE – 2011

	NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA										
ESCOLA	PRÉ	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	7ª	8ª	Total
EMEB ANTONIO DOMINGOS. CORRÊA	43	17	30	28	39	50	-	-	-	-	207
EMEB BELA VISTA	43	18	22	22	-	26	-	-	-	-	131
EMEB CARLOS F. ADOLFO SCHNEIDER	38	16	26	27	20	24	-	-	-	-	151

EMEB MARIA JOSÉ D.S. BERNARDES	44	20	44	26	51	26	-	-	-	-	211
EMEB PAULO FUECKNER	45	26	39	25	38	30	35	22	45	40	345
TOTAL GERAL											1.045

REDE ESTADUAL - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

ESCOLA	NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA												
	ENSINO FUNDAMENTAL									ENSINO MÉDIO			
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	6ª*	1ª	2ª	3ª	TOTAL
EEB PROF. ARGEMIRO GONÇALVES	12	30	32	25	25	39	24	28	-	53	45	23	336
EEF PROF. JERÔNIMO F. C. PACHECO	35	29	30	28	37	33	32	18	-	-	-	-	242
EEB LEBON RÉGIS	-	-	-	-	-	97	132	87	107	120	101	88	732

* ensino de 8 anos

ÍNDICE DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO – 2010

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Rendimento/Movimento	1ª ano	2ª ano	3ª ano	4ª ano	TOTAL
Aprovação	149	120	143	153	697
Reprovação	1	13	1	3	18
Abandono	0	0	0	0	0
Taxa de Aprovação	99,3	90,2	99,3	98,1	97,0
Taxa de Reprovação	0,7	9,8	0,7	1,9	3,0
Taxa de Abandono	0	0	0	0	0

Rendimento/Movimento	6º ano	6ª série	7ª série	8ª série	TOTAL
Aprovação	19	44	39	41	143
Reprovação	4	5	0	0	9
Abandono	0	0	0	0	0
Taxa de Aprovação	82,6	89,8	100	100	93,0
Taxa de Reprovação	17,4	10,2	0	0	7,0
Taxa de Abandono	0	0	0	0	0

TAXA DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO REDE ESTADUAL

EEF PROF. ARGEMIRO GONÇALVES

Rendimento/Movimento	Ensino Fundamental - 9 anos / Séries Iniciais				
	1ª série/ano	2ª série/ano	3ª série/ano	4ª série/ano	Total
Aprovação	35	29	27	26	117
Reprovação	0	0	6	0	6
Abandono	0	0	0	0	0
Taxa de Aprovação	100	100	81,8	100	95,2
Taxa de Reprovação	0	0	18,1	0	4,8
Taxa de Abandono	0	0	0	0	0

Rendimento/Movimento	Ensino Fundamental - 8 anos / Séries Finais				
	5ª série/ano	6ª série/ano	7ª série/ano	8ª série/ano	Total
Aprovação	38	23	26	22	109
Reprovação	0	7	0	3	10
Abandono	0	0	0	0	0
Taxa de Aprovação	100	76,6	100	88	91,5
Taxa de Reprovação	0	23,3	0	12	8,5
Taxa de Abandono	0	0	0	0	0

Rendimento/Movimento	Ensino Médio			
	1ª série	2ª série	3ª série	Total
Aprovação	45	25	36	106
Reprovação	8	2	1	11
Abandono	3	1	0	4
Taxa de Aprovação	80,3	89,2	97,2	89
Taxa de Reprovação	14,2	7,1	2,7	8
Taxa de Abandono	5,3	3,5	0	3

EEF PROF. JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO

Rendimento/Movimento	Ensino Fundamental - 9 anos / Séries Iniciais				
	1ª série/ano	2ª série/ano	3ª série/ano	4ª série/ano	Total
Aprovação	29	23	25	37	114
Reprovação	0	0	6	0	6
Abandono	0	0	0	0	0
Taxa de Aprovação	100,0	100,0	80,6	100,0	95,0
Taxa de Reprovação	0,0	0,0	19,4	0,0	5,0

Taxa de Abandono	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
------------------	-----	-----	-----	-----	-----

Rendimento/Movimento	Ensino Fundamental - 8 anos / Séries Finais				
	5ª série/ano	6ª série/ano	7ª série/ano	8ª série/ano	Total
Aprovação	32	30	18	28	108
Reprovação	0	3	3	0	6
Abandono	0	0	0	0	0
Taxa de Aprovação	100,0	90,9	85,7	100,0	94,7
Taxa de Reprovação	0,0	9,1	14,3	0,0	5,3
Taxa de Abandono	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

EEB LEBON RÉGIS

Rendimento/Movimento	Ensino Fundamental – 8 anos/Séries Finais				
	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
Aprovação	87	128	82	82	379
Reprovação	0	15	7	5	27
Abandono	2	0	2	0	4
Taxa de Aprovação	97,8	89,5	90,1	94,3	92,4
Taxa de Reprovação	0	10,5	7,7	5,7	6,6
Taxa de Abandono	2,2	0	2,2	0	1,0

Rendimento/Movimento	Ensino Médio			Total
	1ª série	2ª série	3ª série	
Aprovação	98	92	76	266
Reprovação	26	2	4	32
Abandono	4	0	5	9
Taxa de Aprovação	76,6	97,9	89,4	88,0
Taxa de Reprovação	20,3	2,1	4,7	9,0
Taxa de Abandono	3,1	0	5,9	3,0

A Secretaria Municipal de Educação conta com o pessoal de Apoio sendo:

CARGO/FUNÇÃO	TOTAL
FONOAUDIÓLOGA	1

NUTRICIONISTA	1
AGENTE OPERACIONAL I – INFANTIL	14
AGENTE OPERACIONAL I -FUNDAMENTAL	19
MOTORISTA	2
TOTAL	37

Contratação Temporária

CARGO/FUNÇÃO	TOTAL
PROFESSOR AUXILIAR I	10
PROFESSOR III (ARTE)	07
PROFESSOR I	05
PROFESSOR X (ENSINO RELIGIOSO)	01
PROFESSOR VII (CIÊNCIAS)	01
PROFESSOR IV (INGLÊS)	01
PROFESSOR XI (SALA AEE)	01
SUB-TOTAL	26
ESTAGIÁRIAS	06
TOTAL GERAL	32

4.2 Gestão das instituições do ensino fundamental

O livro didático é distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação e Cultura (PNLD/MEC), em todas as escolas das redes estadual e municipal de ensino. Sua escolha é realizada com a participação dos professores e equipe pedagógica.

A Proposta Pedagógica e as Diretrizes Curriculares das instituições de ensino é o fio condutor do trabalho pedagógico. Nela estão contempladas metas e objetivos que norteiam as atividades, desenvolvidas nas instituições de ensino.

Nas redes Estadual, Municipal e privada existe a Associação de Pais e Professores, mas observa-se que falta uma participação mais efetiva e apoio da comunidade escolar.

Nas escolas, bimestralmente, são realizados conselhos de classes e nos Centros Municipais e Educação Infantil Parada Pedagógica previstos no Calendário Escolar, com o objetivo de avaliar o rendimento escolar dos alunos e propor encaminhamentos. As reuniões pedagógicas são realizadas de acordo com a necessidade e realidade de cada unidade escolar, com o objetivo de analisar as ações do coletivo, propor encaminhamentos, visando o cumprimento das metas da escola, como também estudos, visando conhecimento para a melhoria da qualidade do ensino.

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 (*).

Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea "c" do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, no art. 32 da Lei nº 9.394/96, na Lei nº 11.274/2006, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A presente Resolução fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a serem observadas na organização curricular dos sistemas de ensino e de suas unidades escolares.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB

nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais e a elaboração, implementação e avaliação das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Parágrafo único. Estas Diretrizes Curriculares Nacionais aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como à Educação do Campo, à Educação Escolar Indígena e à Educação Escolar Quilombola.

FUNDAMENTOS

Art. 3º O Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos.

Art. 4º É dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.

Parágrafo único. As escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.

Art. 5º O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

§ 1º O Ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano.

(*) Resolução CNE/CEB 7/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

§ 2º A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos, igualdade de direito à educação.

§ 3º Na perspectiva de contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem.

§ 4º A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na

escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica).

PRINCÍPIOS

Art. 6º Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

Art. 7º De acordo com esses princípios, e em conformidade com o art. 22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS E CARGA HORÁRIA

Art. 8º O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

§ 1º É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.

§ 2º As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola).

§ 3º A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo

menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

CURRÍCULO

Art. 9º O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

§ 1º O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

§ 2º As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar:, aqueles que compõem a parte explícita do currículo, bem como os que também contribuem, de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes. Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.

§ 3º Os conhecimentos escolares são aqueles que as diferentes instâncias que produzem orientações sobre o currículo, as escolas e os professores selecionam e transformam a fim de que possam ser ensinados e aprendidos, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno.

BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA: COMPLEMENTARIDADE

Art. 10 O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada.

Art. 11 A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

§ 1º A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

§ 2º Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

§ 3º Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Art. 12 Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas

e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Art. 13 Os conteúdos a que se refere o art. 12 são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

Art. 14 O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da Lei nº 9.394/96, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I – Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte; e
- e) Educação Física;

II – Matemática;

III – Ciências da Natureza;

IV – Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;

V – Ensino Religioso.

§ 1º O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, assegurada também às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, conforme o art. 210, § 2º, da Constituição Federal.

§ 2º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (art. 26, § 4º, da Lei nº 9.394/96).

§ 3º A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação (conforme art. 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008). Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e

contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias.

§ 4º A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança, conforme o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/96.

§ 5º A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas no § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394/96.

§ 6º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o art. 33 da Lei nº 9.394/96.

Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

§ 1º Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

§ 2º A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme a Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

§ 3º Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

Art. 17 Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar.

Parágrafo único. Entre as línguas estrangeiras modernas, a língua espanhola poderá ser a opção, nos termos da Lei nº 11.161/2005.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Art. 18 O currículo do Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração exige a estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais.

Art. 19 Ciclos, séries e outras formas de organização a que se refere a Lei nº 9.394/96 serão compreendidos como tempos e

espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos de duração do Ensino Fundamental.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO GARANTIA O DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 20 As escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.

§ 1º O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

§ 3º O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.

§ 4º O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

§ 5º Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Art. 21 No projeto político-pedagógico do Ensino Fundamental e no regimento escolar, o aluno, centro do planejamento curricular, será considerado como sujeito que atribui sentidos à natureza e à sociedade nas práticas sociais que vivencia, produzindo cultura e construindo sua identidade pessoal e social.

Parágrafo único. Como sujeito de direitos, o aluno tomará parte ativa na discussão e na implementação das normas que regem as formas de relacionamento na escola, fornecerá indicações relevantes a respeito do que deve ser trabalhado no currículo e será incentivado a participar das organizações estudantis.

Art. 22 O trabalho educativo no Ensino Fundamental deve empenhar-se na promoção de uma cultura escolar acolhedora e respeitosa, que reconheça e valorize as experiências dos alunos atendendo as suas diferenças e necessidades específicas, de modo a contribuir para efetivar a inclusão escolar e o direito de todos à educação.

Art. 23 Na implementação do projeto político-pedagógico, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

RELEVÂNCIA DOS CONTEÚDOS, INTEGRAÇÃO E ABORDAGENS.

Art. 24 A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.

§ 1º A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares.

§ 2º Constituem exemplos de possibilidades de integração do currículo, entre outros, as propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores, projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, currículos em rede, propostas ordenadas em torno de conceitos-chave ou conceitos nucleares que permitam trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal, e projetos de trabalho com diversas acepções.

§ 3º Os projetos propostos pela escola, comunidade, redes e sistemas de ensino serão articulados ao desenvolvimento dos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, observadas as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010, art. 17) e nos termos do Parecer que dá base à presente Resolução.

Art. 25 Os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.

Art. 26 Os sistemas de ensino e as escolas assegurarão adequadas condições de trabalho aos seus profissionais e o provimento de outros insumos, de acordo com os padrões mínimos de qualidade referidos no inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394/96 e em normas específicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com vistas à criação de um ambiente propício à aprendizagem, com base:

I – no trabalho compartilhado e no compromisso individual e coletivo dos professores e demais profissionais da escola com a aprendizagem dos alunos;

II – no atendimento às necessidades específicas de aprendizagem de cada um mediante abordagens apropriadas;

III – na utilização dos recursos disponíveis na escola e nos espaços sociais e culturais do entorno;

IV – na contextualização dos conteúdos, assegurando que a aprendizagem seja relevante e socialmente significativa;

V – no cultivo do diálogo e de relações de parceria com as famílias.

Parágrafo único. Como protagonistas das ações pedagógicas, caberá aos docentes equilibrar a ênfase no reconhecimento e valorização da experiência do aluno e da cultura local que contribui para construir identidades afirmativas, e a necessidade de lhes fornecer instrumentos mais complexos de análise da realidade que possibilitem o acesso a níveis universais de explicação dos fenômenos, propiciando-lhes os meios para transitar entre a sua e outras realidades e culturas e participar de diferentes esferas da vida social,

econômica e política.

Art. 27 Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, enviarão esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida.

§ 1º Devem, portanto, adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática” de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem.

§ 2º A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares e as atividades de reforço, a articulação entre a escola e a comunidade, e o acesso aos espaços de expressão cultural.

Art. 28 A utilização qualificada das tecnologias e conteúdos das mídias como recurso aliado ao desenvolvimento do currículo contribui para o importante papel que tem a escola como ambiente de inclusão digital e de utilização crítica das tecnologias da informação e comunicação, requerendo o aporte dos sistemas de ensino no que se refere à:

I – provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para o atendimento aos alunos;

II – adequada formação do professor e demais profissionais da escola.

ARTICULAÇÕES E CONTINUIDADE DA TRAJETÓRIA ESCOLAR

Art. 29 A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica.

§ 1º O reconhecimento do que os alunos já aprenderam antes da sua entrada no Ensino Fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização.

§ 2º Na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, especial atenção será dada:

I – pelos sistemas de ensino, ao planejamento da oferta educativa dos alunos transferidos das redes municipais para as estaduais;

II – pelas escolas, à coordenação das demandas específicas feitas pelos diferentes professores aos alunos, a fim de que os estudantes possam melhor organizar as suas atividades diante das solicitações muito diversas que recebem.

Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento;

II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades.

Art. 31 Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.

§ 1º Nas escolas que optarem por incluir Língua Estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor deverá ter licenciatura específica no componente curricular.

§ 2º Nos casos em que esses componentes curriculares sejam desenvolvidos por professores com licenciatura específica (conforme Parecer CNE/CEB nº 2/2008), deve ser assegurada a integração com os demais componentes trabalhados pelo professor de referência da turma.

AVALIAÇÃO: PARTE INTEGRANTE DO CURRÍCULO

Art. 32 A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;

b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

c) manter a família informada sobre o desempenho dos alunos;

d) reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

II – utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais

e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III – fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal com determina a alínea “a” do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96;

IV – assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V – prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96;

VI – assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

VII – possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem idade-série.

Art. 33 Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.

§ 1º A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

§ 2º A avaliação externa do rendimento dos alunos refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado nas escolas, de sorte que as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala.

Art. 34 Os sistemas, as redes de ensino e os projetos político-pedagógicos das escolas devem expressar com clareza o que é esperado dos alunos em relação à sua aprendizagem.

Art. 35 Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em conta os parâmetros de referência dos insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos nesta etapa da educação e respectivo custo aluno-qualidade inicial (CAQi), consideradas inclusive as suas modalidades e as formas diferenciadas de atendimento como a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola e as escolas de tempo integral.

Parágrafo único. A melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação obriga:

I – os sistemas de ensino a incrementarem os dispositivos da carreira e de condições de exercício e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação e a oferecerem os recursos e apoios que demandam as escolas e seus profissionais para melhorar a sua atuação;

II – as escolas a uma apreciação mais ampla das oportunidades educativas por elas oferecidas aos educandos, reforçando a sua responsabilidade de propiciar renovadas oportunidades e

incentivos aos que delas mais necessitem.

A EDUCAÇÃO EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Art. 36 Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas.

Parágrafo único. As escolas e, solidariamente, os sistemas de ensino, conjugarão esforços objetivando o progressivo aumento da carga horária mínima diária e, conseqüentemente, da carga horária anual, com vistas à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte o atendimento escolar em período integral.

Art. 37 A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

§ 1º O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais.

§ 2º As atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo projeto político-pedagógico.

§ 3º Ao restituir a condição de ambiente de aprendizagem à comunidade e à cidade, a escola estará contribuindo para a construção de redes sociais e de cidades educadoras.

§ 4º Os órgãos executivos e normativos da União e dos sistemas estaduais e municipais de educação assegurarão que o atendimento dos alunos na escola de tempo integral possua infraestrutura adequada e pessoal qualificado, além do que, esse atendimento terá caráter obrigatório e será passível de avaliação em cada escola.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 38 A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende, também, aos espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas, conforme as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2002; Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008).

Art. 39 A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, oferecidas em unidades educacionais

inscritas em suas terras e culturas e, para essas populações, estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar as suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico.

§ 1º As escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e à manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão, e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Parecer CNE/CEB nº 14/99 e Resolução CNE/CEB nº 3/99).

§ 2º O detalhamento da Educação Escolar Quilombola deverá ser definido pelo Conselho Nacional de Educação por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas.

Art. 40 O atendimento escolar às populações do campo, povos indígenas e quilombolas requer respeito às suas peculiares condições de vida e a utilização de pedagogias condizentes com as suas formas próprias de produzir conhecimentos, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

§ 1º As escolas das populações do campo, dos povos indígenas e dos quilombolas, ao contar com a participação ativa das comunidades locais nas decisões referentes ao currículo, estarão ampliando as oportunidades de:

I – reconhecimento de seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas, como fundamentais para a constituição da identidade das crianças, adolescentes e adultos;

II – valorização dos saberes e do papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo, seu ambiente natural e cultural, assim como as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam;

III – reafirmação do pertencimento étnico, no caso das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, e do cultivo da língua materna na escola para estes últimos, como elementos importantes de construção da identidade;

IV – flexibilização, se necessário, do calendário escolar, das rotinas e atividades, tendo em conta as diferenças relativas às atividades econômicas e culturais, mantido o total de horas anuais obrigatórias no currículo;

V – superação das desigualdades sociais e escolares que afetam essas populações, tendo por garantia o direito à educação;

§ 2º Os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, indígenas e quilombolas devem contemplar a diversidade nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos e estéticos, de gênero, geração e etnia.

§ 3º As escolas que atendem a essas populações deverão ser devidamente providas pelos sistemas de ensino de materiais didáticos e educacionais que subsidiem o trabalho com a diversidade, bem como de recursos que assegurem aos alunos o acesso a outros bens culturais e lhes permitam estreitar o contato com outros modos de vida e outras formas de conhecimento.

§ 4º A participação das populações locais pode também subsidiar as redes escolares e os sistemas de ensino quanto à produção e à oferta de materiais escolares e no que diz respeito a transporte e a equipamentos que atendam as características ambientais e socioculturais das comunidades e as necessidades locais e regionais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 41 O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento.

Parágrafo único: Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

Art. 42 O atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial será promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes. Ele não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia (conforme Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009).

Parágrafo único: O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 43 Os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade própria, oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames, conforme estabelece o art. 37, § 1º, da Lei nº 9.394/96.

Art. 44 A Educação de Jovens e Adultos, voltada para a garantia de formação integral, da alfabetização às diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade, é pautada pela inclusão e pela qualidade social e requer:

I – um processo de gestão e financiamento que lhe assegure isonomia em relação ao Ensino Fundamental regular;

II – um modelo pedagógico próprio que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais;

III – a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação;

IV – uma política de formação permanente de seus professores;

V – maior alocação de recursos para que seja ministrada por docentes licenciados.

Art. 45 A idade mínima para o ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e para a realização de exames de conclusão de EJA será de 15 (quinze) anos completos (Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010).

Parágrafo único: Considerada a prioridade de atendimento à escolarização obrigatória, para que haja oferta capaz de contemplar o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos na faixa

dos 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade/série, tanto na sequência do ensino regular, quanto em Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, torna-se necessário:

I – fazer a chamada ampliada dos estudantes em todas as modalidades do Ensino Fundamental;

II – apoiar as redes e os sistemas de ensino a estabelecerem política própria para o atendimento desses estudantes, que considere as suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho, inclusive com programas de aceleração da aprendizagem, quando necessário;

III – incentivar a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos períodos diurno e noturno, com avaliação em processo.

Art. 46 A oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, será presencial e a sua duração ficará a critério de cada sistema de ensino, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, tal como remete o Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 3/2010. Nos anos finais, ou seja, do 6º ano ao 9º ano, os cursos poderão ser presenciais ou a distância, devidamente credenciados, e terão 1.600 (mil e seiscentas) horas de duração.

Parágrafo único: Tendo em conta as situações, os perfis e as faixas etárias dos adolescentes, jovens e adultos, o projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar viabilizarão um modelo pedagógico próprio para essa modalidade de ensino que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, assegurando:

I – a identificação e o reconhecimento das formas de aprender dos adolescentes, jovens e adultos e a valorização de seus conhecimentos e experiências;

II – a distribuição dos componentes curriculares de modo a proporcionar um patamar igualitário de formação, bem como a sua disposição adequada nos tempos e espaços educativos, em face das necessidades específicas dos estudantes.

Art. 47 A inserção de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, incluindo, além da avaliação do rendimento dos alunos, a aferição de indicadores institucionais das redes públicas e privadas, concorrerá para a universalização e a melhoria da qualidade do processo educativo.

A IMPLEMENTAÇÃO DESTAS DIRETRIZES: COMPROMISSO SOLIDÁRIO DOS SISTEMAS E REDES DE ENSINO

Art. 48 Tendo em vista a implementação destas Diretrizes, cabe aos sistemas e às redes de ensino prover:

I – os recursos necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas escolas e a distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;

II – a formação continuada dos professores e demais profissionais da escola em estreita articulação com as instituições responsáveis pela formação inicial, dispensando especiais esforços quanto à formação dos docentes das modalidades específicas do Ensino Fundamental e àqueles que trabalham nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;

III – a coordenação do processo de implementação do currículo, evitando a fragmentação dos projetos educativos no interior de uma mesma realidade educacional;

IV – o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e escolas e o suprimento das necessidades detectadas.

Art. 49 O Ministério da Educação, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidas pelos alunos em diferentes estágios do Ensino Fundamental (art. 9º, § 3º, desta Resolução).

Parágrafo único: Cabe, ainda, ao Ministério da Educação elaborar orientações e oferecer outros subsídios para a implementação destas Diretrizes.

Art. 50 A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

4.3 Objetivos e Metas

Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento a toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola.

Implantar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, um sistema de avaliação, a fim de diagnosticar o nível de desempenho dos alunos do ensino fundamental, da rede municipal, estadual, e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades, apresentadas, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento, na rede municipal de ensino, aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicológico e pedagógico (psicólogo, terapeuta, fonoaudiólogo, etc), orientados pela Secretaria Municipal de Educação.

Instituir, especialmente no 2º ano do Ensino Fundamental, apoio pedagógico especializado, na unidade escolar, aos alunos que apresentarem dificuldades no processo de alfabetização.

Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento aos alunos com defasagem de aprendizagem, na rede regular de ensino, com profissionais especializados que atendam a demanda, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos conforme legislação específica.

Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a inclusão do atendimento aos alunos com deficiência, no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

Garantir ao professor o apoio com profissionais especializados para atender os educandos com deficiências e/ou dificuldades de aprendizagem, na sala de aula, com disponibilidade de material pedagógico adequado.

Promover, durante a vigência deste Plano, programas de integração entre escola e pais, visando efetivar o acompanhamento destes no rendimento escolar de seus filhos.

Disponibilizar, dentro deste programa, transporte aos pais, principalmente no interior do Município quando necessário.

Assegurar e garantir, durante a vigência deste Plano, um programa de capacitação continuada aos profissionais da educação da rede municipal e estadual de ensino, de acordo com a área específica de atuação, através de cursos, seminários, oficinas, grupos de

estudo e palestras.

Promover, durante a vigência deste Plano, a participação da comunidade na gestão das escolas da rede pública municipal, através dos conselhos escolares.

Promover, durante a vigência deste Plano, a participação dos membros das APPs e dos conselhos escolares da rede municipal e estadual de ensino em cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem sobre o papel da comunidade na gestão democrática.

Garantir, durante a vigência deste Plano, no decorrer do ano letivo a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente do Projeto Político-Pedagógico e do regimento escolar das instituições de ensino da rede municipal e estadual com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o ensino fundamental.

Viabilizar a possibilidade, a partir da aprovação deste Plano, o atendimento da educação em tempo integral (oficinas e projetos), nas escolas, como contraturno social, visando a complementação da educação do ensino regular.

Garantir a partir da aprovação deste Plano, a criação, a ampliação e adequação do espaço físico das bibliotecas das escolas da rede municipal e estadual de ensino com profissional capacitado.

Garantir, a partir da aprovação deste Plano, a continuidade da readequação da estrutura física interna e externa das escolas, da rede municipal e estadual de ensino, (instalações sanitárias e para higiene, espaços cobertos para esporte, recreação, biblioteca, refeitório, mobiliário, laboratórios de ciências e de informática e equipamento multimídia, sala de arte adequada, equipamentos e materiais pedagógicos) visando, principalmente, a superação das barreiras arquitetônicas, permitindo um atendimento digno aos alunos com deficiências educacionais especiais.

Assegurar, durante a vigência deste Plano, com a colaboração da União e do Estado, o provimento da merenda escolar, de qualidade, aos alunos do ensino fundamental, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição.

Assegurar, durante a vigência deste Plano, o transporte escolar nas áreas rurais e localidades distantes, quando necessário, conforme critérios definidos pelo Órgão Municipal de Educação, com colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir a escolarização de todos os alunos e de todos os profissionais da educação, assim como de veículos para transporte da área urbana para área rural e vice versa.

Garantir em regime de parceria, a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva para detectar problemas e oferecer acompanhamento médico e equipamentos ópticos, a todos os alunos do ensino fundamental.

Eliminar a partir da vigência deste plano a defasagem série-idade através de práticas pedagógicas eficazes com atendimento especializado e o envolvimento da família nas questões educacionais.

Desenvolver políticas públicas articuladas para a superação da repetência e evasão escolar (formulário onde se justifique o motivo e encaminhar aos órgãos competentes) e alcançar a permanência de toda criança na escola, garantindo um processo educacional inclusivo oferecendo reforço no contraturno no mínimo 3 (três) dias por semana com profissional específico.

Garantir a partir da vigência deste plano, que as legislações vigentes sejam cumpridas assegurando a quantidade de alunos por metro quadrado.

Garantir a partir da vigência deste plano ambiente adequado à realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais e reuniões com a comunidade.

5 ENSINO MÉDIO

5.1 Diagnóstico

O ensino médio, no Município, é ofertado por 02 instituições de ensino, da rede estadual.

- EEB Lebon Régis – fundamental/anos finais e médio
- EEB Professor Argemiro Gonçalves – Fundamental e Médio

5.2 Diretrizes

No Município, o ensino médio é ofertado pelas redes estadual. As metas e objetivos propostos neste Plano buscam, no âmbito Municipal, articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições formadoras, visando atingir uma melhor qualidade de ensino, um compromisso com a expansão da oferta e a ampliação das condições de acesso a esta etapa de ensino aos cidadãos campoalegrenses.

Assim sendo, as ações a serem desenvolvidas pelo Município, em relação ao ensino médio, serão norteadas pelas seguintes diretrizes:

- apoio aos projetos extracurriculares que visam melhoria da qualidade de ensino;
- incentivo às capacitações dos profissionais da educação;
- apoio aos projetos de integração social dos alunos com a comunidade;
- incentivo às atividades de troca de experiência entre instituições estaduais, particulares e municipais;
- articulação junto ao Estado para readequação da infra-estrutura das escolas para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais;
- articulação junto ao Estado para a oferta do ensino médio no campo;
- apoio aos projetos de implantação do ensino médio profissionalizante;
- articulação junto às empresas para o oferecimento de vagas para estagiários;
- incentivo aos profissionais da educação da rede estadual a fim de que participem de cursos de capacitação, oferecidos pela rede municipal de ensino.

RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 26 DE JUNHO DE 1998.

INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em conformidade com o disposto no art. 9º § 1º, alínea "c", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 26, 35 e 36 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e tendo em vista o Parecer CEB/CNE 15/98, homologado pelo Senhor Ministro da Educação e do Desporto em 25 de junho de 1998, e que a esta se integra; RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DC-NEM, estabelecidas nesta Resolução, se constituem num conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho.

Art. 2º A organização curricular de cada escola será orientada pelos valores apresentados na Lei 9.394, a saber:

- I - os fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - os que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.

Art. 3º Para observância dos valores mencionados no artigo anterior, a prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de política educacional, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de ensino aprendizagem e os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes com princípios estéticos, políticos e éticos, abrangendo:

I - A Estética da Sensibilidade, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade, bem como facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável.

II - A Política da Igualdade, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando à constituição de identidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do Estado de Direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano.

III - A Ética da Identidade, buscando superar dicotomias entre o mundo da moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores de seu tempo, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade, da responsabilidade e da reciprocidade como orientadoras de seus atos na vida profissional, social, civil e pessoal.

Art. 4º As propostas pedagógicas das escolas e os currículos constantes dessas propostas incluirão competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos, previstas pelas finalidades do ensino médio estabelecidas pela lei:

- I - desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;
- II - constituição de significados socialmente construídos e reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural, sobre a realidade social e política;
- III - compreensão do significado das ciências, das letras e das artes e do processo de transformação da sociedade e da cultura, em especial as do Brasil, de modo a possuir as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e do trabalho;
- IV - domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- V - competência no uso da língua portuguesa, das línguas estrangeiras e outras linguagens contemporâneas como instrumentos de comunicação e como processos de constituição de conhecimento e de exercício de cidadania.

Art. 5º Para cumprir as finalidades do ensino médio previstas pela lei, as escolas organizarão seus currículos de modo a:

- I - ter presente que os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências

cognitivas ou sociais, priorizando-as sobre as informações;

II - ter presente que as linguagens são indispensáveis para a constituição de conhecimentos e competências;

III - adotar metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a reconstrução do conhecimento e mobilizem o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas superiores;

IV - reconhecer que as situações de aprendizagem provocam também sentimentos e requerem trabalhar a afetividade do aluno.

Art. 6º Os princípios pedagógicos da Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização, serão adotados como estruturadores dos currículos do ensino médio.

Art. 7º Na observância da Identidade, Diversidade e Autonomia, os sistemas de ensino e as escolas, na busca da melhor adequação possível às necessidades dos alunos e do meio social:

I - desenvolverão, mediante a institucionalização de mecanismos de participação da comunidade, alternativas de organização institucional que possibilitem:

a) identidade própria enquanto instituições de ensino de adolescentes, jovens e adultos, respeitadas as suas condições e necessidades de espaço e tempo de aprendizagem;

b) uso das várias possibilidades pedagógicas de organização, inclusive espaciais e temporais;

c) articulações e parcerias entre instituições públicas e privadas, contemplando a preparação geral para o trabalho, admitida a organização integrada dos anos finais do ensino fundamental com o ensino médio;

II - fomentarão a diversificação de programas ou tipos de estudo disponíveis, estimulando alternativas, a partir de uma base comum, de acordo com as características do alunado e as demandas do meio social, admitidas as opções feitas pelos próprios alunos, sempre que viáveis técnica e financeiramente;

III - instituirão sistemas de avaliação e/ou utilizarão os sistemas de avaliação operados pelo Ministério da Educação e do Desporto, a fim de acompanhar os resultados da diversificação, tendo como referência as competências básicas a serem alcançadas, a legislação do ensino, estas diretrizes e as propostas pedagógicas das escolas;

IV - criarão os mecanismos necessários ao fomento e fortalecimento da capacidade de formular e executar propostas pedagógicas escolares características do exercício da autonomia;

IV - criarão mecanismos que garantam liberdade e responsabilidade das instituições escolares na formulação de sua proposta pedagógica, e evitem que as instâncias centrais dos sistemas de ensino burocratizem e ritualizem o que, no espírito da lei, deve ser expressão de iniciativa das escolas, com protagonismo de todos os elementos diretamente interessados, em especial dos professores;

V - instituirão mecanismos e procedimentos de avaliação de processos e produtos, de divulgação dos resultados e de prestação de contas, visando desenvolver a cultura da responsabilidade pelos resultados e utilizando os resultados para orientar ações de compensação de desigualdades que possam resultar do exercício da autonomia.

Art. 8º Na observância da Interdisciplinaridade as escolas terão presente que:

I - a Interdisciplinaridade, nas suas mais variadas formas, partirá do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos;

II - o ensino deve ir além da descrição e procurar constituir nos alunos a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir, objetivos que são mais facilmente alcançáveis se as disciplinas, integradas em áreas de conhecimento, puderem contribuir, cada uma com sua especificidade, para o estudo comum de problemas concretos, ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou de ação;

III - as disciplinas escolares são recortes das áreas de conhecimentos que representam, carregam sempre um grau de arbitrariedade

e não esgotam isoladamente a realidade dos fatos físicos e sociais, devendo buscar entre si interações que permitam aos alunos a compreensão mais ampla da realidade;

IV - a aprendizagem é decisiva para o desenvolvimento dos alunos, e por esta razão as disciplinas devem ser didaticamente solidárias para atingir esse objetivo, de modo que disciplinas diferentes estimulem competências comuns, e cada disciplina contribua para a constituição de diferentes capacidades, sendo indispensável buscar a complementaridade entre as disciplinas a fim de facilitar aos alunos um desenvolvimento intelectual, social e afetivo mais completo e integrado;

V - a característica do ensino escolar, tal como indicada no inciso anterior, amplia significativamente a responsabilidade da escola para a constituição de identidades que integram conhecimentos, competências e valores que permitam o exercício pleno da cidadania e a inserção flexível no mundo do trabalho.

Art. 9º Na observância da Contextualização as escolas terão presente que:

I - na situação de ensino e aprendizagem, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, e por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou a experiência do aluno a fim de adquirir significado;

II - a relação entre teoria e prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania;

III - a aplicação de conhecimentos constituídos na escola às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão.

Art. 10 A base nacional comum dos currículos do ensino médio será organizada em áreas de conhecimento, a saber:

I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

a) Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

b) Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

c) Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

d) Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

e) Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.

f) Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte e aos problemas que se propõem solucionar.

g) Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais tecnologias.

h) Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

i) Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

II - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, objetivando a constituição de habilidades e competências que permitam ao educando:

a) Compreender as ciências como construções humanas, entendendo como elas se desenvolvem por acumulação, continuidade ou ruptura de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.

b) Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das ciências naturais.

c) Identificar variáveis relevantes e selecionar os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos ou experimentos científicos e tecnológicos.

d) Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades.

e) Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas, realizando previsão de tendências, extrapolações e interpolações e interpretações.

f) Analisar qualitativamente dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente relacionados a contextos sócio-econômicos, científicos ou cotidianos.

g) Apropriar-se dos conhecimentos da física, da química e da biologia e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural.

h) Identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade.

i) Entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.

j) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências naturais na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

l) Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

m) Compreender conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas e aplicá-las a situações diversas no contexto das ciências, da tecnologia e das atividades cotidianas.

III - Ciências Humanas e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

a) Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros.

b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nelas intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.

c) Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.

d) Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos.

e) Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural.

f) Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver.

g) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.

h) Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe.

i) Aplicar as tecnologias das ciências humanas e sociais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

§ 1º A base nacional comum dos currículos do ensino médio

deverá contemplar as três áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a interdisciplinaridade e a contextualização.

§ 2º As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para:

a) Educação Física e Arte, como componentes curriculares obrigatórios;

b) Conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Art. 11 Na base nacional comum e na parte diversificada será observado que:

I - as definições doutrinárias sobre os fundamentos axiológicos e os princípios pedagógicos que integram as DCNEM aplicar-se-ão a ambas;

II - a parte diversificada deverá ser organicamente integrada com a base nacional comum, por contextualização e por complementação, diversificação, enriquecimento, desdobramento, entre outras formas de integração;

III - a base nacional comum deverá compreender, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do tempo mínimo de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, estabelecido pela lei como carga horária para o ensino médio;

IV - além da carga mínima de 2.400 horas, as escolas terão, em suas propostas pedagógicas, liberdade de organização curricular, independentemente de distinção entre base nacional comum e parte diversificada;

V - a língua estrangeira moderna, tanto a obrigatória quanto as optativas, serão incluídas no cômputo da carga horária da parte diversificada.

Art. 12 Não haverá dissociação entre a formação geral e a preparação básica para o trabalho, nem esta última se confundirá com a formação profissional.

§ 1º A preparação básica para o trabalho deverá estar presente tanto na base nacional comum como na parte diversificada.

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, poderá preparar para o exercício de profissões técnicas, por articulação com a educação profissional, mantida a independência entre os cursos.

Artigo 13 Estudos concluídos no ensino médio, tanto da base nacional comum quanto da parte diversificada, poderão ser aproveitados para a obtenção de uma habilitação profissional, em cursos realizados concomitante ou sequencialmente, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo mínimo legalmente estabelecido como carga horária para o ensino médio.

Parágrafo único: Estudos estritamente profissionalizantes, independentemente de serem feitos na mesma escola ou em outra escola ou instituição, de forma concomitante ou posterior ao ensino médio, deverão ser realizados em carga horária adicional às 2.400 horas (duas mil e quatrocentas) horas mínimas previstas na lei.

Artigo 14 Caberá, respectivamente, aos órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino o estabelecimento de normas complementares e políticas educacionais, considerando as peculiaridades regionais ou locais, observadas as disposições destas diretrizes.

Parágrafo único: Os órgãos normativos dos sistemas de ensino deverão regulamentar o aproveitamento de estudos realizados e de conhecimentos constituídos tanto na experiência escolar como na extra-escolar.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET

Presidente da Câmara de Educação Básica

5.3 Objetivos e Metas

- Favorecer, durante a vigência deste Plano, momentos de exposição, desenvolvimento e valorização de talentos de alunos e professores, estabelecendo, para tanto, parceria entre as redes de ensino.

- Articular, junto aos órgãos competentes, durante a vigência deste Plano, que as instituições que ofertam o ensino médio, atendam aos padrões mínimos de infra-estrutura, estabelecidos na legislação vigente.
- Articular, durante a vigência deste Plano, parcerias entre as instituições escolares e empresas, com o intuito de proporcionar vagas para estágio, conforme legislação vigente, a alunos que frequentam o ensino médio profissionalizante.
- Incentivar, durante a vigência deste Plano, a inclusão e a permanência dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, cabendo a cada mantenedora, garantir condições para que possa receber este estudante e oferecer-lhe um ensino de qualidade, conforme legislação vigente.
- Estimular e apoiar, durante a vigência deste Plano, a ampliação de cursos profissionalizantes, integrados e subsequentes ao ensino médio no Município.
- Assegurar que todos os professores do ensino médio possuam licenciatura plena específica, de acordo com o que estabelece a LDB.
- Garantir o transporte escolar e merenda.
- Oferecer formação e atualização continuada para os profissionais da educação.
- Reduzir a repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio para conclusão deste nível de ensino.

6 EDUCAÇÃO ESPECIAL

6.1 Diagnóstico

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, estima-se que, em torno de 10% da população têm necessidades especiais.

A educação especial, no Município, se apresenta da seguinte forma:

- Salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE: 3 salas, sendo 1 da rede estadual de ensino e 2 da rede municipal de ensino, atendendo um total de 23 alunos.
- Professor Auxiliar: 1 professor que auxilia no atendimento de alunos com deficiência durante o período regular.
- Professor de Educação Especial: 1 professor que atua na sala de Atendimento Educacional Especializado.
- A APAE - Escola Especial Wilson José Liebl, tem como objetivo proporcionar aos seus educandos, uma melhor qualidade de vida, bem como promover o seu desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo, propiciando sua integração e inclusão à vida familiar e comunitária. Atende atualmente 21 alunos de 5 anos à 71 anos. São oferecidas as oficinas terapêuticas, ocupacional, onde são atendidos por uma equipe multiprofissional da Prefeitura Municipal que é composta por psicólogo, fonoaudióloga, terapeuta e fisioterapeuta e professores. Esses profissionais oportunizam condições que favorecem o desenvolvimento global das potencialidades dos alunos, visando a autonomia, melhor aprendizagem, inclusão social e educacional.

Desta forma, as Propostas Pedagógicas contemplam as especificidades de cada estabelecimento de ensino. O atendimento é realizado de acordo com as necessidades do desenvolvimento individual e as especificidades dos alunos inclusos, respeitando suas potencialidades e necessidades, considerando seu ritmo de aprendizagem com adaptações curriculares de pequeno ou grande porte. Assim, as aulas são planejadas, observando-se os objetivos específicos de cada nível e área de ensino, procurando, proporcionar o acesso ao conhecimento científico sistematizado, baseando-se também em projetos pedagógicos que são elaborados e adequados a partir da realidade local.

De acordo com as propostas pedagógicas, a avaliação deve processar-se de forma diagnóstica, de caráter contínuo, permitindo detectar potencialidades e dificuldades, para intervir no processo educativo, através de novos encaminhamentos metodológicos, revendo ou avançando o processo. Também deve valorizar as

diferentes manifestações culturais, através do respeito às diferenças individuais dos alunos e contemplar a educação dentro das potencialidades e recursos que se encontram disponíveis.

SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

EEB LEBON RÉGIS – SAED	15
EMEB MARIA JOSÉ D. SILVA BERNARDES – AEE	6
EMEB PAULO FICKNER – AEE	2

6.2 Diretrizes

O caminho histórico, para o rompimento com a prática da exclusão, tem sido muito longo, embora esteja acontecendo com formas e intensidade diversas nas diferentes regiões do mundo. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, além das garantias fundamentais gerais da pessoa humana, assegurou, também, alguns direitos específicos às pessoas portadoras de deficiências, cujo atendimento educacional especializado deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208, III), o que foi também confirmado no artigo 179, inciso IV da Constituição do Estado do Paraná.

Nesta parcela da população escolar, entendida como “pessoas com necessidades educacionais especiais”, estão os alunos com deficiências (físicas, sensoriais e mentais) e alunos com condutas típicas e superdotados, que necessitam de acompanhamento especializado após passarem pela avaliação diagnóstica, realizada por profissionais qualificados, que orientam o processo de ensino, o atendimento interdisciplinar e as adaptações curriculares necessárias à escolarização desses alunos, criando, na sala de aula e na escola, um espaço de possibilidades diante da diversidade.

A identificação das necessidades educacionais especiais e os encaminhamentos realizados através da avaliação pedagógica e/ou psicoeducacional, definem os atendimentos e os recursos específicos para cada caso.

Embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, ao elaborar sua proposta pedagógica, o estabelecimento de ensino, respaldado em sua autonomia, deverá prever ações que assegurem um currículo dinâmico, voltado às necessidades do alunado, prevendo, também, adaptações, inclusive no processo avaliativo, considerando as peculiaridades e a flexibilidade da aprendizagem.

Para atingir este objetivo, faz-se necessário, prever e propiciar a capacitação continuada dos profissionais da educação, desmistificando a questão das deficiências e possibilitando oportunidades de atendimento das necessidades educacionais especiais em todas as escolas. É indispensável criar mecanismos para que o professor busque desenvolver uma prática pedagógica de qualidade com todos os alunos, incluídos ou não.

O Poder Público e as organizações da sociedade civil são elos importantíssimos para a efetivação do acesso e permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino, conforme preconizam os documentos oficiais e os princípios filosóficos da Educação para Todos. Deste preceito é que são definidas as diretrizes para esta modalidade de ensino que estão voltadas a:

- Implantar projetos para o estudo e aprofundamento das questões pertinentes à educação especial.
- Garantir transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção, baixa mobilidade e dependência de autocuidados, garantindo a companhia de responsável, quando necessário.
- Realizar estudos para implantar as diretrizes e normas para a terminalidade específica aos alunos com necessidades educacionais especiais.
- Articular as ações de educação especial com a política de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais.
- Criar um banco de dados que mantenha atualizado o censo sobre a população do Município, a ser atendida pela educação especial.

- Assegurar que no Projeto Político-Pedagógico das instituições municipais de ensino, defina-se, claramente, o processo de inclusão escolar, nas etapas e modalidades de ensino de competência do Município, com oferta de formação continuada específica e suporte técnico.

- Assegurar e garantir a aplicação dos testes de acuidade visual e auditiva, aos alunos da Educação Infantil e ensino fundamental.

- Dar continuidade aos projetos de capacitação do CAP para professores e monitores que atuam na educação especial ou no ensino regular com alunos inclusos.

- Viabilizar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na área da surdez, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa.

- Criar a função de Intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa e de Instrutor de LIBRAS, para atuação nas instituições municipais de ensino.

- Valorizar o professor que possui formação específica e que esteja atuando nos diversos programas de educação especial.

- Assegurar e ampliar o atendimento da equipe multiprofissional para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico.

6.3 Dados da Educação Especial no Brasil

6.3.1 População matriculada

O conhecimento da realidade da educação especial no país é ainda bastante precário, porque não se dispõe de estatísticas completas nem sobre o número de pessoas com necessidades especiais nem sobre o atendimento. Somente a partir do ano 2000, o Censo Demográfico passou a oferecer dados mais precisos, permitindo análises mais profundas da realidade.

A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população de um país têm necessidades especiais de diversas ordens: visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e, também, superdotação ou altas habilidades. Se essa estimativa se aplicar ao Brasil, estima-se a existência de cerca de 15 milhões de pessoas nessa condição.

A informação mais recente de que se dispõe, em âmbito nacional, foi obtida pelo Censo Demográfico de 1991, que investigou a existência de pessoas portadoras de cegueira, surdez, paralisia, falta de membros ou parte deles e deficiência mental, em uma amostra com aproximadamente 10% dos domicílios do país. Apuradas as respostas, a parcela de pessoas portadoras de deficiência foi calculada em 1,5% da população brasileira, bem inferior, portanto, às estimativas dos organismos internacionais de saúde.

De qualquer forma, o atendimento nos estabelecimentos escolares mostra-se muito inferior ao necessário. Em 1999, havia cerca de 311 mil alunos matriculados, distribuídos da seguinte forma: 53,8% deficientes mentais; 12,6% com deficiências múltiplas; 12,6% com deficiência auditiva; 4,9% com deficiência física; 4,6% com deficiência visual; 2,7% com problemas de condutas típicas. Apenas 0,4% com altas habilidades/superdotados e 8,5% com outro tipo de deficiência. OEI – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Dos 5.507 Municípios brasileiros, 2.739 (49,1%) já ofereciam educação especial em 1998. As diferenças regionais são grandes: no Nordeste, apenas 21,7% dos Municípios ofereciam essa modalidade de educação; na Região Sul, 58,1% dos Municípios; no Sudeste o percentual decresce para 48,6%; e no Norte e Centro-Oeste, 42,5% e 42,8% respectivamente.

Entre as esferas administrativas, 43,9% dos estabelecimentos de educação especial em 1999 eram estaduais; 29,3%, municipais; 26,7%, particulares; e 0,1%, federais.

As matrículas se distribuem de uma forma análoga, ainda que apresentem uma variação: 56,1% são da iniciativa privada; 28,1%, estaduais; 15,5%, municipais; e 0,3%, federais (tabela).

MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1996/999. Redes de Ensino	1996		1999	
	Matrículas	%	Matrículas	%
Total	201.142	100,0	311.354	100,0
Municipal	29.591	14,7	48.422	15,5
Estadual	90.688	45,1	87.427	28,1
Federal	938	0,5	832	0,3
Particular	79.925	39,7	174.673	56,1

Objetivos e Metas

- Criar e implantar, a partir da aprovação deste Plano, em até três anos, um banco de dados que mantenha atualizado o censo sobre a população do Município a ser atendida pela educação especial, de modo a realizar o encaminhamento destes à instituição responsável.

- Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que no Projeto Político-Pedagógico das instituições municipais de ensino, se defina claramente o processo de inclusão escolar, nas etapas e modalidades de ensino de competência do Município, com oferta de formação continuada específica e suporte técnico.

- Assegurar e garantir, durante a vigência deste Plano, a aplicação anual dos testes de acuidade visual e auditiva, aos alunos da Educação Infantil e ensino fundamental, em parceria com a Secretaria de Saúde, de forma a detectar problemas e oferecer encaminhamentos adequados.

- Garantir, durante a vigência deste Plano, os projetos de capacitação para professores e professores auxiliares que atuam na educação especial ou no ensino regular, com alunos inclusos.

- Viabilizar, durante a vigência deste Plano, o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na área da surdez, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa, bem como, apoio pedagógico, com professor especializado, em período contrário à aula regular.

- Procurar, a partir da vigência deste Plano, em até três anos, implantar a função de Intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa e de Instrutor de LIBRAS, para atuação nas instituições municipais e estaduais de ensino.

- Assegurar e ampliar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, o atendimento da equipe multiprofissional (fonoaudiólogo, neuropediatra, psicólogo e psicopedagogo), para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e de Assistência Social.

7 EDUCAÇÃO SUPERIOR

7.1 Diagnóstico

O Município firmou Convênio no ano de 2001 com a UDESC – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA na modalidade a distância oferecendo o curso de Pedagogia. No ano de 2002 o Município firmou Convênio com o IESDE – INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL E SISTEMA DE ENSINO Nível Médio - Magistério. Deu-se continuidade ao Convênio oferecendo o curso de Pedagogia com a ULBRA – UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. Em 2005 celebrou-se outro Convênio com a instituição FACINTER - CENECT - Centro Integrado de Educação Ciência e Tecnologia S/S Ltda do grupo UNINTER, que trouxe os cursos de Gestão Pública, Gestão Industrial e Gestão de Negócios e o curso de Pedagogia.

Atualmente a FACINTER é a única instituição que está operando no Município na oferta da Educação Superior.

Alguns alunos egressos do ensino médio procuram nas universidades da região outros cursos de nível superior.

No entanto, os munícipes, bem como seus representantes, precisam conscientizar-se de seus respectivos papéis, na busca de novos Convênios para implantação e fortalecimento de novos cursos. Conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, a Educação Superior tem por finalidade:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- Formar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação científica;

- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem com o meio em que vive;

- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual, sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- Estimular os conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

Para estar em consonância com a LDB, o Município norteará as políticas educacionais para o Ensino Superior com base nas seguintes metas:

7.2 Objetivos e Metas

1. Articular, durante a vigência deste Plano, com as IES e com a sociedade civil organizada, a fim de estabelecer uma política de ampliação de oferta de vagas, visando atender o maior número possível de alunos no Município.

2. Articular, durante o primeiro ano de vigência deste Plano, junto aos órgãos competentes, para que ocorra uma diversificação na oferta de cursos de formação, e que os mesmos estejam de acordo com a demanda e as necessidades educacionais do Município.

3. Apoiar, durante a vigência deste plano, novos convênios para a oferta de cursos no Município nas áreas de Física, Química, Matemática, Letras, Artes e Educação Física.

4. Buscar, durante a vigência deste Plano, parcerias para a integração entre as redes municipal e estadual de ensino com as IES, proporcionando, desta forma, o trabalho de extensão universitária com a comunidade.

5. Apoiar, durante a vigência deste Plano, a permanência das pessoas com necessidades especiais nos cursos de educação superior.

8 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

8.1 Diagnóstico

A educação de jovens e adultos surgiu no Brasil, na década de 1930, para atender a parcela da população brasileira que não teve acesso à escolarização na idade própria, impossibilitados pela necessidade de sobrevivência e a não oferta de ensino para todos. Essa modalidade de ensino fez-se necessária em virtude das transformações pelas quais a sociedade brasileira passava. Fatores

como o processo de industrialização e o crescimento da população urbana, impulsionaram a ampliação da educação elementar, pelo governo federal, traçando diretrizes educacionais para todo país, estendendo o ensino aos adultos, mais especificamente na década de 1940.

Em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adultos em âmbito nacional, criando-se as escolas supletivas, consideradas deficientes no aspecto administrativo, com um aprendizado superficial, considerando o adulto como um ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas.

Na década de 1950, o pensamento pedagógico começou a aflorar, criticando algumas tendências educacionais já existentes. O precursor desta nova tendência foi Paulo Freire, que elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora e que não negasse a sua cultura, mas que fosse transformando, através do diálogo, considerando as diversidades regionais e locais.

Com o golpe militar em 1964, os programas de alfabetização e educação popular, que haviam até então se multiplicado, foram vistos como uma ameaça à ordem, sendo, então, criados programas assistencialistas e conservadores a exemplo do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, implantado de forma massiva, porém superficial, fruto de uma sociedade de época, vazio de todo sentido crítico e problematizador, ou seja, sua função era levar o adulto analfabeto a participar de benefícios de uma sociedade “moderna”. Porém, havia algumas experiências isoladas de alfabetização com propostas mais críticas, vinculadas a movimentos populares.

Com o início da abertura política, na década de 1980, emergiram os movimentos sociais e, com isso, as experiências, acima, foram ampliando-se e os projetos de alfabetização se desdobraram em turma de pós-alfabetização, extinguindo-se o MOBRAL. Em substituição, foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – FUNDAÇÃO EDUCAR, que objetivava apoiar financeiramente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

Na última década do milênio, verificou-se que, embora tenham surgido ações visando a erradicação do analfabetismo, a enorme dívida social gerada por um modelo de desenvolvimento que não promovia justiça social não foi extinta.

Conforme dados do IBGE, em 1996, dos brasileiros com 15 anos ou mais, 15.3 milhões (14.2%) não completaram sequer um ano de escolaridade, 19.4 milhões (18.2%) têm apenas de 1 a 3 anos de instrução, e outros 36 milhões (33.8%) completaram de 4 a 7 anos de escolaridade. Pode-se constatar que 70.7 milhões de brasileiros não completaram o ensino fundamental e tinham, no entanto, este direito assegurado pela Constituição Federal.

A Tabela aponta, indicadores relacionados ao atendimento e nível educacional adulta do Município em 1991 e 2000.

Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais) - Campo Alegre - 1991/2000	Ano 1991	Ano 2000	Evolução do indicador 1991/2000
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	4,1	4,7	14,8%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	12,1%	8,6%	-29,1%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	35,3%	29,4%	-16,6%

Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo	85,5%	79,7%	-6,7%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com doze anos ou mais de estudo	1,8%	2,5%	39,0%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais frequentando curso superior	0,3%	0,9%	229,6%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No ano de 2004 o Município aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado, com o intuito de reduzir a taxa de analfabetismo de jovens e adultos. De acordo com o último Censo do IBGE realizado em 2000, o Município possuía 4,3 de analfabetos com idade superior a 15 anos. O Programa se estendeu até o ano de 2007, onde aproximadamente 150 jovens e adultos foram beneficiados. O Município firmou parceria com o CEJA da Gerência Regional de Educação de São Bento do Sul, para oferecer formação para jovens e adultos concluírem o Ensino Fundamental de 5ª. a 8ª. série e também o ensino médio, através do programa de Tele salas.

No ano de 2010 o Município firmou parceria com o SESI (Serviço Social da Indústria) para oferecer o Ensino Fundamental e Ensino Médio com turmas no Distrito de Fragosos na EEF Jerônimo Francisco Pacheco, na EMEB Bela Vista, EMEB Maria José Duarte Silva Bernardes e na EMEB Antonio Domingos Corrêa, atendendo aproximadamente 200 alunos.

8.2 Objetivos e Metas

- Levantar, durante a vigência deste Plano, periodicamente, dados da população analfabeta ou com o Ensino Fundamental incompleto, existente no Município, por meio das Escolas, Entidades Religiosas, Associações de Bairros e Agentes de Saúde, com a finalidade de atender a demanda e elevar o nível de escolaridade da população campoalegrense.

- Garantir, durante a vigência deste Plano, qualitativa e significativamente, o atendimento da demanda da educação de jovens e adultos - em todo o Município (área rural e urbana), sob formas diversas e flexíveis, visando a efetiva erradicação do analfabetismo.

- Viabilizar, durante a vigência deste Plano, junto à rede estadual, a garantia de oferta da EJA – ensino fundamental e ensino médio, enquanto houver demanda.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento especializado na educação de jovens e adultos, da rede municipal de ensino, para os alunos com necessidades especiais, incluindo o material didático-pedagógico e formação continuada e adequada ao professor.

- Viabilizar, durante a vigência deste Plano, a instituição dos projetos, desenvolvidos em parceria com o SESI e outras instituições, para que os alunos da Educação de Jovens e Adultos tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos, proporcionando-lhes formas diversas de inserção social.

- Acompanhar, durante a vigência deste Plano, anualmente, a oferta da EJA, por meio de avaliações e diagnósticos, com vistas ao desenvolvimento das ações propostas e a efetiva socialização dos seus resultados, buscando a superação dos fatores que dificultam

a oferta, o acesso, o rendimento e a permanência do educando desta modalidade de ensino, na escola.

9 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009).

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na Educação Infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Parágrafo único: A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a Educação Infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em

pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

O Estatuto e Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre/SC, foi criado através da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003.

O ingresso na Carreira do Magistério Público Municipal acontece por concurso público de provas e títulos.

QUADRO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
DIRETORA	-	-	1	7	8
COORDENADOR PEDAGÓGICO	-	-	-	04	04
PROFESSOR	-	03	10	29	42
PROFESSOR AUXILIAR	-	06	02	-	08
AUXILIAR DE EDUCADOR	01	-	03	-	04
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	-	-	-	02	02
AGENTE ADMINISTRATIVO III	-	-	02	-	02
TOTAL	01	09	18	42	70

Siglas: MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização.

Fonte: Cadastro dos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal

Quadro de profissionais da educação que atuam na rede estadual de ensino

EEB PROFESSOR ARGEMIRO GONÇALVES – EFETIVOS

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
DIRETORA	-	-	-	01	1
ORIENTADORA	-	-	-	01	01
ASSISTENTE TÉCNICA PEDAGÓGICA	-	-	-	01	01
ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	-	-	-	01	01
PROFESSOR	-	-	01	-	02
TOTAL	-	-	01	04	05

EEB PROFESSOR ARGEMIRO GONÇALVES – ACT

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
PROFESSOR	-	-	-	04	04
PROFESSOR	-	-	02	-	02
TOTAL	-	-	02	04	06

EEB PROFESSOR ARGEMIRO GONÇALVES – CURSANDO ENSINO SUPERIOR

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
PROFESSOR	-	-	06	-	06
TOTAL	-	-	06	-	06

EEF PROFESSOR JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO – EFETIVOS.

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
DIRETORA	-	-	-	01	01
ORIENTADORA	-	-	-	01	01
ASSISTENTE TÉCNICA PEDAGÓGICA	-	-	-	01	01
ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	-	-	-	01	01
ADMINISTRADOR ESCOLAR	-	-	-	01	01
PROFESSOR	-	-	-	04	04
TOTAL	-	-	-	09	09

EEB PROFESSOR ARGEMIRO GONÇALVES – ACT

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	

	EFI	MG	LIC	ESP	
PROFESSOR	-	-	05	02	07
TOTAL	-	-	05	02	07

EEB PROFESSOR ARGEMIRO GONÇALVES – CURSANDO ENSINO SUPERIOR

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
PROFESSOR	-	-	01	-	01
TOTAL	-	-	01	-	01

EEB LEBON RÉGIS - EFETIVOS

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
DIRETORA DE ESCOLA	-	-	-	01	01
ASSESSORAS DE DIREÇÃO	-	-	01	01	02
ASSISTENTE TÉCNICA PEDAGÓGICA	-	-	-	01	01
ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	-	-	-	01	01
ADMINISTRADOR ESCOLAR	-	-	-	01	01
PROFESSOR	-	-	-	07	07
TOTAL	-	-	01	12	13

EEB LEBON RÉGIS – ACT

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
PROFESSOR	-	-	05	12	17
TOTAL	-	-	05	12	17

EEB LEBON RÉGIS – CURSANDO ENSINO SUPERIOR

CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO				TOTAL
	EFI	MG	LIC	ESP	
PROFESSOR	-	-	04	-	04
TOTAL	-	-	04	-	04

9.1 Caracterização e Diagnóstico

Um dos objetivos centrais do Plano Nacional da Educação é a melhoria da qualidade de ensino e somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo que a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades de ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, implicando:

A formação profissional inicial;

As condições de trabalho, salário e carreira;

A formação continuada.

A política global de formação dos profissionais em educação deve privilegiar uma sólida formação teórica, a relação teoria-prática, a interdisciplinaridade, a gestão democrática, a formação cultural,

o desenvolvimento de compromisso cultural, ético e político da docência e dos trabalhos que auxiliam sua realização, a reflexão crítica sobre a formação para o magistério, a fim de favorecer a qualidade da profissionalização e valorização dos profissionais. Neste sentido, a valorização do magistério implica, pelo menos, nos seguintes requisitos:

- Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa, do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
- Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;
- Salário condigno, competitivo no mercado de trabalho com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;
- Compromisso social e político do magistério: compromisso com a aprendizagem dos alunos, o respeito a que tem direito como cidadãos em formação, interesse pelo trabalho e participação no trabalho de equipe na escola;
- Um Plano de Carreira com previsão de sistemas de ingresso, de promoção e de afastamento periódico para estudos; que leve em conta as condições de trabalho, formação continuada e avaliação de desempenho dos professores.
- Os cursos de formação para os educadores municipais devem obedecer, em qualquer de seus níveis e modalidades, uma relação entre teoria e prática para garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica, consideradas necessárias para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

9.2 Objetivos e Metas

- Garantir, a partir da vigência deste Plano, a revisão periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, que contemple e valorize as diversas categorias profissionais da educação básica, em todos os níveis, modalidades de ensino e gestão educacional, com piso salarial próprio e com efetiva participação dos profissionais da educação, nas diversas etapas de elaboração e aprovação.
- Assegurar, durante a vigência deste Plano, que os profissionais da educação, da rede municipal de ensino, que atuam na função de suporte pedagógico, tenham formação na área, conforme determina a legislação educacional vigente e, que sejam do quadro próprio do magistério.
- Garantir um número máximo de alunos por turma e professor, sendo na Educação Infantil de zero a dois anos 8 a 10 crianças por professor e um auxiliar. E de dois anos até quatro anos 12 a 15 crianças por professor e um auxiliar. De quatro até cinco anos de 15 a 20 crianças por professor. No ensino fundamental nos anos iniciais 20 a 25 alunos por professor; nos anos finais de 25 a 30 alunos por professor.
- Incentivar, durante a vigência deste Plano, os profissionais do magistério, da Rede Municipal de Ensino, para que, por meio de parcerias promovidas pelas mantenedoras com as instituições de educação superior, frequentem cursos de educação especial, a fim de que possam atender, com qualidade, os alunos com deficiências educacionais especiais, inclusive nas salas regulares.
- Assegurar, durante a vigência deste Plano, o mínimo de 40 horas de capacitação continuada aos profissionais da rede municipal de ensino e demais envolvidos no processo educacional, através de seminários, palestras, cursos, conferências e grupos de estudo, garantindo uma constante discussão sobre a prática educativa. Os cursos deverão atender cada uma das áreas específicas do ensino (ciências, matemática, língua portuguesa, educação física, educação especial, etc) e deverão ser computados sempre em uma data definida.
- Assegurar o cumprimento do piso salarial profissional e atualização constante do Plano de Cargos e Salários a todos os profissionais de educação, considerando todos os cursos de especialização,

inclusive mestrado e doutorado.

- Implementar durante a vigência deste plano, o sistema de avaliação de desempenho dos profissionais da educação, visando atingir maiores índices, tanto nos aspectos qualitativos como nos quantitativos do Ensino Público Municipal, a partir das normas estabelecidas pelo Órgão Municipal de Educação.

- Implantar, a partir da aprovação deste Plano, programa de qualidade de vida para os professores da Rede Pública Municipal, como forma de prevenir problemas de saúde, ocasionados pela rotina do trabalho em sala de aula. (ginástica laboral).

- Assegurar a valorização dos profissionais da educação através de incentivos e benefícios (triênio de 3%, licença prêmio de 1 mês a cada 3 anos, vale alimentação para todos, proporcional a carga horária, bonificação de 10% por assiduidade anual, regência de classe de 15% para todos os professores.

- Aumentar o tempo destinado ao planejamento das aulas para 1/3 da jornada de trabalho, que deverá ser de, no máximo, 30 horas semanais (p. 95 CONAE).

- Assegurar durante a vigência deste plano aumento/redução da carga horária respeitando a legislação vigente.

10 FINANCIAMENTO E GESTÃO

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL ESTABELECE:

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuidos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por Lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a Receita e a Despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando principalmente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, principalmente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade. Parágrafo único: O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada

estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da Lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

10.1 Objetivos e Metas

- Garantir, durante a vigência deste Plano, mecanismos de fiscalização e controle que assegure o rigoroso cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal, quanto à aplicação dos percentuais mínimos, vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

- Garantir, entre as metas dos planos plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste Plano Municipal de Educação.

- Realizar, durante a vigência deste Plano, campanhas anuais educativas, voltadas à importância da contribuição de impostos pela população.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, a plena autonomia da Secretaria Municipal de Educação, na gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

- Alocar, a partir da aprovação deste Plano, recursos para a aquisição de terrenos com o objetivo de construir novas unidades escolares municipais, como forma de atender a demanda escolar.

- Alocar, a partir da aprovação deste Plano, recursos para reforma e ampliação das instituições educacionais da rede municipal de ensino, como forma de melhorar o ambiente escolar e promover atividades voltadas à recreação, lazer e cultura.

- Adquirir, a partir da aprovação deste Plano, em até dois anos, materiais e equipamentos didático-pedagógicos, literaturas infanto-juvenis e bibliografias para as instituições educacionais, Secretaria Municipal de Educação. Providenciar um bibliotecário para atender aos alunos, sendo a biblioteca informatizada, com impressora, acesso à internet, e seu acervo atualizado constantemente.

- Garantir, durante a vigência deste Plano, um programa de capacitação continuada aos profissionais da rede municipal de ensino, através de cursos, seminários, oficinas e palestras interativas, a fim de obter uma integração entre os membros, para troca de experiências inovadoras e bem sucedidas.

- Assegurar, durante a vigência deste Plano, a atualização periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, oportunizando uma política salarial de acordo com as diretrizes do

Conselho Nacional de Educação.

- Realizar, durante a vigência deste Plano, avaliações diagnósticas bimestrais dos alunos matriculados na rede municipal de ensino, com o objetivo de direcionar a ação educativa dos resultados obtidos e melhorar o índice de aprendizagem.

- Garantir, durante a vigência deste Plano, com a colaboração da União, para a rede municipal de ensino, merenda escolar de qualidade (louça adequada, de plástico), incrementada, preferencialmente, com produtos orgânicos locais e com acompanhamento de um profissional da área de nutrição.

- Apoiar, durante a vigência deste Plano, técnica e financeiramente, as instituições educacionais municipais, no projeto de implantação de hortas escolares, como forma de enriquecer a merenda escolar.

- Oferecer, durante a vigência deste Plano, transporte escolar gratuito aos educandos que dele necessitem, de acordo com as normas legais vigentes e as normas estabelecidas pelo Município.

*/**

- Realizar capacitação de 100% das merendeiras da Rede Municipal, anualmente, para melhoria da qualidade da alimentação escolar.

- Disponibilizar, na Secretaria Municipal de Educação, profissionais especialistas (psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogo e nutricionista) para atender as demandas da Rede Municipal de Ensino.

- Estabelecer, no Município, a Educação Infantil como prioridade para a aplicação dos recursos vinculados ao FUNDEB.

- Garantir a aplicação de recursos financeiros na educação.

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

CÁLCULO DOS RECURSOS APLICADOS E A SEREM APLICADOS NA EDUCAÇÃO – 2010	
CONSIDERANDO DADOS DO PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO/2010	
Quadro 1	
RECEITAS	REALIZADAS
IPTU	406.565,82
ISS	532.485,01
IRRF	259.011,18
ITBI	395.487,18
IR - Pessoa Jurídica	5.222,45
ICMS	4.029.332,45
IPVA	511.170,72
IPI sobre Exportação	80.910,84
FPM	5.464.990,46
ITR	29.737,31
LC Nº 87/96	25.664,16
Dívida Ativa de Impostos IPTU	54.239,35
Dívida Ativa de Impostos ISS	11.382,41
Multas e Juros de Dívida Ativa IPTU	27.687,19
Multas e Juros de Dívida Ativa ISS	8.961,65
Multas e Juros de Impostos IPTU	4.627,27
Multas e Juros de Impostos ITBI	61,65
Multas e Juros de Impostos ISS	4.348,76
TOTAL DAS RECEITAS	11.851.885,86
APLICAÇÃO DOS 25%	2.962.971,47

TOTAL A APLICAR EM EDUCAÇÃO EM 2010	
Quadro 2	
FUNDEB	REALIZADAS
Transferências do FUNDEB	2.881.179,50
(-) Participação das Receitas no FUNDEB	1.977.366,67
FPM	1.047.254,76
ITR	5.947,32
LC Nº 87/96	5.132,76
ICMS	805.865,43
IPVA	102.233,26
IPI sobre Exportação	10.933,14
GANHO COM FUNDEB	903.812,83
Rendimentos da Aplicação Financeira do FUNDEB	18.429,69
Saldo exercício anterior	123.157,45
Transferências do FUNDEB	2.881.179,50
- Despesas com Profissionais do Magistério Ensino Infantil	1.084.213,66
- Despesas com Profissionais do Magistério Ensino Fundamental	1.042.432,89
- Demais despesas com FUNDEB	797.082,21
SALDO	99.037,88
Quadro 3	
DESPESAS EMPENHADAS	REALIZADAS
Educação Infantil (12.365)	1.390.542,50
(+) Ensino Fundamental (12.361) - Apoio	353.585,39
(+) Ensino Fundamental (12.361) - Escolas	4.313.004,02
(-) Despesas de Convênios - Transporte Escolar Estadual (161)	230.242,00
(-) Despesas de Convênios - PNAT (166)	142.550,73
(-) Despesas com Salário Educação (140)	705.700,17
(-) Despesas com Recursos de Convenio (774)	499.999,90
TOTAL DAS DESPESAS	4.478.639,11
(-) Ganho do FUNDEB	903.812,83
(-) Rendimentos de Aplicação Financeira FUNDEB	18.429,69
(-) Saldo do exercício anterior (2009) do FUNDEB	123.157,45
TOTAL DE GASTOS NA EDUCAÇÃO	3.433.239,14
DIFERENÇA DOS GASTOS PARA O DEVIDO	470.267,67
PERCENTUAL APLICADO	28,97

11 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação - PME no Município de Campo Alegre/SC, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

A Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de

implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto, o "Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME". Desempenharão, também, um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidas, sugerindo, sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas. Os objetivos e as metas, deste Plano, somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional da inclusão social e da cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo. A primeira avaliação técnica será realizada, no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação, instituídos como o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, o Censo Escolar e os dados do IBGE, são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e objetivos propostos no PME estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

IV REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal de 1988.

• Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

• Lei nº 9.424/96 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF.

• Lei nº 1.0172/01, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação.

• Lei Complementar nº 014/2003, de 27 de maio de 2003, que institui o Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Campo Alegre/SC

• Lei Orgânica do Município.

• IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

• SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

• PRODER/CONSENSO

• Plano Estadual de Educação

• CONAE/2010 - Documento Final

• Brasil. Conselho Nacional de Educação – CNE

• Diretrizes Curriculares Nacionais em todos os níveis e modalidades da Educação Básica

• www.campoalegre.sc.gov.br

• Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre

Decreto Nº 6.974 de 02 de Abril de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.974 DE 02 DE ABRIL DE 2012

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO

MUNICIPAL DE SAÚDE.



O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 01; 02 e nº 03 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 02 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO nº 001/2012

APROVA O BALANÇO ANUAL DO FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 28 de março de 2012, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprovar o Balanço Anual do Fundo Municipal de Saúde referente ao exercício de 2011.

Art.2º-Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 29 de março de 2012.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho

Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO nº 002/2012

APROVA O BALANCETE FINANCEIRO DO FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE JANEIRO/2012.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 28 de março de 2012, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprovar o Balancete financeiro do Fundo Municipal de Saúde, referente o mês de Janeiro/2012.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 29 de março de 2012.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho

Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO nº 003/2012

APROVA A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE DE 2012

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 28 de março de 2012, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprovar a Programação Anual de Saúde relativa ao ano de 2012.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 29 de março de 2012.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho

Municipal de Saúde de Campo Alegre

Decreto Nº 6.975 de 03 de Abril de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.975 DE 03 DE ABRIL DE 2012

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. MARIA APARECIDA HÜMMELGEN, para exercer o cargo de Professor I - Educação Infantil -e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955039; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088/12, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 870,60 (oitocentos e setenta reais, e sessenta centavos) mensais, pelo período de 03 de abril de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 011/2011, em 31º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.976 de 03 de Abril de 2012

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.976 DE 03 DE ABRIL DE 2012
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar, o Sr. PAULO RICARDO DA COSTA LOPES ao cargo público de Médico I, Registro no Sistema Sob nº 955040, Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior, com provimento de Caráter Temporário - Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 2.562,39 (dois mil quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e nove centavos) com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, além de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, pelo período de 03 de abril de 2012 a 03 de outubro de 2012, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. PAULO RICARDO DA COSTA LOPES, em 01º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 6.904 em data de 28 de fevereiro de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.977 de 04 de Abril de 2012

DECRETO Nº 6.977 DE 04 DE ABRIL DE 2012
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA PROJETO/

ATIVIDADE
POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.826 de 04 de abril de 2012; DECRETA:
Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Criar Projeto/Atividade no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.02 - Coordenadoria de Turismo

1.005 - Implantação de Sinalização Turística e Lixeiras

400000.00.183 - Despesas de Capital

440000.00.183 - Investimentos

449000.00.183 - Aplicações Diretas

449051.00.183 - Obras e Instalações R\$ 40.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior no valor de R\$ 7.163,30 (sete mil, cento e sessenta e três reais e trinta centavos) dos Recursos Ordinários Municipais (cód 136); e no valor de R\$ 32.836,70 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta centavos) dos Recursos da União transferidos pelo Ministério do Turismo através do Contrato de Repasse nº 326.895-72/2010/Caixa.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Dispõe Sobre Contratação Temporária.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.973 DE 02 DE ABRIL DE 2012
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK, para exercer o cargo de Professor I - Educação Infantil - e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955038; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088/12, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 870,60 (oitocentos e setenta reais, e sessenta centavos) mensais, pelo período de 02 de abril de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 011/2011, em 29º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 02 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.048 de 02 de Abril de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 9.048 DE 02 DE ABRIL DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM

TERÇO DE FÉRIAS A AGENTE DE CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente e Controle Interno, ROSANA EMÍLIA GREIPEL, Matrícula Funcional nº 000146, Registro no Sistema sob nº 377800, referente ao período aquisitivo 20 de fevereiro de 2011 a 19 de fevereiro de 2012, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Agente de Controle Interno gozará as férias no período de 09 de abril de 2012 a 18 de abril de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.047 de 30 de março de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 30 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Errata Processo Licitatório Nº 08/2012 Pregão (presencial)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2012 PREGÃO (presencial)

Considerando erro de digitação, CORRIGE-SE o número do Processo licitatório epigrafado na publicação realizada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, do dia 30/03/2012, à pg. 90 a 91;

Onde se lê: Pregão (Presencial) Nº 8/2012 - Fundo Municipal De Saúde,

Leia-se: Pregão (Presencial) Nº 13/2012 - Fundo Municipal De Saúde

Campo Alegre, 04 de abril de 2012.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Resultado (Processo Licitatório Nº 46/2012)

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 46/2012)

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Josiane Alquini Cubas, Lucilaine Mokfa Schwarz e Maria Cristina Marciniak Munhoz, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 46/2012, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a aquisição de diversos materiais para conclusão da construção do Anexo da Prefeitura. Empresas convidadas: Munhoz Material de Construção Ltda, Comercio e Industria Breithaupt, Lanal Com. Material de Const. Ltda, Isaias Huttel Me, Supermercado Blaskowski, Jose Hilton Bueno Da Silva Comerciante ME, Vidraçaria Primos Ltda, Borges Decorações Ltda, Serralheria Metal Bueno Ltda e Kanon Espelhos e Vidros Ltda. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) da única empresa proponente: Jose Hilton Bueno da Silva Comerciante ME, sendo que a única empresa proponente não se fez representar na sessão. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da empresa proponente. A Comissão julgou a empresa licitante devidamente HABILITADA. Conforme desistência de recurso por parte da proponente, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE. A empresa única proponente apresentou proposta apenas para o LOTE 06, com valor apresentado de R\$ 5.734,00. A Comissão julgou a empresa Jose Hilton Bueno Da Silva Comerciante ME vencedora do LOTE 06, com o valor de R\$ 5.734,00. Está aberto prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.506 De 02/04/2012 - R E P U B L I C A D O

R E P U B L I C A D O

DECRETO Nº 6.506 DE 02/04/2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 05/04 (quinta-feira) no período da tarde, na Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, a partir das 12h30min, permanecendo em funcionamento serviços essenciais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
02 de abril de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 125/2012 Processo 52/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2012 PROCESSO Nº 52/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA NO MÊS DE MARÇO/2012, NOS EVENTOS RELACIONADOS AO ANIVERSARIO DE 131 ANOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

VALOR: R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 01/03/2012

CONTRATO: 125/2012

Extrato do Contrato 126/2012 Processo 45/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2012 PROCESSO Nº 45/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: NATIVA COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

OBJETO: A agência contratada por força do presente instrumento, obriga-se a executar o serviço de criação de peças e campanhas publicitárias educativas e institucionais, que sejam do interesse do município de Campos Novos. Conforme Proposta Padronizada.

VALOR: R\$ 61.215,00 (sessenta e um mil, duzentos e quinze reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 02/03/2012

CONTRATO: 126/2012

Extrato do Contrato 127/2012 Processo 58/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2012 PROCESSO Nº 58/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SIMPATIA FM 89,3 LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO FM PARA INSERÇÕES DE SPOTS DE 30 SEGUNDOS DE ATOS E PUBLICIDADE DE ATOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS DA PREFEITURA DE

CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 21.870,00 (vinte e um mil, oitocentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 05/03/2012

CONTRATO: 127/2012

Extrato do Contrato 128/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ALEXANDRA DOS PASSOS ME

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 7.606,38 (sete mil, seiscentos e seis reais e trinta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 128/2012

Extrato do Contrato 129/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 11.828,63 (onze mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 129/2012

Extrato do Contrato 130/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI LTDA

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 2.455,40 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 130/2012

Extrato do Contrato 131/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 1.261,38 (hum mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 131/2012

Extrato do Contrato 132/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 10.062,54 (dez mil, sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 132/2012

Extrato do Contrato 133/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 12.763,98 (doze mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 133/2012

Extrato do Contrato 134/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 2.797,50 (dois mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 134/2012

Extrato do Contrato 135/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 2.433,55 (dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 135/2012

Extrato do Contrato 136/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: HUM MIMO PRESENTES LTDA ME

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 3.496,21 (três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 136/2012

Extrato do Contrato 137/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ME
OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 3.496,21 (três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 137/2012

Extrato do Contrato 138/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 819,00 (oitocentos e dezenove reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 138/2012

Extrato do Contrato 139/2012 Processo 18/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2012 PROCESSO Nº 18/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, LAR DOS IDOSOS, LAR DAS MENINAS, PETI, AMA E ACADAV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 195,30 (cento e noventa e cinco reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 139/2012

Extrato do Contrato 140/2012 Processo 56/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2012 PROCESSO Nº 56/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: WESTLINE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO LTDA

OBJETO: A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 16/2012, conforme sua proposta de preço, obriga-se a fornecer e instalar os equipamentos e softwares descritos no Lote nº 02, no Prédio sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos, conforme especificações do Anexo VII do Edital e Proposta da Empresa.

VALOR: R\$ 244.438,31 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 140/2012

Extrato do Contrato 141/2012 Processo 56/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2012 PROCESSO Nº 56/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MI COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 16/2012, conforme sua proposta de preço, obriga-se a fornecer e instalar os equipamentos e softwares descritos no Lote nº 01, no Prédio sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos, conforme especificações do Anexo VII do Edital e Proposta da Empresa.

VALOR: R\$ 141.449,20 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 141/2012

Extrato do Contrato 142/2012 Processo 60/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2012 PROCESSO Nº 60/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ELOI JOSÉ ZORTEA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA SER USADO NAS PONTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 53.600,00 (cinquenta e três mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 142/2012

Extrato do Contrato 143/2012 Processo 59/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2012 PROCESSO Nº 59/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME GLOBAL PARA SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DE JARDIM DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

VALOR: R\$ 16.104,00 (dezesseis mil, cento e quatro reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 143/2012

Extrato do Contrato 144/2012 Processo 55/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2012 PROCESSO Nº 55/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a realizar EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA REALIZAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO ESTACIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROJETOS EM ANEXO E PROPOSTA PADRONIZADA

VALOR: R\$ 54.808,72 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e setenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/03/2012

CONTRATO: 144/2012

Extrato do Contrato 145/2012 Processo 53/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2012 PROCESSO Nº 53/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SUPERAR LTDA

OBJETO: A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 14/2012 obriga-se a fornecer e instalar os climatizadores no Prédio sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos, conforme especificações do Edital e Proposta.

VALOR: R\$ 96.430,00 (noventa e seis mil, quatrocentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 07/03/2012

CONTRATO: 145/2012

Extrato do Contrato 146/2012 Processo 50/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2012 PROCESSO Nº 50/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA VISANDO A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SOCIOECONÔMICO) DO MUNICÍPIO.

VALOR: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 09/03/2012

CONTRATO: 146/2012

Extrato do Contrato 147/2012 Processo 03/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2012 PROCESSO Nº 03/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CONE CONSTRUÇÕES LTDA EPP

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa em Regime de Empreitada Global para construção de 30 unidades habitacionais com praça pública, no Loteamento Faedo, Município de Campos Novos -SC. Conforme anexos. Ministério das Cidades - Convênio 342.887-45/2010.

VALOR: R\$ 1.458.531,92 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 12/03/2012

CONTRATO: 147/2012

Extrato do Contrato 148/2012 Processo 73/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2012 PROCESSO Nº 73/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SECRETA MOTOS LTDA ME

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA COPA OESTE DE MOTOCROSS NOS DIAS 17 E 18 DE MARÇO, EM COMEMORAÇÃO ALUSIVA AOS 131 ANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 ARTIGO 25 INCISO III.

VALOR: de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 14/03/2012

CONTRATO: 148/2012

Extrato do Contrato 149/2012 Processo 70/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2012 PROCESSO Nº 70/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: COMÉRCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA ME

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a prestar SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM MOTONIVELADORA MÍNIMO 15 TONELADAS, PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 78.425,50 (setenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) .

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 16/03/2012

CONTRATO: 149/2012

Extrato do Contrato 150/2012 Processo 31/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2012 PROCESSO Nº 31/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: LUIZ ODILON TEIXEIRA

OBJETO: Pelo presente instrumento o LOCADOR fornece em locação ao LOCATÁRIO, um terreno com 02 hectares situada no distrito de Bela Vista que será destinado a retirada de cascalho para macadamizar estradas.

VALOR: em R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) mensais

VIGÊNCIA: 02/07/2012

DATA: 16/03/2012

CONTRATO: 150/2012

Extrato do Contrato 151/2012 Processo 28/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2012 PROCESSO Nº 28/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: EXPRESS LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a prestar serviço para a Prefeitura Municipal de Campos Novos, PARA EFETUAR SERVIÇOS DE PORTEIRO, VIGIA E MONITORAMENTO, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA (itens nº 3,4,6 e 7).

VALOR: R\$ 452.100,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 22/03/2012

CONTRATO: 151/2012

Extrato do Contrato 152/2012 Processo 28/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2012 PROCESSO Nº 28/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MAI COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a prestar serviço para a Prefeitura Municipal de Campos Novos, PARA EFETUAR SERVIÇOS DE PORTEIRO, VIGIA E MONITORAMENTO, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA (itens nº 1 e 2).

VALOR: R\$ 38.280,00 (trinta e oito mil, duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 22/03/2012

CONTRATO: 152/2012

Extrato do Contrato 153/2012 Processo 59/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2012 PROCESSO Nº 59/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA ME

OBJETO: O município mediante a necessidade, resolve contratar os materiais descritos no orçamento encaminhado pela empresa. Para aditivo de valor R\$ 3.998,00 (três mil novecentos e noventa e oito reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 22/03/2012

CONTRATO: 153/2012

Extrato do Contrato 155/2012 Processo 75/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2012 PROCESSO Nº 75/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: FORMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONCERTO (PEÇAS E SERVIÇOS) DAS SEGUINTE MAQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS: MOTONIVELADORA 120B Nº79, MOTONIVELADORA 165S Nº65, PÁ CARREGADEIRA W18 CASE Nº 42,ROLO CATERPILLAR Nº 51, PÁ CARREGADEIRA CAT 924F Nº45, MOTONIVELADORA SANY PQ NOVA,

MOTONIVELADORA HUBER 130 Nº27 E PATROLA CATERPILLAR 120G Nº37.

VALOR: R\$ 23.951,63 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 27/03/2012

CONTRATO: 155/2012

Extrato do Contrato 156/2012 Processo 57/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2012 PROCESSO Nº 57/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: J.A. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 47 FAMILIAS BENEFICIADAS COM PROJETO PAC II - URBANIZAÇÃO, NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOS ANEXOS. TERMO DE COMPROMISSO Nº 352.288-09/2011 - PAC II URBANIZAÇÃO.

VALOR: R\$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 27/03/2012

CONTRATO: 156/2012

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Pregão Eletrônico n.º FMS 03/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 09/2012

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 03/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10 realizará no dia 23/04/2012, às 09h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. Cadastro de propostas no site até às 08h00min do dia 23/04/2012. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Pregão Presencial n.º 30/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 64/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 30/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/04/2012, às 14h05min, a abertura das propostas, destinadas ao Registro de preços para aquisição parcelada de diversos materiais de limpeza, copos plásticos, papel higiênico, papel toalha, guardanapo e outros, destinados às Secretarias Municipais, Escolas da Rede Municipal de Ensino, Centros de Educação Infantil do Município e fundos municipais.. Informações 3621 7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Editais de Pregão Presencial n.º FME 03/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 05/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 03/2012

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/04/2012, às 14:05 horas, a abertura das propostas para aquisição de materiais esportivos destinados a Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

Capinzal

PREFEITURA

Anexo I da LC 146/2012

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

CATEGORIA	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE DE CARGOS	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS ↗	PADRÕES DE VENCIMENTO									
						3 anos Inicial	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%
					FAIXAS DE VENCIMENTO ↘	A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	195	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
1	CARPINTEIRO	GO	10	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
1	PEDREIRO	GO	17	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
2	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	50	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
2	COBRADOR DE TARIFAS DO TRANSPORTE COLETIVO	GF	12	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
2	AUXILIAR DE PROFESSOR	GF	70	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
3	MOTORISTA	GO	35	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
3	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	GO	10	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
3	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	GO	17	40	1	1.150,00	1.207,50	1.267,88	1.331,27	1.397,83	1.467,72	1.541,11	1.618,17	1.699,07	1.784,03
4	AGENTE DE TRÂNSITO E DE DEFESA CIVIL	GF	10	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
4	ESCRITURÁRIO	GF	25	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
4	PROFESSOR DE MÚSICA	GF	2	40	1	1.035,00	1.086,75	1.141,09	1.198,14	1.258,05	1.320,95	1.387,00	1.456,35	1.529,17	1.605,62
4	FISCAL DE SANEAMENTO	GF	6	40	1	1.100,00	1.155,00	1.212,75	1.273,39	1.337,06	1.403,91	1.474,11	1.547,81	1.625,20	1.706,46
4	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	GF	3	40	1	1.100,00	1.155,00	1.212,75	1.273,39	1.337,06	1.403,91	1.474,11	1.547,81	1.625,20	1.706,46
4	MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO	GO	12	40	1	1.100,00	1.155,00	1.212,75	1.273,39	1.337,06	1.403,91	1.474,11	1.547,81	1.625,20	1.706,46
4	SECRETÁRIO DE ESCOLA	GF	10	40	1	1.230,00	1.291,50	1.356,08	1.423,88	1.495,07	1.569,83	1.648,32	1.730,73	1.817,27	1.908,13
4	AUXILIAR DE TESOUREARIA	GF	1	40	1	1.260,00	1.323,00	1.389,15	1.458,61	1.531,54	1.608,11	1.688,52	1.772,95	1.861,59	1.954,67
4	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	GF	3	40	1	1.260,00	1.323,00	1.389,15	1.458,61	1.531,54	1.608,11	1.688,52	1.772,95	1.861,59	1.954,67
4	TESOUREIRO	GF	1	40	1	1.770,00	1.858,50	1.951,43	2.049,00	2.151,45	2.259,02	2.371,97	2.490,57	2.615,10	2.745,85
5	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GT	30	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
5	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	GT	1	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
5	TÉCNICO AGRÍCOLA	GT	2	40	1	1.260,00	1.323,00	1.389,15	1.458,61	1.531,54	1.608,11	1.688,52	1.772,95	1.861,59	1.954,67
5	TÉCNICO TRIBUTÁRIO	GT	1	40	1	1.260,00	1.323,00	1.389,15	1.458,61	1.531,54	1.608,11	1.688,52	1.772,95	1.861,59	1.954,67
5	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	GT	2	40	1	1.446,00	1.518,30	1.594,22	1.673,93	1.757,62	1.845,50	1.937,78	2.034,67	2.136,40	2.243,22
6	PROFESSOR DE INFORMÁTICA	GF	8	40	1	1.770,00	1.858,50	1.951,43	2.049,00	2.151,45	2.259,02	2.371,97	2.490,57	2.615,10	2.745,85
6	BIBLIOTECÁRIO	GE	1	40	1	1.770,00	1.858,50	1.951,43	2.049,00	2.151,45	2.259,02	2.371,97	2.490,57	2.615,10	2.745,85
6	ASSISTENTE SOCIAL	GE	12	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	PSICÓLOGO	GE	12	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	NUTRICIONISTA	GE	1	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	FONOAUDIÓLOGO	GE	2	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	FISIOTERAPEUTA	GE	1	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	BIÓLOGO	GE	1	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	BIOQUÍMICO	GE	2	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	FARMACEUTICO BIOQUÍMICO	GE	2	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
6	ODONTOLOGO	GE	10	20	1	2.250,00	2.362,50	2.480,63	2.604,66	2.734,89	2.871,63	3.015,22	3.165,98	3.324,27	3.490,49
6	ENFERMEIRO	GE	6	40	1	2.275,00	2.388,75	2.508,19	2.633,60	2.765,28	2.903,54	3.048,72	3.201,15	3.361,21	3.529,27
6	AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO	GE	2	40	1	2.275,00	2.388,75	2.508,19	2.633,60	2.765,28	2.903,54	3.048,72	3.201,15	3.361,21	3.529,27
6	CONTADOR	GE	2	40	1	2.275,00	2.388,75	2.508,19	2.633,60	2.765,28	2.903,54	3.048,72	3.201,15	3.361,21	3.529,27
7	MEDICO VETERINÁRIO	GE	2	40	1	2.275,00	2.388,75	2.508,19	2.633,60	2.765,28	2.903,54	3.048,72	3.201,15	3.361,21	3.529,27
7	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GE	1	40	1	2.275,00	2.388,75	2.508,19	2.633,60	2.765,28	2.903,54	3.048,72	3.201,15	3.361,21	3.529,27
7	ARQUITETO URBANISTA	GE	1	40	1	2.950,00	3.097,50	3.252,38	3.414,99	3.585,74	3.765,03	3.953,28	4.150,95	4.358,49	4.576,42
7	ENGENHEIRO CIVIL	GE	2	40	1	2.950,00	3.097,50	3.252,38	3.414,99	3.585,74	3.765,03	3.953,28	4.150,95	4.358,49	4.576,42
7	ENGENHEIRO SANITARISTA	GE	1	40	1	2.950,00	3.097,50	3.252,38	3.414,99	3.585,74	3.765,03	3.953,28	4.150,95	4.358,49	4.576,42
8	CONTROLADOR INTERNO	GE	1	40	1	3.500,00	3.675,00	3.858,75	4.051,69	4.254,27	4.466,99	4.690,33	4.924,85	5.171,09	5.429,65
9	MEDICO	GE	6	20	1	5.500,00	5.775,00	6.063,75	6.366,94	6.685,28	7.019,55	7.370,53	7.739,05	8.126,00	8.532,31
9	MEDICO	GE	2	40	1	11.000,00	11.550,00	12.127,50	12.733,88	13.370,57	14.039,10	14.741,05	15.478,10	16.252,01	17.064,61

Anexo II da LC 146/2012

ANEXO II

QUADRO SUPLEMENTAR DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO
(CARGOS EM EXTINÇÃO)

CATEGORIA HABILITAÇÃO	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE DE CARGOS	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÕES DE VENCIMENTO									
						3 anos Inicial	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%
					FAIXAS DE VENCIMENTO	A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$
1	CALCETEIRO	GO	1	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
1	PINTOR	GO	1	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
1	MESTRE DE OBRAS	GO	1	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
1	SERVENTE DE PEDREIRO E CARPINTEIRO	GO	3	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
1	VIGIA	GO	2	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
1	ZELADOR	GO	11	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
2	ALMOXARIFE	GF	2	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
2	RECEPCIONISTA	GF	1	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
2	ARQUIVISTA	GF	3	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
2	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	GF	2	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
2	CADASTRISTA	GF	1	40	1	1.260,00	1.323,00	1.389,15	1.458,61	1.531,54	1.608,11	1.688,52	1.772,95	1.861,59	1.954,67
2	DATILOGRAFO	GF	5	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
3	ATENDENTE DE ENFERMAGEM	GF	3	40	1	680,00	714,00	749,70	787,19	826,54	867,87	911,27	956,83	1.004,67	1.054,90
3	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	GF	11	40	1	850,00	892,50	937,13	983,98	1.033,18	1.084,84	1.139,08	1.196,04	1.255,84	1.318,63
4	BIBLIOTECÁRIO	GE	3	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
4	FISCAL TRIBUTÁRIO	GF	2	40	1	1.446,00	1.518,30	1.594,22	1.673,93	1.757,62	1.845,50	1.937,78	2.034,67	2.136,40	2.243,22
4	COORDENADOR PEDAGÓGICO	GF	1	40	1	1.446,00	1.518,30	1.594,22	1.673,93	1.757,62	1.845,50	1.937,78	2.034,67	2.136,40	2.243,22
4	COORDENADOR DE MERENDA ESCOLAR	GF	1	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
5	SECRETÁRIO DE GABINETE	GF	1	40	1	950,00	997,50	1.047,38	1.099,74	1.154,73	1.212,47	1.273,09	1.336,75	1.403,58	1.473,76
6	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	GT	1	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31

Anexo III da LC 146/2012

ANEXO III

QUADRO SUPLEMENTAR ESPECIAL DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO
(PROGRAMAS SOCIAIS)

CATEGORIA HABILITAÇÃO	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE DE CARGOS	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÕES DE VENCIMENTO									
						3 anos Inicial	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%
					FAIXAS DE VENCIMENTO	A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$
1	ORIENTADOR SOCIAL	GF	5	40	1	1.925,00	2.021,25	2.122,31	2.228,43	2.339,85	2.456,84	2.579,68	2.708,67	2.844,10	2.986,31
2	MONITOR DE TRICÔ E CROCHÊ	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE MANICURE, PEDICURE E CABELEIREIRO	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE PINTURA EM TELA, TECIDO E EMBORRACHADO	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE CORTE E COSTURA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE BORDADO	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE ARTESANATO	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE BISCUIT	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE MÚSICA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE CANTO	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE ARTE CÊNICA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE DANÇA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE CULINÁRIA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE INFORMÁTICA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE RECREAÇÃO	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE ARTES	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE GRAFITAGEM	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE ARTES MARCIAIS	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE JOGOS DE MESA	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE ESPANHOL	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	MONITOR DE INGLÊS	GO	1	40	1	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69

Anexo IV da LC 146/2012

ANEXO IV

**QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO
PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO
LC-045/2000**

CATEGORIA HABILITAÇÃO	NOMENCLATURAS	QTDE DE CARGOS	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS →	PADRÕES DE VENCIMENTO				
					2 anos Inicial	2 anos 2,5%	2 anos 2,5%	2 anos 2,5%	2 anos 2,5%
				CLASSE ↓	A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$
1	PROFESSOR NIVEL ESPECIAL 1	15	40	1	1.452,27	1.488,58	1.525,79	1.563,94	1.603,03
				2	1.643,11	1.684,19	1.726,29	1.769,45	1.813,69
				3	1.859,03	1.905,50	1.953,14	2.001,97	2.052,02
2	PROFESSOR NIVEL 1	70	40	4	1.769,40	1.813,64	1.858,98	1.905,45	1.953,09
				5	2.001,91	2.051,96	2.103,26	2.155,84	2.209,74
				6	2.264,98	2.321,61	2.379,65	2.439,14	2.500,12
3	PROFESSOR NIVEL 1	120	40	7	2.559,52	2.623,51	2.689,10	2.756,32	2.825,23
				8	2.895,86	2.968,26	3.042,46	3.118,53	3.196,49
				9	3.276,40	3.358,31	3.442,27	3.528,33	3.616,53

Anexo V da LC 146/2012

ANEXO V

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME LC 79/2004

CATEGORIA HABILITAÇÃO	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE DE CARGOS	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS →	PADRÕES DE VENCIMENTO									
						3 anos Inicial	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%	3 anos 5,0%
					FAIXAS DE VENCIMENTO ↓	A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$
1	Técnico Desportivo I	GE	2	40	I	861,00	904,05	949,25	996,72	1.046,55	1.098,88	1.153,82	1.211,51	1.272,09	1.335,69
2	Técnico Desportivo II	GE	2	40	I	1.452,27	1.524,88	1.601,13	1.681,18	1.765,24	1.853,51	1.946,18	2.043,49	2.145,66	2.252,95
3	Técnico Desportivo III	GE	4	40	I	1.769,40	1.857,87	1.950,76	2.048,30	2.150,72	2.258,25	2.371,17	2.489,72	2.614,21	2.744,92

Obs.:

- 1 Nivel Ensino Médio
- 2 Graduação em Educação Física
- 3 Pós-Graduação em Educação Física

A remuneração será proporcional à carga horária podendo variar entre 10, 20, 30 e 40 horas semanais.

Anexo VI da LC 146/2012**ANEXO VI**

LC 146/2012

PLANO DE CARGOS E CARREIRAS
DO PODER EXECUTIVO**MANUAL DE OCUPAÇÕES****DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	3
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	5
AGENTE TRANSITO E DE DEFESA CIVIL	6
ASSISTENTE SOCIAL	8
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO	10
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	12
AUXILIAR DE PROFESSOR	13
AUXILIAR DE TESOUREARIA	14
BIBLIOTECÁRIO	15
BIÓLOGO	16
BIOQUÍMICO	17
CADASTRISTA	18
CARPINTEIRO	19
COBRADOR DE TARIFAS DO TRANSPORTE COLETIVO	20
CONTADOR	21
CONTROLADOR INTERNO	23
COORDENADOR PEDAGÓGICO	24
ENFERMEIRO	25
ENGENHEIRO CIVIL	28
ENGENHEIRO SANITARISTA	30
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	32
ESCRITURÁRIO	34
FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO	35
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	37
FISCAL DE SANEAMENTO	38
FISCAL TRIBUTÁRIO	41
FISIOTERAPEUTA	42
FONOAUDIÓLOGO	48
INSTRUTOR TÉCNICO	45
MÉDICO	46
MÉDICO VETERINÁRIO	49
MOTORISTA	51
MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO	52
NUTRICIONISTA	53
ODONTÓLOGO	54
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	55
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	56
ORIENTADOR EDUCACIONAL	57
ORIENTADOR SOCIAL	58
PEDREIRO	59
PROFESSOR DE INFORMÁTICA	60
PROFESSOR DE MÚSICA	61
PSICÓLOGO	62
SECRETÁRIO DE ESCOLA	64
TÉCNICO AGRÍCOLA	65
TÉCNICO DESPORTIVO	67
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	68
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	69
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	71
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	72
TÉCNICO TRIBUTÁRIO	73
TESOUREIRO	74

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Realizar visitas domiciliares, dialogando com a população, observando o ambiente físico, avaliando as condições de higiene, verificando a existência de animais, observando o relacionamento entre os membros da família, detectando problemas de saúde e sociais, acompanhando o crescimento e desenvolvimento das crianças, acompanhando a evolução da gestação, realizando encaminhamentos para serviços de saúde, aferindo, quando necessário, pressão arterial, hidratando crianças em casos de desidratação leve, realizando esclarecimentos gerais sobre saúde bucal, entre outros, visando proporcionar um bom atendimento à comunidade, averiguando suas necessidades.

Orientar a comunidade para a promoção da saúde, instruindo pacientes acerca de tratamento médico, casais sobre planejamento familiar, adolescentes sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, família sobre cuidados com bebês, parto e pós-parto, amamentação, vacinas, acidentes domésticos, alimentação, , combate a insetos e roedores, entre outros, visando supri-los com informações pertinentes, que contribuam na melhoria da qualidade de vida.

Promover educação sanitária e ambiental, prestando esclarecimentos sobre o tratamento e o destino de dejetos, identificando os tipos de fossa existentes e orientar para a construção do tipo de fossa adequado, ensinando e demonstrando o acondicionamento correto e o destino adequado do lixo, conscientizando sobre a criação de animais, qualidade da água consumida, limpeza de caixas de águas, poços e fontes, entre outros, visando divulgação das condições básicas de higiene.

Rastrear focos de doenças, visitando o local do foco, verificando as condições do mesmo e as fontes de risco, informando aos órgãos competentes, coletando material para análise, repassando noções básicas sobre os cuidados na prevenção e tratamento de doenças infecto contagiosas e verminoses em geral.

Auxiliar em programas de promoção e proteção da saúde, atuando isoladamente ou com outros profissionais, em atendimentos grupais, individuais, ou através de visitas domiciliares, prestando serviços de suporte, de modo a colaborar no alcance dos objetivos propostos nestes programas.

Atuar junto a alunos da rede municipal de ensino na execução de programas de controle e promoção da saúde, orientando nas ações de higiene pessoal e primeiros socorros, verificando acuidade visual, controlando níveis de escabiose e pediculose, prevenindo contra doenças infecto-contagiosas e acidentes, bem como encaminhando à rede básica de saúde as crianças que necessitam de ação médica.

Participar de campanhas preventivas, auxiliando em campanhas de vacinação, preparando o material de apoio, distribuindo material educativo, distribuindo preservativos, distribuindo material preventivo, clorando a água, convidando para participar de palestras, entre outros.

Promover comunicação entre unidades de saúde, autoridades e comunidade, participando de grupos e comitês representativos, encaminhando as reclamações da população, dando subsídio para os conselhos que elaboram políticas públicas, discutindo nos conselhos as necessidades e carências da comunidade, promovendo encontros e reuniões com autoridades.

Contribuir para o pleno funcionamento do ambiente de trabalho, materiais utilizados, organização e limpeza, mantendo a ordem, controlando, e atualizando fichários, arquivos, formulários, fichas, recibos, consultas e outros, bem como realizando pedido de materiais de consumo, recebendo e conferindo os mesmos.

Representar, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado, quando solicitado.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua área de atuação.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Fundamental.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Contribuir com a ordem e a limpeza das repartições públicas, no que se refere tanto à área interna quanto externa, através da limpeza e conservação dos mesmos, mantendo as condições de asseio e higiene requeridas, assim como realizar a limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros.

Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas quando atuando em escolas e/ou creches.

Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Preparar e servir café, contribuindo com o bem-estar dos indivíduos.

Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação.

Tarefas operacionais que requerem o conhecimento prático do trabalho voltados a uma rotina e predominância do esforço físico. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Alfabetizado.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

AGENTE DE TRÂNSITO E DE DEFESA CIVIL

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares do município visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Contribuir no desenvolvimento de projetos de mudança cultural, monitoração, alerta e alarme, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento institucional, bem como programas de prevenção e preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução, visando o atendimento, a segurança e o bem estar da população.

Contribuir na elaboração ou redigir pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações, vistorias e inspeções e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Manter atualizado o sistema de informações sobre desastres no município, objetivando uma melhor difusão do conhecimento

sobre a realidade municipal no que diz respeito a desastres, bem como implementar os Núcleos de Defesa Civil Municipal, com prioridade para os situados nas regiões de maior risco de desastres naturais (áreas de risco).

Contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação, elaborando projetos de desenvolvimento e ministrando treinamentos, palestras e/ou aulas de aperfeiçoamento, a fim de possibilitar a estruturação de quadros de voluntários altamente capacitados e motivados.

Contribuir na promoção de estudos de riscos de desastres, objetivando o microzoneamento urbano, com vistas à implementação de políticas municipais, de acordo com a legislação vigente, bem como a organização de bancos de dados e de mapas temáticos relacionados com ameaças, vulnerabilidades e riscos, nas áreas de maior incidência de desastres.

Contribuir com a segurança da população em hipóteses de riscos de desastres, definindo recursos institucionais, humanos e materiais necessários junto a órgãos e entidades públicas ou privadas, selecionando órgãos e entidades adequadas para atuarem nas operações de resposta aos desastres e definindo suas atribuições e cadastrando, organizando e mantendo permanentemente atualizado em banco de dados e mapas temáticos a disponibilidade e localização dos recursos, equipamentos, instalações de apoio, entre outros.

Contribuir no desenvolvimento de projetos de aparelhamento e apoio logístico, socorro e assistência às populações, reabilitação dos cenários de desastre, entre outros, bem como montar a estrutura física dos Abrigos de Defesa Civil.

Participar e/ou coordenar as atividades de mobilização quando da ocorrência de eventos naturais adversos.

Coordenar as atividades para estruturação de Abrigos de Defesa Civil visando o cumprimento das normas e procedimentos preestabelecidos.

Participar da escala de plantão, estando disponível para atender aos pedidos emergenciais quando for acionado, independente do horário, visando primar pela segurança da população.

Realizar a manutenção do material e equipamento de Defesa Civil, controlando a distribuição e recebimento do mesmo.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua área profissional. Desenvolver as atividades inerentes ao órgão executivo municipal de trânsito, compreendendo:

Atender ao público/comunidade em geral, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

Representar, quando designado, a Secretaria Municipal em que está lotado.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito.

Executar a fiscalização do trânsito em geral e de veículos que fazem o transporte escolar rural e urbano, moto-táxi, transporte coletivo de passageiros, táxi, ciclomotores, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada.

Fiscalizar o cumprimento das normas regulamentares e da programação operacional estabelecidas para o sistema de transporte público, aplicar medidas administrativas e/ou autuar por irregularidades ocorridas.

Fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito.

Providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação.

Fiscalizar e manter o controle operacional dos pontos regulamentares de táxi, moto-táxi e transporte coletivo;
Auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia do órgão executivo municipal de trânsito.

Atuar nas atividades relativas à educação para o trânsito como realizar palestras sobre trânsito entre outras atividades educativas.
Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas da Administração e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo Município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizar vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Conduzir veículo quando designado pelo órgão executivo municipal de trânsito.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória formação Completa em Ensino Médio.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ASSISTENTE SOCIAL

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, SUS e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Legislação Municipal visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população

Elaborar e/ou executar os programas e projetos de geração de renda, bem como orientar os usuários quanto a importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho.

Proporcionar através da intervenção profissional, junto aos usuários e suas famílias a discussão do projeto de vida destes, visando a busca de alternativas que venham construir a autonomia dos mesmos.

Buscar pela solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócios educativas nas unidades de saúde, educação e assistência social, bem como elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas.

Assessorar, monitorar e avaliar projetos, programas, serviços e benefícios sócio-assistenciais, bem como da rede prestadora de serviços, projetos e programas sócio-assistenciais inscritas, registradas, conveniadas ou parceiras.

Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões - ordinárias e/ou extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio-familiar, visitas domiciliares e outros.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos

ao Município.

Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas, a fim de levantar subsídios para a elaboração de diretrizes, atos e programas de ação social referentes a diversos segmentos de atuação, sejam eles econômicos, profissionais, de orientação, reabilitação, acidentados e outros.

Implementar e alimentar os sistemas de informação das políticas públicas.

Contribuir na elaboração orçamentária do repasse de recursos dos Fundos Municipais, Nacionais e Filantrópicos para entidades cadastradas nos programas de políticas sociais, bem como, prestando orientação técnica e operacional quanto à elaboração e execução de serviços, programas e projetos no âmbito das políticas públicas.

Atender a população em casos de emergência e calamidade, in loco ou em abrigos, auxiliando na elaboração de planos de assistência a defesa civil.

Possibilitar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário o entendimento global das aplicações e execuções de programas, projetos e serviços, por meio de elaboração de relatórios e pareceres sociais. Fazer visitas domiciliares aos servidores afastados, quando necessário, emitindo parecer, bem como elaborar relatório social nos processos de doença em pessoa da família.

Atender periodicamente e apresentar parecer social dos servidores em gozo do auxílio doença.

Atender o servidor readaptado/reabilitado pelos médicos peritos, encaminhando relatório ao Diretor Presidente do Instituto para providências.

Participar na melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações, bem como do planejamento e avaliação das mesmas.

Colaborar com a formação e/ou aprimoramento de outros profissionais, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Serviço Social, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Elaborar, emitir e expedir notificações, intimações, mapas de levantamento, formulários, fichas de visitas, pareceres, minutas e outros, visando o fornecimento de informações pertinentes, bem como contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas

rotinas e procedimentos.

Avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou capacitação relacionados à Administração Tributária.

Difundir a legislação, atendendo a contribuintes, prestando-lhes informações, bem como proporcionar instituições atualizadas, mantendo-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas.

Emitir, de acordo com a legislação vigente, termos fiscais referentes a autuações, bem como instaurar processos administrativos fiscais, realizando inventários de empresas e demais entidades, procedendo a identificação e qualificação dos mesmos.

Assessorar autoridades superiores ou órgãos prestando-lhes assistência especializada, com vista à formulação e adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento.

Examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, quando considerado pelo Secretário ou Diretor do Departamento responsável pela fiscalização do tributo objeto da verificação e indispensável para a conclusão da fiscalização.

Manter-se atualizado sobre as políticas de fiscalização e administração tributária a fim de difundir e atualizar as legislações municipais.

Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, procedendo a revisão de ofício, homologando, aplicando as penalidades previstas na legislação, entre outros.

Controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando atos definidos na legislação específica.

Autorizar e supervisionar o credenciamento de usuários de sistemas tributários informatizados, bem como avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições.

Informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa antes do termo prescricional.

Planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança de impostos, taxas e contribuições, visando o cumprimento da legislação vigente.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória formação em curso superior em nível de graduação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis ou Direito.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único

do servidor e do Plano de Carreira

AUXILIAR DE CONTABILIDADE

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Auxiliar os demais servidores de todas as seções administrativas e contábeis, no desenvolvimento de atividades administrativas.

Buscar e entregar correspondência na agência dos Correios e outros órgãos públicos e/ou empresas.

Efetuar serviços bancários, tais como: pagamentos, coleta e entrega de documentos, dentre outros.

Executar atividades em geral, de natureza burocrática dos vários órgãos e entidades da administração; auxiliar na elaboração de processos administrativos internos; executar outras tarefas pertinentes.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado; Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Arquivar empenhos.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória formação completa em Ensino Médio com Curso Técnico em Contabilidade.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

AUXILIAR DE PROFESSOR

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; manter junto às crianças e ao grupo uma disciplina participativa; comparecer à reuniões de pais, palestras, encontro de estudos, nas atividades de caráter cívico, cultural, recreativo e outros para os quais forem convocados em horários diferentes de seu trabalho e datas previstas em calendário escolar próprio da instituição e da Secretaria da Educação;

Estar disponível para atender o chamado da coordenação para prestar serviços emergenciais; auxiliar o professor na realização de todas as atividades que envolvam a criança desde a higiene, alimentação e orientação pedagógica com carinho, afetividade e bom humor, transmitindo segurança.

Desenvolver trabalho sob a orientação da equipe gestora da escola.

Ao término do seu turno deixar a sala organizada e limpa; não trazer para o local de trabalho materiais alheios àqueles necessários para o desenvolvimento do seu trabalho; participar e se envolver no planejamento das aulas e na elaboração dos projetos e materiais didáticos com as crianças.

Não utilizar aparelho celular no horário de trabalho; manter os pertences da criança sempre organizados em sua sacola para serem encaminhados para casa; colaborar com o professor no registro da rotina da criança nas agendas escolares; receber e entregar as crianças aos pais sempre que necessário; manter a coordenação/direção informada sobre tudo que considerar anormal a rotina da criança na sua saúde física e emocional.

Auxiliar e participar da elaboração e execução da proposta pedagógica das instituições atendendo os anseios da comunidade em geral.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória formação em ensino médio completo e estar, no mínimo, cursando ensino médio Magistério a partir da 4ª série ou cursando ensino superior na área da educação.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

AUXILIAR DE TESOUREARIA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Desempenhar atividades relacionadas à execução financeira do Município envolvendo todas as suas unidades gestoras, de conformidade com as normas gerais de tesouraria e de contabilidade pública.

Assistir ao Tesoureiro no desempenho de suas atribuições funcionais e sob a sua responsabilidade.

Executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamentos em matéria financeira.

Atuar em processos relativos à competência da Tesouraria e desempenhar outras tarefas relacionadas ao cargo e à sua formação profissional.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Realizar outras atribuições correlatas conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória formação em Ensino Médio com Curso Técnico em Contabilidade.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

BIBLIOTECÁRIO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Administrar informações e dados que foram enriquecidos por seus contextos, além disso também processa e dissemina a informação. Desenvolver coleções, que são mais do que um conjunto de documentos, mas uma seleção cuidadosa que segue parâmetros e é reunida com uma finalidade.

Catalogar e guardar as informações, orientar sua busca e seleção. Analisar, sintetizar e organizar livros, revistas, documentos, fotos, filmes e vídeos.

Planejar, implementar e gerenciar sistemas de informação, além de preservar os suportes para que resistam ao tempo e ao uso.

Prestar serviços de assessoria e consultoria na área de informação e redes e sistemas de informação.

Gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistema de operações.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Biblioteconomia com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

BIOLOGO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Executar atividades técnicas e científicas, planejamento, supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com estudos, pesquisas, projetos, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas das Ciências Biológicas, com vistas ao aprimoramento de.

Desenvolver estudos e Pesquisas de Origem, Evolução, Estrutura morfo-anatômico, Fisiologia, Distribuição, Ecologia, Classificação, Filogenia e outros aspectos das diferentes formas de vida, para conhecer suas características, comportamento e outros dados relevantes sobre os seres e o meio ambiente.

Estudos, Pesquisas e Análises Laboratoriais nas áreas de Bioquímica, Biofísica, Citologia, Parasitologia, Microbiologia e Imunologia, Hematologia, Histologia, Patologia, Anatomia, Genética, Embriologia, Fisiologia Humana e Produção de Fitoterápicos.

Estudos e Pesquisas relacionadas com a investigação científica ligada à Biologia Sanitária, Saúde Pública, Epidemiologia de doenças transmissíveis, Controle de vetores e Técnicas de saneamento básico; Atividades complementares relacionadas à conservação, preservação, erradicação, manejo e melhoramento de organismos e do meio ambiente e à Educação Ambiental.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Superior em Ciências Biológicas com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

BIOQUÍMICO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS.

Planejar, orientar, coordenar, controlar, supervisionar e executar atividades técnicas específicas da profissão; realizar análises clínicas de exsudatos e transudatos humanos, como sangue, urina, saliva e outros, valendo-se de diversas técnicas específicas para completar o diagnóstico de doenças; supervisionar o pessoal envolvido em atividades laboratoriais; interpor e emitir resultados dos exames realizados em bioquímica, imunologia, parasitologia, microbiologia e hematologia; executar atividades de desinfecção e esterilização; zelar pela limpeza e ordem dos materiais e equipamentos; exercer outras atividades correlatas.

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde.

Realizar atendimento domiciliar terapêutico, para verificar as condições de vida dos pacientes, fornecer medicação e fortalecer o vínculo do paciente com o tratamento e com o serviço prestado pelo município.

Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, participando dos grupos e/ou

reuniões comunitárias.

Promover a educação em saúde, em seus segmentos, desenvolvendo estudos e pesquisas relacionados a sua área de atuação, através de reuniões - ordinárias, extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras e outros.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Bioquímica, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

CADASTRISTA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Realizar cadastros imobiliários e tributários.

Cadastrar produtos e fornecedores.

Prestar atendimento telefônico e elaborar relatórios.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

CARPINTEIRO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Planejar trabalhos de carpintaria e preparar canteiro de obras; executar serviços de carpintaria em geral, tais como aplainagem de madeira bruta, bitolamento de tábuas, sarrafos e ripas, montagem e nivelamento de formas de concreto, confecção de estrados de madeira, construção de armação em madeira para telhados e parede.

Construir andaimes e proteção de madeira; montar portas e esquadrias; finalizar serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e lubrificação de materiais reutilizáveis; seleção, limpeza e armazenamento de peças e equipamentos; outras atividades afins. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Conduzir veículos.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Alfabetizado.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

COBRADOR DE TARIFAS DO TRANSPORTE COETIVO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Executar trabalhos relacionados com a cobrança de tarifas do ônibus do transporte coletivo, realizar a organização e atualização dos tíquetes das tarifas; conferir as carteirinhas de identificação especial com direito a gratuidade; fazer a conferências das catracas do ônibus, fechar a numeração com a quantidade de passes realizados no dia; auxiliar na carga e descarga dos passageiros; tratar os passageiros com respeito e atenção; auxiliar na conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade juntamente com o motorista; executar atividades em geral, de natureza burocrática relacionadas ao cargo e executar outras tarefas pertinentes.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Fundamental.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

CONTADOR

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar todas as atividades de controle e contabilização de custos, trabalhos de seleção e análise dos comprovantes como registros de mão-de-obra, registros de produção, inventário de

estoque, extraindo os dados necessários para realizar os cálculos dos custos unitários das diferentes operações ou dos diferentes produtos, procedendo de acordo com as técnicas requeridas para apresentar os resultados obtidos.

Traçar o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário, o controle dos trabalhos de análise e conciliação de contas e a orientação quanto à classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços.

Preparar balanços e balancetes contábeis, visando assegurar que os balancetes mensais e o balanço final reflitam corretamente a realidade econômico-financeira da Prefeitura Municipal, bem como fazer estudos e análises sobre os números dos balanços, visando fornecer subsídios para decisões que possam minimizar a carga tributária e visualizar a situação econômica e patrimonial da mesma.

Planejar e preparar relatórios contábeis, dentro dos prazos previstos e obedecendo aos princípios e procedimentos contábeis preestabelecidos, visando fornecer subsídios para o processo decisório e cumprimento da legislação.

Prestar apoio e orientar as atividades da área fiscal, verificando todos os registros e classificações contábeis nos livros fiscais, referentes aos impostos e tributos recolhidos, compras e vendas, e outros dados, de modo a demonstrar as operações, as classificações contábeis em conformidade com a legislação fiscal e normas contábeis vigentes.

Coordenar e orientar as demais Secretarias da Prefeitura Municipal, quanto à classificação contábil ou no que se refere a aspectos fiscais de documentos a serem emitidos ou escriturados, assegurando a correta classificação e lançamento de todos os documentos contábeis, e sua conformidade com os padrões e legislação fiscal e tributária.

Apurar mensalmente o imposto de renda devido, visando o correto pagamento e o cumprimento das obrigações fiscais acessórias, elaborando a Declaração Anual do Imposto de Renda, incluindo a escrituração dos livros pertinentes ao cumprimento da legislação específica.

Efetuar cálculos da contribuição social, de correção de juros e multas de impostos em atraso, de financiamentos e de correção monetária e depreciação do Ativo, visando obter o valor financeiro. Preparar os lançamentos contábeis dos fatos e atos administrativos, visando a elaboração do balanço patrimonial.

Atender à fiscalização municipal, estadual e federal, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados.

Coordenar a elaboração de inventário de estoques do almoxarifado, procedendo a ajustes necessários para correspondência físico/contábil, bem como manter controles e coordenar a realização dos inventários dos bens patrimoniais, conferindo e ajustando os saldos das respectivas contas, de acordo com as normas contábeis e da Prefeitura Municipal.

Pesquisar e estudar toda a legislação fiscal-tributária, dando a orientação necessária a todas as Secretarias da Prefeitura Municipal, responsáveis por emissão, registro ou trâmite de documentos fiscais, visando prevenir incorreções e prejuízos à mesma, bem como a conformidade às exigências legais.

Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Manter os Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva informados sobre a situação contábil e financeira do Instituto, Fundação, Autarquia ou Secretaria na qual atua.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de

contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Ciências Contábeis, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

CONTROLADOR INTERNO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar a execução da Lei Complementar municipal nº 72, de 26 de dezembro de 2003 e:

Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município.

Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Controlar o alcance do atingimento das metas fiscais de resultados primário e nominal.

Controlar o alcance do atingimento das metas físicas das ações de governo e os resultados dos programas de governo através dos indicadores de desempenho constantes do Plano Plurianual quanto à eficácia, à eficiência e à efetividade da gestão nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal.

Comprovar a legitimidade dos atos de gestão.

Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC 101/2000.

Tomar as providências indicadas pelo Poder Executivo, conforme o disposto no art. 31 da LC 101/2000, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites. Efetuar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições da LC 101/2000.

Realizar o controle sobre o cumprimento do limite de gastos totais do Poder Legislativo Municipal, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais, nos termos da Constituição Federal e da LC 101/2000, informando-o sobre a necessidade de providências. Desempenhar sua missão institucional de promover e preservar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Curso superior em nível de graduação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis ou Direito.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único

do servidor e do Plano de Carreira.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Programar as ações que viabilizem a formação do grupo do grupo para qualificação continuada das unidades educacionais, consequentemente, conduzindo mudanças dentro da sala de aula e na dinâmica da escola, produzindo impacto bastante produtivo e atingindo as necessidades presentes.

Favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo, incentivar a produção do conhecimento por parte da comunidade escolar, promovendo mudanças atitudinais, procedimentais e conceituais nos indivíduos.

Integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor.

Desenvolver habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade.

Desempenhar tarefas de ordem burocrática, disciplinar, organizacional.

Demais funções relacionadas ao cargo.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Superior na Área da Educação.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ENFERMEIRO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Enfermagem visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Organizar e dirigir os serviços de Enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras de serviços, quando designado.

Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem, visando o cumprimento de padrões e normas preestabelecidos.

Prestar consultas e cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica que exijam conhecimento científico adequado e capacidade de tomar decisões imediatas, bem como acompanhar a emissão de parecer sobre a matéria de Enfermagem.

Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programa de Saúde Pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, bem como assistência de enfermagem.

Participar nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, bem como de programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Participar nas bancas examinadoras, em matérias específicas de Enfermagem, nos cursos para provimento do cargo ou contratação de Enfermeiro, ou profissional Técnico ou Auxiliar de Enfermagem. Promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados.

Incentivar a formação e ou participação ativa da comunidade nos

Conselhos Locais, Regionais e Municipal de Saúde.

Contribuir para que as ações de saúde estejam em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e do plano Municipal de saúde.

Possibilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde e vigilância, sempre que necessário, colaborando na elaboração, desenvolvimento e implementação de programas no seu campo de atuação.

Participar nos processo de aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, entre outros, necessários para assistência à saúde. Viabilizar a resolutividade dos tratamentos, acompanhando os usuários nos processos dos atendimentos elaborando documentos, prontuários e outros, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados.

Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo ações intersetoriais e parcerias com empresas e organizações privadas ou públicas, jornais entre outros.

Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Contribuir com conhecimentos de sua área técnica de formação para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para plena assistência à saúde, bem como participar dos procedimentos de vigilância sanitária à saúde e de vigilância epidemiológica para a população.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Conduzir veículos.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

Quando atuando em Enfermagem do Trabalho:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais relacionados à área de saúde ocupacional, desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com Conselho Profissional de Enfermagem.

Auxiliar no estabelecimento do nexo causal, por meio de entrevistas pessoais e análise da(s) carteira(s) profissional, buscando identificar o histórico profissional do trabalhador.

Colaborar com as melhorias em ações de vigilância, bem como dos ambientes e postos de trabalho, produzindo relatórios a partir da codificação dos cadastros dos usuários do Serviço de Saúde Ocupacional, consultando a CBO, CID-10 e CNAE.

Auxiliar na plena atenção prestada a trabalhadores, integrando a equipe multiprofissional de vigilância do trabalho, por meio de visitas in loco, em empresas, postos de trabalho, com a finalidade de realizar a avaliação de riscos bem como o mapeamento destas áreas a fim de prevenir e estabelecer o nexo causal nos casos de acidentes graves.

Contribuir com prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, articulando informações, juntamente com equipes multiprofissionais, representantes dos trabalhadores, trabalhadores, empregadores de instituições públicas e privadas, a fim de planejar e elaborar ações em Saúde ocupacional para a melhoria das condições de trabalho.

Colaborar com a formação e aprimoramento dos profissionais de saúde do trabalhador, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo pesquisas experimentais, ministrando aulas, cursos, seminários, palestras, grupos educacionais, entre outros.

Prestar atendimento de enfermagem direto aos trabalhadores realizando primeiros socorros, curativos, imobilizações e administrando medicamentos.

Atender e orientar os usuários de serviço de Saúde Ocupacional, quanto aos seus direitos e deveres, utilizando-se das legislações trabalhistas e previdenciárias vigentes.

Atender às diversas unidades do Município sobre assuntos, exigências técnicas e legais em Saúde Ocupacional.

Prepara informes e documentos sobre assuntos de Saúde Ocupacional, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Difundir a importância da prevenção de acidentes, divulgando normas de segurança e higiene no trabalho, promovendo palestras, debates, campanhas e outros.

Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria, Fundação ou Autarquia em que está lotado, referentes a sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das políticas vigentes.

Possibilitar a formulação de diretrizes, planos, programas de trabalhos e outros, participando de grupos de trabalhos e/ou reuniões com as unidades municipais, entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos-científicos, entre outros.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Enfermagem, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão; e quando atuando em Enfermagem do Trabalho, obrigatória Formação Superior Completa em Enfermagem, especialização em Enfermagem do Trabalho, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ENGENHEIRO CIVIL

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos, investigando e definindo metodologias de execução, cronograma, desenvolvendo estudos ambientais, dimensionamento da obra, bem como especificando equipamentos, materiais e serviços a serem utilizados, de modo a assegurar a qualidade da obra dentro da legislação vigente.

Analisar projetos de construções, loteamentos, desmembramentos,

pedidos de construção, reformas, paisagísticos, urbanísticos, sistemas de abastecimento de água, tratamento de esgotos, entre outros, com o intuito de aprovar os mesmos, esclarecendo e orientando sobre possíveis dúvidas com relação às obras públicas e particulares.

Fiscalizar dados técnicos e operacionais em obras, analisando materiais aplicados, medições, entre outros, bem como programando inspeções preventivas e corretivas, com o intuito de conferir a compatibilidade da obra com o projeto e/ou memorial descritivo.

Elaborar planos, programas e/ou projetos, identificando necessidades, coletando informações, analisando dados, elaborando e definindo metodologias, diagnósticos, técnicas, materiais, orçamentos, entre outros, de modo a buscar a aprovação junto aos superiores e órgãos competentes.

Elaborar planilha de orçamento com especificação de serviços e/ou materiais utilizados, bem como suas respectivas quantidades, realizando levantamento de preços, a fim de subsidiar com informações pertinentes a área de compras em licitações e/ou concorrências públicas, observando as normas técnicas.

Desenvolver projetos de pesquisa, realizando ou solicitando ensaios de produtos, métodos, equipamentos e procedimentos, a fim de implementar tecnologias.

Realizar estudos e análises de dados censitários e estudos demográficos, gerando informações a serem utilizadas no desenvolvimento de projetos.

Desenvolver cálculos e projetos hidráulicos, hidro-sanitários e de saneamento ambiental, utilizando ferramentas de apoio como sistemas CAD, SIG, Modelagem Matemática de Redes, entre outros. Realizar laudos, informes e/ou pareceres técnicos e outros, efetuando levantamento em campo, inspecionando e coletando dados e fotos, conforme solicitação, de modo a avaliar riscos e sugerir medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área.

Acompanhar a execução de projetos, orientando as operações à medida que avançam as obras, visando assegurar o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade e segurança preestabelecidos. Realizar medições, valendo-se de dados obtidos em campo e através de sistemas informatizados, para emitir parecer quanto a execução das obras realizadas.

Vistoriar e/ou inspecionar documentos de projetos, no que tange a legalidade, verificando o cumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção e/ou das exigências processuais.

Analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, de acordo com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias.

Elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, incluindo mapas de zoneamento urbanístico, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infraestrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico, de modo a atender a demanda solicitada, fazendo cumprir a legislação vigente.

Organizar e manter a base de dados atualizada, inserindo informações acerca de cadastros técnicos, imóveis, loteamentos, logradouros, estabelecimentos licenciados, obras públicas, equipamentos urbanos, entre outros.

Realizar levantamento e execução de projetos de organização e controle de circulação de ruas, rodovias e outras vias de trânsito, sinalizando-as adequadamente, a fim de permitir perfeito fluxo de veículos e assegurar o máximo de segurança para motorista e pedestres.

Estudar os fenômenos causadores de engarrafamento de trânsito, observando a direção e o volume do mesmo nas diversas áreas da cidade e nas principais zonas de estrangulamento, de modo a propor medidas de controle da situação.

Participar de processos judiciais, representando o município através de informações e documentos levantados previamente.

Zelar pelos equipamentos e materiais postos sob sua guarda.

Realizar outras atribuições de acordo com sua formação

profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Engenharia Civil, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ENGENHEIRO SANITARISTA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Elaborar e fiscalizar projetos de construção, montagem, operação, manutenção e reparo ou adaptação de instalações destinadas aos processos de produção, distribuição, tratamento de água e disposição final de esgotos.

Acompanhar e orientar a operação, manutenção e controle da qualidade em sistemas de tratamento e purificação de água e esgoto.

Elaborar estudos, planejamento, projetos, especificações e viabilidade técnica, econômica de obras e serviços técnicos relacionados com saneamento básico.

Orientar o trabalho técnico de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de unidades na perspectiva da engenharia civil.

Orientar desenhista e técnicos em trabalhos referentes a edificações, sistemas de abastecimento de água e de saneamento, rios, canais, poços etc.

Efetuar vistorias, perícias, avaliação, arbitramento, laudos e pareceres técnicos, execução e fiscalização de obras e serviços técnicos.

Orientar e/ou elaborar desenho técnico referente aos sistemas de água e esgoto.

Fiscalizar e controlar o andamento de obras, segundo as especificações. Orientar os serviços de topografia, desenho e elaboração de estudos, projetos e execução de obras.

Elaborar e/ou analisar especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, bem como orçamentos analíticos relativos aos sistemas de água e esgoto, para fins de projetos e/ou licitações.

Elaborar e controlar os elementos técnicos necessários para efeito de pedido de financiamento junto aos Órgãos Financeiros.

Planejar, executar, acompanhar e controlar as atividades operacionais do município;

Prestar assistência técnica em sua especialidade para as diversas unidades secretarias municipais.

Participar das atividades administrativas de controle e apoio referentes à sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades do município ou entidades públicas e particulares, procedendo a estudos, dando pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município.

Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando treinamento em serviço ou ministrando aulas e palestras para contribuir com o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. No interesse do município, conduzir veículos da municipalidade, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas do município, os demais colegas, colaborando para a harmonizar o ambiente de trabalho.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual,

disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde.

Executar outras e todas as tarefas inerentes ao cargo.

Realizar outras atribuições de acordo com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Engenharia Sanitária, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Planejar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais, identificando necessidades, levantando informações técnicas, diagnosticando situações, analisando viabilidade técnica, sócio-econômica e ambiental de soluções propostas, estimando custos, definindo cronograma, inventariando recursos físicos e financeiros de empreendimento, bem como definindo parâmetros de produção.

Prestar assistência técnica, realizando perícia e auditoria, prescrevendo receituário agropecuário, orientando a utilização de fontes alternativas de energia; processos de uso sustentável e conservação de solo, água e meio ambiente; planejamento, execução, controle e administração de sistemas produtivos; comercialização de produtos agrossilvipecuários, bem como organizando associações de produtores; eventos e ministrando cursos, seminários e palestras, de modo a assegurar as normas vigentes.

Elaborar documentação técnica e científica, no que tange a relatórios de atividades, projetos, inventários de recursos disponíveis (naturais, máquinas, equipamentos), estudos estatísticos, normas e procedimentos técnicos, laudos e pareceres técnicos, bem como a elaboração de material para divulgação de produtos, serviços, equipamentos, entre outros.

Pesquisar e desenvolver tecnologia acerca de produtos, equipamentos e acessórios, como também programas computacionais e processos/sistemas de tratamento de resíduos, a fim de adaptar a tecnologia no que tange a biotecnologia.

Fiscalizar atividades agrossilvipecuárias e o uso de recursos naturais, seja em obras ou na apuração da procedência, transporte e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, e atividades de extrativismo, bem como atuando crimes ambientais e florestais e embargando, quando necessário, atividades agrossilvipecuárias de estabelecimentos infratores.

Participar de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço e/ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas do município, os demais colegas, colaborando para a harmonizar o ambiente de trabalho.
Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde.
executar outras e todas as tarefas inerentes ao cargo.
Conduzir veículo.
Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Engenharia Agrônômica, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ESCRITURÁRIO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; elaborar minutas de contratos em geral.
Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas; fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral; colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão.
Executar atividades em geral, de natureza burocrática dos vários órgãos e entidades da administração; auxiliar na elaboração de processos administrativos internos; executar outras tarefas pertinentes.
Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas do município, os demais colegas, colaborando para a harmonizar o ambiente de trabalho.
Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde.
executar outras e todas as tarefas inerentes ao cargo.
Conduzir veículo.
Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais visando atuar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
Auxiliar e/ou supervisionar a aquisição e armazenamento de medicamentos, reagentes e equipamentos, seguindo padrões e normas preestabelecidos, controlando condições de estoque, visando manter o fluxo normal de distribuição de medicamentos aos

usuários e/ou serviços, bem como sua qualidade.

Dispensar/distribuir medicamentos, consultando receituário e/ou prontuário do paciente, visando melhorar e/ou recuperar o estado de saúde dos mesmos.

Prestar orientações a usuários e/ou outros profissionais sobre medicamentos, modo de utilizar e processo de obtenção dos mesmos, permitindo que o usuário tenha acesso às informações pertinentes ao seu tratamento, visando melhorar e ampliar a adesão a este.

Informar aos profissionais prescritores quando um medicamento foi incluído ou excluído da lista de medicamentos fornecidos pela Secretaria de Saúde, visando promover que os usuários tenham acesso à medicação e que não ocorra à interrupção do tratamento.
Realizar atendimento terapêutico, para verificar as condições de vida dos pacientes, fornecer medicação e fortalecer o vínculo do paciente com o tratamento e com o serviço prestado pelo município.

Supervisionar, orientar e realizar exames clínicos/laboratoriais, de exudatos e transudatos humanos, empregando materiais, aparelhos e reagentes apropriados, bem como interpretar, avaliar e liberar resultados, visando garantir que estes sejam confiáveis e sirvam para confirmar e/ou descartar diagnósticos.

Efetuar análise bioquímica de água, leite humano e outros, visando garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade do material.

Fazer a manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, visando atender a produção de medicamentos e outros preparados.

Contribuir com a educação em saúde, em seus segmentos, desenvolvendo estudos e pesquisas relacionados a sua área de atuação, através de reuniões, ordinárias, extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras e outros.

Promover pesquisas e desenvolver novas técnicas, objetivando antecipar problemas, providenciar medidas preventivas para contorná-los e propor recursos para otimizar soluções.

Preparar informes e documentos em assuntos de farmácia-bioquímica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres, licitações e outros.

Participar ativamente no processo de padronização de medicamentos e orientação à comissão de licitação sobre características técnicas dos mesmos, visando atender a necessidade da população e a qualidade dos medicamentos, dentro do orçamento previsto.

Auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, em parceria com outros profissionais, buscando subsídios na bibliografia disponível, visando efetivar a formulação de uma política de Assistência Farmacêutica Municipal e a implantação de ações capazes de promover a melhoria das condições de assistência à saúde.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Demais funções relacionadas ao cargo.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Farmácia

Bioquímica, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Fiscalizar as determinações estabelecidas pela legislação urbanística, em especial as do Plano Diretor e as do Código de Posturas, observando e fazendo observar notadamente a ocupação ou não, a utilização ou não dos logradouros públicos, o cumprimento das obrigações assumidas pelos particulares frente ao Município, o controle das águas pluviais, o sistema de eliminação de dejetos, o funcionamento do comércio, da indústria e dos prestadores de serviço.

Verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação in loco.

Atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto as atividades diárias.

Preparar relatórios acerca dos serviços executados, alimentando informações sobre as fiscalizações, a fim de acompanhar, controlar, bem como prestar contas com o superior imediato.

Emitir notificações e embargos, objetivando retirar ocupantes de terrenos públicos e adequar a construção de casas aos padrões definidos na legislação em vigor.

Dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, de modo a executar suas rotinas diárias.

Participar de processos judiciais, defendendo o município através de informações e documentos levantados previamente.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Conduzir veículo.

Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

FISCAL DE SANEAMENTO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Realizar inspeções sanitárias e vistorias sanitárias nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios ou outro, relacionados direta ou indiretamente com a saúde, para concessão de alvará sanitário inicial, revalidação do alvará sanitário, selo de qualidade e/ou deferimento de consultas, inspecionando as condições físicas, higiênicas e sanitárias, visando garantir o

cumprimento da Legislação municipal, estadual e federal.

Fiscalizar os bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionam com a saúde, envolvendo todas as etapas e processos da produção até o consumo, compreendendo matérias-primas, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos e medicamentos, saneantes, domissanitários, produtos químicos, produtos agrícolas, produtos biológicos, drogas veterinárias, águas, bebidas, agrotóxicos, biocidas, sangue, hemoderivados, órgãos, correlatos, tecidos, leite humano, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos, insumos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, dentre outros de interesse à saúde, visando garantir o cumprimento da Legislação municipal, estadual e federal.

Fiscalizar, controlar e orientar a prestação de serviços que se relacionem, direta ou indiretamente, com a saúde, abrangendo, dentre outros, serviços médico-hospitalares, veterinários, odontológicos, farmacêuticos, clínico terapêuticos, diagnósticos, hemoterápicos, de radiações ionizantes, não ionizantes e de controle de vetores e roedores, visando garantir o cumprimento da Legislação municipal, estadual e federal em níveis de ações básicas de média e alta complexidade.

Executar ações de fiscalização e controle sobre o meio ambiente, estabelecendo relações entre os vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente e o processo de trabalho como habitação, lazer e outros, sempre que impliquem riscos à saúde, como aplicação de agrotóxico, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar, visando garantir o cumprimento da Legislação municipal, estadual e federal.

Realizar a coleta de água, alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos de interesse à saúde para análise fiscal, de orientação e laboratorial.

Fiscalizar e orientar, baseado na legislação em vigor, os dizeres dos rótulos, bulas, prospectos de medicamentos e produtos de interesse da Vigilância sanitária.

Fiscalizar e orientar o controle das prescrições de receitas de medicamentos e outras terapias, quanto à habilitação profissional legal como tipo de talonário, quantidades e outras especificações previstas em lei.

Apreender, interditar em depósito, inutilizar ou coletar produtos, conforme determinação no Ministério da Saúde ou da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, quando necessário.

Colabora na promoção da integração com outros órgãos e instituições no desenvolvimento das atividades de Saneamento e Vigilância Sanitária.

Realizar, juntamente com a Vigilância Epidemiológica, investigação de surtos de toxinfecções alimentares, bem como receber e encaminhar notificações de doenças relacionadas com Saneamento e Vigilância Sanitária, como acidentes de trabalho, intoxicações ocasionadas por alimentos, água, medicamentos, saneantes, domissanitários, metais pesados, substâncias radioativas, entre outros. Coletar, analisar e interpretar os dados e informações sobre produção, armazenagem, distribuição e consumo de produtos e serviços e condições de vida para a formulação de planos e programas de ações da vigilância sanitária e saúde do trabalhador.

Desenvolver ações educativas nas áreas de competência da Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador objetivando elevar e manter a qualidade de serviços, atividades, ambientes, produtos e estabelecimentos, determinar as áreas de risco (AR) e pontos críticos de controle (APPCC) em estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, planejar e auxiliar o impacto das ações de vigilância sanitária e saúde do trabalhador e estimular a participação da comunidade nas ações preventivas e corretivas da iniciativa do poder público que dizem respeito à saúde coletiva.

Cadastrar os estabelecimentos de acordo com o maior e/ou menor risco epidemiológico fornecendo outras informações que servirão de base para as ações de fiscalização.

Elaborar panfletos, folhetos, cartazes, cartilhas, manuais, slides, fitas de vídeo e outros materiais educativos em conjunto como

outros setores de educação em saúde, objetivando ações integradas.

Organizar o registro de antecedentes, cadastro de profissionais, atividades e estabelecimentos relacionados com a saúde, realizando visitas de controle de fiscalização de responsabilidades técnicas.

Fiscalizar e orientar a atuação das comissões internas de hospitais, maternidades e estabelecimentos afins, com vistas ao controle de infecção hospitalar.

Interditar estabelecimentos de risco à saúde, sempre que necessário.

Identificar e diagnosticar os problemas de saúde mais comuns decorrentes das condições de saneamento das habitações, dos ambientes de trabalho, dos produtos e serviços de interesse da Vigilância Sanitária.

Participar e promover reuniões com a comunidade, colaborando na elaboração de propostas para a resolução dos problemas identificados acerca de assuntos da área de saneamento básico, ambiental, de produtos e serviços, bem como realizar atividades de orientação à população quanto a estratégias relacionadas ao Saneamento Básico, no controle de roedores e vetores de interesse da saúde pública, e criação de animais domésticos em perímetro urbano;

Promover o assessoramento ao Município e instituições afins, levando ao seu conhecimento, soluções técnicas alternativas ou mesmo concencionais para estudo de suas viabilidades.

Participar na elaboração de projetos de melhorias de saneamento individual ou coletivo e viabilizar plano de desenvolvimento dos mesmos, (levantamento topográfico, reconhecimento de fontes segma, dados demográficos, principais indicadores, de saúde), para avaliar e redirecionar estas ações.

Participar da interpretação de resultados de análises laboratoriais. Realizar atividades emergenciais em situações de calamidade pública.

Realizar levantamento dos produtos de interesse da Vigilância Sanitária conhecendo a realidade de consumo dos diferentes extratos sociais, relacionando-os com os hábitos e condições sócio-econômicas.

Orientar as indústrias de alimentos quanto à elaboração de processo para petição de registro e concessão de alvarás de licença; Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.

Conduzir veículos.

Preencher relatórios relativos às atividades de saneamento e Vigilância Sanitária;

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio com Curso em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

FISCAL TRIBUTÁRIO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Prestar atendimento aos contribuintes, por meio de atendimento pessoal ou via telefone, esclarecendo dúvidas e informações, sempre que solicitado.

Oferecer assessoramento referente a sua formação técnica, organizando e coordenado trabalhos, instruindo servidores, acompanhando resultados e cumprimentos de objetivos.

Realizar consultas de cadastros, documentos e processos, a fim de possibilitar o andamento das solicitações de isenções de impostos, para aposentados pensionistas do município.

Possibilitar o fluxo dos processos em assuntos da Fazenda, emitindo pareceres, analisando variáveis e implicações, consultando normas, legislações, entre outros, sempre que necessário.

Fornecer subsídios para análises e tomadas de decisões, desenvolvendo e alimentado, planilhas, gráficos, comparativos e demonstrativos referentes à receita municipal.

Promover a organização do banco de informações, elaborando e/ou digitando memorandos, ofícios, guias de recolhimento e outros relacionados à área, garantindo a expedição e/ou arquivamento dos mesmos.

Efetuar a inscrição de dívidas ativas, emitindo certidões, avisos de débitos.

Orientar informar bancos referente às cobranças de tributos.

Realizar análises de devoluções e desenvolvimentos de processos, relativos a tributos pagos indevidamente.

Calcular impostos e taxas, bem como elaborar e controlar pagamentos de parcelamento de dívidas.

Enquadrar empresas, referente à sua atividade econômica.

Elaborar recursos administrativos para interposição junto à Secretaria Estadual da Fazenda.

Realizar auditoria dos movimentos econômicos, por meio da análise de movimentações, processos, análise de livros fiscais, bem como prestar assessoria ao controle interno da Secretaria da Fazenda.

Atender à fiscalização municipal, estadual e federal, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados.

Conduzir veículos.

Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Realizar outras atribuições conforme sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

FISIOTERAPEUTA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Contribuir com a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, coordenando e executando programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Buscar a habilitação e reabilitação física dos usuários, avaliando, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, através de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame da cinesia, elaborando o Diagnóstico Cinesiológico, verificando a funcionalidade e sinergismo das estruturas anatômicas envolvidas.

Contribuir com a resolutividade dos tratamentos, traçando o plano de reabilitação, executando e acompanhando a evolução terapêutica, observando as aplicações e procedimentos realizados durante

o processo de reabilitação, tais como reeducação pré e pós-parto, habilitação em oncologia, pós-cirúrgico, funções neuro-músculo-esqueléticas, sensorio-motoras, percepto-cognitivas, entre outros. Possibilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário. Orientar usuários bem como seus familiares, cuidadores e responsáveis, repassando informações sobre o diagnóstico e tratamento em Fisioterapia, esclarecendo dúvidas, explicando procedimentos, sempre que necessário.

Ministrar testes e tratamentos ortópticos, bem como ainda prescrever órteses, próteses e adaptações.

Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.

Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

Promover a educação em saúde em seus níveis de atenção, coletiva e individual, desenvolvendo estudos e pesquisas de prevenção e assistência relacionados com Fisioterapia e Saúde, através de campanhas, palestras, comissões, reuniões, ordinárias e extraordinárias, e outros.

Contribuir com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnicos-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária, controlando periodicamente a qualidade e funcionalidade dos seus equipamentos e das condições sanitárias.

Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos em Fisioterapia, atuando em escolas, ambulatórios, consultórios, hospitais e outros.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Fisioterapia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros exigidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

FONOAUDIÓLOGO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais.

Buscar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala, avaliando e identificando problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação, realizando os exames e treinamentos fonéticos, da linguagem, auditivo, de dicção, entre outros, estabelecendo o plano de treinamento ou terapêutico.

Proporcionar a habilitação e reabilitação dos usuários portadores de deficiência auditiva, por meio da seleção e indicação de aparelhos de amplificação sonora e/ou próteses auditivas.

Participar na viabilidade e resolutividade dos tratamentos, acompanhando seus pacientes no processo do desenvolvimento de linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição, bem como elaborando diagnósticos, pareceres, relatórios, documentos,

prontuários e outros, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados.

Realizar o acompanhamento terapêutico, através de visitas a pacientes em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário. Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde, quando necessários.

Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnicos-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação assessorando escolas, ambulatórios, consultórios, hospitais e outros.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Fonoaudiologia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

INSTRUTOR TÉCNICO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Transmitir conhecimentos acerca das atividades de acordo com a função escolhida, ser capaz de trabalhar coletivamente, planejar, orientar, controlar e supervisionar a realização das atividades.

Desenvolver um trabalho de caráter sócio-educativo, respeitando a individualidade, promovendo a auto regulação e desenvolvendo habilidades com vistas para o equilíbrio emocional, a valorização pessoal e a sustentabilidade econômica familiar.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio e

cursos específicos na área de atuação.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

MÉDICO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Promover ações em saúde que propiciem o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos vários níveis de atenção, emitindo pareceres, prescrevendo medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica.

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina.

Realizar cirurgias de pequeno, médio e grande porte, de acordo com sua atribuição técnica e do concurso público.

Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.

Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais.

Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.

Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, redigindo trabalhos científicos, participando de encontros, congressos e demais eventos na área, entre outros.

Supervisionar e avaliar atos médicos, fiscalizando treinamentos médicos, entre outros, quando em atuação docente-assistencial.

Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Preparar informes e documentos de assuntos em medicina, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Realizar inspeções médicas para efeito de posse em cargo público; readaptação; reversão; aproveitamento; licença por motivo de doença em pessoa da família; aposentadoria, auxílio-doença; salário maternidade; revisão de aposentadoria; auxílio ao filho excepcional, licença acidente de trabalho, isenção de imposto de renda de servidores aposentados, entre outros, visando o cumprimento da legislação.

Realizar outras inspeções médicas de caráter elucidativo ou apoio relativo a casos sujeitos à perícia, conforme solicitação, bem como expedir laudo de licença para tratamento de saúde dos servidores, efetuando perícias domiciliares ou hospitalares, na impossibilidade de comparecimento destes ao local da perícia.

Compor a Junta Médica para revisão dos laudos médicos e apreciação dos pedidos de reconsideração, quando necessário e/ou solicitado, bem como auxiliar nos inquéritos administrativos e/ou judiciais e figurar como assistente técnico nas perícias judiciais designadas, formulando quesitos.

Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação do caso.

Constituir comissões médico-hospitalares, diretorias de associações

e entidades de classe, atendendo às diversas unidades da Prefeitura sobre assuntos e exigências de sua formação técnica.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação/especialização profissional.

Quando atuando em Medicina do Trabalho:

Auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população, coordenando e executando programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina.

Promover a saúde do trabalhador em especial, aqueles expostos a maior risco de acidente de trabalho e/ou doenças profissionais, assegurando a sua continuidade operacional e a produtividade, realizando periodicamente exames clínicos, solicitando e interpretando resultados, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde, analisando e interpretando exames diversos, comparando-os com os padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico.

Desenvolver, juntamente com a equipe técnica de Segurança do Trabalho, ações e programas de proteção e vigilância à saúde do trabalhador, analisando em conjunto, os riscos, condições de trabalho, fatores de insalubridade e periculosidade, fadiga e outros, visando a preservação da saúde e segurança do trabalhador.

Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.

Realizar estabelecimento de nexo causal para patologias ocupacionais ou de trabalho, a partir da anamnese clínica ocupacional, exames físicos, complementares e inspeção nos locais de trabalho. Preparar informes e documentos em assuntos em Medicina do Trabalho, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Efetuar perícias e auditorias e participar de sindicâncias de acordo com sua área de atuação, quando designado para tal.

Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais, como Técnicos em Segurança do Trabalho, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Auxiliar na plena atenção prestada aos trabalhadores, integrando a equipe técnica de segurança, acompanhando sempre que necessário, em visitas in loco, ministrando palestras em programas de prevenção e outros.

Atender às diversas unidades da Prefeitura sobre assuntos e exigências técnicas e legais em Medicina do Trabalho.

Realizar inspeções médicas para efeito de posse em cargo público; readaptação; reversão; aproveitamento; licença por motivo de doença em pessoa da família; aposentadoria, auxílio-doença; salário maternidade; revisão de aposentadoria; auxílio ao filho excepcional, licença acidente de trabalho, isenção de imposto de renda de servidores aposentados, entre outros, visando o cumprimento da legislação.

Realizar outras inspeções médicas de caráter elucidativo ou apoio relativo a casos sujeitos à perícia, conforme solicitação, bem como expedir laudo de licença para tratamento de saúde dos servidores, efetuando perícias domiciliares ou hospitalares, na impossibilidade de comparecimento destes ao local da perícia.

Compor a Junta Médica para revisão dos laudos médicos e apreciação dos pedidos de reconsideração, quando necessário e/ou solicitado, bem como auxiliar nos inquéritos administrativos e/ou judiciais e figurar como assistente técnico nas perícias judiciais designadas, formulando quesitos.

Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação do caso.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação/especialização profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Medicina, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão e quando atuando em Medicina do Trabalho, obrigatória Formação Superior Completa em Medicina, com especialização em Medicina do Trabalho, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Cargo com carga horária semanal de 20h e 40h.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

MÉDICO VETERINÁRIO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina Veterinária.

Promover a saúde pública, realizando o controle e análise de zoonoses, levantando dados, através da fiscalização, investigação, orientação, realizando vistorias, apreensão, inutilização de cozinhas, abatedouros, açougues, comércio, veterinárias, indústrias, criadouros, entre outros.

Colaborar com a diminuição de contaminações ambientais, por meio de fiscalizações em depósitos de lixo, terrenos baldios, lençóis freáticos, efluentes, solos, residências urbanas e rurais, entre outros.

Realizar atendimento clínico em animais, bem como realizar cirurgias veterinárias.

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de vigilância à saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde, quando necessários.

Acompanhar e orientar equipes de fiscalização e inspeção sanitária no abate de bovinos, suínos, aves e outros, a fim de determinar a destinação do animal que se tem como finalidade o consumo e a industrialização, conforme normatização da legislação vigente.

Orientar quanto ao preparo tecnológico dos alimentos de origem animal, elaborando e executando projetos para assegurar a qualidade destes alimentos.

Realizar a profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, através de exames clínicos e laboratoriais, colhendo material e/ou procedendo à análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica, estabelecendo o diagnóstico e a terapêutica apropriada, a fim de assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais.

Contribuir, com conhecimentos da área de Medicina Veterinária e afins, para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a plena assistência à saúde.

Elaborar e supervisionar o planejamento e execução de projetos de licenciamento ambiental, avaliando impactos, riscos de contaminações, entre outros.

Responder tecnicamente pelos estabelecimentos municipais que comercializam e distribuem medicamentos e produtos veterinários.

Receber e investigar denúncias relacionadas à vigilância sanitária, emitindo laudos, acionando a vigilância sanitária e demais órgãos competentes, a fim de assegurar a regularização das condições de higiene e saúde.

Atuar na prevenção de riscos de agravos à saúde da população, através de visitas in loco, verificando e realizando denúncias, bem como orientando uma equipe capacitada, a fim de contribuir com a diminuição e erradicação de focos de vetores, roedores, raiva animal entre outros.

Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.

Planejar e desenvolver programas de sobrevivência de espécies animais.

Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria, Fundação ou Autarquia em que está lotado, referentes à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Promoção e Prevenção em Saúde.

Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica.

Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Atender às diversas unidades do Município sobre assuntos e exigências técnicas, bem como constituir comissões, diretorias de associações e entidades de classe.

Conduzir veículos.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Medicina Veterinária, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

MOTORISTA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Dirigir veículos, zelando pela segurança de passageiros, valores e/ou cargas, conduzindo-os até local de destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer incidente.

Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais. Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando

necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo.

Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega.

Prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária.

Preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente.

Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.

Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade.

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Fundamental.

Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, Categoria "D" e certificado de conclusão de cursos de formação de condutores de veículos de transporte escolar e transporte coletivo de passageiros, de conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e normas regulamentares do DENATRAN.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

MOTORISTA DE ONIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Dirigir veículos, zelando pela segurança de passageiros, valores e/ou cargas, conduzindo-os até local de destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer incidente.

Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais. Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo.

Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega.

Prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária.

Preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras

secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente.

Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.

Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade.

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Fundamental.

Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, Categoria "D" e certificado de conclusão de curso de formação de condutor de veículo de transporte coletivo de passageiros, de conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e normas regulamentares do DENATRAN.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

NUTRICIONISTA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Nutrição, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população..

Implementar hábitos alimentares saudáveis, aconselhando e instruindo a população, sugerindo refeições balanceadas, com base na observação de aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, relacionando a patologia com a deficiência nutricional, procedente ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas.

Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação assessorando escolas, ambulatórios, consultórios, hospitais e outros.

Possibilitar melhor rendimento do serviço, através da programação e desenvolvimento de treinamento do pessoal auxiliar de nutrição, orientando os trabalhos, supervisionando o preparo, distribuição das refeições, solicitando e recebendo alimentos bem como, zelando por sua armazenagem e distribuição.

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde.

Assegurar a confecção de alimentação sadia, providenciando recursos adequados e zelando pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas.

Garantir regularidade nos serviços, participando de comissões e grupos de trabalho encarregados da compra de gêneros alimentícios, aquisição de equipamentos, maquinaria e material específico. Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica.

Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos

profissionais da equipe técnica da Secretaria de Saúde referentes à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde.

Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Nutrição, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ODONTÓLOGO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Odontologia visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Promover a saúde bucal, por meio dos tratamentos de cáries, afecções da boca, dentes, raízes, utilizando-se dos procedimentos clínicos, cirúrgicos e/ou protéticos, entre outros inerentes à profissão.

Estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento bucal, por meio de instrumentos especiais, exames radiológicos e laboratoriais.

Proporcionar conforto e facilitar a execução dos tratamentos odontológicos, por meio de aplicações de anestésias regulamentadas pelo Conselho Federal de Odontologia.

Colaborar com a melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações dentro de seu conhecimento técnico, bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como, encaminhando pareceres técnicos quando solicitado.

Desenvolver ações educativas em saúde bucal, individual e coletiva, visando à disseminação do conhecimento dos métodos de cuidados e prevenção em higiene e saúde bucal.

Auxiliar no tratamento pré, trans e pós-operatório, prescrevendo e administrando medicamentos regulamentados pelo Ministério da Saúde, sempre que necessário.

Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de educação e treinamento em serviço.

Orientar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos em Higiene Dental e pelos Assistentes de Consultório Dentário.

Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação, assessorando escolas, ambulatórios, consultórios, hospitais e outros, realizando tratamentos, palestras e outros.

Possibilitar a formulação de diretrizes, planos, programas de trabalhos e outros, participando de grupos de trabalhos e/ou reuniões com as unidades municipais, entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres, realizando exposições sobre

situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos-científicos, entre outros.

Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, bem como observar sua correta utilização.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Odontologia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

Cargo com carga horária semanal de 20h.

OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Operar máquina, conduzindo-a e controlando painel de comandos e instrumentos, manobrando-a, dirigindo-a, posicionando o mecanismo da mesma segundo as necessidades do trabalho, com o intuito de viabilizar o mesmo.

Zelar pelas boas condições da máquina, vistoriando-a e realizando pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, lubrificando-a, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança da máquina.

Zelar pelas condições de segurança dos demais e de si mesmo e evitar acidentes, atentando para normas e procedimentos preestabelecidos, bem como utilizando equipamentos de proteção e/ou segurança quando necessário.

Prestar socorro e/ou remover veículos, quando necessário, operando comandos e/ou mecanismos da máquina, possibilitando a execução da tarefa necessária.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Fundamental.

Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C".

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Operar máquina, conduzindo-a e controlando painel de comandos e instrumentos, manobrando-a, dirigindo-a, posicionando o mecanismo da mesma segundo as necessidades do trabalho, com o intuito de viabilizar o mesmo.

Zelar pelas boas condições da máquina, vistoriando-a e realizando pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, lubrificando-a, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança da máquina.

Zelar pelas condições de segurança dos demais e de si mesmo e evitar acidentes, atentando para normas e procedimentos preestabelecidos, bem como utilizando equipamentos de proteção e/ou segurança quando necessário.

Prestar socorro e/ou remover veículos, quando necessário, operando comandos e/ou mecanismos da máquina, possibilitando a execução da tarefa necessária.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Fundamental.

Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ORIENTADOR EDUCACIONAL

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Mobilizar a escola, a família e a criança para a investigação coletiva da realidade na qual todos estão inseridos. Cooperar com o professor, estando sempre em contato com ele, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular.

Atrair os pais para a escola a fim de que nela participem como força viva e ativa, desenvolver trabalhos de integração: pais x escola, professores x pais e pais x filhos, pressupor que a educação não é maturação espontânea, mas intervenção direta ou indireta que possibilita a conquista da disciplina intelectual e moral. Trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades, promovendo condições que favoreçam o desenvolvimento do educando. Organizar dados referentes aos alunos, procurar captar a confiança e cooperação dos educandos, ouvindo-os com paciência e atenção. Ser firme quando necessário, sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola. Desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização.

Tratar de assuntos atuais e de interesse dos alunos fazendo integração junto às diversas disciplinas.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Superior na Área da Educação.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

ORIENTADOR SOCIAL

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Realizar planejamento juntamente com a equipe de referência do CRAS de todas as ações a serem desenvolvidas pelos programas sociais do Município.

Mediar e facilitar o processo de socialização do jovem e a integração dos coletivos sob sua responsabilidade.

Desenvolver conteúdos e atividades que lhe são atribuídos no Traçado Metodológico do Projovem Adolescente, conforme orientações de referência do Ministério de Desenvolvimento Social.

Participar de atividades com as famílias dos jovens, bem como auxiliar em seu acompanhamento.

Atuar como interlocutor junto às escolas, na troca de informações, encarregando-se da

articulação interinstitucional do PROJOVEM/ADOLESCENTE.

Participar de atividades de capacitação continuada do CRAS/CRE-AS.

Conduzir veículos.

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Curso superior em nível de graduação nas áreas de Psicologia ou Serviço Social e registro no conselho fiscalizador da profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

PEDREIRO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Efetuar a locação de pequenas obras; fazer muros de arrimo, trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo; auxiliar na confecção e reparação de bueiros e pisos de cimento; realizar ou orientar a preparação de argamassa para junções de tijolos ou para reboco de paredes; assentar marcos de portas e janelas; colocar telhas, azulejos e ladrilhos; fazer consertos em obras de alvenaria; instalar aparelhos sanitários; assentar e recolocar tijolos, telhas, tacos, lambris e outros; trabalhar com qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e outros materiais de construção; operar com instrumentos de controle de medidas, pelo prumo e nível, cortar pedras; orientar e examinar serviços executados pelos ajudantes e outros auxiliares sob sua direção; organizar pedidos de material.

executar tarefas afins.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Conduzir veículos.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Alfabetizado.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

PROFESSOR DE INFORMATICA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos.

Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento conforme PPP.

Ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem. Participar de todas as atividades previstas em calendário, encontros de estudos e conselhos de classe, mesmo que não estejam em seu horário de trabalho, atender ao chamado da escola sempre que necessário para cumprir com atividades inerentes à função.

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Superior em Informática.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

PROFESSOR DE MUSICA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos.

Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento conforme PPP.

Ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem. Participar de todas as atividades previstas em calendário, encontros de estudos e conselhos de classe, mesmo que não estejam em seu horário de trabalho, atender ao chamado da escola sempre que necessário para cumprir com atividades inerentes à função.

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio e Cursos Específicos na Área.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único

do servidor e do Plano de Carreira.

PSICÓLOGO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS, SUAS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselhos Profissionais de Psicologia e Legislação Municipal, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Possibilitar a compreensão do comportamento humano, individual ou em grupo, aplicando os conhecimentos teóricos e técnicos da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais.

Buscar a diminuição do sofrimento psíquico, em usuários que precisam de atendimento psicológico, bem como em seus familiares e grupos sociais em que está vinculado, realizando diagnósticos psicológicos, psicoterapia e atendimentos emergenciais.

Auxiliar na plena atenção prestada aos usuários, integrando à equipe multiprofissional das instituições em geral, para elaboração e execução de programas de prevenção, assistência, apoio, educação e outros.

Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões, acompanhando usuários e seus familiares durante o processo de tratamento psicológico, bem como acompanhar o desenvolvimento e a evolução de intervenções realizadas.

Buscar o aperfeiçoamento organizacional e psicológico das equipes multiprofissionais, promovendo estudos nas diversas unidades do Município, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

Promover a qualidade, a valorização e a democratização do sistema educacional, participando da elaboração de planos e políticas, auxiliando na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, analisando características de indivíduos portadores de necessidades especiais, bem como prestando orientação psicológica aos educadores e educandos no processo ensino-aprendizagem.

Proporcionar o desenvolvimento dos recursos humanos, utilizando princípios e métodos da psicologia, coordenando e executando projetos, como processos de recrutamento e seleção, integração de novos funcionários, bem como realizando a análise ocupacional dos cargos, propondo melhorias das condições ambientais, relacionais, materiais e outros.

Colaborar para a ampliação da visão da realidade psico-social à qual os usuários estão inseridos, por meio do acompanhamento técnico, através de visitas a hospitais, escolas, domicílios e outros, sempre que necessário.

Elaborar, adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções referentes à sua área de atuação, juntamente com os profissionais da equipe técnica da Secretaria, Fundação ou Autarquia em que está lotado, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde Mental, Social, do Trabalhador e outros.

Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo pesquisas experimentais, teóricas e clínicas, palestras, grupos educacionais, entre outros.

Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições como Ministério Público e Poder Judiciário, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica.

Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Contribuir, com os conhecimentos de sua área de atuação coordenando grupos de estudos, assessorando escolas, ambulatórios, consultórios, hospitais e outros.

Avaliar e acompanhar os servidores afastados, elaborando parecer psicológico, encaminhando-os aos médicos peritos.

Avaliar os servidores através de visitas domiciliares, quando necessário e/ou solicitado pelos médicos peritos, conforme a análise dos casos.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Psicologia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

SECRETÁRIO DE ESCOLA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Ter domínio das formas de comunicação oral e escrita e conhecimento tecnológico; ser receptivo, comunicativo, tratando a todos sem discriminação; cuidar da conservação e distribuição dos equipamentos e materiais conforme combinado com a equipe gestora; participar de todos os eventos promovidos pela entidade; conhecer e participar da elaboração e execução da proposta pedagógica das escolas; manter atualizados registros e informações sobre alunos e materiais; organizar o serviço de secretaria de modo a concentrar toda a escrituração escolar; organizar o arquivo, de modo que assegure a verificação da identidade de cada aluno e a regularidade de sua vida escolar, para poder atender prontamente qualquer informação ou esclarecimentos; cumprir a legislação vigente; manter atualizado a coleção de leis, regulamentos, instruções, resoluções, despachos, circulares e outros que dizem respeito às atividades de cada entidade/setor; expedir correspondência de sua competência; elaborar relatórios e preparar processos; manter atualizados livros, fichas e demais documentos relativos à vida escolar dos alunos; rubricar e manter atualizados livros de sua responsabilidade; assinar as documentações dos alunos com o Diretor; preparar e expedir documentos referentes à vida escolar do aluno; fazer levantamento para preenchimento do censo escolar; exercer outras atividades de sua competência; organizar e manter organizada a classificação, catalogação, fichário e inventário do acervo. Manter a biblioteca em condições de atender às necessidades da escola quando for o caso, orientar os alunos na utilização correta dos livros, catálogos e fichários, quando for o caso, manter em ordem a sala da biblioteca e cuidar da conservação dos livros e do mobiliário existente, ser responsável pela cobrança da devolução de livros por parte dos usuários, quando necessário, envolver-se na atividade de contar histórias infantis. Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa Ensino Médio Magistério ou Ensino Superior na área de Secretariado ou Licenciatura na área da Educação.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TÉCNICO AGRICOLA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Organizar, executar e analisar trabalhos relativos a programas e projetos de viveiros e/ou de culturas externas, determinados pelo município, a fim de promover a aplicação de novas técnicas de tratamento e cultivos gerais.

Orientar os trabalhos executados nos viveiros, em áreas verdes do Município, a população e os participantes de projetos, visitando a área a ser cultivada, bem como recolhendo amostras do solo, instruindo-os sobre técnicas adequadas de desmatamento, baliçamento, coveamento, preparo e/ou transplante de mudas, sombreamento, poda de formação e raleamento de sombra, acompanhando o desenvolvimento do plantio, verificando os aspectos fitossanitários, fazendo recomendações para sua melhoria e/ou colhendo materiais e informações para estudos que possibilitem recomendações mais adequadas.

Planejar atividades agropecuárias, pesquisando e/ou verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas (solo, clima, água), infra-estrutura (máquinas, equipamentos, instalações), bem como levantando dados sobre a área a ser trabalhada (topografia, extensão), e capacitação tecnológica do produtor, de modo a definir cultivares, raças e espécies dos locais em questão.

Recomendar procedimentos de biossegurança, quanto ao uso racional de agrotóxicos e medicamentos veterinários, isolamento de área de produção e acesso de pessoas e animais, destino de embalagens de agrotóxicos e medicamentos veterinários, técnica de tríplice lavagem de embalagens de agrotóxicos, técnica de quarentena de plantas e animais, limpeza e desinfecção de máquinas, equipamentos e instalações, bem como orientar o destino de animais mortos, manejo de dejetos e técnicas de vazão sanitário, entre outros, conforme normas e procedimentos preestabelecidos pela legislação vigente.

Promover reuniões e contatos com a população do Município, motivando-os para a adoção de práticas hortifrutigranjeiras, recomendando técnicas adequadas, ressaltando as vantagens de sua utilização, reportando-se a resultados obtidos em outros locais, com o intuito de criar condições para a introdução de práticas de cultivo, bem como o melhor aproveitamento do solo.

Providenciar a imunização das diferentes espécies de animais, vacinando-os contra moléstias como cólera, raiva e outras, de modo a evitar a propagação de doenças.

Coletar, classificar e catalogar sementes e frutos colhidos em áreas experimentais e/ou no campo, medindo diâmetro, comprimento, espessura, pesando-os, cortando-os, entre outros, bem como anotando os dados em formulários próprios, a fim de subsidiar posterior análise e comparação de produtividade.

Participar de eventos agropecuários realizados no Município, bem como atuar como instrutor em atividades educacionais junto às escolas municipais e à população em geral.

Requisitar, sempre que necessário, os serviços de manutenção de equipamentos e/ou ferramentas, bem como a aquisição de materiais utilizados na execução das atividades diárias.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada

exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Conduzir veículos.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio com Curso Técnico em Agropecuária.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TECNICO DESPORTIVO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Desenvolver atividades inerentes à condução, supervisão, formação e treinamento de equipes de categorias de base, do desporto comunitário amador e do desporto de rendimento das modalidades esportivas da Fundação Municipal de Esportes (FME).

Desenvolver atividades desportivas, disciplina esportiva, recreação esportiva e eventos esportivos.

Desenvolver e elaborar projetos esportivos e outras tarefas correlatas ao seu cargo.

Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da FME e do processo de ensino-aprendizagem. Participar de todas as atividades previstas em calendário da FME. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Conduzir veículos.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio e/ou Curso superior em nível de graduação em Educação Física e registro no conselho fiscalizador da profissão.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Executar todas as atividades necessárias a realização das operações contábeis, elaborar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis e apresentar resultados parciais e totais da situação patrimonial, econômica e financeira.

Efetuar trabalhos de análise e conciliação de contas, conferir saldos, localizar e retificar erros.

Classificar e avaliar despesas, através da natureza das mesmas, visando apropriar custos de bens e serviços.

Conferir comprovantes e outros documentos relativos a operações de pagamento, à entradas em contas bancárias e outras transações financeiras.

Prestar orientações teóricas e práticas sobre trabalhos de contabilidade e escrituração;

Emitir pareceres, laudos e elaborar estudos sobre assuntos de

gênero contábil.

Coordenar a elaboração e controlar a execução orçamentária do município.

Exercer controles financeiros e acompanhar aplicações de recursos; Analisar e fiscalizar cumprimento de toda a legislação aplicável a contabilidade pública, bem como as normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado e outros órgão normatizadores.

Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio com Curso Técnico em Contabilidade.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Orientar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais visando auxiliar na promoção da melhoria do atendimento e da qualidade de vida da população.

Prestar assistência sob orientação do médico ou enfermeiro, através de serviços técnicos de enfermagem, tratamentos, cuidados de conforto, higiene pessoal e outros, adaptando os pacientes ao ambiente hospitalar, bem como aos métodos terapêuticos aplicados a fim de proporcionar o bem-estar dos mesmos.

Participar, planejar, orientar, supervisionar e executar programas, atividades, campanhas e outros, bem como motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios na população.

Auxiliar os usuários nas questões de saúde, prestando serviços auxiliares de enfermagem, proporcionando-lhes alívio de dor, mal-estar e outros, de acordo com instruções recebidas, receitas médicas, orientando a população através de palestras, atendimentos individualizados e outros.

Garantir pleno funcionamento da unidade de trabalho, bem como a qualidade e quantidade de medicamentos e material ambulatorial, controlando o estoque, solicitando reposição de material, realizando organização, manutenção, controle, limpeza, esterilização de materiais, equipamentos, ambientes e outros.

Preparar informes, relatórios, registros, documentos e outros, sempre que solicitado a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

Colaborar com a prevenção e controle sistemático de infecção ambulatorial, verificando periodicamente a qualidade e funcionalidade, zelando pela manutenção, limpeza e ordem do material, equipamento de trabalho e das dependências dos serviços de saúde.

Auxiliar nas atividades de urgência e emergência em atendimentos especializados, sob supervisão de profissional habilitado em ações que requeiram maior complexidade.

Garantir a promoção da saúde pública, auxiliando aos usuários, prestando informações sobre consultas, exames, medicamento e outros, bem como assistindo ao enfermeiro na execução de programas de educação em saúde.

Realizar acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário.

Garantir a correta execução das atividades, orientando, supervisionando e treinando o pessoal auxiliar.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada

exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Curso Técnico de Enfermagem, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Odontologia.

Promover a saúde bucal, realizando sob supervisão do Cirurgião Dentista, procedimentos odontológicos básicos, tais como limpeza, remoção de substâncias, polimentos, aplicação de flúor, remoção de suturas, radiografias, e outros.

Colaborar com o bem estar dos usuários, preparando-os para consultas e cirurgias, posicionando-os de forma correta, bem como realizando a assepsia da região bucal com substâncias apropriadas.

Prevenir riscos de contaminação, realizando a assepsia do local e da bandeja instrumental, limpando e esterilizando os mesmos, a fim de garantir a ordem para os próximos atendimentos.

Desenvolver ações de orientação e educação em saúde bucal, individual e coletiva, visando à disseminação do conhecimento dos métodos de cuidados e prevenção em higiene e saúde bucal, como escovação, uso do flúor, entre outros.

Realizar a leitura e interpretação da prescrição de exames, tabelas e protocolos radiológicos em odontologia.

Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário.

Manipular, sob supervisão do Cirurgião Dentista, substâncias restauradoras, gesso e outras substâncias de uso odontológico.

Zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais odontológicos, bem como observar sua correta utilização.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.

Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Curso técnico de nível médio em saúde bucal e registro no conselho fiscalizador da profissão.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede de dados do município, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência.

Elaborar procedimentos de cópia de segurança e recuperação de informações, executando rotinas, definindo normas, perfil de usuários, padronizando códigos de usuários e tipos de autenticações, bem como monitorando o uso do ambiente computacional, com o intuito de resguardar a confidencialidade e segurança das informações/dados no ambiente de rede da Prefeitura.

Diagnosticar problemas, atender e orientar usuários, registrar solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e eliminar falhas, provenientes das Secretarias, fornecendo informações e suporte, bem como acompanhando a solução, a fim de manter o fluxo das atividades no que tange aos serviços informatizados.

Pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prevenir e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários.

Definir parâmetros de desempenho e disponibilidade de ambiente computacional, coletando indicadores de utilização, analisando parâmetros de disponibilidade, indicadores de capacidade e desempenho, entre outros, de modo a prevenir falhas.

Controlar e documentar níveis de serviços, tanto internos quanto de fornecedores, automatizando rotinas, definindo procedimentos de migração, a fim de assegurar atualizações na área, conforme demanda e indicação dos superiores.

Instalar e manter os softwares necessários para o correto funcionamento de servidores, tais como: Banco de Dados, correio eletrônico, web, aplicações, autenticação, entre outros.

Montar e prestar manutenção a equipamentos, bem como instalar os sistemas utilizados pelas unidades de serviços do Município, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores.

Treinar os usuários nos aplicativos de informática, dando suporte na solução de pequenos problemas em equipamentos e sistemas de informação e comunicação.

Preparar inventário do hardware existente, controlando notas fiscais de aquisição, contratos de manutenção e prazos de garantia.

Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado. Representar, quando designado a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio com curso Técnico em Processamento de Dados, Informática, Rede de computadores ou Sistemas.

Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TÉCNICO TRIBUTÁRIO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Prestar atendimento aos contribuintes, por meio de atendimento pessoal ou via telefone, esclarecendo dúvidas e informações, sempre que solicitado.

Oferecer assessoramento referente a sua formação técnica, organizando e coordenando trabalhos, instruindo servidores, acompanhando resultados e cumprimentos de objetivos.

Realizar consultas de cadastros, documentos e processos, a fim de possibilitar o andamento das solicitações de isenções de impostos, para aposentados pensionistas do município.

Possibilitar o fluxo dos processos em assuntos da Fazenda, emitindo pareceres, analisando variáveis e implicações, consultando normas, legislações, entre outros, sempre que necessário.

Fornecer subsídios para análises e tomadas de decisões, desenvolvendo e alimentando, planilhas, gráficos, comparativos e demonstrativos referentes à receita municipal.

Promover a organização do banco de informações, elaborando e/ou digitando memorandos, ofícios, guias de recolhimento e outros relacionados à área, garantindo a expedição e/ou arquivamento dos mesmos.

Efetuar a inscrição de dívidas ativas, emitindo certidões, avisos de débitos.

Orientar informar bancos referente às cobranças de tributos.

Realizar análises de devoluções e desenvolvimentos de processos, relativos a tributos pagos indevidamente.

Calcular impostos e taxas, bem como elaborar e controlar pagamentos de parcelamento de dívidas.

Enquadrar empresas, referente à sua atividade econômica.

Elaborar recursos administrativos para interposição junto à Secretaria Estadual da Fazenda.

Realizar auditoria dos movimentos econômicos, por meio da análise de movimentações, processos, análise de livros fiscais, bem como prestar assessoria ao controle interno da Secretaria da Fazenda.

Atender à fiscalização municipal, estadual e federal, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados.

Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Realizar outras atribuições conforme sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória Formação Completa em Ensino Médio.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

TESOUREIRO

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Desempenhar atividades relacionadas à execução financeira do Município envolvendo todas as suas unidades gestoras, de conformidade com as normas de tesouraria e de contabilidade pública.

Orientar as atividades desenvolvidas pelos demais servidores das seções financeiras no desenvolvimento de suas atribuições.

Elaborar o Resumo Diário de Caixa.

Assinar cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas.

Efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo atenção à rentabilização dos valores.

Assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registro no Diário de Caixa e no Resumo de Tesouraria.

Enviar, diariamente, para a Contabilidade os originais e duplicados da Folha de Caixa (Diário de Tesouraria) e do Resumo Diário de Tesouraria, acompanhados dos duplicados das Guias de Recebimento (Guias de Receita) e de todos os restantes documentos à chefia imediata.

Recepcionar os duplicados dos Diários de Caixa e dos Resumos de Tesouraria e arquivá-los.

Executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas

ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

Efetuar pagamentos; ser responsável pelos valores entregues à sua guarda; movimentar fundos; efetuar, nos prazos legais, os recolhimentos devidos; conferir e rubricar livros.

Informar, dar pareceres e encaminhar processos relativos à competência da Tesouraria.

Confeccionar mapas de arrecadação; organizar o boletim da Tesouraria.

Outras tarefas relacionadas ao cargo.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Obrigatória formação completa em curso superior em nível de graduação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Direito.

Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

LC 145/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 145, DE 4 DE ABRIL DE 2012.

Inserir dispositivo a Lei Complementar nº 74, de 2003, que dispõe sobre normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 23 da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 23.

Parágrafo único. Na hipótese de prestação de serviço realizada por pessoas jurídicas enquadradas no art. 12 da Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a retenção do imposto na fonte não será exigida em relação às suas receitas próprias, ressalvado os serviços previstos no § 6º do art. 18 e § 4º do art. 21 da Lei Complementar 123, de 2006.”(NP)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 4 de abril de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

LC 146/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 4 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, institui novos padrões de vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

Art. 1º A presente Lei Complementar reestrutura e organiza o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo e sua Fundação, que obedecem ao regime estatutário e estruturam-se em quadros permanentes com os respectivos grupos ocupacionais e classes de cargos e em quadro suplementar composto por cargos em extinção.

Parágrafo único. Esta Lei Complementar também institui novos padrões de vencimento e estabelece normas gerais de enquadramento.

Art. 2º Esta Lei Complementar dispõe sobre os Planos de Cargos e Carreiras:

I - do Poder Executivo, estruturado por:

- a) Quadro Permanente de Pessoal na forma do Anexo I;
- b) Quadro Suplementar de Pessoal composto por cargos em extinção, na forma do Anexo II;
- c) Quadro Suplementar Especial de Pessoal dos Programas Sociais, na forma do Anexo III;
- d) Quadro Permanente de Pessoal da Lei Complementar nº 45, de 12 de dezembro de 2000 (Plano de Carreira do Magistério), na forma do Anexo IV; e

II - da Fundação Municipal de Esportes (FME), na forma do Anexo V.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se:

- I - quadro permanente de pessoal: o conjunto de classes de cargos de carreira e cargos de provimento em comissão;
- II - quadro suplementar de pessoal: o conjunto de classes de cargos de carreira em extinção;
- III - quadro suplementar especial de pessoal: o conjunto de classes de cargos temporários de excepcional interesse público, com suporte na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999;
- IV - cargo público: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento pago pelo erário municipal;
- V - cargo de carreira: aquele que se escalona em padrões de vencimento para acesso privativo de seus titulares;
- VI - cargo em comissão: aquele declarado em lei, de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- VII - classe de cargos: o agrupamento de cargos da mesma natureza funcional e grau de responsabilidade, mesmo padrão inicial de vencimento, mesma denominação e substancialmente idênticos quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício;
- VIII - carreira: o desenvolvimento funcional do servidor por meio de promoção horizontal;
- IX - grupo ocupacional: o conjunto de cargos de carreira com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de conhecimento exigido para seu desempenho;
- X - categoria: o agrupamento de classes de cargos de carreira com pontuação situada no mesmo intervalo da tabela de ranqueamento e de igual tratamento remuneratório;
- XI - faixa de vencimentos: a escala horizontal de padrões de vencimento atribuídos a uma determinada categoria;
- XII - padrão de vencimento: o valor do vencimento atribuído ao cargo, distribuído em dez referências identificadas por letras de

"A" a "J" dentro da faixa de vencimentos; e

XIII - interstício: o lapso de tempo fixado para que o servidor se habilite às promoções horizontais.

Art. 4º Os cargos de carreira dos Quadros Permanentes e Suplementares de Pessoal do Poder Executivo são os constantes dos Anexos previstos no art. 2º, que contém suas categorias, denominações, grupos ocupacionais, quantidades, jornadas semanais de trabalho e padrões de vencimento estruturados em dez referências de valores de "A" a "J".

Parágrafo único. O Manual de Ocupações, que estabelece as funções e os requisitos para inscrição no concurso público e para a ocupação dos cargos dos grupos ocupacionais integrantes dos Quadros Permanentes e Suplementares de Pessoal dos Planos de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, constitui o Anexo VI.

Art. 5º Os cargos de carreira dos Quadros Permanentes e Suplementares de Pessoal do Poder Executivo integram os seguintes grupos ocupacionais:

- I - Grupo Ocupacional Especialista (GE);
- II - Grupo Ocupacional Técnico (GT);
- III - Grupo Ocupacional Funcional (GF); e
- IV - Grupo Ocupacional Operacional (GO).

§ 1º O Grupo Ocupacional Especialista abrange os cargos cujas tarefas requerem grau elevado de atividade mental, exigidoras de conhecimentos teóricos e práticos de nível acadêmico.

§ 2º O Grupo Ocupacional Técnico compreende os cargos que exigem conhecimentos profissionais com qualificação técnica de nível médio para o seu desempenho.

§ 3º O Grupo Ocupacional Funcional congrega os cargos que exigem formação em nível de ensino médio, ligados a atividades relacionadas ao âmbito administrativo e organizacional.

§ 4º O Grupo Ocupacional Operacional reúne os cargos que exigem formação em nível de ensino fundamental, cujas tarefas requerem o conhecimento prático do trabalho voltados a uma rotina e predominância do esforço físico.

CAPÍTULO II**DA POLÍTICA NORTEADORA DOS PLANOS DE CARGOS E CARREIRAS**

Art. 6º A política norteadora dos Planos de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, tem por objetivos:

- I - efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;
- II - proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de acesso na carreira;
- III - estabelecer um clima participativo e de confiança mútua entre os servidores e sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;
- IV - motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional; e
- V - criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

CAPÍTULO III**DO PROCESSO DE RANQUEAMENTO DAS CLASSES DE CARGOS DE CARREIRA**

Art. 7º O ranqueamento das classes de cargos de carreira do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo e do Quadro Suplementar de Pessoal, resultante de avaliação sobre a natureza, o grau de responsabilidade e complexidade, bem como as peculiaridades de cada cargo, observará os seguintes fatores:

- I - instrução;
- II - iniciativa/complexidade;

III - supervisão recebida;
IV - esforço mental e visual;
V - impacto dos erros;
VI - responsabilidade por contatos;
VII - responsabilidade por patrimônio;
VIII - responsabilidade por supervisão exercida;
IX - ambiente de trabalho; e
X - riscos/segurança.

Parágrafo único. Os valores dos padrões de vencimento dos cargos componentes das nove categorias serão fixados por ordem crescente da pontuação final dos fatores de avaliação previstos neste artigo.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

Seção I Disposições Preliminares

Art. 8º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;
II - o gozo dos direitos políticos;
III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
V - a idade mínima de dezoito anos; e
VI - aptidão física e mental.

Parágrafo único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 9º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo de carreira cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Art. 10. Consideram-se deficiências aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para integração social.

Art. 11. Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual a que se refere o caput, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

Art. 12. Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.

§ 1º Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

§ 2º A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

§ 3º Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

Art. 13. A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o caput deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Executivo, pelo Secretário Municipal da Administração e no âmbito

das Autarquias e Fundações, pelo respectivo Dirigente, antes da homologação da inscrição pretendida.

Art. 14. Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

Art. 15. Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Seção II Dos Cargos de Carreira

Art. 16. Os cargos de carreira de provimento efetivo constantes dos Quadros Permanentes de Pessoal do Poder Executivo e sua Fundação, que constituem os anexos referidos no art. 2º, serão preenchidos:

I - por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição Federal;

II - pelo enquadramento dos atuais servidores não ocupantes dos cargos em extinção integrantes do Quadro Suplementar de Pessoal de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 2º, conforme as normas estabelecidas no Capítulo VI; e

III - pelas demais formas de provimento previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Capinzal.

§ 1º O provimento dos cargos de carreira no âmbito do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, dar-se-á, respectivamente, por ato do Prefeito Municipal e dos Dirigentes de Entidades ou por ato de preposto definido em lei.

§ 2º Os servidores ocupantes dos cargos em extinção integrantes do Quadro Suplementar de Pessoal a que se refere a alínea "b" do inciso I do art. 2º, serão enquadrados de acordo com as normas estabelecidas no Capítulo VI.

§ 3º São assegurados aos servidores integrantes do Quadro Suplementar referido no § 2º deste artigo os mesmos direitos dos que integram o Quadro Permanente de Pessoal.

Art. 17. Os valores dos padrões de vencimento dos cargos de carreiras e temporários são os constantes dos Quadros Permanentes e Suplementares de Pessoal previstos nos Anexos a que se refere o art. 2º.

Seção III Dos Cargos de Provimento em Comissão

Art. 18. Os cargos de provimento em comissão, nas quantidades, denominações, subsídios e vencimentos, são os constantes das leis de estruturas administrativas do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, na forma da Lei Complementar nº 88, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações ou sucedâneas.

Parágrafo único. Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal e dos Dirigentes de Autarquias e Fundações, observado o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Capinzal e na legislação específica de cada entidade.

CAPÍTULO V DAS CARREIRAS

Seção I Disposições Preliminares

Art. 19. O ingresso na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento, de conformidade com a referência "A" do cargo para o qual o servidor foi concursado e nomeado.

Art. 20. A evolução funcional dar-se-á pela progressão horizontal do servidor mediante a passagem de uma referência para outra

imediatamente superior dentro dos padrões de vencimentos de que tratam os Anexos desta Lei Complementar.

Art. 21. A evolução funcional ocorrerá através das modalidades de:

I - Progressão por Merecimento;

II - Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação.

Art. 22. Não terá direito à evolução funcional o servidor que estiver cumprindo estágio probatório, fazendo jus a sua primeira progressão tão logo adquirida a estabilidade no cargo e preenchidos os requisitos para a obtenção do direito ao primeiro avanço.

Art. 23. Será considerado como de exercício para efeito das promoções horizontais, durante o interstício, os afastamentos para atender imperativos de convênios, quando se derem com ônus para o Município.

Seção II

Da Progressão por Merecimento

Art. 24. Progressão por merecimento é a passagem do servidor de uma referência dos padrões de vencimento para outra imediatamente superior àquela a que pertence, na mesma faixa, pelo critério de merecimento.

Art. 25. A progressão por merecimento somente será concedida aos servidores para os quais foram realizadas as Avaliações Anuais de Desempenho Funcional, com base nos critérios dispostos no Título II desta Lei Complementar e ocorrerá a cada três anos, correspondente ao avanço de uma referência por progressão, observados as seguintes exigências:

I - ter o servidor cumprido o estágio probatório de três anos, conforme prevê a Constituição Federal; e

II - ter o servidor atingido a média sete em cada uma das duas últimas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional.

Art. 26. As ausências para tratamentos de saúde ocorridas durante o período da avaliação e que, somadas, excederem trinta dias, automaticamente prorrogam, por igual tempo, a data do direito à progressão.

Art. 27. Servidor afastado em decorrência de licença sem remuneração terá suspenso o período de contagem de tempo para efeito de progressão, que continuará a contagem a partir da data de retorno ao exercício do cargo.

Art. 28. Independente da média atingida nas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional, a que se refere o inciso II do art. 25, não fará jus à progressão por merecimento o servidor que:

I - estiver licenciado ou afastado do exercício do cargo, com ou sem remuneração;

II - tiver obtido nota inferior a sete no inciso IX do art. 44 em qualquer das avaliações anuais; e

III - tenha sofrido uma penalidade administrativa de suspensão ou duas advertências, no período de avaliação.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I os casos de:

a) nomeação em cargo comissionado ou função de confiança;

b) disposição do servidor em outro órgão por ato do Prefeito Municipal;

c) licença à servidora gestante; e

d) gozo de licença-prêmio.

Seção III

Da Progressão por Cursos de Formação e/ou Capacitação

Art. 29. A progressão por cursos de formação e/ou capacitação é a passagem do servidor de uma referência dos padrões de vencimento para outra imediatamente superior àquela a que pertence,

na mesma faixa, considerando-se a atualização profissional do servidor.

Art. 30. Tendo obtido a progressão de que trata a Seção II é possível o servidor, no mesmo período, acumular outro avanço, a título de promoção por cursos de formação e/ou de capacitação, desde que comprove os requisitos necessários definidos nesta Seção.

Art. 31. O comprovante que habilita o servidor à promoção de que trata esta Seção é o diploma ou certificado expedido pela instituição formadora ou fornecedora do curso, devidamente reconhecido pela Secretaria Municipal da Administração.

Art. 32. A progressão por cursos de formação é concedida ao servidor que possuir ou vir a possuir habilitação superior à exigida no cargo, mediante a conclusão dos seguintes cursos de formação educacionais:

I - ensino médio;

II - graduação;

III - especialização, com carga horária igual ou superior a trezentas e sessenta horas; e

IV - curso técnico com carga horária igual ou superior a trezentas e sessenta horas, desde que em área correlata e/ou afim à de atuação do cargo que ocupa.

Art. 33. A progressão será concedida após a conclusão do curso de formação educacional e apresentação dos documentos comprobatórios através do avanço de duas referências no plano de carreira do cargo, devendo o curso estar devidamente registrado na instituição de ensino competente, excluídas as habilitações constantes como pré-requisito para nomeação e ingresso no cargo.

Parágrafo único. O servidor estável que possuir formação educacional superior ao exigido para o cargo poderá requerer a progressão referida nesta Seção, a qualquer tempo, após a promulgação desta Lei Complementar.

Seção IV

Da Progressão por Cursos de Capacitação

Art. 34. A progressão por cursos de capacitação será concedida ao servidor estável mediante a sua participação em cursos de capacitação através do avanço de uma referência no plano de carreira do cargo, após a obtenção de, no mínimo trezentos pontos, sendo que, para apuração da pontuação, serão considerados dois pontos por hora de curso realizado.

§ 1º Serão considerados, para efeito da progressão referida nesta Seção, somente os cursos custeados pelo próprio servidor a serem concluídos após a entrada em vigor desta Lei Complementar, excluindo-se os cursos de capacitação oferecidos pelo Município.

§ 2º O curso de capacitação deverá ter relação e afinidade com a área e o cargo de atuação com aplicabilidade na administração pública municipal, não sendo permitida uma segunda promoção por cursos de capacitação antes de decorridos dois anos.

Art. 35. Os cursos de formação educacional de que trata o art. 32 e de capacitação referidos nesta Seção só serão considerados, para efeitos de concessão de progressão, por uma única vez, não podendo ser computados cumulativamente nas duas modalidades de promoção funcional.

Parágrafo único. O servidor interessado deverá requerer a promoção juntando documentação comprobatória da habilitação.

CAPÍTULO VI

DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 36. Fica instituída como atividade permanente no Poder Executivo o estímulo à formação continuada de seus servidores mediante a participação em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação,

congressos, seminários e palestras que visem a modernização, re-aparelhamento e racionalização dos seus serviços através do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Parágrafo único. A formação continuada terá como objetivos:

- I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;
- II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;
- III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores; e
- IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 37. Serão três os tipos de formação:

- I - de integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, por meio de informações sobre a organização e o funcionamento do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações;
- II - de capacitação, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente capacitado; e
- III - de atualização, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas aquelas exercidas até o momento.

Art. 38. A formação continuada terá caráter objetivo e prático e poderá ser oferecida, direta ou indiretamente, pelo Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações:

- I - com a utilização de monitores locais;
- II - mediante o encaminhamento de servidores para cursos e estágios realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município; e
- III - por intermédio da contratação de especialistas ou instituições especializadas.

Art. 39. As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de formação:

- I - identificando e analisando, no âmbito de cada órgão, as necessidades de formação, estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências identificadas e à execução dos programas propostos;
- II - facilitando a participação de seus subordinados nos programas de formação e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade administrativa;
- III - eventualmente desempenhando atividades de instrutor, multiplicador ou facilitador, dentro dos programas de formação aprovados; e
- IV - submetendo-se a programas de formação relacionados às suas atribuições.

Art. 40. O Secretário Municipal da Administração e os Dirigentes de Autarquias e Fundações, por meio dos respectivos órgãos de Pessoal, em colaboração com os demais órgãos de igual nível hierárquico, elaborarão e coordenarão a execução de programas de formação.

Parágrafo único. Os programas de formação continuada serão elaborados anualmente, considerando as disponibilidades orçamentárias e financeiras, a tempo de se prever, na proposta orçamentária, os recursos necessários a sua implementação.

Art. 41. Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá, com seus subordinados, atividades em consonância com o programa de formação estabelecido pela Administração, por meio de:

- I - reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviço;
- II - divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua

execução;

III - discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo; e

IV - utilização de rodízio e de outros métodos de formação continuada em serviço, adequados a cada caso.

TÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

CAPÍTULO I

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 42. Para avaliar o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da evolução funcional dos servidores, o Poder Executivo constituirá comissões para implementar a Avaliação Anual de Desempenho Funcional de cada servidor, com mandato de dois anos, composta por três membros, dos quais um exercerá a presidência.

§ 1º Se o parecer da Comissão de Avaliação for pelo não preenchimento das exigências estabelecidas para a evolução do servidor, caberá ao Coordenador Geral notificá-lo, dando-lhe ciência do parecer e o prazo de dez dias, para, querendo, requerer reconsideração devidamente fundamentada.

§ 2º Concluído o processo, será encaminhado ao Prefeito que poderá determinar a realização de novas diligências ou decidir pelo deferimento ou indeferimento da evolução, em despacho fundamentado.

Art. 43. As Avaliações Anuais de Desempenho Funcional devem:

- I - ser realizadas anualmente; e
- II - resultar em um índice de desempenho, sendo que para apuração deste índice, cada fator de avaliação receberá pontuação variável de um a dez, observando a postura racional de desempenho, dentro das restrições verificadas em cada caso.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 44. A Avaliação Anual de Desempenho Funcional deverá medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições levando em consideração os seguintes critérios:

- I - qualidade do trabalho: considera-se a qualidade do trabalho, entre outros, o capricho, clareza, perfeição e ausência de erros, apresentação e asseio com o que o trabalho é executado pelo servidor;
- II - produtividade no trabalho e cumprimento das tarefas: avalia-se a quantidade do trabalho realizado pelo servidor em relação ao tempo gasto, cumprimento dos prazos estipulados, a rapidez e eficiência no trabalho;
- III - presteza e administração do tempo: disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição do trabalho em grupo com o qual colabora, a disponibilidade em prestar auxílio e colaboração, observando-se a necessidade do serviço público, do trabalho em si e do grupo com o qual colabora, considerando a capacidade do servidor em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para a sua entrega;
- IV - iniciativa, dedicação ao trabalho e capacidade profissional: considera-se a confiança que o servidor possui na tomada das próprias decisões, se apresenta sugestões de melhorias e desenvolve ações independentes na execução dos seus trabalhos, o desenvolvimento de ações no sentido de buscar meios para adquirir novos conhecimentos, a forma com que é receptivo às críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar a sua performance e postura, superando dificuldades e carências, bem como a iniciativa própria de se desenvolver e progredir profissionalmente;
- V - senso de responsabilidade: avalia-se o grau de responsabilidade do servidor, bem como a maneira com que o mesmo responde pelas conseqüências decorrentes das atitudes que toma;
- VI - respeito às normas, disciplina, receptividades às ordens

superiores: considera-se a atenção do servidor no cumprimento das normas determinadas pela Administração, como observa as normas legais e regulamentares, bem como a seriedade com que o mesmo se conduz no trabalho, a ordem e esmero nos trabalhos executados, exatidão na apresentação dos mesmos, a urbanidade com que trata as pessoas, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados, bem como a maneira pela qual recebe e aceita instruções, incumbências, novas idéias e ordens de seus superiores, além do respeito que tem com os mesmos;

VII - zelo com o patrimônio público: avalia-se a forma que o servidor trata os assuntos ligados à segurança do trabalho e preservação dos bens da municipalidade, bem como o cuidado e preocupação demonstrados na conservação dos bens patrimoniais e seus instrumentos e equipamentos de trabalho, as sugestões apresentadas, visando a manutenção e conservação do patrimônio municipal;

VIII - relacionamento, coleguismo, grau de cooperação e relacionamento com o público: considera-se a capacidade de trabalhar em harmonia com os colegas, evitando provocar situações de conflitos e o tratamento dispensado aos que fazem ou não parte do seu grupo de trabalho, se atende com presteza os consumidores e o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

IX - assiduidade e pontualidade: considera-se o comparecimento diário ao trabalho do servidor, bem como a sua permanência no local de trabalho e maneira como observa a frequência e o cumprimento dos horários de trabalho estabelecidos, evitando faltas e atrasos justificados ou injustificados;

X - comportamento moral e ético no exercício do cargo: considera-se a reputação e honestidade do servidor, modos de ação do servidor no meio em que vive, aptidão, capacidade e competência no desenvolvimento das suas atribuições, capacidade de manter conduta compatível com a moralidade e capacidade de guardar sigilo sobre os assuntos da Administração.

Art. 45. O modelo e a sistemática de Avaliação Anual de Desempenho Funcional serão elaborados após estudos e discussões baseados nos critérios citados no art. 44 e será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO III DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Para atendimento do disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal, os servidores nomeados para provimento efetivo, em decorrência de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial pelo período de três anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu cargo.

Parágrafo único. O servidor não aprovado no estágio será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 47. No processo de avaliação serão observados os itens constantes no art. 44, sendo considerado inapto o servidor que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a cinco, em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a sete em quatro ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas, ou na última avaliação.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o servidor que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, por determinação da Administração, for submetido à devida perícia médica, constituída pelo Município e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do cargo.

Art. 48. Os processos de avaliação em estágio probatório serão organizados e conduzidos pela Secretaria da Administração.

Art. 49. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Prefeito para cada servidor, a qual terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do servidor a ser avaliado, composta por três servidores titulares e dois suplentes, todos estáveis.

Art. 50. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a sete em qualquer dos itens.

Art. 51. O servidor avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de dez dias úteis oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até três testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo servidor avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independente de qualquer intimação ou convocação por parte desta.

Art. 52. Encerrada a instrução, fica facultado ao servidor avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de cinco dias, sendo que, posteriormente, a Comissão Especial de Avaliação reunir-se-á para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do servidor, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Prefeito para decisão.

Art. 53. O servidor, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber cinco avaliações assim distribuídas:

I - primeira: ao completar seis meses de exercício no cargo;

II - segunda: ao completar doze meses de exercício no cargo;

III - terceira: ao completar dezoito meses de exercício no cargo;

IV - quarta: ao completar vinte e quatro meses de exercício no cargo; e

V - quinta: ao completar trinta meses de exercício do cargo.

§ 1º Após a quinta avaliação e antes do fim do estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º Mediante evidências de que o servidor não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médico pericial, o Prefeito poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 54. De posse do processo e do necessário parecer jurídico, o Prefeito avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimento das omissões.

Art. 55. Constatada a regularidade do processo, o Prefeito decidirá pela aptidão ou inaptidão do servidor avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão ou a expedição do devido ato de exoneração, se a conclusão for pela inaptidão.

Art. 56. O servidor que por ocasião da entrada em vigor desta Lei Complementar encontrar-se em estágio probatório, passará a ser avaliado de acordo com os seus dispositivos.

Art. 57. Normas complementares às disposições deste Título serão regulamentadas através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FUNCIONAIS

CAPÍTULO I DO VALE ALIMENTAÇÃO

Art. 58. O Poder Executivo concederá vale-alimentação aos seus servidores e conselheiros tutelares destinados a proporcionar a

aquisição de alimentos para as refeições diárias.

Art. 59. Cada servidor receberá tantos vales-alimentação quantos forem os dias de efetivo trabalho em cada mês, proporcional à carga horária, inclusive em dias em que trabalhar extraordinariamente, por no mínimo, quatro horas, descontadas todas as ausências ao trabalho, sejam estas justificadas ou injustificadas.

Art. 60. Não serão concedidos vales-alimentação a estagiários, bem como aos servidores nos dias em que lhes tenham sido concedidas diárias ou ressarcimento de despesas decorrentes com alimentação.

Art. 61. Os vales-alimentação concedidos nas condições e limites definidos nesta Lei Complementar não têm natureza remuneratória, não se incorporando à remuneração, nem constituindo base de rendimentos para tributação e contribuição previdenciária, podendo ainda a Administração a qualquer momento deixar de concedê-los.

Art. 62. O valor unitário do vale-alimentação será calculado com base no índice de dois por cento (2%) do menor vencimento do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 63. Para os efeitos desta Lei Complementar, compreende-se como:

I - vencimento: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;

II - vencimentos: o vencimento do cargo efetivo fixado em lei acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente;

III - remuneração: o vencimento do cargo efetivo fixado em lei acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter temporário e permanente.

Art. 64. A remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações somente poderá ser fixada ou alterada por lei, observada a iniciativa privativa do Prefeito Municipal, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, estabelecida na forma da Lei Complementar nº 84, de 4 de maio de 2005.

Art. 65. A fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema de remuneração dos servidores do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem os respectivos Quadros Permanentes de Pessoal;

II - os requisitos para a investidura nos cargos;

III - as peculiaridades dos cargos; e

IV - o processo de ranqueamento de que trata o Capítulo III.

Art. 66. O Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, publicará anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos, conforme dispõe o § 6º do art. 39 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

Art. 67. A jornada semanal de trabalho dos cargos de carreira integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional é a estabelecida nos Anexos de que trata o art. 2º. Parágrafo único. A jornada de trabalho dos cargos de carreira integrantes dos Grupos Ocupacionais definidos no art. 5º poderá ser reduzida em caráter temporário e por solicitação expressa do

servidor, com redução proporcional dos respectivos vencimentos, para ocupar vaga em órgão ou unidade do Município, suas Autarquias e Fundações, observada a conveniência e oportunidade para a Administração Municipal.

Art. 68. O servidor ocupante de cargo integrante do Grupo Ocupacional Especialista e de cargo da área da saúde integrante dos Grupos Ocupacionais Técnico, Funcional e Operacional poderá exercer suas atividades em jornada reduzida, em caráter temporário, por prazo não superior a dois anos, com redução proporcional dos respectivos vencimentos.

Art. 69. Compete ao Prefeito Municipal autorizar a redução temporária da jornada semanal de trabalho referida neste Capítulo, observados os critérios de oportunidade e conveniência da Administração.

CAPÍTULO IV DA LOTAÇÃO

Art. 70. Lotação representa a quantidade de servidores necessária ao desempenho das atividades gerais e específicas dos Quadros Permanentes de Pessoal do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Art. 71. O Secretário Municipal da Administração e os Dirigentes de Autarquias e Fundações estudarão, com os demais órgãos do Poder Executivo e das entidades, a lotação de todas as unidades em face dos programas de trabalho a executar.

Parágrafo único. Realizado o estudo, serão apresentadas propostas de lotação geral do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, respectivamente ao Prefeito Municipal e aos Dirigentes de entidades, das quais deverão constar:

I - a lotação atual e a lotação proposta, relacionando os cargos com os respectivos quantitativos; e

II - relatório indicando e justificando o provimento ou extinção de cargos existentes, bem como a criação de novos cargos.

CAPÍTULO V DA MANUTENÇÃO DOS QUADROS PERMANENTES DE PESSOAL

Art. 72. Novos cargos poderão ser criados nos Quadros Permanentes de Pessoal do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, observadas as disposições deste Capítulo.

Art. 73. As Secretarias e os órgãos de igual nível hierárquico poderão, quando da realização do estudo de sua lotação, propor a criação de novos cargos, sempre que necessário.

§ 1º Da proposta de criação deverão constar:

I - denominação, quantitativo, padrão de vencimento, jornada semanal de trabalho, atribuições e requisitos de instrução para provimento dos cargos; e

II - justificativa de sua criação.

§ 2º O padrão de vencimento dos cargos será definido observadas as disposições constantes nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 74. Os atuais servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Poder Executivo serão automaticamente enquadrados nos cargos previstos nos Anexos de que trata o art. 2º, observadas as disposições deste Capítulo.

Art. 75. No processo de enquadramento do servidor serão considerados os seguintes fatores:

I - a igualdade de denominação e de atribuições dos cargos;

II - as transformações de cargos previstas nos anexos desta Lei Complementar;

III - os vencimentos do cargo ocupado e o vencimento do cargo no qual dar-se-á o enquadramento; e

IV - a habilitação legal para o exercício do cargo, quando for o caso.

Parágrafo único. As transformações a que se refere o inciso II são promovidas com cargos efetivos que guardam similitude de natureza, grau de responsabilidade e complexidade de atribuições.

Art. 76. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XV do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 77. Os atos de enquadramento dos atuais servidores para os Quadros Permanentes e Suplementares de Pessoal criados nesta Lei Complementar serão expedidos pelo Poder Executivo, mantidas as situações funcionais e respeitados os direitos adquiridos.

Art. 78. O servidor enquadrado ocupará dentro da faixa de vencimentos do novo cargo o padrão cujo vencimento seja igual ao do cargo que estiver ocupando na data da vigência desta Lei Complementar.

§ 1º Não havendo coincidência entre os vencimentos, o servidor ocupará o padrão imediatamente superior.

§ 2º Caso o vencimento do servidor seja superior ao valor do último padrão de vencimento da faixa, ser-lhe-á garantida a percepção do mesmo vencimento.

Art. 79. Será constituída uma Comissão Especial de Enquadramento designada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 80. Compete à Comissão Especial de Enquadramento:

I - promover o enquadramento dos servidores ocupantes de cargos efetivos na data de vigência desta Lei Complementar, observadas as normas fixadas neste Capítulo;

II - elaborar os atos coletivos de enquadramento e encaminhá-los ao Prefeito Municipal para assinatura.

§ 1º A Comissão valerá dos assentamentos funcionais dos servidores e de informações colhidas junto às chefias dos respectivos órgãos de lotação.

§ 2º Os atos coletivos de enquadramento serão expedidos por meio de portaria, sob a forma de listas nominais, a partir da data de vigência desta Lei Complementar.

§ 3º As vantagens pecuniárias decorrentes do enquadramento promovido na forma deste Capítulo serão devidas e pagas a partir da data de vigência desta Lei Complementar.

Art. 81. O servidor poderá requerer ao Prefeito Municipal a revisão do seu enquadramento, em decorrência de erro, omissão ou outro assemelhado, no prazo de até sessenta dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, mediante petição fundamentada.

§ 1º O Prefeito, ouvida a Comissão de que trata o art. 79, decidirá sobre o pedido no prazo de até sessenta dias, contado da data de protocolização da petição.

§ 2º Em caso de provimento do pedido de revisão, os efeitos da decisão retroagirão à data de vigência do enquadramento.

Art. 82. Fica denominada de adicional por tempo de serviço a promoção por antiguidade concedida ao servidor pela decorrência do tempo de serviço, anteriormente identificada de triênio, agregada ao vencimento inicial do cargo ocupado pelo servidor na forma das leis instituidoras dos planos de carreiras do Poder Executivo.

Art. 83. Ficam asseguradas aos servidores enquadrados por esta Lei Complementar as vantagens pecuniárias estabelecidas em leis próprias.

Art. 84. Os valores incorporados aos vencimentos do servidor em decorrência de exercício de função de confiança concedidas com

base na Lei Complementar nº 25, de 18 de setembro de 1995 serão pagos de forma destacada na sua folha de pagamento.

Art. 85. Com o propósito de assegurar a estabilidade financeira, o exercício de cargo em comissão ou função de confiança por mais de dez anos consecutivos e ininterruptos garante ao servidor a concessão de vantagem pessoal correspondente ao vencimento integral do respectivo cargo em comissão ou do valor da respectiva gratificação a título de função de confiança.

§ 1º Quando mais de um cargo em comissão ou função de confiança tenha sido exercido no período referido no caput deste artigo a vantagem pessoal nominal será calculada proporcionalmente sobre os cargos ou funções exercidos durante o período.

§ 2º A vantagem pessoal nominal de que trata este artigo não integra a remuneração do servidor para todos os efeitos legais, inclusive a incidência do adicional por tempo de serviço e outras vantagens pecuniárias.

§ 3º O servidor que tiver conquistado a vantagem pessoal nominal prevista neste artigo e vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança poderá, conforme o caso, optar:

I - pelo vencimento do cargo em comissão;

II - pelo vencimento do cargo efetivo acrescido do valor da função de confiança;

III - pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da vantagem pessoal nominal conquistada e do valor correspondente a vinte por cento (20%) do vencimento do cargo comissionado ou do valor da função.

§ 4º O valor da vantagem pessoal nominal decorrente deste artigo será aumentado nas mesmas datas e proporções em que ocorrer o aumento ou reajuste no vencimento correspondente ao cargo em comissão ou função de confiança.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86. As atuais classes de cargos de carreira submetidas ao processo de ranqueamento de que trata o art. 7º são distribuídas em categorias de um a nove com as respectivas faixas de vencimentos, na forma do Anexo I.

§ 1º O ranqueamento de novas classes de cargos de carreira nos Quadros Permanentes de Pessoal do Poder Executivo poderá determinar a ampliação do número de categorias fixadas no caput.

§ 2º As novas classes de cargos de carreira que tenham a mesma natureza, grau de responsabilidade, complexidade, requisitos para investidura e peculiaridades de classes já existentes em quaisquer dos quadros permanentes de pessoal deverão integrar a mesma categoria.

Art. 87. Serão automaticamente extintos os cargos efetivos:

I - vagos existentes nos Quadros Permanentes de Pessoal do Poder Executivo antes da data de vigência desta Lei Complementar e os que forem vagando em razão do enquadramento nesta Lei Complementar; e

II - pertencentes aos Quadros Suplementares de Pessoal, previstos nos anexos de que trata o art. 2º, quando vagarem.

Art. 88. Os cargos e carreiras dos membros do magistério público municipal são instituídos e regulados por lei própria, nos termos da Lei Complementar nº 45, 12 de dezembro de 2000, em obediência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 89. Os candidatos aprovados em concursos públicos anteriores, cujos cargos tiveram as denominações e os padrões de vencimento alterados por esta Lei Complementar, serão nomeados nos novos cargos constantes de seus anexos, quando chamados a tomar posse dos cargos concursados.

Art. 90. As despesas decorrentes da implantação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias consignadas nos

orçamentos vigentes do Município, suplementadas se necessário.

Art. 91. Revoga as seguintes Leis:

- I - Lei nº 2.287, de 4 de julho de 2001;
- II - Lei nº 2.665, de 7 de dezembro de 2005;
- III - Lei nº 2.959, de 11 de maio de 2011;
- IV - Lei Complementar nº 22, de 10 de maio de 1995;
- V - Lei Complementar nº 25, de 18 de setembro de 1995;
- VI - Lei Complementar nº 34, de 26 de março de 1997;
- VII - Lei Complementar nº 62, de 4 de setembro de 2002;
- VIII - Lei Complementar nº 71, de 7 de outubro de 2003;
- IX - Lei Complementar nº 91, de 19 de abril de 2006; e
- X - Lei Complementar nº 100, de 18 de abril de 2007.

Art. 92. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de abril de 2012.

Capinzal, em 4 de abril de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

LC 147/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 4 DE ABRIL DE 2012.

Dispõe sobre a reestruturação e organização do Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos e Funções de Confiança dos servidores públicos do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e dá outras providências.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 1º A presente Lei Complementar reestrutura e organiza o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores públicos do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) de Capinzal e Ouro, autarquia criada através da Lei nº 654, de 26 de abril de 1972, do Município de Capinzal e da Lei nº 179, de 15 de junho de 1972, do Município de Ouro.

Art. 2º O SIMAE tem sede e foro na cidade e Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A estrutura administrativa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) fica assim definida:

- I - Diretoria;
- II - Coordenadoria Geral;
- III - Coordenadoria Administrativa, compreendendo:
 - a) Setor de Contabilidade;
 - b) Setor de Emissão e Controle de Contas;
 - c) Setor de Material e Patrimônio;
 - d) Setor de Recursos Humanos.
- IV - Coordenadoria Técnica, compreendendo:
 - a) Setor de Controle Operacional;
 - b) Setor Engenharia e Projetos;
 - c) Setor de Estações de Tratamento;

- d) Setor de Manutenção Geral; e
- e) Setor de Operação.

Art. 4º Em atendimento às conveniências da administração poderão ser instituídas novos setores administrativos ou técnicos.

Art. 5º O Quadro de Pessoal do SIMAE é regido pela presente Lei Complementar e em caráter suplementar pela legislação de pessoal emitida pelo Município de Capinzal, particularmente pelo seu Estatuto dos Servidores Públicos.

Parágrafo único. As alterações dos Anexos I, II, III, IV e V, partes integrantes desta Lei Complementar, somente entrarão em vigor após a aprovação pelo Município de Capinzal, com a devida homologação por Lei expedida pelo Município de Ouro.

Art. 6º Aos servidores temporários do SIMAE aplica-se a legislação específica, emitida pelo Município de Capinzal.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 7º Para efeitos de aplicação da presente Lei Complementar são adotados os seguintes conceitos:

I - Plano de Carreira: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e funcionamento dos cargos, remuneração e o desenvolvimento funcional dos servidores;

II - Servidor Público: pessoa legalmente investida em cargo ou função pública;

III - Cargo Público: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades, sob uma mesma denominação, acometidas ao servidor, previstas no Plano de Cargos e Vencimentos, de caráter efetivo, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e vencimento específico;

IV - Quadro de Pessoal: conjunto de cargos públicos de provimento efetivo;

V - Tabela de vencimentos: valor em moeda corrente correspondente a cada cargo de provimento efetivo, sendo diferenciados em escala ascendente por Padrão, Nível e Referência;

VI - Padrão: nível de enquadramento de cada cargo, em razão da complexidade e responsabilidade de suas atribuições;

VII - Nível: graduação vertical ascendente em cada Padrão;

VIII - Referência: graduação horizontal em ordem ascendente, existente em cada Nível e que correspondente a um índice crescente da tabela de vencimentos;

IX - Carreira: agrupamento de cargos de provimento efetivo, integrantes do Plano de Cargos e Vencimentos, em Padrões, Níveis e Referências, observadas a natureza e complexidade das atribuições e a habilitação profissional, através da qual se dará a evolução funcional;

X - Progressão: é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior no nível ou da referência final de um nível para a referência inicial do nível imediatamente superior, pelo critério de merecimento;

XI - Promoção: é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior no nível ou da referência final de um nível para a referência inicial do nível imediatamente superior, considerando-se a atualização profissional do servidor;

XII - Quadro de Funções de Confiança: atribuições delegadas a servidor efetivo para o exercício de funções de direção, coordenação e supervisão e assessoramento (CF, art. 37, V).

TÍTULO II

DO PLANO DE CARREIRA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º A identificação de cada cargo, o seu Padrão, Nível, Grupo de Atuação, forma de ingresso, processo de seleção, jornada, período de trabalho, requisitos mínimos para ingresso, descrição

Sumária e Detalhamentos, são definidos no Anexo I.

Art. 9º As descrições e atribuições das funções de confiança são definidas no Anexo II.

CAPÍTULO II DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 10. A carreira dos servidores do SIMAE compõe-se dos cargos de provimento efetivo, ordenados em Padrões, Níveis e Referências.

Art. 11. Para efeito de enquadramento dos servidores do SIMAE nesta Lei Complementar, ficam estabelecidos os cargos efetivos de carreira, com os respectivos padrões, número de vagas totais, vagas providas e a prover, pertinentes a cada cargo, constantes do Anexo V.

CAPÍTULO III DA INVESTIDURA NOS CARGOS

Art. 12. Face ao que dispõe o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, toda a investidura em cargo público no SIMAE depende de prévia aprovação em concurso público, no qual serão apuradas as condições do candidato para o seu exercício.

Parágrafo único. O ingresso na carreira funcional dos cargos efetivos dar-se-á na Referência A, do nível 01, do padrão das respectivas carreiras.

Art. 13. A seleção para o provimento dos cargos efetivos do SIMAE dar-se-á através de concurso público, devidamente regulamentado por Edital de Concurso, expedido pelo Diretor e realizada por comissão específica designada ou contratada.

Art. 14. O servidor nomeado somente será empossado se no ato da posse apresentar atestado, expedido por perícia médica, de que está apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
Parágrafo único. Somente serão aceitos atestados emitidos por equipe médica disponibilizada e/ou designada pelo SIMAE.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 15. Os Cargos estão estruturados em módulos, contendo Padrão, Nível e Referência de Vencimentos, conforme segue:

I - Padrão: os padrões são identificados de 01 a 07, de acordo com o Cargo ocupado e conforme ajustamento da curva de vencimentos, na forma do Anexo III;

II - Nível: os cargos terão os níveis 01, 02, 03 e 04, de acordo com o Anexo III;

III - Referência Salarial: em cada nível existem referências de vencimentos que vão da letra "A" até a letra "E".

CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

Art. 16. Em decorrência de suas características funcionais e da estrutura do SIMAE, os cargos são classificados nos seguintes grupos:

I - Grupo Administrativo:

- a) Auxiliar de Serviços Gerais;
- b) Auxiliar Administrativo;
- c) Agente Administrativo I;
- d) Agente Administrativo II;
- e) Técnico em Contabilidade;
- f) Contador;

II - Grupo Técnico:

- a) Vigilante;
- b) Auxiliar de Operações;

- c) Encanador;
- d) Pedreiro;
- e) Motorista;
- f) Operador de Máquinas;
- g) Mecânico de Manutenção;
- h) Auxiliar Técnico;
- i) Desenhista;
- j) Técnico em Eletromecânica;
- k) Técnico em Tratamento de Água e Esgoto;
- l) Oficial Técnico;
- m) Engenheiro Sanitarista.

CAPÍTULO VI DA LOTAÇÃO

Art. 17. A lotação é a constante do Anexo V, que será preenchida considerando-se as necessidades do SIMAE.

CAPÍTULO VII DOS VENCIMENTOS, REAJUSTE E REVISÃO ANUAL

Art. 18. O Quadro de Pessoal do SIMAE é constituído dos Cargos de Provimento Efetivo, descritos no Anexo V, correspondendo o vencimento de cada cargo ao índice, no qual cada servidor estiver enquadrado, observando-se a Tabela Progressiva de Índices de Vencimento, conforme Anexo III.

Art. 19. Os servidores do SIMAE farão jus à revisão geral anual das remunerações, na forma da Lei Complementar nº 084, de 4 de maio de 2005, do município de Capinzal.

Art. 20. Os reajustes reais dos vencimentos dos servidores também serão concedidos mediante aprovação em Lei, preferencialmente na mesma data-base da revisão, respeitadas às exigências legais.

§ 1º Para o cálculo dos vencimentos arredondar-se-ão para maior quaisquer frações de centavos.

§ 2º Nenhum servidor do SIMAE poderá perceber vencimento inferior ao mínimo nacional vigente.

TÍTULO III DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 21. Fica estabelecido no SIMAE um quadro de Funções de Confiança, descritas no Anexo II, nos níveis, quantitativos e valores a título de remuneração, constantes no Anexo IV, desta Lei Complementar.

§ 1º A designação e exoneração de servidor para o exercício da Função de Diretor é ato de competência conjunta dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais de Capinzal e Ouro.

§ 2º A designação e destituição de servidores para as demais Funções de Confiança é ato de competência do Diretor do SIMAE.

Art. 22. Somente servidor com no mínimo 05 (cinco) anos de efetivo exercício no SIMAE poderá ser designado para a função de Diretor e de no mínimo 03 (três) anos de exercício no SIMAE para as demais funções.

Parágrafo único. Pelo respectivo e efetivo exercício, o servidor designado para a função de confiança perceberá um valor a título de remuneração, cumulativa com seus vencimentos, tendo por base de cálculo a referência "A", do Nível 01, do Padrão 07, nos índices estabelecidos no Anexo IV, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 23. As atribuições das funções gratificadas são as descritas no Anexo II, desta Lei Complementar.

Art. 24. Nos casos de afastamentos previstos em lei do Diretor, poderá este designar um dos servidores ocupantes de uma das

funções de confiança, para que exerça a função de Diretor, durante o período de afastamento do mesmo, fazendo jus neste período ao adicional referido no art. 21 atribuído à função de Diretor.

Art. 25. Os membros da Comissão Permanente de Licitações, mantendo o desempenho das atribuições do cargo de origem, fazem jus a uma gratificação de função pelo exercício da função na Comissão, na forma prevista no Anexo IV, que, neste caso, não se incorporará à remuneração do servidor para qualquer efeito ou vantagem.

Art. 26. É permitido o exercício acumulado de duas funções de confiança, vedada, porém, a acumulação do valor das respectivas gratificações, facultado ao servidor o direito de opção pela percepção da gratificação correspondente a uma ou outra das funções designadas.

TÍTULO IV DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. A Evolução Funcional dar-se-á pela progressão e/ou promoção do servidor, mediante a passagem de uma referência ou nível para outro, dentro do mesmo padrão, contidos na Tabela Progressiva de Índices de Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo, conforme Anexo III.

Parágrafo único. A Evolução Funcional do servidor, de que trata o caput deste artigo, ocorrerá de forma ascendente, de uma referência para outra imediatamente superior no mesmo nível ou da referência final de um nível para a referência inicial do nível imediatamente superior.

Art. 28. A Evolução Funcional ocorrerá através das modalidades de:

- I - Progressão por Merecimento;
- II - Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação.

Art. 29. Não terá direito à evolução funcional o servidor que estiver cumprindo estágio probatório, fazendo jus a sua primeira evolução tão logo adquirida a estabilidade no cargo e preenchidos os requisitos para a obtenção do direito ao primeiro avanço.

CAPÍTULO II DA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

Art. 30. Progressão por Merecimento é a passagem do servidor de uma referência para outra imediatamente superior àquela a que pertence, no mesmo nível ou da referência final de um nível para a referência inicial do nível imediatamente superior dentro da mesma carreira do mesmo padrão, pelo critério de merecimento.

Art. 31. A Progressão por Merecimento, somente será concedida aos servidores para os quais foram realizadas as Avaliações Anuais de Desempenho Funcional, com base nos critérios dispostos no Título V, desta Lei Complementar e ocorrerá a cada 02 (dois) anos, correspondente ao avanço de uma referência por progressão, observados as seguintes exigências:

- I - ter o servidor cumprido o estágio probatório de 03 (três) anos, conforme prevê a Constituição Federal;
- II - ter o servidor, atingido a média 7,0 (sete) em cada uma das duas últimas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional.

Art. 32. As ausências para tratamento de saúde, ocorridas durante o período da avaliação, e que, somados, excederem 30 (trinta) dias, automaticamente prorrogam, por igual tempo, a data do direito à progressão.

Art. 33. Servidor afastado em decorrência de licença sem remuneração terá suspenso o período de contagem de tempo, para efeito de progressão, que continuará a contagem a partir da data de retorno ao exercício do cargo.

Art. 34. Independente da média atingida nas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional, a que se refere o art. 31, não fará jus à progressão por merecimento o servidor que:

- I - estiver licenciado ou afastado do exercício do cargo, com ou sem remuneração;
 - II - tiver obtido nota inferior a 07 (sete) no item 09, do art. 46, em qualquer das avaliações anuais;
 - III - tenha sofrido uma penalidade administrativa de suspensão ou duas advertências, no período de avaliação.
- Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I os casos de nomeações a cargos comissionados dos municípios integrantes da autarquia, colocados à disposição de outro órgão por ato do Diretor ou do Prefeito Municipal, de licença à servidora gestante e de licença-prêmio.

CAPÍTULO III DA PROMOÇÃO POR CURSOS DE FORMAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO

Art. 35. A Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior no mesmo nível ou da referência final de um nível para a referência inicial do nível imediatamente superior, considerando-se a atualização profissional do servidor.

Art. 36. Tendo obtido a progressão de que trata o Capítulo II, é possível o servidor, no mesmo período, acumular outro avanço, a título de Promoção por Cursos de Formação e/ou de Capacitação, desde que comprove ainda os requisitos necessários definidos neste Capítulo III.

Art. 37. O comprovante de curso que habilita o servidor à promoção de que trata este Capítulo é o diploma ou certificado expedido pela instituição formadora ou fornecedora do curso, devidamente reconhecido pelos órgãos públicos competentes ou pelo SIMAE.

Seção I Da Promoção por Cursos de Formação

Art. 38. A promoção por Cursos de Formação é concedida ao servidor que possuir ou vir a possuir formação superior à exigida no cargo, mediante a conclusão dos seguintes cursos de formação educacionais:

- I - ensino médio completo;
- II - graduação;
- III - especialização, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;
- IV - mestrado;
- V - doutorado;
- VI - curso técnico com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que seja em área correlata à de atuação do cargo que ocupa no SIMAE.

Art. 39. A promoção será concedida após a conclusão dos cursos de formação educacional, através do avanço de duas referências no plano de carreira do cargo, devendo o curso estar devidamente registrado na instituição de ensino competente, excluídas as formações constantes como pré-requisito de ingresso no cargo lotado pelo servidor.

Parágrafo único. O servidor que possui formação educacional superior ao exigido no cargo, poderá requerer a sua promoção a qualquer momento, desde que já tenha adquirido a sua estabilidade no seu cargo.

Seção II

Promoção por Cursos de Capacitação

Art. 40. A promoção por cursos de capacitação será concedida ao servidor mediante a sua participação em cursos de capacitação, através do avanço de uma referência no plano de carreira do cargo, após a obtenção de no mínimo 300 pontos, sendo que para apuração da pontuação serão considerados 02 (dois) pontos por hora de curso realizado.

§ 1º Serão considerados para efeito de promoção de que trata esta Seção, somente os cursos custeados pelo próprio servidor a serem concluídos após a entrada em vigência desta Lei Complementar, excluindo-se os cursos oferecidos pelo SIMAE.

§ 2º O curso de capacitação deverá ter relação com a área de atuação do cargo ocupado pelo servidor, com aplicabilidade no SIMAE, não sendo permitida uma segunda promoção por cursos de capacitação antes de decorridos 02 (dois) anos.

Art. 41. Os cursos de formação educacional e de capacitação que se referem este Capítulo, só serão considerados, para efeitos de concessão de promoção por uma única vez, não podendo ser computadas nas duas formas de promoção.

Parágrafo único. O servidor interessado deverá requerer a promoção à Direção do SIMAE, juntando documentação que comprove a habilitação para a promoção.

CAPITULO IV

DA CAPACITAÇÃO

Art. 42. Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o SIMAE possibilitará aos seus servidores a participação em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras, que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos seus serviços, através do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Parágrafo único. Os servidores que se negarem a participar dos programas de capacitação a que se refere este artigo, quando designados pelo Diretor do SIMAE, terão retardado por período de seis meses a contagem para a sua Evolução Funcional, salvo justificativa devidamente aceita pela Direção.

Art. 43. Caberá ao Diretor do SIMAE a designação dos servidores, aos quais serão disponibilizados os cursos e/ou capacitações.

TÍTULO V

DA AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL

CAPÍTULO I

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 44. Para avaliar o preenchimento dos requisitos necessários para concessão da Evolução Funcional dos servidores do SIMAE, caberá ao seu Diretor constituir Comissões para Avaliação Anual de Desempenho Funcional de cada servidor, com mandato de dois anos, composta por três membros, dos quais um exercerá a presidência, sendo vedada a recondução de todos os seus membros.

§ 1º Se o parecer da Comissão Anual de Avaliação for pelo não preenchimento das exigências estabelecidas para a evolução do servidor, caberá ao Coordenador Geral notificá-lo, dando-lhe ciência do parecer e o prazo de 10 dias, para, querendo, pedir reconsideração devidamente fundamentada.

§ 2º Concluído o processo, será encaminhado ao Diretor, que poderá determinar a realização de novas diligências, ou decidir pelo deferimento ou indeferimento da evolução, em despacho fundamentado.

Art. 45. As Avaliações Anuais de Desempenho Funcional devem:

I - ser realizadas anualmente;

II - resultar em um índice de desempenho, sendo que para

apuração deste índice, cada fator de avaliação receberá pontuação variável de 01 (zero um) a 10 (dez), observando a postura racional de desempenho, dentro das restrições verificadas em cada caso.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 46. A Avaliação Anual de Desempenho Funcional deverá medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios:

I - qualidade do trabalho: considera-se a qualidade do trabalho, entre outros, o capricho, clareza, perfeição e ausência de erros, apresentação e asseio com o que o trabalho é executado pelo servidor;

II - produtividade no trabalho e cumprimento das tarefas: avalia-se a quantidade do trabalho realizado pelo servidor em relação ao tempo gasto, cumprimento dos prazos estipulados, a rapidez e eficiência no trabalho;

III - presteza e administração do tempo: disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição do trabalho em grupo com o qual colabora, a espontaneidade em prestar auxílio e colaboração, observando-se a necessidade do SIMAE, do trabalho em si e do grupo com o qual colabora, considerando a capacidade do servidor em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para a sua entrega;

IV - iniciativa, dedicação ao trabalho e capacidade profissional: considera-se a confiança que o servidor possui na tomada das próprias decisões, se apresenta sugestões de melhorias e desenvolve ações independentes na execução dos seus trabalhos, o desenvolvimento de ações no sentido de buscar meios para adquirir novos conhecimentos, a forma com que é receptivo as críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar a sua performance e postura, superando dificuldades e carências, bem como a iniciativa própria de se desenvolver e progredir profissionalmente;

V - senso de responsabilidade.: avalia-se o grau de responsabilidade do servidor, bem como a maneira com que o mesmo responde pelas consequências decorrentes das atitudes que toma;

VI - respeito às normas, disciplina, receptividades às ordens superiores: considera-se a atenção do servidor no cumprimento das normas do SIMAE, como observa as normas legais e regulamentares, bem como a seriedade com que se conduz no trabalho, a ordem e esmero nos trabalhos executados, exatidão na apresentação dos mesmos, a urbanidade com que trata as pessoas, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados, bem como a maneira pela qual recebe e aceita instruções, incumbências, novas idéias e ordens de seus superiores, além do respeito que tem com os mesmos;

VII - zelo com o patrimônio do SIMAE: avalia-se a forma que o servidor trata os assuntos ligados à segurança do trabalho e preservação dos bens do SIMAE, bem como o cuidado e preocupação demonstrados na conservação dos bens patrimoniais e seus instrumentos e equipamentos de trabalho, as sugestões apresentadas, visando a manutenção e conservação do patrimônio do SIMAE;

VIII - relacionamento, coleguismo, grau de cooperação e relacionamento com o Público: considera-se a capacidade de trabalhar em harmonia com os colegas, evitando provocar situações de conflitos e o tratamento dispensado aos que fazem ou não parte do seu grupo de trabalho, se atende com presteza os consumidores e o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

IX - assiduidade e pontualidade: considera-se o comparecimento diário ao trabalho do servidor, bem como a sua permanência no local de trabalho e maneira como observa a frequência e o cumprimento dos horários de trabalho estabelecidos, evitando faltas e atrasos justificados ou injustificados;

X - comportamento moral e ético no exercício do cargo: considera-se a reputação e honestidade do servidor, modos de ação do servidor no meio em que vive, aptidão, capacidade e competência no desenvolvimento das suas atribuições, capacidade de manter

conduta compatível com a moralidade e capacidade de guardar sigilo sobre os assuntos do SIMAE.

Art. 47. O modelo e a sistemática de Avaliação Anual de Desempenho Funcional serão elaborados após estudos e discussões baseados nos critérios citados no art. 46 e será regulamentado por Decreto do Executivo Municipal.

TÍTULO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 48. Para atendimento do disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal, os servidores nomeados para provimento efetivo, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial pelo período de três anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu cargo.

Parágrafo único. O servidor não aprovado no estágio será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 49. No processo de avaliação serão observados os itens constantes no art. 46, sendo considerado inapto o servidor que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a 07 (sete) em quatro ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas, ou na última avaliação.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o servidor que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, por determinação do Diretor, for submetido a devida perícia médica, constituída pelo SIMAE e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do cargo.

Art. 50. Os processos de avaliação em estágio probatório serão organizados e conduzidos pelo Coordenador Geral do SIMAE.

Art. 51. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Diretor para cada servidor, a qual terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do servidor a ser avaliado, composta por três servidores titulares e dois suplentes, todos estáveis.

Art. 52. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a 07 (sete) em qualquer dos itens.

Art. 53. O servidor avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de 10 dias úteis oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até três testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo servidor avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independente de qualquer intimação ou convocação por parte desta.

Art. 54. Encerrada a instrução, fica facultado ao servidor avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, a Comissão Especial de Avaliação se reunirá para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do servidor, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Diretor para decisão.

Art. 55. O servidor, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber cinco avaliações, assim distribuídas:

- I - primeira: ao completar seis meses de exercício no cargo;
- II - segunda: ao completar doze meses de exercício no cargo;
- III - terceira: ao completar dezoito meses de exercício no cargo;
- IV - quarta: ao completar vinte e quatro meses de exercício no cargo; e

V - quinta: ao completar trinta meses de exercício do cargo.

§ 1º Após a quinta avaliação e antes do findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º Mediante evidências de que o servidor não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médica pericial, o Diretor poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 56. De posse do processo, e após parecer jurídico, o Diretor avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimento das omissões.

Art. 57. Constatada a regularidade do processo, o Diretor decidirá pela aptidão ou inaptidão do servidor avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão, ou a expedição do devido ato de exoneração se a conclusão for pela inaptidão.

Art. 58. O servidor que por ocasião da entrada em vigor desta Lei Complementar encontrar-se em estágio probatório, passará a ser avaliado de acordo com os seus dispositivos.

Art. 59. Normas complementares às disposições deste Título serão regulamentadas através de Decreto do Chefe do Poder Executivo do Município de Capinzal.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FUNCIONAIS

CAPÍTULO I DO VALE ALIMENTAÇÃO

Art. 60. O SIMAE concederá vales-alimentação aos seus servidores, destinados a proporcionar a aquisição de alimentos para as refeições diárias.

Art. 61. Cada servidor receberá tantos vales-alimentação quantos forem os dias de efetivo trabalho em cada mês, inclusive em dias em que trabalhar extraordinariamente, por no mínimo 04 (quatro) horas.

Art. 62. Não serão concedidos vales-alimentação a estagiários, bem como aos servidores nos dias em que forem concedidas diárias.

Art. 63. Os vales-alimentação concedidos nas condições e limites definidos nesta Lei Complementar, não têm natureza remuneratória, não se incorporando na remuneração, nem constituindo base de rendimentos para tributação e contribuição previdenciária, podendo ainda a Administração a qualquer momento deixar de concedê-los.

Art. 64. O valor unitário do vale-alimentação será calculado com base no índice de 2,0% (dois por cento), correspondente ao Padrão 01, nível 01, referência A, do Anexo IV, desta Lei Complementar.

CAPÍTULO II DO REGIME DE ADIANTAMENTO

Art. 65. Para os fins do disposto no art. 64 da Lei Complementar nº 88, de 22 de dezembro de 2005, fica o Ordenador de Despesas do SIMAE autorizado a transferir recursos financeiros em forma de adiantamento, para atender Despesas Miúdas de Pronto Pagamento (DMPP), a servidor efetivo.

Art. 66. Os adiantamentos somente serão concedidos através de empenho prévio nominal ao(s) servidor(es) designado(s) e

destinam-se a atender pequenas despesas de pronto pagamento. § 1º Fica fixado como limite referente ao valor do adiantamento, a quantia de até dois salários mínimos para serviços de terceiros e para material de consumo.

§ 2º As despesas provenientes deste artigo correrão por conta das respectivas dotações do orçamento vigente do SIMAE.

Art. 67. Aos servidores do SIMAE também poderá ser concedido adiantamento para atender despesas com viagens a serviço ou outros interesses da Autarquia.

Art. 68. A competente prestação de contas dos recursos relativos aos adiantamentos referentes a DMPP (despesas miúdas de pronto pagamento), deverá ser promovida mensalmente, no último dia útil do mês da liberação dos recursos, mediante documentos fiscais hábeis, de acordo com o respectivo elemento de despesa e devolução do montante não utilizado.

§ 1º Para os adiantamentos de viagem a prestação de contas deverá ser efetuada em até cinco (05) dias após a data de retorno.

§ 2º É vedada a liberação de mais de dois adiantamentos ao mesmo servidor ou novos adiantamentos àqueles com prazo de prestação de contas vencido.

CAPÍTULO III

DO REGIME DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art. 69. Para efeito do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro 2012, o servidor integrante do quadro de pessoal do SIMAE, que se deslocar para outro ponto do território nacional ou internacional, em caráter temporário, a serviço ou para participar de eventos de interesse da Autarquia, tais como cursos, estágios ou outra modalidade de aperfeiçoamento diretamente relacionada com o cargo ou função, terá direito à percepção de diárias, destinadas a indenizar as despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

Parágrafo único. Normas complementares para a concessão de diárias, bem como os respectivos valores serão fixados mediante Decreto do Poder Executivo Municipal de Capinzal.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DE HORÁRIO DE SOBREAVISO E DAS HORAS EXTRAS

Art. 70. Fica instituído para os servidores do SIMAE, o sistema de horário de sobreaviso que obedecerá ao seguinte:

I - considerar-se-á em horário de sobreaviso, o servidor designado pela sua chefia imediata, para permanecer à disposição do SIMAE, fora do seu setor e horário regular de trabalho, em qualquer dia da semana, aguardando eventual chamado para desempenhar suas atividades, em horários fora do expediente normal;

II - durante o período em que estiver programada a sua permanência à disposição, o servidor poderá circular livremente no perímetro urbano dos municípios de Capinzal e Ouro, vedado, porém, o afastamento para além desses limites, cuja inobservância injustificada do disposto neste inciso configura descumprimento de dever funcional e sujeitará o servidor às penalidades disciplinares previstas em lei;

III - a administração do SIMAE dotará os servidores que deverão permanecer a disposição, munido dos meios de comunicação necessários, para o contato imediato nas situações de emergência;

IV - as horas de sobreaviso serão remuneradas à razão de 30% da hora normal do vencimento básico do servidor, calculada com base em 200 horas mensais;

V - as horas efetivamente trabalhadas durante o período a disposição, serão pagas como horas extras e não computarão para o número e horas de sobreaviso; e

VI - o regime de sobreaviso será organizado pela direção do SIMAE, em escalas, observado quando possível o sistema de rodízio.

Art. 71. As horas extraordinárias trabalhadas por servidor do SIMAE serão pagas com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento), quando trabalhadas de segunda-feira a sábado e de 80% (oitenta por cento), quando trabalhadas nos domingos ou feriados legalmente instituídos.

Art. 72. Para os servidores que trabalhem em regime de escala de revezamento, contarão como horas extraordinárias, no que se referem aos feriados, as horas trabalhadas que recaírem em dias que estiverem cumprindo a referida escala.

Parágrafo único. Os sábados e domingos serão considerados dias normais de trabalho, uma vez que o descanso semanal variará de acordo com a escala.

CAPÍTULO V

DA COMPENSAÇÃO DE HORAS

Art. 73. Fica a administração do SIMAE autorizada a instituir programas de compensação de horas, destinada aos servidores que trabalhem em atividade de atendimento permanente e continuado e dar-se-á na hipótese do servidor trabalhar até duas horas a mais ou a menos do que 08 (oito) diárias ou até 08 (oito) horas mais ou menos do que 40 (quarenta) horas na semana, hipóteses em que a compensação deverá ocorrer dentro das cinco semanas seguintes.

§ 1º Aos servidores que atuarem nas atividades a que se refere este artigo, ficam assegurados dois dias de descanso consecutivo em quaisquer dos dias da semana, ressalvado que pelo menos um dos fins de semana de cada mês recaia em sábado e domingo consecutivo.

§ 2º Serão consideradas horas normais de trabalho as realizadas em sábados e domingos, na hipótese do § 1º deste artigo, somente podendo ser consideradas horas extras as que excederem às 40 (quarenta) horas semanais e não compensadas na forma deste artigo.

§ 3º A escala dos horários para as atividades referidas neste artigo será estabelecida pelo Diretor do SIMAE, a critério de quem, desde que preservado o interesse da Autarquia, poderá ser aceita proposta de escala de consenso por parte de todos os servidores da área envolvida.

Art. 74. Além do disposto no art. 73, em caso de comum acordo com os servidores, fica facultado o estabelecimento de plantões de 36 horas de descanso consecutivo para cada 12 horas de trabalho consecutivo, hipótese em que serão considerados dias de descanso semanal os dias dos intervalos de descanso, excluída a hipótese de dois dias consecutivos de descanso a que se refere o § 1º do art. 73.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 75. O atual valor da referência "A", do nível 01, do Padrão 01, da Tabela Progressiva de índices referente aos vencimentos é de R\$ 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais).

Art. 76. Servidor estável do SIMAE, que for aprovado para cargo de padrão superior e que em razão das promoções obtidas no seu cargo anterior percebia vencimento superior ao nível e referência inicial do seu novo cargo, terá direito ao enquadramento em nível e referência do padrão do novo cargo, compatível com o vencimento percebido no cargo anterior, observado valor igual ou imediatamente superior, em caso de disparidade.

Art. 77. Com o propósito de assegurar a estabilidade financeira, o exercício de cargo em comissão ou função de confiança por mais de dez anos consecutivos e ininterruptos garante ao servidor a concessão de vantagem pessoal correspondente ao vencimento integral do respectivo cargo em comissão ou do valor da

respectiva gratificação a título de função de confiança.

§ 1º Quando mais de um cargo em comissão ou função de confiança tenha sido exercido no período referido no caput deste artigo a vantagem pessoal nominal será calculada proporcionalmente sobre os cargos ou funções exercidos durante o período.

§ 2º A vantagem pessoal nominal de que trata este artigo não integra a remuneração do servidor para todos os efeitos legais, inclusive a incidência do adicional por tempo de serviço e outras vantagens pecuniárias.

§ 3º O servidor que tiver conquistado a vantagem pessoal nominal prevista neste artigo e vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança poderá, conforme o caso, optar:

I - pelo vencimento do cargo em comissão;

II - pelo vencimento do cargo efetivo acrescido do valor da função de confiança;

III - pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da vantagem pessoal nominal conquistada e do valor correspondente a vinte por cento (20%) do vencimento do cargo comissionado ou do valor da função.

§ 4º O valor da vantagem pessoal nominal decorrente deste artigo será aumentado nas mesmas datas e proporções em que ocorrer o aumento ou reajuste no vencimento correspondente ao cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 78. Fica extinto o cargo de Técnico Laboratorista e Oficial Administrativo, e extinguir-se-ão, com a vacância, os cargos de Auxiliar Administrativo, Oficial Técnico, Mecânico de Manutenção e Técnico em Contabilidade.

Art. 79. Ficam alteradas as denominações dos cargos de:

I - Leiturista para Agente Administrativo I;

II - Escriturário para Agente Administrativo II;

III - Operador de ETA/ETE para Técnico em Tratamento de Água e Esgoto.

Art. 80. Ficam alteradas as denominações das seguintes funções de confiança:

I - Chefe de Serviço Técnico para Coordenador Técnico;

II - Chefe do Serviço Administrativo para Coordenador Administrativo;

III - Encarregado de ETA/ETE para Supervisor de Estação de Tratamento.

Art. 81. Fica ratificada a validade do Concurso Público originado pelo EDITAL nº SIMAE/CAO/01/2008 vigente, permanecendo até o término de sua vigência a ordem de classificação dos candidatos aprovados nos cargos de Encanador e Escriturário, sendo este último correspondente ao cargo de Agente Administrativo II, conforme art. 78.

Art. 82. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento vigente do SIMAE.

Art. 83. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de abril de 2012.

Art. 84. Revoga as seguintes Leis:

I - Lei nº 1.604, de 16 de dezembro de 1991;

II - Lei nº 1.710, de 14 de abril de 1993;

III - Lei nº 1.853, de 19 de outubro de 1994;

IV - Lei nº 1.864, de 29 de outubro de 1994;

V - Lei nº 2.050, de 03 de novembro de 1997;

VI - Lei nº 2.058, de 05 de novembro de 1997;

VII - Lei nº 2.221, de 23 de agosto de 2000;

VIII - Lei nº 2.236, de 30 de novembro de 2000;

IX - Lei nº 2.533, de 24 de março de 2004;

X - Lei nº 2.635, de 30 de junho de 2005;

XI - Lei Complementar nº 29, de 14 de novembro de 1996;

XII - Lei Complementar nº 52, de 22 de fevereiro de 2002;

XIII - Lei Complementar nº 59, de 28 de agosto de 2002;

XIV - Lei Complementar nº 78, de 14 de abril de 2004; e

XV - Lei Complementar nº 114, de 28 de maio de 2008.

Capinzal, em 4 de abril de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

Cargos Pertencentes ao Grupo Administrativo:

Cargo: I - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Padrão: 01

Grupo: Administrativo

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo

Nacionalidade: Ser Brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Execução dos serviços de limpeza, conservação, manutenção e organização das instalações e do mobiliário do SIMAE, além de preparar e servir café, chá, água aos demais servidores e a visitantes do SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais são as seguintes:

I - Efetuar todas as atividades necessárias à limpeza das instalações do SIMAE, compreendendo escritório, estação de tratamento de água, almoxarifados e garagens, área de convivência e demais dependências, seus arredores e pátios;

II - Manter limpos os móveis, equipamentos e demais utensílios do SIMAE;

III - Preparar e servir café, chá, água, etc.;

IV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

V - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

VI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: II - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Padrão: 03

Grupo: Administrativo

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos
Idade Mínima: 18 anos

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Execução de todos os trabalhos auxiliares de escritório junto às seções do SIMAE, compreendendo rotinas preestabelecidas, que possam ser prontamente aprendidas e definidas pela chefia imediata.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Auxiliar Administrativo são as seguintes:

I - Auxiliar os demais servidores de todas as seções administrativas do SIMAE, no desenvolvimento de atividades administrativas, executando dentre outras, as seguintes atividades:

a) buscar e entregar correspondência na agência dos Correios e outros órgãos públicos e/ou empresas;
b) efetuar serviços bancários, tais como: pagamentos, coleta e entrega de documentos, dentre outros;
c) atender telefone e retransmitir aos interessados, efetuar ligações quando solicitado, anotar recados e repassar os interessados, recepcionar o público em geral que visitam o SIMAE e direcioná-las as demais seções.

II - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

III - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

IV - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: III - AGENTE ADMINISTRATIVO I

Padrão: 03

Grupo: Administrativo

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

Formação Específica: Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar todas as tarefas inerentes à manutenção da organização e dos controles necessários à coleta e registro de leituras de hidrômetros, realizar a entrega de faturas e demais comunicações e/ou documentos aos usuários/consumidores, efetuar serviços bancários e correios, Auxiliar em todas as atividades das demais seções administrativas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Agente Administrativo I, são as seguintes:

I - Executar todas as atividades necessárias à coleta e registro de leituras dos hidrômetros instalados nos imóveis dos usuários, dentro dos prazos estipulados;

II - Levantar informações de campo referente às ligações de água e esgoto, e manter os seus registros informatizados ou não devidamente organizados e atualizados;

III - Registrar e comunicar a chefia do setor ou à pessoa responsável, quaisquer anormalidades constatadas em campo, nos ramais prediais, bem como em todo o sistema de distribuição de água e coleta de esgoto sanitário;

IV - Manter os equipamentos de uso, tais como: coletores,

motocicletas e outros, em perfeito estado de conservação, observando as normas legais aplicáveis quando da sua utilização;

V - Executar a entrega de faturas de serviços e correspondências aos usuários, quer sejam de ordem comunicativa, punitiva ou orientativa, e outras de interesse do SIMAE, dentro dos prazos estipulados;

VI - Servir de agente de comunicação entre o SIMAE e os seus usuários/consumidores, orientando-os corretamente, sempre que por eles solicitado, no que tiver ao seu alcance, encaminhando os mesmos para o escritório do SIMAE, nos casos em que as dúvidas não possam ser sanadas;

VII - Auxiliar em todas as atividades das demais seções administrativas;

VIII - Buscar e entregar correspondência na agência dos Correios e outros órgãos públicos;

IX - Atender telefone e retransmitir aos interessados, efetuar ligações quando solicitado, anotar recados e repassar os interessados, recepcionar o público em geral que visitam o SIMAE e direcioná-las as demais seções;

X - Efetuar serviços bancários, tais como: pagamentos, coleta e entrega de documentos, dentre outros;

XI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;

XII - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;

XIII - Comunicar a chefia imediata as manutenções necessárias nos veículos, motocicletas e outros equipamentos utilizados pelo mesmo, bem como, observar toda a legislação pertinentes a condução de veículos;

XIV - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XVI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo IV - AGENTE ADMINISTRATIVO II

Padrão: 05

Grupo: Administrativo

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Superior Completo em nível de graduação plena

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Planejar e executar os serviços necessários à manutenção e bom funcionamento de todas as atividades administrativas do SIMAE, com responsabilidade pela observância das exigências legais e dos órgãos de controle dos atos administrativos do SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Agente Administrativo II, são as seguintes:

I - Executar os diversos serviços, necessários ao bom funcionamento de todas as seções administrativas do SIMAE, cumprindo os procedimentos e normas especificamente as da seção onde o servidor estiver lotado, estipuladas pelas legislações que normatizam

as atividades do SIMAE, sendo de sua inteira responsabilidade a aplicação e observação das mesmas, bem como atendimento das normas do Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos normatizadores, prestando contas e/ou informações aos mesmos quando solicitado;

II - Sem prejuízo a novas seções que poderão ser instituídas pelo SIMAE, o(a) servidor(a) ocupante do cargo de Agente Administrativo II, desenvolverá atividades nos setores de Material e Patrimônio, Recursos humanos, Contabilidade e Emissão e Controle de Contas;

III - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

IV - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização

V - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde.

VI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: V - TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Padrão: 06

Grupo: Administrativo

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

Formação Específica: Curso Técnico em Contabilidade

Registro no Conselho Regional de Contabilidade

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Planejar, coordenar e executar os trabalhos de escrituração contábil do SIMAE, responsabilizando-se pelo atendimento da legislação pertinente.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Técnico em Contabilidade são as seguintes:

I - Executar todas as atividades necessárias a realização das operações contábeis, elaborar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis e apresentar resultados parciais e totais da situação patrimonial, econômica e financeira;

II - Efetuar trabalhos de análise e conciliação de contas, conferir saldos, localizar e retificar erros;

III - Classificar e avaliar despesas, através da natureza das mesmas, visando apropriar custos de bens e serviços;

IV - Conferir comprovantes e outros documentos relativos a operações de pagamento, à entradas em contas bancárias e outras transações financeiras;

V - Prestar orientações teóricas e práticas sobre trabalhos de contabilidade e escrituração;

VI - Emitir pareceres, laudos e elaborar estudos sobre assuntos de gênero contábil;

VII - Coordenar a elaboração e controlar a execução orçamentária do SIMAE;

VIII - Exercer controles financeiros e acompanhar aplicações de recursos;

IX - Analisar e fiscalizar cumprimento de toda a legislação aplicável a contabilidade pública, bem como as normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado e outros órgão normatizadores;

X - Prestar assistência à supervisão e à auditorias externas;

XI - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo

as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
XII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
XIII - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: VI - CONTADOR

Padrão: 06

Grupo: Administrativo

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Curso Superior Completo em nível de graduação plena.

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado.

Sexo: Ambos.

Idade Mínima: 18 anos.

Formação Específica: Graduação em Ciências Contábeis

Registro no Conselho Regional de Contabilidade

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Planejar, coordenar, supervisionar, executar e responsabilizar-se pela administração financeira, patrimonial, contábil e de auditoria, em obediência às normas legais e às exigências dos órgãos de controle das contas do SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Contador são as seguintes:

I - Executar funções contábeis complexas;

II - Informar decisões em matéria de contabilidade;

III - Elaborar planos de contas;

IV - Propor normas de administração contábil;

V - Orientar a escrituração de livros contábeis;

VI - Fazer levantamentos e organizar balanços e balancetes orçamentários, patrimoniais e financeiros;

VII - Revisar e interpretar balanços;

VIII - Fazer perícias contábeis;

IX - Participar de trabalhos de tomadas de contas dos responsáveis por bens ou valores do Município;

X - Assinar balanços e balancetes;

XI - Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições;

XII - Estudar, sob o aspecto contábil, a situação da dívida pública municipal;

XIII - Orientar o levantamento de bens patrimoniais do SIMAE;

XIV - Proceder a auditoria, quando devidamente credenciado;

XV - Analisar e fiscalizar cumprimento de toda a legislação aplicável a contabilidade pública, bem como as normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado e outros órgão normatizadores;

XVI - Prestar assistência à supervisão à auditorias externas;

XVII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XVIII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XIX - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização

XX - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargos Pertencentes ao Grupo Técnico:

Cargo: VII - VIGILANTE

Padrão: 02
Grupo: Técnico
Ingresso: Concurso Público
Processo de Seleção: Provas
Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
Horário: Conforme Escala/Quadro de Horários de Trabalho
Requisitos:
Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo
Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado
Sexo: Ambos
Idade Mínima: 18 anos
Formação Específica: Curso de Vigilante/vigia, com credenciamento junto a Polícia Federal.

DESCRIÇÃO SUMÁRIO DO CARGO

Realizar os serviços de vigilância, com o fim de preservação da segurança e conservação dos bens e espaços do SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Vigilante são as seguintes:

- I - Fiscalizar o acesso de pessoas aos bens do SIMAE, tais como: terrenos, edificações, veículos e equipamentos diversos;
- II - Identificar pessoas estranhas ao serviço que adentrarem nas dependências do SIMAE;
- III - Fiscalizar e/ou revistar veículos, volumes e cargas, impedindo a saída sem a devida autorização;
- IV - Zelar pela segurança das edificações, das instalações e dos materiais sob sua guarda;
- V - Fazer rondas internas e externas nas áreas sob sua guarda, promovendo o registro de horário em dispositivo apropriado;
- VI - Atender telefone, receber e repassar recados, as pessoas competentes, sobre problemas ocorridos no sistema;
- VII - Acompanhar o funcionamento dos sistemas de: Tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destino final do Esgoto. Visando detectar possíveis problemas, comunicando as pessoas responsáveis em caso de ocorrência de problemas;
- VIII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
- IX - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
- X - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: VIII - AUXILIAR DE OPERAÇÕES

Padrão: 02
Grupo: Técnico
Ingresso: Concurso Público
Processo de Seleção: Provas
Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho
Requisitos:
Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo
Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado
Sexo: Masculino
Idade Mínima: 18 anos

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar serviços de instalações, ampliações, consertos, cargas/descargas, transporte, armazenamento, alvenaria e carpintaria em geral, auxiliar em instalações nas implantações e/ou manutenções hidráulicas e elétricas, desenvolvidas pelo SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Auxiliar de Operações são as seguintes:
I - Auxiliar nos serviços de instalações, aplicações e consertos de redes, adutoras e ramais domiciliares de água/esgoto, executando todas as atividades necessárias para o bom desempenho das

mesmas;

- II - Auxiliar em serviços de limpeza, reforma e manutenção das instalações do SIMAE;
- III - Executar a abertura e o fechamento de valas, com a remoção do pavimento, reaterro e apiloamento da vala;
- IV - Executar serviços de urbanização, compreendendo, construção de muro, pintura e outros que se fizerem necessários às edificações do SIMAE, bem como os serviços de poda de árvores, flores e gramas;
- V - Operar máquinas e equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades;
- VI - Executar serviços de carga, descarga, transporte e armazenamento de materiais em locais determinados;
- VII - Efetuar a limpeza e a manutenção das ferramentas, instrumentos, bem como manter o asseio dos locais de trabalho;
- VIII - Construir casas de madeira, cercas, armários, caixas para ferramentas e caixarias para concreto;
- IX - Fazer escoramento de madeira em valas, para evitar desmoronamentos;
- X - Efetuar serviços de reparos em alvenarias e/ou carpintaria nas aberturas, paredes, telhados, bem como a colocação de vidros, desenvolver pequenos trabalhos na área de alvenarias e carpintaria;
- XI - Confeccionar caixas de alvenarias e armações de ferragens para concreto;
- XII - Requisitar e manter suprimento de material necessário ao trabalho, verificando a qualidade dos mesmos, à vista das especificações;
- XIII - Executar interrupções e restabelecimento de água nos imóveis dos usuários;
- XIV - Ficar a disposição do SIMAE quando designado para cumprir horários de sobreaviso;
- XV - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;
- XVI - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;
- XVII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
- XVIII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
- XIX - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: IX - ENCANADOR

Padrão: 04
Grupo: Técnico
Ingresso: Concurso Público
Processo de Seleção: Provas
Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho
Requisitos:
Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo.
Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado.
Sexo: Masculino
Idade Mínima: 18 anos.
Formação Específica: Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar todas as tarefas necessárias as implantações, manutenções e ampliações das redes e ramais hidráulicos dos sistemas de abastecimento de água e coleta, tratamento e destino final do esgoto. Auxiliar nas diversas tarefas de manutenção, ampliação e

conservação dos sistemas de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Encanador são as seguintes:

I - Fazer instalação, conserto e manutenção de adutoras e redes de distribuição de água, executando todas as atividades necessárias para tal;

II - Executar instalação/retirada de equipamentos utilizados pelo SIMAE nos sistemas de distribuição de água e coleta e tratamento de esgotos;

III - Executar manutenções hidráulicas nas dependências do SIMAE;

IV - Executar todas as atividades necessárias a instalação, manutenção, consertos e mudança de ligações domiciliares, orientado os usuários e seus auxiliares para a correta execução dos serviços e instalação dos equipamentos e acessórios, tanto de água como de esgoto;

V - Relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado;

VI - Relatar todas as atividades desenvolvidas, ao setor competente, de acordo com os critérios do SIMAE, bem como, os materiais utilizados na execução das atividades;

VII - Manter limpos, organizado e em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e utensílios utilizados no desenvolvimento de suas atividades;

VIII - Efetuar a instalação, conserto e manutenção de redes coletoras de esgoto;

IX - Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção de registros e pisos de cimento;

X - Ficar a disposição do SIMAE quando designado para cumprir horários de sobreaviso;

XI - Prestar informação aos usuários/consumidores dos serviços executados em seus imóveis, quando solicitado pelos mesmos;

XII - Relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com critérios do SIMAE;

XIII - Proceder a testes para detecção e localização de vazamentos domiciliares e em redes;

XIV - Realizar descargas em ponta de rede;

XV - Prestar serviços de geofonamento, operando os equipamentos e utensílios necessários para a execução de tais serviços inerentes;

XVI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;

XVII - Executar interrupções e restabelecimento de água nos imóveis dos usuários;

XVIII - Comunicar a chefia imediata as manutenções necessárias nos veículos, motocicletas e outros equipamentos utilizados pelo mesmo, bem como, observar toda a legislação pertinentes a condução de veículos;

XIX - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;

XX - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XXI - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XXII - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: X - PEDREIRO

Padrão: 03

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo.

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado.

Sexo: Ambos.

Idade Mínima: 18 anos.

Formação Específica: Experiência de no mínimo 02(dois) anos com Carteira de trabalho assinada.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar todos os trabalhos de alvenaria e concreto, necessários a realização das atividades do SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Pedreiro são as seguintes:

I - Executar todas as atividades necessárias à alocação de obras, construção de alicerces, levantamento de paredes de alvenaria e/ou madeira, muros de arrimo, reboco de paredes e muros, assentar portas, janelas, cerâmicas, azulejos e ladrilhos, colocar telhas e goivos, efetuar conserto diversos nas instalações do SIMAE;

II - Utilizar e manter em perfeito estado de conservação os equipamentos e utensílios necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

III - Fazer e reparar bueiros, calçadas, poços de visita, caixas de proteção de registros e macro medidores;

IV - Preparar e/ou orientar a preparação de argamassa para junção de tijolos ou para reboco de paredes;

V - Revolver e colocar concreto em formas de confecção de artefatos de cimento;

VI - Distribuir serviços e orientar seus auxiliares;

VII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

VIII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

IX - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XI - MOTORISTA

Padrão: 04

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

Formação Específica: Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos com transporte de pessoas

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Dirigir veículos para condução de empregados e transporte de materiais e equipamentos. Zelar e fazer ou propor a chefia imediata a realização de manutenções preventivas e corretivas dos veículos sob sua guarda e/ou utilização.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Motorista são as seguintes:

I - Dirigir veículos para condução de servidores nos trabalhos externos e transportar máquinas e equipamentos;

II - Viajar para localidades fora da sede, para conduzir servidores, transportar máquinas e equipamentos;

III - Verificar diariamente as condições de uso dos veículos, visitando todos os itens de segurança obrigatórios ou não, bem

como, se o veículo esta em condição de utilização e se todos os seus componentes estão funcionando corretamente;
 IV - Observar e respeitar todas as normas de transito, bem como toda a legislação pertinente a condução de veículos;
 V - Zelara pelas aparências internas e externas dos veículos conservando-os;
 VI - Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora de partida, o percurso, os passageiros, a hora de retorno do veículo à sede e demais ocorrências exigidas em normas do SIMAE;
 VII - Transmitir ordens e informações entre locais onde tenham ocorrido avarias no sistema;
 VIII - Executar pequenos reparos de emergência nos veículos e solicitar a manutenção periódica ao ser atingida a quilometragem estabelecida;
 IX - Participar e executar serviços de plantões nos feriados, finais de semana e noturnos, cumprindo as demais atribuições de cargo
 X - Comunicar imediatamente à chefia imediata a ocorrência de qualquer fato ou sinistro ocorrido com os veículos;
 XI - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
 XII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
 XIII - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XII - OPERADOR DE MÁQUINAS

Padrão: 04

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 Anos

Formação Especifica: Carteira Nacional de Habilitação para operação e condução de máquinas pesadas.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Operar e manter em condições de funcionamento máquinas pesadas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Operador de Máquinas são as seguintes:

I - Operar retro-escavadeiras, pás carregadeiras e outras máquinas pesadas, destinadas à abertura de valas, terraplenagens e outras atividades necessárias ao desenvolvimento do SIMAE, bem como executar todas as atividades necessárias à boa manutenção das mesmas, tais como: abastecimento com combustível correto, controle de níveis de água e óleo dos diversos, substituindo, quando necessários, pequenos reparos
 II - Informar ao setor de compras quais são os insumos corretos que devem ser adquiridos. Comunicar aos superiores imediatos possíveis problemas que vierem a ocorrer com as máquinas;
 III - Preencher relatório diário de funcionamento da máquina e encaminhado à chefia imediata para visto;
 IV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
 V - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
 VI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XIII - MECÂNICO DE MANUTENÇÃO

Padrão: 04

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

Formação Especifica: Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar todas as atividades destinadas a promoção da manutenção preventiva e corretiva dos hidrômetros, conjuntos moto-bomba e demais equipamentos instalados nos sistemas de água e esgoto, visando o seu perfeito funcionamento e prolongamento de sua vida útil.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Mecânico de Manutenção são as seguintes:

I - Aferir todos os hidrômetros retirados das ligações domiciliares;
 II - Separar todos os hidrômetros defeituosos, daqueles que apresentarem perfeito funcionamento;
 III - Promover conserto dos hidrômetros defeituosos;
 IV - Promover o controle e a reposição do estoque de peças dos diversos tipos de hidrômetros;
 V - Manter a limpeza e a ordem no local de trabalho;
 VI - Executar serviços destinados a promover a operação e a manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos e equipamentos elétricos e mecânicos;
 VII - Promover a desmontagem, verificação e montagem de bombas, motores, chaves, painéis e acessórios eletromecânicos;
 VIII - Promover a manutenção e a recuperação de ferramentas;
 IX - Executar serviços diversos com solda elétrica e corte com maçarico e acetileno;
 X - Efetuar instalações, reparos e revisões de circuitos elétricos, bem como de aparelhos e acessórios eletromecânicos;
 XI - Manter observância das normas de higiene e segurança do trabalho, no que tange os sistemas de segurança e proteção dos aparelhos e equipamentos elétricos e mecânicos;
 XII - Operar conjuntos moto-bomba, seguindo instruções dos catálogos do fabricante e/ou instruções do SIMAE;
 XIII - Preencher formulário de Operação dos Grupos Moto-Bombas e informar diariamente o horário de funcionamento e a energia elétrica consumida;
 XIV - Informar ao chefe imediato as alterações na média de funcionamento diário dos conjuntos moto-bomba;
 XV - Manter as dependências das casas de bomba e os equipamentos sempre limpos e em ordem;
 XVI - Inspeccionar e anotar problemas de mau funcionamento dos conjuntos moto-bombas, relacionados com a amperagem, as altas temperaturas nos mancais da caixa de gaxetas, as vibrações, os ruídos estranhos, etc.;
 XVII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização.
 XVIII - Comunicar a chefia imediata as manutenções necessárias nos veículos, motocicletas e outros equipamentos utilizados pelo mesmo, bem como, observar toda a legislação pertinentes a condução de veículos;
 XIX - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para

visto;

XX - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
XXI - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
XXII - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XIV - AUXILIAR TÉCNICO

Padrão: 05

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser Brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 Anos

Formação Específica: Formação técnica na área de Saneamento ou Meio Ambiente, reconhecido pelo Ministério da Educação;

Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar trabalhos rotineiros, destinados à operação e à manutenção dos sistemas de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Auxiliar Técnico são as seguintes:

I - Executar serviços destinados a promover a operação e a manutenção dos componentes dos sistemas de água e esgoto;

II - Inspecionar, coordenar e executar os trabalhos locais;

III - Verificar periodicamente os sistemas de proteção e segurança elétricos, fogo, etc.;

IV - Orientar e executar trabalhos de manutenção de equipamentos;

V - Preparar e dosar produtos químicos;

VI - Realizar exames simplificados de controle da qualidade da água;

VII - Coletar amostras de água para exame de laboratório;

VIII - Manter limpos, conservados e com boa apresentação os imóveis, as benfeitorias, os equipamentos, os aparelhos e demais materiais componentes do sistema;

IX - Auxiliar e/ou orientar a execução ligações domiciliares, consertos e extensões de redes de água e esgoto;

X - Desenvolver atividades necessárias ao controle e monitoramento de funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos;

XI - Fazer leitura e manutenção em macro-medidores;

XII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XIII - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;

XIV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza, observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XV - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XVI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XV - DESENHISTA

Padrão: 04

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

Formação Específica: Curso Técnico na área de desenhos reconhecido(s) pelo Ministério da Educação;

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Elaborar desenhos e projetos de obras e instalações, através de especificações técnicas e instrumentos apropriados, em CAD ou outras ferramentas que se fizer necessária ou sejam disponibilizadas pelo SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Desenhista são as seguintes:

I - Estudar esboço ou idéia mestra de planos, examinar croquis, rascunhos, plantas, especificações técnicas, materiais, equipamentos disponíveis e outros elementos de orientação na elaboração de projetos;

II - Efetuar cálculos trigonométricos, geométricos e aritméticos, valendo-se de conhecimentos próprios, tabelas e outros recursos, para a determinação de dimensões, proporções e outras características de projetos;

III - Elaborar esboços de projetos, através de instrumentos de desenho e cálculos efetuados, que demonstrem características técnicas e funcionais de instalações e obra;

IV - Submeter esboços elaborados à apreciação superior e fornecer explicações oportunas que possibilitem correções e ajustes;

V - Elaborar desenhos definitivos de projetos, definir características, determinar estágios de execução e outros elementos técnicos de relevo, valendo-se de instrumentos apropriados e de escala adequada;

VI - Providenciar a manutenção e o aprimoramento de arquivo técnico, composto de mapas, plantas, memória de cálculos, e outros documentos;

VII - Fazer cópias, reduções e ampliações de desenhos;

VIII - Confeccionar avisos, cartazes e letreiros;

IX - Extrair ou providenciar a extração de cópias de plantas e desenhos;

X - Atualizar, através de introdução de modificações e detalhes, desenhos e plantas originais, de acordo com as alterações efetuadas nos projetos;

XI - Atualizar dados cadastrais do sistema;

XII - Elaborar orçamentos de novos projetos ou ampliações;

XIII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XIV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XV - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XVI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XVI - TÉCNICO EM ELETRO-MECÂNICA

Padrão: 05

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
 Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho
 Requisitos:
 Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo
 Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado
 Sexo: Ambos
 Idade Mínima: 18 anos
 Formação Específica: Curso Técnico em Eletromecânica, Elétrica, Mecânica ou Eletrônica, reconhecido pelo Ministério da Educação;
 Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Planejar, executar e participar da elaboração de projetos elétricos e mecânicos de controle, de instalação ou de manutenção de máquinas, equipamentos e instrumentos. Organizar e programar o processo de manutenção elétrica e mecânica. Aplicar métodos de segurança no trabalho e de melhorias da qualidade. Colaborar na melhoria dos sistemas de produção, instalação e manutenção dos sistemas de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Técnico em Eletromecânica são as seguintes:

- I - Trabalhar na operação e manutenção de equipamentos hidráulicos, pneumáticos, mecânicos e eletromecânicos; elaborar pesquisas metalográficas na indústria mecânica, para conhecimento e melhorias das propriedades mecânicas dos materiais;
- II - Supervisionar e executar trabalhos, tais como: confecção de ferramentas de estampos e repuxos, tratamentos térmicos em peças mecânicas, fabricação de ferramentas para tornos e plainas, fabricação de peças por soldagem;
- III - Prestar assistência técnica à compra, venda e utilização de máquinas e outros equipamentos especializados;
- IV - Elaborar layout para oficina mecânica;
- V - Planejar, orientar e/ou executar a fabricação de peças e conjuntos mecânicos;
- VI - Efetuar a substituição, ajuste ou reparos necessários em motores de veículos equipamentos;
- VII - Fazer a substituição ou regulação dos sistemas de freios, ignição, alimentação, lubrificação, transmissão, direção, suspensão e material rodante, alinhamento e balanceamento;
- VIII - Efetuar a substituição, ajuste ou reparos necessários em bombas em geral;
- IX - Traçar rolamentos, pequenos reparos com solda, serviço de caldeiraria, usinagem, ajustagem; executar serviços de manutenção mecânica em motores elétricos e quadros de comando;
- X - Auxiliar na manutenção de tubulações hidráulicas de ferro fundido e aço;
- XI - Orientar e supervisionar os serviços executados em tornearia, manutenção e solda realizados nas oficinas e nas casas de bombas. Conhecer o sistema de captação, reservação e distribuição de água operacionais para alcance de melhor eficácia, quando for o caso;
- XII - Atuar efetivamente na operação do Centro de Controle de Automação, executar outras atribuições afins;
- XIII - Conduzir e controlar as atividades técnicas na área, visando ao atendimento dispostos nos projetos e normas técnicas, assegurada a qualidade dos resultados;
- XIV - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização.
- XV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
- XVI - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XVII - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XVII - TÉCNICO EM TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
 Padrão: 06

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Escala/Quadro de horário de trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 anos

Formação Específica: Curso Técnico na área de Saneamento ou Meio Ambiente, reconhecido pelo Ministério da Educação;

Registro no Conselho Regional de Química;

Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Cuidar do controle e funcionamento técnico-operacional as estações de tratamento de água e esgoto, executando rigorosamente todos os procedimentos fixados e necessários ao cumprimento das normas aplicáveis ao tratamento de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto são as seguintes:

- I - Acompanhar o processo de Captação de águas subterrâneas e superficiais, registrando e controlando níveis de água, poços e reservatórios; Analisar águas brutas e tratadas, coletando amostras, realizando análises físico-químicas parciais e registrando resultados das análises nos controles instituídos pelo SIMAE;
- II - Tratar e distribuir águas, definindo dosagens e adicionando produtos químicos, inspecionando filtros, corrigindo o pH das águas filtradas e controlando os níveis dos reservatórios;
- III - Realizar tarefas operacionais e pequenos reparos, lavando tanques, lubrificando equipamentos, reparando válvulas e trocando fusíveis. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
- IV - Operar equipamentos dos laboratórios necessários a realização das análises, bem como outros equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades;
- V - Controlar Estoques de produtos químicos, reagentes e demais produtos, materiais e/ou utensílios recebidos;
- VI - Preparar soluções químicas;
- VII - Registrar manualmente ou através de sistemas informatizados os resultados das análises realizadas, bem como todas as informações inerentes a operação das Estações de Tratamento de Água e de Esgoto;
- VIII - Executar todos os controles necessários ao bom funcionamento das Estações de Tratamento de Água e de Esgoto, sendo responsável direto pela qualidade da água fornecida a população;
- IX - Efetuar a limpeza/lavagem dos floculadores, decantadores, filtros, bem como de outros compartimentos;
- X - Comunicar à chefia imediata, irregularidades em funcionamento de aparelhos e demais componentes das Estações de Tratamento de Água e de Esgoto;
- XI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização
- XII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza, observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
- XIII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
- XIV - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XVIII - OFICIAL TÉCNICO

Padrão: 07

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo

Nacionalidade: Ser Brasileiro nato ou naturalizado

Sexo: Ambos

Idade Mínima: 18 Anos

Formação Específica: Curso Técnico na área de Saneamento ou Meio Ambiente, reconhecido(s) pelo Ministério da Educação.

Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Orientar, coordenar e/ou executar trabalhos de coleta de dados, construção e execução de obras, instalações, operação, manutenção e conservação de sistemas de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Oficial Técnico são as seguintes:

I - Orientar e comandar serviços de operação e manobras, de acordo com as indicações da chefia imediata;

II - Coordenar e comandar serviços de reparo e manutenção;

III - Coordenar trabalhos de operação de Estação de Tratamento de Água e Esgoto;

IV - Assumir responsabilidade pelas requisições, guarda, controle e aplicação de materiais destinados às obras;

V - Preencher relatórios diversos;

VI - Calcular planilhas;

VII - Interpretar plantas e cronogramas de construções e instalações;

VIII - Elaborar croquis;

IX - Realizar medições de obras e serviços;

X - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XI - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza, observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XIII - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo: XIX - ENGENHEIRO SANITARISTA

Padrão: 07

Grupo: Técnico

Ingresso: Concurso Público.

Processo de Seleção: Provas

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Horário: Conforme Quadro de Horários de Trabalho

Requisitos:

Escolaridade Mínima: Curso Superior Completo.

Nacionalidade: Ser brasileiro nato ou naturalizado.

Sexo: Ambos.

Idade Mínima: 18 anos.

Formação Específica: Graduação em Engenharia Sanitária.

Registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;

Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Execução, Supervisão, Planejamento e Coordenação no campo da Engenharia Sanitária, observando as normas técnicas e a legislação aplicável as suas atividades.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

I - Elaborar e fiscalizar projetos de construção, montagem, operação, manutenção e reparo ou adaptação de instalações destinadas aos processos de produção, distribuição, tratamento de água e disposição final de esgotos;

II - Acompanhar e orientar a operação, manutenção e controle da qualidade em sistemas de tratamento e purificação de água e esgoto;

III - Elaborar estudos, planejamento, projetos, especificações e viabilidade técnica, econômica de obras e serviços técnicos relacionados com saneamento básico;

IV - Orientar o trabalho técnico de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de unidades na perspectiva da engenharia civil;

V - Orientar desenhista e técnicos em trabalhos referentes a edificações, sistemas de abastecimento de água e de saneamento, rios, canais, poços etc.;

VI - Efetuar vistorias, perícias, avaliação, arbitramento, laudos e pareceres técnicos, execução e fiscalização de obras e serviços técnicos;

VII - Orientar e/ou elaborar desenho técnico referente aos sistemas de água e esgoto;

VIII - Fiscalizar e controlar o andamento de obras, segundo as especificações. Orientar os serviços de topografia, desenho e elaboração de estudos, projetos e execução de obras;

IX - Elaborar e/ou analisar especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, bem como orçamentos analíticos relativos aos sistemas de água e esgoto, para fins de projetos e/ou licitações;

X - Elaborar e controlar os elementos técnicos necessários para efeito de pedido de financiamento junto aos Órgãos Financeiros;

XI - Planejar, executar, acompanhar e controlar as atividades operacionais do SIMAE;

XII - Prestar assistência técnica em sua especialidade para as diversas unidades do SIMAE;

XIII - Participar das atividades administrativas de controle e apoio referentes à sua área de atuação;

XIV - Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades do SIMAE ou entidades públicas e particulares, procedendo a estudos, dando pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao SIMAE;

XV - Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando treinamento em serviço ou ministrando aulas e palestras para contribuir com o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

XVI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;

XVII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas do SIMAE, os demais colegas, colaborando para a harmonizar o ambiente de trabalho;

XVIII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XIX - Executar outras e todas as tarefas inerentes ao cargo.

ANEXO II**DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA****I - DIRETOR (FC - 1)****DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO:**

I - Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar o funcionamento do SIMAE;

II - Expedir regulamentações, organizando as atividades do SIMAE e distribuindo e detalhando entre seus servidores as tarefas

a serem exercidas;

III - Representar o SIMAE judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, podendo constituir procuradores;

IV - Analisar a situação técnica, administrativa e financeira do SIMAE, fazendo previsões para definição de objetivos;

V - Estabelecer o valor das tarifas a serem cobradas pelos serviços prestados pelo SIMAE, visando o equilíbrio econômico e financeiro das suas atividades, a necessidade de recursos para investimentos e o pagamento de financiamentos, encaminhando planilhas aos Chefes dos Poderes Executivos e às Câmaras Municipais de Vereadores dos Municípios de Capinzal e Ouro, respeitadas as legislações pertinentes.

VI - Estabelecer as políticas de ação do SIMAE, de acordo com as normas e orientações, com programas e projetos específicos para atingir os objetivos de maneira como foram propostos, no tempo previsto e com uso dos meios disponíveis;

VII - Participar de negociações com o Município, sindicatos, tribunais e outras empresas, como representante legal, para decidir sobre assuntos de interesse do SIMAE;

VIII - Apresentar relatórios aos Municípios, ao Tribunal de Contas e prestar contas de sua gestão, quando solicitado;

IX - Fazer cumprir Leis, Convênios e Contratos e providenciar as alterações necessárias e submetê-los à aprovação dos Prefeitos, quando for o caso;

X - Prestar informações à imprensa e órgãos fiscalizadores;

XI - Realizar concursos públicos para o preenchimento dos cargos vagos;

XII - Nomear, contratar, promover, movimentar, processar administrativamente, punir, demitir e/ou exonerar e dispensar servidores lotados no SIMAE;

XIII - Delegar competências a subordinados;

XIV - Autorizar a realização de processos licitatórios, alienações, ajustes e acordos para fornecimentos de materiais e equipamentos ou prestação de serviços ao SIMAE;

XV - Assinar os contratos, acordos, ajustes e autorizações relativas à execução de obras e outros serviços, e o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao SIMAE, e autorizar os pagamentos;

XVI - Autorizar despesas e pagamentos decorrentes das atividades do SIMAE;

XVII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XVIII - Executar outras atividades inerentes à função.

II - COORDENADOR GERAL (FC - 2)

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO:

I - Assessorar o Gabinete do Diretor;

II - Coordenar as atividades técnicas e administrativas do SIMAE;

III - Solicitar autorização ao Diretor, para a realização de licitações e compras de materiais e contratação de serviços, requisitadas pelas Coordenações Administrativa e Técnica;

IV - Supervisionar a aplicação de leis, normas e regulamentos;

V - Elaborar planos e programas de trabalho;

VI - Pesquisar e propor a implantação de novas técnicas e métodos, visando aprimorar a eficiência dos serviços e práticas administrativas e operacionais da autarquia;

VII - Elaborar projetos de normas e regulamentos e submetê-los à apreciação da Direção;

VIII - Promover simplificações de rotinas de trabalho que propiciem maior produtividade;

IX - Coordenar a coleta de informações e a elaboração dos projetos do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei de Orçamento Anual - LOA, encaminhando proposta ao Diretor;

X - Apresentar relatórios ao Diretor sobre as receitas e despesas orçadas e as realizadas e sobre a previsão da execução da Lei Orçamentária Anual até o fim do exercício em cada rubrica;

XI - Planejar estudos de padronização, especificação, compras, recebimentos, guarda, estocagem, suprimento e alienação de material;

XII - Programar e supervisionar trabalhos técnicos;

XIII - Fornecer dados estatísticos de atividades próprias, pelo acompanhamento de evoluções e projeções de sistemas de água, esgoto e/ou projetos técnico-administrativos;

XIV - Apresentar relatórios periódicos;

XV - Promover a divulgação de trabalhos e obras do SIMAE;

XVI - Prestar informações à imprensa e órgãos fiscalizadores;

XVII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XVIII - Executar outras tarefas inerentes à função.

III - COORDENADOR ADMINISTRATIVO (FC - 3)

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO:

I - Assessorar o Coordenador Geral no exercício de suas funções;

II - Coordenar as atividades administrativas do SIMAE, sob supervisão do Coordenador Geral;

III - Supervisionar a eficiência dos trabalhos executados pelas supervisões da área administrativa;

IV - Apresentar relatórios estatísticos periódicos, solicitados pelo Coordenador Geral;

V - Avaliar o funcionamento de rotinas administrativas;

VI - Adotar medidas de simplificação e de melhoria de trabalhos administrativos, com base em estudos e ponderações próprias;

VII - Distribuir serviços, fornecer informações, implantar rotinas de trabalho, orientar e assegurar a realização do setor;

VIII - Organizar escalas de trabalho e de férias de servidores, com base em regulamentações pertinentes e em decisões superiores, atendendo determinações legais;

IX - Informar sobre papéis e processos, instruir sobre o andamento e dar encaminhamento aos assuntos tratados;

X - Organizar, distribuir e orientar os trabalhos a serem executados, com base em normas e ordens de serviço;

XI - Elaborar ou verificar a exatidão de qualquer documento administrativo;

XII - Examinar processos de assuntos gerais do SIMAE, através da interpretação de textos legais, reunindo ou preparando informações de expedientes, para instrução de decisões na esfera administrativa;

XIII - Elaborar planos de trabalho, relatórios, propostas orçamentárias, juntamente com os setores competentes;

XIV - Coordenar e supervisionar o encaminhamento das informações ao Tribunal de Contas e demais órgãos públicos;

XV - Supervisionar os procedimentos de controle do material do almoxarifado e coordenar a aquisição de materiais e contratação de serviços;

XVI - Encaminhar ao Coordenador Geral os pedidos de para aquisição de materiais e contratação de serviços;

XVII - Aplicar e fazer observar as normas do SIMAE;

XVIII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XIX - Executar outras tarefas inerentes à função.

IV - COORDENADOR TÉCNICO (FC - 3)

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO:

I - Assessorar o Coordenador Geral no exercício de suas funções;

II - Coordenar as atividades técnicas do SIMAE, sob a supervisão do Coordenador Geral;

III - Planejar as atividades da área técnica, avaliando as necessidades de mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos e prazos para execução;

IV - Encaminhar ao Coordenador geral as requisições de compra de materiais, equipamentos e contratação de serviços para a área

técnica, com as devidas justificativas;

V - Supervisionar a eficiência dos trabalhos executados pelas supervisões da área técnica;

VI - Apresentar relatórios estatísticos periódicos, solicitados pelo Coordenador Geral;

VII - Coordenar e participar de trabalhos referentes às atividades de operação e manutenção, planejamento, projeto e construção de novas instalações técnicas;

VIII - Estudar e sugerir medidas destinadas a simplificar trabalhos, aumentar eficiência e reduzir custos de operação;

IX - Promover inspeção de equipamentos, estabelecer testes a serem realizados, de acordo com a espécie e o uso de cada equipamento, para controlar qualidade e em observância de especificações técnicas;

X - Realizar estudos sobre sistemas e instalações elétricas, através de experiências, cálculos, medições e outras operações oportunas, para colaborar em trabalhos de pesquisa e aperfeiçoamento relativos à instalação, transformação e distribuição de energia elétrica, máquinas, aparelhos elétricos, motores e painéis de uso do SIMAE;

XI - Orientar, supervisionar e rever trabalhos de equipes técnicas auxiliares;

XII - Aplicar e fazer observar as normas do SIMAE;

XIII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XIV - Executar outras tarefas inerentes à função.

V - SUPERVISOR DE SETOR (FC - 4)

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO:

I - Programar, coordenar e orientar os trabalhos diários com relação aos serviços de sua seção, distribuindo tarefas, dando assistência aos seus subordinados;

II - Supervisionar e fazer observar normas sobre higiene, segurança do trabalho, limpeza e ordem dos locais de trabalho, assim como conservação de material, utensílios e equipamentos utilizados;

III - Elaborar requisições de materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços;

IV - Prestar informações sobre desenvolvimento do trabalho de equipes comandadas, aos superiores hierárquicos;

V - Manter unidade e coesão das equipes subordinadas;

VI - Observar e aplicar as normas do SIMAE;

VII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função, responsabilizando-se pela adequada utilização.

VIII - Executar outras tarefas inerentes à função.

VI - SUPERVISOR DE SETOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO (FC - 4)

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO:

I - Programar e controlar análises físico-químicas e bacteriológicas;

II - Orientar equipes de Operadores de Estação de Tratamento de Água e Esgoto e auxiliares, visando melhorar a qualidade de água e a eficiência das instalações;

III - Coordenar treinamento, em serviço, de Operadores e Técnicos de Estação de Tratamento de Água e Esgoto, recém-admitidos, nas atividades básicas, do cargo, bem como orientar e acompanhar atividades adicionais de servidores lotados nas estações de tratamento de água e de esgoto;

IV - Opinar sobre equipamentos e instrumentos mais adequados à execução dos trabalhos nas Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Esgotos;

V - Compilar dados anotados em relatórios diários de operação, efetuar cálculos complementares e elaborar Boletins Mensais das Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Esgotos;

VI - Coordenar montagens e instalações de equipamentos de operação e controle de qualidade de água e esgoto;

VII - Discutir com equipes subordinadas, problemas técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correção;

VIII - Transmitir sugestões de equipes e cooperar com a chefia imediata para o melhor desenvolvimento das atividades de Operação de Estação de Tratamento de Água e Estação de Tratamento de Esgotos;

IX - Efetuar e orientar pesquisas no sentido de melhorar técnicas de tratamento;

X - Organizar escalas de trabalho de servidores lotados na Estação de Tratamento de Água e Estação de Tratamento de Esgotos, com assistência da Direção Geral, conforme legislação pertinente;

XI - Aplicar e fazer observar as normas do SIMAE;

XII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XIII - Executar outras tarefas inerentes à função.

VII - MEMBROS DE COMISSÃO DE LICITAÇÕES (FC - 5)

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO:

I - Desenvolver todas as atividades inerentes aos processos licitatórios, em todas as suas modalidades, compreendendo desde elaboração de editais, publicações, entrega de editais à fornecedores, prestação de informações as empresas interessadas, recebimento e protocolo de documentos e propostas, lançamento das informações dos processos licitatórios nos sistemas informatizados do SIMAE e de outros órgãos quando exigidos.

II - Proceder a análise e julgamento das propostas apresentadas pelos fornecedores, inerentes aos processos licitatórios, emitindo pareceres sobre as mesmas quando necessários.

III - Organizar e conduzir as reuniões públicas, para realizar os processos licitatórios, observando os procedimentos adotados pelo SIMAE, bem como as exigências legais em vigor, tanto em relação a legislação, bem como, as normais do Tribunal de Contas ou outros órgãos normatizadores.

IV - Responsabilizar-se pela prestação de informações ao Tribunal de Contas por ele solicitadas, via todos seus sistemas de coleta de dados, realizando todas as atividades que compreendem o processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto licitado por parte do SIMAE.

V - Responsabilizar-se por outras atividades definidas nas legislações que tratam do assunto.

VI - Estudar e manter-se atualizado, quanto a novas leis ou normas que tratam dos procedimentos licitatórios e sugerir alterações de procedimentos executados pelo SIMAE, sempre em concordância com a legislação em vigor sobre o assunto.

VII - Executar outras atividades não elencadas acima, mas que são inerentes a função assumida.

ANEXO III

TABELA PROGRESSIVA DE ÍNDICES DE VENCIMENTOS

PADRÃO	NÍVEL	REFERÊNCIA				
		A	B	C	D	E
01	01	1.0000	1.0250	1.0506	1.0769	1.1038
	02	1.1314	1.1597	1.1887	1.2184	1.2489
	03	1.2801	1.3121	1.3449	1.3785	1.4130
	04	1.4483	1.4845	1.5216	1.5596	1.5986
02	01	1.4400	1.4760	1.5129	1.5507	1.5895
	02	1.6292	1.6699	1.7117	1.7545	1.7983
	03	1.8433	1.8894	1.9366	1.9850	2.0347
	04	2.0856	2.1377	2.1911	2.2459	2.3020
03	01	1.7280	1.7712	1.8154	1.8609	1.9073
	02	1.9549	2.0039	2.0540	2.1054	2.1580

	03	2.2120	2.2673	2.3240	2.3821	2.4416
	04	2.5026	2.5652	2.6293	2.6950	2.7624
	01	2.0736	2.1254	2.1785	2.2330	2.2880
04	02	2.3460	2.4047	2.4648	2.5264	2.5896
	03	2.6543	2.7207	2.7887	2.8584	2.9299
	04	3.0031	3.0781	3.1550	3.2339	3.3147
	01	2.6956	2.7630	2.8321	2.9029	2.9755
05	02	3.0499	3.1261	3.2043	3.2844	3.3665
	03	3.4507	3.5370	3.6254	3.7160	3.8089
	04	3.9041	4.0017	4.1017	4.2042	4.3093
	01	3.1809	3.2604	3.3419	3.4254	3.5110
06	02	3.5988	3.6888	3.7810	3.8755	3.9724
	03	4.0717	4.1735	4.2778	4.3847	4.4943
	04	4.6066	4.7218	4.8398	4.9608	5.0848
	01	4.2942	4.4016	4.5116	4.6244	4.7400
07	02	4.8585	4.9800	5.1045	5.2321	5.3629
	03	5.4970	5.6344	5.7753	5.9197	6.0677
	04	6.2194	6.3749	6.5343	6.6976	6.8650

ANEXO IV

TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA – VALORES E VAGAS

FUNÇÃO	NÍVEL	VAGAS	VALOR
DIRETOR GERAL	FC-1	01	85 % do Padrão 07, Nível 01, Referência A
COORDENADOR GERAL	FC-2	01	35 % do Padrão 07, Nível 01, Referência A
COORDENADOR ADMINISTRATIVO		01	
COORDENADOR TÉCNICO	FC-3	01	30 % do Padrão 07, Nível 01, Referência A
SUPERVISOR DE SETOR			
SUPERVISOR DE SETOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	FC-4	04 01	20 % do Padrão 07, Nível 01, Referência A
MEMBRO DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO (% sobre Padrão 07, Nível 01, Referência A)	FC-5	04	a) 12 % pelo exercício da função de Presidente da Comissão de Licitação (um membro); b) 10 % pelo exercício da função de Vogal da Comissão de Licitação (dois membros); c) 10 % pelo exercício da função de Suplente da Comissão de Licitação (um membro).

Lei 3.016/2012

LEI Nº 3.016, DE 4 DE ABRIL DE 2012.

Concede vale alimentação aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, na forma que especifica:

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º O Poder Legislativo concederá aos seus servidores públicos municipais, mensalmente, vales alimentação de caráter indenizatório, para ressarcimento de despesas com alimentação, não sendo considerada verba remuneratória para qualquer efeito.

§ 1º Não será devido o vale alimentação aos estagiários, aos servidores aposentados através do Sistema Geral de Previdência Social que percebam complementação de proventos, nos termos da Lei Municipal nº 1.537, de 21 de fevereiro de 1991 e aos Agentes Políticos, assim definidos pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1.998.

§ 2º O número de vales alimentação que fará jus mensalmente o servidor, será determinado pelo número de dias úteis de cada mês, levando-se em consideração o vínculo em período integral descontadas às faltas injustificadas.

§ 3º Aos servidores com vínculo de 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, deverá a concessão do vale alimentação ser reduzida proporcionalmente à referida carga horária.

§ 4º Para os servidores que, por solicitação da administração, prestarem serviços extraordinários nos finais de semana e feriados, serão fornecidos vales alimentação adicionais, de acordo com o número de dias trabalhados.

§ 5º Aos servidores em férias, em gozo de licença prêmio ou em licença não remunerada, não serão concedidos vales alimentação.

§ 6º Os servidores também não receberão vales alimentação referente aos dias que viajarem percebendo diárias.

Art. 2º O valor unitário do vale alimentação será calculado com base no índice de dois por cento (2%) do menor vencimento do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de recursos próprios do Orçamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga as seguintes Resoluções:

- I - Resolução nº 016, de 10 de julho de 2001;
- II - Resolução nº 008, de 06 de fevereiro de 2004;
- III - Resolução nº 003, de 08 de junho de 2005; e
- IV - Resolução nº 15, de 18 de maio de 2011.

Capinzal, em 4 de abril de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Resolução 05/2012

RESOLUÇÃO Nº 05/2012

Aprova a Partilha dos Recursos do Fundo Estadual de Assistência do ano de 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2012, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 026/1995, e CONSIDERANDO a Lei n.º 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;

CONSIDERANDO o art.6º da Lei Complementar nº. 026/95 de 17 de novembro de 1995, que estabelece a competência ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de fixar normas para o financiamento da rede de serviços da Política de Assistência Social no Município de Capinzal;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, conforme Resolução nº. 145 de 15/10/2004, publicado no D.O.U. em 28/10/2004 e Norma Operacional Básica aprovado pelo CNAS, conforme Resolução Nº. 130 de 15/07/2005, publicado no D.O.U. em 25/07/2005;

CONSIDERANDO o princípio de supremacia do interesse público (Constituição Federal/88): Se deve vincular e direcionar os atos administrativos de modo a garantir que interesses privados não prevaleçam nem sucumbam os interesses e necessidades da sociedade como um todo. (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 2. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2006); CONSIDERANDO que no Município de Capinzal há apenas uma Entidade que realiza o Acolhimento Institucional, Proteção Social Especial;

CONSIDERANDO que este serviço é fundamental para crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral;

CONSIDERANDO a decisão unânime deste CMAS exarada em data de 30 de março 2012, conforme Ata nº 02/2012, parte integrante da presente Resolução;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Partilha dos Recursos para o convênio Proteção Social Especial para os Serviços de Alta Complexidade - 2012 a serem co-financiados pelo Fundo Estadual de Assistência Social é:

SERVIÇO VALOR

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL para crianças e adolescentes (Unidade residencial para até 10 crianças/adolescentes ou Unidade institucional para até 20 crianças/adolescentes)

R\$ 13.860,00

60% custeio

40% investimento

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor, produzindo seus efeitos a partir de 30 de março de 2012.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), em 30 de março de 2012.

MARCELA MACHADO CAVICHIOLI

Presidente

ROSELAINE BEVILAQUA

Secretária

Resolução 06/2012

RESOLUÇÃO Nº 06/2012

Aprova a Partilha dos Recursos do Fundo Estadual de Assistência do ano de 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2012, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 026/1995, e CONSIDERANDO a Lei n.º 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, conforme Resolução nº. 145 de 15/10/2004, publicado no D.O.U. em 28/10/2004 e Norma Operacional Básica aprovado pelo CNAS, conforme Resolução Nº. 130 de 15/07/2005, publicado no D.O.U. em 25/07/2005;

CONSIDERANDO que os Benefícios eventuais são assegurados pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, em seu art. 22 e integram as garantias do Sistema Único de Assistência Social

- SUAS;

CONSIDERANDO que são Benefícios Eventuais, os benefícios da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

CONSIDERANDO o estabelecido na LOAS, o Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS por meio da Resolução nº 212/2006, bem como a União, por intermédio do Decreto nº 6307/2007, estabeleceram critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da política pública de assistência social para os municípios, estados e Distrito Federal.

CONSIDERANDO que há duas modalidades de Benefícios Eventuais:

Natalidade, para atender preferencialmente:

- Necessidades do bebê que vai nascer;
- Apoio à mãe nos casos em que o bebe nasce morto ou morre logo após o nascimento;
- Apoio à família no caso de morte da mãe.

Funeral (morte), para atender prioritariamente:

- Despesas de urna mortuária, velório e sepultamento;
- Necessidades urgentes da família advindas da morte de um de seus provedores ou membros;
- Ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento necessário;

CONSIDERANDO que além dessas situações para as quais estão instituídos os benefícios eventuais, a LOAS indica outras duas modalidades possíveis para a concessão desses benefícios:

Vulnerabilidade temporária, para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família.

Calamidade Pública, para o atendimento das vítimas de calamidades públicas, de modo a garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia dessas.

CONSIDERANDO a decisão unânime deste CMAS exarada em data de 30 de março 2012, conforme Ata nº 02/2012, parte integrante da presente Resolução;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o recebimento dos Recursos para os Benefícios Eventuais para o ano de 2012 a serem co-financiados pelo Fundo Estadual de Assistência Social:

SERVIÇO	VALOR
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	3.927,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor, produzindo seus efeitos a partir de 30 de março de 2012.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), em 30 de março de 2012.

MARCELA MACHADO CAVICHIOLI

Presidente

ROSELAINE BEVILAQUA

Secretária

FMHC = Processo Licitatório Nº 0001/2012 - Pregão Presencial Nº 0001/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0001/2012

Pregão Presencial Nº 0001/2012

OBJETO: Aquisição de materiais de construção diversos, para reforma de unidades habitacionais entregue em diversos locais do Município: Centro/Bairros e Interior, Recursos próprios.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 24/04/2012.

MENOR PREÇO POR LOTE

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 09 de abril de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC = Processo Licitatório Nº 0046/2012 - Pregão Presencial Nº 0022/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0046/2012

Pregão Presencial Nº 0022/2012

OBJETO: Aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 11:00 horas, para abertura às 11:05 horas do dia 19/04/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 09 de abril de 012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC = Processo Licitatório Nº 0047/2012 - Pregão Presencial Nº 0023/2012.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0047/2012

Pregão Presencial Nº 0023/2012

OBJETO: Contratação de empresa especializa para á execução de horas/máquina de Rompedor de rocha, o qual deverá ser acoplado em uma Escavadeira Hidráulica, com peso operacional não inferior a 17 toneladas, para realização de diversos serviços: romper rocha para alargamento em vias públicas, abertura de valas para execução de drenagens pluviais em vias a serem pavimentadas no perímetro urbano e estradas vicinais no interior do Município, Recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 11:00 horas, para abertura às 11:05 horas do dia 24/04/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 09 de abril de 012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Contrato 0089/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0089/2012

Pregão Eletrônico 0004/2012

Processo Licitatório Nº 0029/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para uso das Escolas do Ensino Fundamental, Creches e Pré-Escolas da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Recursos Próprios e Salário Educação.

VALOR R\$: 2.830,00

VIGÊNCIA: 02/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0090/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0090/2012

Pregão Eletrônico 0004/2012

Processo Licitatório Nº 0029/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: N.G. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para uso das Escolas do Ensino Fundamental, Creches e Pré-Escolas da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Recursos Próprios e Salário Educação.

VALOR R\$: 38.215,00

VIGÊNCIA: 02/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0091/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0091/2012

Pregão Eletrônico 0005/2012

Processo Licitatório Nº 0030/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Aquisição de material - cortinas e persianas para Escolas do Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes, RECURSOS PRÓPRIOS e SALÁRIO EDUCAÇÃO.

VALOR R\$: 6.546,61

VIGÊNCIA: 02/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0092/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0092/2012

Pregão Presencial 0017/2012

Processo Licitatório Nº 0032/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para horas de serviços de manutenção da frota de veículos da Municipalidade, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios de cada secretaria.

VALOR R\$: 18.750,00

VIGÊNCIA: 02/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0093/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0093/2012
Pregão Presencial 0017/2012
Processo Licitatório Nº 0032/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: AUTO MECANICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME
OBJETO: Contratação de empresa para horas de serviços de manutenção da frota de veículos da Municipalidade, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios de cada secretaria.

VALOR R\$: 22.050,00
VIGÊNCIA: 02/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0094/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0094/2012
Pregão Presencial 0017/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: CARBONI VEÍCULOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para horas de serviços de manutenção da frota de veículos da Municipalidade, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios de cada secretaria.

VALOR R\$: 12.675,00
VIGÊNCIA: 02/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0095/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0095/2012
Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0002/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: CONSTRULACER COM.E CONST.LACERDOPOLIS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para REVITALIZAÇÃO E PINTURA da frente do ginásio que esta voltada para a Rua XV de Novembro, o muro do estacionamento nas duas faces, e o muro da divisa do terreno do Ginásio de Esportes Dileto Bertaioli, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 13.401,14
VIGÊNCIA: 03/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0096/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0096/2012
Convite p/Compras e Serviços 0003/2012
Processo Licitatório Nº 0038/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: OUROGRAF SERVIÇOS GRAFICOS LTDA-ME
OBJETO: Aquisição de material impresso para uso nas Secretarias Municipais deste município, para o ano de 2012, recursos próprios.
VALOR R\$: 5.050,00
VIGÊNCIA: 03/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0097/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0097/2012
Convite p/Compras e Serviços 0003/2012
Processo Licitatório Nº 0038/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: VALE VISARE EDIT. GRAF. PROPAGANDA LTDA
OBJETO: Aquisição de material impresso para uso nas Secretarias Municipais deste município, para o ano de 2012, recursos próprios.
VALOR R\$: 21.840,00
VIGÊNCIA: 03/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0098/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0098/2012
Convite p/Compras e Serviços 0003/2012
Processo Licitatório Nº 0038/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: MALLMANN SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
OBJETO: Aquisição de material impresso para uso nas Secretarias Municipais deste município, para o ano de 2012, recursos próprios.
VALOR R\$: 35.055,00
VIGÊNCIA: 03/04/2012 A 31/12/2012

Contrato 0099/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0099/2012
Convite p/Compras e Serviços 0003/2012
Processo Licitatório Nº 0038/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: GRAFICA BOSCARDIN LTDA
OBJETO: Aquisição de material impresso para uso nas Secretarias Municipais deste município, para o ano de 2012, recursos próprios.
VALOR R\$: 13.810,00
VIGÊNCIA: 03/04/2012 A 31/12/2012

Catanduvás

PREFEITURA

Lei Nº 2.354/12 de 03 de Abril de 2012.

LEI Nº 2.354/12 DE 03 DE ABRIL DE 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
1107 Aquisição de Maquinas , Equipamentos e Veículos
28 189 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Alienação de Bens R\$

34.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

301 ATENÇÃO BÁSICA

1094 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral
77 189 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Alienação de Bens R\$ 34.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 03 de Abril de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 03/04/2012.

Lei Nº 2.355/2012 de 03 de Abril de 2012.

LEI Nº 2.355/2012 DE 03 DE ABRIL DE 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA

2089 Manutenção do Hospital Municipal

79 102 DESPESAS CORRENTES - Rec. Imp. Transf. Saúde R\$ 71.000,00

1111 Construção, Ampliação e Reforma Postos de Saúde

78 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 39.000,00

78 102 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Imp. Transf. Saúde R\$ 23.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA

2091 Manutenção das Atividades da Saúde

82 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 133.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 29 de Março de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 03/04/2012.

Decreto Nº 1.810/12 de 05 de Março de 2012.

DECRETO Nº 1.810/12 DE 05 DE MARÇO DE 2012.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO DE-CORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.339/11 de 08 de Dezembro de 2011, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 100.752,02 (Cem mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dois centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

1021 Aquisição de Veículos e Equipamentos e Mobiliário em Geral
08 162 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos DO FNDE R\$ 60.142,06

0405 DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO

392 DIFUSÃO CULTURAL

2030 Manutenção das Atividades Culturais e Artísticas

48 162 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos DO FNDE - R\$ 40.609,96

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios com o FNDE.

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 125.980,00 (Cento e vinte cinco mil, novecentos e oitenta reais), na seguinte Dotação Orçamentária no Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA

1094 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral

77 189 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Alienação de Bens R\$ 125.980,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo, são oriundos de Alienação de Bens Móveis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 05 de Março de 2012.



GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 05/03/2012.

Decreto Nº 1.813/12 de 23 de Março de 2012.

DECRETO Nº 1.813/12 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO APURADO EM 2011 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.339/11 de 08 de Dezembro de 2011, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (art. 7º, I e 43, § 1º e § 2º) .

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 16.668,00 (Descêsesis mil, seiscentos e sessenta e oito reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

606 EXTENSÃO RURAL

1064 Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos

22 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 4.167,00

22 124/55 DESPESAS DE CAPITAL - Conv. Sec. Estado - SDR R\$ 12.501,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos Próprios e Convênios resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2011.

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNID. ORÇ. 3001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

2077 Manutenção da Assistência Social Geral

72 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 12.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo, são oriundos de Recursos Próprios e Convênios resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 23 de Março de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 23/03/2012.

Decreto Nº 1.815/12 de 03 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 1.815/12 DE 03 DE ABRIL DE 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.354/12 de 03 Abril de 2012 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES

782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

1107 Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Veículos

28 189 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Alienação de Bens R\$ 34.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

UNID. ORÇ. 2501 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

301 ATENÇÃO BÁSICA

1094 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral

77 189 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Alienação de Bens R\$ 34.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 03 de Abril de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 03/04/2012.

Decreto Nº 1.816/2012 de 03 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 1.816/2012 DE 03 DE ABRIL DE 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.355/12 de 03 Abril de 2012 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA
2089 Manutenção do Hospital Municipal
79 102 DESPESAS CORRENTES - Rec. Imp. Transf. Saúde R\$ 71.000,00

1111 Construção, Ampliação e Reforma Postos de Saúde
78 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 39.000,00
78 102 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Imp. Transf. Saúde R\$ 23.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA
2091 Manutenção das Atividades da Saúde
82 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 133.000,00
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvass SC, 29 de Março de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 03/04/2012.

Decreto Nº 1.814/12, de 28 de Março de 2012

DECRETO Nº 1.814/12, DE 28 DE MARÇO DE 2012

"Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências"

A Prefeita Municipal de Catanduvass, SC, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 828, de 14/12/2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

Item Cronograma de ações (data de início)

1 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.

1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa Janeiro de 2013

1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa

2 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência.

2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência Janeiro de 2013

2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.

3 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis,

imóveis e intangíveis.

3.1 - Registro e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP. Dezembro de 2012

4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis. Janeiro de 2013

4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.

5 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos ativos de infraestrutura;

5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura. Janeiro de 2013

5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura

5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura

5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura

Item	Cronograma de ações (data de início)
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	
6.3 - Implementação do sistema de custos.	
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvass, SC, em 28 de março de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMINI,

Prefeita Municipal.

CLAUDINEI ANTONIO SELLA,
Secretário de Administração e Finanças.

Registrado e publicado na data supra pela Secretaria de Administração e Finanças

Extrato de Contrato FMS Nº 0036/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0036/2012
Pregão nº 0017/2012 (Processo Licitatório nº 0036/2012).
Objeto: Aquisição de dois veículos automotivos, sendo um utilitário com capacidade mínima para 16 passageiros e outro com capacidade mínima para seis passageiros, visando o desempenho das atividades do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: CARBONI VEÍCULOS LTDA.
Valor global contratado: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
Prazo de vigência: 5 de abril de 2012 até o dia 31 de agosto de 2012.
Data e assinatura do contrato: 05 de abril de 2012.
Elizete Cardozo da Silva - Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0061/2012

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
Extrato de Contrato nº 0061/2012
Dispensa de Processo Licitatório.
Objeto: Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC
Contratado (a): Empresa de Pesquisas Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.
Prazo de vigência: 02 de janeiro de 2012, com término em 31 de dezembro de 2012.
Valor global: R\$ 14.000,00 (catorze mil reais).
Data e assinatura do contrato: 02 de janeiro de 2012.
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0084/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0084/2012
Convite nº 0010/2012 (Processo Licitatório nº 0035/2012).
Objeto: Aquisição de uniformes, visando o desenvolvimento da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: MUNDO DAS MALHAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES.
Valor global contratado: R\$ 41.986,00 (quarenta e um mil novecentos e oitenta e seis reais).
Prazo de vigência: 30 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.
Data e assinatura do contrato: 30 de março de 2012.
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 194 de 05.04.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 194/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 03/11/2010 à 02/12/2011, a ADRIANA MACHADO CORREIA, Matrícula nº 57/11, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola - 40 horas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30(trinta) dias no período de 09.04.2012 à 08.05.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de abril de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 195 de 05.04.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 195/2012

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Fundamental.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art. 50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível II, por nova habilitação ou titulação, ao Servidor MAICON SCHNEIDER, matrícula nº 2622/01 (Código 3.3.05), ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos-40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental, com fundamento no art. 22, incisos I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível II, código 3.3.05, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99,

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 05 de



ABRIL de 2012.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital 30/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2012
- PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012 - PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 19 de abril de 2012, às 10h00min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de 01 (uma) lâmina traseira de 2,50 MT, regulagem com pistão hidráulico reforçado e lâmina de corte em aço, peso 380 kg, para uso no Trator Agrícola Agrale da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 09 de abril de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 10/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO nº 10/2012 - FMS

Nº. do Contrato: 10/2012.
Vigência: 09/03/2012 à 31/12/2012.
Processo Licitatório nº 8/2012 - FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado/ Fundo Municipal de Saúde.
Contratado/Credenciado: MODELO PNEUS LTDA
Valor: R\$ 1.956,00 (um mil novecentos e cinquenta e seis reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição de Pneus Novos para atender necessidades dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde.

DATA DA ASSINATURA: 09 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 11/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO nº 11/2012 - FMS

Nº. do Contrato: 11/2012.
Vigência: 09/03/2012 à 31/12/2012.
Processo Licitatório nº 8/2012 - FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado/ Fundo Municipal de Saúde.

Contratado/Credenciado: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.
Valor: R\$ 7.164,00 (sete mil cento e setenta e quatro reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição de Pneus Novos para atender necessidades dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde.

DATA DA ASSINATURA: 09 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 12/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO nº 12/2012 - FMS

Nº. do Contrato: 12/2012.
Vigência: 09/03/2012 à 31/12/2012.
Processo Licitatório nº 9/2012 - FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado/ Fundo Municipal de Saúde.
Contratado/Credenciado: TECNO INFORMATICA LTDA ME.
Valor: R\$ 9.370,00 (nove mil trezentos e setenta reais).
Objeto: A presente licitação tem por objeto à aquisição de computadores completos e notebook para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 09 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 13/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO nº 13/2012 - FMS

Nº. do Contrato: 13/2012.
Vigência: 15/03/2012 à 31/12/2012.
Processo Licitatório nº 11/2012 - FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado/ Fundo Municipal de Saúde.
Contratado/Credenciado: TECNO INFORMATICA LTDA ME.
Valor: R\$ 14.057,50 (quatorze mil cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).
Objeto: A presente licitação tem por objeto à aquisição de materiais e equipamentos de informática e escritório para atendimento do Projeto "Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável", do qual o Município foi contemplado, conforme Portaria n. 2.970, de 14 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 14/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO nº 14/2012 - FMS

Nº. do Contrato: 14/2012.
Vigência: 28/03/2012 à 31/12/2012.
Processo Licitatório nº 13/2012 - FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado/ Fundo Municipal de Saúde.
Contratado/Credenciado: MARLOS HEDREY DA SILVEIRA.
Valor: R\$ 29.250,00 (vinte e nove mil duzentos e cinquenta reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto à contratação de um profissional Médico, especialista na área de Ginecologia e Obstetrícia, à realização de consultas médicas mensais na referida área, que devem ser prestadas na Unidade de Saúde Central do Município.

DATA DA ASSINATURA: 28 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 32/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 32/2012 - PM

Nº. do Contrato: 32/2012.
Vigência: 09/03/2012 à 31/12/2012
Processo Licitatório nº 19/2012 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JK Pneus de José Kolling e Cia Ltda.
Valor: R\$ 18.520,00 (dezoito mil quinhentos e vinte reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição de Pneus Novos para atender necessidades dos veículos da frota do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 09 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 33/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 33/2012 - PM

Nº. do Contrato: 33/2012.
Vigência: 09/03/2012 à 31/12/2012
Processo Licitatório nº 19/2012 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: Comercial Automotiva S.A.
Valor: R\$ 88.690,00 (oitenta e oito mil seiscentos e noventa reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição de Pneus Novos para atender necessidades dos veículos da frota do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 09 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 34/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 34/2012 - PM

Nº. do Contrato: 34/2012.
Vigência: 13/03/2012 à 31/12/2012
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: DORILENE BAGIO KEMPNER
Valor: R\$ 6.825,00 (seis mil oitocentos e vinte e cinco reais)
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de profissional, com experiência na área de engenharia, para atuar como responsável técnico nos projetos e na execução das obras e serviços de 37 (trinta e sete) Unidades Habitacionais (UH), do Empreendimento NOVA ESPERANÇA, do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa MINHA CASA MINHA VIDA, no Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 35/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 35/2012 - PM

Nº. do Contrato: 35/2012.
Vigência: 15/03/2012 à 31/12/2012
Processo Licitatório: 25/2012.
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: Elizangela Marquez ME.
Valor: R\$ 26.495,00 (vinte e seis mil quatrocentos e noventa e cinco reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição de madeira serrada em pranchas e serrada quadrada para serem utilizadas na construção de pontes e bueiros nas localidades do Município.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 36/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 36/2012 - PM

Nº. do Contrato: 36/2012.
Vigência: 15/03/2012 à 31/12/2012
Processo Licitatório: 22/2012.
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: Radio Ituporanga Ltda,
Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, após verificação de que os serviços foram executados na sua integralidade, conforme estabelecido no objeto contratual.
Objeto: a contratação de serviço de divulgação por emissora de radiodifusão que tenha comprovada audiência entre a população do território de Chapadão do Lageado destinado à publicação de boletim para divulgação de Atos Oficiais, Informes, Avisos e Campanhas Educativas, a ser fornecido pela Contratada.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 37/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 37/2012 - PM

Nº. do Contrato: 37/2012.

Vigência: 15/03/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório: 23/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Valtamir Althoff

Valor: R\$ 14.887,70 (quatorze mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta centavos)

Objeto: A aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de municipal de ensino, verba FNDE/PNAE.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 38/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 37/2012 - PM

Nº. do Contrato: 37/2012.

Vigência: 15/03/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório: 23/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Valtamir Althoff

Valor: R\$ 14.887,70 (quatorze mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta centavos)

Objeto: A aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de municipal de ensino, verba FNDE/PNAE.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 39/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 39/2012 - PM

Nº. do Contrato: 39/2012.

Vigência: 20/03/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório: 26/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Adelmo Lemhkul e Cia Ltda

Valor: R\$ 41.276,88 (quarenta e um mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Objeto: À aquisição de gêneros alimentícios para composição de merenda dos alunos que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 40/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 40/2012 - PM

Nº. do Contrato: 40/2012.

Vigência: 21/03/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório: 29/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Clínica de Atividades Física Acqua Centro Ltda

Valor: R\$ 790,00 (setecentos reais) mensais.

Objeto: Contratação de Empresa para Coordenação do Projeto de Dança: Vem Vamos Dançar - desenvolvido nas escolas municipais, grupo de idosos e nas comunidades (dança de salão) do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 21 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 41/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 41/2012 - PM

Nº. do Contrato: 41/2012.

Vigência: 30/03/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório: 28/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Adelmo Lemhkul e Cia Ltda.

Valor: R\$ 25.978,04 (vinte e cinco mil novecentos e setenta e oito reais e quatro centavos).

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de materiais de uso e consumo (gêneros de alimentação e descartáveis) para atender as necessidades das secretarias Municipais.

DATA DA ASSINATURA: 30 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº. 01/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este edital a candidata selecionada no Processo Seletivo nº. 04/2012/ SMECE, a seguir relacionada, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário - ACT, sob regime administrativo especial, a fim de exercer as funções de Agente de Serviços Gerais no Centro Educacional José Rengel, localizado na Estrada Geral, Figueiredo.

NOME	CARGO
GRACIANE HEINZ POLICARPO	Agente de Serviços Gerais

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 05 de abril de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 46/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2012- PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para distribuição aos servidores públicos ativos e inativos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 623/2012 e 2º Decreto Municipal nº 5.690/2012, conforme descrições nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/05/2012.

Abertura: dia 26/05/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 05 de abril de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 47/2012-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2012- PMC

Objeto: Aquisição de vacinas contra Influenza (temporada 2012), para os servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia, em atendimento ao disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 623, de 27 de março de 2012, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/04/2012.

Abertura: dia 20/04/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 05 de abril de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Nº 25/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), para execução de 29.030,00 m de Recuperação de pavimentação em CBQU na Estrada de Acesso ao Distrito de Engenho Velho, neste Município, com recursos oriundos do Contrato nº 768205/2011,

celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério do Turismo, de acordo com o Projeto Básico e o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 27/04/2012.
Abertura: dia 30/04/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 05 de abril de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços-CS Nº 1/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS-CS Nº 1/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada global, para execução de reflorestamento da faixa ciliar do Rio dos Queimados, no Parque Municipal de Exposições, neste Município, com recursos oriundos do Contrato nº 292.763-81/2009, celebrado com a Caixa Econômica Federal/Ministério das Cidades e de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 27/04/2012.
Abertura: dia 30/04/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 05 de abril de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de RATIFICAÇÃO de INEXIGIBILIDADE de Licitação Nº 14/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2012

O Secretário Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato da Senhora Dilce Ghelen, Diretora Pedagógica, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para assinatura de jornais e revistas, em favor das empresas: CLAUDIA GIANI SASSO PADILHA KRUGER, no valor total de R\$ 3.900,00 (três mil, e noventa e nove reais); CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA no valor total de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); .

Concórdia, SC, 04 de abril de 2012.
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato de Errata da Ata 50/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
ERRATA DA ATA Nº 50/2012
Processo Administrativo nº 23/2012
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 17/2012

A errata se dá em decorrência de um erro formal de digitação onde o Pregoeiro e a Comissão de Apoio equivocaram-se quanto à formalização do prazo fixado para a Empresa MAUCOR LUBRIFICANTES LTDA apresentar seu recurso. Segue:

Onde se lê: Assim o Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio concede 03 (três) dias consecutivos para a empresa citada interpor seu recurso, nos termos do item 13 do Edital. Desta forma fica estabelecido que a Empresa MAUCOR LUBRIFICANTES LTDA, deverá interpor o recurso até as 11:30 horas do dia 06/03/2012, direcionado ao Sr Prefeito Municipal, para que este proceda sua competente análise. As demais empresas serão científicadas, no dia 09/03/2012, sobre o resultado da análise do Prefeito Municipal sobre a interposição de recurso, podendo, a partir daí interpor contra razões.

Leia-se: Assim o Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio concede 03 (três) dias consecutivos para a empresa citada interpor seu recurso, nos termos do item 13 do Edital. Desta forma fica estabelecido que a Empresa MAUCOR LUBRIFICANTES LTDA, deverá interpor o recurso até as 11:30 horas do dia 09/04/2012, direcionado ao Sr Prefeito Municipal, para que este proceda sua competente análise. As demais empresas serão científicadas, no dia 10/04/2012, sobre o resultado da análise do Prefeito Municipal sobre a interposição de recurso, podendo, a partir daí interpor contra razões.

No que diz respeito à dilação do prazo para interposição de recurso, onde fixa o prazo em 09/04/2012, se deve pela ocorrência do feriado nacional em data de 06/04/2012.

Demais, informações permanecem inalteradas. Intime-se diretamente a empresa interessada. Publique-se.

Cordilheira Alta-sc, em 04 de abril de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

Extrato de Licitação - Pregão Presencial - FMS

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação
O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que o Fundo Municipal de Saúde estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.
Processo Administrativo n. 8/2012 FMS
Edital: Pregão Presencial n. 8/2012 FMS
Tipo: Menor preço unitário por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 23/04/2012

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 23/04/2012
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis de segunda a sexta, durante o horário de expediente, ou pelo telefone (49) 3358.9100

Cordilheira Alta, SC, 05 de abril de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Resultado de Licitação - PR 15/2012 EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, tona público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial 15/2012
JULGAMENTO: Menor preço unitário por Item
PROCESSO: 21/2012
SOLICITANTE: Secretaria de Agricultura
OBJETO: Aquisição de sêmen e materiais a serem utilizados no programa de inseminação artificial do Município.
VALOR: R\$ 2.339,90 (dois mil trezentos e trinta e nove reais e noventa centavos)
ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedora a empresa EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 04 de abril de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

Resultado de Licitação - PR 18/2012 EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, tona público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial 18/2012
JULGAMENTO: Menor preço unitário por Item
PROCESSO: 24/2012
SOLICITANTE: Secretaria de Infraestrutura
OBJETO: Aquisição de tubos e pedrisco a serem utilizados pela Secretaria de Infraestrutura do Município.
VALOR: R\$ 69.875,00 (sessenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais)
ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedora a empresa BRITAGEM BILHAR LTDA, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 04 de abril de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

Extrato do Contrato ADM 34/2012

EXTRATO Nº: 34/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: PONTES E PONTES LTDA
VALOR: R\$ 159.717,38 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e dezessete reais e trinta e oito centavos)
VIGÊNCIA: Início: 02/03/2012 Término: 31/12/2012.
LICITAÇÃO: Tomada de Preços 2/2012
RECURSOS: 2.011.4490.00 - 0 - 58/2012
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa que atua na área de Pavimentação, para execução dos Serviços de Pavimentação com pedras irregulares nas ruas A, B, C e D do Loteamento Giacomini, perímetro urbano da cidade de Cordilheira Alta
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Oraides Medeiros Pontes.

Cordilheira Alta, 02 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 35/2012

EXTRATO Nº: 35/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: AGÊNCIA DE PUBLICIDADE DIFERENÇA LTDA
VALOR: 38.144,00 (trinta e oito mil cento e quarenta e quatro reais).
VIGÊNCIA: Início: 07/03/2012 Término: 30/06/2012.
LICITAÇÃO: Carta Convite 3/2012
RECURSOS: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.003.3. 90.39.90.00.00.00.
OBJETO: O objeto do presente é a contratação de serviços publicitários, de natureza contínua, relativos à divulgação de atos oficiais, publicidade e atos institucionais interesse do Município de Cordilheira Alta, na imprensa escrita (jornal) e falada (rádio)
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Diva Belaver.
Cordilheira Alta, 07 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 36/2012

EXTRATO Nº: 36/2012

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 28/2012
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA
VIGÊNCIA: Início: 07/03/2012 Término: 07/04/2012.
LICITAÇÃO: Carta Convite 2/2012
OBJETO: O Objeto do presente Aditivo é a prorrogação, em 30 (trinta) dias, do prazo para término dos serviços de Endoscopia, limpeza e desinfecção, teste de vazão, retirada e reinstalação do conjunto moto-bomba e relatório técnico dos poços tubulares profundo deste Município.
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Lauro Tormen.
Cordilheira Alta, 07 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 37/2012

EXTRATO Nº: 37/2012

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 115/2011
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: MILÃO CONSTRUÇÕES LTDA ME
VIGÊNCIA: Início: 07/03/2012 Término: 10/04/2012.
LICITAÇÃO: Tomada de Preços 4/2011
OBJETO: O Objeto do presente Aditivo é a prorrogação, em 30 (trinta) dias, do prazo para término das obras de construção de muro de arrimo, em concreto armado, meio fio 10x15cm, pavimentação em paver e alambrado, com fornecimento de materiais e serviços de mão de obra.
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e André Tissiani.

Cordilheira Alta, 07 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 38/2012

EXTRATO Nº: 38/2012

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 31/2012
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
VIGÊNCIA: Início: 07/03/2012 Término: 14/04/2012.
LICITAÇÃO: Tomada de Preços 1/2012
OBJETO: O Objeto do presente Aditivo é a prorrogação, em 30 (trinta) dias, do prazo para término na execução de obra de pavimentação na rua Alberto Maggioni, lateral da BR 282, neste Município.
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Danilo Conte.
Cordilheira Alta, 07 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 39/2012

EXTRATO Nº: 39/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
VIGÊNCIA: Início: 12/03/2012 Término: 10/05/2012.
LICITAÇÃO: Pregão Presencial 12/2012
RECURSOS: 2.011.3390.00 - 0 - 56/2012
OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada em mecânica pesada para o fornecimento de peças e executar serviços de mão de obra, na reforma e conserto emergencial da retro-escavadeira marca Case, modelo 580-L ano 2005, do parque de máquinas deste Município.
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Gilmar Rodrigues da Silva.
Cordilheira Alta, 12 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 40/2012

EXTRATO Nº: 40/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA
VALOR: R\$ 87.750,00 (oitenta e sete mil setecentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: Início: 12/03/2012 Término: 10/05/2012.
LICITAÇÃO: Pregão Presencial 11/2012
RECURSOS: 2.009.4490.00 - 0 - 51/2012
RECURSO DE CONVÊNIO: 17198/2011-0
OBJETO: O presente contrato tem por objeto Aquisição de equipamentos para Patrulha Agrícola deste Município, de acordo com as especificações contidas no Processo Licitatório (itens 1;2;3 e 7).
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Sedenir Formagini.
Cordilheira Alta, 12 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 41/2012

EXTRATO Nº: 41/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: INDUSTRIAL AGRICOLA CHIUMENTO LTDA
VALOR: R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: Início: 12/03/2012 Término: 10/05/2012.
LICITAÇÃO: Pregão Presencial 11/2012
RECURSOS: 2.009.4490.00 - 0 - 51/2012
RECURSO DE CONVÊNIO: 17198/2011-0
OBJETO: O presente contrato tem por objeto Aquisição de

equipamentos para Patrulha Agrícola deste Município, de acordo com as previsões contidas no Processo Licitatório (itens 4 e 5).
SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e José Antonio Chiu-mento.
Cordilheira Alta, 12 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 42/2012

EXTRATO Nº: 42/2012

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 35/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: NSTUR TRANSPORTES E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Devido à necessidade de readequação da quilometragem diária, no transporte escolar efetuado pelo Contratado, o trajeto 15 e trajeto 03 são modificados, conforme o comunicado interno da Secretaria da Educação Municipal (Comunicado Interno n. 023/2012).

DA ALTERAÇÃO: Fica suprimido do contrato original o trajeto 15. A quilometragem diária a ser percorrida no trajeto 03 passa de 75Km (setenta e cinco quilômetros) para 80 (oitenta quilômetros), sendo-lhe acrescidos 7KM (sete quilômetros) diários para o transportes dos alunos do ensino médio.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e João Carlos Ribeiro Paz.

Cordilheira Alta, 12 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 43/2012

EXTRATO Nº: 43/2012

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: AUTO POSTO DIAMANTE LTDA

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 30/2011

OBJETO: Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, fica reajustado, em 3,90% (três virgula noventa por cento), o valor pago pelo litro de combustível - Óleo Diesel, fornecido pelo Contratado.

VALOR: O valor do litro de combustível passa de R\$ 1,88 (hum real e oitenta e oito centavos) para R\$ 1,95 (hum real e noventa e cinco centavos).

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Alexandre Berna.

Cordilheira Alta, 16 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 44/2012

EXTRATO Nº: 44/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: CLEUSA GUGEL MOHR ME VALOR: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA: Início: 19/03/2012 Término: 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 13/2012

RECURSOS: 2.003.3390.00 - 0 - 33/2012

OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de Agência de Eventos para realização de Shows Artísticos na V EFACICA - Feira Municipal, de acordo com as especificações contidas no Edital (Lotes 2; 3; 4; 5 e 6).

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Cleusa Gugel mohr.
Cordilheira Alta, 19 de março de 2012.**Extrato do Contrato ADM 45/2012**

EXTRATO Nº: 45/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: BATISTELLO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
VALOR: R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: Início: 19/03/2012 Término: 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 13/2012

RECURSOS: 2.003.3390.00 - 0 - 33/2012

OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de Empresa para locação de materiais na realização da V EFACICA Feira Municipal, de acordo com as especificações contidas no Edital (Lote 1).

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Paulo José Batis-tello.

Cordilheira Alta, 19 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 46/2012

EXTRATO Nº: 46/2012

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 115/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: MILÃO CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR: Redução de R\$ 1.104.40 (um mil e cento e quatro reais e quarenta centavos)

LICITAÇÃO: Tomada de preços 4/2011

OBJETO: Tem por objeto, o presente Termo Aditivo, suprimir parte da obra de engenharia, nos termos do Laudo de Medição Final da Escola Mediação - Muro.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e André Tissiani.

Cordilheira Alta, 22 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 47/2012

EXTRATO Nº: 47/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: CHICO SONORIZAÇÕES LTDA

VALOR: R\$ 6.120,00 (seis mil e cento e vinte reais).

VIGÊNCIA: Início: 28/03/2012 Término: 30/04/2012.

LICITAÇÃO: Contratação Direta

RECURSOS:Projeto/Ativ 04.122.2515.2003

Modalidade de Aplicação 3390.00.00-32

OBJETO: Pelo presente contrato, a LOCADORA obriga-se a prestar serviços de locação de 01 (um) gerador de energia elétrica a diesel de no mínimo 260KVA, juntamente com os demais acessórios necessários ao seu funcionamento (caixas de distribuição de energia; 32 (trinta e duas) gravadas; 01 (um) jogo de cabos de 4x25m de 35mm cada; hospedagens de alimentação e colocar 01 (um) técnico eletricitista a disposição durante o período de locação).

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Eliana M. Barella

Cordilheira Alta, 28 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 48/2012

EXTRATO Nº: 48/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: MEGA POWER INDUSTRIA, COMÉRCIO E LOCA-ÇÃO LTDA - ME VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 28/03/2012 Término: 30/04/2012.

LICITAÇÃO: Contratação Direta

RECURSOS:Projeto/Ativ 04.122.2515.2003

Modalidade de Aplicação 3390.00.00-32

OBJETO: Pelo presente contrato, a LOCADORA obriga-se a prestar serviços de locação de equipamentos de iluminação e sonorização utilizados para a solenidade de premiação do movimento econômico e abertura da V EFACICA - Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial; equipamentos de sonorização completa para funcionamento da rádio Feira do Parque;

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Tais Oro.

Cordilheira Alta, 28 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 49/2012

EXTRATO Nº: 49/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA - ME

VALOR: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 28/03/2012 Término: 30/04/2012.

LICITAÇÃO: Contratação Direta

RECURSOS:Projeto/Ativ 04.122.2515.2003

Modalidade de Aplicação 3390.00.00-32

OBJETO: Pelo presente contrato, a LOCADORA obriga-se a prestar serviços de locação de equipamentos de iluminação - 1. Iluminação Piramidal sob o local de exposição do gado; 2. Iluminação Piramidal sob a extensão do Campo de Futebol; 2. Iluminação Piramidal na parte externa do Ginásio de Exposições.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Ordilei C. Kerstik.
Cordilheira Alta, 28 de março de 2012.**Extrato do Contrato ADM 50/2012**

EXTRATO Nº: 50/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: ELETROWATT MONTAGENS ELETRICAS LTDA

VALOR: R\$ 7.016,39 (sete mil e dezesseis reais e trinta e nove centavos)

VIGÊNCIA: Início: 28/03/2012 Término: 30/04/2012.

LICITAÇÃO: Contratação Direta

RECURSOS:Projeto/Ativ 04.122.2515.2003

Modalidade de Aplicação 3390.00.00-32

OBJETO: Pelo presente contrato, a LOCADORA obriga-se a prestar serviços de locação de Transformador Trifásico de 75KVA/25KV, conforme projeto elétrico de n. 016227 elaborado pela CELESC.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Carlos Luiz Benazzi.
Cordilheira Alta, 28 de março de 2012.**Extrato do Contrato ADM 51/2012**

EXTRATO Nº: 51/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: INVIOSAT SEGURANÇA PRIVADA LTDA

VALOR: R\$ 4.982,00 (quatro mil e novecentos e oitenta e dois reais)

VIGÊNCIA: Início: 28/03/2012 Término: 30/04/2012.

LICITAÇÃO: Contratação Direta

RECURSOS:Projeto/Ativ 04.122.2515.2003

Modalidade de Aplicação 3390.00.00-32

OBJETO: Pelo presente contrato, a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de segurança. Da vigilância: A CONTRATADA compromete-se a fornecer: 01 (um) posto de serviço de vigilância desarmada - por 24 hs diárias ininterruptas - totalizando 96 horas, para atuação dentro do Ginásio de exposição; 01 (um) posto de serviço de vigilância desarmada - por 12 hs diárias, para atuar na área externa do Parque de Exposições; 10 (dez) vigilantes para atuarem no perímetro dos shows e espetáculos artísticos.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Volnei Márcio da Silva

Cordilheira Alta, 28 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 52/2012

EXTRATO Nº: 52/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: INVIOSAT SERVIÇOS LTDA

VALOR: R\$ 2.304,00 (dois mil e trezentos e quatro reais)

VIGÊNCIA: Início: 28/03/2012 Término: 30/04/2012.

LICITAÇÃO: Contratação Direta

RECURSOS:Projeto/Ativ 04.122.2515.2003

Modalidade de Aplicação 3390.00.00-32

OBJETO: Da Limpeza: A CONTRATADA compromete-se a fornecer 02 (dois) postos de serviços de limpeza, com no mínimo 128 horas de trabalho, para conservação da higiene dos stands localizados dentro do Ginásio de Exposição, inclusive, com o fornecimento dos produtos de limpeza necessários.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Alessandra Cordone.

Cordilheira Alta, 28 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 53/2012

EXTRATO Nº: 53/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: RB PAPELARIA E BAZAR LTDA

VALOR: R\$ 6.055,00 (seis mil e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: Início: 29/03/2012 Término: 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 10/2012

OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de material didático, de expediente, limpeza e gêneros alimentícios, lotes n. 08 e 10, de acordo com as especificações constantes ao Edital e Proposta.

DOTAÇÃO: 2.033.3390.00 - 0 - 70/2012 2.020.3390.00 - 0 - 10/2012 2.009.3390.00 - 0 - 50/2012 2.006.3390.00 - 0 - 67/2012

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Romildo Bigolin.

Cordilheira Alta, 29 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 54/2012

EXTRATO Nº: 54/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR: R\$ 12.650,00 (doze mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: Início: 29/03/2012 Término: 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 10/2012

OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de material didático, de expediente, limpeza e gêneros alimentícios, lotes n. 02 e 03, de acordo com as especificações constantes ao Edital e Proposta.

DOTAÇÃO: 2.033.3390.00 - 0 - 70/2012 2.020.3390.00 - 0 - 10/2012 2.009.3390.00 - 0 - 50/2012 2.006.3390.00 - 0 - 67/2012

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Renata Ahlf dos Santos

Cordilheira Alta, 29 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 55/2012

EXTRATO Nº: 55/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: SUPERMERCADO COSER E GIACOMIN LTDA ME

VALOR: R\$ 16.059,20 (dezesseis mil cinquenta e nove reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: Início: 29/03/2012 Término: 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 10/2012

OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de material didático, de expediente, limpeza e gêneros alimentícios, lotes n. 01 e 04, de acordo com as especificações constantes ao Edital e Proposta.

DOTAÇÃO: 2.033.3390.00 - 0 - 70/2012 2.020.3390.00 - 0 - 10/2012 2.009.3390.00 - 0 - 50/2012 2.006.3390.00 - 0 - 67/2012

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Marcio Roberto Coser.

Cordilheira Alta, 29 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 56/2012

EXTRATO Nº: 56/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME
VALOR: R\$ 31.650,00 (trinta e um mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: Início: 29/03/2012 Término: 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 10/2012

OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de material didático, de expediente, limpeza e gêneros alimentícios, lotes n. 06 e 09, de acordo com as especificações constantes ao Edital e Proposta.

DOTAÇÃO: 2.033.3390.00 - 0 - 70/2012 2.020.3390.00 - 0 - 10/2012 2.009.3390.00 - 0 - 50/2012 2.006.3390.00 - 0 - 67/2012

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Everton Luiz Buss.
Cordilheira Alta, 29 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 57/2012

EXTRATO Nº: 57/2012

1º ADITIVO AO CONTRATO 14/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ

VIGÊNCIA: Início: 31/03/2012 Término: 29/04/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 10/2012

OBJETO: O Objeto do presente Aditivo é a prorrogação, em 30 (trinta) dias, do prazo da vigência do contrato, ficando estabelecido como data final para término dos serviços contratados o dia 29 de abril de 2012.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Odilon Luiz Poli
Cordilheira Alta, 29 de março de 2012.

Extrato do Contrato ADM 58/2012

EXTRATO Nº: 58/2012

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: BATISTELLO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

VALOR: R\$ 10.685,55 (dez mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 13/2012

OBJETO: O Objeto do presente Aditivo é o acréscimo quantitativo do OBJETO CONTRATADO.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Paulo José Batisello.

Cordilheira Alta, 29 de março de 2012.

Extrato do Contrato FMS 06/2012

EXTRATO Nº: 06/2012 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: SCHERER ENDOCRINOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA S/S

VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

VIGÊNCIA: Início: 19/03/2012 Término: 31/12/2012

LICITAÇÃO: Pregão Presencial FMS nº 4/2012

RECURSOS: 2.019.3390.00 - 8 - 7/2012

2.019.4490.00 - 8 - 13/2012

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de Empresa que atua diretamente na área de saúde com especialidade em Otorrinolaringologia, para atender a demanda reprimida de pacientes, avaliados e encaminhados pelo ESF (Estratégia, Saúde da Família), para realização de consultas, avaliações e demais

procedimentos necessários.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e André Fernando Scherer.

Cordilheira Alta, 19 de março de 2012.

Extrato do Convênio 01/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2012

Concedente: Município de Cordilheira Alta.

Conveniente: Associação dos Acadêmicos de Cordilheira Alta

Objeto: Concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do município, destinados a pagamento do transporte dos estudantes que frequentam o segundo grau nas Escolas Técnicas, situadas fora deste município, e também, àqueles que frequentam o terceiro grau e que tenham residência na circunscrição administrativa do Município de Cordilheira Alta.

Vigência: 20/03/2012 a 31/12/2012.

Valor: R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), que serão repassados em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas, pagas até o dia 10 do mês subsequente.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Elaine Cristina Foppa.
Cordilheira Alta - SC, 20 de março de 2012.

Extrato do Convênio 02/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2012

Concedente: Município de Cordilheira Alta.

Conveniente: Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Coronel Freitas SC

Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Convênio, a concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados a auxiliar na manutenção da entidade e visando o atendimento dos portadores de necessidades especiais do município que frequentam a instituição.

Vigência: 20/03/2012 a 31/12/2012.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pagos em 08 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, até o dia 10 do mês subsequente.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Silvano Grasel.
Cordilheira Alta - SC, 20 de março de 2012.

Extrato do Convênio 03/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2012

Concedente: Município de Cordilheira Alta.

Conveniente: Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Xaxim SC

Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Convênio, a concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados a auxiliar na manutenção da entidade e visando o atendimento dos portadores de necessidades especiais do município que frequentam a instituição.

Vigência: 20/03/2012 a 31/12/2012.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), pagos em 08 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, até o dia 10 do mês subsequente.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Mario Cesar Moschetta.

Cordilheira Alta - SC, 20 de março de 2012.

Extrato do Convênio 04/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2012

Concedente: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Conveniente: CENTRO ASSOCIATIVO DE ATIVIDADES PSICOFÍSICAS PATRICK - CAPP Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Convênio, a concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados a auxiliar na manutenção da entidade e visando o atendimento dos portadores de

necessidades especiais do município que frequentam a instituição.
Vigência: 20/03/2012 a 31/12/2012.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pagos em 08 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, até o dia 10 do mês subsequente.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Ivonei Barbiero.

Cordilheira Alta - SC, 20 de março de 2012.

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº 066 de 04 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 066 DE 04 DE ABRIL DE 2012.

Prorroga o Decreto nº 009, de 05 de janeiro de 2012, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Estiagem.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pelo artigo 94, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo Decreto Estadual 768 de 09 de janeiro de 2012 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da estiagem ocorrida desde de outubro de 2011, com sérios agravantes, atingindo todo município, resultando em danos e prejuízos;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das estiagens no período.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 009, de 05 de janeiro de 2012, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Coronel Martins - SC, 04 de abril de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS JACIR PAULO CRACO

Prefeito Municipal Presidente da COMDEC

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 037, de 04 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 037, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 02/05/2012 à 30/05/2012.

Nome	Cargo	Referências
Nadir Muniz da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	2009 à 2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 04 de abril de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 452/12

DECRETO Nº 452/12

NOMEIA O SR. RICARDO PEDRINI KEMER, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Emenda Constitucional n.º 019/98 de 04/06/98.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. RICARDO PEDRINI KEMER, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 453/12

DECRETO Nº 453/12

NOMEIA A SRA. SILVANA ZOLETI DA SILVA, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Emenda Constitucional n.º 019/98 de 04/06/98.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SILVANA ZOLETI DA SILVA, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 1864/12

PORTARIA Nº 1864/12

EXONERA A PEDIDO A SRA. SILVANA ZOLETTI DA SILVA FERNANDES, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Sra. SILVANA ZOLETTI DA SILVA FERNANDES, do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 457/10, de 04 de janeiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1865/12

PORTARIA Nº 1865/12

CONCEDE LICENCIA AO SR. RICARDO PEDRINI KEMER DO CARGO

DE FISIOTERAPEUTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Licenciado do cargo de Fisioterapeuta, o senhor RICARDO PEDRINI KEMER, nomeado pela Portaria nº 123/07, de 16 de abril de 2007, a fim de assumir o cargo de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1868/12

PORTARIA Nº 1868/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 038/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 038/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato é a COMPRA E VENDA DE UM IMÓVEL E BENFEITORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: IMÓVEL FAZENDO FRENTE EM 10,00M COINCIDINDO COM O ALINHAMENTO PREDIAL NO LADO ÍMPAR DA RUA 140 JOÃO BANKHARDT, TRAVESSÃO DOS FUNDOS EM 10,00M COM TERRAS DE FRANCISCO WEILLER, ESTREMANDO COM O LADO DIREITO EM 25,25M COM O LOTE 06, E PELO LADO ESQUERDO EM 25,10M COM TERRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA COM A ÁREA DE 37,80M², DE NÚMERO 245.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1869/12

PORTARIA Nº 1869/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 039/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 039/2012, a senhora Silvana Zoleti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato é a COMPRA E VENDA DE UM IMÓVEL E BENFEITORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: IMÓVEL FAZENDO FRENTE EM 10,00M COINCIDINDO COM O ALINHAMENTO PREDIAL NO LADO ÍMPAR DA RUA 140 JOÃO BANKHARDT, TRAVESSÃO DOS FUNDOS EM 10,00M COM TERRAS DE FRANCISCO WEILLER, EXTREMANDO COM O LADO DIREITO EM 25,40M COM O LOTE 05, E PELO LADO ESQUERDO EM 25,25M COM O LOTE 07, EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA COM A ÁREA DE 37,80M² DE NÚMERO 233.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1870/12

PORTARIA Nº 1870/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 040/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº

040/2012, a senhora Silvana Zoleti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato é a COMPRA E VENDA DE UM IMÓVEL E BENFEITORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: IMÓVEL FAZENDO FRENTE EM 10,50M COINCIDINDO COM O ALINHAMENTO PREDIAL NO LADO PAR DA RUA 140 JOÃO BANKHARDT, TRAVESSÃO DOS FUNDOS EM 10,50M COM TERRAS DE OSVALDO BERHLANDA, EXTREMANDO COM O LADO DIREITO EM 25,65M COM TERRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, E PELO LADO ESQUERDO EM 24,80M COM O LOTE 11, EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA COM A ÁREA DE 37,80M² DE NÚMERO 264.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1871/12

PORTARIA Nº 1871/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 041/2012, a senhora Silvana Zoleti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato é a COMPRA E VENDA DE UM IMÓVEL E BENFEITORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: IMÓVEL FAZENDO FRENTE EM 10,00M COINCIDINDO COM O ALINHAMENTO PREDIAL NO LADO PAR DA RUA 140 JOÃO BANKHARDT, TRAVESSÃO DOS FUNDOS EM 10,00M COM TERRAS DE OSVALDO BERHLANDA, EXTREMANDO COM O LADO DIREITO EM 24,80M COM O LOTE 12 E PELO LADO ESQUERDO EM 24,95M COM O LOTE 10, EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA COM A ÁREA DE 37,80M² DE NÚMERO 250.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar

o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1873/12

PORTARIA Nº 1873/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 042/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato é a COMPRA E VENDA DE UM IMÓVEL E BENFEITORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: IMÓVEL FAZENDO FRENTE EM 10,00M COINCIDINDO COM O ALINHAMENTO PREDIAL NO LADO PAR DA RUA 140 JOÃO BANKHARDT, TRAVESSÃO DOS FUNDOS EM 10,00M COM TERRAS DE OSVALDO BERHLANDA, EXTREMANDO COM O LADO DIREITO EM 25,25M COM O LOTE 09 E PELO LADO ESQUERDO EM 25,40M COM TERRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA COM A ÁREA DE 37,80M² DE NÚMERO 220.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1874/12

PORTARIA Nº 1874/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 043/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 043/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato é a COMPRA E VENDA DE UM IMÓVEL E BENFEITORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: IMÓVEL FAZENDO FRENTE EM 10,00M COINCIDINDO COM O ALINHAMENTO PREDIAL NO LADO PAR DA RUA 140 JOÃO BANKHARDT, TRAVESSÃO DOS FUNDOS EM 10,00M COM TERRAS DE OSVALDO BERHLANDA, EXTREMANDO COM O LADO DIREITO EM 24,95M COM O LOTE 11E PELO LADO ESQUERDO EM 25,10M COM O LOTE 09, EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA COM A ÁREA DE 37,80M² DE NÚMERO 238.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1875/12

PORTARIA Nº 1875/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 044/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 044/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato é a COMPRA

E VENDA DE UM IMÓVEL E BENFEITORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: IMÓVEL FAZENDO FRENTE EM 10,00M COINCIDINDO COM O ALINHAMENTO PREDIAL NO LADO PAR DA RUA 140 JOÃO BANKHARDT, TRAVESSÃO DOS FUNDOS EM 10,00M COM TERRAS DE OSVALDO BERHLANDA, EXTREMANDO COM O LADO DIREITO EM 25,25M COM O LOTE 09 E PELO LADO ESQUERDO EM 25,40M COM TERRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA COM A ÁREA DE 37,80M² DE NÚMERO 212.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1876/12

PORTARIA Nº 1876/12

Designa SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 045/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender

necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1877/12

PORTARIA Nº 1877/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 046 E 047/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 046 e 047/2012, a senhora Maria Aparecida Rosa, matrícula funcional nº 2439-03, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Cultura, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto dos contratos CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1878/12

PORTARIA Nº 1878/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei

Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 048/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA AS PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1879/12

PORTARIA Nº 1879/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 049 E 050/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 049 e 050/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1880/12

PORTARIA Nº 1880/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 052 E 053/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 052 e 053/2012, a senhora Silvana Zoletti da Silva Fernandes, matrícula funcional nº 7456-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE ARTESANATO (TECIDOS), PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1881/12

PORTARIA Nº 1881/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 054/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 054/2012, o senhor Jean Marcel Bertoldi Diel, matrícula funcional nº 8735-01, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, cujo objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA ANÁLISE DE ÁGUA DOS POÇOS DE MONITORAMENTO E DA LAGOA DE DECANTAÇÃO DO ATERRO CONTROLADO DE CORUPÁ-SC.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1882/12

PORTARIA Nº 1882/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 055/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 055/2012, o senhor Jean Marcel Bertoldi Diel, matrícula funcional nº 8735-01, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, cujo objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA SANITÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,

determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1883/12

PORTARIA Nº 1883/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 056, 057, 058 E 059/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 056, 057, 058 e 059/2012, o senhor Mauri Edgar Padilha de Lima, matrícula funcional nº 8276-01, ocupante do cargo de Gerente de Administração, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, cujo objeto dos contratos CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1884/12

PORTARIA Nº 1884/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 060 E 061/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 060 e 061/2012, a senhora Waldileia Ligia Schultz Klitzke, matrícula funcional nº 6231-0, ocupante do cargo de Farmaceutica, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto dos contratos CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS MÉDICOS-ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de abril de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 017/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 017/12

OBJETO: aquisição de VEÍCULO 0KM 1.6 08 VÁLVULAS, 04 PORTAS, para compor a frota Municipal da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 09/04/2012, às 09h00min do dia 19/04/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 19/03/12.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br

corupa.sc.gov.br.

Corupá, 09 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 018/12 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 018/12

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de PRANCHAS E ROLÍÇOS DE EUCALIPTO, para uso da Secretaria de Infra Estrutura DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 09/04/2012, às 14h00min do dia 19/04/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 19/04/12.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br

Corupá, 09 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços 005/12

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 005/12

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a revitalização da Praça ARTHUR MULLER, situada no Centro do Município de Corupá-SC, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativo anexos

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 09/04/2012 às 09h00min do dia 25/04/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 25/04/2012

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br

Corupá, 09 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 94/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para prestação de serviços para Confecção de materiais Gráficos conforme anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 20/04/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 15:00 horas do dia 20/04/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 28 de Março de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 96/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para aquisição de tintas demarcação para pintura nas ruas, faixas de pedestres, meio fio e demais demarcação viárias, conforme descrição mínima detalhada no anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 18/04/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 15:00 horas do dia 18/04/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br

Curitibanos, 29 de Março de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 97/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para aquisição de materiais de segurança para Secretaria de Obras e Polícia Militar, detalhada no anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 17/04/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 17/04/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Março de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Ata De Recebimento E Analise Da Documentação De Habilitação, Referente Ao Edital De Concorrência Nº 66/2012.

ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, REFERENTE AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 66/2012.

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, e os demais presentes, para análise e recebimento dos envelopes documentação de habilitação dos participantes abaixo relacionados: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA, CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, VIANA TERRAPLANAGEM LTDA, BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA.

Em seguida verificou-se que os participantes protocolaram seus envelopes em tempo hábil, portanto foram considerados participantes do processo licitatório na modalidade de concorrência nº 66/2012.

No decorrer da reunião e após a análise das documentações apresentadas, verificou-se a habilitação dos concorrentes: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA, CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, VIANA TERRAPLANAGEM LTDA, BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA.

Nada mais tendo a tratar a Comissão indagou as participantes da intenção de interposição de recurso sendo que os mesmos renunciaram expressamente ao direito recursal concordando com o prosseguimento do processo licitatório.

Por fim o Presidente da Comissão encerrou a sessão.

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

DIEGO SEBEM WORDELL
Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

Ata De Recebimento E Analise E Julgamento Das Propostas De Preços, Referente Ao Edital De Concorrência Nº 66/2012.

ATA DE RECEBIMENTO E ANALISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 66/2012.

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, e os demais presentes, para análise e recebimento dos envelopes propostas de preços das empresas habilitadas a participarem do edital de concorrência nº 66/2012: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA, CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, VIANA TERRAPLANAGEM LTDA, BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA. No decorrer da reunião e após a análise das propostas de preços das empresas habilitadas a Comissão verificou o que segue: BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, apresentou proposta com o valor global de R\$ 1.850.592,88 (Um milhão e oitocentos e cinquenta mil e quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos); CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA, com o valor total de R\$ 1.874.789,83 (Um milhão e oitocentos e setenta e quatro mil e setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos); CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, apresentou proposta com o valor de R\$ 1.886.594,88 (Um milhão e oitocentos e oitenta e seis mil e quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos); SETEP CONSTRUÇÕES S.A., apresentou proposta com o valor de R\$ 1.913.019,88 (Um milhão e novecentos e treze mil e dezenove reais e oitenta e oito centavos); VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, apresentou proposta com o valor de R\$ 1.962.120,52 (Um milhão e novecentos e sessenta e dois mil e cento e vinte reais e cinquenta e dois centavos); VIANA TERRAPLANAGEM LTDA, apresentou proposta com o valor de R\$ 1.965.332,34 (Um milhão e novecentos e sessenta e cinco mil e trezentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos). Considerando vencedora da licitação a empresa BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA com o valor total de R\$ 1.850.592,88 (Um milhão e oitocentos e cinquenta mil e quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos). Nada mais tendo a tratar a Comissão encerrou a reunião, dando ciência do contido na presente ata para que querendo se manifestem quanto as propostas apresentadas.

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

DIEGO SEBEM WORDELL
Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

Ermo

PREFEITURA

Decreto Nº 15 de 03 de Abril de 2012

DECRETO N.º 015, de 03 de Abril de 2011.

Abre crédito suplementar e dá outras providências.

MARCOSD LEONE, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º, inciso II da Lei nº 293/11 de 29/11/2011 (Lei

Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 4.411,85 (Quatro mil, quatrocentos e onze reais e oitenta e cinco centavos), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0.3.0019.0(67) Aplicações Diretas . R\$ 4.411,85

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta do Superávit Financeiro do Fundeb referente ao exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de Abril de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretaria de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

Lei 1306/2012

Lei n. 1306, de 05 de abril de 2012.

Autoriza Firmar Convênio com Cooperativa Escola e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Cooperativa Escola Jovens Estudantes Ltda - CEJEL do Centro Educacional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva - CEDUP de Água Doce no sentido de repassar o valor de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais) para manutenção de 02 (dois) alunos deste município que estudam no citado Centro neste ano letivo, para que os mesmos sejam mantidos em sistema de internato nos Termos do Convênio anexo a esta Lei.

Art. 2º- O valor acima mencionado será repassado em 02 (duas) parcelas semestrais de R\$ 1.650,00 (Um mil e seiscentos e cinquenta reais) por aluno, mediante a apresentação de comprovante de frequência e avaliação técnica dos mesmos, servindo estes documentos como prestação de contas.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de abril de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 05 de abril de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar 034/2012

Lei Complementar n. 034, de 05 de abril de 2012.

Altera o Anexo V – Tabela de Vencimentos dos Cargos do Magistério Municipal e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica alterada a Tabela de Vencimentos dos Cargos do Magistério Municipal (Anexo V) da Lei Complementar nº 021 de 07 de maio de 2009, passando a vigorar com os valores do documento em anexo que faz parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a pagar, retroativo, aos integrantes do Magistério, a diferença ocorrida nos meses de janeiro à março de 2012, entre o Piso Nacional do Magistério e o vencimento.

Art. 3º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de abril de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 05 de abril de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO V											
Quadro Permanente de Pessoal											
TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL											
Lei Complementar n. 034, de 05 de abril de 2012.											
NÍVEL	CLASSE										
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
	7,86%	5,00%	10,25%	15,77%	21,56%	27,64%	34,02%	40,72%	47,76%	55,15%	62,91%
1	1.451,00	1.523,55	1.599,73	1.679,82	1.763,84	1.852,06	1.944,63	2.041,85	2.144,00	2.251,23	2.363,82
2	1.673,15	1.756,81	1.844,65	1.937,01	2.033,88	2.135,61	2.242,36	2.354,46	2.472,25	2.595,89	2.725,73
3	1.885,42	1.979,69	2.078,68	2.182,75	2.291,92	2.406,55	2.526,84	2.653,16	2.785,90	2.925,23	3.071,54
4	2.092,92	2.197,57	2.307,44	2.422,97	2.544,15	2.671,40	2.804,93	2.945,16	3.092,50	3.247,17	3.409,58

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário De Administração E Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.797, de 04 de Abril de 2012.

LEI Nº 1.797, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO REAL A SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido aos servidores comissionados do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, estabelecidos na Lei Municipal n. 1.786 de 21 de agosto de 2012, o aumento de 7,0% (sete por cento), a incidir a partir de 1º de abril de 2012, sendo 4,77 (quatro vírgula setenta e sete por cento), referente à revisão geral anual, que corresponde o acúmulo do INPC/IBGE do período compreendido entre abril/2011 a fevereiro/2012, e 2,23% (dois vírgula vinte e três por cento) de aumento real.

Art. 2º Fica concedido aos servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, estabelecidos na Lei Municipal n. 1.786 de 21 de agosto de 2012, o aumento de 4,77 (quatro vírgula setenta e sete por cento), referente à revisão geral anual, que corresponde o acúmulo do INPC/IBGE do período compreendido entre abril/2011 a fevereiro/2012, a incidir a partir de 1º de abril de 2012.

Art. 3º As despesas inerentes à execução desta lei correm as expensas de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de abril de 2012.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 146/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 05 DE ABRIL DE 2012.
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 97/2008 NO TOCANTE À FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 97 de 9 de dezembro de 2008 passa a vigorar acrescida do artigo 138-A com a seguinte redação:

Artigo 138-A. A propriedade imobiliária urbana cumpre sua função quando, em atendimento às funções sociais da cidade e respeitadas as exigências fundamentais do ordenamento territorial estabelecidas no Plano Diretor, forem destinadas para:

- I - habitação, principalmente Habitação de Interesse Social, HIS;
- II - atividades econômicas geradoras de oportunidades de trabalho e renda;
- III - infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos;
- IV - conservação do meio ambiente e do patrimônio cultural;

- V - o aproveitamento socialmente justo e racional do solo;
- VI - o aproveitamento e a utilização compatíveis com a segurança e a saúde dos usuários e dos vizinhos;
- VII - o desenvolvimento de atividades fins das empresas.

Parágrafo Único. Ato do Poder Executivo estabelecerá as condições de análise e aplicação dos dispositivos legais pertinentes a revisão e minoração das alíquotas incidentes sobre a propriedade, com vista na sua função social, respeitados os limites impostos pela legislação municipal.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, 05 DE ABRIL DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0092/2012

DECRETO Nº 0092, DE 05 DE ABRIL DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Nº 2122, de 07 de dezembro de 2011 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
17.511.0019.1.027 - Sistema Comunitário de Abastecimento de Água no Meio Rural
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9247 (277) R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9248 (278) R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9249 (279) R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9250 (280) R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9251 (281) R\$ 15.000,00

Total R\$ 75.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta dos Convênios Nºs: 4317/2012-6, 4320/2012-6, 4315/2012-0, 4318/2012-4 e 4319/2012-2 celebrados pelo Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a destinação de recursos financeiros para a construção de poços artesianos nas seguintes Localidades: Linha Gruta, Linha Matias, Campina do Cerro, Faxinal dos Domingues II e Linha Baldissera.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 05 DE ABRIL DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0914/2012

PORTARIA N.º 0914 DE 03 DE ABRIL DE 2012.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SÉRGIO DE JESUS PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 552.263.709-97 no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0914/2012

PORTARIA N.º 0914 DE 03 DE ABRIL DE 2012.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SÉRGIO DE JESUS PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 552.263.709-97 no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0928/2012

PORTARIA N.º 0928 DE 04 DE ABRIL DE 2012.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDIA INES MASIERO CARDOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 762.963.779-91, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0929/2012

PORTARIA N.º 0929 DE 05 DE ABRIL DE 2012.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar 109/2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110/2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 046/2003; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1956/2008;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PEDRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.542.469-53, no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0930/2012

PORTARIA N.º 0930 DE 05 DE ABRIL DE 2012.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSÉ GUILHERME KRAEMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 304.911.349-91, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0931/2012

PORTARIA N.º 0931 DE 05 DE ABRIL DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 005/2010, homologado pelo decreto 310/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSANE APARECIDA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 938.489.199-15, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 10 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0055/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de Cortinas para os Centros de Educação Infantil Bela Vista, São José e Centro de Educação Municipal Pe. Biagio Simonetti. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 20.04.2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 05 de abril de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo de Contrato Nº 05/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12FMS05

Nº DO ADITIVO: TA12FMS04

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Objeto do Contrato: Aquisição de suplementos alimentares para crianças carentes do município de Fraiburgo. Objeto do aditivo: As partes do Contrato epigrafado, de comum acordo, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 02 conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantia Contratada	Marca	Quantia Acrescida	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
02	Alimento adicional de vitaminas e minerais. Ingredientes: Leite em pó desnatado instantâneo, sacarose, sólidos de xarope de milho, leite em pó integral, cacau, fosfato de magnésio ascorbato de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, inositol, iodeto de potássio, acetato de DL-alfa tocoferol, niacinamida, sulfato de manganês, sulfato cúprico, fitomenadiona, acetato de vitamina A, pantotenato de cálcio, cianocobalamina (vitamina B-12), cloridrato de tiamina, riboflavina, coлекаliferol, cloreto de cromo, ácido fólico, biotina, estabilizantes carragena e lecitina de soja. Lata com 400 gramas.	45 Latas	Sus-tagem Nestlé	11 Latas	36,50	401,50

As despesas decorrentes do presente Termo correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012 com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	08-00 – SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade	08-01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional	10.301.0017.2.038 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Compl.Elemento	3.3.90.32.03 – Gêneros Alimentícios
Dotação	29
Recurso	1400

Data: 14.03.2012. Vigência do Contrato: 31.01.2012 a 31.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0001/2012 – FMS. Pregão Presencial nº 0001.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nilce Pinz – Secretária de Saúde

Extrato do Aditivo Nº 57/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF04

Nº DO ADITIVO: TA12PMF57

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação CAUQ na Av. Renê Frey, nesta cidade de Fraiburgo, com extensão de 259,98 metros, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo. OBJETO DO ADITIVO: as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência que consta da sua Cláusula Terceira, nos termos

insertos no art. 57, § 1º da Lei em tela, ficando vigente até o dia 23 de março de 2012. Data: 01.03.2012. Vigência do Contrato: 03.01.2012 a 23.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0236/2011 - Tomada de Preços nº 0033. Fraiburgo SC, 30 de março de 2012. Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 58/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF15

Nº DO ADITIVO: TA12PMF58

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA. Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, conforme artigo 18 da Resolução nº 38/2009. OBJETO DO ADITIVO: As partes do Contrato epigrafado, de comum acordo, de acordo com a Lei 8.666/93, ajustam e contratam a inclusão de dotações orçamentárias da Cláusula Quarta do referido Contrato, passando a incluir as seguintes:

Órgão 07-00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 07-01 - EDUCAÇÃO GERAL

Funcional 12.361.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental.

Complemento do Elemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de alimentação Dotação 71

Recurso 1200

Órgão 07-00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 07-01 - EDUCAÇÃO GERAL

Funcional 12.365.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil.

Complemento do Elemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de alimentação Dotação 94

Recurso 1200

Data: 02.03.2012. Vigência do Contrato: 12.01.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0264/2011 - Pregão Presencial nº 0170- PMF.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 59/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF16

Nº DO ADITIVO: TA12PMF59

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO. Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, conforme artigo 18 da Resolução nº 38/2009. OBJETO DO ADITIVO: As partes do Contrato epigrafado, de comum acordo, de acordo com a Lei 8.666/93, ajustam e contratam a inclusão de dotações orçamentárias da Cláusula Quarta do referido Contrato, passando a incluir as seguintes:

Órgão 07-00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 07-01 - EDUCAÇÃO GERAL

Funcional 12.361.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental.

Complemento do Elemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de alimentação Dotação 71

Recurso 1200

Órgão 07-00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 07-01 - EDUCAÇÃO GERAL

Funcional 12.365.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil.

Complemento do Elemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de alimentação Dotação 94

Recurso 1200

Data: 02.03.2012. Vigência do Contrato: 12.01.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0264/2011 - Pregão Presencial nº 0170- PMF.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 60/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF252

Nº DO ADITIVO: TA12PMF60

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para execução da obra de Sinalização Viária, horizontal, vertical e semaforica (PROJETOS I e II), nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (Anexos ao Processo Administrativo Licitatório). OBJETO DO ADITIVO: as partes acima epigrafadas, em conformidade com o art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a pedido da CONTRATADA e com anuência expressa do engenheiro fiscal da obra, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência e de execução que constam da sua Cláusula Terceira para mais 60 (sessenta) dias, ficando vigente até o dia 05 de maio de 2012. Data: 05.03.2012. Vigência do Contrato: 05.10.2011 a 05.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0167/2011 PMF - Tomada de Preços nº 0025.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 61/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF296

Nº DO ADITIVO: TA12PMF61

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para construção das Quadras Esportivas para Futebol de Areia e Vôlei de Areia, no Centro, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao Processo Administrativo Licitatório). OBJETO DO ADITIVO: As partes acima epigrafadas, em conformidade com o art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a pedido da CONTRATADA e com anuência expressa do engenheiro fiscal da obra, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência e de execução que constam da sua Cláusula Terceira para mais 30 (trinta) dias, ficando vigente até o dia 16 abril de 2012. Data: 06.03.2012. Vigência do Contrato: 16.12.2011 a 16.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0226/2011 PMF - Tomada de Preços nº 0030

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 62/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF35

Nº DO ADITIVO: TA12PMF62

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: PAZZA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA ME.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo de transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos do ensino fundamental e médio da rede municipal, estadual e portadores de necessidades especiais do município de Fraiburgo, na LINHA 2. OBJETO DO ADITIVO: As partes do contrato epigrafado, de comum acordo e em conformidade com Cláusula Segunda, item 2.1.1 do referido contrato e art. 65, inc. I, alínea "b" da Lei 8.666/93, ajustam e contratam a alteração no ITINERÁRIO 10 da LINHA 2 aumentando em 4,40 km (quatro quilômetros e quarenta metros) diários a partir de 01/03/2012, em função de ajustes no percurso do itinerário 10. Portanto, o valor diário desta LINHA passará de R\$ 1.920,54 (um mil, novecentos e vinte reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$ 1.932,95 (um mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos). Data: 08.03.2012. Vigência do Contrato: 08.03.2012 a 31.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0014/2012 - PMF. Pregão Presencial nº 0008/2012

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 63/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF145

Nº DO ADITIVO: TA12PMF63

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO S/A (FILIAL FRAIBURGO). Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo de transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos do ensino fundamental e médio da rede municipal, estadual e portadores de necessidades especiais do município de Fraiburgo. OBJETO DO ADITIVO: As partes do contrato epigrafado, de comum acordo e em conformidade com Cláusula Segunda, item 2.1 do referido contrato e art. 65, inc. I, alínea "b" da Lei 8.666/93, ajustam e contratam a alteração nos ITINERÁRIOS 3 e 6 da LINHA 1, o ITINERÁRIO 29 da LINHA 4 e o ITINERÁRIO 22 da LINHA 3 a partir de 01/03/2012, em função de ajustes no percurso, conforme tabelas abaixo:

LINHA	Nº	Percurso	Km Anterior	Acréscimos (Km)	Nova Km
1	3	Faxinal dos Domingues, Sítio do Laurindo, E. Arnoldo Frey, E.B.M. Santo Antônio, E.E.B. Padre Biagio e E.E.B. Gonçalves Dias.	116,00	13,00	129,00
1	6	Praça do Colono, Fraicenter, São José, Zabloski, Rodoviária, Posto Agropel, Vila Gala, Vila Golden, Chico Mendes e Escola Arnoldo Frey.	81,00	6,30	87,30
4	29	Faxinal dos Carvalhos, E. B. Macieria, Lberata, São Luiz, E.B.M. Santo Antonio, E. E.B. PE Biaggio Simoneti e E.E.B. Gonçalves Dias e UNC (transporte também no período matutino)	56,00	56,00	112,00

LINHA	Nº	Percurso	Km Anterior	Decréscimos (Km)	Nova Km
3	22	Linha Ferreira, Domingos Zonta, Arroio da Barra, Linha Baldissera, (a tarde Alceu Baldissera), Linha Mathias, Papuã, E.M. Carlos Gomes, C.E.M. São Sebastião, E.E.B. Bella Vista, E.E.B. Gonçalves Dias, Papeleiros até a ONG (Org. não Governamentais)	156,00	8,00	148,00

Ajustam também a alteração do tipo de veículo da LINHA 3 itinerário 40, passando o valor unitário p/ Km de R\$ 2,62 (microônibus), para R\$ 2,70 (ÔNIBUS), conforme segue:

LINHA	Nº	Percurso	Veículo anterior	Veículo Atual
3	40	Carro auxiliar, São Cristovão até Escola Zenaide da Costa.	Micro-ônibus	Ônibus

Data: 08.03.2012. Vigência do Contrato: 16.11.2011 a 31.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0176/2010-PMF. Pregão Presencial nº 0123.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 64/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF08

Nº DO ADITIVO: TA12PMF64

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA. Objeto do Contrato: Aquisição de material didático pedagógico relacionado com o Sistema de Ensino que serão utilizados nos Centros de Educação Infantil e no Ensino do 1º ano, durante o ano letivo de 2012, contendo material didático para o aluno, material de apoio e palestras aos pais, material e assessoramento pedagógico para os professores, equipes técnico-pedagógicas das escolas e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao processo de ensino/aprendizagem dos alunos de Educação Infantil denominado SISTEMA EDUCACIONAL UNIBRASIL. OBJETO DO ADITIVO: As partes do Contrato epigrafado, de comum acordo, em conformidade com o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade de sistemas, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição do Sistema	Quantia Contratada	Quantia Aditivada	Quantia total	V.Unit R\$	V.Total Aditivado-R\$
1	ENSINO INFANTIL IV	290	20	310	140,00	2.800,00
2	ENSINO INFANTIL III	220	30	250	140,00	4.200,00

Valor relativo ao material (80%) - R\$ 7.000,00

Valor relativo a prestação de serviço (20%) - R\$ 1.750,00

Valor total aditivado - R\$ 8.750,00

Diante do acréscimo fica alterada a Cláusula Terceira, 3.1 do referido Contrato, passando o valor total de R\$ 314.750,00 (trezentos e quatorze mil, setecentos e cinquenta reais) para R\$ 323.500,00 (trezentos e vinte e três mil e quinhentos reais). As despesas

decorrentes do presente Termo correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012 com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão 07- 00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade 07.01-EDUCAÇÃO GERAL

Funcional 12.365.0010.2.021 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dotação 91

Recurso 1323

Compl. Elemento 3.3.90.32.01 - Livros Didáticos

3.3.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento

Data: 12.03.2012. Vigência do Contrato: 05.01.2012 a 31.12.2012.

Processo Administrativo Licitatório nº 0005/2012-PMF. Inexigibilidade nº 0003/2012.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 65/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF56

Nº DO ADITIVO: TA12PMF65

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: CENTRO CULTURAL EGON FREY. Objeto do Contrato: Contratação de entidade sem fins lucrativos para prestação de curso de música para os Professores de Artes da Rede Pública Municipal, conforme exigência da lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. OBJETO DO ADITIVO: As partes do contrato epigrafado, de comum acordo, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ajustam e contratam a inclusão de uma (1) inscrição para Rosane Rodrigues dos Santos, Professora de Artes da Rede Pública Municipal. Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato, passando o valor total de R\$ 5.430,24 (cinco mil quatrocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para R\$ 5.731,89 (cinco mil setecentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos), Data: 19.03.2012. Vigência do Contrato: 01.02.2012 a 31.07.2012. Modalidade: Dispensa de Licitação.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 66/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF185

Nº DO ADITIVO: TA12PMF66

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP. Objeto do Contrato: Execução dos serviços de construção de um Centro de Cultura - BLOCO I, na Rua Marly, s/nº, nesta cidade, com área a ser construída de 287,04 m². OBJETO DO ADITIVO: As partes acima epigrafadas, em conformidade com o art. 65, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem de comum acordo a reprogramação das quantidades conforme planilha anexa ao processo. Data: 19.03.2012. Vigência do Contrato: 20.07.2011 a 19.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0095/2011-PMF. Tomada de Preços nº 0014.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 67/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF185

Nº DO ADITIVO: TA12PMF67

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP.

Objeto do Contrato: Execução dos serviços de construção de um Centro de Cultura - BLOCO I, na Rua Marly, s/nº, nesta cidade, com área a ser construída de 287,04 m². OBJETO DO ADITIVO: As partes do Contrato acima epigrafado, de comum acordo e em conformidade com o art. 65, alínea "b" e § 1º, da Lei nº 8.666/93, ajustam e contratam a sua alteração conforme planilha de aditivo contratual para acréscimo assinada pelo engenheiro fiscal da obra, no valor total de R\$ 41.011,18 (quarenta e um mil e onze reais e dezoito centavos, passando, portanto, o valor total de R\$ 222.459,65 (duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para 263.470,83 (duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e três centavos). A dotação orçamentária a ser utilizada para empenhamento da despesa do presente Aditivo será a seguinte:

Órgão 07-00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 07.02 - CULTURA

Funcional 13.392.0014.1.019 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS

Compl. Elemento 4.4.90.51.91 - Obras em Andamento

Recursos 1200 e 3200

Dotações 107 e 272

Data: 20.03.2012. Vigência do Contrato: 20.07.2011 a 19.07.2012.

Processo Administrativo Licitatório nº 0095/2011-PMF. Tomada de Preços nº 0014.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 68/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF23

Nº DO ADITIVO: TA12PMF68

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. Objeto do Contrato: Construção de um Centro de Educação Infantil no bairro Bela Vista, nesta cidade, com área total de 1.118,48 m². OBJETO DO ADITIVO: As partes acima epigrafadas, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de execução e vigência que consta da sua Cláusula Terceira do contrato e aditivos, conforme solicitação da contratada e anuência do engenheiro municipal, fiscal desta obra, nos termos insertos no art. 57, § 1º, inc. II da Lei em tela, ficando vigente até o dia 22 de junho de 2012, sem a incidência de qualquer penalidade ou sanção administrativa. Data: 21.03.2012. Vigência do Contrato: 01.02.2010 a 22.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0163/2009-PMF. Tomada de Preços nº 0014.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 69/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF145 Nº DO ADITIVO: TA12PMF69

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO S/A (FILIAL FRAIBURGO). Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo de transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos do ensino fundamental e médio da rede municipal, estadual e portadores de necessidades especiais do município de Fraiburgo. OBJETO DO ADITIVO: As partes do contrato epigrafado, de comum acordo e em conformidade com Cláusula Segunda, item 2.1 do referido contrato e art. 65, inc. I, alínea "b" da Lei 8.666/93, ajustam e contratam a alteração no ITINERÁRIO

34 da LINHA 4, a partir de 01/03/2012, em função de ajustes no percurso, conforme tabela abaixo:

LINHA	Nº	Percurso	Km Anterior	Acréscimos (Km)	Nova Km
4	34	CAIC, Escola Zenai-de da Costa, E.E.B. Gonçalves Dias, E.E.B. Pe. Biagio Simonetti, E.B.M. Santo Antonio, E.E.B. São José, João Maria saída no CAIC, NS Aparecida, E.E.B. Gonçalves Dias, UNO-ESC, UNIARP e E.E.B. Pe. Biagio Simonetti.	27,00	27,00	54,00

Data: 23.03.2012. Vigência do Contrato: 16.11.2010 a 31.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0176/2010. Pregão Presencial nº 0123 - PMF.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 70/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF252 Nº DO ADITIVO: TA12PMF70

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para execução da obra de Sinalização Viária, horizontal, vertical e semaforica (PROJETOS I e II), nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (Anexos ao Processo Administrativo Licitatório). OBJETO DO ADITIVO: As partes do Contrato acima epigrafado, de comum acordo e em conformidade com o art. 65, alínea "b" e § 1º, da Lei nº 8.666/93, ajustam e contratam a sua alteração devido à necessidade de acréscimos de alguns serviços e materiais, conforme consta do Memorial justificativo e Planilha Orçamentária anexa ao Processo, no valor total de R\$ 17.778,19 (dezesete mil, setecentos e setenta e oito reais e dezenove centavos), com a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade 10-02 - SEGURANÇA PÚBLICA

Funcional 06.181.0024.2.051 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Compl. Elemento 4.4.90.51.91 - Obras em Andamento

Dotação 230

Recurso 3203

Órgão 10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade 10-02 - SEGURANÇA PÚBLICA

Funcional 06.181.0024.1.039 - SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL

Compl. Elemento 4.4.90.51.91 - Obras em Andamento

Dotação 153

Recurso 1200

Data: 28.03.2012. Vigência do Contrato: 05.10.2011 a 05.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0167/2011-PMF. Tomada de Preços nº 0025.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato ACT Nº 235/2012

CONTRATO N.º : 235/2012.

PORTARIA N.º : 0584/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : MÁRCIA TORRI

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 236/2012

CONTRATO N.º : 236/2012.

PORTARIA N.º : 0585/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : ADRIANA STOEKLE

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 237/2012

CONTRATO N.º : 237/2012.

PORTARIA N.º : 0588/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO : VALDEVINO BENTO

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 238/2012

CONTRATO N.º : 238/2012.

PORTARIA N.º : 0592/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO : CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 30 de abril de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : ODONTÓLOGO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 3.938,47 (Três mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 239/2012

CONTRATO N.º : 239/2012.

PORTARIA N.º : 0593/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 240/2012

CONTRATO N.º : 240/2012.
PORTARIA N.º : 0594/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : MARCONDES BIALESKI
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 241/2012

CONTRATO N.º : 241/2012.
PORTARIA N.º : 0595/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : MARIA SERLEI HOLEK
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de junho de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 618,91 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 242/2012

CONTRATO N.º : 242/2012.
PORTARIA N.º : 0618/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
CONTRATADO : PEDRO ARCANGELO PEREIRA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 243/2012

CONTRATO N.º : 243/2012.
PORTARIA N.º : 0619/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
CONTRATADO : ONAIN DE BASTIANI
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE

EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 244/2012

CONTRATO N.º : 244/2012.
PORTARIA N.º : 0621/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : ILENIR DE OLIVEIRA FADANI
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 1.426,00 (Um mil, quatrocentos e vinte e seis reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 245/2012

CONTRATO N.º : 245/2012.
PORTARIA N.º : 0623/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : TAISE GUGIEL
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA
CARGA HORÁRIA.: 12 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 427,80 (Quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 246/2012

CONTRATO N.º : 246/2012.
PORTARIA N.º : 0624/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHÄBERLE
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 247/2012

CONTRATO N.º : 247/2012.
PORTARIA N.º : 0625/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : JULIANA APARECIDA MODENA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PSICÓLOGO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 2.250,55 (Dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 248/2012

CONTRATO N.º : 248/2012.
PORTARIA N.º : 0626/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : DAIANE CERVELIN MIGLIOLLI
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PSICÓLOGO
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 1.125,28 (Um mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 249/2012

CONTRATO N.º : 249/2012.
PORTARIA N.º : 0627/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PSICÓLOGO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 2.250,55 (Dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 250/2012

CONTRATO N.º : 250/2012.
PORTARIA N.º : 0628/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 618,91 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 251/2012

CONTRATO N.º : 251/2012.
PORTARIA N.º : 0629/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA
CARGA HORÁRIA.: 23 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 819,95 (Oitocentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 252/2012

CONTRATO N.º : 252/2012.
PORTARIA N.º : 0631/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA
CARGA HORÁRIA.: 24 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 855,60 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 253/2012

CONTRATO N.º : 253/2012.
PORTARIA N.º : 0634/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : JESSICA MUSSOLIN
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 01 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 254/2012

CONTRATO N.º : 254/2012.
PORTARIA N.º : 0635/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : KARINE CAMPAGNARO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 02 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PSICÓLOGO
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 1.125,28 (Um mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 255/2012

CONTRATO N.º : 255/2012.
PORTARIA N.º : 0681/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : MARLI GONÇALVES DE SOUZA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 05 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA
CARGA HORÁRIA.: 29 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 1.033,85 (Um mil, trinta e três reais e oitenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 256/2012

CONTRATO N.º : 256/2012.
PORTARIA N.º : 0708/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : ROSENI DE FATIMA MARCONDES
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 06 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 257/2012

CONTRATO N.º : 257/2012.
PORTARIA N.º : 0709/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : DELYRIA BENTO DE ANDRADE
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 06 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 258/2012

CONTRATO N.º : 258/2012.
PORTARIA N.º : 0712/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
CONTRATADO : ADRIANA FERREIRA MARTINS
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 07 de março de 2012 até 06 de junho de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 259/2012

CONTRATO N.º : 259/2012.
PORTARIA N.º : 0713/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : ANA PAULA MACHADO GOMES DE CAMPOS
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 07 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA
CARGA HORÁRIA.: 17 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 606,05 (Seiscentos e seis reais e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 260/2012

CONTRATO N.º : 260/2012.
PORTARIA N.º : 0714/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : JUCIMAR NUNES DA SILVA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 07 de março de 2012 até 01 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 618,91 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 261/2012

CONTRATO N.º : 261/2012.
PORTARIA N.º : 0715/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : LUANA APARECIDA DOS SANTOS
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 07 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 262/2012

CONTRATO N.º : 262/2012.
PORTARIA N.º : 0720/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : CLEUZA DIAS DE OLIVEIRA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 07 de março de 2012 até 02 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 618,91 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 263/2012

CONTRATO N.º : 263/2012.
PORTARIA N.º : 0721/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 07 de março de 2012 até 06 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 618,91 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 264/2012

CONTRATO N.º : 264/2012.
PORTARIA N.º : 0722/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO : DELIR MORAES FANTIN
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 08 de março de 2012 até 07 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 622,00 (Seiscentos e vinte e dois reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 265/2012

CONTRATO N.º : 265/2012.
PORTARIA N.º : 0723/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
CONTRATADO : ERONDINA DOS SANTOS POMNIECINSKI
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 08 de março de 2012 até 06 de junho de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 266/2012

CONTRATO N.º : 266/2012.
PORTARIA N.º : 0724/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : MARIA APARECIDA BORBA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 08 de março de 2012 até 02 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 267/2012

CONTRATO N.º : 267/2012.
PORTARIA N.º : 0727/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 12 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - ARTES
CARGA HORÁRIA.: 34 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 1.212,10 (Um mil, duzentos e doze reais e dez centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 268/2012

CONTRATO N.º : 268/2012.
PORTARIA N.º : 0732/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 12 de março de 2012 até 02 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 269/2012

CONTRATO N.º : 269/2012.
PORTARIA N.º : 0735/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO : KÁTIA REGINA DOS SANTOS
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 12 de março de 2012 até 02 de abril de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
CARGA HORÁRIA.: 14 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 499,10 (Quatrocentos e noventa e nove reais e dez centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 270/2012

CONTRATO N.º : 270/2012.
PORTARIA N.º : 0739/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO : SOLANGE FONTOURA LEMES
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 13 de março de 2012 até 31 de maio de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 618,91 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 271/2012

CONTRATO N.º : 271/2012.
PORTARIA N.º : 0746/2012.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO : KEROLYN KALINCK SOUSA HEMKEMAIER
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA : 14 de março de 2012 até 30 de junho de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 622,00 (Seiscentos e vinte e dois reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 272/2012

CONTRATO N.º : 272/2012.

PORTARIA N.º : 0747/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 14 de março de 2012 até 30 de junho de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 618,91 (Seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 273/2012

CONTRATO N.º : 273/2012.

PORTARIA N.º : 0753/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO : ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 15 de março de 2012 até 30 de junho de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 622,00 (Seiscentos e vinte e dois reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 274/2012

CONTRATO N.º : 274/2012.

PORTARIA N.º : 0754/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO : ELIZA ANDREIA MAGAGNIN

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 15 de março de 2012 até 30 de junho de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 622,00 (Seiscentos e vinte e dois reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 275/2012

CONTRATO N.º : 275/2012.

PORTARIA N.º : 0755/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : KARINA ALVES

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 15 de março de 2012 até 02 de abril de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA

CARGA HORÁRIA.: 27 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 962,55 (Novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 276/2012

CONTRATO N.º : 276/2012.

PORTARIA N.º : 0756/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO : TIAGO DA ROSA SILVA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 15 de março de 2012 até 30 de abril de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 277/2012

CONTRATO N.º : 277/2012.

PORTARIA N.º : 0761/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : DENILZE MEIRA DA ROSA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 19 de março de 2012 até 01 de junho de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT Nº 278/2012

CONTRATO N.º : 278/2012.

PORTARIA N.º : 0763/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : MARLI APARECIDA DA ROSA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 19 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato ACT Nº 279/2012

CONTRATO N.º : 279/2012.

PORTARIA N.º : 0768/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : JANAÍNA VILMARA ORTIZ

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 19 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA.: 24 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 855,60 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato ACT N° 280/2012

CONTRATO N.º : 280/2012.

PORTARIA N.º : 0771/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : JOSIELI DE FATIMA GOIS RODRIGUES

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 20 de março de 2012 até 01 de junho de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato ACT N° 281/2012

CONTRATO N.º : 281/2012.

PORTARIA N.º : 0772/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : SULLIAN PATRICIA STANIASKI

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 20 de março de 2012 até 01 de junho de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA

CARGA HORÁRIA.: 22 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 784,30 (Setecentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos)

Extrato do Contrato ACT N° 282/2012

CONTRATO N.º : 282/2012.

PORTARIA N.º : 0796/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO : LIDIANI APARECIDA FANTIN DE MATIA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 24 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : ENFERMEIRO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 2.250,55 (Dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT N° 283/2012

CONTRATO N.º : 283/2012.

PORTARIA N.º : 0813/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO : JOCENEI FERREIRA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 02 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 622,00 (Seiscentos e vinte e dois reais)

Extrato do Contrato CT12PMF59

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT12PMF59

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO ME. OBJETO: aquisição de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso nos Centros de Educação Municipais, Infantis, Departamento de Cultura, PETI, Educação de Jovens e Adultos e na Secretaria de Educação. VALOR TOTAL DO CONTRATO: 54.428,71 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte oito reais). DATA: 06.03.2012. VIGÊNCIA: 06.03.2012 a 31.08.2012. Processo Administrativo Licitatório 0048/2012 - Pregão Presencial nº 0026 - PMF.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF60

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT12PMF60

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA - EPP. OBJETO: aquisição de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso nos Centros de Educação Municipais, Infantis, Departamento de Cultura, PETI, Educação de Jovens e Adultos e na Secretaria de Educação. VALOR TOTAL DO CONTRATO: 116.197,94 (cento e dezesseis mil cento e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos). DATA: 06.03.2012. VIGÊNCIA: 06.03.2012 a 31.08.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0048/2012 - Pregão Presencial nº 0026 - PMF.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF61

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT12PMF61

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: SUPERMERCADO JOTA LTDA. OBJETO: aquisição de carnes para alimentação dos alunos que frequentam os Centros de Educação Municipais e Infantis durante o período de março a abril de 2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 78.300,00 (setenta e oito mil e trezentos reais). DATA: 07.03.2012. VIGÊNCIA: 07.03.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0046/2012 - Pregão Presencial nº 0025 - PMF.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF62

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT12PMF62

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: MAELY APARECIDA RIBEIRO DA SILVA - ME. OBJETO: contratação de serviços para divulgação de atos oficiais do município, publicidade institucional, de utilidade pública e campanhas educativas, através do portal da Rede Mundial de Computadores denominado Bom Dia Santa Catarina. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). DATA: 07.03.2012. VIGÊNCIA: 06.03.2012 a 30.06.2012.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF63

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF63

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução da reforma e obras complementares do Posto de Saúde Central - Vila Salete, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 121.196,92 (cento e vinte e um mil, cento e noventa e seis reais e noventa e dois centavos). DATA: 08.03.2012. VIGÊNCIA: 08.03.2012 a 05.07.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias. Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2012 - PMF. Tomada de Preços nº 0002. Recurso: 1400 - próprios.

Fraiburgo (SC), 29 de fevereiro de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF64

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF64

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: EDITORA TRIBUNA LTDA. OBJETO: contratação de empresa editora de jornais, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR (R\$)
01	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, na forma impressa preto e branco, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	657,00
		1/2 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo	392,00
		1/4 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	212,00
		Avisos diversos no tamanho 8,5 cm de largura x 7,5 cm de comprimento.	74,00
02	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras na forma impressa colorido, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	900,00
		1/2 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	509,00
		1/4 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	312,00

DATA: 08.03.2012. VIGÊNCIA: 08.03.2012 a 30.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0069/2012 – Inexigibilidade nº 0012.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF65

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF65

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: PRC - COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa do ramo para a recuperação da parte rodante do Trator de Esteiras Fiat Allis FD9, nº de patrimônio 75 (peças e mão-de-obra) com substituição mínima das peças. DATA: 09.03.2012. VIGÊNCIA: 09.03.2012 a 09.09.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0054/2012-PMF. Pregão Presencial nº 0029.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF66

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF66

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: ARNO TÓFFOLI. OBJETO aquisição de mudas de flores de época para embelezamento da cidade. DATA: 12.03.2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 12.03.2012 a 30.06.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0058/2012 - PMF. Pregão Presencial nº 0031.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF67

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF67

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais didáticos, de expediente e outros, para uso nos Centros de Educação Municipais, Infantis, Departamento de Cultura, PETI, Projeto Segundo Tempo e na Secretaria de Educação. DATA: 13.03.2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 43.966,79 (quarenta e três mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos). VIGÊNCIA: 13.03.2012 a 31.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0050/2012- PMF, Pregão Presencial nº 0027.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF68

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF68

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. OBJETO: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. DATA: 13.03.2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais). VIGÊNCIA: 01.03.2012 a 31.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0077/2012 - PMF, Dispensa de Licitação nº 0005.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF69

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF69

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: EDITORA GRÁFICA A COLUNA LTDA. OBJETO: fornecimento fracionado de 24.200 (vinte e quatro mil e duzentos) "Cadernos de Educação",

com conteúdo didático para auxílio na leitura, escrita, ampliação do vocabulário, formação de conceitos dentro das disciplinas do currículo escolar e dos temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacional, relacionados com temas sobre saúde, orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho, consumo e outros, sendo que os temas utilizados deverão ter informações das escolas locais e da região, encarte do Jornal "A Coluna". DATA: 13.03.2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 50.820,00 (cinquenta mil, oitocentos e vinte reais). VIGÊNCIA: 01.03.2012 a 21.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0075/2012 - PMF, Inexigibilidade nº 0013/2012.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF70

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF70
CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: AYRTON MARGARIDO. OBJETO: contratação do senhor Ayrton Margarido para realização de palestra com o tema "Enfrentando a Violência Doméstica contra os Grupos mais vulneráveis: percepção e conceitos do fenômeno" do CREAS (Centro de Referência de Assistência Social). DATA: 16.03.2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.341,00 (cinco mil, trezentos e quarenta e um reais). VIGÊNCIA: 16.03.2012 a 16.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0083/2012- PMF, Inexigibilidade de Licitação nº 0014.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF71

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF71
CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: MERCADO ANTONIO FINCK LTDA. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos grupos de convivência realizados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). DATA: 19.03.2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 10.771,95 (dez mil setecentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos). VIGÊNCIA: 19.03.2012 a 31.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0062/2012 - PMF, Pregão Presencial nº 0033.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF72

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF72
CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA. OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares da Rua Madalena Lourenço Lins, no Bairro São José, nesta cidade, com área total a pavimentar de 771,03 m². VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 48.760,71 (quarenta e oito mil setecentos e sessenta reais e setenta e um centavos). DATA: 20.03.2012. VIGÊNCIA: 20.03.2012 a 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias. Recurso: 1290 - Badesc. Processo Administrativo Licitatório 0042/2012 -Tomada de Preços nº 0005 - PMF.

Fraiburgo (SC), 20 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF73

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF73
CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ da Rua Angelin Grigolo, Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 1.544,70 m². VALOR TOTAL DO CONTRATO: 125.706,02 (cento e vinte cinco mil, setecentos e seis reais e dois centavos). DATA: 20.03.2012. VIGÊNCIA: 20.03.2012 a 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias. Recurso: 1290-Badesc. Processo Administrativo Licitatório 0043/2012 - Tomada de Preços nº 0006 - PMF.

Fraiburgo (SC), 20 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF74

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF74
CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ na Rua Albino Secchi, Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo, com área de 1.544,70 m². VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 113.740,28 (cento e treze mil, setecentos e quarenta reais e vinte e oito centavos). DATA: 20.03.2012. VIGÊNCIA: 20.03.2012 a 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias. Recurso: 1290 - Badesc. Processo Administrativo Licitatório 0044/2012 - Tomada de Preços nº 0007 - PMF.

Fraiburgo (SC), 20 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF75

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF75
CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares da Rua Adilson Eberle, no Bairro Santa Mônica, nesta cidade, com área total a pavimentar de 1.825,55 m². VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 104.860,65 (cento e quatro mil reais, oitocentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos). DATA: 20.03.2012. VIGÊNCIA: 20.03.2012 a 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias. Recurso: 1290 - Badesc. Processo Administrativo Licitatório 0045/2012 - Tomada de Preços nº 0008 - PMF.

Fraiburgo (SC), 20 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF76

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF76
CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de areia fina para aplicação em quadras Esportivas para aplicação em quadras esportivas de Futebol de Areia e de Vôlei de Areia na Av. Rio Grande do Sul no bairro Bela Vista. DATA: 22.03.2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 24.297,00 (vinte e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais). VIGÊNCIA: 22.03.2012 a 30.06.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0064/2012- PMF, Pregão Presencial nº 0034.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF77

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF77

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: FRAYSIS-TEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução de instalação de rede elétrica e lógica nos Centros de Educação do Município de Fraiburgo. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 99.883,09 (noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e nove centavos). DATA: 22.03.2012. VIGÊNCIA: 22.03.2012 a 22.08.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias. Recurso: 3301 - FNDE. Processo Administrativo Licitatório 0038/2012 - Tomada de Preços nº 0004 - PMF.

Fraiburgo (SC), 22 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF78

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF78

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA OBJETO: aquisição de 01 (uma) pá carregadeira, nova. VALOR TOTAL DO CONTRATO: 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais). DATA: 23.03.2012. VIGÊNCIA: 23.03.2012 a 22.03.2013. Processo Administrativo Licitatório 0066/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0036/2012.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF79

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF79

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: DICAWE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA. OBJETO: aquisição de 01 (um) caminhão 6 x 4 novo, zero km. VALOR TOTAL DO CONTRATO: 215.000,00 (duzentos e quinze mil). DATA: 26.03.2012. VIGÊNCIA: 26.03.2012 a 26.03.2013. Processo Administrativo Licitatório 0071/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0038/2012.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF80

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF80

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa do ramo para prestação de serviço de sonorização e iluminação para eventos a serem promovidos pelo Departamento de Cultura durante os meses de abril a dezembro de 2012. VALOR TOTAL DO CONTRATO: 6.000,00 (seis mil reais). DATA: 29.03.2012. VIGÊNCIA: 29.03.2012 a 30.12.2012. Processo Administrativo Licitatório 0079/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0044.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12PMF81

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF81

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: COLUSSI & COLUSSI LTDA. OBJETO: aquisição de veículo tipo utilitário para uso na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, deste Município. VALOR TOTAL DO CONTRATO: 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos). DATA: 29.03.2012. VIGÊNCIA: 29.03.2012 a 29.03.2013 Processo Administrativo Licitatório 0082/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0047.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato do Contrato CT12SF10

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12SF10

CONTRATANTE: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. CONTRATADA: VIDENET INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de impressoras portáteis térmicas para uso da SANEFRAI na emissão instantânea das faturas de água. Valor total: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais). DATA: 21.03.2012. VIGÊNCIA: 21.03.2012 a 21.03.2013. Processo Administrativo Licitatório nº 0010/2012 - SF, Pregão Presencial nº 0010.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Ademir Pedro Perin - Presidente da Sanefrai

Extrato do Contrato CT12SF11

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12SF11

CONTRATANTE: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. CONTRATADA: TECNIÁGUA - SOLUÇÕES EM TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA - EPP. OBJETO: aquisição de produto químico para aplicação na rede de distribuição de água do bairro São Sebastião. Valor total: R\$ 11.680,00 (onze mil seiscentos e oitenta reais). DATA: 21.03.2012. VIGÊNCIA: 21.03.2012 a 31.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0011/2012 - SF, Pregão Presencial nº 0011.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Ademir Pedro Perin - Presidente da Sanefrai

Extrato do Contrato Nº 0004/2012-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FME04

Contratante: Município de Fraiburgo através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Fraiburgo - FME. Contratada: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA TROMBINI - ART. Objeto: locação de campo de futebol com vestiários e banheiros, para a realização de jogos promovidos pela FME. Valor total do contrato: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Data: 30.03.2012. Vigência: 30.03.2012 a 31.12.2012.

Fraiburgo(SC), 30 de março de 2012.
Claudinei de Oliveira - Assessor da Superintendência

Extrato do Contrato Nº 12/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS12

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: LUCENA SERVIÇOS S/S. Objeto: credenciamento da referida empresa para prestação de serviços referente consultas e exames de ultrassonografia, em conformidade com a

Resolução 009/2011 do Conselho Municipal de Saúde, com base na tabela de valores praticados pelo CIS-AMARP - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe e Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, a fim de atender as necessidades da população de Fraiburgo, durante o período de março a dezembro de 2012. Valores de acordo com a tabela abaixo:

Código	Descrição	Valor (R\$)
10003	Exame Ultra-Sonografia: Abdômen Total	100,00
10010	Exame Ultra-Sonografia: Obstétrica com Doppler	110,00
10022	Exame Ultra-Sonografia: Obstétrica Morfológico	135,00
10024	Exame Ultra-Sonografia: Obstétrica	80,00

Data: 14.03.2012. Vigência: 14.03.2012 a 31.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0011/2012, Inexigibilidade nº 0005/2012.

Fraiburgo/SC, 30 de março de 2012

Nilce Pinz - Secretária de Saúde

Extrato do Contrato Nº 13/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS13

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: REDMANN & REDMANN CLÍNICA MÉDICA S/S. Objeto: credenciamento da referida empresa para prestação de serviços referente consultas e exames de ultrassonografia, em conformidade com a Resolução 009/2011 do Conselho Municipal de Saúde, com base na tabela de valores praticados pelo CIS-AMARP - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe e Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, a fim de atender as necessidades da população de Fraiburgo, durante o período de março a dezembro de 2012. Valores de acordo com a tabela abaixo:

Código	Descrição	Valor (R\$)
10003	Exame Ultra-Sonografia: Abdômen Total	100,00
10010	Exame Ultra-Sonografia: Obstétrica com Doppler	110,00
10022	Exame Ultra-Sonografia: Obstétrica Morfológico	135,00
10024	Exame Ultra-Sonografia: Obstétrica	80,00

Data: 26.03.2012. Vigência: 26.03.2012 a 31.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2012, Inexigibilidade nº 0006/2012.

Fraiburgo/SC, 30 de março de 2012

Nilce Pinz - Secretária de Saúde

Extrato do Contrato Nº 14/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS14

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: LEONARDO BUENO CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO LTDA - ME. Objeto: cessão do Palestrante LEONARDO BARBIERI BUENO, sócio da empresa contratada, para a realização de uma palestra direcionada aos participantes do Projeto "Prevenção e Combate às Violências". Valor total do contrato: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Data: 28.03.2012. Vigência: 28.03.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0018/2012, Inexigibilidade nº 0007/2012.

Fraiburgo/SC, 30 de março de 2012

Nilce Pinz - Secretária de Saúde

TA 0030/2012

TERMO ADITIVO Nº 0030, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

POR PRAZO DETERMINADO Nº 176/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ROSANE MARIA GRÄFF

Contratado

TA 0031/2012

TERMO ADITIVO Nº 0031, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 199/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

PATRICIA APARECIDA GUEDES

Contratado

TA 0032/2012

TERMO ADITIVO Nº 0032, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 121/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

DONIZETE APARECIDA MEIRELES

Contratado

TA 0033/2012

TERMO ADITIVO Nº 0033, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 181/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELOIR VARELA SANTOS DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0034/2012

TERMO ADITIVO Nº 0034, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 123/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DEAIR GONZALEZ
Contratado

TA 0035/2012

TERMO ADITIVO Nº 0035, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 138/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 02/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ALMERÍ APARECIDA KADES MORSOLETTO
Contratado

TA 0036/2012

TERMO ADITIVO Nº 0036, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 150/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRESSA MATIAS

Contratado

TA 0037/2012

TERMO ADITIVO Nº 0037, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 148/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FERNANDA DE FREITAS SUBTIL

Contratado

TA 0038/2012

TERMO ADITIVO Nº 0038, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 186/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

MARIA ROSELI LEITE FERNANDES

Contratado

TA 0039/2012

TERMO ADITIVO Nº 0039, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 195/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/02/2012 a 06/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA

Contratado

TA 0040/2012

TERMO ADITIVO Nº 0040, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 055/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JADETE DALLAGNOL

Contratado

TA 0041/2012

TERMO ADITIVO Nº 0041, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 433/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/11/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JANAINA PITT

Contratado

TA 0042/2012

TERMO ADITIVO Nº 0042, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 090/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2012 a 11/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JAQUELINE DOMINGUES RAMOS

Contratado

TA 0043/2012

TERMO ADITIVO Nº 0043, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 451/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/12/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JOCELAINE FERREIRA

Contratado

TA 0044/2012

TERMO ADITIVO Nº 0044, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 091/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo

determinado, para o período de 11/01/2012 a 11/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 20/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOCEMARA PEREIRA DA DA CRUZ
Contratado

TA 0045/2012

TERMO ADITIVO Nº 0045, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 085/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/01/2012 a 09/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LEANDRO FOGAÇA DA ROCHA
Contratado

TA 0046/2012

TERMO ADITIVO Nº 0046, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 084/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/01/2012 a 09/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCAS RAFAEL RIBEIRO DA SILVA
Contratado

TA 0047/2012

TERMO ADITIVO Nº 0047, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 313/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCIANO DOS SANTOS

Contratado

TA 0048/2012

TERMO ADITIVO Nº 0048, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 573/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/09/2010 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/09/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI

Contratado

TA 0049/2012

TERMO ADITIVO Nº 0049, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 089/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2012 a 11/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON

Contratado

TA 0050/2012

TERMO ADITIVO Nº 0050, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 098/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/01/2012 a 16/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIANE SABRINA SANTANA
Contratado

TA 0051/2012

TERMO ADITIVO Nº 0051, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 315/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARILDE ANTUNES MOREIRA
Contratado

TA 0052/2012

TERMO ADITIVO Nº 0052, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 094/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/01/2012 a 12/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARTA RIBEIRO STÄGE DE SOUZA
Contratado

TA 0053/2012

TERMO ADITIVO Nº 0053, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 051/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NEUSA BASSANI SILVA
Contratado

TA 0054/2012

TERMO ADITIVO Nº 0054, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 360/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/06/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI
Contratado

TA 0055/2012

TERMO ADITIVO Nº 0055, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 163/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 02/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA
Contratado

TA 0056/2012

TERMO ADITIVO Nº 0056, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 011/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

RITA PRATES RIBEIRO
Contratado

TA 0057/2012

TERMO ADITIVO Nº 0057, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 088/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VALÉRIA DAS GRAÇAS MELO CARDOSO
Contratado

TA 0058/2012

TERMO ADITIVO Nº 0058, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 183/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON
Contratado

TA 0059/2012

TERMO ADITIVO Nº 0059, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 179/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE
Contratado

TA 0060/2012

TERMO ADITIVO Nº 0060, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 112/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 10/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANGELA MARIA DIAS GATTI
Contratado

TA 0061/2012

TERMO ADITIVO Nº 0061, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 382/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 01/03/2012, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IOLANDA HELENA MACHADO
Contratado

TA 0062/2012

TERMO ADITIVO Nº 0062, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 319/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/04/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 10/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NICÉLI GOMES SCOLARO
Contratado

TA 0063/2012

TERMO ADITIVO Nº 0063, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 407/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS
Contratado

TA 0064/2012

TERMO ADITIVO Nº 0064, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

POR PRAZO DETERMINADO Nº 097/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/01/2012 a 16/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI
Contratado

TA 0065/2012

TERMO ADITIVO Nº 0065, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 079/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/01/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDERSON OREMPULLER
Contratado

TA 0066/2012

TERMO ADITIVO Nº 0066, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 092/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/01/2012 a 12/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CHEILA KELEN SCHULZE
Contratado

TA 0067/2012

TERMO ADITIVO Nº 0067, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 086/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2012 a 10/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI
Contratado

TA 0068/2012

TERMO ADITIVO Nº 0068, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 083/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/01/2012 a 09/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS
Contratado

TA 0069/2012

TERMO ADITIVO Nº 0069, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 200/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSANGELA DORNELLES
Contratado

TA 0070/2012

TERMO ADITIVO Nº 0070, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 188/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI
Contratado

TA 0071/2012

TERMO ADITIVO Nº 0071, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 411/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO
Contratado

TA 0072/2012

TERMO ADITIVO Nº 0072, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 169/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 01/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FABIANA DE FREITAS
Contratado

TA 0073/2012

TERMO ADITIVO Nº 0073, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 095/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/01/2012 a 12/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SUELLEN RODRIGUES
Contratado

TA 0074/2012

TERMO ADITIVO Nº 0074, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 093/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/01/2012 a 12/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

PRISCILA LUCIANO FRANÇA
Contratado

TA 0075/2012

TERMO ADITIVO Nº 0075, DE 01 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 146/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 02/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA
Contratado

TA 0076/2012

TERMO ADITIVO Nº 0076, DE 09 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 191/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/02/2012 a 12/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 09 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FABIANA MALAGOLI HEINEK
Contratado

TA 0077/2012

TERMO ADITIVO Nº 0077, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 187/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DEONILCE MARIA PASSINI
Contratado

TA 0078/2012

TERMO ADITIVO Nº 0078, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 186/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 31/03/2012, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETTO
Contratado

TA 0079/2012

TERMO ADITIVO Nº 0079, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 358/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/06/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ZILMA MACHADO DOS SANTOS CARVALHO
Contratado

TA 0080/2012

TERMO ADITIVO Nº 0080, DE 13 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 172/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 13/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOEDNA APARECIDA DA SILVA
Contratado

TA 0081/2012

TERMO ADITIVO Nº 0081, DE 13 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

POR PRAZO DETERMINADO Nº 145/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2012 a 13/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 11/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL
Contratado

TA 0082/2012

TERMO ADITIVO Nº 0082, DE 19 DE MARÇO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 100/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 23/01/2012 a 23/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 19 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MOACIR ROSA
Contratado

TA 0083/2012

TERMO ADITIVO Nº 0083, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 449/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/09/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 26 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA
Contratado

TA 0084/2012

TERMO ADITIVO Nº 0084, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 450/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/12/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/09/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 26 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

REGIANE APARECIDA BATAGLION
Contratado

TA 0085/2012

TERMO ADITIVO Nº 0085, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 426/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/10/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOSEANA APARECIDA TOMCHACK
Contratado

TA 0086/2012

TERMO ADITIVO Nº 0086, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 455/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 24/01/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IVO PERETI
Contratado

TA 0087/2012

TERMO ADITIVO Nº 0087, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 431/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/11/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ALEXSANDRO DE VASCONCELOS IESBIK
Contratado

TA 0088/2012

TERMO ADITIVO Nº 0088, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

**QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 259/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES
Contratado

TA 0089/2012

TERMO ADITIVO Nº 0089, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 083/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/01/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IVAN PADILHA DE GOES
Contratado

TA 0090/2012

TERMO ADITIVO Nº 0090, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 339/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2011 a 31/03/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LINDOMAR PRATES
Contratado

Extrato da Ata Nº 0001/2012-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12FME01
Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER-FME

Fornecedor: LEONIL FERNANDO ZANOELLO EPP. Objeto da Ata: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de medalhas e troféus para premiações de vencedores de competições promovidas pela FME durante o período de março a dezembro 2012. Vigência: 06.03.2012 a 30. 12. 2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0002/2012 - FME. Pregão Presencial nº: 0001/2012. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Claudinei de Oliveira - Superintendente

Extrato da Ata Nº 0002/2012-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12FME02
Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER-FME

Fornecedor: KISPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME. Objeto da Ata: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais esportivos destinados às escolinhas e para uso nas competições promovidas pela FME, durante os meses de março a julho de 2012. Data: 23.03.2012. Vigência: 23.03.2012 a 31. 07. 2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0004/2012 - FME. Pregão Presencial nº: 0002/2012. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Claudinei de Oliveira - Superintendente

Extrato da Ata Nº 0003/2012-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12FME03
Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER-FME

Fornecedor: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME. Objeto da Ata: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais esportivos destinados às escolinhas e para uso nas competições promovidas pela FME, durante os meses de março a julho de 2012. Data: 23.03.2012. Vigência: 23.03.2012 a 31. 07. 2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0004/2012 - FME. Pregão Presencial nº: 0002/2012. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Claudinei de Oliveira - Superintendente

Extrato da Ata Nº 0004/2012-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12FME04
Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER-FME

Fornecedor: FOOT COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME. Objeto da Ata: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais esportivos destinados às escolinhas e para uso nas competições promovidas pela FME, durante os meses de março a julho de 2012. Data: 23.03.2012. Vigência: 23.03.2012 a 31. 07. 2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0004/2012 - FME. Pregão Presencial nº: 0002/2012. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2012.
Claudinei de Oliveira - Superintendente

Extrato da Ata Nº 11/2012-SF

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12SF11
Órgão Gerenciador: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Fornecedor: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS aquisições em contratações futuras de caixa d' água em fibra de vidro para uso da SANEFRAI no período de março a julho de 2012. Vigência: 16.03.2012 a 31.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0008/2012 - SF. Pregão Presencial nº: 0008/2012. Registro de Preços nº: 0006/2012

Fraiburgo(SC), 30 de março de 2012.
Ademir Pedro Perin - Presidente da Sanefrai

Extrato da Ata Nº 12/2012-SF

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12SF12
Órgão Gerenciador: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Fornecedor: ALFA LIA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas de escavadeira hidráulica para prestação de serviços à SANEFRAI durante os meses de março a julho de 2012. Vigência: 16.03.2012 a 16.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0009/2012 - SF. Pregão Presencial nº: 0009/2012. Registro de Preços nº: 0007/2012

Fraiburgo(SC), 30 de março de 2012.
Ademir Pedro Perin - Presidente da Sanefrai

Extrato da Ata Nº 23/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF23

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPER-MERCADO JOTA LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café e água mineral, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de março a abril de 2012. Data: 09.03.2012. Vigência: 09.03.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0051/2012 - PMF Pregão Presencial nº: nº 0028/2012. Registro de Preços nº: nº 0012.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 24/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF24

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPER-MERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café e água mineral, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de março a abril de 2012. Data: 09.03.2012. Vigência: 09.03.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0051/2012 - PMF Pregão Presencial nº: nº 0028/2012. Registro de Preços nº: nº 0012.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 25/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF25

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SEBASTIÃO VICENTE ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços para preparação e pintura de paredes, forros, beirais, portas, janelas, cercas e grades, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME) durante o período de março a dezembro de 2012. Data: 12.03.2012. Vigência: 12.03.2012 a 30.12.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0041/2012 - PMF Pregão Presencial nº: 0024/2012. Registro de Preços nº: 0011/2012.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 26/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF26

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPER-MERCADO SERVELAR LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cestas básicas de alimentos para doação a famílias carentes do Município de Fraiburgo, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.295/98 e Decreto Municipal nº 0139 de 26 de setembro de 2007. Data: 13.03.2012. Vigência: 13.03.2012 a 31.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0059/2012-PMF. Pregão Presencial nº: 0032. Registro de Preços nº: 0014.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 27/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF27

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: FRAYSIS-TEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME. Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de manutenção e consertos de redes de energia elétrica e serviços afins, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de março e abril de 2012. Data: 22.03.2012. Vigência: 22.03.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0065/2012-PMF. Pregão Presencial nº: 0035. Registro de Preços nº: 0015.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 28/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF28

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: GREEN-FORCE LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de madeiras diversas para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) durante o período de março a maio de 2012. Data: 23.03.2012. Vigência: 23.03.2012 a 31.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0072/2012-PMF. Pregão Presencial nº: 0039/2012. Registro de Preços nº: 0017.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 29/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF29

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedras ardósia, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de março a maio de 2012. Data: 23.03.2012. Vigência: 23.03.2012 a 31.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0068/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0037. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 30/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF30

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: DIS-MACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de quadros brancos quadriculados para uso nos Centros de Educação do Município. Data: 27.03.2012. Vigência: 27.03.2012 a 31.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0055/2012-PMF. Pregão Presencial nº: 0030/2012A. Registro de Preços nº: 0013.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 31/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF31

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: POSTO MAÇÃ LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de combustíveis para abastecimento da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI - FMS - FME), durante os meses de abril a agosto de 2012. Data: 27.03.2012. Vigência: 01.04.2012 a 31.08.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0074/2012-PMF. Pregão Presencial nº: 0041. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 32/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF32

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: ABAS-TECEDORA DE COMBUSTÍVEIS PINHEIRO LTDA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de combustíveis para abastecimento da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANE-FRAI - FMS - FME), durante os meses de abril a agosto de 2012. Data: 27.03.2012. Vigência: 01.04.2012 a 31.08.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0074/2012-PMF. Pregão Presencial nº: 0041. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 33/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF33

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: EZX COMBUSTÍVEIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de combustíveis para abastecimento da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANE-FRAI - FMS - FME), durante os meses de abril a agosto de 2012. Data: 27.03.2012. Vigência: 01.04.2012 a 31.08.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0074/2012-PMF. Pregão Presencial nº: 0041. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 34/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF34

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: ANA CRISTINA FRANÇA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futura de empresa do ramo para prestação de serviços de criação audiovisual, sonorização, fornecimento e instalação de banheiros químicos, pavilhão de lona, tendas, palco em estrutura de ferro, serviços de segurança e propaganda de rua, a serem utilizados no período de março a julho de 2012. Data: 27.03.2012. Vigência: 27.03.2012 a 31.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0078/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0043. Registro de Preços nº: 0034.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 35/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF35

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futura de empresa do ramo para prestação de serviços de criação audiovisual, sonorização, fornecimento e instalação de banheiros químicos, pavilhão de lona, tendas, palco em estrutura de ferro, serviços de segurança e propaganda de rua, a serem utilizados no período de março a julho de 2012. Data: 27.03.2012. Vigência: 27.03.2012 a 31.07.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0078/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0043. Registro de Preços nº: 0034.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 36/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF36

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: MARCELO DE OLIVEIRA TECIDOS ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de lãs em novelos de cores diversas para uso nos trabalhos dos grupos de convivência realizados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Data: 30.03.2012. Vigência: 30.03.2012 a 31.08.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0073/2012 - PMF. Pregão Presencial nº: 0040. Registro de Preços nº: 0018.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 27/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF125

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF27

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: ARCO-ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de madeiras de itaúba para montagem de suportes de vasos de flores para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 30 de abril de 2012. Data: 29.02.2012. Vigência da Ata: 24.11.2011 a 29.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: nº 0229/2011. Pregão Presencial nº 0146. Registro de Preços nº 0067/2011- PMF. Fraiburgo SC, 29 de fevereiro de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 28/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF85

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF28

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANE-FRAI, FME e FMS). Objeto do aditivo: as partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 94 do LOTE 8. Valor aditivado: R\$ 68,25 (sessenta e oito reais e vinte cinco centavos). Data: 08.03.2012. Vigência da Ata: 22.08.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0148/2011. Pregão Presencial nº 0086. Registro de Preços nº 0041/2011 - PMF.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 29/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF04

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF29

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. Objeto: aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais de expediente e outros materiais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de janeiro a maio de 2012. Objeto do aditivo: as partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade dos ITENS 27, 48 e 81 do LOTE 1 conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIA ESTIMADA	QUANTIA ACRESCIDA (25%)	VLR. UNITÁRIO-R\$	VLR. TOTAL-R\$
27	Caneta para CD/DVD com ponta de poliéster 2.00mm, tinta a base de álcool (vermelha, preta e azul)	Pilot	10	2	1,83	3,66
48	Corretivo de fita de 5mm x 6m	Faber	20	5	5,93	29,65
81	Fita crepe branca 18 mm x 50 metros	3M	50	12	1,51	18,12

Valor aditivo: R\$ 51,43 (cinquenta e um reais e quarenta e três centavos). Data: 08.03.2012. Vigência da Ata: 13.01.2012 a 31.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0261/2011-PMF - Pregão Presencial nº 0169/2011 - Registro de Preços nº 0082/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 30/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF137

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF30

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços gráficos para impressão de expedientes diversos para uso das Secretarias do Município, durante o período de dezembro de 2011 a março de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade dos ITENS 03, 04 e 05 do LOTE 1 conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ESTIMADA	QUANTIA ACRESCIDA (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$	VLR. TOTAL R\$
------	-----------	------------------	-------------------------	-------------------	----------------

3	ENVELOPE TAMANHO OFÍCIO – 4X0 cor, no papel sulfite 110 gr.	500	125	0,938	117,25
4	ENVELOPE TAMANHO MÉDIO – 20 x 28 cm, 4X0 cor, no papel sulfite 110 gr.	500	125	1,050	131,25
5	ENVELOPE TAMANHO A4 – 24 x 34 cm, 4X0 cor, no papel sulfite 110 gr.	500	125	1,336	167,00

Valor aditivo: R\$ 415,50 (quatrocentos e quinze reais). Data: 08.03.2012. Vigência da Ata: 19.12.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0241/2011 – PMF. Pregão Presencial nº 0155/2011. Registro de Preços nº 0071/2011. Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 31/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF85

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF31

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS). Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade dos ITENS 38, 96 e 106 do LOTE 8, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIA ESTIMADA	QUANTIA ACRESCIDA (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$	VLR. TOTAL R\$
38	Lustra móveis: Com- posição veículos, Ativos, Espessante, Emulsificante, Cloreto de Cetil Trimetil Amônio, formaldeído à 37% e Essência, contendo 200 ml	Poliflor	50	12	3,47	41,64

96	Sapo-náceo líquido cremoso - 300 ml - sem de-tergente	Bombril	400	100	3,18	318,00
106	Tira man-chas + branquea-dor em pó multi-uso	Vanisch	10	02	11,00	22,00

Valor aditivado: R\$ 381,64 (trezentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos). Data: 15.03.2012. Vigência da Ata: 22.08.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0148/2011-PMF. Pregão Presencial nº 0086. Registro de Preços nº 0041/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 32/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF86

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF32

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANE-FRAI, FME e FMS). Objeto do aditivo: As partes da Ata epígrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade dos ITEM 57 do LOTE 11, conforme segue:

ITEM	DESCRI-ÇÃO	MARCA	QUANTIA ESTIMA-DA	QUANTIA ACRESCI-DA (25%)	VLR. UNI-TÁRIO	VLR. TOTAL
57	Saco para lixo (100 litros): Saco para lixo em rolo picotado, contendo 25 sacos de 100 litros.	S/C Plast Clas	250	62	5,55	344,10

Valor aditivado: R\$ 344,10 (trezentos e quarenta quatro reais e dez centavos). Data: 15.03.2012. Vigência da Ata: 22.08.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0148/2011-PMF. Pregão Presencial nº: 0086. Registro de Preços nº: 0041/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 33/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF114

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF33

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epígrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 44 do LOTE 4 conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIA ESTIMADA	QUANTIA ACRESCIDA (25%)	VLR. UNITÁRIO-R\$
44	Rolo lâ extra 09cm completo e com no mínimo 22mm de lâ	Atlas	20	5	6,08

Valor aditivado: R\$ 30,40 (trinta reais e quarenta centavos). Data: 19.03.2012. Vigência da Ata: 20.10.2011 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: nº 0196/2011 – PMF. Pregão Presencial nº: 0122. Registro de Preços nº: 0057/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 34/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF138

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF34

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: DELCIR BOESING. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tubos e canaletas de concreto, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Objeto do aditivo: As partes da Ata epígrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 01 do LOTE 1 conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ESTIMADA	QUANTIA ACRESCIDA (25%)	VLR. UNITÁRIO-R\$	VALOR TOTAL – R\$
01	TUBO DE CONCRETO 20 CM – LISO	100	25	5,50	137,50

Valor aditivado: R\$ 137,50 (cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Data: 23.03.2012. Vigência da Ata: 01.01.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0247/2011 – PMF. Pregão Presencial nº: 0161. Registro de Preços nº: 0075/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 35/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF05

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF35

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA. Objeto: Aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais de expediente e outros materiais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de janeiro a maio de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 184 conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIA ESTIMADA	QUANTIA ACRESCIDADA (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$	VLR. TOTAL R\$
184	Papel sulfite A4 - 210 x 297 mm - 75 g/m² - com 500 folhas - branco	Chamex	2500	625	10,39	6.493,75

Valor aditivado: R\$ 6.493,75 (seis mil quatrocentos e noventa e três mil reais e setenta e cinco centavos). Data: 26.03.2012. Vigência da Ata: 13.01.2012 a 31.05.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0261/2011 – PMF. Pregão Presencial nº: 0169/2011. Registro de Preços nº: 0082/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 36/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF43

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF36

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FME e FMS), durante o período de janeiro a abril de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 01 conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ESTIMADA	QUANTIA ACRESCIDADA (25%)	VLR. UNITÁRIO-R\$	VLR. TOTAL-R\$
01	Recapagem de pneu 750-16 borrachudo 12 lonas	08	02	248,89	497,78

Valor aditivado: R\$ 497,78 (quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos). Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 01.01.2012 a 30.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº:

0251/2011 – PMF. Pregão Presencial nº 0163/2011. Registro de Preços nº: 0077/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 37/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF88

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF37

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQ. E EQUIP. LTDA. Objeto: Aquisições de sabão para uso na lavagem de veículos e máquinas da frota. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.08.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0156/2011. Pregão Presencial nº 0092 - PMF. Registro de Preços nº: 0043/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 38/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF127

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF38

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 07.12.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0235/2011. Pregão Presencial nº: 0150 - PMF. Registro de Preços nº: 0068/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz – Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 39/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF129

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF39

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 07.12.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0235/2011. Pregão Presencial nº: 0150 - PMF.

Registro de Preços nº: 0068/2011.
Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 40/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF128
Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF40
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: FABIANE SCHNEIDERS ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 07.12.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0235/2011. Pregão Presencial nº: 0150 - PMF. Registro de Preços nº: 0068/2011.
Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 41/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF85
Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF41
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS). Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.08.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0148/2011. Pregão Presencial nº: 0086 - PMF. Registro de Preços nº: 0041/2011.
Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 42/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF86
Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF42
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS). Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.08.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº:

0148/2011. Pregão Presencial nº: 0086 - PMF. Registro de Preços nº: 0041/2011.
Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 43/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF87
Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF43
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS). Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.08.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0148/2011. Pregão Presencial nº: 0086 - PMF. Registro de Preços nº: 0041/2011.
Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 44/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF92
Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF44
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de setembro a dezembro de 2011. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 02.09.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0166/2011. Pregão Presencial nº: 0099 - PMF. Registro de Preços nº: 0047.
Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.
Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 45/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF98
Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF45
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: ARCO-ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de construção diversos para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de setembro de 2011 a março de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência

da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.09.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0181/2011. Pregão Presencial nº: 0111 - PMF. Registro de Preços nº: 0053.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 46/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF101

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF46

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de construção diversos para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de setembro de 2011 a março de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.09.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0181/2011. Pregão Presencial nº: 0111 - PMF. Registro de Preços nº: 0053.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 47/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF100

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF47

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de construção diversos para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de setembro de 2011 a março de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.09.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0181/2011. Pregão Presencial nº: 0111 - PMF. Registro de Preços nº: 0053.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 48/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF99

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF48

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de construção diversos para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes

(FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de setembro de 2011 a março de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 22.09.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0181/2011. Pregão Presencial nº: 0111 - PMF. Registro de Preços nº: 0053.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 49/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF102

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF49

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: ANILDO ANTUNES ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de uniformes, para uso dos servidores do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS), durante os meses de outubro de 2011 a janeiro de 2012. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 03.10.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0186/2011. Pregão Presencial nº: 0115 - PMF. Registro de Preços nº: 0054.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 50/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF91

Nº DO ADITIVO: TA.AT12PMF50

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: ESCRIMATE COM. MAT. ESC. E INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Aquisição de cartuchos de toner e cartuchos de tinta. Objeto do aditivo: As partes da Ata epigrafada, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006, resolvem prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de junho de 2012. Data: 28.03.2012. Vigência da Ata: 02.09.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0166/2011. Pregão Presencial nº: 0099 - PMF. Registro de Preços nº: 0047/2011.

Fraiburgo SC, 30 de março de 2012.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.630/2012

LEI N.º 1.630, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A LEGISLATURA 2013 A 2016.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, nos termos do Art. 29, VI, da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara iniciou e aprovou, e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores para a legislação de 2013 a 2016, é fixado em R\$ 6.089,00 (seis mil e oitenta e nove reais).

§ 1º. O valor a ser descontado do Vereador, por ausência às votações realizadas, ou às sessões é de R\$ 1.014,80 (um mil e quatorze reais e oitenta centavos), ou seja, 1/6 (um sexto) do subsídio.

§ 2º. O Vereador faz jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral, em dezembro de cada sessão legislativa, se exerceu o mandato durante todo o período ou proporcional ao tempo de exercício do mandato, no mês do seu afastamento.

Art. 2º. Além do subsídio, o Presidente da Câmara faz jus à verba de representação, de caráter indenizatório, no valor mensal de R\$ 3.044,50 (três mil e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), correspondente a 50% (cinquenta por cento), do valor do subsídio.

Art. 3º. O subsídio dos Vereadores, fixado por esta lei, deve ser revisado anualmente, na mesma data e no mesmo índice dos servidores públicos municipais. (art. 37, X, da CF).

Art. 4º. O subsídio dos Vereadores não deverá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento), do que, a igual título, for pago em espécie, no mesmo mês, aos Deputados Estaduais. (art. 29, VI, a/f da CF).

Art. 5º. A Despesa total com o subsídio dos Vereadores, em cada exercício, não deve exceder a 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Art. 6º. A despesa total do Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos não deve exceder a 7 % (sete por cento) do somatório da receita tributária e as transferências constitucionais, efetivamente arrecadadas no exercício anterior. (art.29 - A, CF).

Art. 7º. A folha de pagamento da Câmara Municipal, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores e verba indenizatória, não deve exceder a 70% (setenta por cento) da sua receita devida e transferida mensalmente a título de suprimento. (art. 29 - A, § 1º, da CF).

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2013.

Garopaba, 04 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/04/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.631/2012

LEI N.º 1.631, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO DE 2013 A 2016.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara iniciou e aprovou,

e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 11.630,00 (onze mil seiscentos e trinta reais) o subsídio mensal do Prefeito Municipal para o mandato de 2013 a 2016.

Art. 2º. Fica fixado em R\$ 5.815,00 (cinco mil oitocentos e quinze reais) o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal para o mandato de 2013 a 2016.

Art. 3º. Fica fixado em R\$ 5.399,60 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais) o subsídio mensal do Secretário Municipal para o período de 2013 a 2016, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração.

Parágrafo único. Ao Chefe de Gabinete do Prefeito e ao Procurador Geral é atribuído o status de Secretário Municipal.

Art. 4º. O Prefeito, o Vice-Prefeito, o Secretário Municipal, o Chefe de Gabinete e o Procurador Geral fazem jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral ou proporcional ao tempo de exercício, devido no mês de dezembro de cada exercício ou no mês do seu afastamento do cargo, além de férias remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio, devidas após cada período de 12(doze) meses ou proporcionais ao tempo de exercício.

Art. 5º. Os agentes políticos, a que se refere esta lei, podem optar por escrito pela remuneração do cargo efetivo, se forem servidores municipais.

Art. 6º. Ao Vice-Prefeito não é permitido acumular o subsídio com a remuneração de cargo efetivo, se servidor de qualquer ente federativo.

Art. 7º. Os subsídios desta lei devem ser revistos, anualmente, na mesma data da revisão geral anual da remuneração dos Servidores Municipais sem distinção de índice.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

Garopaba, 04 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/04/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.632/2012

LEI N.º 1.632, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 32.160,00 (trinta e dois mil e cento e sessenta reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Garopaba, CNPJ n.º 79.679.940/0001-09.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio

a ser firmado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/04/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.633/2012

LEI N.º 1.633, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada à celebração de CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC, ATRAVÉS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA REGIÃO SUL - CERES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, conforme Minuta de Convênio anexa, a qual fica fazendo parte inseparável da presente Lei.

Art. 2º. Fica autorizada a previsão de custeio, por parte do Município, da aferição dos equipamentos para que os ensaios sejam precisos e os laudos possam ser válidos junto aos órgãos financiadores oficiais.

Art. 3º. A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/04/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Aviso de Licitação PR40/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado se faz necessária para a climatização de salas de imóveis utilizados pelas Secretarias de Desenvolvimento Social, Secretaria de Administração a ser utilizado pelo Corpo de Bombeiros e pelo Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 19/04/2012.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 19/04/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 04 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Processo Nº 204/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 15/2012; Processo nº. 204/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: JL Construtora Ltda. - ME; CNPJ: 12.587.530/0001-67; Objeto: Suprimir do valor total do Contrato nº 15/2012 o valor de R\$ 3.204,62 (Três Mil, Duzentos e Quatro Reais e Sessenta e Dois Centavos), conforme ofício encaminhado pela Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 29/03/2012.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Processo Nº 125/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 11/2011; Processo nº. 125/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Versátil Construções e Incorporações Ltda. EPP; CNPJ: 02.127.024/0001-31; Objeto: Prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato nº 11/2011 por 60 dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 05/03/2012.

Extrato do 2º Termo Aditivo A Ata de Registro de Preço Nº 15/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 15/2011; Processo nº. 68/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Maiara Santos Veiga; CNPJ: 13.134.654/0001-50; Objeto: Acrescentar à Ata de Registro de Preço nº. 15/2011 o valor de R\$ 7.350,00 (Sete Mil, Trezentos e Cinquenta Reais) devido ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 14/03/2011.

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 4/2012**

RESOLUÇÃO Nº 4/2012

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de março de 2012"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de março de 2012 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 04 de abril de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos quatro dias do mês de abril de 2012.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Gaspar**PREFEITURA****Lei Nº. 3.418, de 04 de Abril de 2012.**

LEI Nº. 3.418, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

RATIFICA A ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam ratificadas, nos termos do Anexo II desta Lei, na qualidade de ente consorciado da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, as alterações do Estatuto.

Art. 2º As alterações estatutárias foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária do dia 24 de março de 2011 e publicadas no Diário Oficial dos Municípios, edição nº. 716, de 11 de abril de 2011, p. 142/144 e, observados os demais dispositivos estatutários aprovados pela Lei Complementar que autorizou a adesão ao consórcio AGIR, de nº. 48, de 20 de dezembro de 2010, e de acordo com o Artigo 12, caput, da Lei Federal nº. 11.107/05.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 04 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

ANEXO I**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA AGIR
MODELO DE TEXTO SUBSTITUÍDO****Redação Anterior:**

Art. 39. O membro do comitê de regulação deve ser brasileiro, com reputação ilibada e notória especialização e conhecimento técnico na área afim, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiveram condenação criminal ou por ato de improbidade. (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Nova Redação:

Art. 39 O membro do comitê de regulação deve ser brasileiro, com reputação ilibada, notória especialização e conhecimento técnico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiveram condenação criminal ou por ato de improbidade.

Redação Anterior:

Art. 40. É ainda vedada a participação, no comitê de regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa física ou jurídica regulada ou fiscalizada pela AGIR: (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Nova Redação:

Art. 40 É ainda vedada a participação, no comitê de regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa jurídica regulada ou fiscalizada pela AGIR:

I -

Redação Anterior:

II - ocupante de cargo, emprego ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor; (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Nova Redação:

II - ocupante de cargo ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor;

Redação Anterior:

III - empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras; (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Nova Redação:

III - empregado ou servidor ocupante de cargo em comissão, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras;

IV -

V -

Numeração Anterior:

Parágrafo único. (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Nova Numeração:

§ 1º.

Novo parágrafo acrescentado:

§ 2º. Os prestadores de serviços poderão indicar empregados e ou servidores, estes quando ocupantes de cargos efetivos e superado o estágio probatório, mesmo que exercendo cargos em

comissão, funções gratificadas ou cargos de chefia e direção. (Acrescentado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

ANEXO II

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA AGIR (REDAÇÃO APROVADA)

MODELO DE RATIFICAÇÃO PELOS LEGISLATIVOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Art. 39 O membro do comitê de regulação deve ser brasileiro, com reputação ilibada, notória especialização e conhecimento técnico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiveram condenação criminal ou por ato de improbidade. (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Art. 40 É ainda vedada a participação, no comitê de regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa jurídica regulada ou fiscalizada pela AGIR: (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

I - acionista ou sócio com qualquer participação no capital social;

II - ocupante de cargo ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor; (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

III - empregado ou servidor ocupante de cargo em comissão, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras; (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

IV - relação de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, com dirigente, sócio ou administrador; e

V - dirigente de entidade sindical ou associativa que tenha como objetivo a defesa de interesses de pessoas jurídicas sujeitas à regulação e fiscalização da AGIR.

§ 1º. (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144). Também está impedido de exercer cargo no comitê de regulação, qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do poder público municipal, estadual ou federal.

§ 2º. - Os prestadores de serviços poderão indicar empregados e/ou servidores, estes quando ocupantes de cargos efetivos e superado o estágio probatório, mesmo que exercendo cargos em comissão, funções gratificadas ou cargos de chefia e direção. (Acrescentado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Lei Nº. 3.419, de 04 de Abril de 2012.

LEI Nº. 3.419, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

AMPLIA QUANTIDADE DE VAGAS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a ampliar vagas do cargo de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Operador de Máquina	ASE III	32	40	12	5	17	Alfabetizado

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 04 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei Nº. 3.420, de 04 de Abril de 2012.

LEI Nº. 3.420, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

CRIA E AMPLIA QUANTIDADE DE VAGAS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a criar as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Administração Direta, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS CRIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Enfermeiro	ATS	56	40	10	Nível Superior em Enfermagem, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Secretaria Municipal de Saúde
Técnico de Enfermagem	ATM	28	40	10	Ensino médio completo e Curso Técnico de Enfermagem com registro no COREN/SC	Secretaria Municipal de Saúde
Técnico em Higiene Dental	ATM	28	40	10	Conclusão do ensino médio e Curso Técnico de Higiene Dental com registro no CRO/SC	Secretaria Municipal de Saúde

Médico Geral ESF	ATS	89	40	8	Nível Superior em Medicina, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Secretaria Municipal de Saúde
Agente de Combate de Endemias	ATM	20	40	12	Ensino Médio Completo	Secretaria Municipal de Saúde
Dentista Cirurgião ESB	ATS	89	40	5	Nível Superior em Odontologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Secretaria Municipal de Saúde
Dentista Periodontia	ATS	70	20	3	Nível Superior em Odontologia, com registro, inclusive da especialidade, no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Secretaria Municipal de Saúde
Dentista Endodontia	ATS	70	20	3	Nível Superior em Odontologia, com registro, inclusive da especialidade, no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Secretaria Municipal de Saúde
Fisioterapeuta	ATS	51	40	4	Nível Superior em Fisioterapia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Secretaria Municipal de Saúde
Monitor de Área Azul	ATM	20	40	8	Ensino Médio Completo	Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Contador	ATS	78	40	4	Nível Superior em Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
----------	-----	----	----	---	--	--

Art. 2º Ficam ampliadas as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Encanador Motorista	EMO	28	40	4	4	8	Alfabetizado, portador de Carteira de Habilitação nas categorias A e B.
Agente de Serv. Especializados	ANM-I-A	41	40	3	1	4	Ensino Médio Completo
Químico	ATS	50	40	2	1	3	Portador de Diploma de nível superior em Engenharia Química com registro no Conselho Regional de Química

Art. 3º Ficam ampliadas as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS	HABILITAÇÃO
---------------------	-------	-----	-----	------------------	---------------	----------------	-------------

Assistente Social	ATS	46	30	9	3	12	Portador de Diploma de Assistência Social, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Psicólogo	ATS	46	30	3	4	7	Portador de Diploma de psicólogo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Art. 4º Ficam ampliadas as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Agente de Serviços Especializados	ASE-I	37	40	3	5	8	Ensino Médio Completo

Art. 5º Ficam ampliadas as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Nutricionista	ATS	50	40	1	3	4	Nível Superior em Nutrição, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Médico Psiquiatra	ATS	42	10	2	2	4	Nível Superior em Medicina, com registro, inclusive da especialidade, no respectivo órgão fiscalizador da profissão
Escriturário	ASE III	28	40	8	5	13	Ensino Fundamental Completo
Agente de Serviços Gerais	ASG-A	10	40	12	8	20	Alfabetizado
Motociclista de Ambulância	ASE V	24	40	6	2	8	Alfabetizado e portador de Carteira de Habilitação na categoria D.
Técnico em Vigilância Sanitária	ATM	44	40	4	4	8	Portador de diploma de Técnico em Vigilância Sanitária

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 04 de abril de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.421, de 04 de Abril de 2012.

LEI Nº. 3.421, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A PROMOVER A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO À CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a promover a disponibilização de servidor público municipal efetivo à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, por intermédio da celebração de termo de convênio, cuja minuta faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º O servidor efetivo disponibilizado em razão da presente Lei, observará os horários e regras de funcionamento estabelecidas pela entidade mencionada no artigo anterior.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução financeira desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir do mês de junho do corrente ano.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 04 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CONVÊNIO Nº /

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE GASPAR, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

Aos dias do mês de de dois mil e , o Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rodovia Admar Gonzaga nº , com fulcro no art. 44 da Lei 10.366/97, doravante denominada SECRETARIA, representada, neste ato, pelo seu Secretário, o Senhor , e o MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor PEDRO CELSO ZUCHI, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica amparados pela Lei Municipal nº e Portaria nº , com a interveniência da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubí, Florianópolis/SC, daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor (qualificação), e pelo Diretor Técnico, Senhor (qualificação), e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e o MUNICÍPIO DE GASPAR/SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a sanidade animal e, conseqüentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Execução do Convênio e da Designação do Funcionário

1. O Município se compromete a ceder funcionário público municipal integrante de seu quadro efetivo, com formação em , para a CIDASC, com o fim de exercer a função de , sendo que desempenhará as seguintes atividades:

2. O funcionário prestará serviço no escritório local da CIDASC de Gaspar, sendo que o referido imóvel onde desenvolverá suas atividades será disponibilizado pela CIDASC.

3. O funcionário cedido exercerá a função de

4. A carga horária do servidor será compatível com a dos

funcionários da CIDASC, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pelo Município, sendo que o funcionário cumprirá jornada de trabalho de horas semanais, e desempenhará suas atividades das às horas, de segunda a sexta-feira.

5. A frequência do servidor cedido será fiscalizada pelo escritório local da CIDASC de Gaspar e será mensalmente remetida ao Município de Gaspar.

6. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência ao MUNICÍPIO.

7. As faltas disciplinares, após formalmente constatadas pela CIDASC, serão imediatamente comunicadas ao MUNICÍPIO para as providências cabíveis.

8. O funcionário à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborará relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos a CIDASC e ao MUNICÍPIO.

9. É facultada a substituição ou a devolução do servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações e Responsabilidades dos Parceiros - convenientes.

1 - Das obrigações da CIDASC:

1.1 Em relação aos servidores cedidos:

- a) Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior a prevista junto ao MUNICÍPIO;
- b) Cumprir rigorosamente o disposto na Cláusula Segunda;
- c) Estar ciente de que o MUNICÍPIO, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor as suas funções no Município, com a anuência da CIDASC;
- d) A CIDASC não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido no Município de Gaspar ou conferir atividade ou função diversa da constante neste convênio;
- e) Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio;
- f) Comunicar, com antecedência de 20 (vinte) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

1.2 Em relação aos bens:

- a) Caberá à CIDASC fornecer os seguintes bens: espaço físico, mobiliário, material de expediente, material de limpeza e de consumo e pagamento das faturas de fornecimento de energia elétrica, água, telefone e correios.

2 - Das Obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores cedidos;
- b) Encaminhar à CIDASC a relação do servidor cedido, com declaração de que o mesmo ingressou no serviço público municipal através de concurso público ou processo seletivo autorizado por Lei, bem como fornecer a Lei Municipal e o Decreto ou Portaria, autorizadores da cessão de funcionário público;
- c) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa;
- d) Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CIDASC;

e) Acolher ou justificar, em 20 (vinte) dias, a comunicação da CIDASC para os fins da letra "f" do parágrafo anterior.

3- Das Obrigações do Funcionário Cedido:

- a) Atender às normas internas e respeitar a hierarquia funcional da CIDASC;
- b) Manter sigilo dos dados referentes ao cadastro pessoal dos produtores e demais dados do PIB-SC.
- c) Elaborar os relatórios mensais dispostos no item 7, da cláusula segunda;

CLÁUSULA QUARTA - Do Controle de Gestão do Convênio

Os convenientes indicam os Senhores (nome e qualificação), e (nome e qualificação), representantes da CIDASC e os Senhores (nome e qualificação) e (nome e qualificação), representante do Município, a fim de formar comissão mista para participar de reuniões de controle de gestão e dirimir questões relativas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Custos

Os encargos de remuneração do servidor cedido correrão por conta do Município, conforme item 2, "a" da Cláusula Terceira.

As despesas de aperfeiçoamento ou treinamento profissional do servidor cedido, voltados às atividades desempenhadas na CIDASC, ficarão a cargo dessa Companhia.

CLÁUSULA SEXTA - Da Denúncia e da Rescisão

O presente convênio poderá ser unilateralmente denunciado motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) no término do prazo ajustado se não houver interesse dos convenientes na continuidade do convênio ou decorrido o prazo de vigência do convênio, este não for prorrogado;
- b) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer dos convenientes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;
- c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Vigência

O presente convênio terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogável por igual período, nos termos da Lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLAUSULA OITAVA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA NONA - Da Publicidade

A CIDASC arcará com os custos da publicação do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, que será encaminhado no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro

Os PARCEIROS-CONVENIENTES elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do

presente convênio.

E, por estarem de acordo, os PARCEIROS-CONVENIENTES, por meio de seus representantes, assinam o presente termo de convênio, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

(Local), de de 20

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal DE GASPAR

()
SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

()
PRESIDENTE DA CIDASC

()
DIRETOR TÉCNICO DA CIDASC

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

Lei Nº. 3.422, de 04 de Abril de 2012.

LEI Nº. 3.422, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.491, DE 15 DE ABRIL DE 1994, QUE INSTITUIU O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS MUNICIPAIS, CONSIDERANDO SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei Municipal nº. 1.491, de 15 de abril de 1994, considerando as alterações posteriores, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Aos servidores ativos do Município de Gaspar, suas autarquias e fundações, será concedido auxílio alimentação no valor de R\$ 301,00 (trezentos e um reais), cuja incidência terá início sobre o vencimento do mês de março de 2012, proporcional à carga horária e aos dias efetivamente trabalhados, sendo descontados do referido auxílio os dias de falta do servidor, exceto:

I - para gozo das licenças prêmio;

II - para repouso à gestante e paternidade;

III - para gozo de férias;

IV - para ponto facultativo;

V - para doação de sangue;

VI - para escala de trabalho;

VII - para banco de horas; e

VIII - em caso de morte de parente, conforme artigo 128, inciso III, alínea b, da Lei nº 1.305, de 9 de janeiro de 1991."

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por

conta de dotação própria no orçamento vigente do Município, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Fundação Municipal de Esportes e Câmara Municipal, respectivamente, a partir da produção dos efeitos desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 04 de abril de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.423, de 04 de Abril de 2012.

LEI Nº. 3.423, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar, por meio da Secretaria de Saúde, autorizado a firmar convênio com o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, objetivando a prestação de serviços aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Art. 2º O Município repassará ao conveniado a quantia mensal de R\$ 233.333,00 (duzentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais) em nove parcelas fixas como recurso pré-fixado e R\$ 15.354,46 (quinze mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) como recurso pós-fixado, de acordo com a produção ambulatorial devidamente comprovada, dentro dos cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde/DATAUS e Secretaria Municipal de Saúde, valorada pela tabela unificada do SUS.

Art. 3º Os termos do convênio constam de minuta anexa, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 04 de abril de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 4.919, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 4.919, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

REVOGA O DECRETO Nº 3849, DE 19 DE MARÇO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666, DE 21/06/1993, E 10.520, DE 17/07/2002.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a adoção do procedimento previsto no artigo 3º, do Decreto nº 3849, de 19 de março de 2010, tornará ainda mais burocrático o procedimento para a aplicação de sanções em processo de licitação e contratos, exigência, aliás, maior do que a prevista na própria Lei Federal 8.666/93, a qual não exige a criação de comissão para a aplicação das sanções em processo de licitação e contratos, permitindo que as sanções previstas no seu

artigo 87 sejam aplicadas diretamente pelo secretário da pasta responsável pelo contrato, desde que garantido o contraditório e ampla defesa,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 3849 de 19 de março de 2010, que dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas nas leis federais nº 8.666, de 21/06/1993, e 10.250, de 17/07/2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.923, de 03 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 4.923, DE 03 DE ABRIL DE 2012.

NOMEIA FELIPE DA COSTA PARA O CARGO DE DIRETOR ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 04 de abril de 2012, FELIPE DA COSTA, portador do CPF nº 064.390.349-60 e da CI nº 4.729.473-6 SSP/SC, para exercer o cargo em comissão de Diretor Adjunto de Comunicação, Nível CC, Ref. 45, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.912, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.912, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE ALINE BOEING.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de ALINE BOEING, para exercer o cargo de Digitador, nomeada pelo Decreto nº 4.905, de 28 de março de 2012, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.913, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.913, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO MENCIONADOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos, em virtude de que não tomaram posse do prazo legal, conforme quadro abaixo:

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO
Karithia Noriler	Médico Clínico Geral	4.853/2012
Fabricio Guilherme Wehmuth Pamplona	Médico Clínico Geral	4.853/2012
Luisa Guedes de Oliveira	Médico Ginecologista	4.853/2012
Marlos Hedrey da Silveira	Médico Ginecologista	4.853/2012
Leandro da Silva Oliveira	Médico Oftalmologista	4.853/2012
Ederson Henrique Engel	Médico Oftalmologista	4.853/2012
Daniel Rodrigo Klein	Médico Ortopedista	4.853/2012
Janine Conte Borges da Silveira	Médico Pediatra	4.853/2012
Henrique Peres Rocha	Médico Urologista	4.853/2012
Gilberto Laurino Almeida	Médico Urologista	4.853/2012

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.920, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 4.920, DE 02 DE ABRIL DE 2012.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	C/H	LOTAÇÃO
Silvia Raquel Schreiber Boniati	Psicóloga	19ª	30h	Secretaria de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.921, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 4.921, DE 02 DE ABRIL DE 2012.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE DOROTI DE FÁTIMA FAGUNDES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente

as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de DOROTI DE FÁTIMA FAGUNDES, para exercer o cargo de Agente de Serviços Especializados I, nomeada pelo Decreto nº 4.860, de 28 de fevereiro de 2012, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.922, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 4.922, DE 02 DE ABRIL DE 2012.
EXONERA A PEDIDO FELIPE DA COSTA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DO PROCON.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 03 de abril de 2012, FELIPE DA COSTA, portador do CPF nº 064.390.349-60 e da CI nº 4.729.473-6, do cargo em comissão de Assessor do Procon, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.755, de 28 de Março de 2012.

PORTARIA Nº. 2.755, DE 28 DE MARÇO DE 2012.
DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir de 30 de março, o servidor RILDO OLIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem ESF, com 40 horas semanais, o qual foi nomeado pela Portaria nº 942/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.757, de 30 de Março de 2012.

PORTARIA Nº. 2.757, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
CONCEDE LICENÇA PARA ESTUDOS, SEM REMUNERAÇÃO, À SERVIDORA SHEILA KATH GAMBERALLI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SHEILA KATH GAMBERALLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Inglês, lotada na EEB Dolores Luzia dos Santos Krauss, Licença para estudos, sem remuneração, a partir de 02 de abril de 2012, pelo período de 4 meses, para finalizar seu curso de Mestrado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE

Aviso de errata Nº 1 do concurso publico Nº 1/2012 - SAMAE

MUNICÍPIO DE GASPAR - SC

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2012

ERRATA 01

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 4873/2012/SC torna pública a ERRATA 01 ao Edital 01/2012 - Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas existentes e reserva técnica para vagas permanentes do quadro de pessoal do SAMAE de Gaspar/SC.

ANEXO III
ONDE SE LÊ:
-NÍVEL MÉDIO
OPERADOR DE SISTEMA

1. Windows XP e Windows 7: Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. 2. Word 2003 e 2007: Estrutura básica dos documentos, criação, exclusão e recuperação de documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, configuração de páginas, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto, mala direta. 3. Excel 2003 e 2007: Estrutura básica das planilhas, formatação de dados, estilos pré-definidos, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, validação, classificação, sub-totais, obtenção de dados externos. 4. Internet: Email, Segurança na internet, vírus e anti-vírus. 5. Hardware: Instalação e configuração de dispositivos de hardware. Conceitos básicos do funcionamento dos componentes e periféricos: motherboard, memória RAM, placa de rede, fax-modem, placas e monitores de vídeo, drives CD/DVD (leitura e gravação), dispositivos de armazenamento de dados, dispositivos de entrada de dados, instalação e configuração de impressoras. 6. Redes de computadores: LAN e WAN: Topologias; Ethernet, FastEthernet, VPN; configuração de uma rede de computadores em Windows e Linux. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

LEIA-SE:

- NÍVEL MÉDIO
OPERADOR DE SISTEMA

1. Sistemas Operacionais: Windows Server 2003 e 2008, Window XP, Windows 7, Linux: conhecer as principais diferenças entre os tipos de sistemas operacionais e suas principais funcionalidades (client e server). 2. Servidores Web (Apache, IIS) e Servidores de Aplicação (Tomcat, JBoss, Glassfish); 3. Conhecimento de redes de computadores: Modelo de referência OSI; fundamentos do TCP/IP; protocolos de transporte TCP; endereçamento, serviços e principais utilitários; DNS, DHCP, conceitual sobre topologia de redes locais e WANs. 4. Segurança em redes de computadores: conceito de certificação digital, criptografia, chaves públicas e privadas, firewall. Conceitos de SNMP, POP, IMAP. 5. Programação: Boas práticas de desenvolvimento; evitar e/ou prevenir vulnerabilidades; prevenção contra ataques, ameaças e crimes eletrônicos; noções básicas de auditoria; 6. Desenvolvimento de Sistemas: Análise e programação: metodologias de desenvolvimento; Linguagem de Modelagem Unificada (UML); 7. Aspectos de linguagens de programação, algoritmos, estruturas de dados e orientação a objetos; programação estruturada; programação orientada a objetos. 8. Linguagens de programação: tipos de dados elementares e estruturados; funções e procedimentos; estruturas de controle de fluxo; conceitos de linguagens de programação (Java, C#, Delphi, Visual Basic.NET); 9. Desenvolvimento Web: linguagem HTML; XML; Javascript. 10. Bancos de dados: Projeto de banco de dados relacional; conceitos de banco de dados orientados a objetos; modelo relacional de dados; modelagem de dados; linguagem de consulta estruturada (SQL); linguagem de programação PL/SQL; otimização de comandos PL/SQL. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro. Permanecem inalterados os demais itens do Edital 01/2012 e seus Anexos.

Gaspar/SC, 04 de abril de 2012.

Comissão do Concurso Público de Gaspar

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 10/2012 oriunda do Pregão Presencial Nº 16/2012 SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2012

Aos quatro dias do mês de abril do ano de 2012, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 16/2012, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 04/04/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a prestação, de forma contínua, de serviços de oficina especializada para a manutenção preventiva e corretiva das motocicletas, veículos, caminhões e máquinas da Autarquia, conforme as quantidades e características descritas na folha modelo "Proposta de Preços - ANEXO VI" e "Projeto Básico - ANEXO VII" do Edital de Pregão Presencial nº. 16/2012.

VANIO MAFRA - ME (80.088.925/0001-75)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
-------	--	------------------------	----------------------------	-------------------------

1	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	200	R\$ 12,00	R\$ 2.400,00
5	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM ELÉTRICA DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	100	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
7	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM LATOARIA E PINTURA DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	150	R\$ 37,00	R\$ 5.550,00
8	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM LATOARIA E PINTURA DE CAMIONETES, CAMINHÕES E MÁQUINAS	100	R\$ 42,00	R\$ 4.200,00
9	un OFICINA ESPECIALIZADA EM BALANCEAMENTO, GEOMETRIA E ALINHAMENTO DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	10	R\$ 89,00	R\$ 890,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 16.440,00 (Dezesseis mil, quatrocentos e quarenta reais).

MOTO PECAS KALARRARI LTDA (85.321.776/0001-66)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA E ELÉTRICA DE MOTOCICLETAS	150	R\$ 34,00	R\$ 5.100,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais).

MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (85.104.289/0001-41)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA DE CAMIONETES E CAMINHÕES	125	R\$ 44,00	R\$ 5.500,00
3	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA DE MÁQUINAS	150	R\$ 49,00	R\$ 7.350,00
6	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM ELÉTRICA DE CAMIONETES E CAMINHÕES	100	R\$ 36,00	R\$ 3.600,00
10	un OFICINA ESPECIALIZADA EM BALANCEAMENTO, GEOMETRIA E ALINHAMENTO DE CAMIONETES E CAMINHÕES	10	R\$ 90,00	R\$ 900,00
11	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM SOLDA E USINAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM GERAL	50	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 19.850,00 (Dezenove mil, oitocentos e cinquenta reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 41.390,00 (Quarenta e um mil, trezentos e noventa reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Os serviços a serem prestados deverão ser executados de forma parcelada, conforme a necessidade do SAMAE, qdeven- do ser realizado dentro do prazo de contratação. O prazo para emissão da Ordem de Serviço é de 03 (três) dias, contados da data da assinatura da Ata de Registro de Preços. O prazo de início de execução é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo

responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por veículo (marca, modelo/ano e nº. da placa).

Gaspar (SC), em 04 de abril de 2012.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS – Pregoeira

ANA PAULA BECKER – Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação 53/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia - 53/2012

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DETERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ESINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA GUILHERME TOMELIM - BAIRRO CAIXA D'ÁGUA COM EXTENSÃO DE 2.528,60 METROS. PROGRAMA BADESC CIDADES.

Valor Máximo da Obra: R\$ 2.983.229,18 (Dois milhões e novecentos e oitenta e três mil e duzentos e vinte e nove reais e dezoito centavos).

Entrega dos Envelopes: 10 de maio de 2012 às 09:00h.

Abertura dos Envelopes: 10de maio de 2012 às 09:00h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim (SC), 05 de abril de 2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 38/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 38/2012

Tipo : Menor Preço - Por item

Objeto : AQUISIÇÃO DE MACADAME PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DOMUNICÍPIO

Entrega dos Envelopes: 19/04/2012 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 19/04/2012 às 14:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM-SC, 05/04/2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 01/2012 - FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO 01/2012

Processo de Licitação: 003/2012 - FMA.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de cestas básicas, destinados a distribuição gratuita a pessoas carentes do município de Guaramirim.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC.

Contratada: ERALDO DIAS EPP.

Valor do Contrato: de R\$ 150.920,00 (Cento e cinquenta mil e novecentos e vinte reais).

Data da Assinatura: 23/03/2012 Vigência: 31/12/2012.

GUARAMIRIM (SC), 23/03/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 0007/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos cinco dias do mês de abril de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Concretos Cruzeiro Industria e Comércio LTDA, em decorrência do processo licitatório nº047/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Tubo de concreto 200 mm*	C. crS	UND	2.000,00	15,00	30.000,00



2	Tubo de concreto 300 mm*	C. crS	UND	2.000,00	18,00	36.000,00
3	Tubo de concreto 400 mm*	C. crS	UND	2.000,00	28,00	56.000,00
4	Tubo de concreto 500 mm*	C. crS	UND	100,00	46,00	4.600,00
5	Tubo de concreto 600 mm*	C. crS	UND	500,00	59,00	29.500,00
6	Tubo de concreto 800 mm ca1**	C. crS	UND	100,00	151,00	15.100,00
7	Tubo de concreto 1000 mm ca1**	C. crS	UND	100,00	227,00	22.700,00
8	Tubo de concreto 1200 mm ca2**	C. crS	UND	30,00	398,00	11.940,00
 						
9	Tubo de concreto 1500 mm ca2**	C. crS	UND	30,00	410,00	12.300,00
10	Tubo de concreto 2000 mm ca2**	C. crS	UND	30,00	1.340,00	40.200,00
11	Meio fio de concreto, peça com dimensão de: 0,65 x 0,30 x 0,10 MT.	C. crS	UND	3.000,00	16,00	48.000,00
12	Bloco de concreto 14x19x39 cm;	C. crS	UND	10.000,00	2,60	26.000,00

VALOR TOTAL 332.340,00

Herval d'Oeste, em 05 de Abril de 2012
NELSON GUINDANI
 Prefeito Municipal
 CPF nº 501.589.459-72
 Pelo Município

FERNANDO REGENSBURGER
 Sócio Gerente
 CPF nº 196.410.609-53
 Pela Empresa

Testemunhas:
 01. _____
 Rubens Antonio Correia
 CPF nº 687.857.399-87
 02. _____
 Yasmin Laís Ribas
 CPF nº 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 005/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 009/2012

Validade da Ata de Registro de Preços: Até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, até completar 12 meses.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de carga de gás de cozinha (GLP) para uso das Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Bucco & Bucco LTDA, em decorrência do processo licitatório nº0043/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como os demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Carga de gás GLP 13Kg	Und	SUPER-GASBRAS	350	47,00	16.450,00
02	Carga de gás GLP 45Kg	Und	SUPER-GASBRAS	150	184,00	27.600,00
VALOR TOTAL						
	44.050,00					

Herval D'Oeste, em 29 de Março de 2012.

Nelson Guindani
 Prefeito Municipal
 CPF nº 501.589.459-72
 Pelo Município

Orlando Bucco
 Sócio Administrador
 CPF nº 509.252.299-20
 Pela Empresa

Testemunhas:
 01. _____
 Rubens Antonio Correia
 CPF nº 687.857.399-87
 02. _____
 Yasmin Laís Ribas
 CPF nº 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 006/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2012, na Secretaria

Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de tiras reagentes para dosagem de glicemia capilar, com fornecimento (em comodato) de 50 (cinquenta) aparelhos (glicosômetros - medidor de glicemia), para uso nas Unidades Sanitárias do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa ONCOLINE - Comércio de Medicamentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.909.536/0001-73 em decorrência do processo licitatório nº 0037/2012, modalidade Pregão Presencial nº 007/2012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Tiras reagentes para detecção dos níveis de glicose sanguínea por aspiração ou absorção capilar. Capacidade de medição com níveis de leitura entre 10 e 600 mg/dl e que possibilite adição de sangue arterial, capilar e neonatal, com leitura dos resultados realizados em até 30 segundos. Caixa com 50 tiras	ACON	UND	400,00	19,90	7.960,00

Herval d'Oeste, em 29 de Março de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF nº 400.687.069-87
Pelo Município

MARCELO MARQUES
Sócio Administrador
CPF nº 016.220.759-00
Pela Empresa

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Rubens Antonio Correia Yasmin Laís Ribas
CPF nº 687.857.399-87 CPF nº 076.591.479-43

Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

Ato da Presidência N° 12/12

Ato da Presidência nº 12/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 10ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 09 de abril de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	Moção nº 006/2012	02/04/12	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Moção de Congratulação ao Imbitubense Márcio Silveira pelo seu destaque no cenário político catarinense.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 04 de abril de 2012.

ELÍSIO SGROTT Presidente	JAISON CARDOSO DE SOUZA Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 14/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2012

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA, com sede á Rod. BR 280, KM 58, nº 13314, Bairro: Centro, na cidade de Guarimirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.124.754/0001-20 e Inscrição Estadual nº 256.653.585.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - PROCESSO Nº 25/2012;
Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada que consiste num conjunto de maquinas, equipamentos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas para plantio, tratos culturais e colheita em nosso município de Itapoá.
Valor total: R\$ 109.686,97 (cento e nove mil seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos).
Orçamento: Órgão 09 - Secretaria de Agricultura e pesca , Unidade 01 - Departamento de agricultura, Ficha: 249, Projeto/Atividade: 1.011 - urbanização e equipamentos- Elemento: 4.4.90, Subelemento: 4.4.90.52.40 - Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, Vínculo: 62400.
Órgão 09 - Secretaria de Agricultura e pesca , Unidade 01 - Departamento de agricultura, Ficha: 242, Projeto/Atividade: 1.011 - urbanização e equipamentos- Elemento: 4.4.90, Subelemento: 4.4.90.52.40 - Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, Vínculo: 3000..
Data da assinatura: 04/04/2012;
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2011.

Itapoá, 04 de abril de 2012.
MÁRIO ELÓI TAVARES
Prefeito em Exercício

Extrato do Contrato Nº15/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº15/2012

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede á Rua Dona Leopoldina, nº 26, Bairro: Centro na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41 e Inscrição Estadual n.º 251.310.469.
Licitação: PREGÃO N.º 14/2012 - PROCESSO Nº 30/2012
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, para Escolas da Rede Municipal de Ensino, e Centros administrativos, conforme os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas constantes dos anexos, parte integrante deste edital.
VALOR R\$: 49.745,00 (quarenta e nove mil setecentos e quarenta e cinco reais)
DATA DA ASSINATURA: 04/04/2012
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato dar-se-á a partir da assinatura até 19 de agosto de 2012, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, na forma da Lei.
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 29 de fevereiro de 2012.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº17/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº17/2012

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA com sede á Rua Getulio Vargas, nº 470, Bairro: Centro, na cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.719.963/0001-77 e Inscrição Estadual: Isento.
Licitação: PREGÃO N.º 11/2012 - PROCESSO Nº 18/2012
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme para a sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.
VALOR R\$: R\$ 170.500,00 (cento e setenta mil e quinhentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/04/2012
PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total dos objetos, ou até 31/12/2012.
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de abril de 2012.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 222 de 05 de Abril de 2012.

LEI COMPLEMENTAR Nº 222 DE 05 DE ABRIL DE 2012.

ALTERA TABELAS DOS ANEXOS DAS LEI COMPLEMENTARES Nºs 210/2011 E 211/2011, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica alterado o valor do vencimento inicial da carreira do cargo de Professor, Categoria I, constante do Anexo I, da Lei Complementar nº 210/2011; e do cargo de Professor, Categoria 9, do Anexo I, da Lei Complementar nº 211/2011, que passa a ser de R\$.451,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais).

Parágrafo único. A alteração prevista neste artigo é decorrente da fixação do valor do piso nacional do magistério conforme Lei nº 11.738/2008.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Joaçaba, SC, 05 de abril de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Resolução Nº 004/2012-CMAS-JBA

Resolução Nº 004/2012-CMAS-JBA

Aprovar o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e Benefícios Eventuais entre o FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Ação Social - Prefeitura de Joaçaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a Reunião Extraordinária do Conselho realizada em 28 de março de 2012.

Considerando a Resolução da CIB/SC nº 02 de 15 de fevereiro de 2012, que pactuou a partilha de Benefícios Eventuais para os municípios catarinenses;

Considerando a Resolução da CIB/SC nº 05 de 15 de fevereiro de 2012, que aprovou a partilha dos recursos de cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade ofertado nos CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social e dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade com recursos do FEAS/SC, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Ratifica que o valor do cofinanciamento estadual através do FEAS/SC para os Benefícios Eventuais será de R\$ 4.083,00 que serão aplicados nos Benefícios Eventuais definidos na Lei Municipal nº 4.202 de 2011.

Art. 2º - Ratifica que o valor do cofinanciamento estadual através do FEAS/SC para os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade será de R\$ 63.360,00 e para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade será de R\$ 13.860,00, totalizando R\$ 77.220,00.

Parágrafo 1º - Os valores recebidos serão aplicados no percentual de 40% para investimento e 60% para custeio.

Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se.

Joaçaba (SC), em 29 de março de 2012.

DORVALINA LANGE

Presidente CMAS-Joaçaba

Resolução Nº: 003/CMAS-JBA/12

Resolução Nº: 003/CMAS-JBA/12

Defere sobre os pedidos de inscrição das entidades socioassistenciais no período de 29 de julho à 09 de novembro de 2011, em conformidade com o processo de reordenamento de entidades.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com as deliberações da Reunião Extraordinária de 28 de março de 2012.

Considerando as orientações nacionais constantes da Resolução Nº005 /CMAS-JBA/2010 de 08 de dezembro de 2010, que define parâmetros para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como os serviços, programas e projetos no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

Considerando a Resolução CNAS Nº 27, de 19 de setembro de 2011 que caracteriza as ações de Atendimento no âmbito da Assistência Social;

Considerando a Resolução Nº 16 de maio de 2010 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar como Entidade ou Organização de Assistência Social:

I - Pia União Santo Antonio Pão dos Pobres, definida como entidade de Proteção Social Básica que desenvolve atividades de Atendimento;

II - União Municipal da Melhor Idade de Joaçaba, definida como entidade de Proteção Social Básica que desenvolve atividades de Atendimento;

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 28 de março de 2012.

DORVALINA LANGE

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

SIMAE**Homologação TP 03/2012- SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2012 - TP Processo Administrativo: 18/2012 Processo de Licitação: 18/2012 Data do Processo: 05/03/2012
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2012
b) Licitação Nr.: 3/2012-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/04/2012
e) Data da Adjudicação: 04/04/2012 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DO PRÉ-TRATAMENTO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO SIMAE NA CIDADE DE HERVAL D' OESTE/SC, COMPREENDENDO AS OBRAS CIVIS, O FORNECIMENTO E A MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006727 - ANDRADE CONSTRUCOES LTDA	<u>1</u>	0,0000	<u>492.431,10</u>
	1		492.431,10

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 1.633.879,79

Joaçaba, 4 de Abril de 2012.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

Processo Licitatorio 18/2012

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 19/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2012

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna-se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 20/04/2012, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DO HOSPITAL E MATERNIDADE JOSE VICENTIN DESTA MUNICIPALIDADE.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 05 de Abril 2012.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

PP 08, 13 SMS, CC 01 e TP 04 SMS, PP 31, 32 e TP14 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 08-2012 SMS
Objeto: Diversos Materiais quis
Abertura: 20/04/2012 às 13:30

Modalidade: CC 01-2012 SMS
Objeto: Aquisição de Medicamentos
Abertura: 14/05/2012 às 13:30

Modalidade: TP 04-2012 SMS
Objeto: Construção das Unidades Básicas de Saúde
Abertura: 03/05/2012 às 14:00

Modalidade: PP 13-2012 SMS
Objeto: Aquisição de Curativos
Abertura: 07/05/2012 às 13:30

Modalidade: PP 31-2012 PML
Objeto: Aquisição de Material de Sinalização Semafórica
Abertura: 09/05/2012 às 13:30

Modalidade: PP 32-2012 PML
Objeto: Aquisição de Material Elétrico e Postes
Abertura: 09/05/2012 às 15:30

Modalidade: TP 14-2012 PML
Objeto: Prestação de Serviços de Pintura e Manutenção da

Sinalização Horizontal Viária
Abertura: 05/05/2012 às 13:30

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 04 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Rerratificação CC 04-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RERRATIFICAÇÃO

REF.:EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2012 - PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA RUA CIRILO VIEIRA RAMOS

Em atenção a pedidos de esclarecimentos, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos Termos disposto no §4º, do Inciso IV do Art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna-se notório as alterações que se fazem necessárias, copiadas em CD-ROOM.

Em decorrência, adia-se a data da abertura da Concorrência em comento, do dia 30/04/2012 às 14:00 horas, para o dia 11/05/2012 às 16:00 horas.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 04 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Administração

Resultado PP 14-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2012- PML
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS PARA USO EM DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS
VALOR: R\$ 45.729,34

Lages, 04 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Leoberto Leal

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 016/2012 Pregão Presencial Nº 013/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2012 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2012 - FMS

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Licitação nº 013/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 20 de abril de 2012. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 03/04/2012.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

Processo Licitatório Nº 044/2012 Pregão Presencial Nº 034/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2012.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2012.

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para serem utilizados pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Licitação nº 034/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 20 de abril de 2012. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 03/04/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Contrato Nº 032/2012 PMLL

CONTRATO Nº 032/2012 - PMLL

Por este instrumento de compra de venda, de um lado, o Senhor NIBAL PAULO GUCHERT, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 289.076.049-91, RG/SC nº 550421 e a Senhora AZENAIDE ELIAS GUCHERT, brasileira, casada, agricultora, CPF nº 854.130.549-04 e RG/SC nº 2252882, casada entre si sob o regime de comunhão universal de bens, residentes na Rua Padre Augusto Schwirling, nº 365, Centro, Leoberto Leal/SC, doravante denominados VENDEDORES e o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.924.390/0001-50, Situado na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, doravante denominado Município, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, professora,

CPF nº 951.539.009-59 e RG/SC nº 2.257.855, residente na rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 45, Centro, Leoberto Leal/SC, tem justa e contratada a COMPRA E VENDA de uma área de terras, segundo as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os Vendedores são legítimos possuidores e proprietário de um TERRENO URBANO, sem benfeitorias, situado na Rua Padre Augusto Schwirling, nesta cidade, contendo a área superficial de 40.095,70m² (quarenta mil noventa e cinco metros e setenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: NORTE/LADO DIREITO, com terras de Valdino Braz Guckert, com o Centro Comunitário e terras de Vitor Valetin Lohn, medindo 372,30 metros; SUL/LADO ESQUERDO, com terras de Nilton Roberto de Souza e Rio Emiliano com 29,90 metros; LESTE/FUNDOS, com terras de Francisco Asbreno Lohn, medindo 121,10 metros; OESTE/FRENTE, com Rio Alto Braço, com 65,00 metros e com a Rua Padre Augusto Schwirling com 83,90 metros, matriculado no Registro de Imóveis de Ituporanga sob o nº 16.143, livro 2, folha 001.

CLÁUSULA SEGUNDA - Parte do terreno acima descrito, consiste na área de 3.188,04m² (três mil cento e oitenta e oito metros e quatro centímetros), foi declarada de UTILIDADE PÚBLICA pelo MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do DECRETO nº 028, de 20 de Março de 2012, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, embora não transcrito, intera este instrumento, dele fazendo parte inseparável, para a construção/ampliação de um campo Municipal de futebol; no perímetro urbano, em virtude de parte do existente ter sido usado para construção de uma creche. A área desapropriada possui as seguintes medidas e confrontações: Ao NORTE/FRENTE, medindo 30,75m (tinta metros e setenta e cinco centímetros) com terras de município de Leoberto Leal; Ao SUL/FUNDOS, medindo 77,99m (setenta e sete metros e noventa e nove centímetros) com terras de Nibal Paulo Guchert; Ao LESTE/LADIREITO, medindo 49,83m (quarenta e nove e oitenta e três centímetros) com terras de Irineu Pehardt, Silvania Aparecida de Souza, Sebastião Kreusch e Antenor Farias; Ao OESTE/LADO ESQUERDO, medindo 72,91m (setenta e dois metros e noventa e um centímetros) com terras do Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA TERCEIRA - Diante da Declaração Para Fins de Desapropriação e da Avaliação Efetuada pelo Município, os VENDEDORES concordam com o valor proposto, transformado, por isso, as partes em amigável a presente desapropriação.

CLÁUSULA QUARTA - Assim, o preço de venda justo, certo e contratado é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) que o Município paga aos VENDEDORES, depois do necessário empenho da despesa, fica desde já, o MUNICÍPIO, imitado na posse e autorizado a executar obras, terraplanagem e outras que necessitar.

CLÁUSULA QUINTA - Declaram os VENDEDORES que a área de terras desapropriada encontra-se livre e desembaraçada de ônus de qualquer natureza, responsabilizando-se pela evicção e pelo pagamento de todos os impostos que incidirem sobre a mencionada área até a presente data, juntando as anexas certidões negativas de débito, de ação judicial e outros ônus reais.

CLÁUSULA SEXTA - O presente instrumento obriga seus herdeiros e sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os VENDEDORES se obrigam a outorgar ao Município a indispensável escritura pública, assim que o Município efetuar e concluir as necessárias medições, memoriais e outras providências para sua lavratura e registro imobiliário.

CLÁUSULA OITAVA - A despesa com medições, memoriais e outras providencia necessárias correrá por conta do Município, cumprindo aos VEDEDORES, ao receber o pagamento, garantir a exatidão e o respeito pelas extremas da área desapropriada, sem qualquer atrito com os confrontantes.

CLÁUSULA NONA - Os VENDEDORES entregam, neste ato, ao Município traslado de PROCURAÇÃO PÚBLICA, tendo como MANDATÁRIA os Secretários Municipais, Senhores RENATO ROBERTO OTTO, CPF Nº 038.850.849-37; ARNO HASCHEL LOHN, CPF Nº 144.985.709-44, VITOR NORBERTO ALVES, CPF Nº 543.544.609-59, FERNANDO LOPES, CPF Nº.480.017.839-87, KARLA ENGEL

FRANÇA, CPF Nº 948.384.109-72, outorga-lhes poderes para conjunta ou individualmente, firmarem a escritura pública, requerimentos, documentos, averbações, desmembramentos e amembramento necessários para transferência do domínio e registro da área desapropriada.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os VENDEDORES, na eventual hipótese de o Município ser obrigado a exigir o cumprimento deste contrato na via judicial, se sujeitam ao pagamento de todas as despesas, custas, honorários advocatícios, inclusive sucumbências se infringirem qualquer das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato é realizado em caráter irrevogável e irretratável, não sendo permitido às partes arrependimento ou desistência de qualquer natureza, independentemente da alegação, ficando as partes por si, seus herdeiros ou sucessores obrigadas ao seu cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimirem eventuais dúvidas ou entendimentos, provenientes deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em três vias de igual teor e forma com as testemunhas abaixo identificadas, para que surta os seus efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 abril de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

NIBAL PAULO GUCHERT AZENAIDE ELIAS GUCHERT

Vendedor Vendedora

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. G. HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação emergencial de serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante 24 hrs (vinte e quatro horas) semanais, durante duas semanas, tendo em vista a rescisão administrativa do contrato FMS 26/2011.

Contratado: CARDIOLÓGICA CLÍNICA MÉDICA S/C LTDA.

Valor: R\$ 6.000,00

Lindóia do Sul, SC, 02 de abril de 2012.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato 42/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 42/2012 - 1º TA 19/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RETÍFICA MOCELLIN LTDA

Licitação: CARTA CONVITE 04/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da máquina, em mais 12 (doze) dias consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 01 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 43/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 43/2012 - 1º TA 156/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2011

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da obra e prazo de vigência contratual em mais 60 dias, referente execução de obra de construção de um muro de contenção em pedras argamassadas e obra de paisagismo, nas ruas que cercam a Igreja Matriz Puríssimo Coração de Maria.

Vigência: 29 de junho de 2012.

Assinatura: 01 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 44/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 44/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RSC EMPREENDIMENTOS MUNICIPAIS LTDA

Licitação: CARTA CONVITE 05/2012

Objeto: Prestação dos serviços de captação de recurso e acompanhamento de processos e projetos de interesse do município de Lindóia do Sul em Brasília-DF.

Valor: R\$ 25.012,50

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 01 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 45/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 45/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou

o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CON-
CÓRDIA LTDA
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2012
Objeto: Aquisição de três distribuidores líquido, para distribuição
de água tendo em vista o decreto de emergência 2.222/2012.
Valor: R\$ 41.670,00
Vigência: 06 de abril de 2013.
Assinatura: 06 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 46/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 46/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou
o seguinte contrato:

Contratado: NICOLLI E SALINI ENGENHARIA E OBRAS LTDA
Licitação: CARTA CONVITE 06/2012
Objeto: Serviços técnicos profissionais de engenharia civil, em ca-
ráter temporário, 35 (trinta e cinco) horas semanais.
Valor: R\$ 45.805,67
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 07 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 47/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 47/2012 - 2º TA 156/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou
o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2011
Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado, em de-
corrência do aumento da altura do muro de contenção em pedras
argamassadas, nas ruas que cercam a Igreja Matriz Puríssimo Co-
ração de Maria.
Valor: R\$ 31.358,31
Vigência: 29 de junho de 2012.
Assinatura: 09 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 48/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 48/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou
o seguinte contrato:

Contratado: VIAGENS E TURISMO ARABUTÃ LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 20/2012
Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de

fretamento, de alunos universitários e de cursos técnicos profis-
sionalizantes durante o ano letivo de 2012, até o SENAI na cidade
de Concórdia/SC.

Valor: R\$ 32.148,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 09 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 49/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 49/2012 - 1º TA 201/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou
o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2011
Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da obra e prazo de vi-
gência contratual em mais 30 dias consecutivos.
Vigência: 25 de maio de 2012.
Assinatura: 12 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 50/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 50/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou
o seguinte contrato:

Contratado: IVONE BIFFI ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2012
Objeto: Prestação de serviços de ornamentação e sonorização,
para evento de escolha da Rainha do município.
Valor: R\$ 14.400,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 13 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 51/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 51/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou
o seguinte contrato:

Contratado: FLORICULTURA CALIANDRA SUL LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2012
Objeto: Fornecimento de grama em leiva, mudas de canela doce,
e de flores.
Valor: R\$ 6.294,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 15 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 52/2\012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 52/2012 - 3º TA 166/2010

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2010
Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência do acréscimo quantitativo bem como da inclusão de itens da obra não contemplados no projeto original.
Valor: R\$ 118.074,39
Vigência: 27 de julho de 2012.
Assinatura: 26 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 53/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 53/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIDRAÇARIA CONCÓRDIA LTDA
Objeto: Aquisição e implantação de um corrimão em aço inox aisi 304 polido, para escada principal de acesso a secretaria de administração e finanças no prédio da administração municipal.
Valor: R\$ 3.923,00
Vigência: 31 de maio de 2012.
Assinatura: 29 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 54/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 54/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNC
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2012
Objeto: Contratação de instituição de ensino superior, para realização de serviços de elaboração de questões inéditas, aplicação das provas (escritas e práticas), correção, avaliação, e julgamento de eventuais recursos inerentes ao concurso público a ser realizado pelo Município.
Valor: R\$ 30.000,00
Vigência: 31 de agosto de 2012.
Assinatura: 29 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 55/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 55/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ÁGUIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2012
Objeto: Contratação de serviço de seguro de uma retro escavadeira New Holland LB 110 nº 134.
Valor: R\$ 2.670,00
Vigência: 01 de abril de 2013.
Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 56/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 56/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COPAFAL - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE LINDÓIA DO SUL.
Licitação: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2012
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar
Valor: R\$ 8.799,50
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 57/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 57/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALCI DAL BELLO ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 19/2012
Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede de ensino do Município de Lindóia do Sul, durante o ano letivo de 2012
Valor: R\$ 38.344,87
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 58/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 58/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012
Objeto: Locação compreendendo transporte, montagem e

desmontagem, de 20 banheiros químicos, durante a realização da terceira Festa do Peão de Boiadeiro de Lindóia do Sul, a ocorrer durante as festividades alusivas ao aniversário do município, nos dias 20, 21 e 22 do mês de abril de 2012.

Valor: R\$ 4.400,00

Vigência: 31 de maio 2012

Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 59/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 59/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EQUIPE CÉSAR PARANÁ ESPETÁCULOS DE RODEIO LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012

Objeto: Locação compreendendo transporte, montagem e desmontagem, de estruturas metálicas para arquibancadas, camarotes, cercado e areia para arena de rodeio, estrutura de bretes, embarcadores de animais, querência, porteira e porteira de retorno, iluminação e sonorização para arena de rodeio, durante a realização da terceira Festa do Peão de Boiadeiro de Lindóia do Sul, a ocorrer durante as festividades alusivas ao aniversário do município, nos dias 20, 21 e 22 do mês de abril de 2012.

Valor: R\$ 36.500,00

Vigência: 31 de maio 2012

Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 60/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 60/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ECCO'S SONORIZAÇÃO LTDA.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012

Objeto: Locação compreendendo transporte, montagem e desmontagem, de um palco, dois camarins, sonorização e iluminação profissional, e geradores de energia elétrica, durante a realização da terceira Festa do Peão de Boiadeiro de Lindóia do Sul, a ocorrer durante as festividades alusivas ao aniversário do município, nos dias 20, 21 e 22 do mês de abril de 2012.

Valor: R\$ 32.790,00

Vigência: 31 de maio 2012

Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 61/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 61/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TRANSPORTES ARI BARBIERI LTDA. - ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 19/2012

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede de ensino do Município de Lindóia do Sul, durante o ano letivo de 2012.

Valor: R\$ 30.195,27

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 62/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 62/2012 - 1º TA 115/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VERA LEANDRA BISONHIM E CIA LTDA- LAR SANTO ANTONIO

Objeto: Alteração do valor contratual para adequação do mesmo a legislação do salário mínimo vigente no país.

Valor: R\$ 513,33

Vigência: 20 de agosto de 2012.

Assinatura: 30 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 63/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 63/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIAL DALMORA LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 25/2012

Objeto: Fornecimento de tecidos.

Valor: R\$ 3.794,50

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 03 de abril de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 64/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 64/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PISOCENTER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 25/2012

Objeto: Fornecimento de piso vinílico

Valor: R\$ 2.100,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 03 de abril de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato FMS 04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 04/2012 - 1º TA 02/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO 01/2012
Objeto: Prorrogação do prazo de entrega do veículo objeto do contrato FMS 02/2012 em mais 18 dias consecutivos.
Vigência: 15 de abril de 2013.
Assinatura: 16 de março de 2012.

Genir Loli
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 05/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO EMERGENCIAL Nº 05/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato emergencial:

Contratado: CARDIOLÓGICA CLÍNICA MÉDICA S/C LTDA
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2012
Objeto: Serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante 24 hrs (vinte e quatro horas) semanais, a serem executados durante duas semanas.
Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
Vigência: 30 de abril de 2012
Assinatura: 19 de março de 2012.

Genir Loli
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 06/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO EMERGENCIAL Nº 06/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato emergencial:

Contratado: BDW SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2012
Objeto: Serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, com as atividades e procedimentos exigidos pelo programa que é realizado em convênio com a União, sem limite de consultas diárias, a serem executados na sede do município e no interior, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, durante os dias 23, 26, 27 e 28 de março de 2012.
Valor: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).
Vigência: 30 de abril de 2012
Assinatura: 23 de março de 2012.

GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Convênio 02/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 02/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ÁGUAS DO ALTO URUGUAI CONVENTION & VISITORS BUREAU
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para execução do Projeto Roteiro Turístico Integrado Regional "O Contestado do Alto Uruguai Catarinense".
Valor: R\$ 12.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 01 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei nº 1044

LEI Nº 1.044 de 04 de abril de 2012
"ESTABELECE ÍNDICE DE REVISÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), FIXANDO DATA BASE PARA A REVISÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Para fins do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, fica estabelecido o índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, para a revisão anual dos subsídios dos Vereadores do município de Luzerna, SC.

Art.2º- Fica fixado o mês de maio de cada ano para a aplicação do índice descrito no artigo 1º, calculado o índice no período de 1º de março do ano anterior até o último dia do mês de fevereiro do ano seguinte.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

Luzerna (SC), 04 de abril de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto nº 1474

DECRETO Nº 1474 de 28 de março de 2012.
"INSTITUI TABELA DE PREÇOS PARA TARIFAS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das

atribuições legais que lhe são conferidas pelos art.s 39 e 44 da Lei Complementar nº 106 de 29 de novembro de 2011,

CONSIDERANDO, a planilha dos cálculos da tarifa taximétrica que leva em consideração os custos de operação, de manutenção, remuneração do condutor, depreciação do veículo e justo lucro do capital investido, de forma que seja assegurada a estabilidade financeira relativa à prestação do serviço,

CONSIDERANDO, a necessidade de equilibrar a receita com as despesas na execução de transporte de passageiros por táxi de forma a garantir que os valores fixados facilitem o acesso ao serviço ofertado,

CONSIDERANDO, os valores praticados nas cidades vizinhas de Joaçaba e Herval d'Oeste,

DECRETA:

Art.1º- Ficam fixadas as tarifas taximétricas de acordo com os seguintes valores, sendo:

- I - bandeirada: R\$ 5,00 (cinco reais);
- II - bandeira I - Km : R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos);
- III - bandeira II - Km : R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos);
- IV - hora parada: R\$ 18,00 (dezoito reais);

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto nº 1475

DECRETO Nº 1475 de 02 de abril de 2012.

"CANCELA ITENS DE PROCESSO LICITATÓRIO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49 da Lei nº 8.666/93,

CONSIDERANDO, falha na especificação dos produtos o que impossibilita a correta cotação dos itens,

CONSIDERANDO, portanto, as razões de interesse público, a oportunidade e conveniência administrativa, conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º- Ficam CANCELADOS os itens 01, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16 e 17 do Processo Licitatório nº 0027/2002 na Modalidade de Pregão Presencial nº 0014/2012, que tem por objeto a aquisição de material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2012 .

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 040/12

Portaria nº 040/12 de 02/04/12 - "Nomeia servidor que especifica" (ACASIR DUTRA, para exercer o emprego público efetivo de Operador de Máquinas II, 44 horas semanais, Nível 07, Classe "A", da Tabela de Cargos de Provimento Efetivo/Atividades de Nível Operacional/ANO, a partir de 02/04/12)

Extrato de Portaria 041/12

Portaria nº 041/12 de 02/04/12 - "Nomeia servidor que especifica" (VALTER GUESSER, para exercer o emprego público efetivo de Operador de Máquinas II, 44 horas semanais, Nível 07, Classe "A", da Tabela de Cargos de Provimento Efetivo/Atividades de Nível Operacional/ANO, a partir de 02/04/12)

Extrato de Portaria 042/12

Portaria nº 042/12 de 02/04/12 - "Nomeia servidor que especifica" (CLAUDINEI DIAS RODRIGUES, para exercer o emprego público efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, a partir de 02/04/12)

Extrato de Portaria 043/12

Portaria nº 043/12 de 02/04/12 - "Nomeia servidor que especifica" (GERSON AUGUSTO PEREIRA, para exercer o emprego público efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, a partir de 02/04/12)

Extrato de Portaria 044/12

Portaria nº 044/12 de 02/04/12 - "Nomeia servidor que especifica" (CLAUDEMIR DEIGE, para exercer o emprego público efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, a partir de 02/04/12)

Extrato de Portaria 045/12

Portaria nº 045/12 de 02/04/12 - "Contrata por prazo determinado servidora que especifica" (NATALIE CAROLINE SEIDENFUS, para exercer as funções de Atendente de Farmácia no Programa "ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF", 40 horas semanais, a partir de 02/04/12, condicionando-se sua duração à do Programa Saúde da Família - PSF)

Extrato de Portaria 046/12

Portaria nº 046/12 de 02/04/12 - "Exonera a pedido servidores que especifica" (EXONERAR A PEDIDO os servidores: Gilmar Debus, Secretário de Obras e Serviços; Orlando Fávero, Secretário de Saúde e Bem Estar Social; Lenir Costa Beber, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente; Rodrigo Hoffelder, Chefe do Setor de Esportes; Michel Fabrício Mott; Assessor de Indústria e Comércio; Paulo Roberto Dresch, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 05/04/2012)

Extrato Portaria 038/12

Portaria nº 038/12 de 02/04/12 - "Nomeia servidora que especifica" (PAULA BÜTTNER, para exercer o emprego público efetivo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, Nível 1, Classe "A", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG, a partir de 02/04/12)

Extrato Portaria 039/12

Portaria nº 039/12 de 02/04/12 - "Nomeia servidora que especifica" (INDIANARA VALDUGA ALVES, para exercer o emprego público efetivo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, Nível 1, Classe "A", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG, a partir de 02/04/12)

Extrato Concorrência PML.002.2012 - Quiosque**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

Concorrência nº 002/2012

O Prefeito em exercício, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 023/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Concorrência Pública nº 002/2012
- Objeto: permissão de uso do quiosque municipal, localizado no Centro de Eventos São João Batista, para instalação de uma lanchonete.
- Proponente(s) Vencedor(es): VALDIR HOFSTATTER

Luzerna (SC), 05 de ABRIL de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL**Ata de Registro de Preços Nº CMV 0002/2011**

Extrato do 1º Termo de Aditamento - Ata de Registro de Preços Nº CMV 0002/2011 DE 08/04/2011

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV 0002/2011 DE 08/04/2011

1º TERMO DE ADITAMENTO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV 0002/2011 DE 08/04/2011, proveniente do Processo Licitatório CMV Nº 0004/2011, Pregão CMV Nº 0002/2011, celebrada entre à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA e as empresas REDE DE COMUNICAÇÃO OESTE LTDA ME e LUCIANO JUSTI - ME.

Objeto: Com a concordância das partes, visando à alteração do prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CMV 0002/2011 de 08/04/2011, prorrogando o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses contados a partir de 08/04/2011, passando a vigência de 12 (doze) para 24 (vinte e quatro) meses, alterando a Cláusula Nona.

Luzerna (SC), 26 de Março de 2012.

JULIANO SCHNEIDER

Presidente Mesa Diretora

RONALDO RORATTO

Rede De Comunicação Oeste Ltda Me

Fornecedor 1

LUCIANO JUSTI - ME

Luciano Justi

Fornecedor 2

Maracajá**PREFEITURA****Resultado final da Licitação 16/2012**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS LICITAÇÃO Nº 16/2012 - TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de CONCLUSÃO da escola de ensino infantil, localizada na rua Antônio Manoel Farias, esquina com a rua Antônio Machado - Centro, no município de Maracajá/SC.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas da Licitação 16/2012 - Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO das empresas: em 1º lugar, a proposta da empresa MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com o preço global de R\$ 719.675,45 (setecentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e em 2º lugar, a proposta da empresa CONSTRUTORA PAI & FILHOS LTDA, com o preço global de R\$ 724.736,80 (setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Maracajá, 04 de abril de 2012.

MARIA DAS GRAÇAS CONTI FAGUNDES

Presidente da Comissão de Licitação

Massaranduba**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 048/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 048/2012

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 034 de 20 de dezembro de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 18 da Lei Complementar nº 034, de 20 de dezembro de 2010, e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 O imóvel localizado em área com a finalidade de exploração agrícola terá um redutor de 20% (vinte) do valor da contribuição de melhoria.

§1º - O contribuinte que quiser se utilizar das faculdades previstas neste artigo deverá comprovar junto a Prefeitura que existe exploração agrícola, como fonte de renda econômica; estar inscrito no INCRA, efetuar o pagamento do ITR, apresentar nota de Produtor Rural com movimentação econômica desta propriedade como pessoa física.

§2º - O contribuinte perderá efeitos deste artigo assim que a propriedade perder as características de atividade agrícola explorável, transferência para pessoa jurídica e outros empreendimentos que assim a descaracterizem; (loteamentos, parque industrial, etc);" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 04 DE ABRIL DE 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 049/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 049/2012

Alterar valor de gratificação instituída pela Lei Complementar nº 022/2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º O valor da gratificação para o cargo de Subgerente de Tesouraria passa a ser de R\$1.350,00 (Um mil e trezentos e cinquenta reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 04 DE ABRIL DE 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1402/2012

LEI Nº 1402/2012

Altera vencimentos de Cargos Públicos Municipais.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º. O cargo de Operador de Maquina Hidráulica, integrante do Anexo VIII, da Lei nº 751/2001, passa a vigorar com o vencimento mensal inicial de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Art. 2º. O cargo de Técnico de Enfermagem, integrante do Anexo VII da Lei nº 751/2001, passa a vigorar com a seguinte classificação:

I - Categoria Funcional: Técnico de Enfermagem

Grupo: Serviços Auxiliares

Código: SAL

Classe: M, Nível 01

Valor Nível 01 = R\$1.400,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 04 DE ABRIL DE 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Inexigibilidade de Licitação Nº 03/2012

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 42/2012 - PMM - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, , torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE, com adjudicação por item, visando a IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA "AMIGOS DO ZIPPY" PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE MASSARANDUBA, COMPREENDENDO A CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES E TUTORES PARA O PROGRAMA, FORNECENDO-LHES O EMBA-SAMENTO CONCEITUAL E PRÁTICO DAS ATIVIDADES, ALÉM DE DEIXÁ-LOS CONFORTÁVEIS NO PAPEL QUE PASSARÃO A DE-SEMPENHAR DE FACILITADORES DO DESENVOLVIMENTO EMO-CIONAL DE SUAS CRIANÇAS, nas condições definidas no Edital e seus anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16:00h do dia 10/04/2012. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:15min do dia 10/04/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 06 de fevereiro de 2012.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Anexo I e II da Lei Nº 1547/2012 - Republicado

ANEXO I – TABELA SALARIAL

HABILITAÇÃO	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
MAGISTÉRIO DE 2º GRAU	1	1.451,00	1.469,86	1.488,97	1.508,33	1.527,94	1.547,80	1.567,92	1.588,30	1.608,95	1.629,87
	2	1.651,06	1.672,52	1.694,26	1.716,29	1.738,60	1.761,20	1.784,10	1.807,29	1.830,79	1.854,59
	3	1.878,70	1.903,12	1.927,86	1.952,92	1.978,31	2.004,03	2.030,08	2.056,47	2.083,20	2.110,29
LICENCIATURA PLENA	4	1.610,61	1.631,55	1.652,76	1.674,24	1.696,01	1.718,06	1.740,39	1.763,02	1.785,94	1.809,15
	5	1.832,67	1.856,50	1.880,63	1.905,08	1.929,85	1.954,93	1.980,35	2.006,09	2.032,17	2.058,59
	6	2.085,35	2.112,46	2.139,92	2.167,74	2.195,92	2.224,47	2.253,39	2.282,68	2.312,36	2.342,42
PÓS-GRADUAÇÃO	7	1.787,77	1.811,01	1.834,55	1.858,40	1.882,56	1.907,04	1.931,83	1.956,94	1.982,38	2.008,15
ESPECIALIZAÇÃO	8	2.034,26	2.060,70	2.087,49	2.114,63	2.142,12	2.169,97	2.198,18	2.226,75	2.255,70	2.285,03
	9	2.314,73	2.344,82	2.375,31	2.406,18	2.437,46	2.469,15	2.501,25	2.533,77	2.566,71	2.600,07
PÓS-GRADUAÇÃO	10	1.984,42	2.010,22	2.036,35	2.062,82	2.089,64	2.116,80	2.144,32	2.172,20	2.200,44	2.229,04
MESTRADO	11	2.258,02	2.287,38	2.317,11	2.347,23	2.377,75	2.408,66	2.439,97	2.471,69	2.503,82	2.536,37
	12	2.569,35	2.602,75	2.636,58	2.670,86	2.705,58	2.740,75	2.776,38	2.812,47	2.849,04	2.886,07
PÓS-GRADUAÇÃO	13	2.202,71	2.231,35	2.260,35	2.289,74	2.319,50	2.349,66	2.380,20	2.411,15	2.442,49	2.474,24
DOUTORADO	14	2.506,41	2.538,99	2.572,00	2.605,43	2.639,30	2.673,62	2.708,37	2.743,58	2.779,25	2.815,38
	15	2.851,98	2.889,05	2.926,61	2.964,66	3.003,20	3.042,24	3.081,79	3.121,85	3.162,44	3.203,55

MELEIRO, SC 01 de Abril de 2012.

JONNEI ZANETTE
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II – TABELA SALARIAL

HABILITAÇÃO	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
MAGISTÉRIO DE 2º GRAU	1	1.451,00	1.469,86	1.488,97	1.508,33	1.527,94	1.547,80	1.567,92	1.588,30	1.608,95	1.629,87
	2	1.651,06	1.672,52	1.694,26	1.716,29	1.738,60	1.761,20	1.784,10	1.807,29	1.830,79	1.854,59
	3	1.878,70	1.903,12	1.927,86	1.952,92	1.978,31	2.004,03	2.030,08	2.056,47	2.083,20	2.110,29
LICENCIATURA PLENA	4	1.668,65	1.690,34	1.712,32	1.734,58	1.757,13	1.779,97	1.803,11	1.826,55	1.850,29	1.874,35
	5	1.898,71	1.923,40	1.948,40	1.973,73	1.999,39	2.025,38	2.051,71	2.078,38	2.105,40	2.132,77
	6	2.160,50	2.188,59	2.217,04	2.245,86	2.275,06	2.304,63	2.334,59	2.364,94	2.395,69	2.426,83
PÓS-GRADUAÇÃO	7	1.918,94	1.943,89	1.969,16	1.994,76	2.020,69	2.046,96	2.073,57	2.100,52	2.127,83	2.155,49
ESPECIALIZAÇÃO	8	2.183,51	2.211,90	2.240,65	2.269,78	2.299,29	2.329,18	2.359,46	2.390,13	2.421,20	2.452,68
	9	2.484,56	2.516,86	2.549,58	2.582,73	2.616,30	2.650,32	2.684,77	2.719,67	2.755,03	2.790,84
PÓS-GRADUAÇÃO	10	2.206,78	2.235,47	2.264,53	2.293,97	2.323,79	2.354,00	2.384,60	2.415,60	2.447,00	2.478,81
MESTRADO	11	2.511,04	2.543,68	2.576,75	2.610,25	2.644,18	2.678,56	2.713,38	2.748,65	2.784,38	2.820,58
	12	2.857,25	2.894,39	2.932,02	2.970,14	3.008,75	3.047,86	3.087,48	3.127,62	3.168,28	3.209,47
PÓS-GRADUAÇÃO	13	2.537,80	2.570,79	2.604,21	2.638,07	2.672,36	2.707,10	2.742,29	2.777,94	2.814,06	2.850,64
DOUTORADO	14	2.887,70	2.925,24	2.963,27	3.001,79	3.040,81	3.080,34	3.120,39	3.160,95	3.202,04	3.243,67
	15	3.285,84	3.328,56	3.371,83	3.415,66	3.460,06	3.505,04	3.550,61	3.596,77	3.643,53	3.690,89

MELEIRO, SC 01 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 1548/2012

LEI Nº. 1548/2012

ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.378/09, QUE DISPÕE SOBRE O PPA 2010/2013, LEI Nº 1.511/11, QUE DISPÕE SOBRE A LDO/2012, LEI Nº 1.521/11 QUE DISPÕE SOBRE A LOA/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica autorizada a Criação de Órgão e Unidade Orçamentária no Orçamento da Prefeitura Municipal de Meleiro, e inclusão no Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.378/09 de 17 de Setembro de 2009 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 - Lei Municipal nº. 1.511/11 de 08 de Agosto de 2011, Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei Municipal nº. 1.521/11 de 19 de Dezembro de 2011, conforme abaixo discriminado:

Órgão 15 - Coordenadoria Municipal da Defesa Civil
Unidade 01 - Coordenadoria Municipal da Defesa Civil

Artigo 2º - Fica autorizado a inserir a ação 2.060 - Manutenção da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil no programa 07 - Desenvolvimento Urbano o total de R\$ 150.000,00 (Centro e Cinquenta Mil Reais), no orçamento do exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Meleiro, não incluído na Lei Municipal nº. 1.378/09 que dispõe sobre o PPA-2010/2013, Lei Municipal nº. 1.511/11 que dispõe sobre a LDO/2012 e Lei Municipal nº. 1.521/11 que dispõe sobre a LOA/2012.

Artigo 3º - O valor da nova ação de que trata o artigo anterior, correrá por conta dos recursos a serem arrecadados na Rubrica de Receita 4.1.7.6.1.99.00.00.00.0.1.94 - Outras Transferências de Convênios da União - (Recurso 0.1.94 - Recursos Vinculados Federal) no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), e na Rubrica de Receita 4.1.7.6.2.99.00.00.00.0.1.95 - Outras Transferências de Convênios do Estado - (Recurso 0.1.95 - Recursos Vinculados Estadual) no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) previstas para o exercício financeiro de 2012.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de abril de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1549/2012

LEI Nº. 1549/2012

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO DO EXERCÍCIO DE 2012, POR CONTA DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro; Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado a abertura de Créditos Adicionais Especiais ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Meleiro do exercício de 2012 na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 15 - COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
UNIDADE: 01- Coordenadoria Municipal da Defesa Civil
FUNÇÃO: 06 - Segurança Pública
SUB-FUNÇÃO: 182 - Defesa Civil
PROGRAMA: 07 - Desenvolvimento Urbano
ATIVIDADE: 2.060 - Manutenção da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil
3.3.90.00.00.00.0.1.94 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.0.1.95 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L R\$ 150.000,00

Artigo 2º - Os recursos para suprir os Créditos Adicionais Especiais de que tratam o artigo anterior, correrão por conta dos recursos a serem arrecadados, nas Rubricas de Receitas 4.1.7.6.1.99.00.00.00.0.1.94 - Outras Transferências de Convênios da União (Recurso 0.1.94 - Recursos Vinculados Federal) no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), e na Rubrica de Receita 4.1.7.6.2.99.00.00.00.0.1.95 (Outras Transferências de Convênios do Estado (Recurso 0.1.95 - Recursos Vinculados Estadual) no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), a serem creditados em Conta Vinculada Específica do Banco Brasil S/A, na Agência 2294-2 - Meleiro - SC.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata a presente Lei fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva dos recursos.

Artigo 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.378/09 de 17 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 - Lei Municipal nº. 1.511/11 de 08 de Agosto de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentárias Anual/2012 - Lei Municipal nº. 1.521/11 de 19 de Dezembro de 2011 que se fizerem necessários em função de Abertura de Créditos Adicionais Especiais constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Meleiro, 05 de abril de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1550/2012

LEI Nº. 1550/2012

TRATA DA AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAR BENS MÓVEIS.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar pelo maior lance, através de leilão público, no estado em que se encontram, com multas a pagar e licenciamentos vencidos, que serão divulgados no dia do leilão os seguintes veículos:

a) 1 (um) maquina agrícola, marca FORD, modelo 5030, Chassi AAF 5876G11B, ano 1998, de cor azul;

b) 1 (um) maquina agrícola, marca MASSEY - FERGUSON, Chassi 2754217278, ano 2006, de cor vermelha, placa MIL8447.

Art. 2.º Para efeito da alienação de que trata o artigo anterior, fica

estabelecido um lance mínimo para os seguintes bens, conforme Laudo de Avaliação.

a) 1 (um) máquina agrícola, marca FORD, modelo 5030, Chassi AAF 5876G11B, ano 1998, de cor azul, valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

b) 1 (um) máquina agrícola, marca MASSEY - FERGUSON, Chassi 2754217278, ano 2006, de cor vermelha, placa MIL8447, valor R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Art.3.º O pagamento a ser efetuado pelo adquirente do bem leilado será feito somente em moeda corrente nacional, sendo vedado qualquer tipo de compensação tributária.

Art. 4.º O valor apurado nas alienações de que trata esta Lei deverá ser aplicado nas despesas de investimentos, bem como para a aquisição de novos veículos.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de abril de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação da Tomada de Preço Nº 030/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N.º 030/2012

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 26/04/2012, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 030/2012, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), na Rua José Mezari - Centro/Meleiro com fornecimento de mão de obra e material, conforme planilhas orçamentárias e projeto básico. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 04 de abril de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 029/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 029/2012

CREDOR: ANTONIO MILANEZ

ENDEREÇO: Estrada Geral Rio do Meio - Morro Grande/SC

CPF: 223.897.769-49

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TERRENO URBANO COM AREA DE 455,00 M2, DE PROPRIEDADE DO SENHOR ANTONIO MILANEZ, DEVIDAMENTE MATRICULADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TURVO/SC SOB A MATRICULA Nº. 5.415, LOCALIZADO NESTE MUNICIPIO PARA AMPLIAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

BASE LEGAL: Inciso X do artigo 24, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: ESTA ÁREA DE TERRENO URBANO LOCALIZA-SE EM UM PONTO ESTRATÉGICO PARA A AMPLIAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL, A AQUISIÇÃO SE DARA ATRAVÉS DA LEI Nº. 1545/2012, DE 28 DE MARÇO DE 2012.

O PREÇO DE COMERCIALIZAÇÃO É COMPATÍVEL COM OS PRATICADOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO LOCAL, DEFINIDOS MEDIANTE AVALIAÇÃO PRÉVIA POR UMA COMISSÃO PRÓPRIA.

Meleiro, 03 de abril de 2012.

JAQUELINE MARTINS WALNIER

Presidente da Comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório na data supra

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Decreto N º 264 - Condutas Vedadas Aos Agentes Públicos Municipais de Navegantes No Período Eleitoral De 2012

DECRETO N º 264 DE 02 DE ABRIL DE 2012

DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES NO PERÍODO ELEITORAL DE 2012

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III, da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o disposto na legislação que regula as eleições a ocorrer em outubro vindouro, bem como nas Resoluções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a atuação dos dirigentes de órgão e entidades do Poder Executivo Municipal durante o período alcançado pela legislação eleitoral, resguardando-se o Município de Navegantes quanto à prática de qualquer conduta vedada, por exclusiva ação de seus agentes; e

CONSIDERANDO que para a fiel observância dos princípios e normas legais vigentes é salutar a orientação aos servidores e agentes públicos do Município quanto às condutas vedadas;

DECRETA:

Art. 1 º Ficam estabelecidas as condutas vedadas aos Agentes Públicos Municipais no ano de 2012, por tratar-se de ano eleitoral.

DOS CONCEITOS

Art. 2 º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Agente Público: quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

II - Órgãos ou entidades da Administração Pública Direta: Secretarias Municipais, Procuradoria Geral do Município, Gabinete do Prefeito, todas as unidades descentralizadas (escolas, unidades de saúde, etc).

III - Órgãos os entidades da Administração Pública Indireta ou Fundacional: Autarquias e Fundações Municipais.

DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS

Art. 3 ° Fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte dos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta Municipais, excetuando-se:

- I. os casos de calamidade pública, de estado de emergência, caracterizados, reconhecidos e homologados na forma da lei;
- II. os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício de 2011.

§ 1 ° Em 2012, os programas sociais de que trata o inciso II não poderão ser executados por entidades nominalmente vinculadas a candidato (a) ou por esse (a) mantida.

§ 2 ° Os dirigentes dos órgãos e entidades responsáveis pelos programas sociais a que se refere inciso II deste artigo deverão comunicar previamente a realização de ações e atividades ao Ministério Público para possibilitar, se for o caso, o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Art. 4 ° É vedado fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens, serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

DA UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

Art. 5 ° É vedado aos agentes públicos municipais a cessão, permissão ou qualquer forma de utilização de bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta, em benefício de candidato, partido político ou coligação nas eleições de 2012.

§ 1 ° O disposto no caput deste artigo aplica-se, inclusive, às imagens e gravações sonoras captadas pelos organismos de comunicação do Poder Executivo ou por empresas que tenham sido contratadas para tal fim.

§ 2 ° É ressalvada da proibição do caput a realização de convenção partidária.

Art. 6 ° É vedado usar materiais ou serviços custeados pela Administração pública que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

Parágrafo Único: Inclui-se na vedação do caput a realização de eventos e festividades a título de confraternização com recursos públicos, bem como a utilização de e-mail institucional e telefones, salvo se utilizados em benefício do serviço público.

Art. 7 ° É vedado ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta do Poder Executivo ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.

DAS ATITUDES E MANIFESTAÇÕES POLÍTICO-ELEITORAIS NOS ÓRGÃOS E BENS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 8 ° Fica vedado aos agentes políticos e servidores do Poder Executivo Municipal:

I - a prática, no horário de expediente, de qualquer ato de natureza político-eleitoral, sujeitando-se o agente às penalidades da lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997;

II - as manifestações silenciosas, em horário de expediente, de preferência por determinado candidato, tais como a colocação de cartazes, adesivos ou qualquer tipo de peça publicitária nas dependências internas do local de trabalho, em veículos oficiais ou custeados com recursos públicos, bem como a utilização de camisetas, bonés, broches, dísticos, faixas e qualquer outra peça de vestuário que contenha alusão, ainda que indireta, de caráter eleitoral;

III. a menção, divulgação ou qualquer forma de alusão a candidatos, partidos ou coligações no momento da prestação dos serviços do Município ou distribuição gratuita de bens.

§ 1 ° A violação do disposto neste artigo deverá ser imediatamente comunicada à Procuradoria Geral do Município para a adoção

dos procedimentos administrativos cabíveis para apuração e responsabilização dos infratores.

§ 2 ° A conduta vedada por este artigo deverá ser imediatamente suspensa pela autoridade hierarquicamente superior do responsável por sua prática, tão logo tenha ciência do fato, sob pena de responsabilidade solidária, na forma da lei.

§ 3 ° A suspensão prevista no parágrafo anterior poderá, conforme a gravidade do caso, ensejar a adoção das medidas cabíveis para esclarecimento, ao público alcançado pela prestação de serviços ou distribuição gratuita de bens, de que essas ações não constituem qualquer tipo de benesse pessoal, mas são apenas dever do Município.

**DO LIMITE DE GASTOS COM PUBLICIDADE
DE 1° DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2012**

Art. 9 ° É vedado realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta no período de 1° de janeiro a 06 de julho de 2012 que excedam a média dos gastos dos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, prevalecendo o que for menor.

**DO LIMITE DE GASTOS COM REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO
DE SERVIDORES**

DE 10 DE ABRIL DE 2012 ATÉ A POSSE DOS ELEITOS (180 dias antes)

Art. 10 A partir de 10 de abril de 2012 até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, no Município de Navegantes, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.

**DA MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES
DE 7 DE JULHO ATÉ AS ELEIÇÕES (três meses antes)**

Art. 11 No período compreendido entre 7 de julho de 2012 até a posse dos eleitos, aos agentes públicos da esfera administrativa municipal é vedado:

I. nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex-officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

- a. nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b. nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 7 de julho de 2012;
- c. nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

DAS INAUGURAÇÕES

Art. 12 No período compreendido entre 7 de julho de 2012 e as eleições, aos agentes públicos da esfera administrativa municipal é vedado:

I. aos candidatos a cargos dos Poderes Executivo (Prefeito e Vice-Prefeito) ou Legislativo (Vereadores), participar de inaugurações de obras públicas;

II. contratar shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.

§ 1 ° Estende-se à vedação do inciso I deste artigo:

a) a presença em inaugurações, palanque ou outro local de destaque, de qualquer autoridade pública que esteja disputando cargo eletivo nas eleições de 2012.

b) a divulgação da imagem ou do nome de candidato, partido

político ou coligação em discursos e solenidades oficiais promovidas pelo Poder Público Municipal.

§ 2º A inobservância ao disposto neste artigo sujeita à cassação do registro ou do diploma.

DO PRONUNCIAMENTO PÚBLICO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Art. 13 No período compreendido entre 7 de julho de 2012 e as eleições, aos agentes públicos da esfera administrativa municipal é vedado:

I. fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e características de funções de governo;

II. autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

III. a divulgação de qualquer tipo de publicidade institucional;

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (Constituição Federal, art. 37, § 1º).

§ 2º Excetua-se dos incisos II e III a publicidade institucional que vier a ser prévia e expressamente autorizada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, nos termos da legislação eleitoral e obedecidas as disposições deste Decreto.

§ 3º Considera-se publicidade institucional, para o efeito deste Decreto, toda e qualquer veiculação, exibição, exposição ou distribuição de peças e materiais de propaganda ou marketing em qualquer meio de comunicação, realizada por iniciativa dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações e demais entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Municipal, paga pelos cofres públicos, que verse sobre ato, programa, obra, serviço e campanhas de governo ou órgão público.

§ 4º A Secretaria de Comunicação Social deverá, com a necessária antecedência, determinar a suspensão da programação das ações de publicidade institucional que, por sua atuação direta, seja realizada em emissoras de rádio e televisão, na Internet, em jornais e revistas ou em quaisquer outros meios de divulgação.

§ 5º Ressalva-se das vedações dos incisos I e II, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

§ 6º Fica, a Secretaria de Comunicação Social, ou o servidor por ela designado, nomeada como autoridade responsável para, nos termos do artigo 30, inciso VIII do Código Eleitoral, formular consulta ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em nome do Município de Navegantes com o concurso da Procuradora-Geral do Município ou de Procurador do Município por ele especialmente designado, nas matérias relativas à divulgação de publicidade institucional.

Art. 14 Fica proibida a convocação de cadeia de rádio ou televisão para a realização de pronunciamento público por qualquer membro da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Municipal, salvo quando se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de Governo, observado o procedimento previsto nos artigos 12 e 13 deste Decreto, no que couber.

DAS CONSULTAS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL SOBRE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Art. 15 Na hipótese de grave e urgente necessidade pública em que for imprescindível a divulgação de publicidade institucional e pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, caberá ao

Secretário de Comunicação Social solicitar previamente ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em nome do Município de Navegantes e com o concurso da Procuradora-Geral do Município ou de Procurador do Município por ele especialmente designado, o reconhecimento da situação excepcional, nos termos do que dispõe o artigo 73, inciso VI, alínea b, in fine, da Lei nº 9.504, de 20 de setembro de 1997, cominado com o artigo 34, inciso VI, alínea b da Resolução no 22.261 do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 16 Os Secretários Municipais, os Presidentes dos demais órgãos da Administração Direta e de Autarquias, Fundações e de quaisquer outras entidades da Administração Indireta que entenderem ser necessária a divulgação de publicidade institucional deverão solicitar à Secretaria de Comunicação Social, juntamente com o concurso da Procuradoria Geral do Município, a formalização de requerimento ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina com vistas à necessária autorização prévia para a veiculação pretendida.

§ 1º As solicitações encaminhadas, na forma do caput deste artigo, deverão ser justificadas e instruídas com os seguintes documentos:

a) demonstrativo da situação de grave e urgente necessidade pública;

b) as respectivas peças e materiais de divulgação, sob a forma de roteiros, lay-outs, story-boards ou "monstros;"

c) a indicação do tipo de veículo de mídia adequado à divulgação, com o quantitativo e o período estimado de veiculação; e

d) Plano de Mídia, se houver.

§ 2º A veiculação, distribuição ou exibição de qualquer peça publicitária somente poderá ser realizada após a manifestação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

DO USO DA MARCA DO GOVERNO MUNICIPAL

Art. 17 Ficam proibidas, no período compreendido entre o dia 7 de julho de 2012 até a data da proclamação dos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e Vice- Prefeito nas eleições de outubro do corrente ano:

I. toda e qualquer forma de utilização ou divulgação da marca e do slogan do Município;

II. a utilização, em todos os documentos oficiais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e demais entidades da Administração Indireta, de marcas, símbolos ou slogans, ressalvado o uso do nome da repartição, dos dizeres "Prefeitura de Navegantes" e dos símbolos oficiais do Município, previstos na Lei Orgânica Municipal, cujo uso obedecerá à legislação específica;

III. a utilização, na forma do parágrafo anterior, de marcas mistas ou figurativas.

DA ALTERAÇÃO DAS PLACAS DE OBRAS OU DE PROJETO DE OBRAS

Art. 18 A exposição de placas de projetos de obras ou de obras em execução por órgãos e entidades da Poder Executivo Municipal e por outros entes, públicos e privados, em decorrência de convênios, contratos e quaisquer outros ajustes, no período compreendido entre o dia 7 de julho de 2012 até a data da proclamação dos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nas eleições de outubro do corrente ano, fica submetida às seguintes condições:

I. alteração, para retirada ou cobertura de qualquer marca ou slogan, sendo permitida, apenas, a manutenção dos símbolos - bandeira, selo ou armas - do Município de Navegantes;

II. retirada das próprias placas, como alternativa ao disposto no inciso anterior, se assim entenderem mais apropriado os dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo.

§ 1º A retirada ou cobertura da marca ou a retirada das placas, nos termos deste artigo, caberá:

a) aos Secretários Municipais e Presidentes de Autarquias,

Fundações e demais entidades da Administração Indireta do Poder Executivo, na hipótese de terem sido os responsáveis pela instalação;

b) aos gestores de outros entes públicos e privados, no caso de convênios, contratos ou quaisquer ajustes, por solicitação, em correspondência oficial, do dirigente do órgão Municipal ou entidade responsável pelo ajuste, com encaminhamento de relatório circunstanciado e da referida documentação à Secretaria de Comunicação Social.

§ 2º Para fins exclusivos deste Decreto, consideram-se também placas de obras ou de projetos de obras os painéis, out-doors, tapumes e quaisquer outras formas de sinalização que cumpram a função de identificar ou divulgar obras e projetos com a participação direta ou indireta do Município de Navegantes.

Art. 19 Aplicam-se, ainda, em relação às placas de projetos de obras ou de obras em execução por órgãos e entidades da Poder Executivo Municipal e por outros entes, públicos e privados, em decorrência de convênios, contratos e quaisquer outros ajustes, as seguintes determinações:

I. as placas de obras já concluídas devem ser retiradas antes do dia 7 de julho de 2012;

II. cabe aos órgãos e entidades responsáveis pelas medidas determinadas no artigo 18 a adoção de providências que propiciem a tempestiva cobertura ou retirada da marca e das placas de obras ou de projetos de obras, de tal modo que, antes de 7 de julho de 2012, nenhuma placa exiba a marca em contrariedade ao disposto neste Decreto.

DAS RETIRADA DE MARCAS E SLOGANS EM SÍTIOS DA INTERNET

Art. 20 Fica determinado aos Secretários Municipais e aos demais dirigentes de órgãos da Administração Indireta, que façam retirar dos sítios do Poder Executivo Municipal na Internet, a partir de 7 de julho de 2012, os slogans e marcas publicitárias que não se conformem ao disposto no artigo 16, bem como tudo o que possa constituir sinal distintivo de ação de publicidade institucional objeto de controle da legislação eleitoral.

§ 1º Fica proibida a inclusão, determinando-se sua retirada, se porventura existentes nos sítios mantidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo na Internet, de todas as fotografias ou imagens que apresentem a figura do Prefeito e de eventuais candidatos a cargos eletivos em 2012.

§ 2º É também vedada a divulgação do nome pessoal do Prefeito nas páginas dos sítios mantidos por órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Poder Executivo, em especial nas áreas que veiculem notícias, ressalvada a divulgação do nome como assinatura em atos editados no exercício de competência exclusiva ou privativa.

DAS REQUISIÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE 07 DE JULHO ATÉ AS ELEIÇÕES (três meses antes)

Art. 21 A partir de 07 de julho de 2012, os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados pelos Tribunais Eleitorais, ceder funcionários em casos específicos e de forma motivada pelo período de até 3 meses depois da eleição.

1º DE SETEMBRO DE 2012 (30 dias antes)

Art. 22 Último dia para a requisição, pela justiça eleitoral, de veículos e embarcações aos órgãos ou unidades do serviço público para o primeiro e eventual segundo turnos de votação, devendo ser atendidas nos prazos estipulados, sob pena das sanções legais impostas para o caso.

20 DE SETEMBRO DE 2012 (15 dias antes)

Art. 23 O dia 20 de setembro de 2012 é o último dia para a requisição, pela justiça eleitoral, de funcionários e instalações destinados

aos serviços de transporte e alimentação de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação, devendo ser atendidas nos prazos estipulados, sob pena das sanções legais impostas para o caso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 Fica determinado aos Secretários Municipais, aos dirigentes dos órgãos da Administração Indireta, bem como a todos os servidores que lhes são subordinados, a estrita obediência das normas legais e regulamentares dispostas para os agentes do Poder Público no período eleitoral, especialmente as regras constantes dos artigos 73 a 78 da Lei Federal nº 9702/95 de 30 de setembro de 1997.

Art. 25 Fica vedado aos servidores públicos municipais afastados de seus cargos para concorrer a mandato eletivo, realizar campanha, comparecer nas repartições públicas, bem como exercer influência sobre os colegas de trabalho no horário de expediente, a fim de recrutar votos.

Art. 26. A infração a qualquer dispositivo dos termos deste Decreto e da legislação eleitoral será de inteira e exclusiva responsabilidade do agente público que a cometer, sujeitando-se à responsabilidade administrativa, civil e penal pelos atos a que der causa.

Art. 27 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE ABRIL DE 2012.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de abril de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 03/2011FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2011FME

Republicado

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCESSÃO DE USO PARA FUNCIONAMENTO DE LANCHONETE NA PRAÇA ES-PORTIVA DO BAIRRO SÃO PAULO. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 18/05/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 18/05/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 04 de abril de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 31/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/12

CONVITE Nº 12/12

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/04/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para Aquisição de tubos de concreto para recuperação de rodovias municipais, colocação em bueiros, pontes e pontilhões e fontes de água, conforme quantitativos e condições, constante deste Processo Licitatório.

CONTRATADO:VISOLI PRÉ-MOLDADOS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.650,00 (Dezoito mil, seiscentos e cinquenta reais)

DATA: 05/04/12

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 33/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 33/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 33/2012, no dia 19 de Abril de 2012, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto Aquisição de plantas para serem colocadas nos trevos e praças do Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de Abril de 2012.

PREGOEIRO (A).

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 33/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 33/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 33/2012, no dia 19 de Abril de 2012, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE

PREÇOS que tem como objeto Aquisição de plantas para serem colocadas nos trevos e praças do Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de Abril de 2012.

PREGOEIRO (A).

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 33/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 33/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 33/2012, no dia 19 de Abril de 2012, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto Aquisição de plantas para serem colocadas nos trevos e praças do Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de Abril de 2012.

PREGOEIRO (A).

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 33/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 33/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 33/2012, no dia 19 de Abril de 2012, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto Aquisição de plantas para serem colocadas nos trevos e praças do Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de Abril de 2012.

PREGOEIRO (A).

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de termo de convênio Nº 006/2012

Extrato do Convênio nº 006/2012/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE PASSO DE TORRES

Valor R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

Vigência: Início 04/04.2012 Término: 31.12.2012

Dotação: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2010 - Manutenção de Outros Níveis de Ensino

3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Transferência R\$ 16.000,00.

Objeto: Apoio ao Transporte Escolar a Nível Universitário do Município de Passo de Torres.

Passo de Torres, 04 de abril de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.596, de 03 de Abril de 2012.

LEI Nº 1.596, DE 03 DE ABRIL DE 2012.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, III da Lei Orgânica do Município: Faz saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º Os subsídios dos agentes políticos, para o próximo mandato a iniciar-se em 1º de janeiro de 2013, pagos mensalmente e em parcela única, ficam fixados nos seguintes valores:

I - Prefeito Municipal: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais);

II - Vice-Prefeito Municipal: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

III - Secretários Municipais: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

III - Vereadores: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);

IV - Vereador Presidente da Câmara: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

§ 1º. Os subsídios serão revistos por lei específica, na mesma data e com o mesmo índice dos servidores públicos municipais, nos termos do inciso X do art. 37 da C.F.

§ 2º. Sobre os subsídios incidirão impostos e contribuições legalmente previstos.

Art. 2º. O Vereador fará jus ao subsídio total se comparecer às sessões e participar integralmente dos trabalhos da "Ordem do Dia".

Parágrafo único. O valor de cada sessão ordinária será obtido

dividindo-se o valor do subsídio pelo número das sessões que forem realizadas mensalmente.

Art 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art 4º. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto (SC), 03 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.587, de 03 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 3.587, DE 03 DE ABRIL DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.546/2011 de 05 de Outubro de 2011; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na contadoria da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), vinculado a destinação de recursos na Unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 - Transportes

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 2601 - Estradas Vicinais

Atividade: 4055 - Manutenção da Sec. de Transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0124.55

Total Suplementado R\$ 70.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão á conta do Convênio nº 03046 2012-5 Processo nº ER09 157 12-0 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o município de Pinheiro Preto, destinado a Aquisição de pedra brita para melhorar as condições das estradas no interior do município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE ABRIL DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.588, de 03 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 3.588, DE 03 DE ABRIL DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPRAVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da

Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 - Transportes

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 2601 - Estradas Vicinais

Atividade: 4055 - Manutenção da Sec. de Transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0300

Total Suplementado R\$ 50.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2011, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0100

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE ABRIL DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 098, de 28 de Março de 2012

PORTARIA Nº 098, DE 28 DE MARÇO DE 2012.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º Determina abertura de processo administrativo para fins de avaliar o seguinte bem imóvel:

I - Área I - 2.707,01m², localizada em Pinheiro Preto, Rua de Acesso ao Loteamento Tranquilo Benjamin Guzzi, a qual faz parte da área maior com 30.000,00m², registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 7.062,

II - Área II - 1.856,05m² m², localizada em Pinheiro Preto, Rua Reinaldo Antonio Bressan, a qual faz parte da área com 89.000,00 m², registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 6.567.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Rendas;

II - Valdemar Bogoni, Secretário de Transportes e Obras

III - Jean Marcelo Ziero, arquiteto AMARP.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 03 (três) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 28 de março 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 105, de 04 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 105, DE 04 DE ABRIL DE 2012

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 026/2012 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão comissão de licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 026/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 86.548.054/0001-01, referente à aquisição de um veículo novo para a secretaria municipal de saúde, pelo valor global de R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 04 DE ABRIL DE 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 106, de 04 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 106, DE 04 DE ABRIL DE 2012

HOMOLOGA A ADJUDICAÇÃO REFERENTE LICITAÇÃO Nº 025/2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira referente à licitação nº 025/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 025/2012, modalidade Pregão Presencial, e adjudica o objeto licitado as seguintes empresas:

I - Empresa M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.021.932/0001-34, pelos seguintes lotes e respectivos preços: lote 02 (R\$ 473,00), lote 03 (R\$ 123,40), lote 06 (R\$ 333,00), lote 07 (R\$ 151,80), lote 09 (R\$ 510,00), lote 10 (R\$ 84,50) e lote 13 (R\$ 1.063,00), totalizando R\$ 2.738,70 (dois mil e setecentos e trinta e oito reais e setenta centavos).

II - Empresa SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.989.294/0001-87 pelos seguintes lotes e respectivos preços: lote 01 (R\$ 540,03), lote 04 (R\$ 40,70), lote 05 (R\$ 396,87), lote 08 (R\$ 70,00), lote 11 (R\$ 389,36) e lote 12 (R\$ 428,00), totalizando R\$ 1.864,96 (mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 04 DE ABRIL DE 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 244/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 244, de 04 de abril de 2012.

“ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º, 5º DO ARTIGO 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2001, QUE TRATA SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.”.
O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Altera os parágrafos 2º e 5º do art. 7º da Lei Complementar nº 075, de 20 de novembro de 2.001,com suas alterações posteriores os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º ()

§ 2º. Define o piso salarial dos profissionais do magistério público municipal da educação básica com jornada de 40 hs (quarenta horas) semanais em R\$ 1.451,00, (hum mil quatrocentos e cinquenta e um reais) a partir de 1º de janeiro de 2.012, em cumprimento ao contido na Lei Federal nº 11.738/2008.

§ 5º. Objetivando cumprir a aplicação de coeficientes variáveis existentes entre os níveis remuneratórios da carreira do magistério público municipal, estabelecidos no § 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 075, de 20 de novembro de 2.001, com suas alterações posteriores e a concessão de 6,18% (seis virgula dezoito por cento) concedido aos servidores públicos municipais, a título de revisão geral anual através da Lei nº 5.248, de 20 de dezembro de 2.011, o vencimento dos profissionais do magistério público municipal, passa a vigorar da seguinte forma:

CARGO	NÍVEL	Venc. 10h sem.	Venc. 20h sem.	Venc. 30h sem.	Venc. 40h sem.
Professor	Nível 1 Magistério	*	725,50	*	1.451,00
	Nível 2 Graduação	544,14	1.088,28	1.632,42	2.176,56
	Nível 3 Pós-Graduação	598,54	1.197,08	1.795,62	2.394,16
	Nível 4 Mestrado	725,51	1.451,00	2.176,53	2.902,00
Pedagogo	Nível 2 Curso Super.	*	*	*	2.176,56
	Nível 3 Pós-Graduação	*	*	*	2.394,16
	Nível 4 Mestrado	*	*	*	2.902,00

Art. 2º Tendo sido definido pelo Governo Federal no mês de Fevereiro de 2012 o novo piso salarial para os profissionais do magistério público da Educação Básica, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2.012, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar a complementação na remuneração recebida pela categoria nos meses de fevereiro e março de 2012.

Parágrafo único. Para definição da diferença será utilizado os valores expressos na tabela prevista no Art. 1º desta Lei Complementar, devendo a complementação ser efetivada em parcela única na competência de Abril

de 2.012, sendo consignado na respectiva folha de pagamento "como diferença nominalmente identificável".

Art. 3º As disposições da presente Lei Complementar são extensivas a todos os proventos de aposentadoria e pensões da carreira do magistério do Poder Executivo Municipal, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem direito a paridade.

Art.4º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações consignadas no orçamento municipal em vigência.

Art.5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2.012.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

04 de Abril de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Pauta de Sorteio Nº 003/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Pauta de Sorteio Nº 003/2012

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 05 de abril de 2012, às 09hs00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 120731/2010

Nome do Recorrente: José Braz Hillesheim

Nº do Recurso: 024/2011

Número do Protocolo: Protocolo Nº 131036/2011

Nome do Recorrente: ANS Administradora de Bens Ltda

Nº do Recurso: 003/2012

Número do Protocolo: Protocolo Nº 131037/2011

Nome do Recorrente: ANS Administradora de Bens Ltda

Nº do Recurso: 004/2012

Rio do Sul, 02 de abril de 2012.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do CMC

Pauta de Sorteio Nº 004/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Pauta de Sorteio Nº 004/2012

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 05 de abril de 2012, às 09hs00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 132619/2011

Nome do Recorrente: Banco Santander S.A.

Nº do Recurso: 005/2012

Rio do Sul, 04 de abril de 2012.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do CMC

São Bento do Sul

PREFEITURA

Anexo Único do Decreto Nº 1047/2012

ANEXO ÚNICO			
CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL			
Demonstrativo de atendimento das obrigações previstas na Portaria STN n.º 828, de 14 de dezembro de 2011.			
Item	Descrição da obrigação	Início	Conclusão
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa incluindo os respectivos ajustes para perdas.		
1.1	Estabelecimento de nova sistemática para identificar o momento do lançamento do crédito (fato gerador);	abr/12	dez/12
1.2	Aquisição/Adequação/Desenvolvimento de sistema para registro de crédito tributário por competência para os tributos de competência do município de São Bento do Sul;	abr/12	dez/12
1.3	A partir do histórico de recebimento do ente (3 anos), verificar a probabilidade de não recebimento do crédito e efetuar o registro da respectiva provisão na contabilidade;	abr/12	dez/12
1.4	Adequação do sistema à metodologia de inscrição em dívida ativa;	abr/12	dez/12
1.5	Estabelecimento de metodologia para ajuste de perdas para os créditos registrados por competência, bem como da dívida ativa;	abr/12	dez/12
1.6	Adequação do sistema à metodologia de ajustes de perda, inclusive de inscrição em dívida.	abr/12	dez/12
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.		
2.1	Elaboração dos procedimentos para reconhecimento e mensuração dos direitos e das obrigações por competência;	abr/12	dez/12
2.2	Verificar se é provável a saída de recursos para que a obrigação potencial seja liquidada;	abr/12	dez/12
2.3	Desenvolvimento/ adequação de sistema para registro de direitos e obrigações por competência.	abr/12	dez/12
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.		
3.1	Elaboração de procedimentos para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado , além de rotinas para depreciação, amortização e exaustão sistematizadas dos mesmos;	abr/12	dez/12

3.2	Levantamento físico dos bens, identificado sua localização e vida útil;	abr/12	dez/12
3.3	Realização de conferência do inventário físico com os bens registrados na contabilidade;	abr/12	dez/12
3.4	Adequação/desenvolvimento de sistemas para registro de imobilizados móveis e imóveis;	abr/12	dez/12
3.5	Adequação/desenvolvimento de sistemas para registro do intangível.	jan/14	dez/14
4	Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.		
4.1	Aquisição / desenvolvimento de sistema de controle patrimonial;	out/12	dez/12
4.2	Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos;	out/12	dez/12
4.3	Desenvolvimento de rotinas de reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos;	out/12	dez/12
4.4	Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação, amortização e exaustão do imobilizado.	out/12	dez/12
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura.		
5.1	Aquisição/desenvolvimento de sistema de controle de patrimônio de infraestrutura;	jan/14	dez/14
5.2	Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura;	jan/14	dez/14
5.3	Levantamento físico e avaliação dos bens do ativo de infraestrutura;	jan/14	dez/14
5.4	Definição da tabela de taxas de depreciação dos ativos de infraestrutura;	jan/14	dez/14
5.5	Adequação do sistema de informação contábeis aos procedimentos anteriormente definidos para ajustes no patrimônio de infraestrutura.	jan/14	dez/14
6	Implementação do sistema de custos.		
6.1	Identificação de programas, serviços, atividades e ações que terão os custos levantados;	jan/14	dez/14
6.2	Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômica para estabelecimento de custos;	jan/14	dez/14
6.3	Registro contábil dos procedimentos patrimoniais por competência;	jan/14	dez/14
6.4	Registro/alimentação das informações de custos.	jan/14	dez/14
7	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.		
7.1	Adaptação do plano de contas do ente municipal à estrutura do PCASP;	jan/13	dez/13
7.2	Codificação dos eventos contábeis (tabela de eventos) atendendo a nova codificação e nomenclatura do novo plano de contas do ente;	jan/13	dez/13
7.3	Criação de rotinas de integridade de abertura e de encerramento de exercício;	jan/13	dez/13
7.4	Adequação do Sistema de Informações Contábeis às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	jan/13	dez/13
8	Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.		
8.1	Registros de participações em outras entidades por meio de custo ou equivalência patrimonial;	jun/14	nov/14

8.2	Implementação de controle de estoque/almoxarifado independente de execução orçamentária e com entrada por		
	recebimento e baixa por consumo.	abr/12	dez/12

Decreto Nº 1046/2012

DECRETO Nº 1046, DE 29 DE MARÇO DE 2012

ANULA DECRETO Nº 5670/2008

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Tornar nulo, a partir de 01 de abril de 2012, o Decreto nº 5670/2008, referente à aposentadoria de EDIMAR GERALDO SALOMON, em virtude das restrições apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, processo SPE nº 03/06064030, mantendo hígido o Decreto nº 5442/2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1048/2012

DECRETO Nº 1048, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

cria COMISSÃO PERMANENTE DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO.

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 2985, de 27 de março de 2012

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Permanente de Progressão Funcional, órgão colegiado incumbido de analisar a progressão funcional dos servidores públicos municipais do magistério.

Art. 2º. A Comissão de que trata este decreto será formada pelos seguintes agentes públicos:

I - Fabia Alessandra Mengarda Belarmino, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, que a presidirá;

II - por 03 (três) servidores efetivos e estáveis da Secretaria Municipal de Educação:

a) Bárbara Anita Fuckner;

b) Cristiani Stoeberl Machado; e

c) Marilaine Mueller Xavier

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1049/12

DECRETO Nº 1049, DE 03 DE ABRIL DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

290 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 8.000,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do Ensino - SALÁRIO EDUCAÇÃO
57 4.4.90.52.00.00.00.00.0158 - Equip. Mat. Permanente R\$ 80.000,00

Órgão:11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Manutenção da Sec. de Desenvolvimento Econômico

143 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv Terc. PJ R\$ 40.000,00

Órgão:12 - ENCARGOS GERAIS

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município

412 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 94.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

288 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do Ensino - SALÁRIO EDUCAÇÃO
53 3.3.90.30.00.00.00.00.0158 - Material de Consumo R\$ 80.000,00

Órgão:11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Manutenção da Sec. de Desenvolvimento Econômico

135 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 40.000,00

Órgão:12 - ENCARGOS GERAIS

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município

410 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 94.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 11811/12

PORTARIA Nº 11811, DE 30 DE MARÇO DE 2012

CORRIGE PORTARIA Nº 10279/2012

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir a Portaria nº 10279, de 22 de fevereiro de 2012, que nomeou servidor público municipal IVAN CLASEN SCHLINDWEIN no cargo de Advogado, no tocante ao órgão de lotação passando de "na Secretaria Municipal de Assistência Social" para "na Procuradoria."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de fevereiro de 2012.

São Bento do Sul, 30 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 11864/12

PORTARIA Nº 11864, DE 04 DE ABRIL DE 2012

EXONERA SECRETÁRIO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 04 de abril de 2012, MARCO RODRIGO REDLICH, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 11865/12

PORTARIA Nº 11865, DE 04 DE ABRIL DE 2012

EXONERA SECRETÁRIA

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, SALETE BAYERL SPITZNER, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 11866/12

PORTARIA Nº 11866, DE 04 DE ABRIL DE 2012

EXONERA ASSESSOR JURÍDICO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, HERÁCLIO STEINBACH, ocupante do cargo de Assessor Jurídico da Empresa Municipal de Habitação - EMHAB.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 11867/12

PORTARIA Nº 11867, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA DIRETOR PRESIDENTE

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, GERALDO WEIHERMANN, ocupante do cargo de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11868/12

PORTARIA Nº 11868, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA SECRETÁRIO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, EDIMAR GERALDO SALOMON, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11869/12

PORTARIA Nº 11869, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA DIRETOR PRESIDENTE

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, JOSÉ HENELITO WEISS, ocupante do cargo de Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação - EMHAB.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11870/12

PORTARIA Nº 11870, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA PROCURADOR

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY, ocupante do cargo de Procurador Jurídico.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11871/12

PORTARIA Nº 11871, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA DIRETOR

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, WILSON JOÃO BENTO, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11872/12

PORTARIA Nº 11872, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA SECRETÁRIA

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, LINDACIR EMIDIA CONDE, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11873/12

PORTARIA Nº 11873, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA ASSESSOR

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, LUIZ CARLOS PEDROZO, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11875/12

PORTARIA Nº 11875, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA SECRETÁRIO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, MARCIO DREVECK, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11876/12

PORTARIA Nº 11876, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA COORDENADOR DE SETOR

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, ZILA ADA TERRES, ocupante do cargo de Coordenador de Setor Administrativo, na Empresa Municipal de Habitação - EMHAB.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portarias

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 4877, de 02 de abril de 2012. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Ariadne Luciane Hack. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 4878, de 02 de abril de 2012. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Franciane Aparecida de Campos Becker. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 4879, de 02 de abril de 2012. Concede Licença Prêmio. Marcia Regina Innocente. Professor.

Portaria/SEMED nº 4880, de 02 de abril de 2012. Concede Licença Prêmio. Marcio Dominicali Rigoti. Professor.

Portaria/SEMED nº 4881, de 02 de abril de 2012. Concede Licença Prêmio. Edriangela Martins Wiggers Galkowsky. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 4882, de 02 de abril de 2012. Concede Licença Prêmio. Gicélia Weiss. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 4883, de 04 de abril de 2012. Revoga Portaria/SEMED nº 1646, de 12 de março de 2007, que concede Readaptação Funcional a servidora Daniele Nogueira Gonçalves.

Portaria/SEMED nº 4884, de 04 de abril de 2012. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Anadir Klein. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 4885, de 04 de abril de 2012. Concede Gozo de Férias. Diucléia Giese. Professor.

SALETE BAYERL SPITZNER
Secretária Municipal de Educação

Portario Nº 11874/12

PORTARIA Nº 11874, DE 04 DE ABRIL DE 2012
EXONERA CHEFE DE DIVISÃO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 05 de abril de 2012, JORGE KOLLROSS, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Praças, Parques e Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Retificação do Pregão Presencial Nº98/2012 - SEMOB

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº98/2012
MENOR PREÇO GLOBAL

A PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 15:15 horas do dia 18 de abril de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) PARA CONSERTOS E RECAPE ASFÁLTICO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas. Ou ainda pelo site pelo endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2012.
MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

ROSIELE FENDRICH
Pregoeira Municipal

Extrato do Contrato Nº 025/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Arrendamento de Cascalheira que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de aproximadamente 11.000 m3 de pedra bruta para posterior britagem e manutenção de diversas vias urbanas e rurais do município, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 19/2012.

DO VALOR: R\$ 52.800,00 - valor total aproximado.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2012.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Arrendatário.

OMAR ANTONIO HENNING, pelo Arrendante.

Extrato do Contrato Nº 026/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul - Jaraguá do Sul - Piên e Fragosos para transporte dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação e da Rede Municipal de Ensino, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 25/2012.

DO VALOR: R\$ 8.379,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2012.

São Bento do Sul, 05 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

DIRCELHIA NEITZKE, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 027/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa THYSENKRUPP ELEVADORES S/A.

DO OBJETO: Prestação de serviços para conservação e assistência técnica do elevador do prédio da Secretaria de Educação, conforme Compra Direta nº 11/2012.

DO VALOR: R\$ 5.053,20 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2012.

São Bento do Sul, 05 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

REGINALDO FRANCISCO HORSTMANN, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 028/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul - Mafra, São Bento do Sul - Rio Negrinho e São Bento do Sul - Campo Alegre, conforme especificado abaixo, para os funcionários da Rede Municipal de Ensino, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 26/2012.

DO VALOR: R\$ 104.437,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2012.

São Bento do Sul, 06 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

SELVINO CARAMORI FILHO, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 029/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Blocos de Passagem que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: Fornecimento de 5.600 (cinco mil e seiscentos) blocos com 20 (vinte) passagens (vale transporte) para funcionários da Rede Municipal de Ensino, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 27/2012.

DO VALOR: R\$ 296.800,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2012.

São Bento do Sul, 06 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

MAURO SCHRÖDER, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 030/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação Parcial de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

DO OBJETO: Locação de parte do imóvel (Prédio - 4 Andares), localizado à Rua Travessa José Zipperer, nº 100, Edifício Kátia Priscila, sendo a área total de 810,22 m2 divididos em: 1º andar 220,80m2, 2º andar 129,22m2, 3º andar 220,80m2 e 4º andar 223,90 m2 e elevador 15,50 m2, para abrigar a Secretaria de Educação, conforme Dispensa de Licitação nº 28/2012.

DO VALOR: R\$ 122.435,76 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2012.

São Bento do Sul, 06 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

IVO INGO BRAND, pela Locadora.

Extrato do Contrato Nº 031/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2012

DA ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento de Combustível que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa RODOPOSTO CRUZEIRO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento parcelado de 100 litros de gasolina aditivada para uso na motobomba de ferramenta hidráulica Weber Hydraulik GMBH (desencarador hidráulico), da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, conforme Compra Direta nº 56/2012.

DO VALOR: R\$ 2,84 - valor por litro;

R\$ 284,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses e 10 (dez) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

JEISIMARA PETRIS, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 032/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Espaço Físico que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS DE SÃO BENTO DO SUL - PROMOSUL.

DO OBJETO: Locação de espaço físico do pavilhão de eventos da PROMOSUL para realização de eventos diversos, durante o ano de 2012, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 36/2012.

DO VALOR: R\$ 240.000,01 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2012.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

FRANK BOLLMANN, pela Locadora.

Extrato do Contrato Nº 033/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2012

DA ESPÉCIE: Contrato de Locação de Equipamentos com Prestação de Serviços para Fornecimento de Fotocópias que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WB INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: Locação de impressora/copiadora, para uso nas atividades administrativas da 2ª Companhia de Bombeiro Militar, conforme Compra Direta nº 64/2012.

DO VALOR: R\$ 0,059 - valor por cópia;

R\$ 2.124,00 - valor total aproximado.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar do dia 01 de janeiro de 2012.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

CHARLES BECKERT, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 035/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa VERONEZI & CIA LTDA EPP (NOVA AUTO ELÉTRICA).

DO OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra na parte elétrica nas seguintes Viaturas Operacionais e Administrativas da 2ª

Companhia de Bombeiros Militar sendo: VTR ABTR - Ford Cargo 3132 (novo), VTR ABRT - 36 - placas MHJ 4934; VTR AT - 18 - placas MAW 2309; VTR ASU - 24 - placas MFJ 6932; VTR ASU - 226 - placas MIA 2453; VTR ASU - 233 - placas MGY 5358; VTR ATM - 37 - placas MCX 3586; VTR ATM - 103 - placas MIG 0601; VTR ATM - 106 - placas 5412; VTR ATP - 217 - placas MHE 2293; e VTR ATP - 291 - placas MIP 9704, conforme Compra Direta nº 73/2012.
DO VALOR: R\$ 3.000,00 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 03.01.2012.
São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2012.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
EDWIN JEAN VERONEZI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato N° 037/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 037/2012

DA ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento de Ferramentas que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AGROPECUÁRIA SÃO PAULO LTDA ME.
DO OBJETO: Aquisição de ferramentas para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme descrição anexa, constante de 24 itens, conforme Convite nº 16/2012.
DO VALOR: R\$ 20.641,40 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses e 14 (quatorze) dias, a contar desta data.
São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
PAULO MARCELO HUEBL, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato N° 038/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2012

DA ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento de Ferramentas que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MARIO MATTEI.
DO OBJETO: Aquisição de ferramentas para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme descrição anexa, constante de 05 itens, conforme Convite nº 16/2012.
DO VALOR: R\$ 2.413,00 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses e 14 (quatorze) dias, a contar desta data.
São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
MÁRIO MATTEI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato N° 039/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 039/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP.
DO OBJETO: Prestação de serviços técnicos de informática com fornecimento de peças, conforme Convite nº 20/2012.
DO VALOR: R\$ 4.200,00 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses e 14 (quatorze) dias, a contar desta data.
São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
IRIS IDALÊNCIO VAZ DE OLIVEIRA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato N° 040/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 040/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre si

celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WB INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: Prestação de serviços técnicos de informática, conforme Convite nº 20/2012.

DO VALOR: R\$ 7.200,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses e 14 (quatorze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

CHARLES BECKERT, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato N° 041/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 041/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SUSI NAZARÉ MARIANI WALTRICK SOMMARIVA ME.

DO OBJETO: Contratação de serviços de aproximadamente 1.400 metros lineares de perfuração e detonação de rochas, conforme Convite nº 17/2012.

DO VALOR: R\$ 78.400,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses e 14 (quatorze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato N° 042/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 042/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

DO OBJETO: Contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros de veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme Convite nº 31/2012.

DO VALOR: R\$ 1.252,57 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 13 (treze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

FRANCISCO EDINALDO MOREIRA DE SOUZA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato N° 043/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 043/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - HOSPITAL SALVATORIANO SÃO LUIZ.

DO OBJETO: Hospedagem para a idosa Sra. Alda Maria Bianchini Xavier, referenciada no Programa Garantindo a Política do Idoso (idoso com doença de Alzheimer em situação de vulnerabilidade social) e que necessita de cuidados básicos, mediante o pagamento de mensalidade pelo CONTRATANTE, conforme Compra Direta nº 116/2012 e Requisição nº 126194.

DO VALOR: R\$ 7.464,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2012.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

ALAOR HANSEN, pelo Instituto.

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 019, de 05 de Abril de 2012.**

PORTARIA Nº 019, DE 05 DE ABRIL DE 2012.

"Exonera a Senhorita Viviane Büttelbrun."

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a Senhorita Viviane Büttelbrun do cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Sérgio Rogério Pacheco, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09 de abril de 2012, revogando-se especialmente a Portaria nº 032, de 19 de maio de 2009.

São Bento do Sul, 05 de abril de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente

Portaria Nº 020, de 09 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº 020, DE 09 DE ABRIL DE 2012.

"Nomeia Assessor Parlamentar."

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Senhor Marcio Fabiano Stiz ao cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Marcio Dreveck, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de abril de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 132/2012**

PORTARIA IPRESBS Nº 132/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 11/04/2012 a 03/05/2012, à servidora CONCEIÇÃO SOARES DE FREITAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 4), lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de

afastamento, referente ao período 27/03/2012 a 10/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 133/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 133/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/04/2012 a 02/05/2012, à servidora CELIA NIEPICUY RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/04/2012 a 17/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/04/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 134/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 134/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/04/2012 a 17/05/2012, à servidora VILMARA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/04/2012 a 16/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/04/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 135/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 135/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/04/2012 a 01/05/2012, à servidora LUCIA SOARES BUENO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/04/2012 a 16/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/04/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 136/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 136/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/04/2012 a 28/04/2012, à servidora MÔNICA HIRTHE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/03/2012 a 13/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/04/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 137/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 137/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 15/05/2012, concedido à servidora APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA, ocupante do cargo de

provimento efetivo de Professor de Educação Especial (área de atuação 1), lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 464/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 138/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 138/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/03/2012 a 29/04/2012, concedido à servidora ELVIRA DALABONA RANK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, através da Portaria IPRESBS nº. 157/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/03/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 139/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 139/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 29/04/2012, concedido à servidora DIOCELI APARECIDA KORNATZKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 113/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 140/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 140/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 22/04/2012, concedido à servidora CLEONICE FRANCISCA SIEBRE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 443/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 04/04/2012
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

SAMAE

Pregão 18/2012
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 18/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 19/04/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço Global, para: AQUISIÇÃO DE PEDRA GRADUADA. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderão ser obtidos na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet (www.samaesbs.sc.gov.br).

CLAUDETE STAWNY
Pregoeira

Pregão 19/2012
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 19/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 20/04/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço Global, para: SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderão ser obtidos na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet (www.samaesbs.sc.gov.br).

CLAUDETE STAWNY
Pregoeira

Extratos Contratos 13 A 24/2012

São Bento do Sul, 07 de março de 2012
São Bento do Sul, 09 de março de 2012
São Bento do Sul, 16 de março de 2012
São Bento do Sul, 16 de março de 2012

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Contrato Nº.: 13/2012 - 2º T.A.

Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Valor : 164,29 (cento e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) total

Vigência : Início: 07/03/2012 Término: 15/07/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2011

Recursos : Dotação: 2.066.3.3.90.39.00.00.00.00 (63)

Objeto : SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS, CONTRA TERCEIROS, PARA O SEGUINTE VEÍCULO: FIAT/UNO ECONOMY, RENAVAM 454.601.158, PLACAS MKE 5051, 0KM
RCF DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00; RCF DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00

RCF DANOS MORAIS R\$ 15.000,00; APP MORTE R\$ 5.000,00 POR PASSAGEIRO

APP INVALIDEZ R\$ 5.000,00 POR PASSAGEIRO.

Contrato Nº.: 14/2012 - 2º T.A.

Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada : CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - CIN
Valor : 13,80 (treze reais e oitenta centavos) por estagiário

Vigência : Início: 09/03/2012 Término: 09/03/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2010

Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)

Objeto : CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS, VISANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TREINO PRÁTICO, SITUAÇÕES DE VIDA E TRABALHO AOS ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL PARA 04 ESTAGIÁRIOS, PODENDO SER DE ENSINO SUPERIOR, ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO.

Contrato Nº.: 15/2012 - 2º T.A.

Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada : HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO

Valor : 1,03 (um real e três centavos) por fatura

Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010

Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)

Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.

Contrato Nº.: 16/2012 - 2º T.A.

Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Valor : 1,03 (um real e três centavos) cada

Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010

Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)

Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.

Contrato Nº.: 17/2012 - 2º T.A.

Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada : BANCO BRACCE S.A.

Valor : 1,03 (um real e três centavos) cada

Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010

Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)

Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012

Contrato Nº.: 18/2012 - 2º T.A.
 Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
 Contratada : IT AU UNIBANCO S.A
 Valor : 1,03 (um real e três centavos) cada
 Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010
 Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)
 Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.
 São Bento do Sul, 16 de março de 2012

Contrato Nº.: 19/2012 - 2º T.A.
 Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
 Contratada : BANRISUL-BCO.DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A.
 Valor : 1,03 (um real e três centavos) cada
 Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010
 Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)
 Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.
 São Bento do Sul, 16 de março de 2012

Contrato Nº.: 20/2012 - 2º T.A.
 Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
 Contratada : BANCO BRADESCO S/A.
 Valor : 1,03 (um real e três centavos) cada
 Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010
 Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)
 Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.
 São Bento do Sul, 16 de março de 2012

Contrato Nº.: 21/2012 - 2º T.A.
 Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
 Contratada : BANCO DO BRASIL S/A.
 Valor : 1,03 (um real e três centavos) cada
 Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010
 Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)
 Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.

Contrato Nº.: 22/2012 - 2º T.A.
 Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
 Contratada : CECRED - COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO URB DE SC
 Valor : 1,03 (um real e três centavos) cada
 Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010
 Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)
 Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL - SC.

Contrato Nº.: 23/2012 - 2º T.A.
 Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
 Contratada : BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.
 Valor : 1,03 (um real e três centavos)
 Vigência : Início: 16/03/2012 Término: 16/03/2013
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2010
 Recursos : Dotação: 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (11)
 Objeto : CREDENCIAMENTO PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO

SUL - SC.

Contrato Nº.: 24/2012 - 4º T.A
 Contratante.: SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
 Contratada : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
 Valor : 171.065,52 (cento e setenta e um mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 19/03/2012 Término: 19/03/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2010
 Recursos : Dotação: 2.064.3.3.90.37.00.00.00.00 (24), 2.065.3.3.90.37.00.00.00.00 (51)
 Objeto : A FORNECER SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA:
 - 06 AUXILIAR DE OPERAÇÕES/SERVIÇOS GERAIS - SERVIÇO MENSAL, QUE SE REALIZARÁ DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA DAS 08:00 ÀS 12:00H E DAS 13:00 ÀS 17:00H; - SENDO 02 HOMENS PARA SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E 04 HOMENS PARA SETOR DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012
 São Bento do Sul, 16 de março de 2012
 São Bento do Sul, 16 de março de 2012
 São Bento do Sul, 19 de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN - DIRETOR PRESIDENTE

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitação FMS Processo 07/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO GESTOR SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação, Fundo Municipal de Saúde no dia 19/04/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2012 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSULTÓRIOS DA ESFs ODONTOLOGIA, CAPS E SAMU. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Aviso de Retificação no Horário de Abertura do Processo 06/2012 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO GESTOR SR. PREFEITO, RETIFICA O HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2012, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS; PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 04/04/2012 EDIÇÃO Nº 964, PAG Nº 296, no que se refere ao HORÁRIO DE ABERTURA leia-se 18/04/2012 às 14:00 horas. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012-12.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012-12.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: NERCI TEREZINHA DO PRADO CPF/MF nº 547.609.339-72.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Nerci Terezinha Do Prado - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: ASSOCIAÇÃO CAPELA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, CNPJ nº 08.528.024/0001-2.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Associação Capela Nossa Senhora Do Perpetuo Socorro - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: DELSON SCAPINI, CPF/MF nº 347.053.099-87.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA

deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Delson Scapini - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: EVALDO BEZ BATTI CPF/MF nº 385.191.609-30.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Evaldo Bez Batti - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: FATIMA DANIELI SCARIOTI, CPF/MF nº 400.476.529-34.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Fatima Danieli Scarioti - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: IRACI TEREZINHA MENEGAZZO, CPF/MF nº 603.495.499-15.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras

irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Iraci Terezinha Menegazzo - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: IVONEI CARLINHO BEZ BATTI, CPF/MF nº 814.014.009-06.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Ivonei Carlinho Bez Batti - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: LUIZ PEDRO PERES, CPF/MF nº 503.292.439-34.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Luiz Pedro Peres - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: MITRA DIOCESANA CNPJ nº 83.314.930/0001-43

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Mitra Diocesana - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: NELSI VERLANG CPF/MF nº 007.681.399-10.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Nelsi Verlang - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: SERGIO VANIN DE ALMEIDA CPF/MF nº 840.024.419-20.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Sergio Vanin De Almeida - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: VALDECIR MANTELLI CPF/MF nº 838.559.129-04.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Valdecir Mantelli - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: VALDIR ARIATI, CPF/MF nº 532.737.299-53.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Valdir Ariati - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: ADILSON BESBATTI, CPF/MF nº 593.834.619-34.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Adilson Besbatti - pelo contratante, Joelson Miglioretto

Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: CLAIRTO RICARDI, CPF/MF nº 302.699.542-87.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Clairto Ricardi - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: JAMILLY ALVES CANOFRE, CPF/MF nº 074.500.559-45.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Jamilly Alves Canofre - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: VALDEMAR ARIATI, CPF/MF nº 249.721.854-53.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Valdemar Ariati - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Contrato de Parceria para Pavimentação com Pedras Irregulares de 27/03/2012.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE 27/03/2012.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: VILMO BERNARDI, CPF/MF nº 249.690.449-53.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Anuente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: parceria para realização de pavimentação com pedras irregulares de via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante a anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal 1.958, de 16 de setembro de 2011, e das cláusulas a seguir dispostas.

Data de Assinatura: 27/03/2012.

Vigência: A conclusão dos serviços por parte da CONTRATADA deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Vilmo Bernardi - pelo contratante, Joelson Miglioretto Jeremias - pela contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município anuente.

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Convênio Nº 012, de 11 de Junho de 2010.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 012, DE 11 DE JUNHO DE 2010.

Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.869, de 28 de abril de 2010 e Lei 1.875, de 09 de junho de 2010.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08

Conveniada: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE, mantenedora da UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, doravante denominada UNOCHAPECÓ, CNPJ nº 82.804.642/0001-08.

Objeto: Repasse de recursos financeiros a UNOCHAPECÓ para beneficiar, com auxílio financeiro, para o ano de 2012, 48 (quarenta e oito) alunos economicamente carentes, matriculados no CURSO DE GRADUAÇÃO DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO DE LEITE, ofertado pela UNOCHAPECÓ, no Campus da cidade de São Lourenço do Oeste.

Valor: R\$ 239.427,12 (duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e doze centavos), referente ao ano de 2012.

Data da assinatura: 28 de março de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Odilon Luiz Poli - Reitor da UNOCHAPECÓ - pela Conveniada.

Schroeder

PREFEITURA

Portaria No 4.500/2012, de 4 de abril de 2012

PORTARIA No 4.500/2012, de 4 de abril de 2012

REESTRUTURA A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica reestruturada a Comissão de Concurso Público da Estratégia Saúde da Família, que passará a ser integrada pelos seguintes membros: Kesley de Moraes Silva - Procurador Municipal, Giselle Tomaselli Obenaus - Assistente Social, Melani Zelfeld - Supervisora Escolar, Maria Aparecida Schmidt Miodutzki - Assessora da Saúde, Silvânia Ferreira - Assistente Social, Eloir José Wendt - Assessor de Obras e Ivandra de Souza - Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, para sob a Presidência do primeiro, coordenação do segundo e sendo secretariada pelo terceiro, preparar, executar e julgar o concurso destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Estratégia de Saúde da Família de Schroeder.

Art. 2º A Comissão de Concurso Público ora constituída baixará instruções especiais sobre o Concurso, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão de Concurso, poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura Municipal para elaboração e execução do Concurso Público, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 4 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.501/2012, de 05 de abril de 2012.

PORTARIA Nº. 4.501/2012, de 05 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Giseli Eccel Ronchi, a partir de 06 de abril

de 2012, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

NADIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.502/2012, de 05 de abril de 2012.

PORTARIA Nº. 4.502/2012, de 05 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Vilma da Aparecida Bueno, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Pregão Presencial No 04/2012 - FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 04/2012 - FAS

PROCESSO Nº. 08/2012-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição material para as Oficinas Socioeducativas do CRAS, incluindo o Projeto Economia Solidária. Projetos do Setor de Assistência Social vinculado com a Secretaria de Saúde e

Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de abril de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 25 de abril de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Dispensa Nº 6/2012-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 6/2012 - DL****Processo Nr.: 39/2012****Data: 05/04/2012**

Folha: 1/2

Fornecedor: INGÁ GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA

Código: 12204

Endereço: RUA INGLES DE SOUZA, Nº 245

Cidade: CURITIBA - PR

CNPJ: 07.019.645/0001-15

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Projetos de Arquitetura Básico e Executivo, Estrutura de Concreto e Fundações, Instalações Hidrosanitárias e Drenagem, Elétrico, Telefônicoe SPDA PPCI, Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro, Maquete Eletrônica e Memorial Descritivo .

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Projetos de Arquitetura Básico e Executivo, Estrutura de Concreto e Fundações, Instalações Hidrosanitárias e Drenagem, Elétrico, Telefônicoe SPDA PPCI, Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro, Maquete Eletrônica e Memorial Descritivo para: 1) Ampliação na Escola Santos Tomaselli, contendo 4 salas de aula, em dois pavimentos; 2) Ampliação na Escola Rui Barbosa contendo 01 sala de aula e área para o pátio; 3) Ampliação da Creche Cristiane Inês Zerbin contendo 3 salas de aula, sala de professores, vestiários e apoio.	UN	14.931,00	14.931,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para os serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemen

TEXTO

Devido ao acúmulo de trabalho no Depto de Engenharia da Prefeitura que conta apenas com dois Engenheiros, o Prefeito não possui nenhuma opção para dar prosseguimento a novos projetos de construção, que primam por necessidade e urgência, senão através da contratação deste serviço por Dispensa, por ser muito mais rápido e eficaz e eficiente.

SCHROEDER, 5 de Abril de 2012

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 6/2012 - DL****Processo Nr.: 39/2012****Data: 05/04/2012**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 2 de Abril de 2012

Valor da Despesa: 14.931,00 (quatorze mil novecentos e trinta e um reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 01/2012-FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2012-FIA

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 01/2012-FIA, Processo de licitação nº. 01/2012-FIA, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço por item, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de prestação de serviço de profissional Psicopedagogo para atender crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem no processo de ensino regular no Projeto LUGAR HISTÓRIA E A LINGUAGEM ENVOLVIDA NO DESEJO DE APRENDER da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Vencedor: SOLANGE EMILIA RUFGA, inscrita no CPF sob o nº 849.555.899-87.

Valor da proposta vencedora: Sendo 480 horas no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) a hora totalizando o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Schroeder, 05 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 03/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2012-PMS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 03/2012-PMS, Processo de licitação nº. 09/2012-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de estrutura em alvenaria para estação elevatória, situada a Rua Rio de Janeiro, Schroeder I, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório. Empresa vencedora: KLAUS DUWE - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.822.815/0001-03.

Valor da proposta vencedora: R\$ 12.643,04 (doze mil, seiscentos e quarenta e três reais e quatro centavos).

Schroeder, 04 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 02/2012-FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Extrato de Contrato nº. 02/2012-FIA

Processo de licitação nº. 1/2012 - FIA - Modalidade Tomada de Preço nº. 01/2012 - FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SOLANGE EMILIA RUFGA, inscrita no CPF sob o nº 849.555.899-87, e portadora da carteira de identidade nº. 3.652.285-2-SSP-PR, residente e domiciliada na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº. 1465, Apartamento 104, bloco 01, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-100.

Objeto: contratação de prestação de serviço de profissional Psicopedagogo para atender crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem no processo de ensino regular no Projeto LUGAR HISTÓRIA E A LINGUAGEM ENVOLVIDA NO DESEJO DE APRENDER da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Valor do contrato: Sendo 480 horas no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) a hora totalizando o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 05/04/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 44/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 44/2012-PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2012 - PMS - Processo de licitação nº. 26/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BERMO VALVULAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 82.662.263/0001-20, estabelecida na Rua Maringá, nº 40, Salto do Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.065-700.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato aquisição de materiais galvanizados para montagem de conexões para os boosters, localizado na Rua 03 de Outubro, Bairro Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	CURVA 90 GRAUS MACHO/FÊMEA DE FERRO GALVANIZADO 3"	2	peça	85,88	171,76
04	REGISTRO ESFERA 3" METÁLICO	4	peça	150,52	602,08

05	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO 3"	12	peça	23,14	277,68
06	TÊE DE FERRO GALVANIZADO 3" PARA 1/2"	4	peça	43,33	173,32
07	UNIÃO DE FERRO GALVANIZADO 3"	4	peça	110,56	442,24
08	LUVA DE FERRO GALVANIZADO DE 3"	8	peça	25,30	202,40
09	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 3"	3	peça	238,86	716,58
10	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO 1/2"	6	peça	1,38	8,28
11	TÊE DE FERRO GALVANIZADO 1/2"	6	peça	2,49	14,94
13	BUCHA DE REDUÇÃO EM FERRO GALVANIZADO 1/2" PARA 1/4"	6	peça	1,45	8,70
15	BUCHA DE REDUÇÃO EM FERRO GALVANIZADO 3" PARA 2 1/2"	2	peça	17,48	34,96
16	BUCHA DE REDUÇÃO EM FERRO GALVANIZADO 3" PARA 2"	2	peça	17,48	34,96
TOTAL R\$					2.687,90

Valor do contrato: R\$ 2.687,90 (dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 04/04/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 45/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 45/2012-PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2012 - PMS - Processo de licitação nº. 26/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTOBRAS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.859.556/0001-51, estabelecida na Rua Érico Veríssimo, nº 1974, Santa Mônica, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 31515-210.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato aquisição de materiais galvanizados para montagem de conexões para os boosters, localizado na Rua 03 de Outubro, Bairro Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3" BARRA 6 METROS	2	unidade	255,50	511,00
12	REGISTRO GAVETA EM LATÃO 1/2"	6	peça	13,61	81,66
14	CURVA 90GRAUS DE FERRO GALVANIZADO 1/2"	6	peça	4,22	25,32
17	MANOMETRO MECÂNICO COM UM CONTATO NA +NF AJUSTÁVEL NA FAIXA DE 0 A 8kgf. MONTADO EM CAIXA METÁLICA E COM AJUSTE DE DIFERENCIAL DE 0 A 1AKGF E COM ROSCA DE CONE XÃO DE 1/4". O AJUSTE DEVERÁ SER VIA CHAVE PHILIPS E COM TRAVA PARA EVITAR PERDA DE AJUSTE.	6	peça	310,00	1.860,00

18	MANOMETRO MECÂNICO COM UM CONTATO NA +NF AJUSTÁVEL NA FAIXA DE -0,2 A 8kgf. MONTADO EM CAIXA METÁLICA E COM AJUSTE DE DIFERENCIAL DE 0 A 1AKGF E COM ROSCA DE CONE XÃO DE 1/4". O AJUSTE DEVERÁ SER VIA CHAVE PHILIPS E COM TRAVA PARA EVITAR PERDA DE AJUSTE.	4	peça	310,00	1.240,0
TOTAL R\$					3.717,98

Valor do contrato: R\$ 3.717,98 (três mil, setecentos e dezessete reais e noventa e oito centavos).

Data da Assinatura: 04/04/2012 – Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 46/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 46/2012-PMS
Dispensa de Licitação nº. 06/2012-PMS - Processo nº. 39/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: INGÁ GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.019.645/0001-15, estabelecida na Rua Inglês de Souza, nº 245, Vista Alegre, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80820-530.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Projetos de Arquitetura Básico e Executivo, Estrutura de Concreto e Fundações, Instalações Hidrosanitárias e Drenagem, Elétrico, Telefônicoe SPDA PPCI, Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro, Maquete Eletrônica e Memorial Descritivo, sendo:

Item	Objeto	Quantidade	unidade	Valor Unitário	Valor Total
------	--------	------------	---------	----------------	-------------

01	Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Projetos de Arquitetura Básico e Executivo, Estrutura de Concreto e Fundações, Instalações Hidrosanitárias e Drenagem, Elétrico, Telefônicoe SPDA PPCI, Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro, Maquete Eletrônica e Memorial Descritivo para: 1) Ampliação na Escola Santos Tomaselli, contendo 4 salas de aula, em dois pavimentos; 2) Ampliação na Escola Rui Barbosa contendo 01 sala de aula e área para o pátio; 3) Ampliação da Creche Cristiane Inês Zerbin contendo 3 salas de aula, sala de professores, vestiários e apoio.	1	Unidade	14.931,00	14.931,00
VALOR TOTAL R\$					14.931,00

Valor do contrato: R\$ 14.931,00 (quatorze mil, novecentos e trinta e um reais).

Data da Assinatura: 04/04/2012 – Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 41/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 41/2012-PMS

Processo de licitação nº. 9/2012-PMS - Modalidade Tomada de Preço nº. 03/2012- PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: KLAUS DUWE - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.822.815/0001-03, estabelecida na Rua 03 de Outubro, nº. 180, Centro Norte, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de estrutura em alvenaria para estação elevatória, situada a Rua Rio de Janeiro, Schroeder I, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório. Valor do contrato: R\$ 12.643,04 (doze mil, seiscentos e quarenta e três reais e quatro centavos).

Data da Assinatura: 04/04/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 43/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 43/2012-PMS

Processo de licitação nº. 24/2012 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2012–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: empresa BUSCHLE E LEPPER S.A, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.684.471/0011-28, estabelecida na Rua Aubê, nº. 894, Bairro Boa Vista, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89205-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para tratamento de água da estação de tratamento da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	-------	-------	--------------------	-----------------

03	HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL - Produto fornecido na forma de solução aquosa, alcalina, coloração amarelo claro, límpida e de odor característico. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo: Parâmetros físico-químicos Especificações Cloro ativo (% em massa como Cl) Igual ou superior a 11,0% Hidróxidos (% em massa como NaOH) Menor ou igual a 0,5%	31000	kg	0,91	28.210,00
04	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO - Ácido Fluossilícico produto na forma líquido, de aspecto visual incolor para tratamento de água. - Embalado em bombonas resistentes com capacidade de 50 kg, e que apresente na embalagem o lote do produto, a data de fabricação e validade. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo: Parâmetros físico-químicos Especificações Concentração (H2SiF6) Mín. 20 % Peso Molecular 144,0917 g/mol Acidez livre como HF Máx 1,0 % Densidade Min 1,18 g/cm Solubilidade em 100 mL água 0,762 g	800	Kg	0,80	640,00
VALOR R\$ TOTAL					28.850,00

Valor do contrato: R\$ 28.850,00 (vinte e oito mil e oitocentos e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 04/04/2012 – Vigência: 04/04/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Edital Bolsa de Estudo Terceiros

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 001/2012/SPGF/PMS

BOLSA DE ESTUDOS PARA TERCEIROS MORADORES EM SCHROEDER

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Comissão nomeada para análise dos requerimentos para concessão de auxílio financeiro para alunos que cursam o ensino superior torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o pedido de auxílio financeiro para terceiros que cursam o ensino superior para 2012.

1. DA APRESENTAÇÃO

1.1 - A Lei Municipal nº 1.383/2003, autoriza a Administração, a conceder auxílio financeiro para servidores e terceiros que residem no município de Schroeder e cursam o ensino superior em nível de graduação.

1.2 - O presente Edital vem trazer regras para Solicitação de Auxílio financeiro realizados por terceiros.

1.3 - O auxílio financeiro de que trata a presente Lei, compreenderá para os terceiros, o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em duas parcelas de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, rateado entre os inscritos em cada período.

1.4 - A primeira parcela será paga no mês de maio e a segunda parcela no mês de novembro do corrente ano.

1.4.1 - Caso o valor rateado entre os inscritos, ficar acima do valor da mensalidade do requerente, o valor a ser pago ao mesmo, a título de auxílio financeiro, será apenas o valor da mensalidade do referido mês.

2 DO PERÍODO DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para a 1ª parcela serão efetuadas no período de 5 a 20 de abril de 2012;

2.2 - As inscrições para a 2ª parcela serão efetuadas no período de 1 a 15 de outubro de 2012.

2.2.1 - O solicitante deverá realizar a inscrição nos dois períodos.

3 DO LOCAL E DO HORÁRIO:

3.1 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201.

3.2 - O Horário de Atendimento será de Segunda - feira a Sexta - feira, das 8h às 12 horas e das 13h e 30 min às 17 horas, na Prefeitura Municipal, Setor de Protocolo.

4 REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

4.1 - A concessão de auxílio financeiro para estudantes residentes no Município, será fornecida desde que se enquadrem dentro das seguintes condições:

- a) comprovar residência há no mínimo, 02 (dois) anos no Município;
- b) comprovar que está devidamente matriculado em instituição de ensino superior.
- c) apresentar todos os documentos necessários.

5 DOS DOCUMENTOS:

5.1 Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Fotocópia dos documentos que comprovem a residência no município de pelo menos 2 anos; (Conta de água, ou luz, ou telefone,

ou boletos bancários vindos pelo correio, plano de saúde, cartão de crédito, carnê de IPTU; Contrato de Aluguel);

d) Caso o comprovante esteja em nome do pai ou da mãe, o(a) filho(a) deverá apresentar declaração conforme modelo Anexo III.

e) Comprovação que está devidamente matriculado em instituição de ensino superior;

f) Termo de Compromisso de Prestação de Serviço à Comunidade - Anexo II - (Art. 8º- L. 1.383/2003).

g) Solicitação ao Prefeito - Anexo I (Art. 12 - L. 1.383/2003).

6 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - A Comissão nomeada pela Portaria nº 3.884/2011, responsável pela análise dos requerimentos, estará, publicando no prazo máximo de 10 (dez) dias subsequentes ao término do período de inscrição, a relação das requisições deferidas e indeferidas, com divulgação no Mural da Prefeitura Municipal, no Site do município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) e no Diário Oficial do Município de Santa Catarina - DOM;

6.2 - O terceiro que realizar a solicitação fora do período estabelecido, terá seu pedido indeferido para o rateio correspondente a cada período.

6.3 - Os casos omissos serão analisados pela Comissão Responsável pelo andamento do referido processo.

Schroeder, 05 de abril de 2012.

Elmer Sandro Quadros
Coordenador da Comissão da Bolsa de Estudo
Portaria nº 3.884/2011 FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

REQUERIMENTO PARA BOLSA DE ESTUDOS - ANEXO I

Prezado Senhor,

Eu, _____
_____, brasileiro (a), residente e domiciliado à Rua _____
_____, nº _____, bairro _____
_____, matriculado no curso de _____
_____, no(a) _____ semestre/fase, na
Instituição de Ensino _____
_____, venho solicitar o auxílio financeiro, a título de Bolsa de Estudos a terceiros, destinado ao Ensino Superior, conforme Lei Municipal no 1.383/2003 de 04/11/03.

Esta solicitação se refere para o:

() 1º semestre de 2012 ou () 2º semestre de 2012

Nestes Termos

Pede Deferimento

Schroeder, _____ de _____ de 20__.

Nome: _____

CPF: _____

Telefone p/ contato: _____

Ao Sr.
Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE - ANEXO II

Eu, _____
_____, brasileiro (a), residente e domiciliado à Rua _____
_____, nº _____, bairro _____
_____, matriculado no curso de _____
_____, no(a) _____ semestre/fase, na

Instituição de Ensino _____

_____, DECLARO ter ciência da Lei nº 1.383/2003, em especial as condições trazidas pelo artigo 8º e seus incisos.

DECLARO, que estou comprometido com a municipalidade, a prestar serviços à comunidade, no mínimo até 2 (anos) após a conclusão do curso superior, quando convocado, nas seguintes circunstâncias:

- em promoções e eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Schroeder e suas Secretarias;
- em caso de emergência ou calamidade pública;
- em campanhas de interesse comunitário ou filantrópico;
- ou sempre que for de interesse e/ou de relevante necessidade da municipalidade.

DECLARO mais, ter ciência que quando convocado para prestação dos serviços e não comparecendo, me trará a obrigação de devolver aos cofres públicos, o valor do auxílio financeiro auferido, corrigido monetariamente na forma da Lei.

DECLARO ainda, ter ciência que a prestação dos referidos serviços, não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício de qualquer natureza e, conseqüentemente, não terá validade para contagem de tempo de serviço.

Schroeder, _____ de _____ de 20__.

Nome: _____

CPF: _____

Declaração de Residência - Anexo III
(MODELO)

Eu, _____, brasileiro(a), casado(a), portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente na Rua _____, declaro para os devidos fins que o (a) Senhor (a) _____, brasileiro(a), solteiro (a), portadora do CPF nº _____ e Carteira de Identidade nº _____, reside comigo, no endereço acima citado, por período superior a dois anos.

Schroeder, _____.

Nome: _____

CPF: _____

Timbó

PREFEITURA

Decreto N.º 2.697 de 30 de Março de 2012.

DECRETO N.º 2.697 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto nº 2.171/2010 de 30/11/2010.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pela Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica reprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "RUBENS SCHMIDT", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 2.171/2010 de 30/11/2010, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de RUBENS SCHMIDT, conforme matrícula nº 18.413, livro 2.

Parágrafo Único - Este decreto revalida o Decreto n.º 2.171/2010 de 30 de novembro de 2010 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 2º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 30 de março de 2012.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Decreto N.º 2.698 de 30 de Março de 2012

DECRETO Nº 2.698 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Aprova o LOTEAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis n.ºs 666/76, 813/83, 878/85 e 1.207/90.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o LOTEAMENTO denominado "JARDIM BOTÂNICO", situado no lado par da Rodovia Estadual SC-417, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 808,00 metros da curva de concordância formada com a Rua Tiroleses, nesta Cidade, com a área de 76.403,75m² (Setenta e seis mil, quatrocentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), processo L-034/2010 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RH EMPREENDIMIENTOS LTDA, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 11.814, datado de 27 de outubro de 2010.

Artigo 2º - O loteamento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 18.857, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.014.0989.001 e está assim constituído:

a) Lotear 57 (cinquenta e sete) lotes, numerados de 01 (um) à 57 (cinquenta e sete), mais áreas destinadas a logradouros públicos,



Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 13/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2012**Número do Registro de Preços: 10/2012****Data do Registro: 04/04/2012****Válido até: 04/04/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para tratamento de água da estação de tratamento da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL - Produto fornecido na forma de solução aquosa, alcalina, coloração amarelo claro, límpida e de odor característico. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo: Parâmetros físico-químicos <input type="checkbox"/> Especificações Cloro ativo (% em massa como Cl) <input type="checkbox"/> Igual ou superior a 11,0% Hidróxidos (% em massa como NaOH) <input type="checkbox"/> Menor ou igual a 0,5%	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	0,9100	1
4	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO - Ácido Fluossilícico produto na forma líquido, de aspecto visual incolor para tratamento de água. - Embalado em bombonas resistentes com capacidade de 50 kg, e que apresente na embalagem o lote do produto, a data de fabricação e validade. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo: Parâmetros físico-químicos <input type="checkbox"/> Especificações Concentração (H2SiF6) <input type="checkbox"/> Min. 20 % Peso Molecular <input type="checkbox"/> 144,0917 g/mol Acidez livre como HF <input type="checkbox"/> Máx 1,0 % Densidade <input type="checkbox"/> Min 1,18 g/cm Solubilidade em 100 mL água <input type="checkbox"/> 0,762 g	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	0,8000	1

SCHROEDER, 4 de Abril de 2012.

área de utilidade pública e área verde:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 540,57m² (Quinhentos e quarenta metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), situado no lado par da rua "B", esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 12,12 metros com o lado par da Rua "B" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua "B"; fundos estrema em 18,12 metros com a Área Pública; lado esquerdo estrema em 24,24 metros com o lado par da Rua "A"; lado direito estrema em 30,24 metros com o lote nº 02;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 453,60m² (Quatrocentos e cinquenta e três metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado par da rua "B", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 18,12 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "B"; fundos estrema em 15,00 metros com a Área Pública; lado esquerdo estrema em 30,24 metros com o lote nº 01; lado direito estrema em 30,24 metros com o lote nº 03;

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 453,60m² (Quatrocentos e cinquenta e três metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado par da rua "B", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 33,12 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "B"; fundos estrema em 15,00 metros com a Área Pública; lado esquerdo estrema em 30,24 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 30,24 metros com o lote nº 04;

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 02.

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 453,60m² (Quatrocentos e cinquenta e três metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado par da rua "B", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 48,12 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "B"; fundos estrema em 15,00 metros com a Área Pública; lado esquerdo estrema em 30,24 metros com o lote nº 03; lado direito estrema em 30,24 metros, sendo em 3,00 metros com o virador da Rua "B" e em 27,24 metros com o lote nº 05;

05 - Lote nº 05 (cinco) - com área de 810,57m² (Oitocentos e dez metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), situado no lado par do virador da rua "B", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 66,12 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 19,39 metros com o virador do lado par da Rua "B"; fundos estrema em 17,41 metros com a Área Verde; lado esquerdo estrema em 43,72 metros, sendo em 27,24 metros com o lote nº 04 e em 16,48 metros com a Área Pública; lado direito estrema em 44,41 metros com a Área de Preservação Permanente;

06 - Lote nº 06 (seis) - com área de 480,60m² (Quatrocentos e oitenta metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar do virador da rua "B", distando pelo lado direito do imóvel, 66,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 17,80 metros com o virador do lado ímpar da Rua "B"; fundos estrema em 17,80 metros com o lote nº 15; lado esquerdo estrema em 27,00 metros com a Área Verde; lado direito estrema em 27,00 metros com o lote nº 07;

07 - Lote nº 07 (sete) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "B", distando pelo lado direito do imóvel, 48,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "B"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 14; lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 3,00 metros com o virador da Rua "B" e em 27,00 metros com o lote nº 06; lado direito estrema em 30,00 metros

com o lote nº 08;

08 - Lote nº 08 (oito) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "B", distando pelo lado direito do imóvel, 33,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "B"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 13; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 07; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 09;

09 - Lote nº 09 (nove) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "B", distando pelo lado direito do imóvel, 18,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "B"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 12; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 10;

10 - Lote nº 10 (dez) - com área de 550,27m² (Quinhentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua "B", esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 12,60 metros com o lado ímpar da Rua "B" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua "B"; fundos estrema em 18,60 metros com o lote nº 11; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 09; lado direito estrema em 24,00 metros com o lado par da Rua "A";

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 03.

11 - Lote nº 11 (onze) - com área de 550,27m² (Quinhentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado par da rua "C", esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 12,60 metros com o lado par da Rua "C" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua "C"; fundos estrema em 18,60 metros com o lote nº 10; lado esquerdo estrema em 24,00 metros com o lado par da Rua "A"; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 12;

12 - Lote nº 12 (doze) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua "C", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 18,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "C"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 09; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 11; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 13;

13 - Lote nº 13 (treze) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua "C", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 33,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "C"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 08; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 12; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 14;

14 - Lote nº 14 (quatorze) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua "C", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 48,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "C"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 07; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 13; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 3,00 metros com o virador do lado par da Rua "C" e em 27,00 metros com o lote nº 15;

15 - Lote nº 15 (quinze) - com área de 480,60m² (Quatrocentos e

oitenta metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado par do virador da rua "C", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 66,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 17,80 metros com o lado par do virador da Rua "C"; fundos estrema em 17,80 metros com o lote nº 06; lado esquerdo estrema em 27,00 metros com o lote nº 14; lado direito estrema em 27,00 metros com a Área Verde;

16 - Lote nº 16 (dezesseis) - com área de 480,60m2 (Quatrocentos e oitenta metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar do virador da rua "C", distando pelo lado direito do imóvel, 66,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 17,80 metros com o lado ímpar do virador da Rua "C"; fundos estrema em 17,80 metros com o lote nº 25; lado esquerdo estrema em 27,00 metros com a Área Verde; lado direito estrema em 27,00 metros com o lote nº 17;

17 - Lote nº 17 (dezessete) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "C", distando pelo lado direito do imóvel, 48,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "C"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 24; lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 3,00 metros com o virador do lado ímpar da Rua "C" e em 27,00 metros com o lote nº 16; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 18;

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 04.

18 - Lote nº 18 (dezoito) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "C", distando pelo lado direito do imóvel, 33,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "C"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 23; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 17; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 19;

19 - Lote nº 19 (dezenove) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "C", distando pelo lado direito do imóvel, 18,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "C"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 22; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 18; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 20;

20 - Lote nº 20 (vinte) - com área de 550,27m2 (Quinhentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua "C", esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 12,60 metros com o lado ímpar da Rua "C" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua "C"; fundos estrema em 18,60 metros com o lote nº 21; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 19; lado direito estrema em 24,00 metros com o lado par da Rua "A";

21 - Lote nº 21 (vinte e um) - com área de 550,27m2 (Quinhentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado par da rua "D", esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 12,60 metros com o lado par da Rua "D" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua "D"; fundos estrema em 18,60 metros com o lote nº 20; lado esquerdo estrema em 24,00 metros com o lado par da Rua "A"; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 22;

22 - Lote nº 22 (vinte e dois) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua "D", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 18,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente

em 15,00 metros com o lado par da Rua "D"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 19; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 21; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 23;

23 - Lote nº 23 (vinte e três) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua "D", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 33,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "D"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 18; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 22; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 24;

24 - Lote nº 24 (vinte e quatro) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua "D", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 48,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "D"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 17; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 23; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 6,00 metros no virador do lado par da Rua "D" e em 24,00 metros com o lote nº 25;

25 - Lote nº 25 (vinte e cinco) - com área de 584,84m2 (Quinhentos e oitenta e quatro metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), situado no virador do lado par da rua "D", distando continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 05.

pelo lado esquerdo do imóvel, 69,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 23,45 metros com o virador do lado par da Rua "D"; fundos estrema em 25,29 metros, sendo em 17,80 metros com o lote nº 16 e em 7,49 metros com a Área Verde; lado esquerdo estrema em 24,00 metros com o lote nº 24; lado direito estrema em 24,07 metros com a Área de Preservação Permanente;

26 - Lote nº 26 (vinte e seis) - com área de 484,50m2 (Quatrocentos e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua "D", distando pelo lado direito do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 22,00 metros com o lado ímpar da Rua "D"; fundos estrema em 9,26 metros com o lote nº 32; lado esquerdo estrema em 33,52 metros com a Área Verde; lado direito estrema em 31,00 metros com o lote nº 27;

27 - Lote nº 27 (vinte e sete) - com área de 465,00m2 (Quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "D", distando pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "D"; fundos estrema em 15,00 metros, sendo em 6,76 metros com o lote nº 31 e em 8,24 metros com o lote nº 32; lado esquerdo estrema em 31,00 metros com o lote nº 26; lado direito estrema em 31,00 metros com o lote nº 28;

28 - Lote nº 28 (vinte e oito) - com área de 465,00m2 (Quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "D", distando pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "D"; fundos estrema em 15,00 metros, sendo em 4,76 metros com o lote nº 30 e em 10,24 metros com o lote nº 31; lado esquerdo estrema em 31,00 metros com o lote nº 27; lado direito estrema em 31,00 metros com o lote nº 29;

29 - Lote nº 29 (vinte e nove) - com área de 550,27m2 (Quinhentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua "D", esquina formada com o lado par

da Rua "A"; estremando na frente em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua "D" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua "D"; fundos estrema em 18,00 metros com o lote nº 30; lado esquerdo estrema em 31,00 metros com o lote nº 28; lado direito estrema em 25,00 metros com o lado par da Rua "A";

30 - Lote nº 30 (trinta) - com área de 697,78m² (Seiscentos e noventa e sete metros e setenta e oito décimos quadrados), situado no lado par da rua "E", esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 16,76 metros com o lado par da Rua "E" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua "E"; fundos estrema em 22,76 metros, sendo em 18,00 metros com o lote nº 29 e em 4,76 metros com o lote nº 28; lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lado par da Rua "A"; lado direito estrema em 31,00 metros com o lote nº 31;

31 - Lote nº 31 (trinta e um) - com área de 527,00m² (Quinhentos e vinte e sete metros quadrados), situado no lado par da rua "E", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 22,76 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 17,00 metros com o lado par da Rua "E"; fundos estrema em 17,00 metros, sendo em 10,24 metros com o lote nº 28 e em 6,76 metros com o lote nº 27; lado esquerdo estrema em 31,00 metros com o lote nº 30; lado direito estrema em 31,00 metros com o lote nº 32;

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 06.

32 - Lote nº 32 (trinta e dois) - com área de 542,50m² (Quinhentos e quarenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados), situado no lado par da rua "E", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 39,76 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 17,50 metros com o lado par da Rua "E"; fundos estrema em 17,50 metros, sendo em 8,24 metros com o lote nº 27 e em 9,26 metros com o lote nº 26; lado esquerdo estrema em 31,00 metros com o lote nº 31; lado direito estrema em 31,00 metros com a Área Verde;

33 - Lote nº 33 (trinta e três) - com área de 472,67m² (Quatrocentos e setenta e dois metros e sessenta e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua "E", distando pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 10,03 metros com o lado ímpar da Rua "E", em 6,00 metros e em 4,97 metros com o virador do lado ímpar da Rua "E"; fundos estrema em 15,00 metros com a Área Verde; lado esquerdo estrema em 27,50 metros com a Área Verde; lado direito estrema em 33,50 metros, sendo em 18,50 metros com o lote nº 34 e em 15,00 metros com o lote nº 35;

34 - Lote nº 34 (trinta e quatro) - com área de 547,27m² (Quinhentos e quarenta e sete metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua "E", esquina formada com o lado par da Rua "A"; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua "E" e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua "E"; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 35; lado esquerdo estrema em 18,50 metros com o lote nº 33; lado direito estrema em 12,50 metros com o lado par da Rua "A";

35 - Lote nº 35 (trinta e cinco) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da rua "A", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 18,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua "E"; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 33; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 34; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 3,00 metros com o virador do lado par da Rua "A" e em 27,00 metros com o lote nº 36;

36 - Lote nº 36 (trinta e seis) - com área de 459,00m² (Quatrocentos e cinquenta e nove metros quadrados), situado no virador do lado par da rua "A", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 36,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua "E"; estremando na frente em 17,00 metros com o virador do lado par da Rua "A"; fundos estrema em 17,00 metros com a Área Verde; lado esquerdo estrema em 27,00 metros com o lote nº 35; lado direito estrema em 27,00 metros com a Área Verde;

37 - Lote nº 37 (trinta e sete) - com área de 492,81m² (Quatrocentos e noventa e dois metros e oitenta e um décimos quadrados), situado no virador do lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 353,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 18,87 metros com o virador do lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 17,62 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula nº 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 27,03 metros com a Área de Preservação Permanente; lado direito estrema em 27,00 metros com o lote nº 38;

38 - Lote nº 38 (trinta e oito) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 335,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros
continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 07.

com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula nº 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 3,00 metros no virador do lado ímpar da Rua "A" e em 27,00 metros com o lote nº 37; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 39;

39 - Lote nº 39 (trinta e nove) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 320,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula nº 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 38; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 40;

40 - Lote nº 40 (quarenta) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 305,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula nº 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 39; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 41;

41 - Lote nº 41 (quarenta e um) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 290,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula nº 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 40; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 42;

42 - Lote nº 42 (quarenta e dois) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 275,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417;

estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 41; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 43;

43 - Lote n° 43 (quarenta e três) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 260,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 42; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 44;

44 - Lote n° 44 (quarenta e quatro) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 245,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 43; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 45;

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 08.

45 - Lote n° 45 (quarenta e cinco) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 230,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 44; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 46;

46 - Lote n° 46 (quarenta e seis) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 215,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 45; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 47;

47 - Lote n° 47 (quarenta e sete) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 200,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 46; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 48;

48 - Lote n° 48 (quarenta e oito) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 185,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 47; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 49;

49 - Lote n° 49 (quarenta e nove) - com área de 480,00m2

(Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 169,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 16,00 metros, sendo em 9,74 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula n° 12.942, livro 2 e em 6,26 metros com o lote n° 04 de propriedade de Romélio Knecht, matrícula n° 14.625, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 48; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 50. Sobre este terreno fica instituída uma faixa sanitária não edificável de 3,00 metros de largura por toda a extensão do lado esquerdo;

50 - Lote n° 50 (cinquenta) - com área de 480,00m2 (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 153,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 16,00 metros com o lote n° 04 de propriedade de Romélio Knecht, matrícula n° 14.625, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 49; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 51;

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 09.

51 - Lote n° 51 (cinquenta e um) - com área de 480,00m2 (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 137,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 16,00 metros com o lote n° 04 de propriedade de Romélio Knecht, matrícula n° 14.625, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 50; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 52;

52 - Lote n° 52 (cinquenta e dois) - com área de 480,00m2 (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 121,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 16,00 metros, sendo em 8,41 metros com o lote n° 03 de propriedade de Mario Pasquali e Beatrice Pasquali, matrícula n° 13.514, livro 2 e em 7,59 metros com o lote n° 04 de propriedade de Romélio Knecht, matrícula n° 14.625, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 51; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 53;

53 - Lote n° 53 (cinquenta e três) - com área de 480,00m2 (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 105,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 16,00 metros com o lote n° 03 de propriedade de Mario Pasquali e Beatrice Pasquali, matrícula n° 13.514, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 52; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 54;

54 - Lote n° 54 (cinquenta e quatro) - com área de 480,00m2 (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 89,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 16,00 metros, sendo em 0,19 metros com o lote n° 03 de propriedade de Mario Pasquali e Beatrice Pasquali, matrícula n° 13.514, livro 2 e em 15,81 metros com o lote n° 02 de propriedade de Célio Gretter e Zenilde Ferrari Gretter, matrícula n° 13.261, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote n° 53; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote n° 55;

55 - Lote nº 55 (cinquenta e cinco) - com área de 481,79m² (Quatrocentos e oitenta e um metros e setenta e nove décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 73,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 11,07 metros com o lote nº 01 de propriedade de Osmir Zermiani e Marly Zermiani, matrícula nº 13.260, livro 2 e em 4,94 metros com o lote nº 02 de propriedade de Célio Gretter e Zenilde Ferrari Gretter, matrícula nº 13.261, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 54; lado direito estrema em 30,32 metros com o lote nº 56;

56 - Lote nº 56 (cinquenta e seis) - com área de 488,92m² (Quatrocentos e oitenta e oito metros e noventa e dois décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua "A", distando pelo lado direito do imóvel, 57,92 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 16,00 metros com o lote nº 01 de propriedade de Osmir Zermiani e Marly Zermiani, matrícula nº 13.260,

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 10.

livro 2; lado esquerdo estrema em 30,32 metros com o lote nº 55; lado direito estrema em 30,79 metros com o lote nº 57;

57 - Lote nº 57 (cinquenta e sete) - com área de 1.067,51m² (Hum mil, sessenta e sete metros e cinquenta e um décimos quadrados), de formato irregular, situado no lado par da Rodovia Estadual SC-417, esquina formada com o lado ímpar da Rua "A"; estremando na frente em 11,58 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua "A", em 12,89 metros, em 32,98 metros e em 4,23 metros com o lado ímpar da Rua □A'; fundos estrema em 40,25 metros com o lote nº 01 de propriedade de Osmir Zermiani e Marly Zermiani, matrícula nº 13.260, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,79 metros com o lote nº 565. Neste imóvel fica reservada a área de 400,54m², constante da Faixa Non Aedificandi, com a seguinte descrição: estrema na frente em duas linhas de 2,50 metros e 12,89 metros com o lado ímpar da Rua "A"; fundos estrema em 29,90 metros com terras de Osmir Zermiani e Marly Zermiani, matrícula nº 13.260, livro 2; lado direito estrema em 15,18 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 37,76 metros com terras do proprietário;

58 - Área Pública - com área de 2.469,24m² (Dois mil, quatrocentos e sessenta e nove metros e vinte e quatro décimos quadrados), situado no lado par da rua □A', esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; estremando na frente em 7,92 metros na curva de transição formada com o lado par da rua □A', em 19,53 metros, em 44,53 metros e em 0,43 metros no lado par da rua □A'; fundos estrema em linha quebrada em 16,48 metros com o lote nº 05 e em 6,31 metros com a Área Verde; lado esquerdo estrema em linha quebrada em 2,69 metros com o lado par da Rodovia Estadual SC-417 e em 100,00 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 17.007, livro 2; lado direito estrema em 63,12 metros, sendo em 18,12 metros com o lote nº 01, em 15,00 metros com o lote nº 02, em 15,00 metros com o lote nº 03 e em 15,00 metros com o lote nº 04. Neste imóvel fica reservada a área de 160,06m², constante da Faixa Non Aedificandi, com a seguinte descrição: estrema na frente em 15,48 metros com o lado par da rua "A"; fundos estrema em 15,00 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 17.007, livro 2; lado direito estrema em 12,66 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 8,68 metros com terras do proprietário. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

59 - Área Verde - com área de 35.908,05m² (Trinta e cinco mil,

novecentos e oito metros e cinco décimos quadrados), situado no final da rua □A', estremando na frente em 20,00 metros com o final da rua □A' e em 27,03 metros com o lote nº 37; fundos estrema em 739,62 metros com a margem direita do Rio dos Cedros; lado esquerdo estrema em linha quebrada em 4,92 metros com o virador do lado par da rua □A', em 27,00 metros e em 17,00 metros com o lote nº 36, em 15,00 metros e em 27,50 metros com o lote nº 33, em 12,26 metros com o virador do lado ímpar da rua □E', em 49,00 metros, sendo em 18,00 metros com o virador da rua □E' e em 31,00 metros com o lote nº 32, em 33,52 metros com o lote nº 26, em 7,60 metros e em 20,33 metros com o virador da rua □D', em 24,07 metros e em 7,49 metros com o lote nº 25, em 99,00 metros, sendo em 27,00 metros com o lote nº 16, em 18,00 metros com o virador da rua □C', em 27,00 metros com o lote nº 15 e em 27,00 metros com o lote nº 06, em 1,79 metros e em 18,01 metros com o virador da rua □B'; em 44,41 metros com o lote nº 05, em 23,72 metros, sendo em 17,41 metros com o lote nº 05 e em 6,31 metros com a Área Pública, em 120,00 metros, sendo em 103,26 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 17.007, livro 2 e em 16,74 metros com a Associação de Pais e Amigos do 20º Grupo Escoteiro Timbó, matrícula nº 17.006, livro 2; lado direito estrema em 50,10 metros com continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 11.

terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula nº 12.942, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 32.473,71m², constante da faixa de 50,00 metros da margem direita do Rio dos Cedros, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965, com a seguinte descrição: estrema na frente em linha sinuosa em 527,12 metros com terras do proprietário; fundos estrema em linha sinuosa em 739,62 metros com a margem direita do Rio dos Cedros; lado direito estrema em 50,10 metros com terras de Horst Fritz Bertram e Adenici Diogo Correia Bertram, matrícula nº 12.942, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 82,13 metros, sendo em 65,39 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 17.007, livro 2 e em 16,74 metros com terras da Associação de Pais e Amigos do 20º Grupo Escoteiro Timbó, matrícula nº 17.006, livro 2. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó";

60 - Uma faixa de terras com área de 5.504,33m² (Cinco mil, quinhentos e quatro metros e trinta e três décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público denominado RUA PROJETADA "A", iniciando no lado par da Rodovia Estadual SC-417, esquina formada com o lado par da Rua □A', estremando na frente em 27,48 metros com o lado par da Rodovia Estadual SC-417; fundos estrema em 20,00 metros com a Área Verde; lado direito estrema em 11,58 metros na curva de transição formada com o lote nº 57, em 12,89 metros e em 32,98 metros com o lote nº 57, em 297,23 metros, sendo em 4,23 metros com o lote nº 57, em 16,00 metros com o lote nº 56, em 16,00 metros com o lote nº 55, em 16,00 metros com o lote nº 54, em 16,00 metros com o lote nº 53, em 16,00 metros com o lote nº 52, em 16,00 metros com o lote nº 51, em 16,00 metros com o lote nº 50, em 16,00 metros com o lote nº 49, em 15,00 metros com o lote nº 48, em 15,00 metros com o lote nº 47, em 15,00 metros com o lote nº 46, em 15,00 metros com o lote nº 45, em 15,00 metros com o lote nº 44, em 15,00 metros com o lote nº 43, em 15,00 metros com o lote nº 42, em 15,00 metros com o lote nº 41, em 15,00 metros com o lote nº 40, em 15,00 metros com o lote nº 39 e em 15,00 metros com o lote nº 38, em 3,00 metros com o lote nº 38 e em 18,87 metros com o lote nº 37; e, lado esquerdo estrema em 2,69 metros no lado par da Rodovia Estadual SC-417, em 7,92 metros na curva de transição formada com a área pública, em 19,53 metros e em 44,53 metros com a área pública, em 294,17 metros, sendo em 0,43 metros com a área pública, em 24,24 metros com o lote nº 01, em 24,00 metros com a rua □B'; em 24,00 metros com o lote nº 10, em 24,00 metros com o lote nº 11, em 24,00

metros com a rua □C', em 24,00 metros com o lote n° 20, em 24,00 metros com o lote n° 21, em 24,00 metros com a rua □D', em 25,00 metros com o lote n° 29, em 25,00 metros com o lote n° 30, em 24,00 metros com a rua □E', em 12,50 metros com o lote n° 34 e em 15,00 metros com o lote n° 35, em 3,00 metros com o lote n° 35 e em 21,92 metros, sendo em 17,00 metros com o lote n° 36 e em 4,92 metros com a Área Verde. O logradouro passa a denominar-se RUA NOVO HAMBURGO, após publicação da lei. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

61 - Uma faixa de terras com área de 1.127,70m² (Hum mil, cento e vinte e sete metros e setenta décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público denominado RUA PROJETADA "B", iniciando no lado par da Rua □A', esquina formada com o lado par da Rua □A', estremando na frente em 24,00 metros com o lado par da Rua □A'; fundos estrema em 18,01 metros com a Área de Preservação Permanente; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote n° 10, em 57,60 metros, sendo em 12,60 metros com o lote n° 10, em 15,00 metros com o lote n° 09, em 15,00 metros com o lote n° 08 e em 15,00 metros com o lote n° 07, em 3,00 metros com o lote n° 07 e em 19,59 metros, sendo em 17,80 metros com o lote n° 06 e em 1,79 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada
continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 12.

com o lote n° 01, em 57,12 metros, sendo em 12,12 metros com o lote n° 01, em 15,00 metros com o lote n° 02, em 15,00 metros com o lote n° 03 e em 15,00 metros com o lote n° 04, em 3,00 metros com o lote n° 04 e em 19,39 metros com o lote n° 05. O logradouro passa a denominar-se RUA ESTÂNCIA VELHA, após publicação da lei. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

62 - Uma faixa de terras com área de 1.099,05m² (Hum mil, noventa e nove metros e cinco décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público denominado RUA PROJETADA "C", iniciando no lado par da Rua □A', esquina formada com o lado par da Rua □A'; estremando na frente em 24,00 metros com o lado par da Rua □A'; fundos estrema em 18,00 metros com a Área Verde; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote n° 20, em 57,60 metros, sendo em 12,60 metros com o lote n° 20, em 15,00 metros com o lote n° 19, em 15,00 metros com o lote n° 18 e em 15,00 metros com o lote n° 17, em 3,00 metros com o lote n° 17 e em 17,80 metros com o lote n° 16; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote n° 11, em 57,60 metros, sendo em 12,60 metros com o lote n° 11, em 15,00 metros com o lote n° 12, em 15,00 metros com o lote n° 13 e em 15,00 metros com o lote n° 14, em 3,00 metros com o lote n° 14 e em 17,80 metros com o lote n° 15. O logradouro passa a denominar-se RUA CAMPO BOM, após publicação da lei. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

63 - Uma faixa de terras com área de 1.115,70m² (Hum mil, cento e quinze metros e setenta décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público denominado RUA PROJETADA "D", iniciando no lado par da Rua □A', esquina formada com o lado par da Rua □A'; estremando na frente em 24,00 metros com o lado par da Rua □A'; fundos estrema em 20,33 metros com a Área de Preservação Permanente; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote n° 29, em 71,60 metros, sendo em 12,00 metros com o lote n° 29, em 15,00 metros com o lote n° 28, em 15,00 metros com o lote n° 27, em 22,00 metros com o lote n° 26 e em 7,60 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada

com o lote n° 21, em 57,60 metros, sendo em 12,60 metros com o lote n° 21, em 15,00 metros com o lote n° 22, em 15,00 metros com o lote n° 23 e em 15,00 metros com o lote n° 24, em 6,00 metros com o lote n° 24 e em 23,45 metros com o lote n° 25. O logradouro passa a denominar-se RUA SAPIRANGA, após publicação da lei. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

64 - Uma faixa de terras com área de 818,00m² (Oitocentos e dezoito metros quadrados), destinada à abertura do logradouro público denominado RUA PROJETADA "E", iniciando no lado par da Rua □A', esquina formada com o lado par da Rua □A', estremando na frente em 24,00 metros com o lado par da Rua □A'; fundos estrema em 18,00 metros com a Área Verde; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote n° 34, em 34,03 metros, sendo em 24,00 metros com o lote n° 34 e em 10,03 metros com o lote n° 33, em 6,00 metros com o lote n° 33 e em 17,23 metros, sendo em 4,97 metros com o lote n° 33 e em 12,26 metros com a Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote n° 30, em 51,26 metros, sendo em 16,76 metros com o lote n° 30, em 17,00 metros com o lote n° 31 e em 17,50 metros com o lote n° 32. O logradouro passa a denominar-se RUA ESTEIO, após publicação da lei. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

continuação do Decreto n.º 2.698/2012, fls. 13.

Artigo 3º - A Rua "A" tem início na Rodovia Estadual SC-417 e término no virador, com extensão de 372,79 metros pelo lado ímpar da Rua □A', com gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada;

Artigo 4º - A Rua "B" tem início na Rua □A' e término no virador, com extensão de 86,19 metros pelo lado ímpar da Rua □B', com gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada;

Artigo 5º - A Rua "C" tem início na Rua □A' e término no virador, com extensão de 84,40 metros pelo lado ímpar da Rua □C', com gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada;

Artigo 6º - A Rua "D" tem início na Rua □A' e término no virador, com extensão de 93,20 metros pelo lado ímpar da Rua □D', com gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada;

Artigo 7º - A Rua "E" tem início na Rua □A' e término no virador, com extensão de 63,26 metros pelo lado ímpar da Rua □E', com gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada;

Artigo 8º - O loteamento destina-se a área residencial unifamiliar e multifamiliar, sendo que somente poderá ter construções de alvenaria, com área mínima a 90,00m², na conformidade das plantas, ART e demais documentos anexos;

Artigo 9º - Apesar da aprovação do loteamento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei n.º 335/2007 e sua regulamentação, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de loteamento;

Artigo 10º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais

precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano;

Artigo 11º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 30 de março de 2012.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Portaria Nº 2754, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2754, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Exonera Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo em Comissão na Administração Direta e Indireta, a contar de 05 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso I, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a contar de 05 de abril do corrente:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Daniel Agostini Neto	Diretor do Departamento de Articulação Política e Institucional / CC-2	2284/2011

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Edson Adam	Chefe de Divisão - Tratamento De Água / CC-3	038/2009

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2755, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2755, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 05 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº

139, de 02/07/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 05 de abril do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Waldemar Gebauer	Diretor Depto Turismo e Desenvolvimento Econômico / CC-2	005/2009

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2756, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2756, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 05 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 05 de abril do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO PORT.DE NOMEAÇÃO
Sergi Frederico Mengarda Secretário Municipal / DAS-1
001/2009

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2757, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2757, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal ocupante de cargo em Comissão na Administração Indireta, a contar de 05 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 05 de abril do corrente:

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE****CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO PORT.DE NOMEAÇÃO**

Waldir Girardi Diretor Presidente / DAS-1 1753/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 2758, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2758, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 05 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, **RESOLVE:**

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar de 05 de abril do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO PORT.DE NOMEAÇÃO**

Maria Angélica Faggiani Secretário Municipal / DAS -1 900/2009

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 2759, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2759, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Nomeia Servidores Públicos Municipais para exercer cargo em Comissão na Administração Direta e Indireta, a contar de 06 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com os artigos 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000, combinado com o art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21/12/2001,

RESOLVE:

Art.1º **NOMEAR**, os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a contar de 06 de abril do corrente:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF. SAL
Aline Burger	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio Mensal

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF. SAL
Daniel Agostini Neto	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio Mensal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF. SAL
Waldemar Gebauer	Supervisor da Divisão de Urbanismo / CC-3	61

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE**

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF. SAL
Edson Adam	Diretor Presidente DAS-1	Subsídio Mensal

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Abertura das Propostas Carta Convite n.º 21 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CARTA CONVITE N.º 21- 2012SAMAE

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DA LICITAÇÃO 21/2012

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que a data anteriormente fixada para abertura das propostas como sendo 10/04/2012. Devido ao feriado municipal de 09/04/2012, foi prorrogada para 12/04/2012 às 14h:30min na sala de Licitação da Prefeitura.

Data: 04/04/2012.

JEAN M. R. VARGAS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Aviso de julgamento da habilitação Carta Convite

n.º 21 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CARTA CONVITE 0021-2012SAMAE

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO 0021/2012

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que após análise dos documentos foram habilitadas as empresas SERVITIM COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME e ECAGEL - EMP. CATARINENSE DE AD. GER. E EMPREMDIMENTOS LTDA e inabilitada a empresa 4A CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP. Fica aberto o prazo para apresentação de recursos nos termos da lei.

Data: 02/04/2012.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS	BENNO ADAM NETTO	UDEMAR PELLIN
Presidente	Secretário	Membro

Extrato Termo de Rescisão Contrato 31/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/31

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADA: TPA Informática Ltda

OBJETO: rescisão do contrato que tem por objeto os serviços de acesso à internet (dedicado e porta IP SVA), hospedagens de sites e contas de e-mail, incluindo a instalação e manutenção mensal da Fundação Cultural de Timbó. DATA DA RESCISÃO: 01/03/2012.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente

Extrato Termo de Rescisão Contrato 32/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/32

CONTRATANTE: Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADA: TPA Informática Ltda

OBJETO: rescisão do contrato que tem por objeto os serviços de acesso dedicado a Internet e portal IP (SVA), com velocidade de 01 (um) mega, incluindo a instalação e manutenção mensal para a Fundação Municipal de Esportes. DATA DA RESCISÃO: 01/03/2012.

CLÓVIS NAGEL GÜTZ

Diretor Presidente

Convênio Nº 2012-07 - Lar Beneficiente João 3-16

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/07

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONVENIADA: Lar Beneficiente João 3:16.

OBJETO: Convênio tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes convenientes e o auxílio financeiro a CONVENIADA

para execução do programa de acolhimento institucional, para atendimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de risco, do Município de TIMBÓ, sendo defeso o acolhimento de adolescentes infratores, que por cometimento de ato infracional de fato, flagrante delito, em cumprimento de medida sócio-educativa decorrente de ato infracional. VALOR: R\$ 1.000,00 (mil reais) por criança ou adolescente acolhido e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) quando se tratar de gestante acolhida. PRAZO: 01/04/12 até 31/12/12. Data da assinatura: 21/03/12.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Edital de Notificação de Lançamento - Ano Fiscal 2012

PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Imposto Sobre Serviços e Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, Taxa dos

Atos da Vigilância Sanitária Municipal e Taxa de Segurança Ostensiva contra Delitos

– ANO FISCAL 2012 –

A Fazenda Municipal de Timbó, faz saber aos contribuintes inscritos no Cadastro Mobiliário, abaixo relacionados, que a Prefeitura Municipal de Timbó, com base na Lei Complementar nº 142, de 21/12/98 (Código Tributário Municipal) e alterações posteriores e na Lei Complementar nº 125, de 22/12/97, efetuou o lançamento do Imposto sobre Serviços e da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, Taxa de atos da Vigilância Sanitária Municipal e Taxa de Segurança Ostensiva contra Delitos – Ano Fiscal 2012, com vencimento da primeira parcela ou da parcela única em 16 de abril de 2012.

Desta forma, ficam notificados os contribuintes abaixo relacionados a retirarem o carnê do respectivo tributo na Divisão de Tributação e Fiscalização, na sede da municipalidade, sita na Av. Getúlio Vargas, 700, nesta, observando-se o vencimento acima informado.

NOME OU RAZÃO SOCIAL	INSC. MUNIC.	CADASTRO	VALOR (R\$)
1. EM EVOLUCAO	8788	175862	284,11
3B EMBALAGENS PERSONALIZADAS LTDA ME	9976	281328	392,35
A.D.M TRANSPORTES LTDA	9464	241628	359,19
A.J.B. SOLDAS E MANUT. INDUSTRIAS LTDA	8712	186805	230,11
ABADIA APARECIDA DE MATTOS ME	8482	170321	258,70
ACASSIO KLOEHN ME	9641	255912	191,69
ADELINA TEREZINHA PEREIRA ME	11102	357448	230,11
ADELINO SCHMITZ (MEI)	10484	316490	216,61
ADEMAR RADATZ	793	650951	230,11
ADEMAR STANGE (MEI)	10374	309877	230,11
ADEMIR DA ROSA FERNANDES	3296	656097	197,71
ADEMIR DE FREITAS CARDOZO ME	10586	322350	280,22
ADEMIR GOMES E SÁ	10691	589888	316,51
ADEMIR JOSE ALEGRI	7330	52213	554,10
ADEMIR RISTOW	9103	76767	230,11
ADILSON DE SOUZA MAFRA ME	10600	323063	230,11
ADILSON MARAFON ME	11072	354635	239,72
ADRIANA APARECIDA REICHERT	10329	566543	554,10
ADRIANA ROEDER ELERT	10748	155365	343,51
ADRIANA WITKOWSKI SCHAKOWOSKI (MEI)	10509	317730	149,12
ADRIANI VENTURI (MEI)	10939	345695	158,73



AGE ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPACOES LTDA	9852	269328	149,12
AGUIA IND. COM. MATERIAIS ELETRICOS LTDA	9077	213217	280,22
ALBINO NELSON PERINI	6135	66338	230,11
ALCEU ALBERTINHO GIRARDI	6973	1013300	907,17
ALCIDES MULLER	10640	322270	311,11
ALCIDES REINOLD (MEI)	10891	342831	203,11
ALESSANDRA FARIAS DA SILVA ME	8633	181196	322,56
ALEXANDRE BORCHARDT	8388	163287	1.094,08
ALEXANDRE GONCALVES BAPTISTA (MEI)	10928	345016	158,73
ALEXANDRE GRISOLIA WANDERLEY	6394	666378	1.040,08
ALEXANDRE LUIS DE QUADROS SILVA	8663	180254	1.094,08
ALEXANDRE ROBERTO FIAMONCINI	8732	111562	907,17
ALFONSO LAEMMEL JUNIOR (MEI)	10276	301973	68,12
ALIDO MORATELLI	9922	71498	311,11
ALIDOR HASS	9314	22098	878,09
ALL SHOP COMERCIAL LTDA ME	5930	663689	268,56
ALOYS OSCAR KIPFER	9654	257222	230,11
ALPHA MACEDO CONSULTORIA LTDA	10682	329851	271,74
ALPHA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME	10860	341061	216,61
ALTAIR MONTEIRO DA CUNHA (MEI)	10963	346870	239,72
ALTENOR ALEXANDRE NAUMANN ME	10073	287598	230,11
ALZIRA RIBAS (MEI)	10349	308536	230,11
AMARILDO OBERZINER	8972	1079956	554,10
AMAZON IND. COM. CONFEC. LTDA	7729	1090160	257,11
AMULETTO CONFEC. LTDA ME	9472	242284	199,23
ANA CRISTINA RODRIGUES MANDALIS SONEGO	10996	1059297	1.040,08
ANA PAULA KIENEN	10817	589470	316,51
ANADIR MARIA SDRIGOTTI CURI ME	9519	246441	230,11
ANADODA CONFEC. LTDA ME	9657	257737	328,28
ANDERSON AGOSTINI	10675	1080318	554,10
ANDERSON BAUER (MEI)	11059	352837	149,12
ANDERSON DA SILVA (MEI)	10461	312584	230,11
ANDERSON JOSE BARCELLOS (MEI)	10886	342432	239,72
ANDERSON LUIZ DA SILVA SOUZA	9750	229156	311,11
ANDERSON LUIZ SCHMITT PRETO ME	8446	168386	255,73
ANDERSON PATRICIO	8019	130141	122,12
ANDRE LUIZ DA ROSA (MEI)	10305	305669	68,12
ANDREA FAGUNDES DOS SANTOS ME	10315	306517	158,73
ANDREA KAESTNER KAMP	10800	272809	878,09
ANDREIA MENDES	10979	1090763	689,10
ANDREY HENRIQUE WANSER	9787	218707	230,11
ANELISE MURER FURLANETTO	10867	338311	932,09
ANGELO FERRARI (MEI)	10918	344320	230,11
ANGELO OSS EMER	719	650870	230,11
ANNA PAULA DA COSTA (MEI)	10943	345814	230,11
ANNO DOMINI CONFEC. LTDA ME	10080	287920	392,35
ANTONIO DE CASTILHO JUNIOR (MEI)	10389	310468	149,12
ANTONIO LATAUCZESKI	10686	60364	284,11
ANTONIO RICARDO WAMSER PAUL (MEI)	10694	330531	29,70
ANTONIO SIBORSKI	8500	35017	230,11
APARECIDA DE LOURDES DOS SANTOS CUNHA (MEI)	10821	338559	158,73
AQUILINO VICENTI	1046	651117	316,51

ARAMART INDUSTRIA DE ARAMADOS LTDA	10911	343897	393,24
ARBEITEN ASSES. RECURSOS HUMANOS LTDA	7037	1064282	303,06
ARESTIDES KISNER	5112	660450	278,71
ARIANE RAQUEL GIOVANELLA ZINK	10452	1075004	316,51
ARILDES SALETE GIRARDI CHIARELLI ME	10523	318736	230,11
ARILTO RUTHES	9010	208841	230,11
ARION DENISAR OLSEN	10036	267520	1.040,08
ARISTOTELES JAQUES LEITE TEIXEIRA	572	650706	1.094,08
ARMATI DISTRIB. CONFEC. LTDA	9440	240435	270,85
ARNALDO WOLTER	10217	1093754	230,11
ARNO ROBERTO ANDREATTA	6862	1024973	907,17
ARSEMAR LUIZ FERRARI	7586	1091670	311,11
ARTE & CORTE TEXTIL LTDA	9221	26980	475,78
ARTE DE SONHAR IND. COM. CONFEC. LTDA	9969	280755	351,85
ARTEPLACAS INDUSTRIA DE PLACAS E ARTEFATOS DE METAIS LTDA. EPP	8853	195596	328,28
ASSOC. ATLETICA METISA	1148	651303	230,11
ASSOC. BIBLICA CULTURAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI	9357	69736	29,70
ASSOC. DEFIC. FIS. CHRISTY BROWN TIMBO	8812	1092111	135,62
ASSOC. MORADORES BAIRRO DOS ESTADOS	8440	166235	230,11
ASSOC. MORADORES BAIRRO SAO ROQUE	5761	662950	149,12
ASSOC. PAIS AMIGOS FUTEBOL ESTADOS BRASILEIROS	9368	235504	194,20
ASSOC. PAIS AMIGOS GINASTICA RITMICA DESPORTIVA	8366	1060384	68,12
ASSOC. PAIS PROF. UNID. PRE ESCOLAR VIOLETA	9670	1501275	29,70
ASSOC. RENAL VIDA	9382	236616	149,12
ASSOCIACAO DE PAIS E PROFESSORES DO COLEGIO ESTADUAL RUY BARBOSA	9828	666262	29,70
ASSOCIACAO DESPORTIVA , RECREATIVA E CULTURAL DUQUE DE CAXIAS	1808	653705	352,74
ATIVA TREINAMENTO EM INFORMATICA LTDA ME	8658	133574	322,56
ATT - ASSOCIACAO TIMBOENSE DE TAXISTAS	10657	328022	68,12
AUREA LOPPNOW GROSS	5896	663573	316,51
AUTO ELETRICA BELEM LTDA ME	6418	666475	268,56
AUTO MECANICA J.A.D. LTDA	6392	666351	268,56
AUTO POSTO TIMBO LTDA	10120	290840	418,92
AUTO VIACAO RAINHA LTDA	1168	166162	296,83
B.C. HOSPITALAR LTDA	9178	221988	187,56
B.E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA ME	10931	345148	386,19
B.H. COM. SISTEMAS SERVICOS LTDA	5089	660302	287,78
BAR LANCHONETE CONSTANTINO LTDA ME	9926	276286	349,56
BAR LANCHONETE CORBELIA LTDA	8304	156973	311,11
BAR LANCHONETE ZANON LTDA	10121	290874	230,11
BAZAR K.G.D LTDA ME	9480	243329	230,11
BEATRIZ FLORENCO	5464	661643	316,51
BELA VISTA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	11141	359440	64,91
BELL METALURGIA ASSES. INDL. LTDA	8460	168831	255,06
BELMIR GONSALVES DE ALCANTARA	9254	227145	316,51

BENTINHA MARIA DE ANDRADE	8407	1068580	316,51
BENVINDO CESIO VICENTE	1950	38059	316,51
BERNARDO BRUNO WETZEL	1078	651184	230,11
BIEL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	10715	331562	933,95
BIERVALE COM. DOCES E TRANSP. LTDA EPP	10117	290408	381,90
BIRIBA PRODUcoes ARTISTICAS LTDA	10169	280828	149,12
BLAUTECH SOM E ALARMES AUTOMOTIVOS LTDA ME	10030	285358	268,56
BOA VIDA SERVICOS POSTUMOS LTDA	9869	270075	216,61
BORDADOS TIMBO LTDA ME	9849	269174	328,28
BRAS-CUBA SAUDE SERVICOS & TECNOLOGIA LTDA	8053	135062	423,99
BRASFIX IND. COM. DE FIXADORES LTDA	8601	178845	426,69
BRASIL USIPLAST LTDA EPP	7947	129089	328,28
BUSCH COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	10645	327018	257,11
BY BALI SURF SHOP LTDA ME	9904	274208	287,78
C.C.P. CONFECcoes LTDA ME	7191	1071394	287,78
CAMARGO SAUDE OCUPACIONAL LTDA	9735	262315	349,56
CAMEL IND. COM. CONFEC. LTDA ME	9448	1094157	328,28
CAMILA DE MOURA F.I.	9577	249637	230,11
CANTINA LANCHONETE FAMEBLU LTDA ME	9918	274828	189,40
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE (MEI)	10951	346527	230,11
CARLA BAUMANN PLAUTZ GODOI	10463	313750	1.040,08
CARLA SOARES PROBST (MEI)	11061	331350	68,12
CARLA SORAYA GRONI (MEI)	11078	355178	194,20
CARLOS ALBERTO DA SILVA	8585	65145	230,11
CARLOS ALBERTO DE SOUZA REPRESENTACOES	10971	347434	77,73
CARLOS ALBERTO MULLER SERVICOS	9901	273490	149,12
CARLOS ALFREDO STIEHLER	7998	659410	230,11
CARLOS CAMILO BUCK	10573	313858	230,11
CARLOS EDUARDO DORN (MEI)	10713	331520	322,53
CARLOS JANDT	6574	1002384	230,11
CARLOS ROBERTO STOLF	6864	1005332	907,17
CARLOS RONEY BUTZKE	8851	191582	311,11
CARMEM KRUEGER ME	9961	279897	230,11
CASA DAS CARNES NOBRES ESPEC. EXOTICAS LTDA ME	6581	667757	457,55
CASA DO SONO DORMIT. COLCHOES LTDA ME	9744	262811	268,56
CASALI IND. COM. CONFEC. LTDA ME	9311	180246	328,28
CASSIA DENISE BARTH	10196	663344	316,51
CASSIA JUCARA CORREIA TOMASONI (MEI)	10481	303852	280,22
CASSIANA BITTENCOURT PINHEIRO	8510	171638	1.094,08
CASSIANO CASAGRANDE	9800	263095	1.040,08
CELESTE AUXILIADORA KLUG ANTUNES	8122	140406	316,51
CENTRO ARTISTICO E CULTURAL	8949	203793	149,12
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS GALPAO AMIGO	10810	11290	68,12
CENTRO EDUC. INF. CANTOS ENCAN-TOS LTDA	8509	172049	250,71
CHARBE ALCANTARA DAMASCENO	10098	288853	554,10
CHARBE ALCANTARA DAMASCENO ME	10529	319171	239,72

CHARLES BENZI (MEI)	11034	351253	230,11
CHARLES E LUCIANO COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	10054	286753	239,72
CHARLES GESSNER & CIA LTDA ME	6448	666700	287,78
CHARLES NORBERTO ZIMATH	6640	668206	230,11
CHAVES COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME	10574	321800	226,22
CHRISTA KLABUNDE	10863	20079	932,09
CHRISTIANE HANSEN MARQUES	9343	655040	213,91
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS	1350	13633	588,04
CIACOMP - SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	10620	325325	278,14
CICERO POMPEU CONTI BUZZI	6865	22209	839,67
CLAIR GOMES	10582	306975	316,51
CLARICE TESSAROLLO (MEI)	10424	313084	158,73
CLAS MOVEIS LTDA EPP	11004	349658	305,82
CLAUDIA ANDRADE ZEFERINO ROPER	9462	231037	1.040,08
CLAUDINEI DE NOVAIS	8766	190446	230,11
CLAUDIO EDSON DUWE	4907	659746	945,59
CLAUDIO JACIR BEYER (MEI)	10404	310476	77,73
CLAUDIO KARSTEN	2135	63100	230,11
CLAUDIO VILMAR TONIAL	8031	56863	230,11
CLEBER ANTONIO PALMA	10307	304360	1.040,08
CLEONILDO ALDEMAN DE OLIVEIRA	7963	39802	1.040,08
CLEUSA MARIA CARDOSO TONKO BUTZKE	3500	656488	316,51
CLINICA MEDICA L.P LTDA ME	9779	265055	471,97
CLUBE TIMBO FUTEVOLEI	8909	199451	187,56
COML. GENEBRA LTDA ME	4785	659401	311,11
COML. MADEIRAS CATARINENSE LTDA	9607	1022237	187,56
COMM5 TECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA EPP	10445	314625	361,22
COMM5 TECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA	10444	314498	280,22
CONFECcao E FACCAO FELIPPI LTDA ME	6664	668400	305,82
CONFECcoes ELIATIM LTDA ME	10289	304530	239,72
CONF. PANIF. CRUZEIRO LTDA ME	8281	663530	469,22
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI	6914	1064010	29,70
CONSTRUDARTTI COM. MAT. CONSTRUCAO LTDA	9006	208515	282,98
CONTABILIDADE ASSESSORIA BONA LTDA	6064	1034308	268,56
CONTROLLER INVESTIMENTOS E SERVICOS SC LTDA	6296	665754	255,06
COOP DE CRED.DOS MEDICOS E DEMAIS PROF.DA SAUDE,CONT.,PROFESSORES E EMPRESARIOS DE BLUMENAU E VALE D	8882	197270	1.449,58
COOP. ECON. CRED. MUTUO GERMER LTDA	3120	655783	1.382,08
COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA	1326	651966	297,39
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DOS VALES DO ITAJAI E ITAPOCU E DO LITORAL NO	8354	157279	1.389,50
COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI	9986	167738	1.731,04

CORTE TALHARIA JACLE LTDA	7890	126373	328,28
CRISTIANE SCHAADE BONATTI	9061	212202	213,91
CRISTIANO ADRIANO PATRICIO	8797	192970	230,11
CRISTIANO BUBLITZ	10677	329703	554,10
CRISTIANO PEDRELLI (MEI)	10712	331511	418,59
D. EDITH ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA	9342	234346	158,73
D.B. S/A COM. MOVEIS ELETRODOMESTICOS	9947	279110	341,86
DAFFPACK IND. COM. EMBALAGENS LTDA	9743	262790	312,24
DAIANI FRONZA	9033	208574	907,17
DAISY FERNANDES	9510	245275	1.040,08
DALLABONA REPRESENTACOES LTDA ME	10152	292931	77,73
DALLAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	9636	255661	409,28
DALVA CRISTINA GERMER	9810	119628	689,10
DAMARIS LUCIO DA SILVA GESSNER (MEI)	11031	351113	230,11
D'ANGELO'S CONFEC. ESTAMPARIA LTDA ME	9882	271020	391,67
DANIEL CONTESSOTTO JUNIOR (MEI)	10616	323926	77,73
DANIEL FALLEIRO SIMUNDI ME	10737	332763	1.213,52
DANIEL FALLEIRO SIMUNDI ME	10832	339105	1.121,08
DANIEL KLAUS KIEFER	7099	1066706	230,11
DANIELA FERNANDA TEIXEIRA RAMOS (MEI)	10388	310433	68,12
DARCI GALISA (MEI)	11018	350125	280,22
DARIO SANTOS FRONZA	317	29513	1.094,08
DAVID MACIEL PEREIRA	10703	126080	554,10
DAVIS ALEXANDER CONTI	9441	234273	878,09
DAY TRADE PROMOTORA DE VENDAS LTDA ME	10815	338338	485,74
DECIO FRANCISCO RIBAS	10350	40797	311,11
DENIS ARTHUR SCHULZ ME	9694	259527	287,78
DENISE SUELY JANKE (MEI)	10544	320196	149,12
DEOMILDE BORGES XAVIER	10491	123331	316,51
DIETER GERHARD SCHWARTZ	6254	665479	197,71
DIGITOS ORGANIZACAO EMPRESARIAL E FOMENTO MERCANTIL LTDA.	8948	203637	292,32
DIMAS FIGURSKI	10530	264750	230,11
DIOGO THERCIO DE FREITAS	8880	196240	907,17
DIONEI SCHIMANSKI	10375	127264	907,17
DIONEY ANDRE NONES (MEI)	10378	309915	185,73
DIRCE APARECIDA GIOTTI KANITZ	10533	113506	316,51
DIRCI PIAZZA	760	89656	316,51
DIRLEI FRANCISCO DOS PASSOS ME	9257	228893	230,11
DITMAR KLITZKE	488	56731	230,11
DITMAR KLOTZ ME	9201	1501402	230,11
DIVIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	10936	345580	311,11
DJR CONSTRUTORA, INCORPORADORA E SERVICOS LTDA	9120	1090518	300,90
DONIZETE PRADÉ ME	10778	336165	271,74
DORIZETE CAMPESTRINI	8594	1079174	316,51
DORIZETE NICHELATTI (MEI)	10438	314196	77,73
DORLY SETTER LEDRA	7276	1038281	343,51
DOROTI TEREZINHA GIOTTI	334	650390	316,51
DROGARIA FARMACIA JADER LTDA	9194	222798	570,79
DURALUM ESQUADRIAS LTDA	5857	13714	364,32

ECATEX CONFECÇOES LTDA EPP	8817	194182	863,91
EDELTRAUD ANA GRONI	8457	146056	240,91
EDER PEICKER	9861	269212	230,11
EDLA SPRUNG ME	6712	668796	268,53
EDSON HENRIQUE BORCHARDT	5135	98264	230,11
EDSON JOSE ANDRUCZEWICZ (MEI)	10893	342882	226,22
EDSON JOSE DE MATOS (MEI)	11036	351636	149,12
EDSON KURTH F.I.	8333	159417	206,79
EDUARDO BEBIAN	2751	63207	230,11
EDUARDO KRUGER	9264	229032	262,51
EKX-XTREME BRASIL ORGANIZACAO DE FESTAS LTDA ME	10278	303437	149,12
ELAINE CRISTINA DE SANT' ANNA ME	9111	216623	231,71
ELAINE CRISTINA DE SANT ANNA ME - FILIAL	10294	305030	231,71
ELBRA - ENERGIA LIMPA DO BRASIL - ME	10556	320749	271,74
ELEGE REPRESENTACOES LTDA	7687	112526	226,22
ELEMER REGIS	9650	241156	878,09
ELEONORA BRANDT	8114	140724	230,11
ELIANE FATIMA SASSI DA SILVA	8911	199834	132,92
ELIANE SUNDERMEYER (MEI)	11028	350966	239,72
ELISABETH KOLB EMMEL	9090	190420	1.040,08
ELISABETH MAIER	8734	125857	839,67
ELISANGELA DA ROSA	11001	1086693	343,51
ELISANGELA NICOLICHI	10309	280020	284,11
ELSON ANTONIO APARECIDO MARSON JUNIOR (MEI)	10412	312231	68,12
EMERSON AMORIM RIBEIRO	7644	1094203	1.040,08
EMERSON LUIS ROEDEL	6200	665134	945,59
EMILIA VALLER NEVES ME	10383	310077	239,72
EMIR JOSE PEDRELLI	9703	660175	230,11
EMPREIT. MAO DE OBRA S.C.G. LTDA	9248	222763	158,73
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA MONTE MORIA LTDA	10254	301132	158,73
ERNANI GIRARDI	8804	33065	311,11
ERNANI MAFRA	3724	75116	311,11
ERRADONE SERVICOS TECNICOS EM RADIODIAGNOSTICOS LTDA ME	11006	349844	187,56
ESPORTE CLUBE AGUA VERDE	1396	652199	381,90
EUCLIDES PACKER	6871	256	907,17
EVAIR FRANCISCO BONA	6961	1061097	907,17
EVERTON MARLON FIRMINO	8731	187704	262,51
EVILASIO CARSTEN DUARTE	9864	1085140	1.040,08
EXPRESSIVA ARQUITETURA ENGENHARIA LTDA	10106	289698	274,28
EXPRESSO PRESIDENTE GETULIO LTDA	8943	161659	212,73
F C TRANSPORTES LTDA ME	8596	178500	226,22
F-10 INDUSTRIA DE EMBALAGENS PERSONALIZADAS LTDA.	8264	154016	872,93
F-5 ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	9364	229180	158,73
FABIANA REBLIN (MEI)	11000	349372	230,11
FABIANA STRUCK	9718	246816	316,51
FABIANA VOLTOLINI	10355	1091573	554,10
FABIO FERRARI (MEI)	10376	305340	77,73
FABIO HOFFMANN (MEI)	10325	307211	228,74
FABIO RAFAEL GRUNDMANN (MEI)	11019	350192	230,11
FABIO ZAPPELLINI	9053	206199	311,11
FABRICA DE PAPELAO TIMBO LTDA	1768	653535	2.944,35
FACCAO EMBALAGENS AUREA LTDA	8762	190004	268,56

FACHINI FORROS DIV. COM. DECOR. LTDA ME	8844	195154	187,56
FALCON OFICINA MECANICA LTDA ME	1413	652237	311,81
FARMACIA DEHON LTDA ME	8859	145408	457,55
FARMAHAAS DROGARIA LTDA EPP	6397	17248	457,55
FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DE JUDO DE SANTA CATARINA	10406	311499	190,75
FELIPE HUMBERTO DE LIO	10149	292591	554,10
FELIPEGUIOMAR CONSTR. E INCORP. LTDA ME	9987	1033913	206,79
FENEX RECICLAGEM LTDA	9200	190888	453,69
FENIX EMPRESARIAL LTDA	8639	181609	255,06
FERBRAS FERRAMENTARIA LTDA ME	8939	202746	328,28
FERNANDA SCHMITZ	10353	308129	1.040,08
FERNANDO PETERSEN	11147	167975	183,70
FRANCIANE MARIA KURTH	8964	206091	230,11
FRANCIELLE HARTMANN	10476	212539	1.040,08
FRANCISCO CARLOS SPINA	8408	165948	230,11
FRANCISCO DAS CHAGAS MESQUITA	10880	342106	230,11
FRANCISCO EUNES ANDRADE AZEVEDO	10710	259900	230,11
FRANCISCO JEFERSON LOPONI	8071	136620	230,11
FRANCISCO MATTOS DE LARA (MEI)	10612	324884	77,73
FRED JIN CHAVEIRO COM E REPRES. DE SERVICOS LTDA ME	4732	659290	230,11
FULL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	10393	309559	239,72
G & M INCORPORADORA E CONSTRU-TORA LTDA	10634	205869	226,22
G.J. IMCON IND. METALURGICA E CONSTRUCAO LTDA	10161	293466	491,38
G.V. SZWAKO IND. DE ALIMENTOS LTDA ME	9256	228877	307,22
G4 TEXTIL LTDA ME	9324	660370	270,85
GABRIELA RHINOW PUPIN DE ALMEIDA	10089	283797	959,09
GELASIO PUTKA	9639	655260	230,11
GEMINI CONFEC. LTDA ME	7489	1087576	448,32
GEOVANA MARTIRE DE SOUZA ME	9491	244015	191,21
GERALDO CARL	10960	89273	230,11
GERMANO KARSTEN	479	650587	230,11
GESSICA MAIARA DE OLIVEIRA ME	10551	320480	280,22
GIAN CARLO RIBEIRO	9816	203211	316,51
GIAN TELLES ME	10130	291382	257,11
GILBERTO FRANCISCO MOTA ME	8526	172910	158,73
GILBERTO JOSE GOMES (MEI)	11030	351091	230,11
GILMAR VICENTE (MEI)	11055	352829	77,73
GIOVANI ALBERTO NUNES (MEI)	10239	299529	158,73
GIOVANI VALENTIM LADISLAU	8908	183784	230,11
GISELA FLEISCHER	2043	654060	343,51
GISELE DA SILVA	10279	300616	316,51
GLAUCO MIRANDA	8287	154326	1.040,08
GOUVEIA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA ME	10987	348872	226,22
GRACIANI GEBHARDT	8203	146692	316,51
GRAZIELA PATRICIA FLORIANI BELL	6631	668125	945,59
GREEN PALM ATACADO CONSERVAS LTDA ME	10108	289795	190,75
GREYTON INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA ME	8503	142778	287,78
GUITZ CONFEC. LTDA	9190	222526	280,22
GUSTAVO DE RE	11081	228338	1.040,08

H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA	10727	332526	449,40
HAROLDO DUWE	7371	62596	230,11
HAROLDO RITZKE	8181	87025	635,10
HAYLTON VIEIRA DE MELLO	10666	328995	216,61
HEBERT RIBEIRO PEREIRA (MEI)	11035	351628	230,11
HELDENER PATRICK PEREIRA BERTO	6908	1057871	621,60
HELTOM HENRIQUE AFFMANN	7774	1074520	554,10
HERVE PUPIN DE ALMEIDA	7962	52914	1.040,08
HILTON LEAL	7940	63738	262,51
HOUSE OF CARD GAMES LTDA ME	10870	341509	433,74
HUMBERTO KLITZKE (MEI)	10998	349259	216,61
HUMBERTO PASQUALINI	7664	1082736	1.094,08
HUNTER AUTOMATED DO BRASIL LTDA	10872	142956	382,36
I.G.B. IMPERIAL GRANITOS DO BRASIL LTDA	7132	1068075	382,36
I.H. JUNIOR CONFECÇÕES LTDA EPP	10394	310760	280,22
IDA DREGER REETZ ME	2970	655520	280,22
IDA LONGO	603	32794	316,51
IEDA CRISTINA CARLINI GUTZ (MEI)	11041	343935	257,11
IFM REPRESENTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	9842	268810	206,79
IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE TIMBÓ	10876	87890	29,70
IGREJA MINISTERIO RESTAURACAO EM TIMBO	10816	588229	29,70
ILDEGARD BELL	57	650072	316,51
ILSON LOURENCO	5308	64041	316,51
IMAGEM CLINICA DE DIAGNOSTICOS LTDA	7150	1068890	149,12
IMPORT FOODS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA EPP	11008	349895	352,74
IN AGENCIA DE MODELOS LTDA ME	9186	222313	187,56
INACIO DE SOUZA E SILVA JUNIOR	5830	663301	1.094,08
INATRUCK IND. COM. AUTOPECAS LTDA ME	9752	1501399	309,06
INCORPORADORA MAOTTE LTDA	8312	151750	226,22
INCORPORADORA SCHAADÉ LTDA.	10744	333336	226,22
IND. COM. CALCADOS JULIANA LTDA	1505	652539	346,32
IND. CONFEC. ALAYN LTDA	9048	211281	328,28
INFERTEC INJECAO E FABRICACAO DE FERRAMENTAS TECNICAS LTDA ME	8272	154490	328,28
INGO KURTH	9837	87360	230,11
INGO PAUL	10236	41874	230,11
INGO VOLKMANN	10197	1018906	230,11
INGOBERT JANKE ME	9537	247529	491,38
INGOMAR BELL	8579	1000314	311,11
IOLANDA SCHMEIDER MANTAI	6110	664626	213,91
IRIA FRANZ BORGES	8828	1018477	213,91
IRIS ARNDT PEREIRA DA SILVA	7604	1071050	316,51
ISAIAS ALVES DOS SANTOS	9179	163678	311,11
ISAIAS CELESTINO DE MATOS (MEI)	10781	336564	135,62
ISMAEL PEREIRA (MEI)	10749	333450	230,11
ISOLDE NEGHERBON	10158	278289	316,51
IVANILDE LARSEN AFFMANN	10002	283614	231,71
IVETE FAES	6454	666750	213,91
IVO BRAATZ	5421	42536	230,11
IVO BRAATZ JUNIOR	9708	85286	230,11
IVO GROSSKLAGS	365	53031	230,11
IVO SCHULZ	913	37672	230,11
IVONE NIESS GUSTMANN	7955	129488	213,91

IVONETE SAVITSKI ME	9326	233366	230,11
J.A. USINAGEM INDUSTRIA E COMER- CIO LTDA	10579	322091	542,90
J.C DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LTDA	10267	302546	703,73
J.C. COM. VAREJ. VARIEDADES LTDA ME	9575	249599	676,76
J.C. INDUSTRIAL TEXTIL LTDA ME	7992	123773	473,35
J.D.L. FERRAMENTARIA LTDA ME	9320	233013	280,22
J.G.T. ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	10403	311600	77,73
JACSON NOVAK MOVEIS ME	10746	333395	77,73
JAIME CONACO	8412	165972	270,61
JAIR ALVES DA SILVA	8397	118109	230,11
JAIR BERTRAM ME	8777	191787	230,11
JANAINA BIANCHET	10752	303801	1.040,08
JANAINA ELAINE FRANCISCA DE OLIVEIRA FI	8325	158356	517,27
JANAYNA GALTALDI LEICHT	10890	178616	1.040,08
JANDERICK DE SOUZA ALVES	10983	255734	1.040,08
JANETE APARECIDA CHRIST GREGORY	7917	125865	316,51
JANETE APARECIDA CRISTOFOLINI SAIDEL (MEI)	11016	350087	280,22
JANETE DIANA MAAS ME	9818	267597	230,11
JANETE VIEIRA KOSLOWSKI ME	9946	278793	280,22
JANICE DEBARBA (MEI)	10812	338257	230,11
JANITE STEIN BREHMER	10550	1014293	316,51
JEFFERSON ADEMAR PENZ	6847	1058894	230,11
JEFFERSON FELIPPI	10706	309710	554,10
JEFFERSON GELEZAUSKAS (MEI)	11017	350095	216,61
JEFFERSON JOEL BORCHARDT (MEI)	10776	336009	320,72
JENS HASSE	1936	29734	1.013,08
JESSICA ALINE PONATH	10296	300861	316,51
JESSICA MARA PUFF (MEI)	10942	336548	203,11
JETAC INCORPORADORA E PARTICIPA- COES LTDA	9805	266728	158,73
JILMAR HUMBERTO CHIARELLI ME	5672	23019	282,98
JK PINTURAS LTDA ME	10405	311847	287,78
JOAO CARLOS STAACK	10904	21555	907,17
JOAO FERNANDO HERAT ME	10065	287253	68,12
JOAO INACIO CARNEIRO DOS SANTOS ME	8884	197459	311,11
JOAO ORLANDO DIAS	10077	1035487	621,60
JOAO PAULO DE OLIVEIRA	9963	280267	230,11
JOAO WANDERLEY RIBEIRO	10672	278017	230,11
JOCELY XAVIER ARAUJO	6878	46540	907,17
JODIMAC MAQUINAS LTDA ME	5360	661260	268,56
JOEL DOS SANTOS PEREIRA (MEI)	10938	345687	239,72
JOEL MAURICIO BONACOLSI	10679	201677	554,10
JONATHAN ALEXANDRO ZABALA (MEI)	10958	344338	311,11
JONH ANDERSON BRANDT	10845	278742	554,10
JORGE LUIS RAFALSKI (MEI)	10981	348341	158,73
JORGES JENIRO KRETZCHMAR	9152	165069	311,11
JOSE ADMILSON VENTZ	4563	658847	230,11
JOSE ANTONIO HOFFMANN	6458	56200	230,11
JOSE AUGUSTO AMORIM MAGALHAES	10690	330353	197,71
JOSE FARIAS	4213	40959	311,11
JOSE GIROLA	9941	58815	230,11
JOSE MENESTRINA	2607	35564	316,51
JOSE NEI KOCH ME	9526	246930	409,28
JOSE NEREU DA SILVA	8472	154458	316,51

JOSE ROBERTO CARVALHO DE JESUS	11049	317160	554,10
JOSIANE SILENE SCHMID FREITAG	8979	199672	1.040,08
JOSIMAR SARDAGNA	9827	268151	352,74
JUCELINO RADDATZ	10555	291072	311,11
JUCINARA BOMSENHOR (MEI)	10955	346659	203,11
JULIANA MICHELSON MANIQUE BAR- RETO ME	10056	286818	230,11
JULIANE GUTHER KELLER (MEI)	10511	317756	149,12
JULIANE REGINA BONA VIEBRANTZ	10116	287873	689,10
JULIANO LENZI	10045	50172	878,09
JULIO PEREIRA DA SILVA	942	75523	230,11
JURANDIR ANTONIO PELLIN	4593	36226	621,60
JURANDIR CUÇO	8862	63371	554,10
JURANDIR HAMMERMEISTER	7277	1048198	230,11
JURANDY NONES	10785	69043	284,11
JUREMA CRISTOVAO KOEHLER	8463	144070	316,51
JUSCELINO MURARA (MEI)	10838	339504	122,12
JUSSARA DE FATIMA DA ROSA	10875	338320	316,51
K.F.T. FLORESTAL LTDA	9018	209775	149,12
K.L. CONFECÇAO E ESTAMPARIA LTDA ME	10991	349011	239,72
KAROLINE MARCELI HARDT	10095	172596	343,51
KAROLYNE ANDREA ASANO BERTOLDI REITER	9162	164372	878,09
KATERINE STOLF DE SOUZA	10505	150614	878,09
KATIA SUELI KANNENBERG SZPOGA- NICZ ME	10519	318655	284,11
KOGIBA METALURGICA LTDA	8485	170437	328,28
KOWACZ & SANTOS COM. SERV. IN- FORMATICA LTDA ME	9612	253219	287,78
KUISERYN SERIGRAFIA LTDA ME	7961	129640	268,56
L.M. AGUAS LTDA EPP	11037	351725	346,32
LADEMIR KUMMROW	8151	1058819	839,67
LAERCIO DOEGE	6093	98868	230,11
LAMIVALE LTDA	7773	118087	328,28
LANCHONETE B.M.E. LTDA ME	6609	667935	349,56
LANCHONETE PAHL LTDA ME	8696	186287	311,11
LAURA PINTO CERUTTI (MEI)	10871	341576	230,11
LAURIANO MAAS	5579	662232	230,11
LEA MICHELLE BREHMER BUTZKE	6340	1035096	278,09
LEA ROSANA SOFKA DOS REIS (MEI)	10507	317691	149,12
LEANDRO DREWS	11045	66818	907,17
LEDA MARIA CRISTOFOLINI (MEI)	10977	348287	149,12
LEILA KARAZAWA GUERRA	8361	1034650	1.040,08
LEO ROBERTO SEIDEL	10522	231118	945,59
LEONITA AGOSTINI FERNANDES	6711	668788	213,91
LILLI SCHULTZ BUTZKE	4024	657620	213,91
LINCE NUCLEO INGLES LTDA ME	9300	231320	277,71
LINDO GIRELLI	4050	55140	230,11
LIRIO STOLF	7428	1084860	621,60
LISANA TORRES	10449	309850	932,09
LIVRARIA EL SCHADDAI LTDA ME	10137	286494	230,11
LOIVO ALVES JORGE	10316	306398	230,11
LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS	5575	662224	450,88
LONGO & HEINECK ARQUITETURA LTDA	10700	327379	274,28
LUCIA CONZATTI AGOSTINI	10683	213004	554,10
LUCIANA APARECIDA WESTPHAL	9809	265349	267,91
LUCIANE MARA MARQUARDT RODRI- GUES ME	9899	273236	328,28

LUCIO OSMAR LACH	8652	183008	230,11
LUIZ CARLOS NECKEL	9108	1024400	311,11
LUIZ CARLOS PEREIRA DA COSTA ME	10456	315168	230,11
LUIZ FERNANDO GONCALVES LEITE	10396	311030	878,09
LUIZ SALVADOR PIONTKOWSKI	9306	56693	230,11
LUIZA DALABONA	4303	658146	213,91
M.F. CONFECOES LTDA ME	8944	203262	280,22
M.T.R. TRANSPORTES LTDA	6773	669318	328,36
MADETIM MOVEIS E ESQUADRIAS LTDA ME	8771	163481	280,22
MAICON FELIX TEIKOVSKI (MEI)	10805	337951	311,11
MAICON FUCHS (MEI)	10281	303780	122,12
MALHARIA LUCHTENBERG LTDA EPP	9792	265845	271,74
MANA REFEICOES LTDA. EPP.	10794	337269	382,36
MANFREDO SCHMIDT ME	10470	316091	426,37
MANOEL BENTO	10192	101664	230,11
MARA CRISTINA KOEPEL (MEI)	10431	313122	230,11
MARCELA MOSER	10094	121045	343,51
MARCELO LUIZ HENKES (MEI)	10791	336998	230,11
MARCELO MAAS (MEI)	10660	328081	45,71
MARCELO MARCONDES HAMER	10548	168564	878,09
MARCELO RICARDO THEILACKER	10469	123269	878,09
MARCELO ROBERTO AFFMANN (MEI)	10990	345857	216,61
MARCELO STEFFEN	3207	76007	311,11
MARCIA GUSTMANN MENGARDA	7650	1093541	343,51
MARCIA HELENA FAVERO NASATO	11097	277037	316,48
MARCIANO DA COSTA (MEI)	10843	335541	230,11
MARCIEL PENZ	10144	54682	311,11
MARCIO ANTONIO DE LIZ	8685	184446	284,11
MARCIO HILARIO RAMOS ME	8442	168033	149,12
MARCIO LENZI	8563	663484	878,09
MARCIO LOPPNOW (MEI)	10428	313246	149,12
MARCIO REINERT	9211	40843	262,51
MARCIONEI PAULINO DA SILVA	9836	268429	230,11
MARCO GUERRA	3257	21873	1.040,08
MARCONY JOSE DA SILVA ME	9452	185604	271,74
MARCOS ALBRECHT ME	10155	293130	230,11
MARCOS DE ABREU TEIXEIRA ME	9057	212083	230,11
MARCOS GADOTTI	6881	22039	907,17
MARCOS LANGA	9648	256137	230,11
MARCOS PAULO FERREIRA COMIN ME	10308	306045	365,11
MARCOS RICHEN	8481	81000	68,12
MARCOS ROBERTO ANTUNES GIELAND	10708	331406	77,73
MARCOS ROGERIO GUSE	10562	220787	311,11
MARCOS STEFFEN	9613	12580	230,11
MARENI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA EPP	9813	267341	328,28
MARIA APARECIDA DALSASSO STEUCK	9815	1086723	230,11
MARIA DA SILVA	8112	140830	173,41
MARIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA ME	9079	213640	230,11
MARIA ISABEL DE SOUZA	10231	669458	316,51
MARIA MARLEI ZAPELLINI GOSAVA	5763	662976	316,51
MARIANA STUHLERT IGNACIO (MEI)	10513	317780	158,73
MARILEI CUNHA	9263	1029681	68,12
MARIO ALBERTO KLUG	6883	32646	907,17
MARIO CESAR VIEIRA SABONETES ME	9571	249530	307,22
MARISE ROZALIA VOLTOLINI KAMKE (MEI)	10318	306835	149,12
MARISTELA SCHEIDEMANTEL CATTONI	9975	185531	554,10

MARIZE ELIANE PEREIRA ME	10917	344230	446,10
MARIZETE COLACO DUFFECK (MEI)	10822	338583	230,11
MARLETE DIRKSEN PASCHOALINI ME	8477	170062	230,11
MARLI KUSTER LORENZI (MEI)	10559	320986	158,73
MARLI ULBRICH MATOSO DE AGUIAR BARBOSA	9971	198862	262,51
MARLINO STEDILE	7766	116513	230,11
MARLISE CARDOSO MILCHERT	9592	249556	316,51
MARLISE SCHEIDEMANTEL	6884	54488	907,17
MARLIZE RIOLA GONSALVES DA LUZ	9400	664448	316,51
MARLY DO CARMO VIEIRA HASS	8378	20320	932,09
MATHICE PRESENTES LTDA ME	4062	657719	230,11
MATIAS LORENZ	8724	112445	839,67
MAXIMILIANO GERALDO HOFFMANN OSAIDA	9081	123692	1.040,08
MEGACRED CREDITO PESSOAL LTDA ME	9378	236578	287,78
MEGG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.	10630	325732	68,12
MENINA'MA BOUTIQUE LTDA	8665	184012	268,56
MERCADO HORA CERTA LTDA ME	10003	283622	420,70
MERCADOMOVEIS LTDA - FILIAL	10037	285650	239,72
MERCIO FELIX TEIKOVSKI	9412	238198	230,11
MET IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA ME	10611	324817	258,25
METAL HASTE IND. COM. LTDA	8240	152013	271,74
METALVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1646	653055	573,38
METALWOOLD REPRES. COML. LTDA	8589	177946	158,73
MEYKE ROSITA HORSTMANN RADDATZ	6034	664260	554,10
MICHAEL LORENZ	6885	1059360	907,17
MICHELE GUILHERME (MEI)	10932	345237	365,11
MICHELLE ANDRIANI DANKER	9892	125741	878,09
MIGUEL DE NOVAIS	3330	81167	230,11
MIGUEL MOACIR SAMULEWSKI	4092	657751	230,11
MILKE CONFEC. LTDA	9885	271659	280,22
MIRELA LONGO ORSI	9089	650862	68,12
MIRIAN BELL	10343	44512	68,12
MISTERCREDI EMPRESTIMOS CONSIGNADOS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	7990	130907	226,22
MITT MASCHE TEXTIL LTDA	7104	1067036	346,32
MITZ DO BRASIL CONFECOES LTDA	9618	253782	392,35
MIX TIMBO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONCRETO LTDA	10301	305553	419,81
MOACIR BLOEDORN (MEI)	10618	325287	68,12
MOACIR GONCALVES	8581	176486	311,11
MONTE SIAO REPRESENTACOES LTDA ME	10601	323101	226,22
MONTE SINAI IND. TEXTIL LTDA	7081	101800	491,38
MOSER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA ME	9689	259268	287,78
MOTYCZKA, BRAUN & CIA LTDA	7336	1079778	457,55
MYCKE ALLAN LINO	10111	286621	316,51
NADIR CATTONI	157	650161	316,51
NADJA KERTISCHKA	10462	314439	316,51
NARA RUBIA BOMBASARO ME	9640	255874	230,11
NEIDE REGINA RICHTER	7455	21822	316,51
NELSON AFFMANN	8992	53864	621,60
NELSON AGOSTINI	6309	665835	270,61
NELSON BARTH	8896	198056	230,11

NELSON MACHADO	4952	47635	230,11
NEREU JOSE ANSCHAU	9373	221791	316,51
NERI RODRIGUES DE OLIVEIRA (MEI)	11046	352080	158,73
NEUMARK CORRETORA SEGUROS LTDA	8175	145840	158,73
NEUSA GIOTTI	849	650994	316,51
NILCEIA LEITE MERELES ME	9563	249254	392,11
NILO NAZATTO	684	650820	230,11
NILSON EWALD	9399	33596	311,11
NILSON NUNES	7986	130761	230,11
NILSON SAMULEWSKI	10385	80276	230,11
NILTON CATAFEITA ME	2240	654370	230,11
NORMA RIEKMANN	6673	668478	213,91
NORMA SCHULZ	6672	1004891	230,11
NORMA TESKE	7964	68918	240,91
NORTON COMERCIO DE EXTINTORES LTDA ME	1685	653160	268,56
NOVO LAR COM. DE MOVEIS LTDA EPP	10052	282340	459,85
O.NASATO VESTUARIO ME	9014	209597	230,11
OCT - ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA	9596	231657	274,28
OFICINA PINTURA POLIMENTO A.J.K. LTDA ME	6334	665975	268,56
OLIMPIA OSS-EMER LUCHTEMBERG	5070	660256	316,51
OLIVIA BRAIT	10302	301914	932,09
OLIVIA CUMERLATTO ME	10237	299189	270,61
OLVIDES PASQUALI	736	52850	230,11
ORESTES FABIANO BIANCO ME	10610	324035	230,11
ORIGINAL ASSESSORIA E REPRESENTACOES LTDA	10792	337072	77,73
ORILDO BORTOLI	8875	1021044	230,11
OSMAR KLUG	507	62693	230,11
OSMAR PEICKER	8551	67440	230,11
OSNI BEGALKE	5850	663387	230,11
OSVALDO DARUI	5355	661252	230,11
OTAVIO AUGUSTO SCHIOCHET	9666	21547	230,11
OZANA AMERICO DA ROSA ME	10662	328502	346,32
P.J. COML. LTDA ME	8243	661929	231,71
PANE DI GRANI ALIMENTOS LTDA. ME	10873	341681	307,22
PANIFIC. PAO DO BAIRRO LTDA	8830	194638	307,22
PAOLA MILENA CAMPESTRINI	9924	274925	907,17
PATRICIA ALESSANDRA DA SILVA	10552	318531	945,59
PATRICIA REGINA BONA FISSMER	6890	1059408	907,17
PATRICK NASATO	9058	126284	1.094,08
PAULO ALEXANDRE WANROWSKY FISSMER	8727	101826	839,67
PAULO CESAR DA SILVA PEREIRA	9668	230588	230,11
PAULO LUIZ SALVADOR	3181	655872	262,51
PAULO ROBERTO COSTA	8046	657972	122,12
PELICAN TEXTIL LTDA	10241	299871	351,85
PEROLA COM. PEDRAS LTDA ME	9360	234907	268,56
PEROLA DO VALE MEDICINA DO TRABALHO LTDA	8858	195944	311,11
PETER STORM	8370	1033239	230,11
PISSETTI E SCHRAMN LTDA	8798	193046	268,56
POLITIM SERVICOS DE POLIMENTO E CROMAGEM LTDA ME	10957	346691	230,11
POSTO ALEXANDRE LTDA	6997	1062662	854,84
POSTO MORRO AZUL LTDA	7479	1085760	370,86
PRISCILA KANNENBERG	10101	287849	397,51
PRISCILA TUANE BATISTA	10980	348325	932,09

PRISCILLA WALTERS LANGE	9898	268526	1.040,08
QUINTANA & CIA LTDA EPP	10109	289507	271,74
R.M. ENTREGAS RAPIDAS LTDA ME	9929	276367	149,12
R.O. CORRETORA DE SEGUROS LTDA	9418	238767	292,32
RAFAEL ANGELO ROZZA (MEI)	10222	298387	68,12
RAFAEL CONSTANTE	8618	154717	554,10
RAFAEL FRANCISCO PETROSKI DA SILVA (MEI)	10740	331872	149,12
RAFAELA APARECIDA PETERMANN	10868	333220	343,51
RAFAELI MAQUINAS CONSERTOS LTDA	7872	125237	268,56
RANULFO NUNES XAVIER	10044	212407	316,51
RAQUEL VOIGDLENER LORENZ	10681	1046675	689,10
RAUL SCHLEY	8673	83984	230,11
REFEICOES NATURAS LTDA	10365	305677	684,13
REGATA COMERCIO DE MOTOS LTDA - FILIAL	10160	293385	414,84
REINALDO RUDIMAR SCHMIDT	7333	1066544	621,60
REINALDO STEUCK	5456	57274	230,11
REJEANE SUELI SILVA (MEI)	10501	317616	239,72
RENATE VOIGT	9609	661538	343,51
RENE PEGORETTI	8827	102954	878,09
REST. NEREUZINHO LTDA ME	8317	157740	336,97
RETIFICA DO VALE LTDA ME	10086	288268	268,56
RETKE IND. COM. DE MATERIAIS DE SEGURANCA LTDA ME	10381	309940	459,85
REVELINO URBANSKI (MEI)	11056	352900	135,62
RICARDO BUSNARDO (MEI)	10617	319945	149,12
RICARDO PACHER	9803	177440	907,17
ROBERTO GRAHL	4416	52370	311,11
ROBERTO SEIDEL	931	29920	689,10
ROBERTO TRAPLE & CIA LTDA	10628	145998	77,73
ROBSON ANTONIO PALMA	10306	277673	1.040,08
ROBSON PIONTKOWSKI	10705	330736	554,10
RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS (MEI)	10379	309923	158,73
RODRIGO LUIZ BOAVENTURA	5754	662909	316,51
RODRIGO MOLLA MAGALLANES ME	8681	185507	284,11
ROGER ANDREAS ISLEB	6294	22365	945,59
ROGERIO ALMEIDA COUTO (MEI)	10747	330809	68,12
ROGERIO HERMES DE MEDEIROS (MEI)	10941	339687	158,73
ROGERIO HONORATO TONOLLI	10454	1024817	878,09
ROGERIO ROEDEL	8738	1026186	945,59
ROLF ITTNER	5132	82112	230,11
ROMANO HENKELS	10676	240087	554,10
ROMARIZ VOLLMER JACQUES	449	650544	1.040,08
ROMELIO KNECHT	4224	658014	230,11
ROMUALDO FRANCISCO PEYERL	5642	39691	311,11
RONALD JANDT	6585	667781	230,11
RONALD PENZ	3722	71579	230,11
RONEI BATISTA DA SILVA	10858	1030019	230,11
ROSA VITORASSI BARCELLOS (MEI)	10900	343200	307,22
ROSANA APARECIDA DEVIGILI FRAINER	7429	1084771	316,51
ROSANGELA MARIA DALPIAZ BONATTI	10013	273660	267,91
ROSELI BARMA LEITZKE ME	10042	286010	268,56
ROSELINA KRUGER PISKE	6010	664120	316,51
ROSELY JEANETTE ADAM CATTONI	6	650013	68,12
ROSILEIA SANTOS DA SILVA	10183	295108	231,71

ROSILENE MARTINS DE SOUZA MACHADO (MEI)	10571	321702	149,12
ROVENA RITZKE	2704	655007	230,11
ROZELI APARECIDA NEPEL (MEI)	10741	333271	149,12
RUBENS KLOEN	7628	669610	230,11
RUBENS SCHLEY	8672	83976	311,11
RUDINEI ALCIDES GLANER (MEI)	10386	310417	68,12
RUI MARCIO SOFKA	8705	63266	839,67
RUTH BOTELHO DE ARAUJO GUSTMANN	10730	267805	316,51
RUTH HERWEG JACQUES	417	31666	1.040,08
S & R INDUSTRIA TEXTIL LTDA ME	9294	230855	280,22
S.K. JOGOS ELETRONICOS LTDA ME	9602	246913	351,85
S.M.S FABRICACAO DE CACAMBAS ESTACIONARIAS LTDA - ME	10783	336696	280,22
SALESIO JUNIOR COM. DE MAT. CONSTRUCAO LTDA ME	8720	187143	287,78
SALETE SALVADOR	8956	205087	213,91
SAMARA ESKELSEN BORGES	8634	1026143	554,10
SANDRA APARECIDA WEISS (MEI)	10606	323900	77,73
SANDRA MARA PISKE BARTH	8274	1078852	316,51
SANDRA PEREIRA REBLIN (MEI)	11063	353949	230,11
SANDRO CURT DONNER (MEI)	10974	348104	158,73
SANDRO FRITZ	10467	299	878,09
SCHIRLEY LIDIANE TESKE PASQUALI	8145	141054	316,51
SEBASTIAO DOS SANTOS VIEGAS	7562	18686	1.040,08
SELIO PEREIRA	3317	656143	316,51
SELMA ANDREZA KURTH	9494	146013	230,11
SENSITIVA MODAS LTDA ME	2645	5827	328,28
SERGIO ARNOLDO CATAFESTA	3889	657263	230,11
SERGIO BOEBEL	6187	1020595	945,59
SERGIO LUIS MAFRA	10063	277177	311,11
SERGIO LUIZ PENZ	9106	204994	230,11
SERGIO LUIZ SPIESS	7551	67261	197,71
SERGIO LUIZ ZANELLA	10704	74934	554,10
SERGIO PEREIRA	3316	22012	316,51
SERRALHERIA TIMBO LTDA	7828	122181	287,78
SERRALHERIA Z E Z LTDA ME	10684	330000	392,35
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA	10327	307238	401,39
SERVIMED SAUDE LTDA	9456	241318	216,61
SETA CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA	10377	309893	226,22
SHAIELI MAIARA LANGE ROEDEL	10729	327867	1.040,08
SHEILA GIOVANELLA	8108	664782	316,51
SHIZEN PLASTICOS IND. COM. LTDA	9022	209945	199,23
SILVANA MARIA LONGO	5729	662810	878,09
SILVANA ZIBELL MARTINS TESSAROLI	5239	660787	316,51
SILVEIRA TEXTIL LTDA	8630	181110	280,22
SILVIA CECILIA LAEMMEL TENCHENA (MEI)	10714	324264	158,73
SILVIA REGINA BERNDT	9073	1077651	132,92
SILVIA REGINA HISSI	7045	1063413	316,51
SILVIO CARLOS PIAZZA ME	10057	286893	77,73
SILVIO MASKE	7292	1076205	230,11
SILVIO OLIVEIRA	8511	169030	316,51
SIMAO CIRINEU REICHERT	7446	1069632	303,01
SIMONE DA SILVA FERREIRA COUTINHO	10738	113310	230,11
SIMONE JANKE	5260	660884	316,51
SINCLAIR HANS JUNIOR GROTHOFF ME	9349	234540	239,72

SIRIO ELIAS LEITZKE (MEI)	10352	308714	149,12
SOC. DESP. RECR. CULTURAL DE CACA E TIRO SAO ROQUE	9868	269964	203,11
SOC. DESP. RECR. UNIAO	9299	153648	270,85
SOLANGE ANDREA WACKERHAGE DE OLIVEIRA	10417	153222	316,51
SONIA ADRIANA WEEGE	10303	16004	907,17
SORAIA MARAGNO (MEI)	10852	340588	228,74
SORVETERIA ANDRADE LTDA ME	5527	662003	517,27
SOUZA CRUZ SA	2219	654329	378,85
SOUZTEC COMERCIO SERVICOS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME	10599	322890	266,75
STAACK BAR LANCHONETE LTDA	7904	126802	230,11
STEPHANI TURISMO LTDA ME	10159	293261	274,28
STUDIO FOTOGRAFICO MERI LTDA ME	5453	661597	268,56
SUELI DE SOUZA	8029	133132	213,91
SUELI FOTOGRAFIAS LTDA	8733	188042	268,56
SUELY GONCALVES CASSOLI	9505	1081519	343,51
SUL CEDRENSE PLASTICOS LTDA EPP	10759	334472	581,34
SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	10965	346993	271,77
SUPERMERCADO BUSARELLO LTDA	4331	102717	900,85
SUSANA MARISTELA STOLF (MEI)	11026	350907	363,73
SUSSER SCHUPPEN REST. LTDA ME	9851	269220	322,56
TALUI TALHARIA CONFECOES LTDA	7268	1075080	287,78
TAMMI PIQUETTI	10553	318523	945,59
TANTO FAZ BAR LANCHONETE LTDA ME	4453	658553	322,56
TARCISIO BERTOLDI	69	5207	945,59
TATIANA APARECIDA ZERMIANI (MEI)	10799	337455	230,11
TATIANA DA SILVA SOUZA JACINTO (MEI)	10608	324000	149,12
TATIANA LEITENPERGHER EPP	10835	339270	541,30
TATIANE BONATTI SCHIMANSKI	8728	45381	907,17
TAYSSON CASSIANO DOS SANTOS	11015	349321	316,51
TEREZINHA CONTI MORASTONI	10102	288152	510,90
THAIS VIVIANI	9402	209880	262,51
THEIA MACHADO	9625	1045962	68,12
TIANNAS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA ME	10371	309753	280,22
TIMBO IND. FIOS LTDA	5953	663808	328,28
TIMPPE COM. CALCADOS LTDA	9204	223735	268,56
TOP GNV CONVERTEDORA DE GAS NATURAL VEICULAR LTDA ME	8736	188212	311,81
TRANSPORTES G QUATRO LTDA	9049	211290	206,79
TROKAPÉ AUTO PECAS LTDA EPP	10292	304794	311,81
UEMOR REPRESENTACOES LTDA	8961	205877	206,79
UNIDADE PRE ESCOLAR PRIMAVERA	9677	258342	29,70
URUGUAI IND E COM DE BARCOS DE ALUMINIO LTDA	6450	666726	328,28
V.E. SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA	10131	291510	158,73
V.P. COLETA DE DADOS LTDA ME	9714	261378	201,98
VALCIR EDSON MAYER	9966	190128	907,17
VALDECIR MOREIRA DOS SANTOS	8153	114154	311,11
VALDECIR PEREIRA	8483	151254	230,11
VALDEMIRO ARRUDA RAMALHO ME	3855	657158	230,11
VALDIR DE OLIVEIRA	7824	1018850	230,11
VALDIR NECKEL	8419	161870	316,51
VALDIR TEODORO AMARANTE	10818	156060	316,51
VALERIA CIPRIANI (MEI)	10288	304298	149,12
VALERIA FIEBES BREHMER	9302	1056670	262,51

VALMIR VALTRICK (MEI)	10961	346780	239,72
VALMOR ZIMMERMANN	9308	1027174	311,11
VANDERLEI LUIZ EYNG ME	6007	664090	282,98
VENANCIO FIAMONCINI	4549	97632	230,11
VENICIO CRISTOFOLINI	9124	216577	311,11
VERNER STUHLERT FILHO	7190	1071297	230,11
VIKINGS INDUSTRIAL LTDA	8318	28312	328,28
VILMA DALPIAZ	2481	654680	213,91
VILMA DE ALMEIDA	8889	117382	316,51
VILSOMAR DE BRITO SILVA ME	9833	268445	338,11
VILSON VAN BOMMEL	9104	1034707	230,11
VILTEX IND. TEXTIL LTDA	3881	657247	1.179,48
VIVIAN APARECIDA FERREIRA AMARANTE ME	9992	283070	239,72
W. AMARO REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	8428	167282	206,79
W.M. PARTICIPACOES ADMINISTRATIVAS LTDA	7416	1084240	187,56
W.R. MIX IND. COM. DE CONCRETO LTDA	10118	290572	338,81
WALDEMIRO CLAUDINO FILHO	4560	1027190	230,11
WALDIR CATAFESTA	155	650153	316,51
WERNER BRUNO HOCHHEIM	419	46370	945,59
WIGAND SCHMIDT	900	90093	230,11
WILMAR REETZ	8096	1028871	230,11
WILMAR SCHULZE	10829	1023209	554,10
WILSON BONA	90	73903	311,11
WILSON HENING	3585	656623	878,09
WILSON STOLF (MEI)	10999	349348	230,11
WILSON TESKE	4005	657557	316,51
WILSON VICTOR PISKE	10726	38326	267,91
ZANOLLA TREINAMENTO LTDA ME	8837	194891	194,20
ZENAIDE APARECIDA DA SILVA ROSSI	7240	1074008	213,91
ZENAIDE LARSEN MICHALACH	9722	260193	267,91
ZENITA MARIA DE SOUZA	10240	114200	316,51

Os contribuintes acima identificados têm o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos a contar da publicação deste Edital para regularizarem sua situação junto ao Cadastro Mobiliário Municipal, promovendo a atualização de seus endereços conforme o "caput" do artigo 154 e § 1º do art. 156 da LC nº 142/98 (Código Tributário Municipal). Findo o prazo, os estabelecimentos que não tiverem efetivado a atualização junto ao Cadastro Mobiliário do Município, terão suas inscrições baixadas de ofício nos termos do § 4º do art. 156 e se prestadores de serviços, terão os documentos fiscais declarados inidôneos pela Fazenda Municipal, bem como sujeitos à aplicação de multas por descumprimento à legislação tributária.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda e Administração – Divisão de Tributação e Fiscalização da Prefeitura de Timbó, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Abril de 2012, 142º Ano de Fundação; 78º Ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

DANIELA ROSALIA WITTHOEFT KRAMBECK

Fiscal de Tributos

Tunápolis

PREFEITURA

Edital de Lançamento n.º 001/2012 Imposto Predial E Territorial Urbano

EDITAL DE LANÇAMENTO n.º 001/2012

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, ENOÍ SCHERER, Prefeito do Município de Tunápolis - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.08.1988, dos Artigos 32 a 34 da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, artigos 9º à 31 do Código Tributário Municipal de Tunápolis - Lei 097/90 de 14 de dezembro de 1990, divulga o presente Edital, demonstrando os lançamentos do Imposto Predial Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Lixa, Taxa de Conservação de Vias, Taxa de Limpeza Pública.

1 Do Fato Gerador

O Imposto Predial Territorial Urbano incide sobre Propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado nas zonas urbanas do município.

2 Sujeito Passivo

Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel.

3 Relação de contribuintes, com respectivo valor lançado
O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

Cadastro Imobiliário	Código Contribuinte	Nome Contribuinte
1	183	ABASTECEDORA ROOS LTDA
1	183	ABASTECEDORA ROOS LTDA
1	183	ABASTECEDORA ROOS LTDA
1	183	ABASTECEDORA ROOS LTDA
1	183	ABASTECEDORA ROOS LTDA
349	400	ACÍDIO JUNGES
349	400	ACÍDIO JUNGES
349	400	ACÍDIO JUNGES
349	400	ACÍDIO JUNGES
349	400	ACÍDIO JUNGES
346	2353	ACILDA CECILIA WALKER HOSCHIEDT
346	2353	ACILDA CECILIA WALKER HOSCHIEDT
346	2353	ACILDA CECILIA WALKER HOSCHIEDT
346	2353	ACILDA CECILIA WALKER HOSCHIEDT
346	2353	ACILDA CECILIA WALKER HOSCHIEDT
384	420	ADALBERTO HOFMANN
384	420	ADALBERTO HOFMANN
384	420	ADALBERTO HOFMANN
384	420	ADALBERTO HOFMANN
384	420	ADALBERTO HOFMANN
706	1298	ADELAIDE MELZ
706	1298	ADELAIDE MELZ
706	1298	ADELAIDE MELZ
706	1298	ADELAIDE MELZ
706	1298	ADELAIDE MELZ
5	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD

5	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Coleta de Lixo	92,03
5	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Limpeza Pública	8,43
5	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Conservação Vias	5,01
5	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Expediente	5,59
563	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Imposto Predial Urbano	36,47
563	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Coleta de Lixo	40,24
563	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Limpeza Pública	8,24
563	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Conservação Vias	4,9
563	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Expediente	5,59
564	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Imposto Territorial Urbano	244,61
564	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Limpeza Pública	8,24
564	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Conservação Vias	4,9
564	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Expediente	5,59
618	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Imposto Predial Urbano	12,92
618	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Coleta de Lixo	38,35
618	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Limpeza Pública	8,43
618	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Conservação Vias	5,01
618	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Expediente	5,59
619	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Imposto Predial Urbano	19,84
619	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Coleta de Lixo	35,52
619	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Limpeza Pública	8,43
619	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa Conservação Vias	5,01
619	190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	Taxa de Expediente	5,59
10	1364	ADELAR LUIS KAEFER	Imposto Predial Urbano	32,23
10	1364	ADELAR LUIS KAEFER	Taxa de Coleta de Lixo	29,93
10	1364	ADELAR LUIS KAEFER	Taxa Limpeza Pública	26,94
10	1364	ADELAR LUIS KAEFER	Taxa Conservação Vias	16
10	1364	ADELAR LUIS KAEFER	Taxa de Expediente	5,59
444	458	ADELINO ALEXANDRE WINCKEL	Imposto Territorial Urbano	81,79
444	458	ADELINO ALEXANDRE WINCKEL	Taxa Limpeza Pública	9,23
444	458	ADELINO ALEXANDRE WINCKEL	Taxa Conservação Vias	5,48
444	458	ADELINO ALEXANDRE WINCKEL	Taxa de Expediente	5,59
6	191	ADEMIO FLACH	Imposto Predial Urbano	17,6
6	191	ADEMIO FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
6	191	ADEMIO FLACH	Taxa Limpeza Pública	13,79
6	191	ADEMIO FLACH	Taxa Conservação Vias	8,19
6	191	ADEMIO FLACH	Taxa de Expediente	5,59
565	1297	ADEMIR BIEGER	Imposto Territorial Urbano	166,11
565	1297	ADEMIR BIEGER	Taxa Limpeza Pública	8,24
565	1297	ADEMIR BIEGER	Taxa Conservação Vias	4,9
565	1297	ADEMIR BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
162	289	ADEMIR ROQUE FOLLMANN	Imposto Predial Urbano	90,13
162	289	ADEMIR ROQUE FOLLMANN	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
162	289	ADEMIR ROQUE FOLLMANN	Taxa Limpeza Pública	59,72
162	289	ADEMIR ROQUE FOLLMANN	Taxa Conservação Vias	35,46
162	289	ADEMIR ROQUE FOLLMANN	Taxa de Expediente	5,59
21	255	ADEMIR SCHOMMER	Imposto Territorial Urbano	142,63
21	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa Limpeza Pública	7,91
21	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa Conservação Vias	4,7
21	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa de Expediente	5,59
22	255	ADEMIR SCHOMMER	Imposto Territorial Urbano	81,18
22	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa Limpeza Pública	7,91
22	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa Conservação Vias	4,7
22	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa de Expediente	5,59
102	255	ADEMIR SCHOMMER	Imposto Territorial Urbano	136,87
102	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa Limpeza Pública	14,28
102	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa Conservação Vias	8,48
102	255	ADEMIR SCHOMMER	Taxa de Expediente	5,59
142	213	ADENOR VICENTE WENDLING	Imposto Predial Urbano	64,38
142	213	ADENOR VICENTE WENDLING	Taxa de Coleta de Lixo	70,66
142	213	ADENOR VICENTE WENDLING	Taxa Limpeza Pública	13,22
142	213	ADENOR VICENTE WENDLING	Taxa Conservação Vias	7,85
142	213	ADENOR VICENTE WENDLING	Taxa de Expediente	5,59
678	1501	ADOLAR ANTÔNIO MALLMANN	Imposto Predial Urbano	17,31

678	1501	ADOLAR ANTÔNIO MALLMANN	Taxa de Expediente	5,59
322	382	AFONSO GELLER	Imposto Predial Urbano	6,21
322	382	AFONSO GELLER	Taxa de Coleta de Lixo	48,68
322	382	AFONSO GELLER	Taxa Limpeza Pública	7,91
322	382	AFONSO GELLER	Taxa Conservação Vias	4,7
322	382	AFONSO GELLER	Taxa de Expediente	5,59
362	409	AFONSO ROQUE PAULI	Imposto Predial Urbano	14,43
362	409	AFONSO ROQUE PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
362	409	AFONSO ROQUE PAULI	Taxa Limpeza Pública	13,19
362	409	AFONSO ROQUE PAULI	Taxa Conservação Vias	7,83
362	409	AFONSO ROQUE PAULI	Taxa de Expediente	5,59
518	512	AFONSO ZENO GIEHL	Imposto Predial Urbano	57,31
518	512	AFONSO ZENO GIEHL	Taxa de Coleta de Lixo	50,04
518	512	AFONSO ZENO GIEHL	Taxa Limpeza Pública	16,36
518	512	AFONSO ZENO GIEHL	Taxa Conservação Vias	9,71
518	512	AFONSO ZENO GIEHL	Taxa de Expediente	5,59
569	741	AIRTON SEHN	Imposto Territorial Urbano	163,86
569	741	AIRTON SEHN	Taxa Limpeza Pública	10,37
569	741	AIRTON SEHN	Taxa Conservação Vias	6,16
569	741	AIRTON SEHN	Taxa de Expediente	5,59
695	741	AIRTON SEHN	Imposto Territorial Urbano	63,28
695	741	AIRTON SEHN	Taxa Limpeza Pública	8,57
695	741	AIRTON SEHN	Taxa Conservação Vias	5,09
695	741	AIRTON SEHN	Taxa de Expediente	5,59
693	22	ALCIDES JUNGES	Imposto Predial Urbano	57,17
693	22	ALCIDES JUNGES	Taxa de Coleta de Lixo	56,72
693	22	ALCIDES JUNGES	Taxa Limpeza Pública	9,17
693	22	ALCIDES JUNGES	Taxa Conservação Vias	5,44
693	22	ALCIDES JUNGES	Taxa de Expediente	5,59
16	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Imposto Predial Urbano	10,76
16	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
16	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa Limpeza Pública	34,73
16	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa Conservação Vias	20,62
16	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa de Expediente	5,59
17	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Imposto Territorial Urbano	29,92
17	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa Limpeza Pública	31,33
17	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa Conservação Vias	18,6
17	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa de Expediente	5,59
18	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Imposto Predial Urbano	19,55
18	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
18	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa Limpeza Pública	34,73
18	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa Conservação Vias	20,62
18	199	ALCÍDIO LOEBENS E CRISTINA MARIA BECKER	Taxa de Expediente	5,59
19	200	ALCINO SPECHT	Imposto Predial Urbano	26,45
19	200	ALCINO SPECHT	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
19	200	ALCINO SPECHT	Taxa Limpeza Pública	10,55
19	200	ALCINO SPECHT	Taxa Conservação Vias	6,27
19	200	ALCINO SPECHT	Taxa de Expediente	5,59
469	2349	ALCIONE ROBERTO BEAL	Imposto Predial Urbano	49,01
469	2349	ALCIONE ROBERTO BEAL	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
469	2349	ALCIONE ROBERTO BEAL	Taxa Limpeza Pública	9,89
469	2349	ALCIONE ROBERTO BEAL	Taxa Conservação Vias	5,87
469	2349	ALCIONE ROBERTO BEAL	Taxa de Expediente	5,59
435	2257	ALEX JÚNIOR BESING DEBOER	Imposto Territorial Urbano	67,33
435	2257	ALEX JÚNIOR BESING DEBOER	Taxa de Coleta de Lixo	33,86
435	2257	ALEX JÚNIOR BESING DEBOER	Taxa de Expediente	5,59
490	492	ALFONSO JOSÉ GEBERT	Imposto Predial Urbano	38,21
490	492	ALFONSO JOSÉ GEBERT	Taxa de Coleta de Lixo	33,37
490	492	ALFONSO JOSÉ GEBERT	Taxa Limpeza Pública	13,19
490	492	ALFONSO JOSÉ GEBERT	Taxa Conservação Vias	7,83
490	492	ALFONSO JOSÉ GEBERT	Taxa de Expediente	5,59
53	225	ALFREDO SPIES	Imposto Predial Urbano	86,62
53	225	ALFREDO SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	43,97
53	225	ALFREDO SPIES	Taxa Limpeza Pública	13,19

53	225	ALFREDO SPIES	Taxa Conservação Vias	7,83
53	225	ALFREDO SPIES	Taxa de Expediente	5,59
472	788	ALICE MARIA KÖHLER EIDT	Imposto Predial Urbano	68,01
472	788	ALICE MARIA KÖHLER EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	38,47
472	788	ALICE MARIA KÖHLER EIDT	Taxa Limpeza Pública	79,94
472	788	ALICE MARIA KÖHLER EIDT	Taxa Conservação Vias	47,46
472	788	ALICE MARIA KÖHLER EIDT	Taxa de Expediente	5,59
683	2131	ALICE MARIA NEUKAMP SCHLICKMANN	Imposto Predial Urbano	43,17
683	2131	ALICE MARIA NEUKAMP SCHLICKMANN	Taxa de Coleta de Lixo	63,5
683	2131	ALICE MARIA NEUKAMP SCHLICKMANN	Taxa Limpeza Pública	16,88
683	2131	ALICE MARIA NEUKAMP SCHLICKMANN	Taxa Conservação Vias	10,03
683	2131	ALICE MARIA NEUKAMP SCHLICKMANN	Taxa de Expediente	5,59
161	288	ALLAN DIEGO SPIES	Imposto Predial Urbano	75,69
161	288	ALLAN DIEGO SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	31,4
161	288	ALLAN DIEGO SPIES	Taxa Limpeza Pública	12,89
161	288	ALLAN DIEGO SPIES	Taxa Conservação Vias	7,66
161	288	ALLAN DIEGO SPIES	Taxa de Expediente	5,59
23	203	ALOÍSIO A. ARENHARDT	Imposto Predial Urbano	15,48
23	203	ALOÍSIO A. ARENHARDT	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
23	203	ALOÍSIO A. ARENHARDT	Taxa Limpeza Pública	8,97
23	203	ALOÍSIO A. ARENHARDT	Taxa Conservação Vias	5,33
23	203	ALOÍSIO A. ARENHARDT	Taxa de Expediente	5,59
25	204	ALOISIO FREIBERGER	Imposto Predial Urbano	81,04
25	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	73,41
25	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	16,46
25	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	9,77
25	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
27	204	ALOISIO FREIBERGER	Imposto Territorial Urbano	412,8
27	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,26
27	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	7,87
27	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
343	204	ALOISIO FREIBERGER	Imposto Territorial Urbano	159,45
343	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	17,74
343	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	10,53
343	204	ALOISIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
29	207	ALOISIO MICHELS	Imposto Predial Urbano	30,62
29	207	ALOISIO MICHELS	Taxa de Coleta de Lixo	51,82
29	207	ALOISIO MICHELS	Taxa Limpeza Pública	10,82
29	207	ALOISIO MICHELS	Taxa Conservação Vias	6,42
29	207	ALOISIO MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
487	207	ALOISIO MICHELS	Imposto Territorial Urbano	213,49
487	207	ALOISIO MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
681	207	ALOISIO MICHELS	Imposto Predial Urbano	27,83
681	207	ALOISIO MICHELS	Taxa de Coleta de Lixo	47,11
681	207	ALOISIO MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
332	1810	ALVINO BOURSCHIED	Imposto Predial Urbano	27,15
332	1810	ALVINO BOURSCHIED	Taxa de Coleta de Lixo	40,16
332	1810	ALVINO BOURSCHIED	Taxa Limpeza Pública	16,45
332	1810	ALVINO BOURSCHIED	Taxa Conservação Vias	9,77
332	1810	ALVINO BOURSCHIED	Taxa de Expediente	5,59
714	2083	AMARILDO TADEU MEOTTI	Imposto Predial Urbano	28,62
714	2083	AMARILDO TADEU MEOTTI	Taxa de Coleta de Lixo	33,76
714	2083	AMARILDO TADEU MEOTTI	Taxa Limpeza Pública	2,23
714	2083	AMARILDO TADEU MEOTTI	Taxa Conservação Vias	1,32
714	2083	AMARILDO TADEU MEOTTI	Taxa de Expediente	5,59
36	212	ANA MARIA GRIEBELER	Imposto Territorial Urbano	527,84
36	212	ANA MARIA GRIEBELER	Taxa Limpeza Pública	16,42
36	212	ANA MARIA GRIEBELER	Taxa Conservação Vias	9,75
36	212	ANA MARIA GRIEBELER	Taxa de Expediente	5,59
692	838	ANA TRAESEL SEHN	Imposto Predial Urbano	32,37
692	838	ANA TRAESEL SEHN	Taxa de Coleta de Lixo	29,96
692	838	ANA TRAESEL SEHN	Taxa Limpeza Pública	13,16
692	838	ANA TRAESEL SEHN	Taxa Conservação Vias	7,81
692	838	ANA TRAESEL SEHN	Taxa de Expediente	5,59

194	516	ANELISE SEHN	Imposto Territorial Urbano	217,98
194	516	ANELISE SEHN	Taxa de Expediente	5,59
522	516	ANELISE SEHN	Imposto Predial Urbano	32,64
522	516	ANELISE SEHN	Taxa de Coleta de Lixo	43,57
522	516	ANELISE SEHN	Taxa Limpeza Pública	40,6
522	516	ANELISE SEHN	Taxa Conservação Vias	24,11
522	516	ANELISE SEHN	Taxa de Expediente	5,59
38	214	ANGELITA TERESINHA STÜLP BOURSCHEID	Imposto Predial Urbano	34,5
38	214	ANGELITA TERESINHA STÜLP BOURSCHEID	Taxa de Coleta de Lixo	53,68
38	214	ANGELITA TERESINHA STÜLP BOURSCHEID	Taxa Limpeza Pública	34,86
38	214	ANGELITA TERESINHA STÜLP BOURSCHEID	Taxa Conservação Vias	20,7
38	214	ANGELITA TERESINHA STÜLP BOURSCHEID	Taxa de Expediente	5,59
443	2168	ÂNGELO CICONI	Imposto Territorial Urbano	128,72
443	2168	ÂNGELO CICONI	Taxa Limpeza Pública	19
443	2168	ÂNGELO CICONI	Taxa Conservação Vias	11,28
443	2168	ÂNGELO CICONI	Taxa de Expediente	5,59
292	365	ANI KOHLER PARLADE	Imposto Territorial Urbano	263,07
292	365	ANI KOHLER PARLADE	Taxa Limpeza Pública	11,51
292	365	ANI KOHLER PARLADE	Taxa Conservação Vias	6,83
292	365	ANI KOHLER PARLADE	Taxa de Expediente	5,59
87	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Imposto Territorial Urbano	110,11
87	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Taxa Limpeza Pública	13,85
87	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Taxa Conservação Vias	8,22
87	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Taxa de Expediente	5,59
339	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Imposto Predial Urbano	20,7
339	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Taxa de Coleta de Lixo	17,73
339	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Taxa Limpeza Pública	13,92
339	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Taxa Conservação Vias	8,26
339	2033	ANSELMO ARTUR HORN	Taxa de Expediente	5,59
514	718	ANSELMO RENE WEBER	Imposto Predial Urbano	171,25
514	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
514	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa Limpeza Pública	65,81
514	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa Conservação Vias	39,08
514	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa de Expediente	5,59
527	718	ANSELMO RENE WEBER	Imposto Predial Urbano	52,69
527	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa de Coleta de Lixo	49,21
527	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa Limpeza Pública	16,36
527	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa Conservação Vias	9,71
527	718	ANSELMO RENE WEBER	Taxa de Expediente	5,59
72	894	ANTONIO BAUMANN	Imposto Territorial Urbano	91,94
72	894	ANTONIO BAUMANN	Taxa Limpeza Pública	29,68
72	894	ANTONIO BAUMANN	Taxa Conservação Vias	17,62
72	894	ANTONIO BAUMANN	Taxa de Expediente	5,59
40	216	ANTONIO FREIBERGER	Imposto Predial Urbano	39,18
40	216	ANTONIO FREIBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	46,71
40	216	ANTONIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,16
40	216	ANTONIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	7,81
40	216	ANTONIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
770	2133	ANTÔNIO PADOIN	Imposto Predial Urbano	12,68
770	2133	ANTÔNIO PADOIN	Taxa de Coleta de Lixo	11,55
770	2133	ANTÔNIO PADOIN	Taxa Limpeza Pública	7,55
770	2133	ANTÔNIO PADOIN	Taxa Conservação Vias	4,48
770	2133	ANTÔNIO PADOIN	Taxa de Expediente	5,59
41	32	ARI ANTÔNIO SCHNEIDER	Imposto Predial Urbano	34,94
41	32	ARI ANTÔNIO SCHNEIDER	Taxa de Coleta de Lixo	42,04
41	32	ARI ANTÔNIO SCHNEIDER	Taxa Limpeza Pública	20,51
41	32	ARI ANTÔNIO SCHNEIDER	Taxa Conservação Vias	12,18
41	32	ARI ANTÔNIO SCHNEIDER	Taxa de Expediente	5,59
485	848	ARI WALDOMIRO GRAEFF	Imposto Territorial Urbano	204,97
485	848	ARI WALDOMIRO GRAEFF	Taxa Limpeza Pública	15,5
485	848	ARI WALDOMIRO GRAEFF	Taxa Conservação Vias	9,2
485	848	ARI WALDOMIRO GRAEFF	Taxa de Expediente	5,59
42	217	ARLINDO DIETRICH	Imposto Predial Urbano	72,33
42	217	ARLINDO DIETRICH	Taxa de Coleta de Lixo	132,23

42	217	ARLINDO DIETRICH	Taxa Limpeza Pública	30,67
42	217	ARLINDO DIETRICH	Taxa Conservação Vias	18,21
42	217	ARLINDO DIETRICH	Taxa de Expediente	5,59
750	1220	ARLINDO EIDT	Imposto Predial Urbano	9,41
750	1220	ARLINDO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
750	1220	ARLINDO EIDT	Taxa Limpeza Pública	7,26
750	1220	ARLINDO EIDT	Taxa Conservação Vias	4,31
750	1220	ARLINDO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
546	526	ARNILDO AFONSO EPPING	Imposto Predial Urbano	16,85
546	526	ARNILDO AFONSO EPPING	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
546	526	ARNILDO AFONSO EPPING	Taxa Limpeza Pública	8,71
546	526	ARNILDO AFONSO EPPING	Taxa Conservação Vias	5,17
546	526	ARNILDO AFONSO EPPING	Taxa de Expediente	5,59
437	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Imposto Predial Urbano	20,46
437	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa de Coleta de Lixo	18,69
437	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa Limpeza Pública	7,91
437	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa Conservação Vias	4,7
437	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa de Expediente	5,59
512	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Imposto Predial Urbano	64,37
512	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa de Coleta de Lixo	44,16
512	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa Limpeza Pública	15,3
512	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa Conservação Vias	9,09
512	825	ARNO ALOISIO NICKNIG	Taxa de Expediente	5,59
377	218	ARNO HEBERLE	Imposto Predial Urbano	49,77
377	218	ARNO HEBERLE	Taxa de Coleta de Lixo	54,37
377	218	ARNO HEBERLE	Taxa Limpeza Pública	6,6
377	218	ARNO HEBERLE	Taxa Conservação Vias	3,92
377	218	ARNO HEBERLE	Taxa de Expediente	5,59
233	2358	ARNO INÁCIO GRIEBELER	Imposto Predial Urbano	54,87
233	2358	ARNO INÁCIO GRIEBELER	Taxa de Coleta de Lixo	39,26
233	2358	ARNO INÁCIO GRIEBELER	Taxa Limpeza Pública	16,23
233	2358	ARNO INÁCIO GRIEBELER	Taxa Conservação Vias	9,63
233	2358	ARNO INÁCIO GRIEBELER	Taxa de Expediente	5,59
788	2452	ARNO STRIEDER	Imposto Predial Urbano	163,13
788	2452	ARNO STRIEDER	Taxa de Coleta de Lixo	28,26
788	2452	ARNO STRIEDER	Taxa de Expediente	5,59
2	166	ASELVINO HAMMES	Imposto Predial Urbano	61,23
2	166	ASELVINO HAMMES	Taxa de Coleta de Lixo	38,94
2	166	ASELVINO HAMMES	Taxa Limpeza Pública	13,06
2	166	ASELVINO HAMMES	Taxa Conservação Vias	7,75
2	166	ASELVINO HAMMES	Taxa de Expediente	5,59
608	546	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	Imposto Predial Urbano	29,67
608	546	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	Taxa de Coleta de Lixo	65,95
608	546	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	Taxa Limpeza Pública	7,91
608	546	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	Taxa Conservação Vias	4,7
608	546	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	Taxa de Expediente	5,59
732	620	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS	Imposto Predial Urbano	467,91
732	620	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
732	620	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS	Taxa Limpeza Pública	39,05
732	620	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS	Taxa Conservação Vias	23,18
732	620	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS	Taxa de Expediente	5,59
594	137	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	Imposto Predial Urbano	124,87
594	137	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
594	137	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	Taxa Limpeza Pública	3,96
594	137	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	Taxa Conservação Vias	2,35
594	137	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	Taxa de Expediente	5,59
709	899	ASTÉRIO HANN	Imposto Predial Urbano	46,83
709	899	ASTÉRIO HANN	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
709	899	ASTÉRIO HANN	Taxa Limpeza Pública	13,75
709	899	ASTÉRIO HANN	Taxa Conservação Vias	8,17
709	899	ASTÉRIO HANN	Taxa de Expediente	5,59
668	2172	ASTOR NICKNIG	Imposto Predial Urbano	18,65
668	2172	ASTOR NICKNIG	Taxa de Coleta de Lixo	56,14
668	2172	ASTOR NICKNIG	Taxa Limpeza Pública	15,83

668	2172	ASTOR NICKNIG	Taxa Conservação Vias	9,4
668	2172	ASTOR NICKNIG	Taxa de Expediente	5,59
535	804	ASTOR NICODEN	Imposto Predial Urbano	20,56
535	804	ASTOR NICODEN	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
535	804	ASTOR NICODEN	Taxa Limpeza Pública	8,61
535	804	ASTOR NICODEN	Taxa Conservação Vias	5,11
535	804	ASTOR NICODEN	Taxa de Expediente	5,59
49	222	ASTOR SCHOMMER	Imposto Territorial Urbano	90,15
49	222	ASTOR SCHOMMER	Taxa Limpeza Pública	8,57
49	222	ASTOR SCHOMMER	Taxa Conservação Vias	5,09
49	222	ASTOR SCHOMMER	Taxa de Expediente	5,59
736	222	ASTOR SCHOMMER	Imposto Predial Urbano	51,22
736	222	ASTOR SCHOMMER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
736	222	ASTOR SCHOMMER	Taxa Limpeza Pública	29,44
736	222	ASTOR SCHOMMER	Taxa Conservação Vias	17,48
736	222	ASTOR SCHOMMER	Taxa de Expediente	5,59
570	531	ATILIO LUIZ BEDUSCHI	Imposto Predial Urbano	40,21
570	531	ATILIO LUIZ BEDUSCHI	Taxa de Coleta de Lixo	41,22
570	531	ATILIO LUIZ BEDUSCHI	Taxa Limpeza Pública	17,88
570	531	ATILIO LUIZ BEDUSCHI	Taxa Conservação Vias	10,62
570	531	ATILIO LUIZ BEDUSCHI	Taxa de Expediente	5,59
325	1856	AUDREI DELAZERI	Imposto Territorial Urbano	123,56
325	1856	AUDREI DELAZERI	Taxa Limpeza Pública	10,17
325	1856	AUDREI DELAZERI	Taxa Conservação Vias	6,04
325	1856	AUDREI DELAZERI	Taxa de Expediente	5,59
369	413	AURÉLIO ROQUE FLACH E IRMAOS	Imposto Predial Urbano	26,57
369	413	AURÉLIO ROQUE FLACH E IRMAOS	Taxa de Coleta de Lixo	64,77
369	413	AURÉLIO ROQUE FLACH E IRMAOS	Taxa Limpeza Pública	38,72
369	413	AURÉLIO ROQUE FLACH E IRMAOS	Taxa Conservação Vias	22,99
369	413	AURÉLIO ROQUE FLACH E IRMAOS	Taxa de Expediente	5,59
468	849	AURI JOSE ZOZ	Imposto Predial Urbano	34,55
468	849	AURI JOSE ZOZ	Taxa de Coleta de Lixo	85,95
468	849	AURI JOSE ZOZ	Taxa Limpeza Pública	9,89
468	849	AURI JOSE ZOZ	Taxa Conservação Vias	5,87
468	849	AURI JOSE ZOZ	Taxa de Expediente	5,59
70	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Imposto Predial Urbano	82,7
70	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	87,27
70	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa Limpeza Pública	13,26
70	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa Conservação Vias	7,87
70	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa de Expediente	5,59
71	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Imposto Predial Urbano	89,83
71	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
71	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa Limpeza Pública	38,12
71	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa Conservação Vias	22,64
71	170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	Taxa de Expediente	5,59
503	500	BALTAZAR LUIZ SANDRI	Imposto Predial Urbano	42
503	500	BALTAZAR LUIZ SANDRI	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
503	500	BALTAZAR LUIZ SANDRI	Taxa Limpeza Pública	26,09
503	500	BALTAZAR LUIZ SANDRI	Taxa Conservação Vias	15,49
503	500	BALTAZAR LUIZ SANDRI	Taxa de Expediente	5,59
74	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Imposto Predial Urbano	58,97
74	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa de Coleta de Lixo	44,65
74	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa Limpeza Pública	48,28
74	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa Conservação Vias	28,67
74	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa de Expediente	5,59
75	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Imposto Territorial Urbano	209,66
75	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa Limpeza Pública	8,57
75	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa Conservação Vias	5,09
75	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa de Expediente	5,59
76	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Imposto Territorial Urbano	211,47
76	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa Limpeza Pública	16,49
76	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa Conservação Vias	9,79
76	239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER E IRMAOS	Taxa de Expediente	5,59
216	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Imposto Territorial Urbano	185,62

216	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Limpeza Pública	11,54
216	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Expediente	5,59
298	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Imposto Predial Urbano	27,46
298	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Coleta de Lixo	51,03
298	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Limpeza Pública	58,83
298	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Conservação Vias	34,93
298	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Expediente	5,59
587	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Imposto Predial Urbano	56,73
587	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
587	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Limpeza Pública	7,91
587	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Conservação Vias	4,7
587	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Expediente	5,59
588	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Imposto Territorial Urbano	177,47
588	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Limpeza Pública	10,88
588	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Conservação Vias	6,46
588	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Expediente	5,59
667	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Imposto Predial Urbano	41,93
667	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
667	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Limpeza Pública	58,83
667	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa Conservação Vias	34,93
667	368	BENÍCIO SCHNORRENBARGER	Taxa de Expediente	5,59
507	640	BENO E JOSE ALOISIO BERWANGER	Imposto Predial Urbano	28,75
507	640	BENO E JOSE ALOISIO BERWANGER	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
507	640	BENO E JOSE ALOISIO BERWANGER	Taxa Limpeza Pública	13,19
507	640	BENO E JOSE ALOISIO BERWANGER	Taxa Conservação Vias	7,83
507	640	BENO E JOSE ALOISIO BERWANGER	Taxa de Expediente	5,59
44	1801	BENO GASPAR WEBER	Imposto Predial Urbano	18,41
44	1801	BENO GASPAR WEBER	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
44	1801	BENO GASPAR WEBER	Taxa Limpeza Pública	9,45
44	1801	BENO GASPAR WEBER	Taxa Conservação Vias	5,61
44	1801	BENO GASPAR WEBER	Taxa de Expediente	5,59
793	906	BENO LAURO ROYER	Imposto Predial Urbano	45,62
793	906	BENO LAURO ROYER	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
793	906	BENO LAURO ROYER	Taxa de Expediente	5,59
98	252	BERNADETE MARIA LUNKES GOMES	Imposto Predial Urbano	40,54
98	252	BERNADETE MARIA LUNKES GOMES	Taxa de Coleta de Lixo	42,32
98	252	BERNADETE MARIA LUNKES GOMES	Taxa Limpeza Pública	16,32
98	252	BERNADETE MARIA LUNKES GOMES	Taxa Conservação Vias	9,69
98	252	BERNADETE MARIA LUNKES GOMES	Taxa de Expediente	5,59
187	35	BERNARDO NICOLAU SPIES	Imposto Predial Urbano	71,68
187	35	BERNARDO NICOLAU SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	42,39
187	35	BERNARDO NICOLAU SPIES	Taxa Limpeza Pública	16,49
187	35	BERNARDO NICOLAU SPIES	Taxa Conservação Vias	9,79
187	35	BERNARDO NICOLAU SPIES	Taxa de Expediente	5,59
58	2151	BERNARDO SCHRÖER	Imposto Predial Urbano	143,38
58	2151	BERNARDO SCHRÖER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
58	2151	BERNARDO SCHRÖER	Taxa Limpeza Pública	26,45
58	2151	BERNARDO SCHRÖER	Taxa Conservação Vias	15,7
58	2151	BERNARDO SCHRÖER	Taxa de Expediente	5,59
63	232	BERTILO WIGGERS	Imposto Predial Urbano	62,27
63	232	BERTILO WIGGERS	Taxa de Coleta de Lixo	56,53
63	232	BERTILO WIGGERS	Taxa Limpeza Pública	11,38
63	232	BERTILO WIGGERS	Taxa Conservação Vias	6,76
63	232	BERTILO WIGGERS	Taxa de Expediente	5,59
110	258	BRASIL TELECOM S/A	Imposto Predial Urbano	31,11
110	258	BRASIL TELECOM S/A	Taxa de Coleta de Lixo	19,97
110	258	BRASIL TELECOM S/A	Taxa Limpeza Pública	29,41
110	258	BRASIL TELECOM S/A	Taxa Conservação Vias	17,46
110	258	BRASIL TELECOM S/A	Taxa de Expediente	5,59
117	264	BRAZ HECK	Imposto Predial Urbano	28,78
117	264	BRAZ HECK	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
117	264	BRAZ HECK	Taxa Limpeza Pública	13,26
117	264	BRAZ HECK	Taxa Conservação Vias	7,87
117	264	BRAZ HECK	Taxa de Expediente	5,59

715	264	BRAZ HECK	Imposto Territorial Urbano	169,18
715	264	BRAZ HECK	Taxa Limpeza Pública	9,93
715	264	BRAZ HECK	Taxa Conservação Vias	5,89
715	264	BRAZ HECK	Taxa de Expediente	5,59
702	1060	BRUNO IGNACIO GRIEBELER	Imposto Predial Urbano	23,51
702	1060	BRUNO IGNACIO GRIEBELER	Taxa de Coleta de Lixo	30,54
702	1060	BRUNO IGNACIO GRIEBELER	Taxa Limpeza Pública	8,15
702	1060	BRUNO IGNACIO GRIEBELER	Taxa Conservação Vias	4,84
702	1060	BRUNO IGNACIO GRIEBELER	Taxa de Expediente	5,59
471	477	BRUNO LAUXEN	Imposto Predial Urbano	21,45
471	477	BRUNO LAUXEN	Taxa de Coleta de Lixo	18,53
471	477	BRUNO LAUXEN	Taxa Limpeza Pública	12,2
471	477	BRUNO LAUXEN	Taxa Conservação Vias	7,25
471	477	BRUNO LAUXEN	Taxa de Expediente	5,59
68	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Imposto Predial Urbano	54,37
68	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	59,18
68	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa Limpeza Pública	19,79
68	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa Conservação Vias	11,75
68	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa de Expediente	5,59
416	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Imposto Predial Urbano	40,8
416	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	92,56
416	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa Limpeza Pública	10,72
416	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa Conservação Vias	6,36
416	235	BRUNO REINOLDO SCHOENBERGER	Taxa de Expediente	5,59
449	470	BRUNO SPECHT	Imposto Predial Urbano	70,77
449	470	BRUNO SPECHT	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
449	470	BRUNO SPECHT	Taxa Limpeza Pública	12
449	470	BRUNO SPECHT	Taxa Conservação Vias	7,13
449	470	BRUNO SPECHT	Taxa de Expediente	5,59
763	911	CANÍSIO GROTH	Imposto Territorial Urbano	137,35
763	911	CANÍSIO GROTH	Taxa Limpeza Pública	32,98
763	911	CANÍSIO GROTH	Taxa Conservação Vias	19,58
763	911	CANÍSIO GROTH	Taxa de Expediente	5,59
530	521	CANISIO SCHLIKMAN	Imposto Territorial Urbano	215,7
530	521	CANISIO SCHLIKMAN	Taxa Limpeza Pública	13,65
530	521	CANISIO SCHLIKMAN	Taxa Conservação Vias	8,11
530	521	CANISIO SCHLIKMAN	Taxa de Expediente	5,59
629	1214	CANÍSIO SCHWAB	Imposto Predial Urbano	12,63
629	1214	CANÍSIO SCHWAB	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
629	1214	CANÍSIO SCHWAB	Taxa Limpeza Pública	7,72
629	1214	CANÍSIO SCHWAB	Taxa Conservação Vias	4,58
629	1214	CANÍSIO SCHWAB	Taxa de Expediente	5,59
558	150	CANISIO THOMAS	Imposto Predial Urbano	59,64
558	150	CANISIO THOMAS	Taxa de Coleta de Lixo	42,79
558	150	CANISIO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	13,19
558	150	CANISIO THOMAS	Taxa Conservação Vias	7,83
558	150	CANISIO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
244	336	CARLITO JOSÉ FLACH	Imposto Predial Urbano	46,23
244	336	CARLITO JOSÉ FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
244	336	CARLITO JOSÉ FLACH	Taxa Limpeza Pública	13,19
244	336	CARLITO JOSÉ FLACH	Taxa Conservação Vias	7,83
244	336	CARLITO JOSÉ FLACH	Taxa de Expediente	5,59
538	2199	CARLITO KÖRBES	Imposto Predial Urbano	38,91
538	2199	CARLITO KÖRBES	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
538	2199	CARLITO KÖRBES	Taxa Limpeza Pública	8,15
538	2199	CARLITO KÖRBES	Taxa Conservação Vias	4,84
538	2199	CARLITO KÖRBES	Taxa de Expediente	5,59
520	514	CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ	Imposto Predial Urbano	53,78
520	514	CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ	Taxa de Coleta de Lixo	124,49
520	514	CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	33,97
520	514	CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	20,17
520	514	CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
246	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Imposto Predial Urbano	41,3
246	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa de Coleta de Lixo	39,26

246	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa Limpeza Pública	12,8
246	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa Conservação Vias	7,6
246	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa de Expediente	5,59
250	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Imposto Predial Urbano	31,51
250	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
250	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa Limpeza Pública	14,38
250	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa Conservação Vias	8,54
250	1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	Taxa de Expediente	5,59
114	777	CARMELITA BRITO DOS SANTOS RECKZIEGEL	Imposto Predial Urbano	20,51
114	777	CARMELITA BRITO DOS SANTOS RECKZIEGEL	Taxa de Coleta de Lixo	16,96
114	777	CARMELITA BRITO DOS SANTOS RECKZIEGEL	Taxa Limpeza Pública	10,22
114	777	CARMELITA BRITO DOS SANTOS RECKZIEGEL	Taxa Conservação Vias	6,07
114	777	CARMELITA BRITO DOS SANTOS RECKZIEGEL	Taxa de Expediente	5,59
269	352	CECILIA SCHAEFER WEBER	Imposto Predial Urbano	28,49
269	352	CECILIA SCHAEFER WEBER	Taxa de Coleta de Lixo	30,82
269	352	CECILIA SCHAEFER WEBER	Taxa Limpeza Pública	13,78
269	352	CECILIA SCHAEFER WEBER	Taxa Conservação Vias	8,18
269	352	CECILIA SCHAEFER WEBER	Taxa de Expediente	5,59
344	395	CÉLIA DA SILVA	Imposto Predial Urbano	18,25
344	395	CÉLIA DA SILVA	Taxa de Coleta de Lixo	14,5
344	395	CÉLIA DA SILVA	Taxa Limpeza Pública	18,7
344	395	CÉLIA DA SILVA	Taxa Conservação Vias	11,1
344	395	CÉLIA DA SILVA	Taxa de Expediente	5,59
562	776	CELIA SCHWAB HAMMES	Imposto Territorial Urbano	80,11
562	776	CELIA SCHWAB HAMMES	Taxa Limpeza Pública	8,86
562	776	CELIA SCHWAB HAMMES	Taxa Conservação Vias	5,26
562	776	CELIA SCHWAB HAMMES	Taxa de Expediente	5,59
263	1783	CELSÍ TERNUS	Imposto Predial Urbano	62,26
263	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa de Coleta de Lixo	34,94
263	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa Limpeza Pública	13,42
263	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa Conservação Vias	7,97
263	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa de Expediente	5,59
264	1783	CELSÍ TERNUS	Imposto Predial Urbano	51,42
264	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa de Coleta de Lixo	35,72
264	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa Limpeza Pública	9,23
264	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa Conservação Vias	5,48
264	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa de Expediente	5,59
722	1783	CELSÍ TERNUS	Imposto Predial Urbano	44,66
722	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa de Coleta de Lixo	34,39
722	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa Limpeza Pública	11,91
722	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa Conservação Vias	7,07
722	1783	CELSÍ TERNUS	Taxa de Expediente	5,59
80	242	CELSE KESSLER	Imposto Predial Urbano	80,87
80	242	CELSE KESSLER	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
80	242	CELSE KESSLER	Taxa Limpeza Pública	13,19
80	242	CELSE KESSLER	Taxa Conservação Vias	7,83
80	242	CELSE KESSLER	Taxa de Expediente	5,59
741	1807	CELSE LUÍS FOLLMANN	Imposto Predial Urbano	73,82
741	1807	CELSE LUÍS FOLLMANN	Taxa de Coleta de Lixo	58,1
741	1807	CELSE LUÍS FOLLMANN	Taxa de Expediente	5,59
781	1068	CELSE REIS	Imposto Territorial Urbano	118,42
781	1068	CELSE REIS	Taxa Limpeza Pública	16,49
781	1068	CELSE REIS	Taxa Conservação Vias	9,79
781	1068	CELSE REIS	Taxa de Expediente	5,59
81	243	CELSE SPIES	Imposto Predial Urbano	94,87
81	243	CELSE SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	72,31
81	243	CELSE SPIES	Taxa Limpeza Pública	45,64
81	243	CELSE SPIES	Taxa Conservação Vias	27,1
81	243	CELSE SPIES	Taxa de Expediente	5,59
753	1809	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS ÚLTIMA PORTEIRA	Imposto Territorial Urbano	196,21
753	1809	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS ÚLTIMA PORTEIRA	Taxa de Expediente	5,59
606	544	CLAÍDES WILBERT	Imposto Predial Urbano	37,31
606	544	CLAÍDES WILBERT	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
606	544	CLAÍDES WILBERT	Taxa Limpeza Pública	8,31

606	544	CLAÍDES WILBERT	Taxa Conservação Vias	4,93
606	544	CLAÍDES WILBERT	Taxa de Expediente	5,59
84	246	CLAUDIO JOSÉ HOFER	Imposto Predial Urbano	32,98
84	246	CLAUDIO JOSÉ HOFER	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
84	246	CLAUDIO JOSÉ HOFER	Taxa Limpeza Pública	19,75
84	246	CLAUDIO JOSÉ HOFER	Taxa Conservação Vias	11,73
84	246	CLAUDIO JOSÉ HOFER	Taxa de Expediente	5,59
505	502	CLEBER ENGLER	Imposto Predial Urbano	46,56
505	502	CLEBER ENGLER	Taxa de Coleta de Lixo	33,56
505	502	CLEBER ENGLER	Taxa Limpeza Pública	39,38
505	502	CLEBER ENGLER	Taxa Conservação Vias	23,38
505	502	CLEBER ENGLER	Taxa de Expediente	5,59
532	651	CLEDINES FÁTIMA VIVIAN	Imposto Predial Urbano	64,51
532	651	CLEDINES FÁTIMA VIVIAN	Taxa de Coleta de Lixo	47,11
532	651	CLEDINES FÁTIMA VIVIAN	Taxa Limpeza Pública	11,16
532	651	CLEDINES FÁTIMA VIVIAN	Taxa Conservação Vias	6,63
532	651	CLEDINES FÁTIMA VIVIAN	Taxa de Expediente	5,59
533	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Imposto Predial Urbano	15,65
533	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
533	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Taxa Limpeza Pública	20,03
533	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Taxa Conservação Vias	11,89
533	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Taxa de Expediente	5,59
764	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Imposto Territorial Urbano	181,28
764	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Taxa Limpeza Pública	13,39
764	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Taxa Conservação Vias	7,95
764	843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	Taxa de Expediente	5,59
421	704	CLEITON KIST	Imposto Predial Urbano	61,43
421	704	CLEITON KIST	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
421	704	CLEITON KIST	Taxa Limpeza Pública	9,89
421	704	CLEITON KIST	Taxa Conservação Vias	5,87
421	704	CLEITON KIST	Taxa de Expediente	5,59
86	248	CLETOS E NELCINA DECKER	Imposto Predial Urbano	37,42
86	248	CLETOS E NELCINA DECKER	Taxa de Coleta de Lixo	78,06
86	248	CLETOS E NELCINA DECKER	Taxa Limpeza Pública	20,58
86	248	CLETOS E NELCINA DECKER	Taxa Conservação Vias	12,22
86	248	CLETOS E NELCINA DECKER	Taxa de Expediente	5,59
728	555	CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SORAST	Imposto Predial Urbano	380,45
728	555	CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SORAST	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
728	555	CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SORAST	Taxa Limpeza Pública	67,9
728	555	CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SORAST	Taxa Conservação Vias	40,32
728	555	CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SORAST	Taxa de Expediente	5,59
91	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Imposto Predial Urbano	459,04
91	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
91	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Limpeza Pública	74,56
91	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Conservação Vias	44,27
91	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
92	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Imposto Territorial Urbano	872,42
92	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Limpeza Pública	60,05
92	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Conservação Vias	35,66
92	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
93	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Imposto Predial Urbano	84,38
93	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
93	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Limpeza Pública	26,29
93	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Conservação Vias	15,61
93	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
94	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Imposto Territorial Urbano	667,27
94	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Limpeza Pública	37
94	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa Conservação Vias	21,97
94	175	COMERCIAL SPIES LTDA	Taxa de Expediente	5,59

281	2434	CONORATO KOSWOSKI	Imposto Predial Urbano	49,57
281	2434	CONORATO KOSWOSKI	Taxa de Coleta de Lixo	28,26
281	2434	CONORATO KOSWOSKI	Taxa Limpeza Pública	13,04
281	2434	CONORATO KOSWOSKI	Taxa Conservação Vias	7,74
281	2434	CONORATO KOSWOSKI	Taxa de Expediente	5,59
59	2075	CONSTRUTORA MINUANO LTDA - EPP	Imposto Territorial Urbano	454,67
59	2075	CONSTRUTORA MINUANO LTDA - EPP	Taxa Limpeza Pública	19,56
59	2075	CONSTRUTORA MINUANO LTDA - EPP	Taxa Conservação Vias	11,61
59	2075	CONSTRUTORA MINUANO LTDA - EPP	Taxa de Expediente	5,59
771	2075	CONSTRUTORA MINUANO LTDA - EPP	Imposto Territorial Urbano	905,29
771	2075	CONSTRUTORA MINUANO LTDA - EPP	Taxa de Expediente	5,59
95	550	COOPERATIVA A1	Imposto Predial Urbano	261,93
95	550	COOPERATIVA A1	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
95	550	COOPERATIVA A1	Taxa Limpeza Pública	69,22
95	550	COOPERATIVA A1	Taxa Conservação Vias	41,1
95	550	COOPERATIVA A1	Taxa de Expediente	5,59
96	550	COOPERATIVA A1	Imposto Predial Urbano	242,14
96	550	COOPERATIVA A1	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
96	550	COOPERATIVA A1	Taxa Limpeza Pública	26,42
96	550	COOPERATIVA A1	Taxa Conservação Vias	15,68
96	550	COOPERATIVA A1	Taxa de Expediente	5,59
89	130	CPE INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	Imposto Territorial Urbano	161,57
89	130	CPE INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	Taxa Limpeza Pública	18,8
89	130	CPE INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	Taxa Conservação Vias	11,16
89	130	CPE INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	Taxa de Expediente	5,59
99	29	CRESCÊNCIA LUNKES	Imposto Predial Urbano	29,79
99	29	CRESCÊNCIA LUNKES	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
99	29	CRESCÊNCIA LUNKES	Taxa Limpeza Pública	16,56
99	29	CRESCÊNCIA LUNKES	Taxa Conservação Vias	9,83
99	29	CRESCÊNCIA LUNKES	Taxa de Expediente	5,59
612	837	CRISTIAN ROSMUND DONAT	Imposto Predial Urbano	75,34
612	837	CRISTIAN ROSMUND DONAT	Taxa de Coleta de Lixo	31,39
612	837	CRISTIAN ROSMUND DONAT	Taxa Limpeza Pública	16,49
612	837	CRISTIAN ROSMUND DONAT	Taxa Conservação Vias	9,79
612	837	CRISTIAN ROSMUND DONAT	Taxa de Expediente	5,59
97	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Imposto Predial Urbano	22,38
97	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Taxa de Coleta de Lixo	66,12
97	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Taxa de Expediente	5,59
100	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Imposto Predial Urbano	28,72
100	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Taxa de Coleta de Lixo	45,14
100	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Taxa Limpeza Pública	18,7
100	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Taxa Conservação Vias	11,1
100	1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	Taxa de Expediente	5,59
477	482	DARCI ANTÔNIO NAUE	Imposto Predial Urbano	67,4
477	482	DARCI ANTÔNIO NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	70,66
477	482	DARCI ANTÔNIO NAUE	Taxa Limpeza Pública	16,95
477	482	DARCI ANTÔNIO NAUE	Taxa Conservação Vias	10,06
477	482	DARCI ANTÔNIO NAUE	Taxa de Expediente	5,59
727	1438	DARCÍ LUÍS SCHAEFER	Imposto Predial Urbano	15,09
727	1438	DARCÍ LUÍS SCHAEFER	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
727	1438	DARCÍ LUÍS SCHAEFER	Taxa Limpeza Pública	8,43
727	1438	DARCÍ LUÍS SCHAEFER	Taxa Conservação Vias	5,01
727	1438	DARCÍ LUÍS SCHAEFER	Taxa de Expediente	5,59
761	2183	DARCI LUIZ SCHNEIDER	Imposto Territorial Urbano	1616,41
761	2183	DARCI LUIZ SCHNEIDER	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
761	2183	DARCI LUIZ SCHNEIDER	Taxa Limpeza Pública	5,96
761	2183	DARCI LUIZ SCHNEIDER	Taxa Conservação Vias	3,54
761	2183	DARCI LUIZ SCHNEIDER	Taxa de Expediente	5,59
113	260	DARCÍ SEHN	Imposto Predial Urbano	30,96
113	260	DARCÍ SEHN	Taxa de Coleta de Lixo	50,82
113	260	DARCÍ SEHN	Taxa Limpeza Pública	38,91
113	260	DARCÍ SEHN	Taxa Conservação Vias	23,11
113	260	DARCÍ SEHN	Taxa de Expediente	5,59
483	487	DARCISIO ALBANO HOCHSCHEIDT	Imposto Predial Urbano	54,57

483	487	DARCISIO ALBANO HOCHSCHEIDT	Taxa de Coleta de Lixo	34,92
483	487	DARCISIO ALBANO HOCHSCHEIDT	Taxa Limpeza Pública	16,49
483	487	DARCISIO ALBANO HOCHSCHEIDT	Taxa Conservação Vias	9,79
483	487	DARCISIO ALBANO HOCHSCHEIDT	Taxa de Expediente	5,59
118	7	DARIO EIDT	Imposto Predial Urbano	60,39
118	7	DARIO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	70,66
118	7	DARIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	16,46
118	7	DARIO EIDT	Taxa Conservação Vias	9,77
118	7	DARIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
120	265	DARIO SCHROEDER	Imposto Predial Urbano	74,46
120	265	DARIO SCHROEDER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
120	265	DARIO SCHROEDER	Taxa Limpeza Pública	45,31
120	265	DARIO SCHROEDER	Taxa Conservação Vias	26,9
120	265	DARIO SCHROEDER	Taxa de Expediente	5,59
625	265	DARIO SCHROEDER	Imposto Predial Urbano	64,31
625	265	DARIO SCHROEDER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
625	265	DARIO SCHROEDER	Taxa de Expediente	5,59
336	690	DARNILO BORSCHIEDT E MARIA FREIBERGER	Imposto Predial Urbano	31,39
336	690	DARNILO BORSCHIEDT E MARIA FREIBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	32,19
336	690	DARNILO BORSCHIEDT E MARIA FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	15,4
336	690	DARNILO BORSCHIEDT E MARIA FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	9,14
336	690	DARNILO BORSCHIEDT E MARIA FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
122	267	DECIO INÁCIO RHODEN	Imposto Predial Urbano	41,77
122	267	DECIO INÁCIO RHODEN	Taxa de Coleta de Lixo	62,81
122	267	DECIO INÁCIO RHODEN	Taxa Limpeza Pública	8,57
122	267	DECIO INÁCIO RHODEN	Taxa Conservação Vias	5,09
122	267	DECIO INÁCIO RHODEN	Taxa de Expediente	5,59
769	2145	DÉCIO MAYER	Imposto Predial Urbano	11,68
769	2145	DÉCIO MAYER	Taxa de Coleta de Lixo	11,55
769	2145	DÉCIO MAYER	Taxa Limpeza Pública	7,71
769	2145	DÉCIO MAYER	Taxa Conservação Vias	4,58
769	2145	DÉCIO MAYER	Taxa de Expediente	5,59
630	1216	DIONÍSIO MAURINO GEBERT	Imposto Predial Urbano	13,07
630	1216	DIONÍSIO MAURINO GEBERT	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
630	1216	DIONÍSIO MAURINO GEBERT	Taxa Limpeza Pública	8,24
630	1216	DIONÍSIO MAURINO GEBERT	Taxa Conservação Vias	4,9
630	1216	DIONÍSIO MAURINO GEBERT	Taxa de Expediente	5,59
320	381	DIONÍSIO SCHORR	Imposto Predial Urbano	50,61
320	381	DIONÍSIO SCHORR	Taxa de Coleta de Lixo	38,86
320	381	DIONÍSIO SCHORR	Taxa Limpeza Pública	12,4
320	381	DIONÍSIO SCHORR	Taxa Conservação Vias	7,36
320	381	DIONÍSIO SCHORR	Taxa de Expediente	5,59
11	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Imposto Predial Urbano	30,39
11	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa de Coleta de Lixo	52,89
11	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa Limpeza Pública	5,95
11	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa Conservação Vias	3,53
11	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa de Expediente	5,59
645	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Imposto Predial Urbano	30,39
645	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa de Coleta de Lixo	52,89
645	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa Limpeza Pública	5,95
645	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa Conservação Vias	3,53
645	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa de Expediente	5,59
655	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Imposto Predial Urbano	93,13
655	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
655	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa Limpeza Pública	12,89
655	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa Conservação Vias	7,66
655	196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	Taxa de Expediente	5,59
360	712	DIRCE JUNGES	Imposto Predial Urbano	34,42
360	712	DIRCE JUNGES	Taxa de Coleta de Lixo	16,86
360	712	DIRCE JUNGES	Taxa Limpeza Pública	16,09
360	712	DIRCE JUNGES	Taxa Conservação Vias	9,56
360	712	DIRCE JUNGES	Taxa de Expediente	5,59
213	622	DIRCEU SCHERER	Imposto Territorial Urbano	116,9
213	622	DIRCEU SCHERER	Taxa Limpeza Pública	10,03

213	622	DIRCEU SCHERER	Taxa Conservação Vias	5,95
213	622	DIRCEU SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
787	307	DOLORES CECILIA NASCIMENTO	Imposto Territorial Urbano	80,73
787	307	DOLORES CECILIA NASCIMENTO	Taxa Limpeza Pública	24,96
787	307	DOLORES CECILIA NASCIMENTO	Taxa Conservação Vias	14,82
787	307	DOLORES CECILIA NASCIMENTO	Taxa de Expediente	5,59
125	270	DOMINGOS CASANOVA	Imposto Predial Urbano	20,1
125	270	DOMINGOS CASANOVA	Taxa de Coleta de Lixo	11,28
125	270	DOMINGOS CASANOVA	Taxa Limpeza Pública	9,23
125	270	DOMINGOS CASANOVA	Taxa Conservação Vias	5,48
125	270	DOMINGOS CASANOVA	Taxa de Expediente	5,59
383	1167	DOMINGOS INACIO ENGROFF	Imposto Predial Urbano	28,44
383	1167	DOMINGOS INACIO ENGROFF	Taxa de Coleta de Lixo	17,62
383	1167	DOMINGOS INACIO ENGROFF	Taxa Limpeza Pública	9,89
383	1167	DOMINGOS INACIO ENGROFF	Taxa Conservação Vias	5,87
383	1167	DOMINGOS INACIO ENGROFF	Taxa de Expediente	5,59
128	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	171,49
128	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	161,16
128	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
129	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Territorial Urbano	197,18
129	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	11,84
129	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	7,03
129	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
131	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	43,2
131	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	18,78
131	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	19,82
131	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	11,77
131	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
132	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	77,34
132	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	10,74
132	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	50,64
132	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	30,07
132	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
133	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	60,46
133	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	6,71
133	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	16,32
133	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	9,69
133	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
134	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	87,02
134	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
134	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	19,59
134	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	11,63
134	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
135	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	55,77
135	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	4,03
135	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	16,49
135	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	9,79
135	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
136	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	84,3
136	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	65,56
136	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	44,98
136	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	26,71
136	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
138	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	161,76
138	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
138	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Limpeza Pública	44,16
138	273	EBERHARDT BERGER	Taxa Conservação Vias	26,22
138	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
601	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	9,18
601	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
601	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
634	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	30,18
634	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	43,51
634	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59

635	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	20,94
635	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
636	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	23,35
636	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
637	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	119,65
637	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
638	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	59,38
638	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
641	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	22,69
641	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	18
641	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
642	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	63,67
642	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
642	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
643	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	41,05
643	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
643	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
644	273	EBERHARDT BERGER	Imposto Predial Urbano	37,01
644	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
644	273	EBERHARDT BERGER	Taxa de Expediente	5,59
446	459	EDGAR LOTTERMANN	Imposto Predial Urbano	18,69
446	459	EDGAR LOTTERMANN	Taxa de Coleta de Lixo	15,04
446	459	EDGAR LOTTERMANN	Taxa Limpeza Pública	36,05
446	459	EDGAR LOTTERMANN	Taxa Conservação Vias	21,4
446	459	EDGAR LOTTERMANN	Taxa de Expediente	5,59
141	275	EDGAR PAULI	Imposto Predial Urbano	24,95
141	275	EDGAR PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	57,23
141	275	EDGAR PAULI	Taxa Limpeza Pública	31,49
141	275	EDGAR PAULI	Taxa Conservação Vias	18,7
141	275	EDGAR PAULI	Taxa de Expediente	5,59
523	275	EDGAR PAULI	Imposto Territorial Urbano	313,96
523	275	EDGAR PAULI	Taxa Limpeza Pública	14,08
523	275	EDGAR PAULI	Taxa Conservação Vias	8,36
523	275	EDGAR PAULI	Taxa de Expediente	5,59
686	846	EDIANE BACK	Imposto Territorial Urbano	112,13
686	846	EDIANE BACK	Taxa Limpeza Pública	8,57
686	846	EDIANE BACK	Taxa Conservação Vias	5,09
686	846	EDIANE BACK	Taxa de Expediente	5,59
64	1229	EDIMAR PEDRO LAWISCH	Imposto Predial Urbano	28,24
64	1229	EDIMAR PEDRO LAWISCH	Taxa de Coleta de Lixo	29,44
64	1229	EDIMAR PEDRO LAWISCH	Taxa Limpeza Pública	8,24
64	1229	EDIMAR PEDRO LAWISCH	Taxa Conservação Vias	4,9
64	1229	EDIMAR PEDRO LAWISCH	Taxa de Expediente	5,59
3	1981	EDISON BIEGER	Imposto Predial Urbano	61,85
3	1981	EDISON BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	38,14
3	1981	EDISON BIEGER	Taxa Limpeza Pública	13,19
3	1981	EDISON BIEGER	Taxa Conservação Vias	7,83
3	1981	EDISON BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
749	1218	EDITH THEREZINHA SIGNORI	Imposto Predial Urbano	13,07
749	1218	EDITH THEREZINHA SIGNORI	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
749	1218	EDITH THEREZINHA SIGNORI	Taxa Limpeza Pública	8,24
749	1218	EDITH THEREZINHA SIGNORI	Taxa Conservação Vias	4,9
749	1218	EDITH THEREZINHA SIGNORI	Taxa de Expediente	5,59
355	404	EDMUNDO FOLLMANN	Imposto Predial Urbano	27,3
355	404	EDMUNDO FOLLMANN	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
355	404	EDMUNDO FOLLMANN	Taxa Limpeza Pública	16,82
355	404	EDMUNDO FOLLMANN	Taxa Conservação Vias	9,99
355	404	EDMUNDO FOLLMANN	Taxa de Expediente	5,59
143	277	EDO ALOISIO TERNUS	Imposto Territorial Urbano	162,59
143	277	EDO ALOISIO TERNUS	Taxa Limpeza Pública	13,19
143	277	EDO ALOISIO TERNUS	Taxa Conservação Vias	7,83
143	277	EDO ALOISIO TERNUS	Taxa de Expediente	5,59
144	59	EDSON LUIZ SCHNEIDER	Imposto Predial Urbano	28,97
144	59	EDSON LUIZ SCHNEIDER	Taxa de Coleta de Lixo	44,73

144	59	EDSON LUIZ SCHNEIDER	Taxa Limpeza Pública	9,1
144	59	EDSON LUIZ SCHNEIDER	Taxa Conservação Vias	5,4
144	59	EDSON LUIZ SCHNEIDER	Taxa de Expediente	5,59
775	2309	EDUARDO LAUSCHNER E MARCIANE S. VIVIAN	Imposto Territorial Urbano	916,49
775	2309	EDUARDO LAUSCHNER E MARCIANE S. VIVIAN	Taxa de Expediente	5,59
108	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Imposto Predial Urbano	66,61
108	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Taxa de Coleta de Lixo	32,58
108	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Taxa Limpeza Pública	6,53
108	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Taxa Conservação Vias	3,88
108	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Taxa de Expediente	5,59
737	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Imposto Territorial Urbano	246,63
737	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Taxa Limpeza Pública	41,1
737	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Taxa Conservação Vias	24,4
737	1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	Taxa de Expediente	5,59
56	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Imposto Territorial Urbano	387
56	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Taxa Limpeza Pública	11,21
56	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Taxa Conservação Vias	6,66
56	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Taxa de Expediente	5,59
358	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Imposto Predial Urbano	82,48
358	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
358	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Taxa Limpeza Pública	13,19
358	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Taxa Conservação Vias	7,83
358	669	EGIDIO CARLOS POHLMANN	Taxa de Expediente	5,59
214	1474	EGÍDIO SCHERER	Imposto Predial Urbano	29,66
214	1474	EGÍDIO SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	42,19
214	1474	EGÍDIO SCHERER	Taxa Limpeza Pública	10,03
214	1474	EGÍDIO SCHERER	Taxa Conservação Vias	5,95
214	1474	EGÍDIO SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
151	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Imposto Predial Urbano	14,85
151	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa de Coleta de Lixo	14,53
151	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa Limpeza Pública	15,9
151	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa Conservação Vias	9,44
151	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa de Expediente	5,59
200	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Imposto Predial Urbano	18,35
200	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa de Coleta de Lixo	43,18
200	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa Limpeza Pública	33,2
200	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa Conservação Vias	19,71
200	278	EGIDIO VILIBALDO JUVER	Taxa de Expediente	5,59
409	787	EGON INÁCIO BIEGER	Imposto Predial Urbano	108,63
409	787	EGON INÁCIO BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	62,81
409	787	EGON INÁCIO BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
153	281	EGON LAWISCH	Imposto Predial Urbano	50,9
153	281	EGON LAWISCH	Taxa de Coleta de Lixo	65,56
153	281	EGON LAWISCH	Taxa Limpeza Pública	13,13
153	281	EGON LAWISCH	Taxa Conservação Vias	7,79
153	281	EGON LAWISCH	Taxa de Expediente	5,59
531	522	EGON LAWISCH AC AILSON WINK	Imposto Predial Urbano	19,99
531	522	EGON LAWISCH AC AILSON WINK	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
531	522	EGON LAWISCH AC AILSON WINK	Taxa Limpeza Pública	8,9
531	522	EGON LAWISCH AC AILSON WINK	Taxa Conservação Vias	5,29
531	522	EGON LAWISCH AC AILSON WINK	Taxa de Expediente	5,59
524	517	EGON LAWISCH AC VILMAR	Imposto Predial Urbano	19,05
524	517	EGON LAWISCH AC VILMAR	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
524	517	EGON LAWISCH AC VILMAR	Taxa Limpeza Pública	8,57
524	517	EGON LAWISCH AC VILMAR	Taxa Conservação Vias	5,09
524	517	EGON LAWISCH AC VILMAR	Taxa de Expediente	5,59
366	443	EGON LUIS ENGLER	Imposto Predial Urbano	57,86
366	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa de Coleta de Lixo	111,07
366	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa Limpeza Pública	18,73
366	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa Conservação Vias	11,12
366	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa de Expediente	5,59
420	443	EGON LUIS ENGLER	Imposto Predial Urbano	82,29
420	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa de Coleta de Lixo	60,87
420	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa Limpeza Pública	44,85

420	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa Conservação Vias	26,63
420	443	EGON LUIS ENGLER	Taxa de Expediente	5,59
112	284	EGON ROQUE RHODEN	Imposto Predial Urbano	18,64
112	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
112	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa Limpeza Pública	9,89
112	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa Conservação Vias	5,87
112	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa de Expediente	5,59
156	284	EGON ROQUE RHODEN	Imposto Predial Urbano	40,25
156	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa de Coleta de Lixo	17,73
156	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa Limpeza Pública	10,43
156	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa Conservação Vias	6,2
156	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa de Expediente	5,59
229	284	EGON ROQUE RHODEN	Imposto Predial Urbano	75,37
229	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa de Coleta de Lixo	54,95
229	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa Limpeza Pública	16,59
229	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa Conservação Vias	9,85
229	284	EGON ROQUE RHODEN	Taxa de Expediente	5,59
725	1415	EGON SEHN	Imposto Predial Urbano	20,12
725	1415	EGON SEHN	Taxa de Coleta de Lixo	38,53
725	1415	EGON SEHN	Taxa Limpeza Pública	7,55
725	1415	EGON SEHN	Taxa Conservação Vias	4,48
725	1415	EGON SEHN	Taxa de Expediente	5,59
215	658	EGON THEISEN	Imposto Territorial Urbano	104,62
215	658	EGON THEISEN	Taxa Limpeza Pública	10,03
215	658	EGON THEISEN	Taxa Conservação Vias	5,95
215	658	EGON THEISEN	Taxa de Expediente	5,59
418	2219	ELAINE ROSA KESSLER TOILLIER	Taxa de Coleta de Lixo	17,62
418	2219	ELAINE ROSA KESSLER TOILLIER	Taxa Limpeza Pública	21,9
418	2219	ELAINE ROSA KESSLER TOILLIER	Taxa Conservação Vias	13
418	2219	ELAINE ROSA KESSLER TOILLIER	Taxa de Expediente	5,59
157	285	ELEANDRA A. MEOTTI EM USUFRUTO	Imposto Predial Urbano	61,67
157	285	ELEANDRA A. MEOTTI EM USUFRUTO	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
157	285	ELEANDRA A. MEOTTI EM USUFRUTO	Taxa Limpeza Pública	13,09
157	285	ELEANDRA A. MEOTTI EM USUFRUTO	Taxa Conservação Vias	7,77
157	285	ELEANDRA A. MEOTTI EM USUFRUTO	Taxa de Expediente	5,59
55	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Imposto Predial Urbano	76,03
55	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
55	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa Limpeza Pública	13,19
55	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa Conservação Vias	7,83
55	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa de Expediente	5,59
317	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Imposto Predial Urbano	5,03
317	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa de Coleta de Lixo	31,4
317	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa Limpeza Pública	1,98
317	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa Conservação Vias	1,17
317	226	ELEANDRO ACILINO MEOTTI	Taxa de Expediente	5,59
158	286	ELEMAR SERAFIM HECK	Imposto Predial Urbano	14,33
158	286	ELEMAR SERAFIM HECK	Taxa de Coleta de Lixo	10,74
158	286	ELEMAR SERAFIM HECK	Taxa Limpeza Pública	8,57
158	286	ELEMAR SERAFIM HECK	Taxa Conservação Vias	5,09
158	286	ELEMAR SERAFIM HECK	Taxa de Expediente	5,59
218	821	ELGIN WELTER SPIES	Imposto Predial Urbano	73,51
218	821	ELGIN WELTER SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	45,54
218	821	ELGIN WELTER SPIES	Taxa Limpeza Pública	13,03
218	821	ELGIN WELTER SPIES	Taxa Conservação Vias	7,73
218	821	ELGIN WELTER SPIES	Taxa de Expediente	5,59
375	689	ELIANE CRISTINA DE LIMA DETERS	Imposto Predial Urbano	33,65
375	689	ELIANE CRISTINA DE LIMA DETERS	Taxa de Coleta de Lixo	45,34
375	689	ELIANE CRISTINA DE LIMA DETERS	Taxa Limpeza Pública	11,92
375	689	ELIANE CRISTINA DE LIMA DETERS	Taxa Conservação Vias	7,08
375	689	ELIANE CRISTINA DE LIMA DETERS	Taxa de Expediente	5,59
159	287	ELIO SCHWAAB	Imposto Predial Urbano	26,08
159	287	ELIO SCHWAAB	Taxa de Coleta de Lixo	35,33
159	287	ELIO SCHWAAB	Taxa Limpeza Pública	8,61
159	287	ELIO SCHWAAB	Taxa Conservação Vias	5,11

159	287	ELIO SCHWAAB	Taxa de Expediente	5,59
720	1328	ELISE GRETZLER TRENHAGO	Imposto Predial Urbano	86,7
720	1328	ELISE GRETZLER TRENHAGO	Taxa de Coleta de Lixo	39,84
720	1328	ELISE GRETZLER TRENHAGO	Taxa de Expediente	5,59
79	925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	Imposto Predial Urbano	61,03
79	925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	Taxa de Coleta de Lixo	9,67
79	925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	Taxa de Expediente	5,59
794	925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	Imposto Predial Urbano	24,84
794	925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	Taxa de Coleta de Lixo	40,17
794	925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	Taxa Conservação Vias	24,69
794	925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	Taxa de Expediente	5,59
510	506	ELOI INÁCIO WELTER	Imposto Predial Urbano	30,37
510	506	ELOI INÁCIO WELTER	Taxa de Coleta de Lixo	59,28
510	506	ELOI INÁCIO WELTER	Taxa Limpeza Pública	26,15
510	506	ELOI INÁCIO WELTER	Taxa Conservação Vias	15,53
510	506	ELOI INÁCIO WELTER	Taxa de Expediente	5,59
574	506	ELOI INÁCIO WELTER	Imposto Territorial Urbano	78,49
574	506	ELOI INÁCIO WELTER	Taxa Limpeza Pública	10,09
574	506	ELOI INÁCIO WELTER	Taxa Conservação Vias	5,99
574	506	ELOI INÁCIO WELTER	Taxa de Expediente	5,59
165	291	ELOI KIPPER	Imposto Predial Urbano	40,74
165	291	ELOI KIPPER	Taxa de Coleta de Lixo	6,71
165	291	ELOI KIPPER	Taxa Limpeza Pública	12,43
165	291	ELOI KIPPER	Taxa Conservação Vias	7,38
165	291	ELOI KIPPER	Taxa de Expediente	5,59
166	291	ELOI KIPPER	Imposto Predial Urbano	46,27
166	291	ELOI KIPPER	Taxa de Coleta de Lixo	29,93
166	291	ELOI KIPPER	Taxa Limpeza Pública	18,22
166	291	ELOI KIPPER	Taxa Conservação Vias	10,82
166	291	ELOI KIPPER	Taxa de Expediente	5,59
528	291	ELOI KIPPER	Imposto Predial Urbano	43,13
528	291	ELOI KIPPER	Taxa de Coleta de Lixo	117,02
528	291	ELOI KIPPER	Taxa Limpeza Pública	44,06
528	291	ELOI KIPPER	Taxa Conservação Vias	26,16
528	291	ELOI KIPPER	Taxa de Expediente	5,59
448	1211	ELOI ROHDEN	Imposto Predial Urbano	13,34
448	1211	ELOI ROHDEN	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
448	1211	ELOI ROHDEN	Taxa Limpeza Pública	8,51
448	1211	ELOI ROHDEN	Taxa Conservação Vias	5,05
448	1211	ELOI ROHDEN	Taxa de Expediente	5,59
395	657	ELSA SPIES	Imposto Predial Urbano	72,82
395	657	ELSA SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	51,03
395	657	ELSA SPIES	Taxa Limpeza Pública	13,13
395	657	ELSA SPIES	Taxa Conservação Vias	7,79
395	657	ELSA SPIES	Taxa de Expediente	5,59
272	842	ELTON JAIR EIDT	Imposto Predial Urbano	54,15
272	842	ELTON JAIR EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
272	842	ELTON JAIR EIDT	Taxa Limpeza Pública	17,28
272	842	ELTON JAIR EIDT	Taxa Conservação Vias	10,26
272	842	ELTON JAIR EIDT	Taxa de Expediente	5,59
106	399	ELTON WIRTH	Imposto Predial Urbano	36,58
106	399	ELTON WIRTH	Taxa de Coleta de Lixo	61,28
106	399	ELTON WIRTH	Taxa Limpeza Pública	26,05
106	399	ELTON WIRTH	Taxa Conservação Vias	15,47
106	399	ELTON WIRTH	Taxa de Expediente	5,59
653	795	ENOÍ SCHERER	Imposto Predial Urbano	41,27
653	795	ENOÍ SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	34,55
653	795	ENOÍ SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
245	641	ENOR ALOÍSIO HOFFMANN	Imposto Predial Urbano	49,64
245	641	ENOR ALOÍSIO HOFFMANN	Taxa de Coleta de Lixo	43,69
245	641	ENOR ALOÍSIO HOFFMANN	Taxa Limpeza Pública	13,09
245	641	ENOR ALOÍSIO HOFFMANN	Taxa Conservação Vias	7,77
245	641	ENOR ALOÍSIO HOFFMANN	Taxa de Expediente	5,59
181	813	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Imposto Predial Urbano	228,25

181	813	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	161,16
181	813	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Taxa Limpeza Pública	59,16
181	813	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Taxa Conservação Vias	35,13
181	813	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Taxa de Expediente	5,59
167	292	ERENI MARIA DO NASCIMENTO	Imposto Predial Urbano	10,98
167	292	ERENI MARIA DO NASCIMENTO	Taxa de Coleta de Lixo	14,5
167	292	ERENI MARIA DO NASCIMENTO	Taxa Limpeza Pública	10,55
167	292	ERENI MARIA DO NASCIMENTO	Taxa Conservação Vias	6,27
167	292	ERENI MARIA DO NASCIMENTO	Taxa de Expediente	5,59
467	474	ÉRICA BRIXIUS KNAPP	Imposto Predial Urbano	40,44
467	474	ÉRICA BRIXIUS KNAPP	Taxa de Coleta de Lixo	15,04
467	474	ÉRICA BRIXIUS KNAPP	Taxa Limpeza Pública	7,59
467	474	ÉRICA BRIXIUS KNAPP	Taxa Conservação Vias	4,5
467	474	ÉRICA BRIXIUS KNAPP	Taxa de Expediente	5,59
760	1941	ERNA LÚCIA SCHNEIDER REMPEL	Imposto Predial Urbano	192,5
760	1941	ERNA LÚCIA SCHNEIDER REMPEL	Taxa de Coleta de Lixo	105,26
760	1941	ERNA LÚCIA SCHNEIDER REMPEL	Taxa Limpeza Pública	82,62
760	1941	ERNA LÚCIA SCHNEIDER REMPEL	Taxa Conservação Vias	49,05
760	1941	ERNA LÚCIA SCHNEIDER REMPEL	Taxa de Expediente	5,59
517	511	ERNA MARIA FRANTZ	Imposto Predial Urbano	63,43
517	511	ERNA MARIA FRANTZ	Taxa de Coleta de Lixo	18,61
517	511	ERNA MARIA FRANTZ	Taxa Limpeza Pública	13,13
517	511	ERNA MARIA FRANTZ	Taxa Conservação Vias	7,79
517	511	ERNA MARIA FRANTZ	Taxa de Expediente	5,59
241	333	ERNA MARIA FRIDRICHES WELTER	Imposto Predial Urbano	40,04
241	333	ERNA MARIA FRIDRICHES WELTER	Taxa de Coleta de Lixo	49,46
241	333	ERNA MARIA FRIDRICHES WELTER	Taxa Limpeza Pública	19,26
241	333	ERNA MARIA FRIDRICHES WELTER	Taxa Conservação Vias	11,44
241	333	ERNA MARIA FRIDRICHES WELTER	Taxa de Expediente	5,59
502	96	ERNANI GAUER & CIA LTDA - ME	Imposto Predial Urbano	53,46
502	96	ERNANI GAUER & CIA LTDA - ME	Taxa de Coleta de Lixo	77,35
502	96	ERNANI GAUER & CIA LTDA - ME	Taxa Limpeza Pública	10,26
502	96	ERNANI GAUER & CIA LTDA - ME	Taxa Conservação Vias	6,09
502	96	ERNANI GAUER & CIA LTDA - ME	Taxa de Expediente	5,59
107	227	ERNESTO JOSE EIDT	Imposto Predial Urbano	34,3
107	227	ERNESTO JOSE EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	52,6
107	227	ERNESTO JOSE EIDT	Taxa Limpeza Pública	12,99
107	227	ERNESTO JOSE EIDT	Taxa Conservação Vias	7,72
107	227	ERNESTO JOSE EIDT	Taxa de Expediente	5,59
334	16	ERNO ULRICH	Imposto Predial Urbano	46,17
334	16	ERNO ULRICH	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
334	16	ERNO ULRICH	Taxa Limpeza Pública	16,42
334	16	ERNO ULRICH	Taxa Conservação Vias	9,75
334	16	ERNO ULRICH	Taxa de Expediente	5,59
802	1786	ERVINO ROQUE BIEGER	Imposto Territorial Urbano	98,11
802	1786	ERVINO ROQUE BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
329	18	EUGENIO BERWANGER	Imposto Predial Urbano	35,28
329	18	EUGENIO BERWANGER	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
329	18	EUGENIO BERWANGER	Taxa Limpeza Pública	8,34
329	18	EUGENIO BERWANGER	Taxa Conservação Vias	4,95
329	18	EUGENIO BERWANGER	Taxa de Expediente	5,59
169	294	EUGENIO KNECHT	Imposto Predial Urbano	56,7
169	294	EUGENIO KNECHT	Taxa de Coleta de Lixo	70,35
169	294	EUGENIO KNECHT	Taxa Limpeza Pública	19,79
169	294	EUGENIO KNECHT	Taxa Conservação Vias	11,75
169	294	EUGENIO KNECHT	Taxa de Expediente	5,59
209	312	EVALDO H. PETRY E CRESCÊNCIA LUNKES	Imposto Territorial Urbano	110,67
209	312	EVALDO H. PETRY E CRESCÊNCIA LUNKES	Taxa Limpeza Pública	8,16
209	312	EVALDO H. PETRY E CRESCÊNCIA LUNKES	Taxa Conservação Vias	4,84
209	312	EVALDO H. PETRY E CRESCÊNCIA LUNKES	Taxa de Expediente	5,59
282	360	EVALDO JUNGES	Imposto Predial Urbano	44,61
282	360	EVALDO JUNGES	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
282	360	EVALDO JUNGES	Taxa Limpeza Pública	13,65
282	360	EVALDO JUNGES	Taxa Conservação Vias	8,11

282	360	EVALDO JUNGES	Taxa de Expediente	5,59
743	1703	EVANI BACK	Imposto Predial Urbano	15,98
743	1703	EVANI BACK	Taxa de Coleta de Lixo	18,12
743	1703	EVANI BACK	Taxa Limpeza Pública	7,55
743	1703	EVANI BACK	Taxa Conservação Vias	4,48
743	1703	EVANI BACK	Taxa de Expediente	5,59
47	2010	EVERTON WERLANG	Imposto Territorial Urbano	182,04
47	2010	EVERTON WERLANG	Taxa de Coleta de Lixo	161,16
47	2010	EVERTON WERLANG	Taxa Limpeza Pública	28,93
47	2010	EVERTON WERLANG	Taxa Conservação Vias	17,18
47	2010	EVERTON WERLANG	Taxa de Expediente	5,59
109	2010	EVERTON WERLANG	Imposto Predial Urbano	40,15
109	2010	EVERTON WERLANG	Taxa de Coleta de Lixo	61,24
109	2010	EVERTON WERLANG	Taxa Limpeza Pública	17,15
109	2010	EVERTON WERLANG	Taxa Conservação Vias	10,18
109	2010	EVERTON WERLANG	Taxa de Expediente	5,59
639	2308	FERNANDO BAUMGRATZ	Imposto Predial Urbano	25,44
639	2308	FERNANDO BAUMGRATZ	Taxa de Coleta de Lixo	18,75
639	2308	FERNANDO BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	10,29
639	2308	FERNANDO BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	6,11
639	2308	FERNANDO BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
689	830	FLAVIO ALBANO WENDLING	Imposto Predial Urbano	51,8
689	830	FLAVIO ALBANO WENDLING	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
689	830	FLAVIO ALBANO WENDLING	Taxa Limpeza Pública	46,3
689	830	FLAVIO ALBANO WENDLING	Taxa Conservação Vias	27,49
689	830	FLAVIO ALBANO WENDLING	Taxa de Expediente	5,59
175	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Imposto Predial Urbano	49,59
175	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	43,16
175	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Taxa Limpeza Pública	17,61
175	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Taxa Conservação Vias	10,46
175	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Taxa de Expediente	5,59
176	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Imposto Territorial Urbano	222,05
176	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,19
176	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Taxa Conservação Vias	7,83
176	297	FLAVIO SCHNORRENBERGER	Taxa de Expediente	5,59
262	853	FRANCIANO BLANC ALVES	Imposto Territorial Urbano	507,55
262	853	FRANCIANO BLANC ALVES	Taxa Limpeza Pública	12,09
262	853	FRANCIANO BLANC ALVES	Taxa Conservação Vias	7,18
262	853	FRANCIANO BLANC ALVES	Taxa de Expediente	5,59
177	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Imposto Predial Urbano	51,02
177	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Taxa de Coleta de Lixo	31,7
177	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Taxa Limpeza Pública	18,47
177	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Taxa Conservação Vias	10,97
177	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Taxa de Expediente	5,59
178	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Imposto Territorial Urbano	351,89
178	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Taxa Limpeza Pública	13,32
178	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Taxa Conservação Vias	7,91
178	298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	Taxa de Expediente	5,59
733	1495	FRANCISCO ENIO SOARES	Imposto Predial Urbano	11,62
733	1495	FRANCISCO ENIO SOARES	Taxa de Coleta de Lixo	14,64
733	1495	FRANCISCO ENIO SOARES	Taxa Limpeza Pública	20,47
733	1495	FRANCISCO ENIO SOARES	Taxa Conservação Vias	12,16
733	1495	FRANCISCO ENIO SOARES	Taxa de Expediente	5,59
137	693	FRANCISCO ERMILDO TONINI	Imposto Predial Urbano	55,55
137	693	FRANCISCO ERMILDO TONINI	Taxa de Coleta de Lixo	40,04
137	693	FRANCISCO ERMILDO TONINI	Taxa Limpeza Pública	14,11
137	693	FRANCISCO ERMILDO TONINI	Taxa Conservação Vias	8,38
137	693	FRANCISCO ERMILDO TONINI	Taxa de Expediente	5,59
519	2051	FRANCISCO NICOLAU DILL	Imposto Predial Urbano	18,5
519	2051	FRANCISCO NICOLAU DILL	Taxa de Coleta de Lixo	36,15
519	2051	FRANCISCO NICOLAU DILL	Taxa Limpeza Pública	8,24
519	2051	FRANCISCO NICOLAU DILL	Taxa Conservação Vias	4,9
519	2051	FRANCISCO NICOLAU DILL	Taxa de Expediente	5,59
179	299	FRANCISCO ROQUE JUCHEM	Imposto Predial Urbano	109,45

179	299	FRANCISCO ROQUE JUCHEM	Taxa de Coleta de Lixo	69,09
179	299	FRANCISCO ROQUE JUCHEM	Taxa Limpeza Pública	19,72
179	299	FRANCISCO ROQUE JUCHEM	Taxa Conservação Vias	11,71
179	299	FRANCISCO ROQUE JUCHEM	Taxa de Expediente	5,59
170	295	FRANKLIN E MARCKIT NAUE	Imposto Predial Urbano	30,72
170	295	FRANKLIN E MARCKIT NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
170	295	FRANKLIN E MARCKIT NAUE	Taxa Limpeza Pública	9,89
170	295	FRANKLIN E MARCKIT NAUE	Taxa Conservação Vias	5,87
170	295	FRANKLIN E MARCKIT NAUE	Taxa de Expediente	5,59
185	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Imposto Territorial Urbano	354,32
185	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Limpeza Pública	42,67
185	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Conservação Vias	25,34
185	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
189	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Imposto Predial Urbano	82,32
189	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	32,15
189	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Limpeza Pública	22,62
189	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Conservação Vias	13,43
189	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
190	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Imposto Territorial Urbano	176,94
190	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Limpeza Pública	18,37
190	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Conservação Vias	10,91
190	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
191	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Imposto Predial Urbano	47,47
191	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	29,44
191	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Limpeza Pública	25,03
191	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Conservação Vias	14,86
191	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
192	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Imposto Predial Urbano	45,85
192	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	17,19
192	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Limpeza Pública	45,01
192	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Conservação Vias	26,72
192	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
193	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Imposto Predial Urbano	24,04
193	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
193	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Limpeza Pública	39,11
193	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa Conservação Vias	23,22
193	305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Taxa de Expediente	5,59
195	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	57,89
195	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	62,26
195	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa Limpeza Pública	10,32
195	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa Conservação Vias	6,13
195	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
196	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	135,38
196	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	62,42
196	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa Limpeza Pública	62,2
196	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa Conservação Vias	36,93
196	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
198	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	23,05
198	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	47,11
198	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa Limpeza Pública	22,69
198	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa Conservação Vias	13,47
198	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
199	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Territorial Urbano	223,34
199	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
669	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	19,5
669	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	47,11
669	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
670	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	14,6
670	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	50,25
670	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
671	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	6,91
671	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	23,8
671	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
672	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	22,09

672	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	76,03
672	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
673	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	13,83
673	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	47,6
673	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
674	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Imposto Predial Urbano	10,34
674	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Coleta de Lixo	35,7
674	28	FREDERICO JORGE GRAVE	Taxa de Expediente	5,59
596	538	GELSO LUIS MEOTTI	Imposto Predial Urbano	41,43
596	538	GELSO LUIS MEOTTI	Taxa Limpeza Pública	29,88
596	538	GELSO LUIS MEOTTI	Taxa Conservação Vias	17,74
596	538	GELSO LUIS MEOTTI	Taxa de Expediente	5,59
730	1519	GERSON ANTÔNIO MALLMANN	Imposto Territorial Urbano	707,26
730	1519	GERSON ANTÔNIO MALLMANN	Taxa Limpeza Pública	16,49
730	1519	GERSON ANTÔNIO MALLMANN	Taxa Conservação Vias	9,79
730	1519	GERSON ANTÔNIO MALLMANN	Taxa de Expediente	5,59
201	309	GILMAR ANTÔNIO RAMOS	Imposto Predial Urbano	64,58
201	309	GILMAR ANTÔNIO RAMOS	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
201	309	GILMAR ANTÔNIO RAMOS	Taxa Limpeza Pública	10,26
201	309	GILMAR ANTÔNIO RAMOS	Taxa Conservação Vias	6,09
201	309	GILMAR ANTÔNIO RAMOS	Taxa de Expediente	5,59
321	2119	GILMAR ZOZ	Imposto Territorial Urbano	387
321	2119	GILMAR ZOZ	Taxa Limpeza Pública	30,14
321	2119	GILMAR ZOZ	Taxa Conservação Vias	17,9
321	2119	GILMAR ZOZ	Taxa de Expediente	5,59
204	310	GUIDO ERHARDT	Imposto Predial Urbano	39,77
204	310	GUIDO ERHARDT	Taxa de Coleta de Lixo	30,91
204	310	GUIDO ERHARDT	Taxa Limpeza Pública	16,65
204	310	GUIDO ERHARDT	Taxa Conservação Vias	9,89
204	310	GUIDO ERHARDT	Taxa de Expediente	5,59
207	310	GUIDO ERHARDT	Imposto Territorial Urbano	435
207	310	GUIDO ERHARDT	Taxa Limpeza Pública	14,77
207	310	GUIDO ERHARDT	Taxa Conservação Vias	8,77
207	310	GUIDO ERHARDT	Taxa de Expediente	5,59
646	1588	GUIDO RODRIGUES BORGES	Imposto Predial Urbano	14,44
646	1588	GUIDO RODRIGUES BORGES	Taxa de Coleta de Lixo	31,01
646	1588	GUIDO RODRIGUES BORGES	Taxa de Expediente	5,59
230	340	HARRI ALFONSO WEISS	Imposto Predial Urbano	26,19
230	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa de Coleta de Lixo	35,92
230	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa Limpeza Pública	9,89
230	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa Conservação Vias	5,87
230	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa de Expediente	5,59
249	340	HARRI ALFONSO WEISS	Imposto Predial Urbano	58,21
249	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa de Coleta de Lixo	50,5
249	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa Limpeza Pública	13,19
249	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa de Expediente	5,59
501	340	HARRI ALFONSO WEISS	Imposto Territorial Urbano	165,05
501	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa Limpeza Pública	16,49
501	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa Conservação Vias	9,79
501	340	HARRI ALFONSO WEISS	Taxa de Expediente	5,59
247	2340	HARRI ALOISIO EIDT	Imposto Predial Urbano	61,28
247	2340	HARRI ALOISIO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
247	2340	HARRI ALOISIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	13,46
247	2340	HARRI ALOISIO EIDT	Taxa Conservação Vias	7,99
247	2340	HARRI ALOISIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
210	313	HEDI TERESINHA BIEGER	Imposto Predial Urbano	36,6
210	313	HEDI TERESINHA BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
210	313	HEDI TERESINHA BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
356	2336	HELENA EIDT	Imposto Predial Urbano	56,41
356	2336	HELENA EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	68,31
356	2336	HELENA EIDT	Taxa Limpeza Pública	13,16
356	2336	HELENA EIDT	Taxa Conservação Vias	7,81
356	2336	HELENA EIDT	Taxa de Expediente	5,59
211	314	HELENA OTHILIA FLACH	Imposto Predial Urbano	50,94

211	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Limpeza Pública	28,82
211	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Conservação Vias	17,11
211	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
217	314	HELENA OTHILIA FLACH	Imposto Predial Urbano	59,04
217	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	34,55
217	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Limpeza Pública	39,15
217	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Conservação Vias	23,24
217	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
647	314	HELENA OTHILIA FLACH	Imposto Territorial Urbano	145,34
647	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Limpeza Pública	28,16
647	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Conservação Vias	16,72
647	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
654	314	HELENA OTHILIA FLACH	Imposto Territorial Urbano	263,83
654	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Limpeza Pública	10,1
654	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Conservação Vias	6
654	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
694	314	HELENA OTHILIA FLACH	Imposto Territorial Urbano	152,28
694	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Limpeza Pública	9,89
694	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa Conservação Vias	5,87
694	314	HELENA OTHILIA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
425	448	HELGA HERMINDA RAUBER	Imposto Predial Urbano	40,12
425	448	HELGA HERMINDA RAUBER	Taxa de Coleta de Lixo	31,4
425	448	HELGA HERMINDA RAUBER	Taxa Limpeza Pública	11,11
425	448	HELGA HERMINDA RAUBER	Taxa Conservação Vias	6,6
425	448	HELGA HERMINDA RAUBER	Taxa de Expediente	5,59
607	545	HÉLIO BACK	Imposto Predial Urbano	14,9
607	545	HÉLIO BACK	Taxa de Coleta de Lixo	11,28
607	545	HÉLIO BACK	Taxa Limpeza Pública	11,01
607	545	HÉLIO BACK	Taxa Conservação Vias	6,54
607	545	HÉLIO BACK	Taxa de Expediente	5,59
219	318	HENRIQUE S. CASANOVA E ZENAIDE	Imposto Predial Urbano	54,97
219	318	HENRIQUE S. CASANOVA E ZENAIDE	Taxa de Coleta de Lixo	50,05
219	318	HENRIQUE S. CASANOVA E ZENAIDE	Taxa Limpeza Pública	13,19
219	318	HENRIQUE S. CASANOVA E ZENAIDE	Taxa Conservação Vias	7,83
219	318	HENRIQUE S. CASANOVA E ZENAIDE	Taxa de Expediente	5,59
220	319	HERDEIROS DE WALTER J. BIEGER	Imposto Predial Urbano	62,56
220	319	HERDEIROS DE WALTER J. BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
222	320	HERMETO JOSE BIEGER	Imposto Territorial Urbano	90,45
222	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa Limpeza Pública	7,91
222	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
224	320	HERMETO JOSE BIEGER	Imposto Predial Urbano	34,63
224	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	39,26
224	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa Limpeza Pública	25,72
224	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa Conservação Vias	15,27
224	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
225	320	HERMETO JOSE BIEGER	Imposto Territorial Urbano	82,96
225	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa Limpeza Pública	8,57
225	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa Conservação Vias	5,09
225	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
778	320	HERMETO JOSE BIEGER	Imposto Predial Urbano	80,65
778	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	33,76
778	320	HERMETO JOSE BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
342	1529	HERTA FLACH	Imposto Predial Urbano	80,06
342	1529	HERTA FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	54,17
342	1529	HERTA FLACH	Taxa Limpeza Pública	42,67
342	1529	HERTA FLACH	Taxa Conservação Vias	25,34
342	1529	HERTA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
266	762	HILÁRIA NAUE	Imposto Predial Urbano	50,9
266	762	HILÁRIA NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
266	762	HILÁRIA NAUE	Taxa Limpeza Pública	38,62
266	762	HILÁRIA NAUE	Taxa Conservação Vias	22,93
266	762	HILÁRIA NAUE	Taxa de Expediente	5,59
615	762	HILÁRIA NAUE	Imposto Predial Urbano	17,77
615	762	HILÁRIA NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	71,4

615	762	HILÁRIA NAUE	Taxa de Expediente	5,59
624	762	HILÁRIA NAUE	Imposto Predial Urbano	18,65
624	762	HILÁRIA NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	71,4
624	762	HILÁRIA NAUE	Taxa de Expediente	5,59
734	1169	HILÁRIO CARLOS SPANIOL	Imposto Territorial Urbano	347,83
734	1169	HILÁRIO CARLOS SPANIOL	Taxa Limpeza Pública	29,55
734	1169	HILÁRIO CARLOS SPANIOL	Taxa Conservação Vias	17,54
734	1169	HILÁRIO CARLOS SPANIOL	Taxa de Expediente	5,59
149	1217	HILÁRIO KLEIN	Imposto Predial Urbano	12,87
149	1217	HILÁRIO KLEIN	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
149	1217	HILÁRIO KLEIN	Taxa Limpeza Pública	7,98
149	1217	HILÁRIO KLEIN	Taxa Conservação Vias	4,74
149	1217	HILÁRIO KLEIN	Taxa de Expediente	5,59
228	322	HILARIO ROQUE JUCHEM	Imposto Predial Urbano	38,69
228	322	HILARIO ROQUE JUCHEM	Taxa de Coleta de Lixo	41,61
228	322	HILARIO ROQUE JUCHEM	Taxa Limpeza Pública	13,65
228	322	HILARIO ROQUE JUCHEM	Taxa Conservação Vias	8,11
228	322	HILARIO ROQUE JUCHEM	Taxa de Expediente	5,59
774	2259	HILDO BEUMER	Imposto Predial Urbano	30,5
774	2259	HILDO BEUMER	Taxa de Coleta de Lixo	18,64
774	2259	HILDO BEUMER	Taxa Limpeza Pública	7,42
774	2259	HILDO BEUMER	Taxa Conservação Vias	4,41
774	2259	HILDO BEUMER	Taxa de Expediente	5,59
77	1546	HILDO NICODEM	Imposto Territorial Urbano	162,47
77	1546	HILDO NICODEM	Taxa de Expediente	5,59
726	1502	HILTON CÉZAR LAMOUR	Imposto Predial Urbano	35,92
726	1502	HILTON CÉZAR LAMOUR	Taxa de Coleta de Lixo	73,82
726	1502	HILTON CÉZAR LAMOUR	Taxa Limpeza Pública	8,08
726	1502	HILTON CÉZAR LAMOUR	Taxa Conservação Vias	4,8
726	1502	HILTON CÉZAR LAMOUR	Taxa de Expediente	5,59
231	325	HUGO INÁCIO HIPLER	Imposto Predial Urbano	30,78
231	325	HUGO INÁCIO HIPLER	Taxa de Coleta de Lixo	42,4
231	325	HUGO INÁCIO HIPLER	Taxa Limpeza Pública	8,86
231	325	HUGO INÁCIO HIPLER	Taxa Conservação Vias	5,26
231	325	HUGO INÁCIO HIPLER	Taxa de Expediente	5,59
274	632	HUGO SCHWAB	Imposto Predial Urbano	23
274	632	HUGO SCHWAB	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
274	632	HUGO SCHWAB	Taxa Limpeza Pública	8,57
274	632	HUGO SCHWAB	Taxa Conservação Vias	5,09
274	632	HUGO SCHWAB	Taxa de Expediente	5,59
291	364	IDA MARIA SCHNEIDER KOHLER	Imposto Predial Urbano	52,21
291	364	IDA MARIA SCHNEIDER KOHLER	Taxa de Coleta de Lixo	39,26
291	364	IDA MARIA SCHNEIDER KOHLER	Taxa Limpeza Pública	16,98
291	364	IDA MARIA SCHNEIDER KOHLER	Taxa Conservação Vias	10,08
291	364	IDA MARIA SCHNEIDER KOHLER	Taxa de Expediente	5,59
235	329	IDACIR PAULO PETRY	Imposto Predial Urbano	48,95
235	329	IDACIR PAULO PETRY	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
235	329	IDACIR PAULO PETRY	Taxa Limpeza Pública	8,86
235	329	IDACIR PAULO PETRY	Taxa Conservação Vias	5,26
235	329	IDACIR PAULO PETRY	Taxa de Expediente	5,59
773	2427	IDALINA SOFIA KUESTER BECKER	Imposto Territorial Urbano	135,8
773	2427	IDALINA SOFIA KUESTER BECKER	Taxa Limpeza Pública	16,15
773	2427	IDALINA SOFIA KUESTER BECKER	Taxa Conservação Vias	9,59
773	2427	IDALINA SOFIA KUESTER BECKER	Taxa de Expediente	5,59
212	315	IDILENE CARMEN PETRY	Imposto Predial Urbano	32,72
212	315	IDILENE CARMEN PETRY	Taxa de Coleta de Lixo	54,58
212	315	IDILENE CARMEN PETRY	Taxa Limpeza Pública	10,06
212	315	IDILENE CARMEN PETRY	Taxa Conservação Vias	5,97
212	315	IDILENE CARMEN PETRY	Taxa de Expediente	5,59
394	427	IDO SPIES	Imposto Predial Urbano	90,36
394	427	IDO SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
394	427	IDO SPIES	Taxa Limpeza Pública	12,89
394	427	IDO SPIES	Taxa Conservação Vias	7,66
394	427	IDO SPIES	Taxa de Expediente	5,59

590	755	ILÁRIO BISOLO E ALCEU BISOLO	Imposto Territorial Urbano	283,95
590	755	ILÁRIO BISOLO E ALCEU BISOLO	Taxa Limpeza Pública	10,78
590	755	ILÁRIO BISOLO E ALCEU BISOLO	Taxa Conservação Vias	6,4
590	755	ILÁRIO BISOLO E ALCEU BISOLO	Taxa de Expediente	5,59
236	330	ILARIO WISNIEWSKI	Imposto Predial Urbano	34,66
236	330	ILARIO WISNIEWSKI	Taxa de Coleta de Lixo	44,36
236	330	ILARIO WISNIEWSKI	Taxa Limpeza Pública	54,03
236	330	ILARIO WISNIEWSKI	Taxa Conservação Vias	32,08
236	330	ILARIO WISNIEWSKI	Taxa de Expediente	5,59
540	840	ILOI BOLSONI	Imposto Predial Urbano	19,13
540	840	ILOI BOLSONI	Taxa de Coleta de Lixo	15,74
540	840	ILOI BOLSONI	Taxa Limpeza Pública	8,81
540	840	ILOI BOLSONI	Taxa Conservação Vias	5,23
540	840	ILOI BOLSONI	Taxa de Expediente	5,59
541	840	ILOI BOLSONI	Imposto Territorial Urbano	93,46
541	840	ILOI BOLSONI	Taxa Limpeza Pública	8,81
541	840	ILOI BOLSONI	Taxa Conservação Vias	5,23
541	840	ILOI BOLSONI	Taxa de Expediente	5,59
780	1701	ILSA MARIA SPIES	Imposto Predial Urbano	135,53
780	1701	ILSA MARIA SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
780	1701	ILSA MARIA SPIES	Taxa de Expediente	5,59
238	331	INACIO ANTONIO TOILLIER	Imposto Predial Urbano	32,01
238	331	INACIO ANTONIO TOILLIER	Taxa de Coleta de Lixo	53,39
238	331	INACIO ANTONIO TOILLIER	Taxa Limpeza Pública	7,09
238	331	INACIO ANTONIO TOILLIER	Taxa Conservação Vias	4,21
238	331	INACIO ANTONIO TOILLIER	Taxa de Expediente	5,59
481	956	INÁCIO HAHN	Imposto Predial Urbano	80,52
481	956	INÁCIO HAHN	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
481	956	INÁCIO HAHN	Taxa Limpeza Pública	45,77
481	956	INÁCIO HAHN	Taxa Conservação Vias	27,18
481	956	INÁCIO HAHN	Taxa de Expediente	5,59
424	447	INÁCIO JACOB ULRICH	Imposto Predial Urbano	17,68
424	447	INÁCIO JACOB ULRICH	Taxa de Coleta de Lixo	28,26
424	447	INÁCIO JACOB ULRICH	Taxa Limpeza Pública	13,31
424	447	INÁCIO JACOB ULRICH	Taxa Conservação Vias	7,9
424	447	INÁCIO JACOB ULRICH	Taxa de Expediente	5,59
31	1245	INÁCIO KIST	Imposto Territorial Urbano	62,15
31	1245	INÁCIO KIST	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
31	1245	INÁCIO KIST	Taxa Limpeza Pública	95,41
31	1245	INÁCIO KIST	Taxa Conservação Vias	56,65
31	1245	INÁCIO KIST	Taxa de Expediente	5,59
150	1245	INÁCIO KIST	Imposto Predial Urbano	84
150	1245	INÁCIO KIST	Taxa de Coleta de Lixo	39,26
150	1245	INÁCIO KIST	Taxa Limpeza Pública	10,82
150	1245	INÁCIO KIST	Taxa Conservação Vias	6,42
150	1245	INÁCIO KIST	Taxa de Expediente	5,59
237	1245	INÁCIO KIST	Imposto Predial Urbano	53,77
237	1245	INÁCIO KIST	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
237	1245	INÁCIO KIST	Taxa Limpeza Pública	9,89
237	1245	INÁCIO KIST	Taxa Conservação Vias	5,87
237	1245	INÁCIO KIST	Taxa de Expediente	5,59
488	490	INEIDE MARIA GEBERT BOLSONI	Imposto Predial Urbano	27,07
488	490	INEIDE MARIA GEBERT BOLSONI	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
488	490	INEIDE MARIA GEBERT BOLSONI	Taxa Limpeza Pública	13,19
488	490	INEIDE MARIA GEBERT BOLSONI	Taxa Conservação Vias	7,83
488	490	INEIDE MARIA GEBERT BOLSONI	Taxa de Expediente	5,59
542	796	IRENE GRETZLER	Imposto Predial Urbano	19,49
542	796	IRENE GRETZLER	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
542	796	IRENE GRETZLER	Taxa Limpeza Pública	8,9
542	796	IRENE GRETZLER	Taxa Conservação Vias	5,29
542	796	IRENE GRETZLER	Taxa de Expediente	5,59
48	2084	IRINEU CASANOVA	Imposto Territorial Urbano	161,78
48	2084	IRINEU CASANOVA	Taxa Limpeza Pública	10,9
48	2084	IRINEU CASANOVA	Taxa Conservação Vias	6,47

48	2084	IRINEU CASANOVA	Taxa de Expediente	5,59
39	681	IRTON SEHN	Imposto Predial Urbano	28,15
39	681	IRTON SEHN	Taxa de Coleta de Lixo	32,19
39	681	IRTON SEHN	Taxa Limpeza Pública	7,91
39	681	IRTON SEHN	Taxa Conservação Vias	4,7
39	681	IRTON SEHN	Taxa de Expediente	5,59
259	345	ISOLDE BERGER	Imposto Predial Urbano	46,53
259	345	ISOLDE BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	37,29
259	345	ISOLDE BERGER	Taxa Limpeza Pública	16,49
259	345	ISOLDE BERGER	Taxa Conservação Vias	9,79
259	345	ISOLDE BERGER	Taxa de Expediente	5,59
260	345	ISOLDE BERGER	Imposto Predial Urbano	47,27
260	345	ISOLDE BERGER	Taxa de Coleta de Lixo	52,6
260	345	ISOLDE BERGER	Taxa Limpeza Pública	16,19
260	345	ISOLDE BERGER	Taxa Conservação Vias	9,61
260	345	ISOLDE BERGER	Taxa de Expediente	5,59
759	2339	IVAN CARLOS RAUCH	Imposto Predial Urbano	18,56
759	2339	IVAN CARLOS RAUCH	Taxa de Coleta de Lixo	17,52
759	2339	IVAN CARLOS RAUCH	Taxa Limpeza Pública	38,68
759	2339	IVAN CARLOS RAUCH	Taxa Conservação Vias	22,97
759	2339	IVAN CARLOS RAUCH	Taxa de Expediente	5,59
640	2218	IVAN FRANCISCO LAVISCH	Imposto Territorial Urbano	152,26
640	2218	IVAN FRANCISCO LAVISCH	Taxa Limpeza Pública	21,46
640	2218	IVAN FRANCISCO LAVISCH	Taxa Conservação Vias	12,74
640	2218	IVAN FRANCISCO LAVISCH	Taxa de Expediente	5,59
740	1564	IVANETE DILL	Imposto Predial Urbano	12,68
740	1564	IVANETE DILL	Taxa de Coleta de Lixo	11,55
740	1564	IVANETE DILL	Taxa Limpeza Pública	7,21
740	1564	IVANETE DILL	Taxa Conservação Vias	4,28
740	1564	IVANETE DILL	Taxa de Expediente	5,59
261	346	IVANOR LUIZ AGOSTINI	Imposto Predial Urbano	62,2
261	346	IVANOR LUIZ AGOSTINI	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
261	346	IVANOR LUIZ AGOSTINI	Taxa Limpeza Pública	18,19
261	346	IVANOR LUIZ AGOSTINI	Taxa Conservação Vias	10,8
261	346	IVANOR LUIZ AGOSTINI	Taxa de Expediente	5,59
461	350	IVO BENO NAUE	Imposto Predial Urbano	32,48
461	350	IVO BENO NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	68,31
461	350	IVO BENO NAUE	Taxa Limpeza Pública	14,64
461	350	IVO BENO NAUE	Taxa Conservação Vias	8,69
461	350	IVO BENO NAUE	Taxa de Expediente	5,59
751	350	IVO BENO NAUE	Imposto Predial Urbano	23,25
751	350	IVO BENO NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	16,53
751	350	IVO BENO NAUE	Taxa Limpeza Pública	5,94
751	350	IVO BENO NAUE	Taxa Conservação Vias	3,52
751	350	IVO BENO NAUE	Taxa de Expediente	5,59
664	621	IVO NORBERTO ENGLER	Imposto Territorial Urbano	44,37
664	621	IVO NORBERTO ENGLER	Taxa Limpeza Pública	10,55
664	621	IVO NORBERTO ENGLER	Taxa Conservação Vias	6,27
664	621	IVO NORBERTO ENGLER	Taxa de Expediente	5,59
267	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Imposto Predial Urbano	78,01
267	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
267	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa Limpeza Pública	28,42
267	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa Conservação Vias	16,87
267	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa de Expediente	5,59
268	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Imposto Predial Urbano	71,73
268	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa de Coleta de Lixo	45,14
268	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa Limpeza Pública	15,37
268	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa Conservação Vias	9,12
268	351	IVO PEDRO GRIEBELER	Taxa de Expediente	5,59
148	279	IVO ROYER	Imposto Predial Urbano	54,16
148	279	IVO ROYER	Taxa de Coleta de Lixo	34,55
148	279	IVO ROYER	Taxa Limpeza Pública	18,86
148	279	IVO ROYER	Taxa Conservação Vias	11,2
148	279	IVO ROYER	Taxa de Expediente	5,59

270	353	IVONE CARMEM BIEGER	Imposto Territorial Urbano	243,99
270	353	IVONE CARMEM BIEGER	Taxa Limpeza Pública	21,77
270	353	IVONE CARMEM BIEGER	Taxa Conservação Vias	12,92
270	353	IVONE CARMEM BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
271	354	IVONE HENN	Imposto Predial Urbano	29,18
271	354	IVONE HENN	Taxa de Coleta de Lixo	48,68
271	354	IVONE HENN	Taxa Limpeza Pública	14,11
271	354	IVONE HENN	Taxa Conservação Vias	8,38
271	354	IVONE HENN	Taxa de Expediente	5,59
745	1722	JACINTA FRIDALINA SÖHN JUSTEN	Imposto Predial Urbano	17,66
745	1722	JACINTA FRIDALINA SÖHN JUSTEN	Taxa de Coleta de Lixo	31,36
745	1722	JACINTA FRIDALINA SÖHN JUSTEN	Taxa Limpeza Pública	7,55
745	1722	JACINTA FRIDALINA SÖHN JUSTEN	Taxa Conservação Vias	4,48
745	1722	JACINTA FRIDALINA SÖHN JUSTEN	Taxa de Expediente	5,59
747	1723	JACINTA MARIA DETERS FLACH	Imposto Predial Urbano	12,68
747	1723	JACINTA MARIA DETERS FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	11,55
747	1723	JACINTA MARIA DETERS FLACH	Taxa Limpeza Pública	7,55
747	1723	JACINTA MARIA DETERS FLACH	Taxa Conservação Vias	4,48
747	1723	JACINTA MARIA DETERS FLACH	Taxa de Expediente	5,59
140	274	JACINTO HENRIQUE THOMAZ	Imposto Predial Urbano	11,55
140	274	JACINTO HENRIQUE THOMAZ	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
140	274	JACINTO HENRIQUE THOMAZ	Taxa de Expediente	5,59
368	1549	JACKSON SCHERER	Imposto Predial Urbano	45,23
368	1549	JACKSON SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	35,23
368	1549	JACKSON SCHERER	Taxa Limpeza Pública	13,19
368	1549	JACKSON SCHERER	Taxa Conservação Vias	7,83
368	1549	JACKSON SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
610	65	JACÓ BAUMGRATZ	Imposto Predial Urbano	26,74
610	65	JACÓ BAUMGRATZ	Taxa de Coleta de Lixo	28,66
610	65	JACÓ BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	11,08
610	65	JACÓ BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	6,58
610	65	JACÓ BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
257	728	JACÓ INÁCIO RAMBO	Imposto Predial Urbano	58,73
257	728	JACÓ INÁCIO RAMBO	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
257	728	JACÓ INÁCIO RAMBO	Taxa Limpeza Pública	28,79
257	728	JACÓ INÁCIO RAMBO	Taxa Conservação Vias	17,09
257	728	JACÓ INÁCIO RAMBO	Taxa de Expediente	5,59
51	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Imposto Predial Urbano	119,22
51	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
51	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa Limpeza Pública	10,72
51	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa Conservação Vias	6,36
51	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa de Expediente	5,59
275	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Imposto Predial Urbano	93,04
275	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
275	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa Limpeza Pública	46,63
275	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa Conservação Vias	27,69
275	357	JACÓ LUÍS TOILLIER	Taxa de Expediente	5,59
276	358	JACO MARINO URNAU	Imposto Predial Urbano	61,07
276	358	JACO MARINO URNAU	Taxa de Coleta de Lixo	54,96
276	358	JACO MARINO URNAU	Taxa Limpeza Pública	49,1
276	358	JACO MARINO URNAU	Taxa Conservação Vias	29,16
276	358	JACO MARINO URNAU	Taxa de Expediente	5,59
278	358	JACO MARINO URNAU	Imposto Territorial Urbano	421,26
278	358	JACO MARINO URNAU	Taxa Limpeza Pública	19,59
278	358	JACO MARINO URNAU	Taxa Conservação Vias	11,63
278	358	JACO MARINO URNAU	Taxa de Expediente	5,59
280	358	JACO MARINO URNAU	Imposto Territorial Urbano	211,92
280	358	JACO MARINO URNAU	Taxa Limpeza Pública	13,13
280	358	JACO MARINO URNAU	Taxa Conservação Vias	7,79
280	358	JACO MARINO URNAU	Taxa de Expediente	5,59
15	2035	JAIR KAPPAUN e SOELI KAPPAUN	Imposto Predial Urbano	33,43
15	2035	JAIR KAPPAUN e SOELI KAPPAUN	Taxa de Coleta de Lixo	51,53
15	2035	JAIR KAPPAUN e SOELI KAPPAUN	Taxa Limpeza Pública	32,13
15	2035	JAIR KAPPAUN e SOELI KAPPAUN	Taxa Conservação Vias	19,08

15	2035	JAIR KAPPAUN e SOELI KAPPAUN	Taxa de Expediente	5,59
116	630	JAIR HECK	Imposto Predial Urbano	34,59
116	630	JAIR HECK	Taxa de Coleta de Lixo	69,8
116	630	JAIR HECK	Taxa Limpeza Pública	5,28
116	630	JAIR HECK	Taxa Conservação Vias	3,13
116	630	JAIR HECK	Taxa de Expediente	5,59
226	868	JAIR ROYER	Imposto Predial Urbano	21,34
226	868	JAIR ROYER	Taxa de Coleta de Lixo	35,66
226	868	JAIR ROYER	Taxa Limpeza Pública	8,57
226	868	JAIR ROYER	Taxa Conservação Vias	5,09
226	868	JAIR ROYER	Taxa de Expediente	5,59
738	524	JANETE REMPEL BIEGER	Imposto Predial Urbano	71,33
738	524	JANETE REMPEL BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
738	524	JANETE REMPEL BIEGER	Taxa Limpeza Pública	10,52
738	524	JANETE REMPEL BIEGER	Taxa Conservação Vias	6,25
738	524	JANETE REMPEL BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
283	361	JANICE EIDT LAZAROTTO	Imposto Predial Urbano	27,79
283	361	JANICE EIDT LAZAROTTO	Taxa de Coleta de Lixo	39,26
283	361	JANICE EIDT LAZAROTTO	Taxa Limpeza Pública	8,86
283	361	JANICE EIDT LAZAROTTO	Taxa Conservação Vias	5,26
283	361	JANICE EIDT LAZAROTTO	Taxa de Expediente	5,59
364	1163	JOAO BATISTA HOFER FILHO	Imposto Predial Urbano	57,42
364	1163	JOAO BATISTA HOFER FILHO	Taxa de Coleta de Lixo	35,33
364	1163	JOAO BATISTA HOFER FILHO	Taxa de Expediente	5,59
386	1299	JOAO DARCI ARAUJO MACIEL E NILVA PADILHA	Imposto Predial Urbano	41,54
386	1299	JOAO DARCI ARAUJO MACIEL E NILVA PADILHA	Taxa de Coleta de Lixo	18,37
386	1299	JOAO DARCI ARAUJO MACIEL E NILVA PADILHA	Taxa Limpeza Pública	11,87
386	1299	JOAO DARCI ARAUJO MACIEL E NILVA PADILHA	Taxa Conservação Vias	7,05
386	1299	JOAO DARCI ARAUJO MACIEL E NILVA PADILHA	Taxa de Expediente	5,59
598	648	JOÃO EGON ARENHARDT	Imposto Predial Urbano	24,92
598	648	JOÃO EGON ARENHARDT	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
598	648	JOÃO EGON ARENHARDT	Taxa Limpeza Pública	29,22
598	648	JOÃO EGON ARENHARDT	Taxa Conservação Vias	17,35
598	648	JOÃO EGON ARENHARDT	Taxa de Expediente	5,59
772	1265	JOÃO GUIDO KERKHOFF	Imposto Predial Urbano	78,46
772	1265	JOÃO GUIDO KERKHOFF	Taxa Limpeza Pública	7,91
772	1265	JOÃO GUIDO KERKHOFF	Taxa Conservação Vias	4,7
772	1265	JOÃO GUIDO KERKHOFF	Taxa de Expediente	5,59
285	363	JOÃO JACÓ KESSLER	Imposto Predial Urbano	18,35
285	363	JOÃO JACÓ KESSLER	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
285	363	JOÃO JACÓ KESSLER	Taxa Limpeza Pública	15,4
285	363	JOÃO JACÓ KESSLER	Taxa Conservação Vias	9,14
285	363	JOÃO JACÓ KESSLER	Taxa de Expediente	5,59
307	1266	JOÃO TOILLIER	Imposto Predial Urbano	24,87
307	1266	JOÃO TOILLIER	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
307	1266	JOÃO TOILLIER	Taxa Limpeza Pública	5,94
307	1266	JOÃO TOILLIER	Taxa Conservação Vias	3,52
307	1266	JOÃO TOILLIER	Taxa de Expediente	5,59
436	47	JOÃO VICENTE DETERS	Imposto Predial Urbano	20,47
436	47	JOÃO VICENTE DETERS	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
436	47	JOÃO VICENTE DETERS	Taxa Limpeza Pública	7,91
436	47	JOÃO VICENTE DETERS	Taxa Conservação Vias	4,7
436	47	JOÃO VICENTE DETERS	Taxa de Expediente	5,59
54	619	JOEL ROQUE SPIES	Imposto Predial Urbano	51,54
54	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	56,29
54	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa Limpeza Pública	13,19
54	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa Conservação Vias	7,83
54	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa de Expediente	5,59
717	619	JOEL ROQUE SPIES	Imposto Predial Urbano	47,44
717	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa de Coleta de Lixo	87,27
717	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa Limpeza Pública	13,19
717	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa Conservação Vias	7,83
717	619	JOEL ROQUE SPIES	Taxa de Expediente	5,59
363	263	JOEL TRENHAGO	Imposto Predial Urbano	14,95

363	263	JOEL TRENHAGO	Taxa de Coleta de Lixo	11,28
363	263	JOEL TRENHAGO	Taxa Limpeza Pública	8,57
363	263	JOEL TRENHAGO	Taxa Conservação Vias	5,09
363	263	JOEL TRENHAGO	Taxa de Expediente	5,59
294	128	JORGE EIDT	Imposto Predial Urbano	60,86
294	128	JORGE EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
294	128	JORGE EIDT	Taxa Limpeza Pública	11,87
294	128	JORGE EIDT	Taxa Conservação Vias	7,05
294	128	JORGE EIDT	Taxa de Expediente	5,59
486	128	JORGE EIDT	Imposto Predial Urbano	38,43
486	128	JORGE EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	79,34
486	128	JORGE EIDT	Taxa Limpeza Pública	11,87
486	128	JORGE EIDT	Taxa Conservação Vias	7,05
486	128	JORGE EIDT	Taxa de Expediente	5,59
752	128	JORGE EIDT	Imposto Territorial Urbano	185,37
752	128	JORGE EIDT	Taxa Limpeza Pública	9,04
752	128	JORGE EIDT	Taxa Conservação Vias	5,37
752	128	JORGE EIDT	Taxa de Expediente	5,59
295	366	JORGE LISOT	Imposto Predial Urbano	47,16
295	366	JORGE LISOT	Taxa de Coleta de Lixo	11,28
295	366	JORGE LISOT	Taxa Limpeza Pública	7,91
295	366	JORGE LISOT	Taxa Conservação Vias	4,7
295	366	JORGE LISOT	Taxa de Expediente	5,59
539	366	JORGE LISOT	Imposto Predial Urbano	20,9
539	366	JORGE LISOT	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
539	366	JORGE LISOT	Taxa Limpeza Pública	8,94
539	366	JORGE LISOT	Taxa Conservação Vias	5,31
539	366	JORGE LISOT	Taxa de Expediente	5,59
698	1031	JORGE PAULI	Imposto Predial Urbano	34,24
698	1031	JORGE PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	18,77
698	1031	JORGE PAULI	Taxa Limpeza Pública	7,91
698	1031	JORGE PAULI	Taxa Conservação Vias	4,7
698	1031	JORGE PAULI	Taxa de Expediente	5,59
296	20	JOSÉ ALOÍSIO GRETZLER	Imposto Predial Urbano	45,93
296	20	JOSÉ ALOÍSIO GRETZLER	Taxa de Coleta de Lixo	35,33
296	20	JOSÉ ALOÍSIO GRETZLER	Taxa Limpeza Pública	1,98
296	20	JOSÉ ALOÍSIO GRETZLER	Taxa Conservação Vias	1,17
296	20	JOSÉ ALOÍSIO GRETZLER	Taxa de Expediente	5,59
302	370	JOSE CIPRIANI	Imposto Predial Urbano	114,46
302	370	JOSE CIPRIANI	Taxa de Expediente	5,59
308	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Imposto Predial Urbano	74,13
308	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	65,36
308	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,26
308	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	7,87
308	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
309	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Imposto Territorial Urbano	206,9
309	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,55
309	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	8,05
309	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
310	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Imposto Predial Urbano	60,85
310	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
310	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,16
310	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	7,81
310	374	JOSE FRIDOLINO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
312	376	JOSE HUGO SCHAAB	Imposto Predial Urbano	63,53
312	376	JOSE HUGO SCHAAB	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
312	376	JOSE HUGO SCHAAB	Taxa Limpeza Pública	13,19
312	376	JOSE HUGO SCHAAB	Taxa Conservação Vias	7,83
312	376	JOSE HUGO SCHAAB	Taxa de Expediente	5,59
314	377	JOSE KLEIN	Imposto Territorial Urbano	477,51
314	377	JOSE KLEIN	Taxa Limpeza Pública	16,42
314	377	JOSE KLEIN	Taxa Conservação Vias	9,75
314	377	JOSE KLEIN	Taxa de Expediente	5,59
318	379	JOSE LEO WERLANG	Imposto Predial Urbano	65,8

318	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa de Coleta de Lixo	70,66
318	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa Limpeza Pública	17,61
318	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa Conservação Vias	10,46
318	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa de Expediente	5,59
319	379	JOSE LEO WERLANG	Imposto Predial Urbano	57,12
319	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa de Coleta de Lixo	55,74
319	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa Limpeza Pública	40,91
319	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa Conservação Vias	24,29
319	379	JOSE LEO WERLANG	Taxa de Expediente	5,59
323	383	JOSÉ LUIZ KONRAD	Imposto Predial Urbano	78,46
323	383	JOSÉ LUIZ KONRAD	Taxa de Coleta de Lixo	33,37
323	383	JOSÉ LUIZ KONRAD	Taxa Limpeza Pública	16,65
323	383	JOSÉ LUIZ KONRAD	Taxa Conservação Vias	9,89
323	383	JOSÉ LUIZ KONRAD	Taxa de Expediente	5,59
326	384	JOSE RABUSKE	Imposto Predial Urbano	49,18
326	384	JOSE RABUSKE	Taxa de Coleta de Lixo	54,03
326	384	JOSE RABUSKE	Taxa Limpeza Pública	13,78
326	384	JOSE RABUSKE	Taxa Conservação Vias	8,18
326	384	JOSE RABUSKE	Taxa de Expediente	5,59
801	975	JOSÉ RENATO WOLF	Imposto Territorial Urbano	112,13
801	975	JOSÉ RENATO WOLF	Taxa Limpeza Pública	9,42
801	975	JOSÉ RENATO WOLF	Taxa Conservação Vias	5,59
801	975	JOSÉ RENATO WOLF	Taxa de Expediente	5,59
328	15	JOSÉ RIVALDO PAULI	Imposto Predial Urbano	82,93
328	15	JOSÉ RIVALDO PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
328	15	JOSÉ RIVALDO PAULI	Taxa Limpeza Pública	13,19
328	15	JOSÉ RIVALDO PAULI	Taxa Conservação Vias	7,83
328	15	JOSÉ RIVALDO PAULI	Taxa de Expediente	5,59
704	1162	JOSÉ VIDAL RAUBER	Imposto Territorial Urbano	161,46
704	1162	JOSÉ VIDAL RAUBER	Taxa Limpeza Pública	35,25
704	1162	JOSÉ VIDAL RAUBER	Taxa Conservação Vias	20,93
704	1162	JOSÉ VIDAL RAUBER	Taxa de Expediente	5,59
438	766	JÚLIO FRAGOSO	Imposto Territorial Urbano	104,45
438	766	JÚLIO FRAGOSO	Taxa Limpeza Pública	10,03
438	766	JÚLIO FRAGOSO	Taxa Conservação Vias	5,95
438	766	JÚLIO FRAGOSO	Taxa de Expediente	5,59
800	667	LARI ROQUE STAUB	Imposto Territorial Urbano	73,58
800	667	LARI ROQUE STAUB	Taxa Limpeza Pública	11,87
800	667	LARI ROQUE STAUB	Taxa Conservação Vias	7,05
800	667	LARI ROQUE STAUB	Taxa de Expediente	5,59
284	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Imposto Predial Urbano	11,05
284	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa de Coleta de Lixo	22,67
284	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa Limpeza Pública	22,99
284	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa Conservação Vias	13,65
284	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa de Expediente	5,59
632	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Imposto Predial Urbano	23,55
632	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa de Coleta de Lixo	29,44
632	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa Limpeza Pública	13,95
632	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa Conservação Vias	8,28
632	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa de Expediente	5,59
633	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Imposto Predial Urbano	17,45
633	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa de Coleta de Lixo	40,33
633	1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	Taxa de Expediente	5,59
67	488	LAURI FELIPE WELTER	Imposto Predial Urbano	26,04
67	488	LAURI FELIPE WELTER	Taxa de Coleta de Lixo	36,29
67	488	LAURI FELIPE WELTER	Taxa Limpeza Pública	8,24
67	488	LAURI FELIPE WELTER	Taxa Conservação Vias	4,9
67	488	LAURI FELIPE WELTER	Taxa de Expediente	5,59
333	13	LAURINDO JOAO BACK	Imposto Predial Urbano	18,49
333	13	LAURINDO JOAO BACK	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
333	13	LAURINDO JOAO BACK	Taxa Limpeza Pública	5,57
333	13	LAURINDO JOAO BACK	Taxa Conservação Vias	3,31
333	13	LAURINDO JOAO BACK	Taxa de Expediente	5,59
335	389	LAURO JOSE EIDT	Imposto Territorial Urbano	724,94

335	389	LAURO JOSE EIDT	Taxa Limpeza Pública	52,7
335	389	LAURO JOSE EIDT	Taxa Conservação Vias	31,29
335	389	LAURO JOSE EIDT	Taxa de Expediente	5,59
180	2273	LAURO TOILLIER	Imposto Predial Urbano	25,42
180	2273	LAURO TOILLIER	Taxa de Coleta de Lixo	28,26
180	2273	LAURO TOILLIER	Taxa Limpeza Pública	6,83
180	2273	LAURO TOILLIER	Taxa Conservação Vias	4,05
180	2273	LAURO TOILLIER	Taxa de Expediente	5,59
337	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Imposto Predial Urbano	29,58
337	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Taxa de Coleta de Lixo	17,73
337	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Taxa Limpeza Pública	14,44
337	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Taxa Conservação Vias	8,58
337	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Taxa de Expediente	5,59
697	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Imposto Territorial Urbano	178,73
697	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Taxa Limpeza Pública	14,18
697	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Taxa Conservação Vias	8,42
697	391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	Taxa de Expediente	5,59
338	392	LEO SCHNEIDER	Imposto Predial Urbano	82,33
338	392	LEO SCHNEIDER	Taxa de Coleta de Lixo	59,67
338	392	LEO SCHNEIDER	Taxa Limpeza Pública	13,13
338	392	LEO SCHNEIDER	Taxa Conservação Vias	7,79
338	392	LEO SCHNEIDER	Taxa de Expediente	5,59
340	393	LEOCADIA THOMAS WELTER	Imposto Predial Urbano	34,85
340	393	LEOCADIA THOMAS WELTER	Taxa de Coleta de Lixo	35,72
340	393	LEOCADIA THOMAS WELTER	Taxa Limpeza Pública	23,74
340	393	LEOCADIA THOMAS WELTER	Taxa Conservação Vias	14,1
340	393	LEOCADIA THOMAS WELTER	Taxa de Expediente	5,59
616	1609	LEOCIR ALBAN	Imposto Territorial Urbano	28,49
616	1609	LEOCIR ALBAN	Taxa Limpeza Pública	9,89
616	1609	LEOCIR ALBAN	Taxa Conservação Vias	5,87
616	1609	LEOCIR ALBAN	Taxa de Expediente	5,59
799	1609	LEOCIR ALBAN	Imposto Territorial Urbano	70,91
799	1609	LEOCIR ALBAN	Taxa Limpeza Pública	11,82
799	1609	LEOCIR ALBAN	Taxa Conservação Vias	7,02
799	1609	LEOCIR ALBAN	Taxa de Expediente	5,59
399	2351	LEOCLIDES DALLEMOLE	Imposto Territorial Urbano	157,43
399	2351	LEOCLIDES DALLEMOLE	Taxa Limpeza Pública	12,76
399	2351	LEOCLIDES DALLEMOLE	Taxa Conservação Vias	7,58
399	2351	LEOCLIDES DALLEMOLE	Taxa de Expediente	5,59
666	753	LEONEI KUHN	Imposto Predial Urbano	35,58
666	753	LEONEI KUHN	Taxa de Coleta de Lixo	46,11
666	753	LEONEI KUHN	Taxa Limpeza Pública	11,13
666	753	LEONEI KUHN	Taxa Conservação Vias	6,61
666	753	LEONEI KUHN	Taxa de Expediente	5,59
331	1543	LEONEL ANTONIO PALAVER	Imposto Predial Urbano	76,94
331	1543	LEONEL ANTONIO PALAVER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
331	1543	LEONEL ANTONIO PALAVER	Taxa Limpeza Pública	19,79
331	1543	LEONEL ANTONIO PALAVER	Taxa Conservação Vias	11,75
331	1543	LEONEL ANTONIO PALAVER	Taxa de Expediente	5,59
61	1845	LEONI PAULATA	Imposto Predial Urbano	72,81
61	1845	LEONI PAULATA	Taxa de Coleta de Lixo	40,83
61	1845	LEONI PAULATA	Taxa Limpeza Pública	19
61	1845	LEONI PAULATA	Taxa Conservação Vias	11,28
61	1845	LEONI PAULATA	Taxa de Expediente	5,59
126	271	LEONI STULP	Imposto Predial Urbano	40,62
126	271	LEONI STULP	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
126	271	LEONI STULP	Taxa Limpeza Pública	16,39
126	271	LEONI STULP	Taxa Conservação Vias	9,73
126	271	LEONI STULP	Taxa de Expediente	5,59
183	1243	LEOPOLDO ALFREDO DO NASCIMENTO	Imposto Predial Urbano	33,46
183	1243	LEOPOLDO ALFREDO DO NASCIMENTO	Taxa de Coleta de Lixo	17,11
183	1243	LEOPOLDO ALFREDO DO NASCIMENTO	Taxa Limpeza Pública	16,56
183	1243	LEOPOLDO ALFREDO DO NASCIMENTO	Taxa Conservação Vias	9,83
183	1243	LEOPOLDO ALFREDO DO NASCIMENTO	Taxa de Expediente	5,59

480	653	LEOPOLDO OBERGER	Imposto Predial Urbano	34,34
480	653	LEOPOLDO OBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	31,4
480	653	LEOPOLDO OBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,16
480	653	LEOPOLDO OBERGER	Taxa Conservação Vias	7,81
480	653	LEOPOLDO OBERGER	Taxa de Expediente	5,59
297	1278	LÍLIAN MARIA RITTER EIDT e PAULO DÉCIO EIDT	Imposto Predial Urbano	54,51
297	1278	LÍLIAN MARIA RITTER EIDT e PAULO DÉCIO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
297	1278	LÍLIAN MARIA RITTER EIDT e PAULO DÉCIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	14,33
297	1278	LÍLIAN MARIA RITTER EIDT e PAULO DÉCIO EIDT	Taxa Conservação Vias	8,51
297	1278	LÍLIAN MARIA RITTER EIDT e PAULO DÉCIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
311	375	LILIANE SUZIN	Imposto Predial Urbano	25,68
311	375	LILIANE SUZIN	Taxa de Coleta de Lixo	35,72
311	375	LILIANE SUZIN	Taxa Limpeza Pública	13,19
311	375	LILIANE SUZIN	Taxa Conservação Vias	7,83
311	375	LILIANE SUZIN	Taxa de Expediente	5,59
675	375	LILIANE SUZIN	Imposto Predial Urbano	32,74
675	375	LILIANE SUZIN	Taxa de Coleta de Lixo	37,06
675	375	LILIANE SUZIN	Taxa Limpeza Pública	13,19
675	375	LILIANE SUZIN	Taxa Conservação Vias	7,83
675	375	LILIANE SUZIN	Taxa de Expediente	5,59
708	1223	LÍRIA INÊS MOMBACH	Imposto Predial Urbano	13,17
708	1223	LÍRIA INÊS MOMBACH	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
708	1223	LÍRIA INÊS MOMBACH	Taxa Limpeza Pública	7,91
708	1223	LÍRIA INÊS MOMBACH	Taxa Conservação Vias	4,7
708	1223	LÍRIA INÊS MOMBACH	Taxa de Expediente	5,59
729	1489	LÍRIO FLACH	Imposto Territorial Urbano	85,85
729	1489	LÍRIO FLACH	Taxa Limpeza Pública	9,89
729	1489	LÍRIO FLACH	Taxa Conservação Vias	5,87
729	1489	LÍRIO FLACH	Taxa de Expediente	5,59
330	691	LOIVO FRANCISCO ZOZ	Imposto Predial Urbano	45,38
330	691	LOIVO FRANCISCO ZOZ	Taxa de Coleta de Lixo	71,17
330	691	LOIVO FRANCISCO ZOZ	Taxa Limpeza Pública	12,07
330	691	LOIVO FRANCISCO ZOZ	Taxa Conservação Vias	7,17
330	691	LOIVO FRANCISCO ZOZ	Taxa de Expediente	5,59
614	1282	LORI TERESINHA KERKHOFF	Imposto Territorial Urbano	257,82
614	1282	LORI TERESINHA KERKHOFF	Taxa Limpeza Pública	12,96
614	1282	LORI TERESINHA KERKHOFF	Taxa Conservação Vias	7,7
614	1282	LORI TERESINHA KERKHOFF	Taxa de Expediente	5,59
560	527	LOTÁRIO HAMMES	Imposto Predial Urbano	66,87
560	527	LOTÁRIO HAMMES	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
560	527	LOTÁRIO HAMMES	Taxa Limpeza Pública	9,89
560	527	LOTÁRIO HAMMES	Taxa Conservação Vias	5,87
560	527	LOTÁRIO HAMMES	Taxa de Expediente	5,59
609	547	LOURDES FLACH VOGT	Imposto Predial Urbano	132,88
609	547	LOURDES FLACH VOGT	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
609	547	LOURDES FLACH VOGT	Taxa Limpeza Pública	61,27
609	547	LOURDES FLACH VOGT	Taxa Conservação Vias	36,38
609	547	LOURDES FLACH VOGT	Taxa de Expediente	5,59
575	534	LOURDES KEIL GRETZLER	Imposto Predial Urbano	39,75
575	534	LOURDES KEIL GRETZLER	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
575	534	LOURDES KEIL GRETZLER	Taxa Limpeza Pública	11,08
575	534	LOURDES KEIL GRETZLER	Taxa Conservação Vias	6,58
575	534	LOURDES KEIL GRETZLER	Taxa de Expediente	5,59
239	332	LUCELDA SCHEREN	Imposto Predial Urbano	46,74
239	332	LUCELDA SCHEREN	Taxa de Coleta de Lixo	49,46
239	332	LUCELDA SCHEREN	Taxa Limpeza Pública	16,09
239	332	LUCELDA SCHEREN	Taxa de Expediente	5,59
347	1161	LUCENA PAULI	Imposto Predial Urbano	31,06
347	1161	LUCENA PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
347	1161	LUCENA PAULI	Taxa Limpeza Pública	10,55
347	1161	LUCENA PAULI	Taxa Conservação Vias	6,27
347	1161	LUCENA PAULI	Taxa de Expediente	5,59
791	2454	LÚCIA NELI STRIEDER	Imposto Territorial Urbano	58,86
791	2454	LÚCIA NELI STRIEDER	Taxa de Expediente	5,59

350	401	LUCIA VEIGA	Imposto Predial Urbano	26,43
350	401	LUCIA VEIGA	Taxa de Coleta de Lixo	46,71
350	401	LUCIA VEIGA	Taxa Limpeza Pública	14,54
350	401	LUCIA VEIGA	Taxa Conservação Vias	8,63
350	401	LUCIA VEIGA	Taxa de Expediente	5,59
521	515	LUCILA LAWISCH E LÉCIO RHODEN	Imposto Predial Urbano	25,09
521	515	LUCILA LAWISCH E LÉCIO RHODEN	Taxa de Coleta de Lixo	36,43
521	515	LUCILA LAWISCH E LÉCIO RHODEN	Taxa Limpeza Pública	23,43
521	515	LUCILA LAWISCH E LÉCIO RHODEN	Taxa Conservação Vias	13,91
521	515	LUCILA LAWISCH E LÉCIO RHODEN	Taxa de Expediente	5,59
351	402	LUCILA MARIA BIEGER	Imposto Predial Urbano	110,01
351	402	LUCILA MARIA BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
351	402	LUCILA MARIA BIEGER	Taxa Limpeza Pública	28,36
351	402	LUCILA MARIA BIEGER	Taxa Conservação Vias	16,84
351	402	LUCILA MARIA BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
434	746	LUIS TOVAR FRANZEN	Imposto Predial Urbano	66,71
434	746	LUIS TOVAR FRANZEN	Taxa de Coleta de Lixo	30,23
434	746	LUIS TOVAR FRANZEN	Taxa Limpeza Pública	21,34
434	746	LUIS TOVAR FRANZEN	Taxa Conservação Vias	12,67
434	746	LUIS TOVAR FRANZEN	Taxa de Expediente	5,59
484	697	LUIZ PAULO WENDLING	Imposto Predial Urbano	47,96
484	697	LUIZ PAULO WENDLING	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
484	697	LUIZ PAULO WENDLING	Taxa Limpeza Pública	16,49
484	697	LUIZ PAULO WENDLING	Taxa Conservação Vias	9,79
484	697	LUIZ PAULO WENDLING	Taxa de Expediente	5,59
679	2382	MADALENA HOFER BAUMGRATZ	Imposto Predial Urbano	11,29
679	2382	MADALENA HOFER BAUMGRATZ	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
679	2382	MADALENA HOFER BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	10,39
679	2382	MADALENA HOFER BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	6,17
679	2382	MADALENA HOFER BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
361	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Imposto Predial Urbano	13,41
361	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Coleta de Lixo	46,46
361	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Limpeza Pública	7,91
361	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Conservação Vias	4,7
361	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Expediente	5,59
620	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Imposto Predial Urbano	17,57
620	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Coleta de Lixo	17,46
620	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Limpeza Pública	2,95
620	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Conservação Vias	1,75
620	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Expediente	5,59
621	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Imposto Predial Urbano	27,74
621	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Coleta de Lixo	57,08
621	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Limpeza Pública	13,77
621	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Conservação Vias	8,18
621	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Expediente	5,59
622	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Imposto Predial Urbano	17,57
622	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Coleta de Lixo	17,46
622	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Limpeza Pública	2,95
622	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Conservação Vias	1,75
622	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Expediente	5,59
623	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Imposto Predial Urbano	17,57
623	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Coleta de Lixo	17,46
623	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Limpeza Pública	2,95
623	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa Conservação Vias	1,75
623	160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	Taxa de Expediente	5,59
572	533	MADEREIRA BAMBERG LTDA ME - A/C BESC	Imposto Predial Urbano	28,59
572	533	MADEREIRA BAMBERG LTDA ME - A/C BESC	Taxa de Coleta de Lixo	114,25
572	533	MADEREIRA BAMBERG LTDA ME - A/C BESC	Taxa Limpeza Pública	8,86
572	533	MADEREIRA BAMBERG LTDA ME - A/C BESC	Taxa Conservação Vias	5,26
572	533	MADEREIRA BAMBERG LTDA ME - A/C BESC	Taxa de Expediente	5,59
127	2250	MARCIA NE ROHDEN	Imposto Predial Urbano	30,01
127	2250	MARCIA NE ROHDEN	Taxa de Coleta de Lixo	17,65
127	2250	MARCIA NE ROHDEN	Taxa Limpeza Pública	7,42
127	2250	MARCIA NE ROHDEN	Taxa Conservação Vias	4,41

127	2250	MARCIANE ROHDEN	Taxa de Expediente	5,59
182	2102	MARCIANE RUHOFF	Imposto Predial Urbano	33,37
182	2102	MARCIANE RUHOFF	Taxa de Coleta de Lixo	17,19
182	2102	MARCIANE RUHOFF	Taxa Limpeza Pública	16,54
182	2102	MARCIANE RUHOFF	Taxa Conservação Vias	9,82
182	2102	MARCIANE RUHOFF	Taxa de Expediente	5,59
240	649	MARCIEL ETGES	Imposto Predial Urbano	47,24
240	649	MARCIEL ETGES	Taxa de Coleta de Lixo	52,74
240	649	MARCIEL ETGES	Taxa Limpeza Pública	16,46
240	649	MARCIEL ETGES	Taxa Conservação Vias	9,77
240	649	MARCIEL ETGES	Taxa de Expediente	5,59
716	2352	MARCIO LUIS WELTER	Imposto Territorial Urbano	296,49
716	2352	MARCIO LUIS WELTER	Taxa Limpeza Pública	12,76
716	2352	MARCIO LUIS WELTER	Taxa Conservação Vias	7,57
716	2352	MARCIO LUIS WELTER	Taxa de Expediente	5,59
566	735	MARCIO LUIZ PETRY	Imposto Territorial Urbano	158,08
566	735	MARCIO LUIZ PETRY	Taxa Limpeza Pública	7,91
566	735	MARCIO LUIZ PETRY	Taxa Conservação Vias	4,7
566	735	MARCIO LUIZ PETRY	Taxa de Expediente	5,59
370	800	MARCOS AURELIO GEREMIA	Imposto Predial Urbano	87,83
370	800	MARCOS AURELIO GEREMIA	Taxa de Coleta de Lixo	53,39
370	800	MARCOS AURELIO GEREMIA	Taxa Limpeza Pública	16,36
370	800	MARCOS AURELIO GEREMIA	Taxa Conservação Vias	9,71
370	800	MARCOS AURELIO GEREMIA	Taxa de Expediente	5,59
543	1525	MARCOS LUIZ GOSSLER	Imposto Predial Urbano	21,77
543	1525	MARCOS LUIZ GOSSLER	Taxa de Coleta de Lixo	34,07
543	1525	MARCOS LUIZ GOSSLER	Taxa Limpeza Pública	8,18
543	1525	MARCOS LUIZ GOSSLER	Taxa Conservação Vias	4,86
543	1525	MARCOS LUIZ GOSSLER	Taxa de Expediente	5,59
208	1402	MARCUS KONRAD	Imposto Predial Urbano	38,95
208	1402	MARCUS KONRAD	Taxa de Coleta de Lixo	33,55
208	1402	MARCUS KONRAD	Taxa Limpeza Pública	13,26
208	1402	MARCUS KONRAD	Taxa Conservação Vias	7,87
208	1402	MARCUS KONRAD	Taxa de Expediente	5,59
78	1273	MARIA CLÁUDIA KNAPP	Imposto Predial Urbano	17,8
78	1273	MARIA CLÁUDIA KNAPP	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
78	1273	MARIA CLÁUDIA KNAPP	Taxa Limpeza Pública	12,86
78	1273	MARIA CLÁUDIA KNAPP	Taxa Conservação Vias	7,64
78	1273	MARIA CLÁUDIA KNAPP	Taxa de Expediente	5,59
700	1171	MARIA FRAGOSO FELTRIN	Imposto Predial Urbano	26,03
700	1171	MARIA FRAGOSO FELTRIN	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
700	1171	MARIA FRAGOSO FELTRIN	Taxa Limpeza Pública	8,28
700	1171	MARIA FRAGOSO FELTRIN	Taxa Conservação Vias	4,91
700	1171	MARIA FRAGOSO FELTRIN	Taxa de Expediente	5,59
765	2027	MARIA HELENA KIRCHNER	Imposto Predial Urbano	188,35
765	2027	MARIA HELENA KIRCHNER	Taxa de Expediente	5,59
499	497	MARIA JOSEFINA FLACH FREY	Imposto Predial Urbano	263,15
499	497	MARIA JOSEFINA FLACH FREY	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
499	497	MARIA JOSEFINA FLACH FREY	Taxa Limpeza Pública	17,31
499	497	MARIA JOSEFINA FLACH FREY	Taxa Conservação Vias	10,28
499	497	MARIA JOSEFINA FLACH FREY	Taxa de Expediente	5,59
60	229	MARIA LORI SCHAAB	Imposto Predial Urbano	23,32
60	229	MARIA LORI SCHAAB	Taxa de Coleta de Lixo	17,86
60	229	MARIA LORI SCHAAB	Taxa Limpeza Pública	14,51
60	229	MARIA LORI SCHAAB	Taxa Conservação Vias	8,62
60	229	MARIA LORI SCHAAB	Taxa de Expediente	5,59
545	695	MARIA LUCIA KÖHLER	Imposto Predial Urbano	25,34
545	695	MARIA LUCIA KÖHLER	Taxa de Coleta de Lixo	48,7
545	695	MARIA LUCIA KÖHLER	Taxa Limpeza Pública	8,48
545	695	MARIA LUCIA KÖHLER	Taxa Conservação Vias	5,03
545	695	MARIA LUCIA KÖHLER	Taxa de Expediente	5,59
790	2453	MARIA LÚCIA STAUB	Imposto Territorial Urbano	52
790	2453	MARIA LÚCIA STAUB	Taxa de Expediente	5,59
513	773	MARIANE SCHEIDER	Imposto Territorial Urbano	253,77

513	773	MARIANE SCHEIDER	Taxa Limpeza Pública	20,97
513	773	MARIANE SCHEIDER	Taxa Conservação Vias	12,45
513	773	MARIANE SCHEIDER	Taxa de Expediente	5,59
463	629	MARILEI CHRIST	Imposto Predial Urbano	47,67
463	629	MARILEI CHRIST	Taxa de Coleta de Lixo	39,26
463	629	MARILEI CHRIST	Taxa Limpeza Pública	16,03
463	629	MARILEI CHRIST	Taxa Conservação Vias	9,52
463	629	MARILEI CHRIST	Taxa de Expediente	5,59
242	509	MARILEI MANNRICH	Imposto Predial Urbano	96,39
242	509	MARILEI MANNRICH	Taxa de Coleta de Lixo	76,94
242	509	MARILEI MANNRICH	Taxa Limpeza Pública	47,26
242	509	MARILEI MANNRICH	Taxa Conservação Vias	28,06
242	509	MARILEI MANNRICH	Taxa de Expediente	5,59
243	509	MARILEI MANNRICH	Imposto Predial Urbano	152,5
243	509	MARILEI MANNRICH	Taxa de Coleta de Lixo	161,16
243	509	MARILEI MANNRICH	Taxa Limpeza Pública	39,44
243	509	MARILEI MANNRICH	Taxa Conservação Vias	23,42
243	509	MARILEI MANNRICH	Taxa de Expediente	5,59
397	1222	MARILEI NIKITENKO ENGLER	Imposto Predial Urbano	12,16
397	1222	MARILEI NIKITENKO ENGLER	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
397	1222	MARILEI NIKITENKO ENGLER	Taxa Limpeza Pública	7,12
397	1222	MARILEI NIKITENKO ENGLER	Taxa Conservação Vias	4,23
397	1222	MARILEI NIKITENKO ENGLER	Taxa de Expediente	5,59
648	2260	MARINO JACOB KLEIN	Imposto Predial Urbano	10,79
648	2260	MARINO JACOB KLEIN	Taxa de Coleta de Lixo	31,01
648	2260	MARINO JACOB KLEIN	Taxa de Expediente	5,59
365	411	MARINO JOSÉ FREY	Imposto Predial Urbano	79,3
365	411	MARINO JOSÉ FREY	Taxa de Coleta de Lixo	78,32
365	411	MARINO JOSÉ FREY	Taxa Limpeza Pública	24,69
365	411	MARINO JOSÉ FREY	Taxa Conservação Vias	14,66
365	411	MARINO JOSÉ FREY	Taxa de Expediente	5,59
299	633	MARINO SCHNORRENBURGER	Imposto Predial Urbano	5,01
299	633	MARINO SCHNORRENBURGER	Taxa de Coleta de Lixo	41,22
299	633	MARINO SCHNORRENBURGER	Taxa Limpeza Pública	7,91
299	633	MARINO SCHNORRENBURGER	Taxa Conservação Vias	4,7
299	633	MARINO SCHNORRENBURGER	Taxa de Expediente	5,59
367	412	MÁRIO BECKER	Imposto Predial Urbano	89,3
367	412	MÁRIO BECKER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
367	412	MÁRIO BECKER	Taxa Limpeza Pública	45,84
367	412	MÁRIO BECKER	Taxa Conservação Vias	27,22
367	412	MÁRIO BECKER	Taxa de Expediente	5,59
371	414	MARIO LAURO FRANTZ	Imposto Predial Urbano	154,76
371	414	MARIO LAURO FRANTZ	Taxa de Coleta de Lixo	56,92
371	414	MARIO LAURO FRANTZ	Taxa Limpeza Pública	33,18
371	414	MARIO LAURO FRANTZ	Taxa Conservação Vias	19,7
371	414	MARIO LAURO FRANTZ	Taxa de Expediente	5,59
251	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Imposto Predial Urbano	30,82
251	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa de Coleta de Lixo	34,55
251	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa Limpeza Pública	13,19
251	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa Conservação Vias	7,83
251	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa de Expediente	5,59
599	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Imposto Predial Urbano	18,67
599	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa de Coleta de Lixo	38,27
599	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa Limpeza Pública	3,96
599	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa Conservação Vias	2,35
599	541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	Taxa de Expediente	5,59
372	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Imposto Predial Urbano	111,94
372	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	12,09
372	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Limpeza Pública	16,56
372	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Conservação Vias	9,83
372	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
373	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Imposto Predial Urbano	97,28
373	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
373	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Limpeza Pública	13,22

373	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Conservação Vias	7,85
373	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
374	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Imposto Predial Urbano	43,04
374	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	46,28
374	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
711	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Imposto Territorial Urbano	327,88
711	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
712	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Imposto Territorial Urbano	347,06
712	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
755	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Imposto Territorial Urbano	81,11
755	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Limpeza Pública	25
755	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Conservação Vias	14,85
755	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
758	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Imposto Territorial Urbano	83,13
758	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Limpeza Pública	21,53
758	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa Conservação Vias	12,79
758	10	MÁRIO LUIZ BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
544	717	MARIO SERGIO BETTIO	Imposto Predial Urbano	17,93
544	717	MARIO SERGIO BETTIO	Taxa de Coleta de Lixo	32,78
544	717	MARIO SERGIO BETTIO	Taxa Limpeza Pública	8,57
544	717	MARIO SERGIO BETTIO	Taxa Conservação Vias	5,09
544	717	MARIO SERGIO BETTIO	Taxa de Expediente	5,59
746	1724	MARLENA MÜLLER	Imposto Predial Urbano	12,39
746	1724	MARLENA MÜLLER	Taxa de Coleta de Lixo	11,55
746	1724	MARLENA MÜLLER	Taxa Limpeza Pública	21,01
746	1724	MARLENA MÜLLER	Taxa Conservação Vias	12,47
746	1724	MARLENA MÜLLER	Taxa de Expediente	5,59
455	2268	MARLENE BAUMGRATZ DALMONEK	Imposto Predial Urbano	35,99
455	2268	MARLENE BAUMGRATZ DALMONEK	Taxa de Coleta de Lixo	32,97
455	2268	MARLENE BAUMGRATZ DALMONEK	Taxa Limpeza Pública	16,54
455	2268	MARLENE BAUMGRATZ DALMONEK	Taxa Conservação Vias	9,82
455	2268	MARLENE BAUMGRATZ DALMONEK	Taxa de Expediente	5,59
690	833	MARLENE DALINGHAUS MOCELIN	Imposto Territorial Urbano	213,17
690	833	MARLENE DALINGHAUS MOCELIN	Taxa Limpeza Pública	8,28
690	833	MARLENE DALINGHAUS MOCELIN	Taxa Conservação Vias	4,91
690	833	MARLENE DALINGHAUS MOCELIN	Taxa de Expediente	5,59
8	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Imposto Territorial Urbano	96,77
8	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa Limpeza Pública	13,17
8	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa Conservação Vias	7,82
8	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa de Expediente	5,59
184	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Imposto Territorial Urbano	208,92
184	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa Limpeza Pública	29,09
184	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa Conservação Vias	17,27
184	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa de Expediente	5,59
419	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Imposto Predial Urbano	20,9
419	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
419	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa Limpeza Pública	12,06
419	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa Conservação Vias	7,16
419	193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	Taxa de Expediente	5,59
696	850	MARLENE NEUKAMP SCHAURICH	Imposto Predial Urbano	45,97
696	850	MARLENE NEUKAMP SCHAURICH	Taxa de Coleta de Lixo	47,11
696	850	MARLENE NEUKAMP SCHAURICH	Taxa Limpeza Pública	16,49
696	850	MARLENE NEUKAMP SCHAURICH	Taxa Conservação Vias	9,79
696	850	MARLENE NEUKAMP SCHAURICH	Taxa de Expediente	5,59
305	635	MARLI DALINGHAUS	Imposto Predial Urbano	32,09
305	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa de Coleta de Lixo	53,98
305	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa Limpeza Pública	8,28
305	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa Conservação Vias	4,91
305	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa de Expediente	5,59
453	635	MARLI DALINGHAUS	Imposto Predial Urbano	50,45
453	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa de Coleta de Lixo	29,21
453	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa Limpeza Pública	16,46
453	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa Conservação Vias	9,77
453	635	MARLI DALINGHAUS	Taxa de Expediente	5,59

777	2256	MARLI TEREZINHA FOLLMANN	Imposto Predial Urbano	70,54
777	2256	MARLI TEREZINHA FOLLMANN	Taxa de Expediente	5,59
341	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Imposto Predial Urbano	27,25
341	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Taxa de Coleta de Lixo	50,88
341	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	8,57
341	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	5,09
341	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
676	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Imposto Predial Urbano	27,25
676	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Taxa de Coleta de Lixo	50,88
676	31	MAURICIO BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
376	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Imposto Predial Urbano	42,43
376	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa de Coleta de Lixo	64,77
376	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa Limpeza Pública	29,61
376	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa Conservação Vias	17,58
376	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa de Expediente	5,59
742	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Imposto Predial Urbano	35,62
742	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa de Coleta de Lixo	54,38
742	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa Limpeza Pública	13,06
742	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa Conservação Vias	7,75
742	415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	Taxa de Expediente	5,59
174	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Imposto Predial Urbano	42,45
174	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Taxa de Coleta de Lixo	48,68
174	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Taxa Limpeza Pública	9,43
174	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Taxa Conservação Vias	5,6
174	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Taxa de Expediente	5,59
798	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Imposto Territorial Urbano	132,76
798	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Taxa Limpeza Pública	31,96
798	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Taxa Conservação Vias	18,97
798	1554	MAURO LUIZ BAMBERG	Taxa de Expediente	5,59
46	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Imposto Predial Urbano	23,86
46	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa de Coleta de Lixo	69,09
46	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa Limpeza Pública	19,33
46	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa Conservação Vias	11,47
46	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa de Expediente	5,59
665	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Imposto Predial Urbano	25,7
665	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa de Coleta de Lixo	44,16
665	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa Limpeza Pública	7,91
665	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa Conservação Vias	4,7
665	560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	Taxa de Expediente	5,59
378	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Imposto Predial Urbano	69,31
378	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	55,74
378	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa Limpeza Pública	11,67
378	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa Conservação Vias	6,93
378	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa de Expediente	5,59
611	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Imposto Predial Urbano	41,33
611	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa de Coleta de Lixo	119,01
611	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa Limpeza Pública	10,06
611	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa Conservação Vias	5,97
611	171	MECÂNICA TUNAS LTDA	Taxa de Expediente	5,59
379	416	MENO KOHLER	Imposto Predial Urbano	51,85
379	416	MENO KOHLER	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
379	416	MENO KOHLER	Taxa Limpeza Pública	16,36
379	416	MENO KOHLER	Taxa Conservação Vias	9,71
379	416	MENO KOHLER	Taxa de Expediente	5,59
380	417	MENO VICENTE BIEGER	Imposto Predial Urbano	90,71
380	417	MENO VICENTE BIEGER	Taxa de Coleta de Lixo	52,52
380	417	MENO VICENTE BIEGER	Taxa Limpeza Pública	48,54
380	417	MENO VICENTE BIEGER	Taxa Conservação Vias	28,82
380	417	MENO VICENTE BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
495	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Imposto Territorial Urbano	371,02
495	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Taxa Limpeza Pública	8,57
495	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Taxa Conservação Vias	5,09
495	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Taxa de Expediente	5,59
724	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Imposto Territorial Urbano	633,43

724	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Taxa Limpeza Pública	14,58
724	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Taxa Conservação Vias	8,65
724	172	MERCADO ALVORADA LTDA ME	Taxa de Expediente	5,59
382	419	MILTON JOSE SCHOMMER	Imposto Territorial Urbano	335,4
382	419	MILTON JOSE SCHOMMER	Taxa Limpeza Pública	13,22
382	419	MILTON JOSE SCHOMMER	Taxa Conservação Vias	7,85
382	419	MILTON JOSE SCHOMMER	Taxa de Expediente	5,59
445	1363	MILTON KIRSTEN	Imposto Predial Urbano	87,17
445	1363	MILTON KIRSTEN	Taxa Limpeza Pública	8,57
445	1363	MILTON KIRSTEN	Taxa Conservação Vias	5,09
445	1363	MILTON KIRSTEN	Taxa de Expediente	5,59
258	1465	MOACIR FRANCISCO LAZAROTTO	Imposto Predial Urbano	51,51
258	1465	MOACIR FRANCISCO LAZAROTTO	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
258	1465	MOACIR FRANCISCO LAZAROTTO	Taxa Limpeza Pública	16,65
258	1465	MOACIR FRANCISCO LAZAROTTO	Taxa Conservação Vias	9,88
258	1465	MOACIR FRANCISCO LAZAROTTO	Taxa de Expediente	5,59
691	834	NADIR JUVER E CLEITON NAUE	Imposto Predial Urbano	28,58
691	834	NADIR JUVER E CLEITON NAUE	Taxa de Coleta de Lixo	34,42
691	834	NADIR JUVER E CLEITON NAUE	Taxa Limpeza Pública	8,24
691	834	NADIR JUVER E CLEITON NAUE	Taxa Conservação Vias	4,9
691	834	NADIR JUVER E CLEITON NAUE	Taxa de Expediente	5,59
703	1219	NARCISO ENGLER	Imposto Predial Urbano	13,07
703	1219	NARCISO ENGLER	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
703	1219	NARCISO ENGLER	Taxa Limpeza Pública	8,24
703	1219	NARCISO ENGLER	Taxa Conservação Vias	4,9
703	1219	NARCISO ENGLER	Taxa de Expediente	5,59
348	2087	NATALICIO ROQUE THOMAZ	Imposto Predial Urbano	30,8
348	2087	NATALICIO ROQUE THOMAZ	Taxa de Coleta de Lixo	35,51
348	2087	NATALICIO ROQUE THOMAZ	Taxa Limpeza Pública	10,39
348	2087	NATALICIO ROQUE THOMAZ	Taxa Conservação Vias	6,17
348	2087	NATALICIO ROQUE THOMAZ	Taxa de Expediente	5,59
359	2157	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	Imposto Predial Urbano	27,08
359	2157	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
359	2157	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	Taxa Limpeza Pública	26,22
359	2157	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	Taxa Conservação Vias	15,57
359	2157	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	Taxa de Expediente	5,59
124	421	NEIDE MARIA SCHROER	Imposto Predial Urbano	64,17
124	421	NEIDE MARIA SCHROER	Taxa de Coleta de Lixo	60,45
124	421	NEIDE MARIA SCHROER	Taxa Limpeza Pública	16,52
124	421	NEIDE MARIA SCHROER	Taxa Conservação Vias	9,81
124	421	NEIDE MARIA SCHROER	Taxa de Expediente	5,59
385	421	NEIDE MARIA SCHROER	Imposto Territorial Urbano	422,1
385	421	NEIDE MARIA SCHROER	Taxa Limpeza Pública	16,29
385	421	NEIDE MARIA SCHROER	Taxa Conservação Vias	9,67
385	421	NEIDE MARIA SCHROER	Taxa de Expediente	5,59
589	536	NEIVA I. SCHROER BOURSCHEID	Imposto Territorial Urbano	277,56
589	536	NEIVA I. SCHROER BOURSCHEID	Taxa Limpeza Pública	6,27
589	536	NEIVA I. SCHROER BOURSCHEID	Taxa Conservação Vias	3,72
589	536	NEIVA I. SCHROER BOURSCHEID	Taxa de Expediente	5,59
387	422	NELI REIS	Imposto Predial Urbano	52,54
387	422	NELI REIS	Taxa de Coleta de Lixo	44,36
387	422	NELI REIS	Taxa Limpeza Pública	16,23
387	422	NELI REIS	Taxa Conservação Vias	9,63
387	422	NELI REIS	Taxa de Expediente	5,59
388	423	NELSI ETGES	Imposto Predial Urbano	40,21
388	423	NELSI ETGES	Taxa de Coleta de Lixo	31,4
388	423	NELSI ETGES	Taxa Limpeza Pública	10,55
388	423	NELSI ETGES	Taxa Conservação Vias	6,27
388	423	NELSI ETGES	Taxa de Expediente	5,59
26	205	NELSI MARIA SCHWEICKERT LAWISCH	Imposto Predial Urbano	56,9
26	205	NELSI MARIA SCHWEICKERT LAWISCH	Taxa de Coleta de Lixo	31,4
26	205	NELSI MARIA SCHWEICKERT LAWISCH	Taxa Limpeza Pública	13,19
26	205	NELSI MARIA SCHWEICKERT LAWISCH	Taxa Conservação Vias	7,83
26	205	NELSI MARIA SCHWEICKERT LAWISCH	Taxa de Expediente	5,59

389	424	NELSON DA SILVA	Imposto Predial Urbano	29,9
389	424	NELSON DA SILVA	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
389	424	NELSON DA SILVA	Taxa Limpeza Pública	19,98
389	424	NELSON DA SILVA	Taxa Conservação Vias	11,87
389	424	NELSON DA SILVA	Taxa de Expediente	5,59
390	424	NELSON DA SILVA	Imposto Predial Urbano	26,66
390	424	NELSON DA SILVA	Taxa de Coleta de Lixo	38,86
390	424	NELSON DA SILVA	Taxa Limpeza Pública	11,87
390	424	NELSON DA SILVA	Taxa Conservação Vias	7,05
390	424	NELSON DA SILVA	Taxa de Expediente	5,59
649	2201	NELY TEREZINHA BIEGER	Imposto Predial Urbano	228,17
649	2201	NELY TEREZINHA BIEGER	Taxa de Expediente	5,59
447	871	NERI JOSÉ LUDWIG	Imposto Predial Urbano	37,62
447	871	NERI JOSÉ LUDWIG	Taxa de Coleta de Lixo	42
447	871	NERI JOSÉ LUDWIG	Taxa Limpeza Pública	31,07
447	871	NERI JOSÉ LUDWIG	Taxa Conservação Vias	18,45
447	871	NERI JOSÉ LUDWIG	Taxa de Expediente	5,59
391	425	NERI ROMEU LAWISCH	Imposto Predial Urbano	86,93
391	425	NERI ROMEU LAWISCH	Taxa de Coleta de Lixo	58,26
391	425	NERI ROMEU LAWISCH	Taxa Limpeza Pública	13,22
391	425	NERI ROMEU LAWISCH	Taxa Conservação Vias	7,85
391	425	NERI ROMEU LAWISCH	Taxa de Expediente	5,59
500	710	NESTOR NICKNIG	Imposto Predial Urbano	23,29
500	710	NESTOR NICKNIG	Taxa de Coleta de Lixo	11,28
500	710	NESTOR NICKNIG	Taxa Limpeza Pública	13,19
500	710	NESTOR NICKNIG	Taxa Conservação Vias	7,83
500	710	NESTOR NICKNIG	Taxa de Expediente	5,59
440	2241	NESTOR SEHN	Imposto Territorial Urbano	88,3
440	2241	NESTOR SEHN	Taxa Limpeza Pública	8,77
440	2241	NESTOR SEHN	Taxa Conservação Vias	5,21
440	2241	NESTOR SEHN	Taxa de Expediente	5,59
392	426	NESTOR THOMÉ	Imposto Predial Urbano	110,62
392	426	NESTOR THOMÉ	Taxa de Coleta de Lixo	51,03
392	426	NESTOR THOMÉ	Taxa Limpeza Pública	18,11
392	426	NESTOR THOMÉ	Taxa Conservação Vias	10,75
392	426	NESTOR THOMÉ	Taxa de Expediente	5,59
393	426	NESTOR THOMÉ	Imposto Territorial Urbano	596,2
393	426	NESTOR THOMÉ	Taxa Limpeza Pública	14,51
393	426	NESTOR THOMÉ	Taxa Conservação Vias	8,62
393	426	NESTOR THOMÉ	Taxa de Expediente	5,59
396	1370	NILO STÜELP	Imposto Predial Urbano	20,67
396	1370	NILO STÜELP	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
396	1370	NILO STÜELP	Taxa Limpeza Pública	39,9
396	1370	NILO STÜELP	Taxa Conservação Vias	23,69
396	1370	NILO STÜELP	Taxa de Expediente	5,59
431	1370	NILO STÜELP	Imposto Predial Urbano	43
431	1370	NILO STÜELP	Taxa de Coleta de Lixo	13,97
431	1370	NILO STÜELP	Taxa Limpeza Pública	2,23
431	1370	NILO STÜELP	Taxa Conservação Vias	1,32
431	1370	NILO STÜELP	Taxa de Expediente	5,59
677	1370	NILO STÜELP	Imposto Predial Urbano	18,35
677	1370	NILO STÜELP	Taxa de Coleta de Lixo	15,04
677	1370	NILO STÜELP	Taxa Limpeza Pública	7,24
677	1370	NILO STÜELP	Taxa Conservação Vias	4,3
677	1370	NILO STÜELP	Taxa de Expediente	5,59
69	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Imposto Predial Urbano	24,98
69	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa de Coleta de Lixo	34,15
69	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa Limpeza Pública	9,89
69	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa Conservação Vias	5,87
69	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa de Expediente	5,59
429	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Imposto Predial Urbano	116,79
429	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
429	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa Limpeza Pública	16,13
429	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa Conservação Vias	9,58

429	839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	Taxa de Expediente	5,59
62	231	NILVA TERESINHA BIONDO	Imposto Predial Urbano	26,65
62	231	NILVA TERESINHA BIONDO	Taxa de Coleta de Lixo	45,93
62	231	NILVA TERESINHA BIONDO	Taxa Limpeza Pública	12,14
62	231	NILVA TERESINHA BIONDO	Taxa Conservação Vias	7,21
62	231	NILVA TERESINHA BIONDO	Taxa de Expediente	5,59
398	430	NIRTES TERESINHA SCHROER	Imposto Predial Urbano	95,01
398	430	NIRTES TERESINHA SCHROER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
398	430	NIRTES TERESINHA SCHROER	Taxa Limpeza Pública	56,46
398	430	NIRTES TERESINHA SCHROER	Taxa Conservação Vias	33,52
398	430	NIRTES TERESINHA SCHROER	Taxa de Expediente	5,59
476	867	NOELI INÊS EIDT	Imposto Predial Urbano	49,26
476	867	NOELI INÊS EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	50,62
476	867	NOELI INÊS EIDT	Taxa Limpeza Pública	16,49
476	867	NOELI INÊS EIDT	Taxa Conservação Vias	9,79
476	867	NOELI INÊS EIDT	Taxa de Expediente	5,59
381	418	NOELI MICHELS	Imposto Predial Urbano	39,98
381	418	NOELI MICHELS	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
381	418	NOELI MICHELS	Taxa Limpeza Pública	19,46
381	418	NOELI MICHELS	Taxa Conservação Vias	11,55
381	418	NOELI MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
252	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Territorial Urbano	469,9
252	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	42,11
252	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	25
252	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
253	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Territorial Urbano	466,09
253	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Coleta de Lixo	161,16
253	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	42,11
253	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	25
253	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
254	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Predial Urbano	48,89
254	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Coleta de Lixo	36,12
254	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	25,92
254	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	15,39
254	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
255	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Territorial Urbano	411,11
255	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	18,76
255	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	11,14
255	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
402	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Predial Urbano	92,33
402	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
402	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	86,6
402	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	51,42
402	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
403	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Territorial Urbano	334,13
403	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	13,09
403	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	7,77
403	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
404	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Territorial Urbano	334,13
404	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	39,67
404	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	23,56
404	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
405	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Predial Urbano	242,88
405	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Coleta de Lixo	161,16
405	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	15,93
405	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	9,46
405	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
406	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Predial Urbano	100,75
406	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
406	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
719	434	ODILO ADÃO THOMAS	Imposto Predial Urbano	77,65
719	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
719	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Limpeza Pública	45,25
719	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa Conservação Vias	26,87

719	434	ODILO ADÃO THOMAS	Taxa de Expediente	5,59
537	1210	ODILO SEHN	Imposto Predial Urbano	12,34
537	1210	ODILO SEHN	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
537	1210	ODILO SEHN	Taxa Limpeza Pública	7,37
537	1210	ODILO SEHN	Taxa Conservação Vias	4,38
537	1210	ODILO SEHN	Taxa de Expediente	5,59
277	636	OLGÁRIO STEFFEN	Imposto Predial Urbano	81,35
277	636	OLGÁRIO STEFFEN	Taxa de Coleta de Lixo	46,12
277	636	OLGÁRIO STEFFEN	Taxa Limpeza Pública	36,08
277	636	OLGÁRIO STEFFEN	Taxa Conservação Vias	21,42
277	636	OLGÁRIO STEFFEN	Taxa de Expediente	5,59
206	1212	OLÍBIO HAMMES	Imposto Predial Urbano	12,47
206	1212	OLÍBIO HAMMES	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
206	1212	OLÍBIO HAMMES	Taxa Limpeza Pública	7,52
206	1212	OLÍBIO HAMMES	Taxa Conservação Vias	4,46
206	1212	OLÍBIO HAMMES	Taxa de Expediente	5,59
408	436	ORENA MARIA FLACH	Imposto Predial Urbano	10,43
408	436	ORENA MARIA FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	13,43
408	436	ORENA MARIA FLACH	Taxa Limpeza Pública	17,94
408	436	ORENA MARIA FLACH	Taxa Conservação Vias	10,65
408	436	ORENA MARIA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
414	438	ORNELIO JOSÉ LAWISCH	Imposto Predial Urbano	35,48
414	438	ORNELIO JOSÉ LAWISCH	Taxa de Coleta de Lixo	17,19
414	438	ORNELIO JOSÉ LAWISCH	Taxa Limpeza Pública	13,09
414	438	ORNELIO JOSÉ LAWISCH	Taxa Conservação Vias	7,77
414	438	ORNELIO JOSÉ LAWISCH	Taxa de Expediente	5,59
415	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Imposto Predial Urbano	38,49
415	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa de Coleta de Lixo	48,23
415	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa Limpeza Pública	10,72
415	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa Conservação Vias	6,36
415	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa de Expediente	5,59
680	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Imposto Predial Urbano	76,61
680	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa de Coleta de Lixo	60,93
680	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa Limpeza Pública	41,92
680	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa Conservação Vias	24,89
680	440	OSVINO VALENTIN SCHNEIDER	Taxa de Expediente	5,59
432	2092	OTÍLIA MARIA BRACHT VOLLMER	Imposto Predial Urbano	48
432	2092	OTÍLIA MARIA BRACHT VOLLMER	Taxa de Coleta de Lixo	71,45
432	2092	OTÍLIA MARIA BRACHT VOLLMER	Taxa Limpeza Pública	16,42
432	2092	OTÍLIA MARIA BRACHT VOLLMER	Taxa Conservação Vias	9,75
432	2092	OTÍLIA MARIA BRACHT VOLLMER	Taxa de Expediente	5,59
101	254	OTILIO MACHADO GONÇALVES DE SOUSA	Imposto Predial Urbano	23,84
101	254	OTILIO MACHADO GONÇALVES DE SOUSA	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
101	254	OTILIO MACHADO GONÇALVES DE SOUSA	Taxa Limpeza Pública	15,37
101	254	OTILIO MACHADO GONÇALVES DE SOUSA	Taxa Conservação Vias	9,12
101	254	OTILIO MACHADO GONÇALVES DE SOUSA	Taxa de Expediente	5,59
123	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Imposto Predial Urbano	85,58
123	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Taxa de Coleta de Lixo	58,84
123	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Taxa Limpeza Pública	13,03
123	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Taxa Conservação Vias	7,73
123	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Taxa de Expediente	5,59
754	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Imposto Territorial Urbano	83,8
754	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Taxa Limpeza Pública	7,91
754	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Taxa Conservação Vias	4,7
754	650	OTOMAR ROQUE LENZ	Taxa de Expediente	5,59
83	2469	PAULO CÉSAR SEHN	Imposto Predial Urbano	43,56
83	2469	PAULO CÉSAR SEHN	Taxa de Coleta de Lixo	48,14
83	2469	PAULO CÉSAR SEHN	Taxa Limpeza Pública	8,64
83	2469	PAULO CÉSAR SEHN	Taxa Conservação Vias	5,13
83	2469	PAULO CÉSAR SEHN	Taxa de Expediente	5,59
273	344	PAULO DÉCIO EIDT	Imposto Territorial Urbano	248,45
273	344	PAULO DÉCIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	14,51
273	344	PAULO DÉCIO EIDT	Taxa Conservação Vias	8,62
273	344	PAULO DÉCIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59

315	378	PAULO HAHN	Imposto Predial Urbano	16,91
315	378	PAULO HAHN	Taxa de Coleta de Lixo	14,77
315	378	PAULO HAHN	Taxa Limpeza Pública	8,57
315	378	PAULO HAHN	Taxa Conservação Vias	5,09
315	378	PAULO HAHN	Taxa de Expediente	5,59
526	519	PAULO HENN E HERTA FLACH	Imposto Predial Urbano	114,35
526	519	PAULO HENN E HERTA FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
526	519	PAULO HENN E HERTA FLACH	Taxa Limpeza Pública	10,62
526	519	PAULO HENN E HERTA FLACH	Taxa Conservação Vias	6,31
526	519	PAULO HENN E HERTA FLACH	Taxa de Expediente	5,59
422	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Imposto Predial Urbano	50,28
422	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa de Coleta de Lixo	41,41
422	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa Limpeza Pública	12,93
422	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa Conservação Vias	7,68
422	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa de Expediente	5,59
423	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Imposto Predial Urbano	40,63
423	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa de Coleta de Lixo	14,5
423	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa Limpeza Pública	13,09
423	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa Conservação Vias	7,77
423	445	PAULO JOSE HOCHSCHEIDT	Taxa de Expediente	5,59
684	781	PAULO JOSE MASSING	Imposto Predial Urbano	41,77
684	781	PAULO JOSE MASSING	Taxa de Coleta de Lixo	70,45
684	781	PAULO JOSE MASSING	Taxa Limpeza Pública	8,57
684	781	PAULO JOSE MASSING	Taxa Conservação Vias	5,09
684	781	PAULO JOSE MASSING	Taxa de Expediente	5,59
186	303	PAULO LUIZ SCHERER	Imposto Predial Urbano	47,41
186	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	64,46
186	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa Limpeza Pública	57,18
186	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa Conservação Vias	33,95
186	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
188	303	PAULO LUIZ SCHERER	Imposto Predial Urbano	90,47
188	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	130,91
188	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa Limpeza Pública	13,19
188	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa Conservação Vias	7,83
188	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
626	303	PAULO LUIZ SCHERER	Imposto Predial Urbano	89,49
626	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
626	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
627	303	PAULO LUIZ SCHERER	Imposto Predial Urbano	47,04
627	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	68,76
627	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
628	303	PAULO LUIZ SCHERER	Imposto Predial Urbano	31,81
628	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
628	303	PAULO LUIZ SCHERER	Taxa de Expediente	5,59
65	2061	PAULO ROBERTO BRUXEL	Imposto Territorial Urbano	223,23
65	2061	PAULO ROBERTO BRUXEL	Taxa Limpeza Pública	7,59
65	2061	PAULO ROBERTO BRUXEL	Taxa Conservação Vias	4,5
65	2061	PAULO ROBERTO BRUXEL	Taxa de Expediente	5,59
205	1221	PAULO STAUB	Imposto Predial Urbano	13,07
205	1221	PAULO STAUB	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
205	1221	PAULO STAUB	Taxa Limpeza Pública	8,24
205	1221	PAULO STAUB	Taxa Conservação Vias	4,9
205	1221	PAULO STAUB	Taxa de Expediente	5,59
400	847	PEDRO ARMINDO KESSLER	Imposto Predial Urbano	65,84
400	847	PEDRO ARMINDO KESSLER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
400	847	PEDRO ARMINDO KESSLER	Taxa Limpeza Pública	18,01
400	847	PEDRO ARMINDO KESSLER	Taxa Conservação Vias	10,69
400	847	PEDRO ARMINDO KESSLER	Taxa de Expediente	5,59
316	844	PEDRO BAUMGRATZ	Imposto Territorial Urbano	203,52
316	844	PEDRO BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	48,81
316	844	PEDRO BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	28,98
316	844	PEDRO BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
427	449	PEDRO CANISIO FLACH	Imposto Predial Urbano	92,27
427	449	PEDRO CANISIO FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	126,94

427	449	PEDRO CANISIO FLACH	Taxa Limpeza Pública	16,69
427	449	PEDRO CANISIO FLACH	Taxa Conservação Vias	9,91
427	449	PEDRO CANISIO FLACH	Taxa de Expediente	5,59
718	523	PEDRO CLAUDINO SCHMIDT	Imposto Territorial Urbano	181,72
718	523	PEDRO CLAUDINO SCHMIDT	Taxa Limpeza Pública	10,55
718	523	PEDRO CLAUDINO SCHMIDT	Taxa Conservação Vias	6,27
718	523	PEDRO CLAUDINO SCHMIDT	Taxa de Expediente	5,59
428	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Imposto Predial Urbano	76,27
428	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	43,18
428	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa Limpeza Pública	12,86
428	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa Conservação Vias	7,64
428	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa de Expediente	5,59
458	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Imposto Predial Urbano	49,2
458	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	55,35
458	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa Limpeza Pública	9,89
458	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa Conservação Vias	5,87
458	450	PEDRO DORVALDO PAULI	Taxa de Expediente	5,59
407	451	PEDRO INACIO DILL	Imposto Predial Urbano	46,44
407	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	31,92
407	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa Limpeza Pública	5,94
407	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa Conservação Vias	3,52
407	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa de Expediente	5,59
430	451	PEDRO INACIO DILL	Imposto Predial Urbano	15,69
430	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	34,25
430	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa Limpeza Pública	16,42
430	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa Conservação Vias	9,75
430	451	PEDRO INACIO DILL	Taxa de Expediente	5,59
433	454	PEDRO REVERS	Imposto Predial Urbano	23,15
433	454	PEDRO REVERS	Taxa de Coleta de Lixo	38,47
433	454	PEDRO REVERS	Taxa Limpeza Pública	27,01
433	454	PEDRO REVERS	Taxa Conservação Vias	16,04
433	454	PEDRO REVERS	Taxa de Expediente	5,59
439	456	PLACIO FREIBERGER	Imposto Territorial Urbano	100,92
439	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	9,89
439	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	5,87
439	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
441	456	PLACIO FREIBERGER	Imposto Territorial Urbano	87,46
441	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	8,57
441	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	5,09
441	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
442	456	PLACIO FREIBERGER	Imposto Territorial Urbano	87,46
442	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	8,57
442	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	5,09
442	456	PLACIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
707	767	QUIRINO ERNESTO REMPEL	Imposto Predial Urbano	79,67
707	767	QUIRINO ERNESTO REMPEL	Taxa de Coleta de Lixo	47,11
707	767	QUIRINO ERNESTO REMPEL	Taxa Limpeza Pública	85,91
707	767	QUIRINO ERNESTO REMPEL	Taxa Conservação Vias	51,01
707	767	QUIRINO ERNESTO REMPEL	Taxa de Expediente	5,59
304	874	RAFAEL BAUMGRATZ	Imposto Territorial Urbano	208,09
304	874	RAFAEL BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	8,21
304	874	RAFAEL BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	4,88
304	874	RAFAEL BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
66	2385	REALDO TOILLIER	Imposto Territorial Urbano	102,31
66	2385	REALDO TOILLIER	Taxa Limpeza Pública	7,59
66	2385	REALDO TOILLIER	Taxa Conservação Vias	4,5
66	2385	REALDO TOILLIER	Taxa de Expediente	5,59
504	831	REGINA WERLANG E RICARDO WERLANG	Imposto Predial Urbano	71,75
504	831	REGINA WERLANG E RICARDO WERLANG	Taxa de Coleta de Lixo	51,03
504	831	REGINA WERLANG E RICARDO WERLANG	Taxa Limpeza Pública	19,72
504	831	REGINA WERLANG E RICARDO WERLANG	Taxa Conservação Vias	11,71
504	831	REGINA WERLANG E RICARDO WERLANG	Taxa de Expediente	5,59
658	2347	REJANE SPIES e ASTÉRIO HANN	Imposto Territorial Urbano	153,19
658	2347	REJANE SPIES e ASTÉRIO HANN	Taxa Limpeza Pública	14,44

658	2347	REJANE SPIES e ASTÉRIO HANN	Taxa Conservação Vias	8,57
658	2347	REJANE SPIES e ASTÉRIO HANN	Taxa de Expediente	5,59
489	826	REMI WENDLING	Imposto Predial Urbano	31,88
489	826	REMI WENDLING	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
489	826	REMI WENDLING	Taxa Limpeza Pública	10,88
489	826	REMI WENDLING	Taxa Conservação Vias	6,46
489	826	REMI WENDLING	Taxa de Expediente	5,59
450	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	99,97
450	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	77,73
450	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Limpeza Pública	52,3
450	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Conservação Vias	31,06
450	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
451	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	46,56
451	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	38,86
451	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Limpeza Pública	16,62
451	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Conservação Vias	9,87
451	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
452	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	19,82
452	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	52,89
452	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Limpeza Pública	28,06
452	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Conservação Vias	16,66
452	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
571	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	30,95
571	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	52,41
571	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Limpeza Pública	4,91
571	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa Conservação Vias	2,91
571	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
659	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	19,82
659	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	52,89
659	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
660	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	19,82
660	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	52,89
660	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
661	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	19,82
661	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	52,89
661	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
662	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	19,82
662	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	52,89
662	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
663	19	RENATO PEDRO DILL	Imposto Predial Urbano	10,99
663	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Coleta de Lixo	18
663	19	RENATO PEDRO DILL	Taxa de Expediente	5,59
568	835	RICARDO HAMMES	Imposto Territorial Urbano	139,57
568	835	RICARDO HAMMES	Taxa Limpeza Pública	8,24
568	835	RICARDO HAMMES	Taxa Conservação Vias	4,9
568	835	RICARDO HAMMES	Taxa de Expediente	5,59
35	829	ROBERTO MIGUEL BAUMGRATZ	Imposto Territorial Urbano	364,58
35	829	ROBERTO MIGUEL BAUMGRATZ	Taxa Limpeza Pública	21,34
35	829	ROBERTO MIGUEL BAUMGRATZ	Taxa Conservação Vias	12,67
35	829	ROBERTO MIGUEL BAUMGRATZ	Taxa de Expediente	5,59
710	2226	ROGÉRIO PELISSARI	Imposto Territorial Urbano	174,49
710	2226	ROGÉRIO PELISSARI	Taxa Limpeza Pública	53,23
710	2226	ROGÉRIO PELISSARI	Taxa Conservação Vias	31,61
710	2226	ROGÉRIO PELISSARI	Taxa de Expediente	5,59
613	769	ROMERO CLÁUDIO NEITZKE	Imposto Predial Urbano	27,29
613	769	ROMERO CLÁUDIO NEITZKE	Taxa de Coleta de Lixo	17,73
613	769	ROMERO CLÁUDIO NEITZKE	Taxa Limpeza Pública	8,28
613	769	ROMERO CLÁUDIO NEITZKE	Taxa Conservação Vias	4,91
613	769	ROMERO CLÁUDIO NEITZKE	Taxa de Expediente	5,59
357	2317	ROMITO WUITSCHICK	Imposto Territorial Urbano	29,46
357	2317	ROMITO WUITSCHICK	Taxa de Expediente	5,59
454	463	ROQUE ANSCHAU	Imposto Predial Urbano	22
454	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Coleta de Lixo	63,47
454	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Limpeza Pública	9,31

454	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Conservação Vias	5,53
454	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Expediente	5,59
529	463	ROQUE ANSCHAU	Imposto Predial Urbano	45,91
529	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Coleta de Lixo	54,96
529	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Limpeza Pública	7,91
529	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Conservação Vias	4,7
529	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Expediente	5,59
656	463	ROQUE ANSCHAU	Imposto Predial Urbano	20,01
656	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Coleta de Lixo	40,83
656	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Limpeza Pública	9,31
656	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Conservação Vias	5,53
656	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Expediente	5,59
657	463	ROQUE ANSCHAU	Imposto Predial Urbano	22,79
657	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Coleta de Lixo	39,97
657	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Limpeza Pública	9,31
657	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa Conservação Vias	5,53
657	463	ROQUE ANSCHAU	Taxa de Expediente	5,59
744	1721	ROQUE ARAÚJO VERÍSSIMO	Imposto Predial Urbano	12,62
744	1721	ROQUE ARAÚJO VERÍSSIMO	Taxa de Coleta de Lixo	11,55
744	1721	ROQUE ARAÚJO VERÍSSIMO	Taxa Limpeza Pública	6,6
744	1721	ROQUE ARAÚJO VERÍSSIMO	Taxa Conservação Vias	3,92
744	1721	ROQUE ARAÚJO VERÍSSIMO	Taxa de Expediente	5,59
232	465	ROQUE GENZ	Imposto Predial Urbano	43,35
232	465	ROQUE GENZ	Taxa de Coleta de Lixo	59,35
232	465	ROQUE GENZ	Taxa Limpeza Pública	7,65
232	465	ROQUE GENZ	Taxa Conservação Vias	4,54
232	465	ROQUE GENZ	Taxa de Expediente	5,59
155	283	ROQUE NEISS	Imposto Predial Urbano	30,46
155	283	ROQUE NEISS	Taxa de Coleta de Lixo	41,22
155	283	ROQUE NEISS	Taxa Limpeza Pública	9,76
155	283	ROQUE NEISS	Taxa Conservação Vias	5,8
155	283	ROQUE NEISS	Taxa de Expediente	5,59
459	467	ROQUE ROHR	Imposto Territorial Urbano	324,87
459	467	ROQUE ROHR	Taxa Limpeza Pública	35,42
459	467	ROQUE ROHR	Taxa Conservação Vias	21,03
459	467	ROQUE ROHR	Taxa de Expediente	5,59
460	467	ROQUE ROHR	Imposto Predial Urbano	83,33
460	467	ROQUE ROHR	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
460	467	ROQUE ROHR	Taxa Limpeza Pública	46,83
460	467	ROQUE ROHR	Taxa Conservação Vias	27,8
460	467	ROQUE ROHR	Taxa de Expediente	5,59
789	1506	ROQUE STRIEDER	Imposto Territorial Urbano	98,11
789	1506	ROQUE STRIEDER	Taxa de Expediente	5,59
168	1602	ROSÁLIA GRETZLER - Em Condomínio	Imposto Predial Urbano	21,65
168	1602	ROSÁLIA GRETZLER - Em Condomínio	Taxa de Coleta de Lixo	17,2
168	1602	ROSÁLIA GRETZLER - Em Condomínio	Taxa Limpeza Pública	9,04
168	1602	ROSÁLIA GRETZLER - Em Condomínio	Taxa Conservação Vias	5,37
168	1602	ROSÁLIA GRETZLER - Em Condomínio	Taxa de Expediente	5,59
50	1590	ROSALVO PAULI	Imposto Predial Urbano	47,29
50	1590	ROSALVO PAULI	Taxa de Coleta de Lixo	45,54
50	1590	ROSALVO PAULI	Taxa Limpeza Pública	22,07
50	1590	ROSALVO PAULI	Taxa Conservação Vias	13,1
50	1590	ROSALVO PAULI	Taxa de Expediente	5,59
536	803	ROSANE MALLMANN FLACH	Imposto Predial Urbano	18,45
536	803	ROSANE MALLMANN FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	29,39
536	803	ROSANE MALLMANN FLACH	Taxa Limpeza Pública	8,57
536	803	ROSANE MALLMANN FLACH	Taxa Conservação Vias	5,09
536	803	ROSANE MALLMANN FLACH	Taxa de Expediente	5,59
756	875	ROSANI MARIA NICODEM	Imposto Predial Urbano	17,95
756	875	ROSANI MARIA NICODEM	Taxa de Coleta de Lixo	16,27
756	875	ROSANI MARIA NICODEM	Taxa Limpeza Pública	16,47
756	875	ROSANI MARIA NICODEM	Taxa Conservação Vias	9,78
756	875	ROSANI MARIA NICODEM	Taxa de Expediente	5,59
154	385	ROSELENE THEISEN	Imposto Predial Urbano	52,95

154	385	ROSELENE THEISEN	Taxa de Coleta de Lixo	59,83
154	385	ROSELENE THEISEN	Taxa Limpeza Pública	16,36
154	385	ROSELENE THEISEN	Taxa Conservação Vias	9,71
154	385	ROSELENE THEISEN	Taxa de Expediente	5,59
652	2327	RUDI JORGE BETTIO	Imposto Predial Urbano	19,46
652	2327	RUDI JORGE BETTIO	Taxa de Coleta de Lixo	18,48
652	2327	RUDI JORGE BETTIO	Taxa Limpeza Pública	19,64
652	2327	RUDI JORGE BETTIO	Taxa Conservação Vias	11,66
652	2327	RUDI JORGE BETTIO	Taxa de Expediente	5,59
119	716	RUDINÉIA EIDT	Imposto Predial Urbano	36,09
119	716	RUDINÉIA EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	36,77
119	716	RUDINÉIA EIDT	Taxa Limpeza Pública	8,24
119	716	RUDINÉIA EIDT	Taxa Conservação Vias	4,9
119	716	RUDINÉIA EIDT	Taxa de Expediente	5,59
7	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Imposto Territorial Urbano	279,06
7	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Taxa Limpeza Pública	7,91
7	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Taxa Conservação Vias	4,7
7	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Taxa de Expediente	5,59
462	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Imposto Predial Urbano	75,19
462	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Taxa de Coleta de Lixo	54,96
462	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Taxa Limpeza Pública	16,65
462	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Taxa Conservação Vias	9,89
462	469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	Taxa de Expediente	5,59
172	1541	RUI BAMBERG	Imposto Predial Urbano	34,35
172	1541	RUI BAMBERG	Taxa de Coleta de Lixo	16,12
172	1541	RUI BAMBERG	Taxa Limpeza Pública	15,1
172	1541	RUI BAMBERG	Taxa Conservação Vias	8,97
172	1541	RUI BAMBERG	Taxa de Expediente	5,59
9	2272	RUI LAUSCHNER	Imposto Predial Urbano	16,98
9	2272	RUI LAUSCHNER	Taxa de Coleta de Lixo	63,2
9	2272	RUI LAUSCHNER	Taxa Limpeza Pública	19,51
9	2272	RUI LAUSCHNER	Taxa Conservação Vias	11,58
9	2272	RUI LAUSCHNER	Taxa de Expediente	5,59
121	1652	RUI MIGUEL BORTOLINI	Imposto Predial Urbano	33,35
121	1652	RUI MIGUEL BORTOLINI	Taxa de Coleta de Lixo	31,4
121	1652	RUI MIGUEL BORTOLINI	Taxa Limpeza Pública	7,91
121	1652	RUI MIGUEL BORTOLINI	Taxa Conservação Vias	4,7
121	1652	RUI MIGUEL BORTOLINI	Taxa de Expediente	5,59
256	870	SANDRA MAYER DETERS	Imposto Territorial Urbano	190,73
256	870	SANDRA MAYER DETERS	Taxa Limpeza Pública	35,34
256	870	SANDRA MAYER DETERS	Taxa Conservação Vias	20,98
256	870	SANDRA MAYER DETERS	Taxa de Expediente	5,59
511	507	SEDI TREVISAN	Imposto Predial Urbano	37,48
511	507	SEDI TREVISAN	Taxa de Coleta de Lixo	56,33
511	507	SEDI TREVISAN	Taxa Limpeza Pública	8,86
511	507	SEDI TREVISAN	Taxa Conservação Vias	5,26
511	507	SEDI TREVISAN	Taxa de Expediente	5,59
464	471	SELMA RHODE LAWISCH	Imposto Predial Urbano	65,98
464	471	SELMA RHODE LAWISCH	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
464	471	SELMA RHODE LAWISCH	Taxa Limpeza Pública	12,93
464	471	SELMA RHODE LAWISCH	Taxa Conservação Vias	7,68
464	471	SELMA RHODE LAWISCH	Taxa de Expediente	5,59
482	486	SELVINO HOCHSCHEIDT	Imposto Predial Urbano	68,13
482	486	SELVINO HOCHSCHEIDT	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
482	486	SELVINO HOCHSCHEIDT	Taxa Limpeza Pública	13,19
482	486	SELVINO HOCHSCHEIDT	Taxa Conservação Vias	7,83
482	486	SELVINO HOCHSCHEIDT	Taxa de Expediente	5,59
465	472	SERGIO F BRAUN GENZ	Imposto Predial Urbano	39,44
465	472	SERGIO F BRAUN GENZ	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
465	472	SERGIO F BRAUN GENZ	Taxa Limpeza Pública	9,79
465	472	SERGIO F BRAUN GENZ	Taxa Conservação Vias	5,82
465	472	SERGIO F BRAUN GENZ	Taxa de Expediente	5,59
567	736	SERGIO LUIS CHRIST	Imposto Predial Urbano	27,54
567	736	SERGIO LUIS CHRIST	Taxa de Coleta de Lixo	34,83

567	736	SERGIO LUIS CHRIST	Taxa Limpeza Pública	8,24
567	736	SERGIO LUIS CHRIST	Taxa Conservação Vias	4,9
567	736	SERGIO LUIS CHRIST	Taxa de Expediente	5,59
466	473	SERGIO LUIS EIDT	Imposto Predial Urbano	93,65
466	473	SERGIO LUIS EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	132,23
466	473	SERGIO LUIS EIDT	Taxa Limpeza Pública	29,85
466	473	SERGIO LUIS EIDT	Taxa Conservação Vias	17,72
466	473	SERGIO LUIS EIDT	Taxa de Expediente	5,59
37	1906	SÉRGIO PREIS	Imposto Predial Urbano	27,66
37	1906	SÉRGIO PREIS	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
37	1906	SÉRGIO PREIS	Taxa Limpeza Pública	12,53
37	1906	SÉRGIO PREIS	Taxa Conservação Vias	7,44
37	1906	SÉRGIO PREIS	Taxa de Expediente	5,59
173	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Imposto Territorial Urbano	158,32
173	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Taxa Limpeza Pública	14,51
173	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Taxa Conservação Vias	8,62
173	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Taxa de Expediente	5,59
352	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Imposto Predial Urbano	37,45
352	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Taxa de Coleta de Lixo	51,57
352	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Taxa Limpeza Pública	11,13
352	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Taxa Conservação Vias	6,61
352	754	SÉRGIO SCHNEIDER E IRACEMA A. SCHNEIDERS	Taxa de Expediente	5,59
32	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Imposto Territorial Urbano	108,54
32	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa Limpeza Pública	29,93
32	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa Conservação Vias	17,77
32	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa de Expediente	5,59
33	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Imposto Territorial Urbano	107,64
33	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa Limpeza Pública	10,55
33	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa Conservação Vias	6,27
33	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa de Expediente	5,59
34	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Imposto Predial Urbano	22,67
34	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa de Coleta de Lixo	47,11
34	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa Limpeza Pública	32,43
34	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa Conservação Vias	19,26
34	210	SESTILIO FABBI E ANNA GUERRA	Taxa de Expediente	5,59
345	396	SILVANE KESSLER	Imposto Predial Urbano	21,9
345	396	SILVANE KESSLER	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
345	396	SILVANE KESSLER	Taxa Limpeza Pública	10,39
345	396	SILVANE KESSLER	Taxa Conservação Vias	6,17
345	396	SILVANE KESSLER	Taxa de Expediente	5,59
699	2366	SIMONE MAZZARDO	Imposto Territorial Urbano	152,26
699	2366	SIMONE MAZZARDO	Taxa Limpeza Pública	10,49
699	2366	SIMONE MAZZARDO	Taxa Conservação Vias	6,23
699	2366	SIMONE MAZZARDO	Taxa de Expediente	5,59
145	280	SIMPLICIO EIDT	Imposto Predial Urbano	55,67
145	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
145	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	13,98
145	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Conservação Vias	8,3
145	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
146	280	SIMPLICIO EIDT	Imposto Predial Urbano	53,8
146	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	145,04
146	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	13,98
146	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Conservação Vias	8,3
146	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
147	280	SIMPLICIO EIDT	Imposto Predial Urbano	31,8
147	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	15,31
147	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	18,2
147	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Conservação Vias	10,81
147	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
171	280	SIMPLICIO EIDT	Imposto Predial Urbano	92,15
171	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Coleta de Lixo	71,92
171	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	23,74
171	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Conservação Vias	14,1
171	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59

534	280	SIMPLICIO EIDT	Imposto Territorial Urbano	195,53
534	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Limpeza Pública	7,91
534	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa Conservação Vias	4,7
534	280	SIMPLICIO EIDT	Taxa de Expediente	5,59
306	1213	SIRIO REMPEL	Imposto Predial Urbano	12,75
306	1213	SIRIO REMPEL	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
306	1213	SIRIO REMPEL	Taxa Limpeza Pública	8,24
306	1213	SIRIO REMPEL	Taxa Conservação Vias	4,9
306	1213	SIRIO REMPEL	Taxa de Expediente	5,59
688	740	SOLANGE BEATRIZ MELZ E LAURI WALTER	Imposto Predial Urbano	32,41
688	740	SOLANGE BEATRIZ MELZ E LAURI WALTER	Taxa de Coleta de Lixo	17,97
688	740	SOLANGE BEATRIZ MELZ E LAURI WALTER	Taxa Limpeza Pública	10,88
688	740	SOLANGE BEATRIZ MELZ E LAURI WALTER	Taxa Conservação Vias	6,46
688	740	SOLANGE BEATRIZ MELZ E LAURI WALTER	Taxa de Expediente	5,59
470	476	SONIA ENGLER E IRMAOS	Imposto Predial Urbano	52,88
470	476	SONIA ENGLER E IRMAOS	Taxa de Coleta de Lixo	53,39
470	476	SONIA ENGLER E IRMAOS	Taxa Limpeza Pública	13,16
470	476	SONIA ENGLER E IRMAOS	Taxa Conservação Vias	7,81
470	476	SONIA ENGLER E IRMAOS	Taxa de Expediente	5,59
515	2455	SÔNIA LAVISCH	Imposto Predial Urbano	99,49
515	2455	SÔNIA LAVISCH	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
515	2455	SÔNIA LAVISCH	Taxa Limpeza Pública	16,56
515	2455	SÔNIA LAVISCH	Taxa Conservação Vias	9,83
515	2455	SÔNIA LAVISCH	Taxa de Expediente	5,59
516	2455	SÔNIA LAVISCH	Imposto Territorial Urbano	667,27
516	2455	SÔNIA LAVISCH	Taxa Limpeza Pública	16,72
516	2455	SÔNIA LAVISCH	Taxa Conservação Vias	9,93
516	2455	SÔNIA LAVISCH	Taxa de Expediente	5,59
28	206	SUELI MICHELS	Imposto Predial Urbano	44,53
28	206	SUELI MICHELS	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
28	206	SUELI MICHELS	Taxa Limpeza Pública	1,98
28	206	SUELI MICHELS	Taxa Conservação Vias	1,17
28	206	SUELI MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
474	479	TARCISIO FREIBERGER	Imposto Predial Urbano	99,38
474	479	TARCISIO FREIBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
474	479	TARCISIO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,26
474	479	TARCISIO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	7,87
474	479	TARCISIO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
757	2101	TARCÍSIO SCHWENGBER	Imposto Territorial Urbano	82,9
757	2101	TARCÍSIO SCHWENGBER	Taxa Limpeza Pública	18,27
757	2101	TARCÍSIO SCHWENGBER	Taxa Conservação Vias	10,85
757	2101	TARCÍSIO SCHWENGBER	Taxa de Expediente	5,59
248	339	TARCÍSIO ULRICH	Imposto Predial Urbano	46,85
248	339	TARCÍSIO ULRICH	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
248	339	TARCÍSIO ULRICH	Taxa Limpeza Pública	46,5
248	339	TARCÍSIO ULRICH	Taxa Conservação Vias	27,61
248	339	TARCÍSIO ULRICH	Taxa de Expediente	5,59
475	480	TEDEU MARTINS MEOTTI	Imposto Predial Urbano	66,13
475	480	TEDEU MARTINS MEOTTI	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
475	480	TEDEU MARTINS MEOTTI	Taxa Limpeza Pública	11,81
475	480	TEDEU MARTINS MEOTTI	Taxa Conservação Vias	7,01
475	480	TEDEU MARTINS MEOTTI	Taxa de Expediente	5,59
735	2136	TEREZINHA WINTER	Imposto Territorial Urbano	201,83
735	2136	TEREZINHA WINTER	Taxa Limpeza Pública	7,91
735	2136	TEREZINHA WINTER	Taxa Conservação Vias	4,7
735	2136	TEREZINHA WINTER	Taxa de Expediente	5,59
401	2337	THAIS RENATA WELTER	Imposto Territorial Urbano	113,14
401	2337	THAIS RENATA WELTER	Taxa Limpeza Pública	12,27
401	2337	THAIS RENATA WELTER	Taxa Conservação Vias	7,28
401	2337	THAIS RENATA WELTER	Taxa de Expediente	5,59
456	484	THEOBALDO RAMOS	Imposto Predial Urbano	32,36
456	484	THEOBALDO RAMOS	Taxa de Coleta de Lixo	51,03
456	484	THEOBALDO RAMOS	Taxa Limpeza Pública	14,11
456	484	THEOBALDO RAMOS	Taxa Conservação Vias	8,38

456	484	THEOBALDO RAMOS	Taxa de Expediente	5,59
795	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Imposto Predial Urbano	41,69
795	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Taxa de Coleta de Lixo	118,02
795	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Taxa Limpeza Pública	8,16
795	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Taxa Conservação Vias	4,85
795	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Taxa de Expediente	5,59
796	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Imposto Territorial Urbano	167,49
796	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Taxa Limpeza Pública	8,16
796	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Taxa Conservação Vias	4,85
796	747	TOP SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	Taxa de Expediente	5,59
265	1682	URSULA STAHL SCHMITZ	Imposto Predial Urbano	189,92
265	1682	URSULA STAHL SCHMITZ	Taxa de Coleta de Lixo	78,51
265	1682	URSULA STAHL SCHMITZ	Taxa Limpeza Pública	110,35
265	1682	URSULA STAHL SCHMITZ	Taxa Conservação Vias	65,52
265	1682	URSULA STAHL SCHMITZ	Taxa de Expediente	5,59
115	1423	VALCEDIR FABI	Imposto Predial Urbano	20,05
115	1423	VALCEDIR FABI	Taxa de Coleta de Lixo	29,83
115	1423	VALCEDIR FABI	Taxa Limpeza Pública	22,33
115	1423	VALCEDIR FABI	Taxa Conservação Vias	13,26
115	1423	VALCEDIR FABI	Taxa de Expediente	5,59
73	756	VALDECIR BETTIO	Imposto Predial Urbano	24,51
73	756	VALDECIR BETTIO	Taxa de Coleta de Lixo	30,03
73	756	VALDECIR BETTIO	Taxa Limpeza Pública	8,97
73	756	VALDECIR BETTIO	Taxa Conservação Vias	5,33
73	756	VALDECIR BETTIO	Taxa de Expediente	5,59
234	328	VALDEMAR VERÍSSIMO	Imposto Predial Urbano	37,74
234	328	VALDEMAR VERÍSSIMO	Taxa de Coleta de Lixo	46,71
234	328	VALDEMAR VERÍSSIMO	Taxa Limpeza Pública	16,49
234	328	VALDEMAR VERÍSSIMO	Taxa Conservação Vias	9,79
234	328	VALDEMAR VERÍSSIMO	Taxa de Expediente	5,59
491	1756	VALDENOR FLACH	Imposto Territorial Urbano	494,58
491	1756	VALDENOR FLACH	Taxa Limpeza Pública	20,27
491	1756	VALDENOR FLACH	Taxa Conservação Vias	12,03
491	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Expediente	5,59
494	1756	VALDENOR FLACH	Imposto Predial Urbano	24,45
494	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	37,69
494	1756	VALDENOR FLACH	Taxa Limpeza Pública	16,62
494	1756	VALDENOR FLACH	Taxa Conservação Vias	9,87
494	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Expediente	5,59
682	1756	VALDENOR FLACH	Imposto Predial Urbano	65,21
682	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	100,49
682	1756	VALDENOR FLACH	Taxa Limpeza Pública	16,62
682	1756	VALDENOR FLACH	Taxa Conservação Vias	9,87
682	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Expediente	5,59
731	1756	VALDENOR FLACH	Imposto Territorial Urbano	842,05
731	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Expediente	5,59
779	1756	VALDENOR FLACH	Imposto Predial Urbano	287,32
779	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	161,16
779	1756	VALDENOR FLACH	Taxa de Expediente	5,59
493	494	VALDENOR FLACH A/C Ruben Stein	Imposto Predial Urbano	41,75
493	494	VALDENOR FLACH A/C Ruben Stein	Taxa de Coleta de Lixo	38,23
493	494	VALDENOR FLACH A/C Ruben Stein	Taxa Limpeza Pública	3,34
493	494	VALDENOR FLACH A/C Ruben Stein	Taxa Conservação Vias	1,99
493	494	VALDENOR FLACH A/C Ruben Stein	Taxa de Expediente	5,59
492	493	VALDENOR FLACH AC LOTARIO	Imposto Territorial Urbano	338,36

492	493	VALDENOR FLACH AC LOTARIO	Taxa Limpeza Pública	24,23
492	493	VALDENOR FLACH AC LOTARIO	Taxa Conservação Vias	14,38
492	493	VALDENOR FLACH AC LOTARIO	Taxa de Expediente	5,59
597	539	VALDESIR FABI	Imposto Predial Urbano	16,26
597	539	VALDESIR FABI	Taxa de Coleta de Lixo	46,28
597	539	VALDESIR FABI	Taxa Limpeza Pública	16,49
597	539	VALDESIR FABI	Taxa Conservação Vias	9,79
597	539	VALDESIR FABI	Taxa de Expediente	5,59
497	495	VALDIR BERWANGER E ILSE STAUB	Imposto Predial Urbano	41,75
497	495	VALDIR BERWANGER E ILSE STAUB	Taxa de Coleta de Lixo	53,78
497	495	VALDIR BERWANGER E ILSE STAUB	Taxa Limpeza Pública	5,94
497	495	VALDIR BERWANGER E ILSE STAUB	Taxa Conservação Vias	3,52
497	495	VALDIR BERWANGER E ILSE STAUB	Taxa de Expediente	5,59
498	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Imposto Predial Urbano	20,71
498	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
498	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Taxa Limpeza Pública	9,93
498	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Taxa Conservação Vias	5,89
498	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Taxa de Expediente	5,59
792	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Imposto Territorial Urbano	126,18
792	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Taxa Limpeza Pública	6,27
792	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Taxa Conservação Vias	3,72
792	2281	VALDIR HERRSCHAFT	Taxa de Expediente	5,59
457	737	VALDIR PAULATA	Imposto Predial Urbano	38,02
457	737	VALDIR PAULATA	Taxa de Coleta de Lixo	51,03
457	737	VALDIR PAULATA	Taxa Limpeza Pública	17,28
457	737	VALDIR PAULATA	Taxa Conservação Vias	10,26
457	737	VALDIR PAULATA	Taxa de Expediente	5,59
353	403	VALDIRENE KERKHOFF/LUIZ PELISSARI	Imposto Predial Urbano	28,4
353	403	VALDIRENE KERKHOFF/LUIZ PELISSARI	Taxa de Coleta de Lixo	45,93
353	403	VALDIRENE KERKHOFF/LUIZ PELISSARI	Taxa Limpeza Pública	29,3
353	403	VALDIRENE KERKHOFF/LUIZ PELISSARI	Taxa Conservação Vias	17,4
353	403	VALDIRENE KERKHOFF/LUIZ PELISSARI	Taxa de Expediente	5,59
324	398	VALMIR NATALÍCIO KONRAD	Imposto Predial Urbano	40,1
324	398	VALMIR NATALÍCIO KONRAD	Taxa de Coleta de Lixo	51,95
324	398	VALMIR NATALÍCIO KONRAD	Taxa Limpeza Pública	16,65
324	398	VALMIR NATALÍCIO KONRAD	Taxa Conservação Vias	9,89
324	398	VALMIR NATALÍCIO KONRAD	Taxa de Expediente	5,59
713	491	VALMOR LUIZ BIEGER E ELI ANA TELOKEN	Imposto Territorial Urbano	78,95
713	491	VALMOR LUIZ BIEGER E ELI ANA TELOKEN	Taxa de Expediente	5,59
12	1277	VANDA MARIA MICHELS	Imposto Predial Urbano	48,33
12	1277	VANDA MARIA MICHELS	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
12	1277	VANDA MARIA MICHELS	Taxa Limpeza Pública	15,17
12	1277	VANDA MARIA MICHELS	Taxa Conservação Vias	9,01
12	1277	VANDA MARIA MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
687	1277	VANDA MARIA MICHELS	Imposto Territorial Urbano	115,6
687	1277	VANDA MARIA MICHELS	Taxa Limpeza Pública	8,57
687	1277	VANDA MARIA MICHELS	Taxa Conservação Vias	5,09
687	1277	VANDA MARIA MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
20	201	VENILDA FRAGOSO	Imposto Predial Urbano	6,44
20	201	VENILDA FRAGOSO	Taxa de Coleta de Lixo	43,57
20	201	VENILDA FRAGOSO	Taxa Limpeza Pública	13,19
20	201	VENILDA FRAGOSO	Taxa Conservação Vias	7,83
20	201	VENILDA FRAGOSO	Taxa de Expediente	5,59
506	503	VERGILINO FRANCISCO PETRY	Imposto Predial Urbano	73,38
506	503	VERGILINO FRANCISCO PETRY	Taxa de Coleta de Lixo	51,82
506	503	VERGILINO FRANCISCO PETRY	Taxa Limpeza Pública	13,19
506	503	VERGILINO FRANCISCO PETRY	Taxa Conservação Vias	7,83
506	503	VERGILINO FRANCISCO PETRY	Taxa de Expediente	5,59
508	505	VERNO HENRIQUE KUHN	Imposto Predial Urbano	52,83
508	505	VERNO HENRIQUE KUHN	Taxa de Coleta de Lixo	59,9
508	505	VERNO HENRIQUE KUHN	Taxa Limpeza Pública	13,29
508	505	VERNO HENRIQUE KUHN	Taxa Conservação Vias	7,89
508	505	VERNO HENRIQUE KUHN	Taxa de Expediente	5,59
417	659	VILMAR LUIS HAMMES	Imposto Predial Urbano	25,99

417	659	VILMAR LUIS HAMMES	Taxa de Coleta de Lixo	34,55
417	659	VILMAR LUIS HAMMES	Taxa Limpeza Pública	5,57
417	659	VILMAR LUIS HAMMES	Taxa Conservação Vias	3,31
417	659	VILMAR LUIS HAMMES	Taxa de Expediente	5,59
4	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Imposto Predial Urbano	16,54
4	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa de Coleta de Lixo	43,64
4	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa Limpeza Pública	10,55
4	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa Conservação Vias	6,27
4	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa de Expediente	5,59
650	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Imposto Predial Urbano	12,53
650	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa de Coleta de Lixo	33,06
650	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa de Expediente	5,59
651	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Imposto Predial Urbano	23,6
651	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa de Coleta de Lixo	36,9
651	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa Limpeza Pública	10,55
651	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa Conservação Vias	6,27
651	2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	Taxa de Expediente	5,59
221	845	VILSO FABI	Imposto Predial Urbano	17,76
221	845	VILSO FABI	Taxa de Coleta de Lixo	16,92
221	845	VILSO FABI	Taxa Limpeza Pública	6,69
221	845	VILSO FABI	Taxa Conservação Vias	3,97
221	845	VILSO FABI	Taxa de Expediente	5,59
721	845	VILSO FABI	Imposto Predial Urbano	15,18
721	845	VILSO FABI	Taxa de Coleta de Lixo	15,04
721	845	VILSO FABI	Taxa Limpeza Pública	10,55
721	845	VILSO FABI	Taxa Conservação Vias	6,27
721	845	VILSO FABI	Taxa de Expediente	5,59
685	639	VILSON MENUNCIN	Imposto Predial Urbano	11,31
685	639	VILSON MENUNCIN	Taxa de Coleta de Lixo	12,89
685	639	VILSON MENUNCIN	Taxa Limpeza Pública	18,04
685	639	VILSON MENUNCIN	Taxa Conservação Vias	10,71
685	639	VILSON MENUNCIN	Taxa de Expediente	5,59
30	1276	VILSON MICHELS	Imposto Territorial Urbano	218,03
30	1276	VILSON MICHELS	Taxa Limpeza Pública	13,13
30	1276	VILSON MICHELS	Taxa Conservação Vias	7,79
30	1276	VILSON MICHELS	Taxa de Expediente	5,59
82	2516	VIRO FREIBERGER	Imposto Predial Urbano	35,81
82	2516	VIRO FREIBERGER	Taxa de Coleta de Lixo	29,75
82	2516	VIRO FREIBERGER	Taxa Limpeza Pública	13,09
82	2516	VIRO FREIBERGER	Taxa Conservação Vias	7,77
82	2516	VIRO FREIBERGER	Taxa de Expediente	5,59
313	700	VITAL SILVESTRE FLACH	Imposto Predial Urbano	48,35
313	700	VITAL SILVESTRE FLACH	Taxa de Coleta de Lixo	47,5
313	700	VITAL SILVESTRE FLACH	Taxa Limpeza Pública	42,48
313	700	VITAL SILVESTRE FLACH	Taxa Conservação Vias	25,22
313	700	VITAL SILVESTRE FLACH	Taxa de Expediente	5,59
197	2319	VOLNEI FURTADO	Imposto Predial Urbano	21,42
197	2319	VOLNEI FURTADO	Taxa de Coleta de Lixo	38,37
197	2319	VOLNEI FURTADO	Taxa Limpeza Pública	14,31
197	2319	VOLNEI FURTADO	Taxa Conservação Vias	8,5
197	2319	VOLNEI FURTADO	Taxa de Expediente	5,59
85	866	WALDEMAR ZOZ	Imposto Predial Urbano	23,38
85	866	WALDEMAR ZOZ	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
85	866	WALDEMAR ZOZ	Taxa Limpeza Pública	10,98
85	866	WALDEMAR ZOZ	Taxa Conservação Vias	6,52
85	866	WALDEMAR ZOZ	Taxa de Expediente	5,59
43	282	WALTER FURTADO	Imposto Predial Urbano	79,94
43	282	WALTER FURTADO	Taxa de Coleta de Lixo	39,26
43	282	WALTER FURTADO	Taxa Limpeza Pública	12,89
43	282	WALTER FURTADO	Taxa Conservação Vias	7,66
43	282	WALTER FURTADO	Taxa de Expediente	5,59
160	1706	WESLEY AUTRAN BACK	Imposto Predial Urbano	52,58
160	1706	WESLEY AUTRAN BACK	Taxa de Coleta de Lixo	67,54
160	1706	WESLEY AUTRAN BACK	Taxa Limpeza Pública	10,61

160	1706	WESLEY AUTRAN BACK	Taxa Conservação Vias	6,3
160	1706	WESLEY AUTRAN BACK	Taxa de Expediente	5,59
705	951	WUNIBALDO NYLAND	Imposto Predial Urbano	21,36
705	951	WUNIBALDO NYLAND	Taxa de Coleta de Lixo	28,15
705	951	WUNIBALDO NYLAND	Taxa Limpeza Pública	12,53
705	951	WUNIBALDO NYLAND	Taxa Conservação Vias	7,44
705	951	WUNIBALDO NYLAND	Taxa de Expediente	5,59
525	518	ZELIA E WANDERLEI MICHELS	Imposto Predial Urbano	28,91
525	518	ZELIA E WANDERLEI MICHELS	Taxa de Coleta de Lixo	18,8
525	518	ZELIA E WANDERLEI MICHELS	Taxa Limpeza Pública	6,93
525	518	ZELIA E WANDERLEI MICHELS	Taxa Conservação Vias	4,11
525	518	ZELIA E WANDERLEI MICHELS	Taxa de Expediente	5,59

4 Dos prazos e condições de pagamento

Os impostos e taxas constantes no presente Edital têm vencimento em cota única no dia 30/04/2012, ou parcelado em até quatro parcelas sucessivas e mensais com vencimentos em 30/04/2012, 31/05/2012, 29/06/2012 e 31/07/2012.

4.1 Do Desconto

Para o contribuinte que optar pelo pagamento em cota única até o dia 30/04/2012, será concedido desconto de 4,85% (quatro vírgula oitenta e cinco por cento).

5 Classificação contábil de receita

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano serão classificadas, contabilmente 4.1.1.1.2.02.00.00.00.00; Taxa de Coleta de Lixo: 4.1.1.2.2.90.01.00.00.00; Taxa de Conservação de Vias: 4.1.1.2.2.90.02.00.00.00; Taxa de Limpeza Pública: 4.1.1.2.2.90.03.00.00.00 do Balanço Geral do Município de Tunápolis, de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislações complementares.

6 Impugnação do lançamento

O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital de lançamento, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição fundamentada, devidamente protocolada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações e não terá efeito suspensivo da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano.

7 Da entrega dos carnês para pagamento

Os carnês poderão ser retirados pelo contribuinte no Banco Sicoob Creditapiranga, Agência de Tunápolis, localizada na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis - SC.

8 Disposições Finais

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Tunápolis, 29 de março de 2012.

JACKSON SCHERER

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 121/12

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/12, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

Altera disposições contidas na Lei Complementar nº 69/85, estabelece o índice para reajuste anual da UFM - Unidade Fiscal Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do artigo 191 da Lei nº 69, de 05/12/1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 191 - A Unidade Fiscal Municipal - UFM será reajustada pelo Chefe do Poder Executivo até o limite do menor índice entre o IPCA (IBGE), o INPC (IBGE) e o IGP-M (FGV) apurado e acumulado de novembro do ano anterior até novembro do ano corrente, produzindo seus efeitos no ano seguinte. (NR)

Art. 2º Para o ano de 2013 será desprezado o índice referente ao mês de dezembro de 2011, já utilizado no cálculo da UFM 2012.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Videira, 04 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Lei Complementar Nº 122/12

LEI COMPLEMENTAR Nº 122/12, DE 04 DE ABRIL DE 2012

Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Magistério Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DO NOVO PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRA**

Art. 1º Fica instituído por esta Lei Complementar o novo Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores do Magistério Municipal vinculados à Administração Direta, mantendo-se a adoção do Regime Jurídico Estatutário, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo Único. Fica mantida a possibilidade de contratação de servidores em caráter temporário para atender a necessidade temporária da educação municipal, sempre de forma excepcional, nos termos da Lei Municipal n. 2.369/2010.

Art. 2º O Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimentos e desenvolvimento da carreira dos servidores públicos do Magistério do Município de Videira vinculados à Administração Direta, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos da Educação, segregado em Modalidades, composto pelos cargos de Professor e Especialista em Educação, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira de que trata o caput deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores do magistério municipal.

Art. 3º Para efeito desta Lei considera-se:

I - Profissional do magistério público da educação básica: aquele que desempenha as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional;

II – Servidor do Magistério Municipal: os ocupantes dos cargos de Professor e Especialista em Educação, de qualquer um dos Níveis e Referências da Carreira;

III – Plano de Cargos: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos;

IV – Quadro Geral de Cargos: o conjunto de cargos de carreira, composto por Professores e Especialistas em Educação, todos pertencentes à Administração Direta Municipal;

V – Área de Atuação: é a subdivisão do cargo de Professor, observada a disciplina do servidor;

VI – Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que devem ser cometidas ao servidor, observada a área de atuação e formação profissional;

VII – Lotação: é o órgão no qual o servidor, após designado, deverá desempenhar as suas atribuições;

VIII – Padrão de Vencimento Inicial do Cargo: consiste na posição do valor fixado para o vencimento inicial do cargo, em conformidade com a escolaridade exigida:

- a) nível Magistério: Referência “1”, para o cargo de Professor, conforme Anexo II;
- b) nível Graduação: Referência “1”, para o cargo de Professor, conforme Anexo II;
- c) nível Graduação: Referência “1”, para o cargo de Especialista em Educação, conforme Anexo II;

IX – Referências: consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela promoção horizontal por merecimento, observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de 10 (dez) alíneas, indicadas pelas referências “I” a “X”;

X – Remuneração: corresponde à soma do vencimento com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho;

XI – Vencimento: consiste no valor estipulado para cada cargo, observada a aplicação da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, compreendendo o pagamento da hora-aula acrescido da hora-atividade, especificado em virtude da carga horária, escolaridade e complexidade das atribuições e o posicionamento nas Referências pela concessão de promoção horizontal por merecimento e vertical por titulação;

XII – Vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens de caráter permanente, relativas ao desempenho do cargo.

XIII – Hora-aula: período de tempo reservado exclusivamente à regência de classe, que visa a realização de procedimentos adequados para o processo de ensino e aprendizagem.

XIV – Hora-atividade: período de tempo destinado ao docente para desenvolvimento de atividades extraclasse, reservado a estudos, planejamento, aperfeiçoamento profissional ou aprofundamento do conteúdo a ser ministrado, correção de provas, avaliação de trabalhos, controle de frequência e registro de nota, bem como o atendimento de alunos, pais e outros assuntos de interesse da comunidade escolar, observada a proposta pedagógica de cada unidade escolar.

Parágrafo único. O nível de magistério previsto no inciso VII, alínea “a”, engloba os profissionais do magistério que tenham ingressado com grau de escolaridade nível médio – magistério e licenciatura curta.

Art. 4º São partes integrantes do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira da Educação Municipal:

I – Anexo I – Do Quadro Geral de Cargos do Magistério Municipal da Administração Direta, que contém os Cargos existentes, segregados em Áreas de Atuação e, sendo o caso, subdivididos em Disciplinas, com as respectivas cargas horárias, vagas ocupadas, vagas disponíveis e vagas totais;

II – Anexo II – Do Plano de Carreira, que contém a fixação dos Padrões de Vencimento Inicial e as Referências conforme as progressões horizontais e verticais;

III – Anexo III – Do Manual de Atribuições dos Cargos do Magistério Municipal;

IV – Anexo IV – Da Tabela de Correlação de Novas Nomenclaturas;

V – Anexo V – Do Boletim de Avaliação por Desempenho para efeito de obtenção de progressão horizontal por merecimento;

VI – Anexo VI – Da Tabela de Correlação dos Servidores - Professores MG com a Nova Estrutura.

CAPÍTULO II

DO CARGO DE PROFESSOR

Seção Única Das Áreas de Atuação

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo do Magistério Municipal serão organizados em 6 (seis) Áreas de Atuação, em conformidade com a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições, que compreendem:

Educação Infantil;
Ensino Fundamental Séries Iniciais;
Ensino Fundamental Séries Finais;
Educação Física Ensino Infantil e Fundamental;
Artes Ensino Infantil e Fundamental;
Inglês;

Parágrafo único. A Área de Atuação "Séries Finais" do cargo de Professor subdivide-se nas seguintes Disciplinas:

I – Língua Portuguesa;
II – Matemática;
III – Ciências;
IV – Geografia;
V – História.

Art. 6º As atribuições dos cargos efetivos dispostos no artigo 2º desta lei, estão definidas no Anexo III – Do Manual de Atribuições dos Cargos da Educação Municipal, desta Lei.

Art. 7º Fica assegurado o direito de alteração da modalidade pelo servidor estável que comprove habilitação em modalidade diversa daquela em que tenha sido nomeado, sempre através de procedimento público de transferência que observe os princípios da igualdade, moralidade, impessoalidade e publicidade, a ser regulado em lei municipal.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Art. 8º A política norteadora do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores da Educação da Administração Municipal Direta, é fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, e tem por objetivos:

I – efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

II – proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de crescimento na carreira;

III – estabelecer um clima organizacional participativo e de confiança mútua entre a Administração e o servidor sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV – motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V – criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

Art. 9º A Carreira do Magistério Municipal caracteriza-se pelo exercício de atividades permanentes, voltadas especialmente para:

I – o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania;

II – a gestão democrática da Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental;

III – a garantia do padrão de qualidade da aprendizagem.

CAPÍTULO IV

DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 10 Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Seção II

Dos Cargos de Provimento Comissionado

Art. 11 Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo.

Parágrafo Único. As quantidades, denominações e fixação dos subsídios dos cargos de provimento comissionado, são os constantes das leis de estrutura administrativa do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Art. 12 Os cargos de provimento em comissão serão preenchidos, preferencialmente, por servidores detentores de cargos de provimento efetivo.

Seção III

Dos Cargos de Provimento Efetivo

Art. 13 São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal:

I – a nacionalidade brasileira ou equiparada;

II – a aprovação em concurso público de provas e títulos;

III – o gozo dos direitos políticos;

IV – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

V – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

VI – a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII – aptidão física e mental.

§1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

§2º São classificados como títulos aqueles constantes do edital do concurso público, em conformidade com o disposto no Decreto 9.936/12.

Art. 14 Os cargos de provimento efetivo do Magistério da Municipal, constantes do Anexo I – Do Quadro Geral de Cargos do Magistério da Municipal da Administração Direta, serão preenchidos:

I – por nomeação, precedida da aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República;

II – pelo enquadramento dos atuais servidores do magistério municipal na nova nomenclatura dos cargos constantes do Anexo IV – Tabela de Correlação de Novas Nomenclaturas;

III – pelas demais formas de provimento, indicadas na legislação municipal.

§1- Os atuais servidores que ingressaram nos cargos contidos por intermédio de aprovação em concurso público ou por classificação decorrente de Lei anterior, ficam dispensados da escolaridade/habilitação exigida nesta Lei.

§2- O provimento dos cargos efetivos no âmbito do Poder Executivo, dar-se-á, exclusivamente, por ato do Prefeito Municipal, ou por ato de preposto definido em Lei.

§3- O total de vagas existentes, ocupadas e em aberto para os cargos de provimento efetivo da Educação Municipal está contido no Anexo I – Do Quadro Geral de Cargos da Educação Municipal da Administração Direta.

Art. 15 Após a edição desta Lei somente será realizado concurso público para os cargos contidos na Carreira do Magistério Municipal no nível de graduação.

Parágrafo único. A contratação de servidores em caráter temporário, para o exercício de funções do magistério, exclusivamente da educação infantil, excepcionalmente poderá ser realizada no nível Magistério, sempre após o esgotamento da listagem do processo seletivo de todos os candidatos habilitados no nível de graduação.

Seção IV Do Concurso Público

Art. 16 Para operacionalizar a realização do concurso público a Administração Municipal deverá observar as disposições contidas em lei, e quanto à participação das pessoas portadoras de deficiência, as disposições contidas nos artigos 23 a 28 desta Lei.

§1º. O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever que o candidato possua pleno conhecimento do disposto nesta Lei, especialmente no tocante às disposições relativas ao deferimento das promoções por antiguidade e por merecimento.

§2º. O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever o número de vagas disponíveis a serem preenchidas em conformidade com as áreas de atuação e, sendo o caso, as disciplinas, de modo a resultar em listas classificatórias distintas.

Art. 17 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Art. 18 Consideram-se deficiências aquelas definidas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para a integração social.

Art. 19 Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual a que se refere o caput, utilizar-se-á

arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

Art.20 Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.

§1º Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

§2º A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

§3º Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

Art. 21 A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o caput deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, antes da homologação da inscrição pretendida.

Art. 22 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO V DAS CARREIRAS

Seção Única Disposições Preliminares

Art. 23 O ingresso na Carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento do cargo para o qual o servidor foi concursado e nomeado, no nível de graduação, referência I.

Art. 24 É proibida a prestação de serviços gratuitos à Administração Municipal, ressalvadas, no entanto, as seguintes atividades:

I – a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;

II – o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal n- 9.608, de 18/02/98 e Lei Municipal n- 1220/2003.

CAPÍTULO VI DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Seção I Dos Padrões Iniciais de Vencimento

Art. 25 O Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos servidores do Magistério Municipal de Videira é constituída de 2 (dois) Padrões Iniciais de Vencimento, elencados na Referência I, cujo valor pecuniário é fixado na forma do Anexo II:

§1º O cargo de Professor será composto de um padrão inicial de

vencimento, correspondente ao nível de graduação.

§2º O cargo de Especialista em Educação será composto de um padrão inicial de vencimento, correspondente ao nível de graduação.

§3º Parágrafo único. Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, são inadmissíveis desigualdades de vencimento em face de adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

§4º Fica vedado o pagamento de vencimento em valor inferior ao piso nacional do magistério, para os detentores de cargos do Quadro do Magistério Municipal, contido no Anexo I desta Lei, para jornadas de 40 horas semanais.

Art. 26 Fica autorizada a incorporação das seguintes verbas ao vencimento básico do cargo de Professor:

I – regência de classe;

II – vantagens pessoais;

III – adicional de titulação;

IV – adicional de aperfeiçoamento funcional.

Parágrafo único. Fica estabelecida a obrigatoriedade de contribuição pecuniária ao INPREVID, sobre o valor referente ao inciso I deste artigo – regência de classe, por parte dos servidores detentores do cargo de Professor, referente ao período pretérito de 10 (dez) anos, a contar da efetiva incorporação da vantagem, devendo ser estabelecido por Decreto o modus operandi deste recolhimento.

Art. 27 Fica autorizada a incorporação das seguintes verbas ao vencimento básico do cargo de Especialista em Educação:

I – vantagens pessoais;

II – adicional de aperfeiçoamento funcional.

Art. 28 Fica autorizado o reenquadramento dos servidores do magistério municipal ao novo plano de carreira instituído por esta lei, observado o resultado do vencimento de cada um dos servidores após a incorporação prevista nos artigos 26 e 27 desta lei, adequando-se o novo valor do vencimento base no nível e referência equivalente em conformidade com os valores constantes no Anexo II – Do Plano de Carreira.

§ 1º. Os servidores da educação municipal que se encontrem empossados até a data da edição desta Lei serão enquadrados no nível a que corresponde sua titulação, conforme o Anexo II – Do Plano de Carreira.

§ 2º. Os servidores da educação municipal que, após a incorporação das verbas referidas no art. 25 desta Lei, obtiverem valor de vencimento base sem correspondência equivalente na tabela constante do Anexo II – Do Plano de Carreira, serão enquadrados na Referência imediatamente subsequente, evitando-se qualquer redução de vencimento.

§ 3º. Os servidores da educação municipal que, após a incorporação das verbas referidas no art. 25 desta Lei, obtiverem valor de vencimento base maior que o constante da Referência "X" da tabela do Anexo II – Do Plano de Carreira não terão seu vencimento base reduzido, passando a fazer jus apenas à revisão geral anual até que se enquadrem na tabela, quando, a partir de então, passarão a fazer jus também ao reajuste concedido a todos os

servidores públicos municipais.

Seção II

Das Referências

Art. 29 Cada Padrão de Vencimento é subdividido em 10 (dez) Referências, correspondentes aos algarismos "I" a "X", alocados horizontalmente, conforme Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. As Referências são utilizadas exclusivamente para a operacionalização da promoção horizontal por merecimento indicada no art. 31 e seguintes desta Lei.

Seção III

Das Promoções

Art. 30 Os servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo que se encontrarem empossados até a data de promulgação desta Lei e os que forem empossados posteriormente a esta data, usufruirão mediante a implementação dos requisitos necessários, as seguintes promoções:

I – promoção por antiguidade;

II – promoção horizontal por merecimento;

III – promoção vertical por titulação.

Seção IV

Da Promoção por Antiguidade

Art. 31 A promoção por antiguidade se dará a cada período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, sob a denominação Adicional por Tempo de Serviço.

§1- O Adicional por Tempo de Serviço corresponderá a 6% (seis por cento) do vencimento do cargo no Nível e Referência em que se encontre o servidor da educação municipal.

§2- O servidor poderá computar no máximo 8 (oito) Adicionais por Tempo de Serviço.

§3- O período de afastamento em virtude de Licença sem Remuneração, em qualquer de suas modalidades, não será computado para a composição do período aquisitivo para a obtenção do Adicional de Tempo de Serviço.

§4- Os servidores detentores de cargos efetivos, nomeados para o exercício de cargos comissionados, perceberão o Adicional por Tempo de Serviço, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.

Art. 32 Aos que ingressarem no serviço público municipal após a edição desta Lei ou para aqueles que já se encontrarem provendo cargos efetivos e que optarem pela nomeação em novo cargo de provimento efetivo após aprovação em concurso público, fica estabelecido que, para efeito de pagamento do Adicional por Tempo de Serviço:

I – o cômputo do primeiro período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, para a percepção do Adicional por Tempo de Serviço, iniciar-se-á a partir do primeiro dia seguinte à data em que o servidor obtiver a aprovação no estágio probatório;

II – o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço se dará a partir do mês em que completar o período aquisitivo indicado no inciso I deste artigo;

III – fica vedado o aproveitamento de qualquer tempo de serviço público anterior, exercido sob qualquer natureza e em qualquer

unidade da Federação, incluído o laborado no Município de Videira.

Seção V

Da Promoção Horizontal por Merecimento

Art. 33 A promoção por merecimento constitui-se na graduação ascendente, de forma horizontal, nos limites e termos do contido no Anexo II, do padrão de vencimento fixado para o nível de ingresso do cargo de provimento efetivo da educação municipal, mediante a submissão e aprovação no processo de avaliação de desempenho.

§1º O percentual da promoção horizontal de merecimento é de 3% (três por cento) sobre a Referência I do nível em que se encontra o servidor da educação municipal.

§2º A realização da avaliação de desempenho independe de requerimento.

§3º Na hipótese da existência de acumulação legal de cargos públicos, o servidor terá avaliações de desempenho independentes, em cada um dos cargos.

§4º Somente será promovido horizontalmente por merecimento o servidor da educação municipal que se encontre em efetivo exercício das atribuições do seu cargo.

Art. 34 É de 03 (três) anos cada período aquisitivo de apuração da progressão horizontal por merecimento, prazo ao final do qual reiniciar-se-á outro e, assim sucessivamente, cujo termo inicial observará a seguinte regra:

I – 1º de agosto de 2011, aos servidores empossados em seu respectivo cargo de provimento efetivo atual, até a data de edição desta Lei;

II – a data da posse no cargo de provimento efetivo atual, aos servidores que ingressaram na Administração Municipal Direta, após a data de edição desta Lei.

Parágrafo único. As avaliações serão efetuadas através da edição de processos individuais, nos termos dos critérios constantes nesta Lei.

Art. 35 O período aquisitivo de apuração será suspenso, quando o servidor gozar licença sem a percepção de remuneração, em qualquer de suas modalidades.

Parágrafo único. O servidor que suspender o período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, nos termos do caput:

I – terá o tempo de serviço funcional laborado antes do gozo da licença computado para efeito de formação do período aquisitivo;

II – deverá laborar e ser avaliado pelo período remanescente após o retorno da licença, a fim de totalizar o período aquisitivo de apuração indicado no caput do art. 31 desta Lei.

Art. 36 O período aquisitivo de apuração será suspenso, quando o servidor gozar licença ou afastamento com a percepção de remuneração, por período superior a 6 (seis) meses, excetuada a licença concedida para o cumprimento do mandato de Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais.

Parágrafo único. Aplica-se neste caso o disposto nos incisos I e II do parágrafo único do art. 39.

Art. 37 O período de gozo de férias e recesso escolar será computado para efeito da composição do período aquisitivo de apuração

da progressão horizontal por merecimento.

Art. 38 O período de exercício de cargo comissionado ou função de confiança por servidor efetivo será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão horizontal por merecimento constante do caput do artigo 31.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo que sejam nomeados para o cargo de Secretário Municipal.

Art. 39 O período em que o servidor estiver cedido, com ou sem ônus para a origem, a unidades da Administração Federal e Estadual apenas será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, mediante:

I – o fornecimento de informações quanto ao seu desempenho, pela chefia imediata do órgão em que executa suas atividades, observados os itens constantes no art. 47, desta Lei;

II – previsão específica, do constante no inciso I, em cláusula própria, no convênio que autorizar a cessão.

Art. 40 O servidor que sofrer as penalidades administrativas de advertência ou suspensão perderá todo o período aquisitivo adquirido até a data de aplicação da pena.

Parágrafo único. O novo período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao término do cumprimento da pena.

Art. 41 A avaliação de desempenho será realizada pela chefia imediata do servidor.

§1º Observada a inexistência de chefia imediata ou seu impedimento, a avaliação será realizada pelo Secretário Municipal da Secretaria em que estiver lotado o servidor.

§2º Havendo mudança de lotação do servidor a avaliação de desempenho deve ser assinada por todos os chefes imediatos existentes no período aquisitivo de apuração.

Art. 42 Para efeito desta Lei considera-se como impedimento para realizar a avaliação de desempenho, a chefia imediata que:

I – possuir grau de parentesco até o segundo grau, com o servidor a ser avaliado;

II – possuir grau de parentesco por afinidade, com o servidor a ser avaliado;

III – possuir processo judicial, na condição de Autor ou Réu, em que o servidor a ser avaliado, seja parte ou interessado.

Art. 43 A avaliação de desempenho conterá os seguintes itens para atribuição de pontos, indicados no Boletim de Avaliação contido no Anexo V desta Lei:

I – interesse pelo trabalho, que contempla a motivação e o interesse do servidor para aperfeiçoar-se no desempenho de suas atividades funcionais;

II – qualidade e produtividade do trabalho, que contempla:

a precisão e o esmero com que o trabalho é executado, levando em conta o resultado final;

o modo como organiza sua atividade e o cumprimento das tarefas que lhe são estabelecidas;

a capacidade de compreender instruções e executá-las de modo eficiente;

III – responsabilidade, que contempla a preocupação, com o compromisso funcional assumido e a execução das tarefas;

IV – cuidado com materiais e equipamentos, que contempla o zelo e o cuidado com os bens da Administração Municipal;

V – aperfeiçoamento e capacitação, que contempla a aprendizagem através da participação de cursos reconhecidos pelo MEC, relacionados às atribuições do seu cargo, comprovados através da apresentação de certificados.

Parágrafo único. A pontuação do item aperfeiçoamento e capacitação será através da realização e a apresentação dos certificados dos cursos realizados, obrigatoriamente nos meses considerados para efeito de cômputo do período aquisitivo de apuração.

Art. 44 Somente será promovido por merecimento o servidor cujo somatório dos pontos atribuídos aos itens contidos nos incisos I a V do artigo 41 desta Lei, perfizer o total de no mínimo 07 (sete).

§1º Os itens indicados nos incisos I a IV do artigo 41 desta Lei serão individualmente pontuados, nos seguintes graus:

- I – grau 1: zero pontos;
- II – grau 2: meio ponto;
- III – grau 3: um ponto;
- IV – grau 4: um ponto e meio.

§2º O item indicado no inciso V do artigo 41 desta Lei (aperfeiçoamento e capacitação) será pontuado em meio ponto, pela comprovação da realização de cursos somados até 20 horas, não sendo admissível o aproveitamento das horas excedentes para o próximo período aquisitivo;

§3º A definição do conceito de cada grau contido no respectivo item de avaliação está disposto no Boletim de Avaliação contido no Anexo V desta Lei.

§4º Para efeito da pontuação do item aperfeiçoamento e capacitação não será considerada a apresentação de diplomas ou certificados de pós-graduação, lato ou stricto sensu.

Art. 45 Todos os Boletins de Avaliação de Desempenho deverão conter a assinatura do servidor avaliado, do avaliador e do Secretário Municipal da pasta correspondente.

Art. 46 Ao servidor que obtiver o deferimento da promoção por merecimento será expedido ato do Chefe do Poder Executivo, para fins de registro e estabelecimento do início da vigência da promoção horizontal.

Parágrafo único. O início da vigência da promoção horizontal por merecimento se dará no primeiro mês subsequente à conclusão do período aquisitivo.

Art. 47 Ao servidor que tiver Avaliação de Desempenho com somatório de pontos inferior a sete, será assegurado o devido processo legal e ampla defesa através da instauração de processo administrativo.

§1º Após tomar ciência do total de pontos que lhe foi auferido, o servidor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, expondo suas razões e fundamentos, ao Prefeito Municipal.

§2º O Chefe do Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para manifestar-se sobre o recurso.

Seção VI
Da Promoção Vertical por Titulação

Art. 48 O servidor da educação municipal estável que, na data da edição desta Lei, se encontre no nível de magistério e que conclua curso de graduação – licenciatura plena, progredirá verticalmente para o nível subsequente de graduação, mantendo-se a referência horizontal em que se encontre.

Parágrafo único. A promoção vertical por titulação para o nível de pós-graduação acresce ao vencimento base do servidor do magistério público municipal o valor correspondente a 10% (dez por cento) do nível de graduação na referência em que se encontre.

Art. 49 O servidor da educação municipal estável que concluir curso de pós-graduação lato sensu (Especialização), com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas progredirá verticalmente para o nível subsequente de pós-graduação, mantendo-se a referência horizontal em que se encontre.

Seção VII
Do Adicional de Pós-Graduação Stricto Sensu

Art. 50 O servidor da educação municipal estável que concluir pós-graduação stricto sensu em nível de Mestrado, de natureza presencial, receberá um adicional correspondente a 10% (dez por cento) sobre a referência "1" do nível de vencimento da graduação.

Art. 51 O servidor da educação municipal estável que concluir pós-graduação stricto sensu em nível de Doutorado, de natureza presencial, receberá um adicional correspondente a 10% (dez por cento) sobre a referência "1" de nível de vencimento da graduação.

Art. 52 Para obtenção do Adicional de Pós-Graduação o servidor estável deverá:

- I – requerer o pagamento do adicional, motivando a correlação do curso com o desempenho de suas atividades;
- II – apresentar diploma expedido por entidade reconhecida pelo MEC;
- III – obter parecer favorável de Comissão nomeada para analisar a correlação entre a qualificação conferida pela pós-graduação e as atribuições do cargo que ocupa.

Parágrafo único. O pagamento do Adicional de Pós-Graduação será iniciado a partir da data de efetivação do requerimento.

Seção VIII
Do Auxílio in itinere

Art. 53 Fica assegurada ao servidor da educação municipal que tenha sido designado para exercer atividades em escolas, localizadas no perímetro rural do Município a percepção do auxílio in itinere, parcela remuneratória de caráter precário e temporário, correspondente a 4% (quatro por cento) do Padrão de Vencimento Inicial do Nível Graduação – Referência "1".

Parágrafo único. O auxílio in itinere somente será percebido pelo servidor da educação municipal enquanto exercer suas atividades em escolas localizadas no perímetro rural do Município, devendo ser imediatamente suprimido quando da transferência do servidor para escolas localizadas no perímetro urbano do Município, bem como em caso de afastamentos, remunerados ou não, e aposentadoria.

Seção VIII
Da Hora-atividade

Art. 54 A hora-atividade está compreendida na jornada do servidor da educação municipal, correspondendo a 1/3 (um terço) da sua carga horária.

Art. 55 Fica vedado o pagamento de qualquer parcela referente ao desempenho de tarefas a título de hora-atividade, as quais deverão ser cumpridas em órgãos públicos municipais fazendo parte integrante da carga horária e atribuições estabelecidas para o cargo ocupado pelos servidores do magistério municipal.

CAPÍTULO VII DA LOTAÇÃO E DESIGNAÇÃO

Art. 56 O servidor efetivo do magistério municipal terá exercício e lotação na Secretaria Municipal de Educação e, a critério da Administração Municipal e de acordo com as atribuições definidas para seu cargo, poderá ser lotado noutra Secretaria Municipal.

§ 1º O afastamento do servidor da educação municipal de sua lotação só se verificará, excepcionalmente, com expressa autorização do Prefeito Municipal, no interesse do serviço público, havendo compatibilidade na transferência.

§ 2º É da competência do Secretário Municipal da Educação designar os servidores do quadro do magistério municipal para terem exercício nas unidades escolares existentes no Município, podendo, em conformidade com a carga horária desempenhada, haver a designação para mais de uma unidade de ensino.

§ 3º A transferência de servidor da Educação Municipal entre os órgãos públicos municipais vinculados à Secretaria da Educação (escolas e outras instituições de ensino) dar-se-á de ofício, a pedido ou através de permuta.

§ 4º A transferência a pedido, referida no parágrafo anterior dar-se-á através de requerimento administrativo endereçado ao Secretário Municipal de Educação que, havendo vaga disponível, decidirá em conformidade com o interesse público.

§ 5º O retorno do servidor afastado, remuneradamente ou não, não lhe garante o direito à designação na mesma unidade escolar em que desempenhava suas atividades antes do afastamento.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 57 Os candidatos aprovados em concursos públicos anteriores cujos cargos tiveram as denominações e os padrões de vencimento inicial alterados por esta Lei serão reenquadrados nos novos cargos constantes do Anexo I – Do Quadro Geral de Cargos da Educação Municipal da Administração Direta, observado o contido no Anexo IV – Da Tabela de Correlação de Novas Nomenclaturas.

Art. 58 Aos servidores que se encontrarem empossados na data de edição desta Lei, fica estabelecido que para efeito de pagamento do Adicional por Tempo de Serviço:

I – o cômputo do primeiro período aquisitivo para a percepção do Adicional por Tempo de Serviço iniciar-se-á a partir da data da posse;

II – o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço se dará a partir do mês em que completar o período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, a contar da data da posse;

III – o tempo de serviço público anterior, prestado ao Município de Videira pelo exercício de cargo efetivo, cargo comissionado ou função temporária será computado para efeito de contagem dos períodos aquisitivos ao Adicional por Tempo de Serviço.

§1- A contagem dos tempos de serviço público anterior, dispostos no inciso III do caput, para efeito de obtenção de Adicional de Tempo de Serviço, que ainda não foram solicitados pelos servidores, devem ser requeridos em até 60 (sessenta) dias após a edição desta Lei.

§2- Após o decurso do prazo fixado no §1- deste artigo, fica vedada a utilização de tempo de serviço público municipal anterior, para cômputo de período aquisitivo à obtenção do Adicional por Tempo de Serviço.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 Fica assegurado o enquadramento dos aposentados, nos novos padrões de vencimento dos níveis fixados por esta Lei, cujos benefícios foram concedidos na hipótese prevista nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, de acordo com o cargo em que foi concedido o benefício.

Art. 60 Aplica-se aos servidores do magistério que já se encontrem aposentados na data da edição desta Lei, o disposto no artigo 28, §3º.

Art. 61 Aos inativos não serão concedidos os adicionais de pós-graduação stricto sensu, constante dos artigos 50, 51 e 52 desta Lei.

Art. 62 O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 63 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Art. 64 Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente o parágrafo único do artigo 4º e seus incisos; os incisos XXIII a XXVII do artigo 32; e os anexos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII da Lei Complementar nº 118/11, e o artigo 6º da Lei Complementar nº 119/12.

Videira, 04 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 123/12

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/12, DE 04 DE ABRIL DE 2012.

Altera disposições da Lei Complementar nº 118/11, que "Dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, Dispõe sobre a Concessão de Promoções e do Adicional de Pós-Graduação, Cria Novos Cargos e Estabelece Disposições Especiais Transitórias para os Profissionais do Magistério Municipal e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV – Tabela de Cargos Novos e Suas Vagas, da Lei Complementar nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, passa

a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IV - TABELA DE CARGOS NOVOS E SUAS VAGAS				
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - ANS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR				
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Analista de Recursos Humanos	40	10	03
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Bioquímico Farmacêutico	40	10	02
2	Fisioterapeuta	40	10	02
3	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	40	10	04
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Arquiteto e Urbanista	40	11	02
2	Engenheiro Agrônomo	40	11	02
3	Advogado do CREAS	40	11	02
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Instrutor de Capoeira	40	9	01
2	Instrutor de Dança	40	9	01
3	Instrutor de Teatro	40	9	01
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - ANT CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO				
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Técnico em Eletricista	40	9	02
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Técnico em Informática	40	7	10
2	Técnico de Vigilância Sanitária	40	7	07
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO				
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Agente Social	40	5	7
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Auxiliar de Saúde Pública	40	2 (NR)	06
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Monitor de Oficina de Violino	40	3	01
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	40	3	01
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENCINICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Agente de Pavimentação Pública	40	8	03

Art. 2º O Anexo IX – Do Quadro Geral de Vagas, da Lei Complementar nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IX - DO QUADRO GERAL DE VAGAS					
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Analista de Sistemas	0	1	0	1
2	Analista de Nível Superior	2	11	4	15
3	Analista de Recursos Humanos	3	0	3	3
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE AUDITORIA E PROCURADORIA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Auditor Interno	0	0	1	1
2	Procurador Municipal	0	3	0	3
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CONTÁBIL					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Contador	0	4	0	4
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS

1	Instrutor de Capoeira	1	0	1	1
2	Instrutor de Dança	1	0	1	1
3	Instrutor de Teatro	1	0	1	1

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente de Fiscalização de Nível Superior	0	1	0	1
2	Fiscal de Obras e Posturas	2	1	3	4
3	Fiscal de Tributos Municipais	1	1	3	4
4	Fiscal de Vigilância Sanitária	1	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Arquiteto e Urbanista	2	0	2	2
2	Engenheiro Agrimensor	2	0	2	2
3	Engenheiro Agrônomo	0	1	0	1
4	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	1	1	1	2
5	Engenheiro Civil	1	0	1	2
6	Médico Veterinário	0	1	0	1
7	Advogado CREAS	2	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	4	0	4	4
2	Assistente Social	2	6	3	9
3	Bibliotecário	0	0	2	2
4	Bioquímico Farmacêutico	2	0	2	2
5	Enfermeiro	0	5	1	6
6	Especialista em Museologia	0	0	1	1
7	Fisioterapeuta	2	0	2	2
8	Fonoaudiólogo	0	1	0	1
9	Nutricionista	0	2	0	2
10	Psicólogo	0	4	1	5

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS ANT - CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO**GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL**

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico Agrícola	0	3	0	3
2	Técnico de Cadastro	0	1	0	1
3	Técnico de Edificações	0	1	0	1
4	Técnico de Agrimensura	0	0	1	1
5	Técnico Eletricista	2	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico de Higiene Dental	0	1	1	2
2	Técnico em Informática	10	0	10	10
3	Técnico em Radiologia	0	0	2	2
4	Técnico em Segurança do Trabalho	1	1	1	2
5	Técnico em Vigilância Sanitária	7	0	7	7

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SERVIÇOS

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico de Enfermagem	0	15	16	31
2	Auxiliar de Enfermagem	0	30	0	30 (NR)

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente Administrativo II	8	29	34	63
2	Agente de Desenhos e Projetos	0	1	0	1
3	Agente Social	7	0	7	7

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Monitor de Oficina de Violino	1	0	1	1
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	1	0	1	1

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE OPERACIONAL

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Chefe de Equipe Estável	0	1	3	4
2	Mecânico Supervisor Geral	0	1	0	1

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE TRANSPORTES

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Peq.	0	6	10	16
2	Motorista II - Ambulância	3	2	5	7
3	Motorista III - Ônibus	0	8	1	9

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA**

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente Administrativo I	0	1	5	6
2	Auxiliar Administrativo	0	5	8	13
3	Auxiliar de Desenhista	0	0	2	2

4	Fotografo	0	3	0	3
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Chefe de Escritório	0	2	6	8
2	Datilógrafo	0	3	2	5
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CONTÁBIL					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Auxiliar de Contabilidade	0	1	1	2
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CULTURA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Regente de Banda	0	1	0	1
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Marroeiro	0	3	4	7
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Carpinteiro	0	2	3	5
3	Marceneiro	0	0	3	3
4	Mecânico de Manutenção de Trator	0	2	3	5
5	Mecânico de Máquinas em Geral	0	1	2	3
6	Soldador (Mecânico)	2	2	2	4
7	Torneiro Mecânico	0	1	0	1
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO II					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Supervisor de Serviços de Campo	0	1	2	3
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS DE SAÚDE					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente Operacional de Saúde Pública	0	3	1	4
2	Auxiliar de Saúde Pública	6	0	6	6 (NR)
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS

1	Agente de Serviços Gerais	0	1	2	2
2	Agente Operacional de Vigilância	0	17	38	55
3	Almoxarife	0	1	1	2
4	Auxiliar de Agrimensura	0	1	2	3
5	Auxiliar de Serviços Gerais	58	167	92	259
6	Auxiliar Operacional	38	32	46	78
7	Calceteiro	0	1	4	5
8	Coveiro	0	1	1	2
9	Frentista	0	1	1	2
10	Jardineiro	0	1	3	4
11	Pintor Letrista	0	0	2	2
12	Trabalhador Braçal	0	84	19	103
13	Vigia	0	10	20	30
14	Viveirista Florestal	0	2	3	5
15	Zelador	0	53	3	56
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente de Pavimentação Pública	3	0	3	3
2	Borracheiro	0	0	2	2
3	Pedreiro	0	1	3	4
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE SERVIÇOS					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Atendente de Creche	0	58	9	67
2	Merendeira	0	14	10	24
3	Monitor	0	2	6	8
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE TRASPORTES E MÁQUINAS PESADAS					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes	0	14	26	40
3	Operador de Trator de Esteira	1	2	4	6
4	Operador de Motoniveladora	5	7	6	13
5	Oper. de Retroescavadeira, Esc. Hidr. e Pá-Carregadeira	3	7	7	14
6	Oper. Trator de Pneus, Máqu. de Varrição e Capina Mec.	5	2	6	8
7	Operador de Máquinas e Equipamentos p/ Obras de Pavimentação	0	8	10	18
8	Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados	0	11	2	13

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da

Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 21 de dezembro de 2011.

Videira, 04 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.729/12

LEI Nº 2.729/12, DE 04 DE ABRIL DE 2012

Altera a redação do artigo 8º da Lei Municipal nº 1.836/07, que dispõe sobre a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 8º da Lei 1.836/07, de 04 de abril de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Conselheiro Tutelar, no efetivo exercício da sua função, perceberá como remuneração, a título de subsídio, o valor correspondente a R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) reajustados anualmente na mesma data e pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual assegurada aos servidores públicos municipais”.(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.730/12

LEI Nº 2.730/12, DE 04 DE ABRIL DE 2012

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, objetivando a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Videira, 04 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Minuta da Lei Nº 2.730/12

MINUTA -LEI Nº 2.730/12

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº (número contrato)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Videira, com sede à Av. Manoel Roque, 188, CEP: 89560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado por seu prefeito municipal Sr. Wilmar Carelli, inscrito no CPF sob o nº 056.326.419-53, e portador da Carteira de Identidade nº 229.320 - SSP-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Jonatan Galio, CPF nº 021.656.389-50, RG nº 3.155.241 - SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ nº 83.052.191/0005-96, com endereço à Rua João Zardo, 1660, CEP 89560-000, Videira - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Videira, unidade da CONTRATADA . E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**I - São obrigações da CONTRATADA:**

1. Disponibilizar Equipe técnica especializada em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT, composta de dois Extensionistas Rurais, uma Extensionista Doméstica e um Administrativo;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012 facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 33.471,0000 (Trinta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais), divididos em 09 (nove) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato conforme cronograma abaixo:

Parcela	Valor R\$	ISS a reter (3%)	IR a reter (1,5%)	Valor líquido	Vcto
1ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/04/2012
2ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/05/2012
3ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/06/2012
4ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/07/2012
5ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/08/2012
6ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/09/2012
7ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/10/2012
8ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/11/2012
9ª	3.719,00	111,57	55,79	3.551,64	10/12/2012

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Videira, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo

qualificadas.

Videira,
WILMAR CARELLI
Prefeito(a) Municipal

JONATAN GALIO
Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Portaria Nº 0270/12

PORTARIA nº 0270/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3622/12,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL, Técnico em Segurança do Trabalho, E-PE-SAU-I, do nível E-PE-SAU-I-A para o nível E-PE-SAU-I-B, a partir de 1º de dezembro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2007, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2575/08.

Videira, 02 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0271/12

PORTARIA nº 0271/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3622/12,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL, Técnico em Segurança do Trabalho, E-PE-SAU-I, do nível E-PE-SAU-I-B para o nível E-PE-SAU-I-C, a partir de 1º de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0272/12

PORTARIA nº 0272/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3135/12,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ANGÉLICA VANZ BALESTIERI, Contadora, do nível CE13A para o nível CE13B, a partir de 1º de junho de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2007, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2569/08.

Videira, 02 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0274/12

PORTARIA nº 0274/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3135/12,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ANGÉLICA VANZ BALESTIERI, Contadora, do nível CE13B para o nível CE13C, a partir de 1º de dezembro de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2008, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 876/10.

Videira, 02 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0327/12

PORTARIA nº 0327/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de abril a 1º de maio de 2012, o gozo de férias da servidora LUCÉLIA GRUTZMACHER, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, referente ao período aquisitivo de 28 de abril de 2010 até 27 de abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 02 de abril de 2012.

Videira, 03 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0329/12

PORTARIA nº 0329/12

Nomeia Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 6º, 7º e 8º do Decreto nº 8.436/06,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, como integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, os seguintes membros:

I - CELSO BRANCHER - Titular

NILSON DA MOTTA - Suplente

II - VALDENICE MARIA SCHNEIDER - Titular

ANDRÉA APARECIDA BERTO - Suplente

III - ANA CLÁUDIA CAGNIN - Titular

IZABEL APARECIDA BALBINOTT - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2012, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0644/09.

Videira, 03 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0333/12

PORTARIA Nº 0333/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00025/12-9, nos assentos funcionais da servidora LAURA TORMEN detentora da matrícula funcional nº 2171 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4229/2012,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, LAURA TORMEN, detentora da matrícula nº 2171 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00025/12-9, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0336/12

PORTARIA Nº 0336/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00079/10-5, nos assentos funcionais do servidor JUSTINO ALONSO detentor da matrícula funcional nº 2441 e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4313/2012,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, JUSTINO ALONSO, detentor da matrícula nº 2441 e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00079/10-5, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0340/12

PORTARIA nº 0340/12

Nomeia Diretor do Departamento de Administração de Pessoal e Convênios

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

FABIANA DE FÁTIMA MORAES, para exercer o cargo comissionado de Diretora do Departamento de Administração de Pessoal e Convênios, símbolo DAS-2, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 07 de abril de 2012.

Videira, 03 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0341/12

PORTARIA nº 0341/12

Torna sem efeito a Portaria nº 1393/10, que designou servidor para exercer Função Gratificada

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e suas alterações, e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a Portaria nº 1393/10, que designou a servidora SANDRA BALDO, para exercer a Função Gratificada de Coordenação do Sistema de Controle Interno, símbolo FG-1A.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2012.

Videira, 03 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0342/12

PORTARIA nº 0342/12

Designa Sandra Baldo para exercer Função Gratificada que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 6º, da Lei nº 1303/2003, e no art.

72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Coordenação do Sistema de Controle Interno, símbolo FG - 1A, com a remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2012.

Videira, 03 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0347/12

PORTARIA nº 0347/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de abril de 2012 a 1º de maio de 2012, o gozo de férias do servidor FRANCISCO ASSIS RIBEIRO DE CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de Zelador, referente ao período aquisitivo de 14 de março de 2011 até 13 de março de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0352/12

PORTARIA nº 0352/12

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar MIGUEL ALBERTO VIECELI, ARNALDO POSSANSKE e MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de permuta, os seguintes imóveis:

“Uma área verde, com 162,70m² (cento e sessenta e dois metros e setenta decímetros quadrados), situado neste Município e Comarca de Videira, de propriedade da Prefeitura Municipal de

Videira, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se 5,96 metros com área verde remanescente; ao Sul, confronta-se 5,96 metros com a área verde remanescente; ao Leste, confronta-se 27,135 metros com o imóvel de Água Azul Poços Artesianos Ltda; e ao Oeste, confronta-se 27,135 metros com Casa das Calhas."

"Uma área urbana; com 292,86 (duzentos e noventa e dois metros e oitenta e seis décimos quadrados), situado neste Município e Comarca de Videira, de propriedade de Água Azul Poços Artesianos Ltda, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se 29,72 metros com área verde remanescente; ao Sul, confronta-se 29,72 metros com áreas remanescentes de Água Azul Poços Artesianos Ltda; ao Leste, confronta-se 9,865 metros com o imóvel de Alcir Alves Moreira; e ao Oeste, confronta-se 9,865 metros com área verde remanescente."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Contrato n. 0101/2012

Extrato do Contrato n. 0101/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANTONIA MIOTELLI RISSARDI
CPF: 005.301.989-08
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANGELA OSMARIN
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de maio de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0109/2012

Extrato do Contrato n. 0109/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANGELITA DAL PIZZOL DOS SANTOS
CPF: 017.966.979-66
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SILVANA APARECIDA PALAORO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 29 de março de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0111/2012

Extrato do Contrato n. 0111/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA
CPF: 061.538.569-93
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SALETE

GONÇALVES

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 16 de março de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0114/2012

Extrato do Contrato n. 0114/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAROLINA GONÇALVES
CPF: 060.294.729-41
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVETE DA SILVA NUNES PINTO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 16 de março de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0138/2012

Extrato do Contrato n. 0138/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALONI
CPF: 048.765.029-86
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ARIANA SCHEILA TRAGANCIM SOMMER
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 29 de fevereiro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0173/2012

Extrato do Contrato n. 0173/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOSEFINA GRZEGOZESKI SCHNEIDER
CPF: 427.910.069-15
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA HELENA KNEBEL SIQUEIRA
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 10 de março de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0184/2012

Extrato do Contrato n. 0184/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA SILVA DOMINGOS
CPF: 022.141.010-47
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JAQUELINE LUZIA TURKOT
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0240/2012

Extrato do Contrato n. 0240/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO

CPF: 614.116.559-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NAIR TOMAZ DOS SANTOS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0257/2012

Extrato do Contrato n. 0257/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KELY APARECIDA BRANCALIONE

CPF: 044.275.099-40

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE CORREA DA ROCHA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 09 de abril de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0267/2012

Extrato do Contrato n. 0267/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA SALETE MORIGGI

CPF: 558.287.799-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ZILDA TODT BELLOZUPKO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 13 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0269/2012

Extrato do Contrato n. 0269/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DULCIMAR TEREZINHA CARDOSO

CPF: 006.887.649-16

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANA MARIA KOPP VILABRUNA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0272/2012

Extrato do Contrato n. 0272/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS

CPF: 944.551.209-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILDE COSTA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0282/2012

Extrato do Contrato n. 0282/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: POLIANA ANTUNES DE LIMA

CPF: 016.947.249-30

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA IZABEL GUIMARÃES MENIN

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 24 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0288/2012

Extrato do Contrato n. 0288/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TERESINHA LOURDES CERON

CPF: 770.575.709-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JUREMA MARIA DE OLIVEIRA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 20 de março de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0292/2012

Extrato do Contrato n. 0292/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LARESSA PAZIN

CPF: 048.650.969-90

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CACILDA CORSO ANCIUTI

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 16 de março de 2012

FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0298/2012

Extrato do Contrato n. 0298/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUELEN PARAVISI

CPF: 008.309.729-51

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DIANÊS TEREZINHA ARGENTON

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0308/2012

Extrato do Contrato n. 0308/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VANUSA APARECIDA CORREA
CPF: 076.087.429-84
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVANA TE-
RESINHA ALBERTI TORRES
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 15 de abril de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0336/2012

Extrato do Contrato n. 0336/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA CRISTINA DA CRUZ SCHNEIDER
CPF: 085.764.239-10
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DANI VI-
CARI ZAGER
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 06 de abril de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0339/2012

Extrato do Contrato n. 0339/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAMIANA BENEDETTI
CPF: 081.000.759-21
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR WALMIR
ROSÁRIO GRANDO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de março de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Termo Aditivo n. 0107/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0107/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA
CPF: 020.106.029-94
VIGÊNCIA: de 14 de março de 2012 até 19 de março de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0111/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0111/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA
CPF: 061.538.569-93
VIGÊNCIA: de 17 de março de 2012 até 16 de maio de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0138/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0138/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI
CPF: 048.765.029-86
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 até 29 de abril de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0172/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0172/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA
CPF: 047.825.129-70
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 até 02 de maio de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0242/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0242/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RIS-
SARDI
CPF: 062.259.229-70
VIGÊNCIA: de 23 de fevereiro de 2012 até 22 de abril de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0262/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0262/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SONIA RODRIGUES DA SILVA
CPF: 006.864.399-37
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 até 09 de maio de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0277/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0277/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN
CPF: 023.348.379-97
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 até 30 de março de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0282/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0282/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: POLIANA ANTUNES DE LIMA
CPF: 016.947.249-30
VIGÊNCIA: de 25 de março de 2012 até 14 de agosto de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

Aviso de Pregão Nº 20/2012

Processo de Licitação 20/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC
Modalidade: Pregão - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços para aquisição de lubrificantes, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 19 de abril de 2012 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 09 de abril de 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

Associações

FECAM

Edital de Convocação Nº 006/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2012
Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Senhor DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito de Siderópolis, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 23 a 25 e 27 incisos de I a III, Parágrafo 1º, I, "b" do Estatuto Social,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios de Santa Catarina, filiados à FECAM e em dia com suas obrigações estatutárias, para a Assembleia Geral Extraordinária da entidade, a realizar-se na cidade de Florianópolis com a seguinte ordem do dia:

Data:	20 de abril de 2012
Horário:	8h30 às 10 horas
Local:	Auditório Principal do Centro de Convenções de Florianópolis - CentroSul

Av. Gustavo Richard, 850 - Centro/Florianópolis.

Ordem do Dia:

1. Apresentação e entrega oficial do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS);
2. Apresentação e deliberação sobre as propostas da "Pauta Municipalista para o Desenvolvimento Catarinense";
3. Municipalização da manutenção da Iluminação Pública;
4. Outras deliberações.

Florianópolis, 04 de abril de 2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito de Siderópolis

Presidente da FECAM

Consórcios

ARIS

Edital de Convocação Nº 002/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2012

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Antônio Coelho Lopes Junior, no uso de suas atribuições legais e visando atender às disposições do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público denominado ARIS, CONVOCA:

Os(as) senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados ao consórcio público denominado Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC, com a seguinte ordem do dia:

Data:	19 de abril de 2012
Horário:	13h15 (1ª convocação) e 13h45 (2ª convocação)
Local:	Auditório do Cento de Convenções de Florianópolis (CENTRO-SUL)

Av Gustavo Richard, s/n., Baía Sul, Florianópolis/SC - salas Joaquina/Jurerê

Ordem do dia:

- 1) Apresentação, pela CASAN, do Plano de Investimentos em 2012 nos municípios consorciados à ARIS;
 - 2) Discussão e deliberação da revisão geral anual dos agentes públicos da ARIS;
 - 3) Homologação dos novos municípios consorciados;
 - 4) Definição da cobrança das taxas de regulação de resíduos sólidos;
 - 5) Assuntos diversos.
- Florianópolis, 4 de abril de 2012.

ANTÔNIO COELHO LOPES JUNIOR

Presidente da ARIS

Prefeito de Capão Alto

CIGA

Resolução CIGA Nº 23/2012

Resolução nº 23/2012

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2012.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 06/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 252.674,83 (duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos), por conta do Superávit do Exercício Anterior oriundos das fontes de

recurso 194, 201, 202, 203, 211 e 601, suplementando a dotação abaixo descrita:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.1.90	0.6.00	R\$ 88.190,69
01.01	04.122.0001	2.001	4.4.90	0.6.00	R\$ 18.215,60
02.01	19.126.0002	2.002	3.1.90	0.6.00	R\$ 50.000,00
02.01	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.6.00	R\$ 78.052,94
02.01	19.126.0002	2.002	4.4.90	0.6.00	R\$ 18.215,60
TOTAL					R\$ 252.674,83

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 04 de abril de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

Edital de Convocação Nº 02/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2012

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto nos arts. 2º, § 2º, 16, incisos II, V, VI e IX, do Contrato de Consórcio Público e no art. 62 do Regimento Interno,

CONVOCA:

Os Chefes do Poder Executivo dos Municípios consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC.

Data:	19 de abril de 2012 (quinta-feira)
Cidade:	Florianópolis/SC
Horário:	14h30min
Local:	Centro de Convenções - CentroSul - Salas Joaquina/Jurerê

Av. Gustavo Richard, s/nº - Baía Sul - Centro - Florianópolis - SC

Ordem do dia:

- Homologação do ingresso de novos Municípios no CIGA;
- Análise e deliberação sobre a Prestação de Contas do 1º Trimestre de 2012;
- Discussão dos aspectos relativos ao Programa de Gestão da Assistência Social - PGAS e aprovação da minuta do contrato de rateio do respectivo programa;
- Deliberação sobre a possibilidade do CIGA prestar serviço ao Estado com o sistema de Gestão da Assistência Social - PGAS;
- Deliberação sobre a disponibilização do Sistema de Controle de Obras;
- Deliberação sobre a revisão geral anual devida aos empregados do CIGA;
- Deliberação sobre reajuste das indenizações concedidas a título de hospedagem e alimentação (diárias), bem como dos valores do auxílio alimentação e do auxílio refeição; e
- Assuntos diversos.

Florianópolis, 05 de abril de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

CINCO

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO45

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO45

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 18, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 03.04.2012. Validade: 27.03.2012 a 31.08.2012. PAL nº: 0003/2012 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 03 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO46

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO46

Fornecedor: OTRIALA COM.ATAC.DE PROD.MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 19, 100, 161, 162 e 225, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 03.04.2012. Validade: 27.03.2012 a 31.08.2012. PAL nº: 0003/2012 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 03 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO47

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO47

Fornecedor: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 27, 28, 39, 50, 94 e 207,

em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
Data: 03.04.2012. Validade: 27.03.2012 a 31.08.2012. PAL nº: 0003/2012 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 03 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO48

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO48
Fornecedor: SILMES COM.DE PROD.ODONT.LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 114, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo.
Data: 03.04.2012. Validade: 27.03.2012 a 31.08.2012. PAL nº: 0003/2012 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 03 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO49

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO49
Fornecedor: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 142 e 191, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
Data: 03.04.2012. Validade: 27.03.2012 a 31.08.2012. PAL nº: 0003/2012 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 03 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO50

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO VIGÉSIMO OITAVO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO50
Fornecedor: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 153 e 287, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de

Preços nº: 0011.
Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO51

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO VIGÉSIMO NONO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO51
Fornecedor: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 501, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO52

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO52
Fornecedor: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 6 e 103, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO53

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO53
Fornecedor: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 15, 278, 327 e 383, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO54

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO54
Fornecedor: A.G. KIENEN & CIA LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 367, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO55

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO55
Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 165 e 445, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO56

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO56
Fornecedor: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 49 e 50, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO57

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO QUINTO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO57
Fornecedor: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 82 e 501, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO58

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO58
Fornecedor: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 382, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO59

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO59
Fornecedor: CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 285, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato TA Nº TA.AT12CINCO60

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TRIGÉSIMO OITAVO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO60
Fornecedor: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações

futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 518, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 04.04.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 04 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

CIS/AMUNESC

Extrato Contratual

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

Termo de Contrato nº 22/2012 - BIT BRASIL LTDA.

Objeto: Prestação de Serviço de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas e do servidor da CIS/AMUNESC.

Data: 01/03/2012

Prazo: 12 meses

Valor mensal: R\$265,00 (Duzentos e sessenta e cinco reais).